



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Secretária Nacional da Proteção Global**  
**Diretoria de Proteção dos Direitos Humanos**  
**Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 08 e 09 de outubro de 2019, de 09h às 18h.

**Local:** Sala de Reunião Plenária - 10º andar, SCS-B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A. Brasília/DF.

**Telefone para contato:** (61) 2027-3337

**Ata da Reunião**

**1. Abertura da reunião**

**1.1. Pauta prevista:**

- Fala inicial– Secretária Executiva;
- Posse dos novos membros do comitê;
- Leitura e Aprovação da Pauta da 24ª RO.
- Escolha do Vice-Presidente;
- Escolha da Mesa Diretora (Art. 12 do Regimento Interno).

**1.2. Registro**

1.1.1. A Secretária Executiva abriu a reunião e deu posse aos membros.

1.1.2. A decisão da Vice-presidência e mesa diretora foi adiada para após a leitura da pauta da 24ª Reunião.

1.1.3. A Secretária Executiva leu a pauta e a partir dos comentários dos membros do CNPCT, a pauta sofreu os seguintes ajustes:

1.1.4. Nos informes institucionais, solicitou-se inclusão do registro das atas e sumários executivos da 23ª Reunião Ordinária-RO e 11ª Reunião Extraordinária- RE

1.1.5. Os itens 2 (Pauta administrativa: informes institucionais) e a 3 (Pauta administrativa: informes institucionais) da pauta original sobre informes institucionais foram mantidos. O item 4 (Pauta administrativa: Decreto

9.831/2019) sobre o regimento interno foi mantido na pauta por meio de votação:

A favor: SNPG/MMFDH, MD, SEGOV/PR, MEC, SNPPIR/MMFDH, MS e MCidadania.

Contra: CFP, MNU, UFRN, CFOAB, RENILA, JG, SOMOS e Educafro.

Sem abstenções. Com o empate, a Ministra Substituta votou a favor para manutenção da pauta, conforme art. 10 do Regimento interno (Resolução 1/2014).

1.1.6. Houve troca dos horários dos itens 9 (Pauta Temática: Política de Prevenção e Combate à Tortura) e 11 (Pauta administrativa: Seleção do MNPCT) da pauta original.

1.1.7. O representante da RENILA solicitou informações sobre orçamento para realização das reuniões do CNPCT no ponto 10 (Pauta administrativa: Planejamento do Biênio) da pauta original sobre planejamento.

1.1.8. Considerando o avançar do horário na manhã de 08/10/2019, houve novo ajuste e os itens ficaram na seguinte sequência:

Dia 08/09/2019 (encerramento estendido para 19h30)

1 – Abertura (conduzida pela Presidência)

2 - Pauta administrativa: Decreto 9.831/2019 (conduzida pela Vice-Presidência)

3 - Pauta temática: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (conduzida pela Vice-Presidência)

4 - Pauta administrativa: informes institucionais (conduzida pela Vice-Presidência)

5 – Pauta administrativa: informes dos membros / ata e sumário executivo (conduzida pela Vice-Presidência)

6 - Pauta administrativa: Regimento do CNPCT (Resolução nº 001 de 14/08/2014) (conduzida pela Vice-Presidência)

Dia 09/09/2019

7 – Pauta administrativa: Seleção do MNPCT (conduzida pela Presidência)

8 - Pauta administrativa: Denúncias CNPCT (conduzida pela Vice-Presidência)

9 - Pauta administrativa: Representações MNPCT (conduzida pela Presidência)

10 - Pauta administrativa: Planejamento do Biênio (conduzida pela Presidência)

11 - Pauta Temática: Política de Prevenção e Combate à Tortura

12 - Pauta administrativa: fechamento da reunião (conduzida pela Presidência)

1.1.9. Deliberou-se pelo envio do material do item 4 (Pauta administrativa: informes institucionais) por e-mail pela Secretaria Executiva do CNPCT, pela realocação do item 5 (Pauta administrativa: informes institucionais) para às 9h do dia 09/10/2019, e o item 6 (Pauta administrativa: Regimento do CNPCT) foi adiado para a próxima reunião.

Votação:

A favor: Conectas, Somos, MNU, Educafro, Renila, JG, UFRN, CFP e CFOAB;

Contra: Segov/PR e SG/PR. A Segov/PR foi contra a proposta por retirar o item X da pauta, especificamente.

Abstenções: SNPIR/MMFDH, MS, MCidadania.

1.1.10. Houve a escolha da Vice-Presidência e Mesa Diretora. A SE/MMFDH lançou a candidatura do representante do MMFDH para a Vice-Presidência e, após consulta à Consultoria Jurídica sobre a alternância, a candidatura foi retirada e procedeu-se a indicação da sociedade civil:

Vice-Presidente eleita:

Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)

A decisão deu-se ao considerar a alternância entre sociedade civil e governo para mandato fixo de 01 ano, prevista no artigo 4<sup>a</sup> do Regimento Interno (Res. 1/2014) e ao observar que como a última gestão foi de representante do governo federal. A decisão foi unânime entre os presentes.

Mesa Diretora do CNPCT eleita:

Órgãos do Governo Federal:

- Representantes da Secretaria Nacional de Proteção Global – SNPG do MMFDH e da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPIR
- do MMFDH;

Organizações da sociedade civil:

- Representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros – CFOAB e da organização Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade.

1.1.11. Os membros do CNPCT questionaram quanto às atas da 23a RO e 11a RE e o informe foi incluído na pauta administrativa 5 (informes institucionais). A gravação da 23a RO foi disponibilizada por representante da sociedade civil (Vitória) e que houve pedido para verificar o registro da 11a RE.

1.1.12. Foram entregues aos membros cópias impressas dos sumários executivos da 11<sup>a</sup> RE e da 23<sup>a</sup> RO

## **2. Pauta administrativa: Decreto 9.831/2019**

### **2.1. Pauta:**

- Estrutura do CNPCT e do MNPCT – resumo legislativo.
- Informes do MMFDH: Germínio Zanardo Júnior e Lucas Teixeira Grillo.

### **2.2. Registro:**

- 2.2.1. Elaboração de nota de repúdio em relação ao teor do Decreto 9.831/2019 inicialmente pelo representante da ANADEP e depois articulado pelo representante da organização Educafro. O encaminhamento foi adotado por unanimidade dos presentes (CFP, UFRN, RENILA, JG, Educafro, MNU, Conectas, SOMOS e CF/OAB).
- 2.2.2. Encaminhar ofício à Ministra do MMFDH para dar seguimento prioritário à nomeação e posse da perita Bárbara Suelen Coloniese.
- 2.2.3. Durante a discussão, na tarde do dia 08/10/2019, a nota retomou para discussão:
- O representante da Educafro, Frei David, propôs encaminhar ao CNPCT a proposta de nota de repúdio e enviar para o e-mail.
  - Houve pedido para registrar nos encaminhamentos e na ata para reforçar que a nota vai contra o art. 15 da Resolução 4/2016: SNPG/MMFDH, SG/PR, M. Cidadania, SNPIR/MMFDH, MS e SEGOV/PR.
- 2.2.4. A discussão retomou após como primeiro item da pauta do período da tarde do dia 9/10/19:
- A nota foi encaminhada no início da manhã do dia 9/10/19. A Secretaria Executiva encaminhou a nota para os representantes na tarde do dia 9/10/19, após solicitação da representante do CFOAB.
  - [Encaminhamento rejeitado]: Em cumprimento do rito para o encaminhamento de nota pública, conforme art. 15 da Resolução nº4/2016, enviada pelo membro da Educafro, Frei David, e deliberada no item 2 da pauta no dia 8/10/2019, os membros do CNPCT vão encaminhar seus comentários ao texto no prazo de 7 (sete) dias, em acordo ao art. 16 da Resolução nº4/2016. A mesa diretora deverá apreciar o texto.  
A favor: Somos, JG, Renila, UFRN, CFP, CFOAB, Conectas.  
Contra: SNPG, MS, SNPIR, M. Cidadania, SEGOV, SG, MD, MEC e MRE.  
Abstenções: sem registro.
  - Nesta ocasião, o representante da SNPG pediu registro da sua posição para rechaçar a nota, sem avaliação do mérito, uma vez que não seguiu o rito previsto na Resolução nº 4/2016.

### **3. Pauta temática: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

#### **3.1. Pauta:**

- Apresentação dos Relatórios de visitas de inspeção ao Espírito Santo (sistema socioeducativo) e da primeira visita ao Ceará (Anexo I e II);
- Informes e deliberações sobre a visita de inspeção ao Estado do Pará;
- Informes e deliberações sobre a Recomendação de Resolução Conjunta CNPCT e CONANDA (Anexo III) sobre diretrizes para o atendimento socioeducativo às

adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

- Informes sobre o lançamento do relatório de inspeção conjunta aos hospitais psiquiátricos;
- Informes sobre a reunião da CIDH;

### **3.2. Registro:**

3.2.1. Enviar ofício para os estados do Pará e Ceará com cópia dos respectivos relatórios do MNPCT com pedido de informação sobre o grau de cumprimento das recomendações elaboradas.

Adotado por unanimidade.

3.2.2. Convocação de audiência com órgãos listados abaixo para tratar das recomendações do MNPCT sobre o CE, com destaque para análise dos repasses do FUNPEN para o Estado.

Órgãos a serem convidados: DEPEN/MJSP, OAB/CE, CDH/ALECE, Secretaria de Administração Penitenciária do CE e Comitê estadual de prevenção e combate à tortura do Estado do Ceará.

Registro da votação:

A favor: Conectas, Somos, MNU, Educafro, Renila, JG, UFRN, CPF e CFOAB e MD.

Contrários: sem registro.

Abstenções: SNPG/MMFDH, Segov/PR, MRE, SG/PR, SNPIR/MMFDH, MS, MCidadania.

3.2.3. Deliberou-se a organização de grupo, composto por representante do CFP, MNPCT e Justiça Global, para articular a publicação conjunta da reunião sobre socioeducativo com os seguintes colegiados: CONANDA, CNDH, CNDM e CNPIR.

3.2.4. Organizar reunião com a CNPCT, MNPCT e Presidência do CONANDA para tratar da resolução.

3.2.5. Os seguintes pontos de pauta conduzida pelo MNPCT não foram tratados na reunião:

- a) Apresentação dos Relatórios de visitas de inspeção ao Espírito Santo (sistema socioeducativo);
- b) Informes e deliberações sobre a visita ao estado do Pará;
- c) Informes sobre o lançamento do relatório de inspeção conjunta aos hospitais psiquiátricos.
- d) Informes sobre a reunião do CIDH (neste item o MNPCT se comprometeu a enviar os informes sobre a reunião da CIDH por e-mail para conhecimento do CNPCT)

## **4. Pauta administrativa: informes institucionais**

#### **4.1. Pauta:**

- Apresentação da Secretaria Executiva do CNPCT;
- Manual do Conselheiro;
- Informes dos membros do CNPCT;
- Ata e sumário executivo.

#### **4.2. Registro:**

- 4.2.1. O Pleno decidiu pela retirada da pauta e orientou a secretaria executiva do CNPCT e enviar documentos com o manual do conselheiro por e-mail.
- 4.2.2. As atas e sumários executivos foram realocados para o início da manhã do dia 9/10/19.
- 4.2.3. A ata da 23a RO deverá ser refeita a partir da degravação da reunião, compartilhada pela representante do CFOAB.
- 4.2.4. O MMFDH procederá a consulta sobre a gravação e degravação da 11a RE. O Ministério ainda iniciará os procedimentos necessários para investigação para tratar da não disponibilização do material.

### **5. Pauta administrativa: Regimento do CNPCT (Resolução nº 001 de 14/08/2014)**

#### **5.1. Pauta:**

- Proposta de alteração do Regimento interno. (escolha do GT para revisar o regimento)

- 5.2. **Registro:** pleno solicitou que fosse convocada reunião para alteração do regimento. Não houve escolha do GT e nem propostas de alteração do regimento interno.

### **6. Pauta administrativa: Seleção do MNPCT**

#### **6.1. Pauta:**

- Edital para Seleção dos peritos do MNPCT: Proposta de Resolução: procedimentos e critérios gerais para seleção de peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT. (Escolha do Grupo de trabalho)

#### **6.2. Registro:**

- 6.2.1. Criação do grupo de trabalho para elaboração do 5º edital de seleção de peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT. O grupo de trabalho deverá apresentar uma proposta na próxima reunião do CNPCT.  
SEGOV/PR  
SNPG/MMFDH  
UFRN  
RENILA

6.2.2. Foi entregue aos presentes uma minuta de resolução para instituir o GT.

6.2.3. A pauta foi tratada ao final do dia 09/10/2019.

## **7. Pauta administrativa: Denúncias CNPCT**

### **7.1. Pauta:**

- Apresentação da Ouvidoria Nacional de DH sobre a metodologia do Disque 100
- Denúncias recebidas pela CNPCT

### **7.2. Sem registro de encaminhamento.**

## **8. Pauta administrativa: Informe sobre ofícios da Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará e do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal com questionamentos sobre a atuação do MNPCT**

**8.1. Pauta:** informe sobre Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará e do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

### **8.2. Registro:**

8.2.1. Encaminhar a documentação pertinente para os membros do CNPCT. O tema será tratado na próxima reunião do colegiado, na qual se deverá avaliar as providências e decisões pertinentes a cada caso.

8.2.2. Foram entregues aos presentes dois documentos impressos: Ofício N. 041/2019-CJCRM/DF e Ofício nº 3474/2019-GAB/OCF/PR/CE.

8.2.3. [Aprovado] Oficiar o Ministério para que os processos em apuração aguardem avaliação e deliberação do CNPCT sobre as manifestações do da SEAP/CE e CRM/DF. RENILA e Conectas pediram para constar em ata que, considerando que esta foi a primeira reunião do CNPCT, e que não houve tempo hábil para apreciar os ofícios encaminhados, é necessário encaminhar resposta, através de ofício, à Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará e ao Conselho Regional de Medicina do DF esclarecendo que nossa demora em responder suas demandas não é por mora do CNPCT, mas por demora na nomeação e agendamento da primeira reunião do CNPCT.

Contra: MD, SG, MEC, SNPIR/MMFDH, MCIDADANIA, MS

A favor: CFP, UFRN, RENILA, JUSTIÇA GLOBAL, EDUCAFRO, MNU, SOMOS. CONECTAS, CFOAB.

Abstenção: SNPG/MMFDH

8.2.4. [Rejeitado] Delegação de relatoria para apreciar as denúncias.

A favor: SNPG/MMFDH, MD, SG, MEC, SNPIR/MMFDH, MCIDADANIA, MS

Contra: CFP, UFRN, RENILA, JUSTIÇA GLOBAL, EDUCAFRO, MNU, SOMOS. CONECTAS, CFOAB.

Abstenções: sem registro.

8.2.5. [Rejeitado] Preparar resolução para estabelecer fluxo de análise pelo CNPCT em relação a denúncias, queixas e manifestações relacionadas ao MNPCT.

Votação

A favor: SNPG/MMFDH, MD, SG, MEC, SNPIR/MMFDH, MCIDADANIA, MS

Contra: CFP, UFRN, RENILA, JUSTIÇA GLOBAL, EDUCAFRO, MNU, SOMOS. CONECTAS, CFOAB

Abstenções: sem registro.

## **9. Pauta administrativa: Planejamento do Biênio**

9.1. Pauta:

- Avaliação para planejamento.
- Agenda de reuniões

9.2. Registro:

9.2.1. Proposta SE CNPCT: 25ª RO: 2ª quinzena de nov, menos 20/11 (dia nacional da consciência negra)

A favor: SNPG, MD, SG, SNPIR, MS, MEC, Cidadania, MMFDH

Contra: Conectas, Somos, JG, Renila, CFP, CFOAB

Abstenções: sem registro.

9.2.2. Proposta dos representantes da sociedade civil da Renila e da Justiça Global para realizar ao menos 2 reuniões do CNPCT em 2019. Registro de manifestação do representante da Renila sobre a instalação do CNPCT e não realização de novas reuniões, prejudicando.

9.2.3. Registro da MMFDH para avaliar a necessidade urgente e excepcional para convocar reunião extraordinária até dezembro de 2019.

## **10. Pauta Temática: Política de Prevenção e Combate à Tortura**

10.1. Pauta:

- Apresentação da minuta do II PAIPCT;
- Acompanhamento dos Estados e DF;
- Manual para criação de comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura;
- Informes SNPCT (novas adesões).

10.2. A pauta ficou para apreciação na próxima reunião.

## **11. Pauta administrativa: fechamento da reunião**

11.1. **Pauta:** Leitura e aprovação dos encaminhamentos.

11.2. **Registro:** Não houve leitura dos encaminhamentos, os quais serão remetidos por e-mail para comentários dos membros do CNPCT.

## **12. Discussão sobre a Presidência do CNPCT**

12.1. O debate foi realizado no início da manhã e no final deste período do dia 09/10/2019.

12.2. A reunião contou com a participação do chefe da Consultoria Jurídica do MMFDH.

12.3. O representante da Conectas, Rafael Custódio, pediu esclarecimentos do Consultor Jurídico, presente na reunião, acerca do entendimento técnico-jurídico sobre quem deve conduzir os trabalhos do Comitê quando a Ministra do MMFDH, Presidente do colegiado, estiver no Brasil, mas impossibilitada de comparecer às reuniões convocadas. O Consultor Jurídico deixou consignado que quando a Ministra estiver no país, mas impossibilitada de comparecer pessoalmente às reuniões, a Vice-Presidência do CNPCT é que deverá conduzir os trabalhos, nos termos do Artigo 15 do Regimento Interno do Comitê.

12.4. A Ministra de Estado interina ou Ministra de Estado em exercício exerce, para todos os fins, a prerrogativa de Ministrado de Estado titular, dentre os quais a de Presidente do CNPCT, razão pela qual a reunião foi conduzida pela SE Tatiana Alvarenga na tarde da quarta-feira.

## **13. Relato da DPE/RS sobre utilização de viaturas policiais para privação de liberdade no RS**

13.1. A Vice-Presidência permitiu apresentação de representante da DPE/RS sobre situação dos presos em viaturas policiais - camburão, em delegacias.

13.2. Registro: recomendação ao MNPCT para realizar missão conjunta com o CNPCT, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do RS. Encaminhamento **aprovado por unanimidade**.

**24<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO COMITE NACIONAL  
DE PREVENÇÃO E  
COMBATE À TORTURA -  
CNPCT**

**2019  
BRASÍLIA - DF**

DEGRAVAÇÃO DA 24ª REUNIÃO ORDIÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT.

DIAS 08 e 09/10/2019

BRASÍLIA – DF

**Legenda:**

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na compreensão;
- 2) **(Interlocutor não se identificou)** – Interlocutor não informa o nome ao se pronunciar;
- 3) **Reticências ...** – Frase não concluída;
- 4) **(Intervenções Simultâneas)** – várias falas ao mesmo tempo, no microfone;
- 5) **(Intervenção fora do microfone)** – várias falas ao mesmo tempo, fora do microfone;
- 6) **(Inaudível)** – Interlocutor fala fora do microfone com identificação apenas de palavras desconexas.

1 Tatiana Barbosa de Alvarenga - Bom dia a todos e todas. Acho que todos já tomaram seus  
2 assentos. Fazer uma apresentação breve. Eu sou Tatiana Babosa de Alvarenga. Tomei posse há  
3 quase dois meses, no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Percorri a Esplanada  
4 por quase vinte anos, uma grande parte com política social. A primeira parte, quase quinze anos,  
5 no SUS, no Ministério da Saúde e, logo em seguida, tive oportunidade de trabalhar no  
6 desenvolvimento social. Vocês sabem que lá tem as principais políticas também sociais, com  
7 relação ao Bolsa Família, por exemplo, Política de Segurança Alimentar, sempre voltado à  
8 defesa dos vulneráveis. Há dois meses, tive o prazer, a honra de ser convidada pela ministra  
9 Damares. Foi um convite irrecusável. O ministro Osmar, sabe a honra, o Quirino, que é da  
10 equipe lá. Participei da transição também, inclusive da formatação da secretaria, que o Quirino,  
11 representante do Ministério da Cidadania. Mas, há muito tempo, acompanho as pautas do  
12 Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, acho que é porque fecha um ciclo de  
13 Política social, de proteção e promoção dos direitos, defesa dos direitos. Para mim é uma honra,  
14 é uma grande responsabilidade hoje estar aqui, representando a ministra, ela que estaria. Estava  
15 acertado na agenda dela, para ela estar à frente dessa vigésima quarta reunião ordinária do  
16 comitê nacional. Que é a primeira, após a recomposição, então, é o novo conselho, com uma  
17 nova composição. Mas, ela foi convocada pelo presidente, para estar representando o  
18 ministério, numa reunião de ministros, em Andorra, muito voltado o evento para inclusão das  
19 pessoas com deficiência. Primeiro, quero cumprimenta-los, membros do governo, sociedade  
20 civil, pela presença, que tiraram seu tempo para debater um tema tão importante. Só lembrar  
21 aqui, de maneira didática, como a maioria dos membros são novos, acho que vocês vão ser mais  
22 apropriados, tem uma fase da agenda, que é para mostrar o manual do membro. Nosso  
23 (inaudível), Sávio, que já era membro antigo do governo, acho que permanece, o restante acho  
24 que... vocês devem saber que , no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cuja  
25 reunião está sendo realizada agora, compõe nosso sistema nacional de prevenção e combate à  
26 tortura, que tem a finalidade, o nosso sistema, fortalecer a prevenção ao combate à tortura, e  
27 outros tratamentos e penas cruéis, desumanas ou degradantes, respeitando a integridade dos  
28 direitos humanos, em especial, os das pessoas privadas de liberdade. Estou fazendo a leitura  
29 didática do que está no decreto. Quanto ao sistema. Essa instancia, esse comitê, que é o CNPCT.  
30 Eu também tive contato na Cidadania, com a formatação e criação do CNPCT de lá – até achei  
31 que era o mesmo, acho que vamos até mudar a sigla dos outros, que é de povos e comunidades  
32 tradicionais, até porque, esse aqui está em decreto. É um mecanismo nacional de proteção e  
33 combate à tortura. E o conselho nacional de Política criminal e penitenciária, e departamento

34 penitenciário, como instância do Ministério da Justiça, o DEPEN. O papel do conselho, o nosso  
35 papel é de extrema importância, porque é um órgão de participação essencial para debate  
36 construtivo de Políticas públicas de prevenção e combate à tortura. Entre as missões, estão o  
37 acompanhamento do implemento das recomendações do mecanismo e, realizar o processo de  
38 seleção do perito, entre outros. Neste momento, quero reforçar bem, em nome da Ministra que,  
39 a retomadas reuniões, embora evidente que houve um processo de transição, apropriação,  
40 discussão, nova formatação, publica decreto, faz o edital, mas, demonstra o compromisso nosso  
41 do enfrentamento desse crime contra a humanidade, que é a tortura. Principalmente, no retrato  
42 que temos hoje, do nosso sistema penitenciário, das unidades sócio educativas. Temos um  
43 grande desafio, quando se fala das unidades sócio educativas, que temos cerca de cinco mil  
44 crianças e adolescentes que não estão fora dessas unidades, e algumas com risco de  
45 superlotação. Sabemos que, ali existe uma fiscalização, um olhar de nossa parte, enquanto  
46 governo e sociedade civil. Aqui, quero registrar nosso compromisso para retomada das  
47 discussões dos trabalhos dessa instância que tem tamanha importância. A representação, não  
48 vou me alongar aqui para falar de todos os membros. Vocês observaram, no próprio decreto,  
49 nós temos uma representação pluri. O debate sempre os debates vão ser muito ricos e  
50 democráticos. Da Esplanada, tem o nosso ministério, o Lucas Grilo, que está aqui ao meu lado,  
51 como titular, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Relações Exteriores, Educação,  
52 Cidadania – que eu citei aqui – (inicial), Joao Gabardo, que está aqui presente, que é o secretário  
53 executivo, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Governo da Presidência. E, da  
54 sociedade civil, que é bem rica a representação, pelo que eu vi aqui, tem a OAB, Conselho  
55 Federal de Psicologia, Movimento Negro Unificado, Conecta Direitos Humanos, Justiça  
56 Global, Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, União Brasileira de Mulheres,  
57 Francisco de Assis Educação Cidadania e Inclusão de Direitos Humanos, SOMOS -  
58 Comunicação Saúde e Sexualidade, Coletivo de Advogados para a Democracia, a CUT, a  
59 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Quero parabenizar a equipe da Secretaria  
60 Nacional de Proteção Global. Tem uma coordenação específica, a secretaria executiva também  
61 do comitê, pelo trabalho, pelo processo de condução, principalmente, dos editais, nessa nova  
62 vigência, essa nova formatação do comitê. Eu não vou poder ficar até o final, considerando que,  
63 até o final da condução no período da manhã. Mas, a secretaria executiva do ministério, vai ser  
64 com vocês em outros momentos. Minha adjunta, Viviane, vai estar em outros momentos.  
65 Considerando essa substituição da ministra, estamos com algumas agendas, inclusive na Casa  
66 Civil e no Palácio, mas quero ficar com vocês até a eleição do vice-presidente. Agora, vou

67 passar à posse dos novos membros do comitê, reiterando meu agradecimento e meus parabéns  
68 pela dedicação e pela disponibilidade num tema tão importante. Passar a palavra para a  
69 secretária executiva do comitê.

70

71 Carolina Castro - Bom dia a todos e todas. Carolina Castro, da coordenação geral de combate  
72 à tortura. Nossa sugestão, enquanto secretaria executiva, é que possamos fazer uma foto inicial  
73 para registro desse momento da posse e, na sequência, passemos à assinatura dos termos de  
74 posse dos representantes do governo e também dos representantes da sociedade civil. Se  
75 pudermos nos reunir aqui.

76

77 Tatiana Barbosa de Alvarenga - Enquanto a nossa secretária executiva do conselho, Carolina,  
78 vai passar o termo de posse, eu vou passar para uma apresentação. Até porque, na sequência,  
79 vamos entrar com a escolha do vice-presidente, e é uma forma também de confirmarmos a  
80 presença e já fazermos uma apresentação de vocês.

81

82 Lucas Grilo - Bom dia a todos. Eu me chamo Lucas Grilo, sou representante titular dos Direitos

83

84 Sávio Andrade – Bom dia. meu nome é Sávio Andrade, trabalho no gabinete do Ministro da  
85 Defesa. Fiz parte da primeira composição, como suplente e, depois, a segunda já como titular.  
86 Desejo um bom trabalho a todos. Nosso trabalho é árduo, nós começamos agora e vamos  
87 precisar de muita dedicação desse pleno aqui.

88

89 Felipe Beltrão Fallot - Bom dia a todos. Meu nome é Felipe Beltrão Fallot. Sou assessor especial  
90 da Secretaria de Governo da Presidência da República, tomando posse hoje. Bem-vindo a todos.

91

92 Débora Lobato – Bom dia. meu nome é Débora Lobato. Trabalho na divisão dos direitos  
93 humanos, do Itamaraty. Estou tomando posse como representante (inaudível) desse órgão.

94

95 Pedro Paulo Bicalho - Bom dia. meu nome é Pedro Paulo Bicalho. Sou professor da  
96 Universidade Federal do Rio de Janeiro e, presidente do Conselho Regional de Psicologia do  
97 Rio de Janeiro. Aqui, sou membro suplente do Conselho Federal de Psicologia.

98

99 Célia Zenaide – Bom dia. sou Célia Zenaide e, aqui, represento a titularidade do Conselho  
100 Federal de Psicologia.

101

102 Cândia – Bom dia. Eu me chamo Cândia. Represento a Universidade Federal do Rio Grande  
103 do Norte.

104

105 Vitória - Bom dia. eu sou Vitória, representante titular do Conselho Federal da OAB e, membro  
106 da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

107

108 Márcia Lustosa - Bom dia a todas e a todos. Sou Márcia Lustosa, e represento a RENILA –  
109 Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, como suplente.

110

111 Marcelo Magalhaes Andrade – Bom dia. Eu sou Marcelo Magalhaes Andrade. Represento a  
112 Rede Nacional Internúcleos, na condição de membro titular do comitê.

113

114 Isabel Lima - Bom dia. sou Isabel Lima. Sou representante suplente da Justiça Global.

115

116 Frei Davi – Frei Davi. Titular EDUCAFRO, Educação e Cidadania de Direitos Humanos.

117

118 Ribamar Araújo – Bom dia. sou Ribamar Araújo. Sou perito do mecanismo. Estou aqui como  
119 convidado, entre outros.

120

121 Domingos Silveira – Bom dia a todos e a todas. Sou Domingos Silveira, subprocurador geral  
122 da república, estou coordenador da sétima câmara de coordenação e revisão do Ministério  
123 Público Federal, que cuida do sistema prisional e do controle externo da atividade policial. E  
124 sou procurador federal dos direitos do cidadão, adjunto.

125

126 Caio - Bom dia a todas, bom dia a todos. Meu nome é Caio. Eu represento o SOMOS –  
127 Comunicação Saúde e Sexualidade. Uma organização que foi eleita para a representação  
128 temática da população LGBT, nesse comitê. Sou advogado, sou mestre em ciências criminais,  
129 sou doutor em Saúde Coletiva. Estou aqui, suplente, representando o Guilherme, que não pode  
130 estar conosco hoje. Desejo um bom dia de trabalho a todos nós.

131

132 Quirino Cordeiro – Bom dia a todos. Meu nome é Quirino Cordeiro. Sou secretário nacional de  
133 cuidados e prevenção às drogas, do Ministério da Cidadania, e apresento essa secretaria como  
134 membro titular.

135

136 Claudia Leite - Bom dia a todos. Meu nome é Cláudia Leite. Sou diretora nacional de cuidados,  
137 prevenção e reinserção social, do Ministério da Cidadania. Estou representando este ministério  
138 como membro suplente.

139

140 João Gabardo dos Reis – João Gabardo dos Reis. Sou representante titular do Ministério da  
141 Saúde.

142

143 Rodrigo Faria - Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Rodrigo Faria. Sou representante da  
144 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, na condição de suplente.

145

146 Edvar – Bom dia. eu sou Edvar, trabalho no gabinete do secretário de educação, do Ministério  
147 da Educação, e representante titular nesse comitê.

148

149 Bruno Callegari - Bom dia a todos. Bruno Callegari. Membro titular da Secretaria Geral da  
150 Presidência da República.

151

152 Fernanda – Bom dia a todos. Meu nome é Fernanda, sou defensora pública do estado de Goiás,  
153 coordenadora do núcleo de direitos humanos. Estou aqui, na qualidade de suplente,  
154 representando a ANADEP.

155

156 Matheus Moro - Bom dia a todos e todas. Eu sou Matheus Moro, assim como a Fernanda,  
157 defensor público do estado de São Paulo. A ANADEP – Associação Nacional de Defensores  
158 Públicos, está como convidada permanente. Eu sou um dos três coordenadores do núcleo de  
159 situação carcerária, fazemos inspeções em unidades prisionais, (inaudível) coletiva, em São  
160 Paulo temos um terço da população prisional do brasil, são duzentas e quarenta mil pessoas  
161 presas. Trabalhamos bastante, ano passado, conseguimos aprovar um projeto na ALESP, que  
162 criava o comitê e o mecanismo de prevenção e combate à tortura que, infelizmente, foi vetado  
163 integralmente em janeiro, pelo atual governador do estado. Enfim, estou aí para trabalhar em  
164 conjunto com todos vocês. Bom dia.

165

166 Alexandre Magno - Bom dia a todos e a todas. Sou Alexandre Magno, secretário nacional  
167 adjunto de proteção global. Eu não participo formalmente desse comitê, mas fiz questão de vir  
168 aqui para dar as boas-vindas a vocês, em nome da secretaria onde está a coordenação geral que  
169 cuida do tema. E reafirmar o nosso compromisso com o funcionamento do sistema nacional de  
170 combate à tortura. Agradeço a presença de todos e desejo uma boa reunião a todos e a todas.  
171 Obrigado.

172

173 Tatiana Barbosa Alvarenga – O termo de posse, acho que está sendo finalizado. Eu vou passar  
174 para o próximo ponto de pauta, que é a escolha do vice-presidente. Nós, governo, vamos  
175 relançar, vamos lançar uma candidatura que é do Lucas Teixeira Grilo, aqui presente, um dos  
176 representantes do Ministério. É uma nova vigência, um novo comitê, com uma nova  
177 formatação, pelo engajamento e pela prioridade da pauta, para o ministério, para a secretaria de  
178 proteção global, estamos lançando a candidatura, formalmente, do Lucas Teixeira Grilo, como  
179 vice-presidente. A candidatura pelo governo.

180

181 Interlocutor não se identificou – Tatiana, com licença. O Rafael Custódio, da Conectas, ainda  
182 está a caminho, pela questão de uma passagem emitida pelo próprio ministério, que chegaria às  
183 dez da manhã, pelo que eu entendi. Então, pediríamos a gentileza, até para prestigiar o colega  
184 que está a caminho da reunião, que se desloca somente para isso, que possamos esperar a  
185 chegada dele na reunião, para fazer a eleição da vice-presidente.

186

187 Interlocutor não se identificou – A passagem do Rafael não foi pelo custeio do ministério. Não  
188 foi responsabilidade nossa.

189

190 Interlocutor não se identificou – Entendi. Mas, de toda forma, ele está a caminho para dois dias  
191 de reunião. Então, nós pediríamos a gentileza, claro, podemos inclusive colocar isso para a  
192 deliberação de todos aqui. Mas, que esperemos ele chegar para prestigiar os colegas que  
193 conseguiram se organizar para estarem aqui.

194

195 Interlocutor não se identificou – Já são dez horas. Até atrasamos o início da reunião. Estava  
196 marcado para as nove. Até entendo que aconteçam esse tipo de imprevisto, mas não podemos

197 segurar a reunião mais, por conta de um atraso de um conselheiro. Isso se aplica a qualquer um,  
198 seja o Rafael, membro de governo, enfim.

199

200 Tatiana Barbosa Alvarenga – Na realidade, esperamos um bom tempo para ver se a composição  
201 estaria completa. Mas, quem está com o microfone ligado, vou passar a palavra.

202

203 Marcelo – Marcelo, da RENILA. Eu acho que não fugimos ao regimento, acho que é no sentido  
204 da gentileza que a colega pediu. Se a gentileza puder ser concedida. Porque o regimento fala  
205 que temos que fazer a eleição na reunião, a reunião é até amanhã. A rigor, poderia ser até  
206 amanhã. Se for possível a gentileza, senão, nós procedemos.

207

208 Tatiana Barbosa Alvarenga – Mais por uma questão de organização da minha agenda. Se a  
209 ministra estivesse aí, até que eu poderia, se eu não tivesse outros compromissos, por  
210 organização de agenda. Ele chegou no aeroporto já? Alguém tem... (intervenção fora do  
211 microfone).

212

213 Marcelo – Nós esperamos, inclusive com recursos judiciais, oito meses para estar com vocês.

214

215 Tatiana Barbosa Alvarenga – Tudo bem. Mas, é uma questão de organização. Toda a equipe do  
216 governo, fizemos questão também de priorizar. Tem secretários executivos de ministério, que  
217 estão aguardando essa etapa para vir ser substituído pelo seu suplente. Considerando a  
218 disponibilidade da agenda. Não sei se vocês têm notícia. Ele já desembarcou? Realmente  
219 gostaria de ter essa gentileza, sou disponível até demais, fico no ministério à disposição sempre,  
220 doze a quatorze horas. Mas, eu não contava com esse desencontro de horários.

221

222 Interlocutor não se identificou – Até para não ficar uma queda de braço, não parece que vamos  
223 começar (intervenção simultânea). Se você me deixar concluir, te agradeço. Eu me comprometo  
224 a ligar para ele agora. Não sei que horário a senhora teria que sair, até para otimizarmos o  
225 objetivo. Dependendo do horário que tiver que sair, dá para esperar. Dependendo do horário,  
226 não dá. Como foi falado pelos colegas, (inaudível) que falaram anteriormente, temos vários  
227 tipos de temas na pauta, talvez, esse seja um dos mais importantes. Dependendo do horário que  
228 a senhora for sair, podemos tentar conciliar. Se for inconciliável, compreendemos também.

229

230 Interlocutor não se identificou – Eu gostaria de pergunta à mesa, o seguinte: esse procedimento  
231 vai ocorrer quando faltar qualquer um conselheiro, quando houver a falta de um conselheiro,  
232 nós vamos ficar parados, esperando o conselheiro chegar? Eu não concordo. Eu cheguei no  
233 horário, gostaria que a reunião começasse no horário. (Intervenção simultânea).

234

235 Interlocutor não se identificou – Nós estamos esperando há dez meses essa reunião. Pedimos  
236 uma gentileza. É só isso. Há dez isso, esperando essa reunião no horário.

237

238 Tatiana Barbosa Alvarenga – Tem uma gentileza, mas tem uma questão de compromisso da  
239 minha agenda.

240

241 Interlocutor não se identificou – É só votar então, pessoal. Votamos.

242

243 Caio – Só queria fazer uma colocação, se me permitem. Acho que o tempo de todo mundo é  
244 precioso, seja do secretário executivo, seja do movimento social. Isso é um primeiro ponto a se  
245 colocar. Segundo, é apelar para os representantes do governo, de lembrar qual é a função, qual  
246 é a origem desse comitê. É um comitê de controle social. Eu acho bem interessante, bem  
247 oportuno prestigiar os representantes dos movimentos sociais, que são, exatamente, quem  
248 encabeçam, as pessoas que devem ter certa prioridade, eu acredito nessas gentilezas que  
249 teremos no decorrer desses dias.

250

251 Tatiana Barbosa Alvarenga – Não considerem, por favor, uma falta de gentileza, é uma questão  
252 de compromisso. Ratifico o que o secretário executivo, (inaudível) falou, inclusive, hoje, a  
253 maioria, não sei se grande parte, tem um expressivo número de suplentes. A programação,  
254 inclusive, foi a que eu confirmei, ela foi enviada para os senhores com antecedência. Já tinha  
255 uma ciência que a votação estava logo na programação da abertura. Realmente, se toda vez,  
256 formos esperar alguém, for esperar estar totalmente completo para fazer, vocês sabem que  
257 sempre acontecem imprevistos.

258

259 Frei Davi – Questão de ordem. No artigo sétimo, parágrafo segundo: o vice-presidente será  
260 eleito pelos demais membros do conselho, e exercerá o mandato fixo de um ano, assegurando-  
261 se a alternância entre a representante do poder executivo federal, e os representantes do

262 conselho de classe profissional e organizações da sociedade civil. Não estaria sendo já pré-  
263 indicado que a sociedade civil deveria ocupar essa função agora?

264

265 Interlocutor não se identificou – Perdão, seu nome, conselheiro?

266

267 Tatiana Barbosa Alvarenga – Essa candidatura está baseada, amparada, pelo próprio regimento.  
268 Você pode ler aqui, porque estou com dificuldade.

269

270 Interlocutor não se identificou – Com licença.

271

272 Lucas Grilo – Vai ser mantida, obviamente, a obrigatoriedade de alternância, sem dúvida. Uma  
273 vez eleito um membro de governo agora, cumpre-se o mandato de um ano e, o próximo, da  
274 sociedade civil. Não vejo nenhum prejuízo do que está estabelecido no decreto e no regimento  
275 do comitê.

276

277 Interlocutor não se identificou – Frei, qual é o artigo, por favor?

278

279 Frei Davi – Artigo sétimo. (Intervenção fora do microfone). Outra questão de ordem. Eu queria  
280 entender e saber da presidência se, por praxe, toda pauta não é pré-aprovada pelo pleno? Até  
281 sugerindo mudanças de posição?

282

283 Márcia Lustosa – Complementando o que o companheiro tem falado, todas as reuniões do  
284 comitê, inclusive a RENILA já faz parte, eu fui titular no mandato anterior, no período anterior  
285 e, sempre há a leitura da pauta, com a perspectiva de mudança da programação da pauta. Isso é  
286 algo que é comum a esse coletivo. Se há necessidade de mudanças de pauta, de horários, pautas  
287 que estão no período da manhã ou da tarde, apresentação de algum relatório, que há necessidade  
288 de complementação de informações, isso sempre foi muito tranquilo, inclusive aqui, no sentido  
289 de que apresentamos nossas necessidades, apresentamos também uma pauta, mas apresentamos  
290 uma flexibilidade, e isso sempre existiu. Essa flexibilidade inclusive de mudanças de pauta,  
291 inclusão de assuntos. Esse primeiro momento é de informes, eu não sei nem se tem informes.  
292 Iniciamos a reunião com os informes, iniciamos a reunião com complementação e avaliação  
293 dessa pauta.

294

295 Tatiana Barbosa Alvarenga – Nessa (inaudível), como vocês podem observar, vamos entrar  
296 com todo esse rito de rotina. Só que, hoje, o momento é um novo comitê, com outra composição,  
297 por isso, a questão da alternância vai começar a partir de agora. Esse é o entendimento que  
298 fechamos com nosso jurídico. E se, após esse rito inicial de conclusão do comitê, vice-  
299 presidente, posse, aí sim, vamos passar ao rito de rotina. Inclusive, tem aqui, na sequência  
300 também a escolha da mesa diretora. Aí vem, leitura e aprovação da pauta. Tem também uma  
301 pauta administrativa, na sequência vocês vão poder proceder, inclusive, a partir da condução  
302 do vice-presidente, com o encaminhamento de rotina. Uma coisa, são as reuniões rotineiras.  
303 Outra coisa é agora, que estamos no rito inicial de recomposição do comitê, com a nova  
304 vigência, em que tem que se cumprir alguns ritos formais de escolha do vice-presidente e  
305 escolha da mesa diretora. Aí sim, vai para a sequência de leitura e aprovação da pauta, a pauta  
306 administrativa e toda a sequência que foi comunicada aos senhores e senhoras.

307

308 Interlocutor não se identificou – Tatiana, por favor, eu estou aqui... fazendo as inscrições por  
309 favor.

310

311 Tatiana Barbosa Alvarenga – Doutor Domingos.

312

313 Domingos – Talvez as questões sejam mais simples. A informação que eu tenho e do que me  
314 recorde, é que a última vice-presidente era Taciana, governamental. Não depende da nossa  
315 vontade, nem do conselho. Nós até, às vezes, achamos que podemos muito, mas há um decreto  
316 que, no artigo oitavo do decreto – e, isso não foi modificado. A redação atualizada, no parágrafo  
317 oitavo, artigo oitavo, está dito: o vice-presidente será eleito pelos demais membros e exercerá  
318 o mandato de um ano, assegurada a alternância entre os representantes governamentais e não  
319 governamentais. Nós não estamos inventando a história, a história não começa conosco hoje,  
320 aqui, nesse momento. Portanto, a última vice-presidente, Taciana, era governamental. Agora,  
321 nem cabe, com todo respeito, doutor Lucas Grilo, que estou conhecendo hoje, absolutamente  
322 nada pessoal, mas não cabe sequer apresentação de uma candidatura governamental, porque o  
323 decreto é claro: alternância entre governamental e não governamental. A última vice-presidente  
324 era governamental, a próxima, será não governamental. Parágrafo oitavo, do artigo oitavo, do  
325 decreto oito um cinco quatro, já com a redação do decreto nove oito três um.

326

327 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vou dar sequência, vou passar a palavra para o Lucas.

328

329 Lucas Grilo – É um prazer conhecer o senhor também. Eu reitero o que eu disse. Esse critério,  
330 essa normativa vai ser obedecida. Uma vez eleito um vice-presidente, membro de governo,  
331 haverá alternância. Após um ano do mandato, será oportunizado obviamente à sociedade civil  
332 eleger seu vice-presidente. Então, não há nenhuma desobediência à essa norma, de modo que  
333 ela vale para esse comitê. O comitê foi instalado dia vinte e cinco de junho, com a nomeação  
334 dos membros. Vinte e cinco de junho, primeiro de julho e, no decreto, semana passada, que  
335 renovou, alterou, os membros de governo. O comitê se instala agora e o governo está  
336 apresentando a sua candidatura. Agradeço pela observação.

337

338 Interlocutor não se identificou – Como o comitê se instala agora, se estamos na vigésima quarta  
339 reunião ordinária?

340

341 Lucas Grilo – O comitê, nesse formato, se instala agora. Ou havia essa participação dos mesmos  
342 membros da sociedade civil, na gestão anterior?

343

344 Interlocutor não se identificou – Significa que vamos jogar fora o princípio da continuidade do  
345 serviço público, das coisas públicas. É isso que o senhor está dizendo?

346

347 Lucas Grilo – De modo algum. Prevenção e combate à tortura é uma Política permanente de  
348 estado, ela continua. Ela não depende de uma mesma nomeação ou de uma mesma comissão  
349 do comitê, eventualmente, do mecanismo. Ela é uma Política de estado. A continuidade do  
350 serviço público (intervenção simultânea).

351

352 Interlocutor não se identificou – Exatamente por ser de estado e, não, de governo, a observação  
353 do senhor procurador é totalmente pertinente e, juridicamente, a posição de vocês é  
354 insustentável. Repito, Lucas, o que foi falado aqui, de forma serena, muito clara, não é nada  
355 contra a sua pessoa. Mas, se começarmos esse mandato dessa forma, ele vai ser judicializado.  
356 Não podemos começar assim, temos que começar de forma séria, de forma tranquila, sem  
357 atropelos.

358

359 Frei Davi – Também é nossa preocupação quando levantamos essa questão, entendemos que o  
360 governo precisa ter a leveza de saber dialogar com a sociedade civil. E uma proposta que pode

361 dar um cheiro de atropelamento. Não é uma proposta simpática, e nós solicitamos ao governo  
362 que tenha uma postura mais proativa e de soma, e não de atropelamento da sociedade civil.  
363 Com certeza, não vamos nos sentir bem, se formos atropelados na primeira pauta desse  
364 conselho. Para nós, é uma continuidade – está comprovado isso com as leituras jurídicas, além  
365 da nossa leitura do texto -, e pedimos a vocês, da mesa, que considere isso com carinho e com  
366 respeito à sociedade civil.

367  
368 Interlocutor não se identificou – Doutor Lucas, como o senhor mesmo disse, existe uma  
369 posição, um parecer jurídico do Ministério, em relação à essa questão. Minha sugestão é que  
370 nós encaminhemos.

371  
372 Lucas Grilo – Onde está o parecer?

373  
374 Interlocutor não se identificou – Acabou de ser relatado agora. (Intervenção simultânea)

375  
376 Interlocutor não se identificou – Eu gostaria de solicitar vistas desse parecer.

377  
378 Interlocutor não se identificou – Eu também.

379  
380 Lucas Grilo – Só uma correção: parecer informal. Não temos ainda...

381  
382 Interlocutor não se identificou – Não existe parecer, é a opinião de alguém. (Intervenção  
383 simultânea).

384  
385 Interlocutor não se identificou – A minha posição é a seguinte: temos uma posição, tendo um  
386 parecer, ou não, como o senhor disse que havia, não havendo um parecer formal, enfim, mas  
387 tendo uma posição, minha questão é que seja encaminhado. Esse ponto de pauta, acho que não  
388 faz o menor sentido, em qualquer ponto que for ser discutido, esperarmos determinados  
389 representantes. A minha sugestão é que nós encaminhemos essa questão, que coloquemos para  
390 a votação, para que possamos dar continuidade nessa reunião. Senão, vamos ficar travados já  
391 no primeiro ponto de pauta. Acho que isso não faz o menor sentido nesse momento.

392

393 Interlocutor não se identificou – Acho que não é a questão de esperar o colega. Acho que  
394 estamos falando agora na representação da sociedade, num espaço importante. E uma questão  
395 jurídica que, os membros do comitê, que são responsáveis por deliberar, estão com dúvidas, e  
396 está tendo discordância. Não é uma questão de encaminhar, esperar, não. Estamos falando sobre  
397 a vice-Presidência do comitê e sobre a discordância jurídica que existe entre a maioria dos  
398 membros, e a proposta apresentada.

399

400 (Intervenção simultânea).

401

402 Interlocutor não se identificou – A senhora não pode falar se a dúvida é da maioria dos  
403 membros.

404

405 Interlocutor não se identificou – Esse parecer é favorável? Eu nunca ouvir falar em parecer  
406 informal, queria até mais informação sobre isso. Mas, esse parecer diz que pode haver a  
407 candidatura do governo?

408

409 Tatiana Barbosa Alvarenga – Considerando que é uma nova composição, novo formato.  
410 (Intervenção simultânea).

411

412 Interlocutor não se identificou – Nós gostaríamos, por gentileza, de acessar esse parecer  
413 informal.

414

415 Tatiana Barbosa Alvarenga – Foi uma consulta, um alinhamento interno, informal, com o  
416 doutor Tiago, nosso consultor jurídico.

417

418 Interlocutor não se identificou – Entendi o tipo de parecer. Mas, de qualquer forma, a questão  
419 que queríamos colocar para o senhor Quirino, é que não estamos mais esperando ninguém,  
420 estamos discutindo um ponto de pauta. É comum, em um colegiado, nos alongarmos em  
421 qualquer discussão, porque todo mundo quer ser ouvido, todo mundo quer colocar sua opinião.  
422 Não estamos esperando ninguém, o Rafael chegando ou não chegando, não tem problema  
423 nenhum. Estamos discutindo o primeiro ponto de pauta. E acho que não é sua responsabilidade  
424 dar qualquer encaminhamento, porque o senhor não está na mesa diretora. (Intervenção  
425 simultânea).

426

427 Quirino – A senhora está aqui de má fé.

428

429 Tatiana Barbosa Alvarenga – Podemos encaminhar de forma bem sábia, bem serena.

430

431 Interlocutor não se identificou – Se me permite, secretária, como decano (intervenção  
432 simultânea).

433

434 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu vou passar para o Sávio, para darmos sequência de uma forma  
435 organizada, pelo menos, na condução das falas. Dou a palavra agora para o Sávio.

436

437 Sávio – Agradeço, secretária. Talvez, a falta do ar condicionado nos atrapalhou no início da  
438 nossa reunião. Como eu falei, esse colegiado tem uma importância ímpar. Levantei essa questão  
439 do problema que nós tivemos nas gestões anteriores: falta de objetividade. Essa questão que foi  
440 levantada é importantíssima, e já antecipo aqui que entendo que é pertinente o que a sociedade  
441 civil levantou. É pertinente, e temos que debater com muita calma. Porque, nosso trabalho aqui  
442 não é esse debate administrativo. O sistema penitenciário está sob crise, e nós precisamos focar  
443 nisso, nós temos um trabalho excelente do mecanismo, que temos relatórios para apreciar, para  
444 evitar que ocorram mais tragédias no Brasil. Eu peço muita parcimônia dos colegas, no início  
445 desse trabalho, para alinharmos, para termos afinidade no nosso trabalho, porque precisamos  
446 focar no que precisa. Agradeço, secretária.

447

448 Tatiana Barbosa Alvarenga – Marcelo, por favor.

449

450 Marcelo – Sávio, mais uma vez, parabéns pela sua posição, sempre republicana, desde o outro  
451 biênio, o que é raro nos tempos atuais. Tatiana, acho que é uma questão, no momento, mesmo  
452 que você tenha passado a presidência ao Lucas, faço o primeiro apelo que fiz a você.  
453 Regimentalmente, talvez seja desnecessário esse confronto no momento já que,  
454 regimentalmente, se você puder estar aqui amanhã, dá igual, regimentalmente dá igual. Só para  
455 entendermos que são vocês que estão criando uma tensão no arriar das malas, numa situação  
456 internacionalmente já colocada, diga-se de passagem, da morosidade e da inépcia – inépcia  
457 seria incorreto, não é nem inépcia – do travamento da abertura do trabalho que está vinculado  
458 a acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Inclusive, vocês, atualmente,

459 judicializados ou chamados atenção por organismos internacionais. Se a escolha de vocês é  
460 essa, peço que vocês meditem. Os governos são passageiros, o comitê é permanente. Eu faço  
461 um pouco reforçar o apelo republicano que o Sávio está fazendo para vocês. Mas acho que são  
462 escolhas. O governo, no momento, pode fazer uma escolha, nesse momento, de agir dessa  
463 forma. Mas, temos que lembrar que somos a velha sociedade civil e, vocês são mais um  
464 governo, e vocês vão passar.

465  
466 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Somos governo, mas me coloco como cidadã, lutadora pela  
467 promoção e prevenção de direitos. Me coloco também como a Tatiana Barbosa de Alvarenga,  
468 cidadã. Me incluo também, sempre trabalhei junto à sociedade civil, desde a época do Conselho  
469 Nacional de Saúde. Por isso, inclusive, que estamos fazendo a fala. Sei que tem uma  
470 interpretação que, ao estudar a pauta, eu conversei muito com a equipe da secretaria nacional,  
471 conversei com nosso consultor jurídico, e me foi informada uma segurança para que tivesse  
472 essa abertura, considerando, repetindo, a nova composição, o novo comitê com nova  
473 composição e nova vigência. Inclusive, por isso que eu estou passando a palavra, faço questão  
474 de continuar ouvindo. Caio, quem pediu foi Caio, Matheus e Domingos.

475  
476 Domingos - Sávio, eu me chamo Domingos Sávio. Então, de Sávio para Sávio, queria lhe dizer,  
477 primeiro, saudar sua manifestação, e dizer que precisamos olhar para essa sala, para essa mesa,  
478 ver a pluralidade, a riqueza que existe aqui dentro, o que é algo raro quando se trata do tema da  
479 tortura, que é algo oculto, esquecido, silenciado. Portanto, esse é um momento importante,  
480 fundamental, é um momento muito simbólico nesse compromisso que todos nós temos de  
481 combater essa chaga que nos acompanha desde o pelourinho, que é a chaga da tortura, que é,  
482 tristemente, um dado de cultura do agir do estado, notadamente do estado, na repressão e, nas  
483 instituições totais. Esse conselho, me permita insistir nisso, essa não é a primeira reunião desse  
484 conselho, ela aconteceu em dois mil e treze, e me recordo da luta que foi para constituir o  
485 sistema nacional de prevenção e combate à tortura, eu erar ouvidor nacional de Direitos  
486 Humanos a época que começou esse debate. Esse comitê tem história. Claro que, cada um que  
487 chega à gestão do estado, tem o desejo de deixar sua marca na forma de gerir, de administrar.  
488 Mas, isso não tem como apagar o passado. Esse comitê tem história. Tanto que nós aprovamos  
489 sempre, no início das sessões, a ata da sessão anterior, ou seja, simbolicamente marcando a  
490 transição, a continuidade, a permanência. Esse comitê, pela convenção, pelo que o Brasil se  
491 obrigou na esfera internacional, é um comitê permanente dentro de um sistema nacional e

492 permanente de prevenção e combate à tortura. É por isso mesmo que o parágrafo oitavo, do  
493 artigo oitavo, volto a ele, estabelece com muita clareza, eu quero dizer até com uma clareza  
494 constrangedora. Costumamos dizer que, quando a norma é clara, acaba a interpretação, eu acho  
495 um negócio autoritário, porque nunca... Bicalho, melhor do que ninguém, saberá dizer que a  
496 interpretação sempre existe, não há clareza capaz de deter o ato de interpretar. Mas, eu tenho  
497 um certo constrangimento, e pediria à mesa, em especial, que refletisse. Tem um certo  
498 constrangimento com a tentativa de interpretação que se faz desse parágrafo oitavo, porque ele  
499 tem como pressuposto um elemento que não existe. O decreto que reformulou o comitê, não  
500 fundou o comitê, ele não criou o comitê, tanto que ele não revogou o decreto anterior. Nós não  
501 estamos aqui no ato inaugural do comitê, nós estamos na continuidade. É bem verdade, é a  
502 primeira reunião nesse governo, e existirão tantos outros governos no futuro, que também terão  
503 sua primeira reunião nesse conselho. Mas, é constrangedor querer afirmar que hoje é a primeira  
504 reunião. Portanto, eu pediria, faria um apelo, que a mesa retirasse a candidatura que foi lançada,  
505 a candidatura governamental, inclusive, como um gesto não só de boa vontade, mas também de  
506 inteligência e de boa gestão.

507

508 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Estou fazendo um esforço até que pensemos num melhor  
509 encaminhamento, dada a importância da escuta e da interpretação, embora se tenha dito da  
510 clareza, tive realmente amparo a partir de outra interpretação.

511

512 Domingos – Sugestão de encaminhamento para contribuir com a mesa.

513

514 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A sugestão que podemos dar uma sequência, estou vendo a  
515 possibilidade de cancelamento de algumas agendas, até porque acho que manhã já se estendeu,  
516 já são dez e trinta. Só tenho que ver aqui que, de acordo com o regimento, a escolha da mesa  
517 diretora seria na sequência, ou ficaria prejudicada a continuidade da reunião? (Intervenção  
518 simultânea). Vou passar para os informes, tem duas pautas de informes. Aliás, essa pauta  
519 administrativa também eu acho que pode seguir. Enquanto isso vou pedir, inclusive, ao nosso  
520 consultor jurídico.

521

522 Quirino – Estou na dúvida, se vai passar para outro ponto de pauta, e esse ponto vai ficar como?

523

524 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos passar para esses informes, Quirino, só para...

525

526 Quirino – Eu entendi isso, mas esse ponto, qual vai ser o encaminhamento para isso?

527

528 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Estou pedindo a vinda do nosso consultor jurídico, do Tiago,  
529 mas continuamos com o posicionamento de que vamos fazer nossa candidatura.

530

531 Matheus – Presidência, eu estava inscrito para esse debate ainda.

532

533 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Matheus, pode falar.

534

535 Matheus – Não estamos começando bem, queria endossar a fala dos dois Sávio. Eu faço  
536 especialidade prisional, com pessoas machucadas, torturadas, e temos muito para debater aqui.  
537 Como foi colocado, ficamos muitos meses parados, esse comitê ficou parado. Não tenho direito  
538 à voto e, fica até mais difícil, então temos que argumentar. Por exemplo, o governo dizer que  
539 não vai respeitar o que foi dito já que, juridicamente, é muito nítido. Infelizmente, vivemos a  
540 era da pós verdade, da pós ciência. Falamos que isso aqui não é uma mesa, não é madeira.  
541 Temos que tratar as coisas como elas são. A norma existe e tem que ser aplicada. Só um  
542 exemplo, em São Paulo, faço parte do CONED – Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas,  
543 esse revezamento existe. Eu faço parte também, no Estado de São Paulo, do COPEM, que é um  
544 conselho penitenciário, ligado à SAP – Secretaria de Administração Penitenciária. Em todos  
545 esses conselhos, independentemente do nível da unidade federativa, ocorre o revezamento.  
546 Estamos correndo o risco muito grande de, simplesmente, jogarmos dinheiro público fora,  
547 várias pessoas, que vieram de vários estados aqui, e melar dois dias de reunião, por uma  
548 resistência que não tem pé nem cabeça, com todo respeito aos presentes. A norma está aí, a  
549 norma está posta. Não dá para falar que ela não existe, não dá para dar nó em pingo d'água.  
550 Tem gente nessa mesa das mais variadas áreas: psicologia, direito, etc. Assusta estarmos aqui,  
551 há vários minutos, discutindo algo que me parece obvio. Se não estamos conseguindo caminhar  
552 nesse ponto, vamos caminhar em que? Com todo respeito à posição do governo. Podem trazer  
553 aqui alguém da AGU, alguém do parecer, alguém que deu um parecer informal, mas ele não  
554 vai nos convencer da ilegalidade que está tentando ser cometida. Com todo o respeito, de forma  
555 bem tranquila. Isso acontece, sempre aconteceu. Entramos pela porta, salvo engano, está escrito,  
556 vigésima quarta sessão. Não estamos começando o mundo hoje, esse comitê já existe. Tem uma  
557 ata a ser aprovada, porque já existia antes. Obrigado.

558

559 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu estou acordado realmente a argumentação do nosso  
560 consultor jurídico, gostaria de entrar, retomamos na sequência, vamos fazer esse ponto dois,  
561 que é nossa pauta administrativa de informe, que acho que necessariamente não tem que constar  
562 da pauta de aprovação, até a chegada ou não dos argumentos. Observando que eu estou sim  
563 disposta a avaliar essa interpretação. Até porque, eu tive conhecimento e perguntei muito para  
564 o Lucas, na prévia que fizemos, como foi a interpretação e a partir de quem teve essa  
565 interpretação. Como, nesse momento, estamos vivendo com vários conselhos, independente,  
566 outros conselhos de direitos, o ministério tem doze instancias de conselho, e tem algumas  
567 interpretações similares, dada uma nova composição, então eu julguei que poderia, que tivesse  
568 essa argumentação. Ao escuta-los confesso que, também, por trabalhar com interpretação de  
569 normas, e fazer muitas normas, principalmente na pasta da saúde, confesso que preciso de uma  
570 argumentação maior, estou pedindo ao Tiago. Mas, eu até falo que argumentei com a equipe da  
571 secretaria nacional de proteção global, me informaram, eu tive entendimento de que tinha outro  
572 artigo no regimento que trazia essa possibilidade, eu tive esse entendimento. E, nos outros  
573 conselhos que estamos fazendo composição, realmente temos tido esse olhar. Por exemplo,  
574 conselho nacional do idoso, que teve uma nova roupagem, respeitada a participação do governo  
575 e sociedade civil. Teve questões que tivemos que levar novamente a pauta, teve-se um olhar de  
576 nova estrutura e outras questões. Então, fomos com base nesse amparo. Vou passar para o Sávio  
577 novamente.

578

579 Interlocutor não se identificou – Tatiana, só uma questão de ordem antes. Pedimos desculpas  
580 pela observação que vamos fazer porque, sabemos que, à rigor, deveríamos ter feito essa  
581 observação anteriormente. Dando uma olhada na ata que estamos executando, na pauta.

582

583 Tatiana Barbosa de Alvarenga – E vamos fazer. Não existe enfrentamento, não existe  
584 provocação.

585

586 Interlocutor não se identificou – Tranquilo. O Domingos Silveira nos lembrou uma questão da  
587 tradição, da ancestralidade desses protocolos que existem em todos os conselhos e comitês.  
588 Olhando agora, vimos que não tem, nesse primeiro momento, a leitura da ata da reunião  
589 anterior. O que está aqui, na verdade, que vocês colocaram, que foi o governo que encaminhou,  
590 tem leitura e aprovação da pauta. Mas, causa espécie então, considerando as falas anteriores,

591 que comecemos com esse apagamento da história. Encaminhamos que possamos proceder  
592 também essa leitura da vigésima terceira reunião do comitê. Senão, de fato, estaríamos  
593 concordando de que isso não existiu, passou a existir agora.

594

595 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu vou sugerir, como procedimento, para a secretária executiva  
596 que, esse encaminhamento da pauta, sabemos que todas reuniões tenham essa aprovação, mas  
597 que vocês possam fazer sugestão, para que vá com a devida antecedência, para que possa fazer  
598 sugestão. Lembrando que, só quero reiterar que não existe enfrentamento, provocações,  
599 estamos todos aqui no intuito de prosseguir com os trabalhos. Sabemos da importância,  
600 sabemos o que nos aguarda, o que está passando nas situações, que precisam das nossas ações,  
601 nossas medidas, nossas sugestões, nossas discussões, a finalidade pela qual estamos aqui. Só  
602 que, por uma questão, não de provocação, teve uma interpretação de que poderíamos fazer a  
603 candidatura e, evidentemente, naturalmente, não abriríamos mão. Teve essa interpretação que,  
604 agora, estou querendo uma reafirmação, querendo prosseguir, mas podemos ajustar, na hora da  
605 aprovação da pauta, vocês podem opinar de que teria que... mas, evidentemente, que não tem  
606 como apagar a memória porque todo o histórico está aí, público inclusive, tem os registros de  
607 toda a memória.

608

609 Interlocutor não se identificou – Por favor, Tatiana, sugerir um encaminhamento, a inclusão da  
610 aprovação da ata da vigésima terceira reunião, agora, na manhã, nesse primeiro ponto.

611

612 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A secretária executiva já ia tratar sobre isso também. Deixa eu  
613 pensar. Dentro da escolha da pauta, leitura e aprovação da pauta. Podemos fazer isso, seguimos  
614 na sequência a questão da aprovação da ata anterior.

615

616 Carolina – Novamente, bom dia a todos e todas. A coordenação geral de combate à tortura hoje  
617 é vinculada à secretaria nacional de proteção global, vinculada ao ministério. A secretária  
618 executiva do comitê nacional de prevenção e combate à tortura, segue vinculada à essa pauta,  
619 à essa coordenação. Em relação ao registro das reuniões anteriores, nós tivemos problemas no  
620 registro e nas gravações das duas últimas reuniões que foram feitas, no ano passado. Tivemos  
621 problemas na última gravação, da vigésima terceira reunião ordinária e, tivemos problema  
622 também na reunião extraordinária, realizada em dezembro. Para fins de registro, nós utilizamos  
623 os encaminhamentos aprovados ao final da reunião. Como é de praxe nas nossas reuniões, ao

624 final da reunião, a secretaria executiva faz a leitura e registro dos encaminhamentos adotados  
625 na reunião. Para fins de registros documentais, a nossa sugestão, enquanto secretaria executiva,  
626 é que seja feito um sumário executivo, com as principais deliberações da reunião, tanto da  
627 última reunião ordinária, quanto da reunião extraordinária. Antes de passar a palavra, eu  
628 gostaria de, só brevemente, apresentar a equipe que acompanha a coordenação geral de combate  
629 à tortura. Eu sigo enquanto coordenadora geral, temos um coordenador geral, Luis Marcelo  
630 Dovera que, infelizmente, não pode estar conosco por motivos de saúde. A sua substituição  
631 hoje é feita pela Maria José Batista, que entrou em contato com vocês para a organização da  
632 reunião. Adicionalmente, temos o apoio da Ana Carolina Isfer, que também compõe a equipe  
633 de combate a tortura, para além de dois outros servidores: Luciene Matos – quem participou  
634 das reuniões passadas, já conhece -, também o João Loureiro, que entrou na nossa composição  
635 da coordenação esse ano. Adicionalmente, temos duas servidoras que também ficaram em  
636 contato com os membros, que é a Maruska e a Kassia. A Maruska, hoje, substituindo a Luana,  
637 que está em licença maternidade. Faço questão de apresentar a equipe, são pessoas que são do  
638 contato de vocês, que ficam como referência das nossas conversas, das trocas de e-mail e de  
639 eventuais auxílios, em relação aos membros do colegiado. Retomando essa questão do registro  
640 da ata, gostaria de passar, se possível secretária, para a Isabel e para o Marcelo, que pediram a  
641 palavra.

642  
643 Marcelo – É só um esclarecimento. Defina um pouco melhor, na medida do possível, o que é  
644 um problema técnico que justifica o apagamento de registro. Porque estamos falando de um  
645 colegiado que não poderia ter se dado a esse luxo. Se acontece, por negligência, por  
646 displicência, por inépcia, no caso, isso tem que ser justificado. Porque, pensar que consideremos  
647 como registro legítimo da história do CNPCT, somente o encaminhamento. Acho que podemos  
648 até nos resignar. Mas, é necessário que a coordenação e, na transição de governo, isso vem do  
649 governo passado, que as pessoas sejam implicadas. É bom que justifique, é bom que notifique.  
650 Você está informando, mas é necessário que justifique formalmente o que houve com o registro  
651 das duas últimas reuniões. Não é admissível para um pleno, que nos contentemos com isso. Até  
652 mesmo com a possibilidade de abertura de inquérito administrativo.

653  
654 Interlocutor não se identificou – Isabel, depois, Frei Davi.

655

656 Isabel – Só lembrar, de acordo com o regimento, precisamos definir, nessa reunião, o nosso  
657 calendário anual dos encontros do comitê nacional. Queria pedir a inclusão na pauta da  
658 definição do calendário de reuniões.

659  
660 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Isso também vai entrar, a questão do calendário. Voltando um  
661 pouco, me surpreende muito, mas não teve informação que teve problema realmente na questão  
662 do áudio. Isso não está registrado, Carolina, na própria (...)? O que temos aqui (intervenção  
663 simultânea). (...) com o fim do biênio, optou por divulgar os encaminhamentos aprovados  
664 durante a reunião. Algum de vocês, não sei se o Sávio, sabe o que aconteceu, Sávio? Nessa  
665 você estava presente? (Intervenção simultâneo).

666  
667 Marcelo – (...) no caso, seria do próprio ministério, para a responsabilidade. Podemos evocar a  
668 memória coletiva de quem estava aqui.

669  
670 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu estou pedindo para evocar a memória.

671  
672 Marcelo – Mas, a implicação da responsabilidade, nenhum de nós aqui pode dizer que sim, nem  
673 que não, só podemos pedir esclarecimento à parte. Também estávamos, poderíamos recuperar  
674 a memória. Mas, não se trata disso, se trata do direito.

675  
676 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Está sendo a palavra para uma escuta, não para uma  
677 deliberação.

678  
679 Sávio – Secretária, realmente eu não acompanhei essa parte administrativa. Mas, essa questão  
680 de transição ocorre em vários pontos, não é uma exceção aqui. É claro que esse registro tem  
681 que ser fidedigno, é lógico, é o histórico do CNPCT. Eu acho que a equipe administrativa,  
682 talvez, dentro de uma busca, possa solucionar isso. Mas, eu tinha pedido a palavra, secretária,  
683 inclusive até para reforçar um ponto. Esse colegiado só funcionará se tivermos algumas regras  
684 claras. Uma das regras claras, que eu vejo, é o respeito à inscrição. Olha o tamanho do  
685 colegiado. É lógico que todo mundo quer falar, todo mundo quer posicionar, mas nós temos  
686 que iniciar com esse respeito à regra da inscrição. E, por praxe, usamos o prisma para fazer essa  
687 inscrição junto à mesa, e seguir essa sequência, para que todo mundo tenha a oportunidade de  
688 colocar sua posição. O meu ponto, secretária, seria com relação à pauta. Eu vejo, naturalmente,

689 precisamos fazer algumas adaptações. O ponto relacionado ao edital do mecanismo e ao  
690 regimento interno, eu creio que não está maduro para pegarmos e fazermos uma votação com  
691 relação a isso. Acho que devemos constituir grupos de trabalho, tanto do governo, como da  
692 sociedade civil, para que na próxima reunião ou, talvez, uma posição prévia desse grupo de  
693 trabalho, com relação ao texto. A minha sugestão, seria aproveitar a presença do mecanismo já  
694 aqui, e passarmos para apresentação dos relatórios, até a presença do consultor jurídico para  
695 que nos esclareça alguns pontos, passarmos para a apresentação dos relatórios do mecanismo,  
696 e esse colegiado já tomar ciência de algumas questões concretas.

697

698 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu peguei a informação agora, se vocês concordam, na escolha  
699 do vice-presidente da mesa diretora não prejudica, agora, nesse momento, não prejudica. Estou  
700 aguardando. Ele pediu que, até as onze e trinta, a depender, retomamos com essa providencia.  
701 Mas, acato a sugestão de vocês em dar continuidade. O que temos aqui, sobre a pauta, tem um  
702 resumo na (inaudível) memória, a ata aliás, da vigésima terceira reunião, tenha aqui  
703 possivelmente o que foi para a deliberação, não tem o registro dos debates, mas os  
704 encaminhamentos estão aqui. Não sei se fica prejudicado com esse tipo de documento. Podemos  
705 disponibilizar, se vocês não tiveram acesso. Vou citar um exemplo: leitura e aprovação da  
706 pauta. Sumário executivo. Deliberação. Solicitar audiência da mesa diretora com o ministro de  
707 estado, com os seguintes pontos: tratar de medidas e estratégias para agilizar (...). Tem, pelo  
708 menos, três estratégias. Pode não ser uma cópia ipsi literis. (Inaudível). (Intervenção  
709 simultânea).

710

711 Carolina – Francisca, podemos providenciar as cópias. O registro do encaminhamento é o  
712 registro que o Elias fazia, ao final das reuniões. O que nós temos nesse sumário executivo e que  
713 nós sugerimos que fique como registro? Tem o registro da presença dos membros, quais  
714 membros participaram da reunião, e o registro dos principais encaminhamentos feitos nessa  
715 reunião. Nós não temos o registro das deliberações, desculpa, nós não temos as discussões, na  
716 medida que tivemos esse problema técnico para obter os áudios e proceder a esse resumo dos  
717 debates. A questão principal, os encaminhamentos não estão perdidos, todos foram registrados  
718 e o que podemos oferecer para vocês é: disponibilizar, no computador ou, se vocês toparem  
719 esperar mais um pouquinho, podemos providenciar cópia para todos os membros.

720

721 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Sugiro, na sequência, fazermos a leitura e aprovação da pauta,  
722 incluindo essa leitura e avaliação do que temos como aprovação da pauta da vigésima terceira  
723 reunião que, possivelmente, não deve estar no padrão, aqui é um sumário, mas tem deliberação,  
724 tem encaminhamentos bem objetivos, registro de anotação. Eu considero que pode atender, a  
725 não ser que tenha algum ponto muito polêmico para a questão de discussão, aí vamos ter que  
726 ver uma forma de rever isso. Lembrando que não houve, em nenhum momento, vou reiterar,  
727 intenção de apagar a memória, até porque, as pessoas estão aí, podem testemunhar sobre o  
728 ocorrido.

729

730 Frei Davi – Tatiana, para dar garantia e tranquilidade aos representantes de governo e à  
731 sociedade civil. Ela solicitou à mesa que solicite a uma pessoa da sociedade civil e uma pessoa  
732 do governo, para verificar a gravação da atual reunião de hoje, para não ter o problema de dizer  
733 mais uma vez, que essa também teve problema de gravação.

734

735 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A questão da desconfiança, eu já vi que reina. Porque vocês  
736 acham que, naquele momento, com o outro ministro, foi proposital. (Intervenção simultânea).  
737 Computador é um dos que mais nos envergonha, computador, criança e cachorro. Mas, se vocês  
738 acham que não acontecem aqui, hoje teve o ar condicionado. Acho que é um exemplo de que a  
739 tecnologia nem sempre nos favorecem. Eu quero passar, na sequência, para o Frei Davi, o Caio  
740 e o Mateus, e seguirmos com a leitura e aprovação da pauta, incluindo a aprovação – se for o  
741 caso -, podemos colocar como ponto de pauta avaliação, se considera para aprovação da pauta,  
742 da vigésima terceira reunião, o sumário executivo que temos aqui. Acho que pode ser o  
743 primeiro. Se sim, fazemos a leitura e a aprovação desse sumário. Colocamos como inclusão. O  
744 consultor jurídico, considerando a fala de vocês, está lá debruçado – ele é procurador – com  
745 outros advogados, considerando a argumentação, passei toda a argumentação para ele,  
746 justamente porque achei pertinente muitos dos pontos colocados. Não com a nitidez que foi dita  
747 porque, interpretação, sabemos as margens de interpretação. Ele me pediu até, mais ou menos,  
748 umas onze e meia. Vamos dando sequência, depois vemos aqui. Sobre leitura e aprovação da  
749 pauta, vocês têm alguma coisa a mais? (Intervenção fora do microfone). Tem que passar ao  
750 Caio, Matheus e Marcelo. (Intervenção simultânea). Não dá para finalizarmos e já entrarmos  
751 na aprovação da pauta.

752

753 Marcelo – É pauta ou ata.

754

755 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Leitura e aprovação da pauta e, pode entrar na pauta dessa  
756 vigésima quarta, que estamos sugerindo incluir, é avaliação, se consideramos esse sumário  
757 executivo da vigésima terceira reunião, como documento pertinente, para leitura e aprovação.  
758 Vamos colocar como ponto, vamos disponibilizar para vocês e, entra para aprovação, se inclui  
759 na pauta. Agora, seria leitura e aprovação da pauta, com essa inclusão e, também, a inclusão da  
760 votação, na sequência. Da votação e definição do vice-presidente.

761

762 Interlocutor não se identificou – Uma fala bem rápida. Em alguns comitês e conselhos, é muito  
763 comum, quando acontece esse tipo de problema, às vezes, acontece em audiência. Você tem  
764 um dvd, gravou a audiência, depoimento de testemunhas, réus e (inaudível). A secretaria  
765 encaminha um e-mail para as pessoas que estiveram presentes, porque algumas delas podem  
766 inclusive fundamentar alguns pontos da pauta. Isso é muito comum, não sei se vocês vão querer  
767 adotar isso, mas é comum mesmo.

768

769 Tatiana Barbosa Alvarenga – Acho que é desnecessário. Acho que, passando pela avaliação dos  
770 senhores e senhoras, conseguimos compreender isso, a depender do tema. Não sei se é  
771 necessário, porque aqui, esse documento nós resgatamos da memória do setor institucional, do  
772 ministério. Eu vou passar só a mais duas para realmente darmos sequência à reunião, para  
773 termos uma produtividade um pouco melhor. Frei Davi, Caio e Matheus.

774

775 Márcia – É sobre a pauta? Quando formos fazer a votação da pauta, eu passo a palavra, porque  
776 e não conseguimos nem chegar nesse ponto. Frei Davi, Caio, Matheus, e damos sequência.

777

778 Frei Davi – Estou reafirmando, considero gravíssimo não ter a gravação das duas anteriores.  
779 Para o bem de vocês e para guardar a transparência de vocês, averiguar se a gravação está sendo  
780 feita agora, para termos tranquilidade com a atual matéria discutida nesse atual evento.

781

782 Tatiana Barbosa Alvarenga – Isso já ia ser feito. Desnecessário você ter entrado nesse  
783 comentário. Caio, por favor.

784

785 Caio – Tatiana, está um pouco confuso para mim, quando estamos falando de pauta, estamos  
786 falando de ata. Estamos falando da ata da reunião passada e da pauta da atual reunião.

787

788 Tatiana Barbosa Alvarenga – O que eu sugeri, é uma questão de formalidade, já estive em  
789 outros conselhos, é que incluamos na pauta essas duas questões. Mas, não a aprovação desse  
790 sumário. Primeiro, a avaliação se o sumário executivo – vou repetir a terceira vez – satisfaz,  
791 para aprovarmos a ata da vigésima terceira reunião e, qualquer outra providência. Se quisermos  
792 decidir que não se aprova e quer se abrir um processo para apurar o problema de tecnologia,  
793 que eu imagino, não sei, naquele momento eu não estava acompanhando, mergulhada, não sei  
794 se tinha ponto tão polêmico, a ponto de se pensar em apagar os registros, mas está registrado  
795 aqui. Ou, se opta por fazer a escuta dos membros anteriores. Então, vamos incluir, na pauta,  
796 esse item, avaliação se, considerando o problema técnico, até então é um problema técnica, se  
797 resolver fazer uma apuração, incluir nessa pauta a avaliação se o sumário executivo da vigésima  
798 terceira reunião plenária ordinária e a décima primeira reunião plenária extraordinária, se eles  
799 são suficientes como instrumentos para aprovação da ata, do que aconteceu nesses dois  
800 momentos.

801

802 Caio – Enquanto ata.

803

804 Tatiana Barbosa Alvarenga – Enquanto ata. Entramos e pode ser o primeiro ponto inclusive, aí  
805 eu abro a palavra para vocês.

806

807 Caio – Eu só queria aproveitar, porque isso se relaciona com a pauta de hoje e com a ata, talvez,  
808 da reunião passada, que é o inciso sétimo, do artigo quatorze, que diz que cabe ao presidente  
809 submeter à apreciação do plenário, o relatório anual do comitê, na última reunião do ano ou, na  
810 primeira do ano subsequente. Como estou chegando hoje, gostaria de saber se esse relatório  
811 anual foi feito na última reunião, vai ser apresentado na reunião de hoje. Porque, não está na  
812 pauta de hoje. Aí, só se não estiver...

813

814 Interlocutor não se identificou – Por favor, as inscrições estão sendo seguidas? Só uma questão  
815 de ordem... depois do Caio...

816

817 Carolina – Vocês preferem que eu responda essa dúvida do Caio, ou vocês querem fazer...  
818 (intervenção fora do microfone). Obrigada. Caio, nós fizemos, fechamos o relatório na última  
819 reunião do ano passado. Foi feita uma consulta com colaboração dos representantes. Podemos

820 disponibilizar esse documento para vocês. Foram feitas colaborações do governo e da sociedade  
821 civil, em relação a esse material. Não tem a discussão do relatório. Acho que, agora que  
822 começamos o nosso relatório do terceiro ou quarto biênio.

823

824 Tatiana Barbosa Alvarenga – Podemos dar sequência à pauta, com leitura e aprovação da pauta,  
825 com essas inclusões e, passamos às inscrições.

826

827 Interlocutor não se identificou - Não. Temos inscrições em aberto ainda, Tatiana, por favor.

828

829 Tatiana Barbosa Alvarenga – Mas essas inscrições podem estar relacionadas à pauta. Se estiver  
830 relacionada à pauta, eu peço...

831

832 Interlocutor não se identificou – Não está relacionada à pauta não. E, se você me permitir, posso  
833 proceder a minha fala, que eu já tinha pedido inscrição agora.

834

835 Tatiana Barbosa Alvarenga – Seria, Matheus e Marcelo.

836

837 Interlocutor não se identificou – Não é sobre a pauta não. É sobre a questão dos registros dessas  
838 últimas reuniões. Acho que a preocupação nossa.

839

840 Tatiana Barbosa Alvarenga – Isso vai estar dentro da pauta.

841

842 Interlocutor não se identificou – É o encaminhamento. Que a mesa, ou que este pleno faça, que  
843 necessariamente não são disjuntivos esses encaminhamentos. Podemos apreciar essas notas que  
844 foram feitas, em relação à última reunião do pleno. Não há uma negação de parte da sociedade  
845 civil, de que possamos apreciar nesse formato, considerando que tenha acontecido isso ou aqui.  
846 Mas, é da importância para a lisura de todo o processo público, que a instituição que deveria ter  
847 zelado pelos registros, não só simplesmente diga: sumiram os registros. Uma coisa é que tenha  
848 um técnico e diga: o HD do computador deu um pau e sumiu. Mas, não podemos concordar,  
849 não podemos aceitar simplesmente que tenha desaparecido. É uma questão de qualificação  
850 técnica.

851

852 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu sugiro que isso vá para a pauta, deliberação e escuta de todos.  
853 É isso, não tem problema. Você pode colocar isso e vamos avaliar. Márcia, se não for da pauta.  
854 Porque, se for da pauta...

855  
856 Márcia – É só um esclarecimento do momento que vai ocorrer a leitura ou sistematização da  
857 pauta. (Intervenção simultânea).

858  
859 Tatiana Barbosa Alvarenga – Sim. Agora. Nesse momento. Podemos entrar com ponto a ponto.  
860 Pode até iniciar por esse momento. (Intervenção fora do microfone). Na verdade, vamos refazer.  
861 E eu coloco, como primeiro ponto, até considerando que tem uma situação atípica, ele poderia  
862 não constar da pauta. Você poderia iniciar fazendo a leitura e aprovação da ata. Como é uma  
863 situação atípica e, evidentemente, não estamos nos furtando a verificar se foi um problema  
864 similar ao que aconteceu no ar condicionado ou, se ainda requer uma apuração, eu sugiro que  
865 insira aí para o primeiro ponto. Vamos avaliar e ver o que é necessário. Vocês concordam de  
866 colocarmos nesse formato.

867  
868 Interlocutor ainda não se identificou – Lógico. Evidentemente. Sempre está colocando.  
869 Agradeço à (inaudível), por colocar as questões bem clara e logica. A cópia para todos. Como  
870 vocês vão avaliar sem ter disposição ao conteúdo? Já tínhamos até começado a providenciar as  
871 cópias. Na sequência, a pauta administrativa, essa eu acho que já estava dentro, os informes  
872 institucionais, nós antecipamos pelo menos alguma coisa. São dois pontos de informes  
873 institucionais, você já fez aos membros? É porque vou repassar antes a aprovação da pauta, não  
874 é para entrar na pauta. (Intervenção fora do microfone).

875  
876 Carolina – No início das reuniões, fazemos uma rodada de comentários, em que os órgãos  
877 podem apresentar informações sobre a sua atuação que seja de interesse dos colegas. De fato,  
878 que sejam pontos, informações pontuais da atuação do trabalho dos membros do comitê, de  
879 forma que possamos socializar. E esse é o momento particularmente que colocávamos como  
880 importante, que era o momento em que tínhamos possibilidade dos membros do comitê nacional  
881 comentarem também suas interações no âmbito dos estados, em especial, na implementação e  
882 bom funcionamento de comitês e mecanismos. Só para ambientar um pouco, explicar um  
883 pouquinho esse ponto. Eu sei que para as pessoas que chegaram agora, talvez tenha ficado uma  
884 dúvida do que são esses informes institucionais.

885

886 Tatiana Barbosa Alvarenga – Não vamos dar sequência a cada ponto, é só para aprovação, se  
887 vocês têm objeção ou não. Alguma objeção a esse ponto? Acho que não. Vamos refazer a pauta,  
888 até para colocarmos, de forma clara, principalmente, com relação a essa questão da ata.  
889 Também repassamos para vocês. Não sei quem está refazendo a pauta. (Intervenção fora do  
890 microfone). Acho que, depois do intervalo do almoço, já trazemos principalmente esse item, eu  
891 vou ajudar a construir a redação e conto com vocês também. O próximo seria pauta  
892 administrativa: estrutura do CNPCT e do mecanismo, resumo legislativo. Aqui, vamos contar  
893 com a presença do nosso RH e a própria (intervenção fora do microfone). Alguém tem objeção?  
894 Também está aqui o regimento interno: proposta de alteração do regimento, que seria submetida  
895 nessa oportunidade.

896

897 Sávio – Com relação a esse ponto, acho que esse e o próximo ponto, a questão do mecanismo.  
898 Acho que tem uma minuta, mas deveríamos destacar dois do governo, dois da sociedade civil,  
899 para uma análise mais detalhada, e trazer algumas propostas. Porque, alteração do regimento  
900 tem um impacto importante nos trabalhos do colegiado e, também, na seleção do mecanismo.  
901 Já existe uma redação prévia da equipe de apoio, mas deveria passar pelo crivo de uma análise  
902 mais detalhada.

903

904 Tatiana Barbosa Alvarenga – Você está sugerindo uma câmara técnica, um grupo técnico, pode  
905 ser? Com prazo de trinta dias, até a próxima reunião? (Intervenção fora do microfone). Alguém  
906 mais?

907

908 Sávio – OU uma sugestão de todos aqui para a redação final e aprovação. Porque, essa minuta  
909 foi feita pela equipe administrativa, não passou ainda pela análise do pleno.

910

911 Tatiana Barbosa Alvarenga – Alguém quer falar? Matheus. Alguém mais depois? Ela vai fazer  
912 um esclarecimento.

913

914 Carolina – Sávio, tanto essa questão do regimento interno quanto outros documentos que  
915 propusemos e circulou para os membros do comitê, foram documentos em que a secretaria  
916 executiva tomou a liberdade de já fazer sugestões de ajuste. Esse ponto de pauta  
917 especificamente, o nosso proposto é que saíamos da reunião com o encaminhamento de um

918 grupo de trabalho para se debruçar em relação a esse texto. Acho que poderíamos aproveitar  
919 essa uma hora de pauta nesse ponto específico, para colher subsídio dos colegas e esse grupo já  
920 ter subsídios iniciais de como tratar essa discussão. Não se trata da aprovação do regimento.  
921 Em momento algum esse é o nosso propósito ao circular essa pauta. Nós circulamos uma  
922 proposta de texto, de forma que ela pudesse ser o ponto inicial do debate. Só para esclarecer.  
923 Não é a ideia que façamos uma alteração agora.

924

925 Sávio – Nesse caso, acho que é fácil a definição de dois ou três representantes da sociedade  
926 civil, dois ou três representantes do governo, para uma redação final. Acho que podemos definir.

927

928 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu vou passar para o Matheus e, na sequência, pode ser na  
929 sequência de vocês, a partir da primeira, da Cândida. Por favor, Matheus.

930

931 Matheus – Acho que foi até importante o esclarecimento da mesa, antes da minha fala. Um  
932 pouco na linha do que o Sávio falou, só que mais além. Em relação ao regimento, não vejo que  
933 tenhamos, depois de nove, dez meses sem trabalho, que tenhamos urgência para votar e alterar  
934 o regimento. Agora, em relação ao mecanismo, eu acho que é um debate que a sociedade civil  
935 – e, aqui, estou como ANADEP – estou como sociedade civil também, embora como defensoria  
936 pública, teríamos muita coisa para falar. Eu acho que esse tempo, está na pauta exposições do  
937 mecanismo em relação às inspeções que foram feitas, urgências. Eu acho que isso é um tema,  
938 talvez o tema mais importante desses dois dias de reunião. Em relação ao regimento, o que eu  
939 encaminharia para ser deliberado é que poderia ficar bem para a frente. Em relação ao  
940 mecanismo, o mecanismo tem que trabalhar. Não vou querer entrar nessa pauta depois, mas só  
941 alguns exemplos: o decreto que veio. Podemos, inclusive, debater o próprio decreto. Se o  
942 decreto, ao não remunerar o mecanismo, ele vai esvaziar o mecanismo, temos vagas em aberto  
943 no mecanismo. Acho que esse comitê deveria se debruçar nisso com muito cuidado, com muita  
944 reflexão. Isso é urgente. Em relação ao regimento, não vejo urgência. Obrigado.

945

946 Cândida – Uma sugestão de inversão de pauta, na verdade, com relação ao último ponto, da  
947 seleção dos membros de mecanismo, porque a minha passagem, emitida por esse ministério,  
948 está para um horário, no qual não vou poder contribuir nessa discussão, porque está no último  
949 ponto de pauta, e eu gostaria de participar dessa discussão. Eu queria sugerir que invertêssemos,

950 talvez, considerando a colocação do colega, de repente, o regimento fica por último, já que  
951 concordo com a não urgência, e que temos outras prioridades.

952

953 Tatiana Barbosa Alvarenga – A sugestão do regimento não é nem ficar por último, porque  
954 estamos caminhando possivelmente para montar um grupo técnico. (Intervenção simultânea).

955

956 Cândida – A minha questão é que não estarei aqui na pauta sobre a seleção dos membros de  
957 mecanismo, por causa da minha passagem, emitida no horário que me inviabiliza de estar aqui  
958 no último ponto de pauta. Eu gostaria de estar nesse ponto, então, a sugestão de inverter o outro,  
959 eu não sei.

960

961 Tatiana Barbosa Alvarenga – No caso do regimento, estamos caminhando para outra  
962 (intervenção simultânea).

963

964 Cândida – Estou falando da última pauta.

965

966 Tatiana Barbosa Alvarenga – (inaudível), você teria oportunidade de falar sobre isso.

967

968 Cândida – Mas o meu ponto é sobre a pauta.

969

970 Tatiana Barbosa Alvarenga – Sim, mas estou percorrendo os itens, estou percorrendo item a  
971 item. Quando chegar nesse item, você poderia..., mas não prejudica. A próxima.

972

973 Vitória – Queria fazer, na verdade, uma questão de ordem importantíssima porque, apesar do  
974 ministério não ter essa degravação da última reunião, eu acabei de conseguir. Existiu essa  
975 degravação, ela está degravada inclusive, ela está comigo, não sei se eu mando para vocês, para  
976 vocês fazerem essa impressão e distribuição entre os membros?

977

978 Tatiana Barbosa Alvarenga – Conseguiu a degravação?

979

980 Vitória – Consegui. Alegaram que não teria.

981

982 Tatiana Barbosa Alvarenga – Quem foi que te passou? Para ver se é confiável ou não? Mas  
983 deve ser.  
984

985 Vitória – Eu não falaria isso. Eu estava na última reunião, eu posso lhe assegurar se é confiável  
986 ou não.  
987

988 Tatiana Barbosa Alvarenga – Estou falando que é uma questão de apuração, de verificação.  
989

990 Vitória – Mas, passando entre os membros que já compunham o último biênio. A Carol,  
991 inclusive...  
992

993 Tatiana Barbosa Alvarenga – Não tem como simular, realmente, não tem como fazer uma  
994 simulação.  
995

996 Vitória – Carol mesmo estava no último, pode assegurar a confiabilidade do mesmo.  
997

998 Tatiana Barbosa Alvarenga – Você conseguiu das duas? Da vigésima terceira e da décima  
999 primeira, extraordinária.  
1000

1001 Vitória – Da vigésima terceira. Entrando, vou abrir meu computador, vejo se as duas estão  
1002 juntas, mas, a princípio, só da vigésima terceira.  
1003

1004 Tatiana Barbosa Alvarenga – Então, podemos encaminhar, como sugestão, colocar como  
1005 último ponto, porque dá tempo de fazer a impressão da gravação.  
1006

1007 Vitória – Lemos tudo.  
1008

1009 Tatiana Barbosa Alvarenga – Tudo bem. Mas, a gravação é só fazer uma impressão, distribuir  
1010 para vocês, e a leitura. Consideramos essa sua fonte, e fazemos isso, jogamos como último  
1011 ponto de pauta.  
1012

1013 Vitória – De amanhã?  
1014

1015 Tatiana Barbosa Alvarenga – Pode ser em qualquer momento. Porque tenho que avaliar o  
1016 pedido da Cândida.

1017

1018 Vitória – Da inversão da pauta. Então, vou encaminhar para a Carol, a Carol imprime para nós,  
1019 começamos a fazer a leitura até para testar a confiabilidade desse documento.

1020

1021 Tatiana Barbosa Alvarenga – O que eu falei foi de confiabilidade. Não entendi porque os  
1022 sorrisos, como se fosse tão evidente. Vocês são muito... (intervenção simultânea). Eu falei  
1023 confiável a fonte. Por favor, estamos no sentido de contribuir. Inclusive, ela mesma colocou  
1024 que é bom para apurarmos se tem compatibilidade de (inaudível) um pouco mais.  
1025 Compatibilidade, confiança, vamos olhar os sinônimos. Na sequência, Márcia, que estava  
1026 aguardando. Perdão, Márcia, mas, por questão de ordem, entramos no ponto de pauta.

1027

1028 Márcia – Inclusive, eu estava também nesse momento da última reunião do comitê. Várias  
1029 questões, resoluções, foram aprovadas em relação inclusive ao socioeducativo. Nós aprovamos  
1030 a resolução e passamos por um processo de qualificação desse material. Várias resoluções e  
1031 aprovações foram deliberadas, encaminhamentos foram feitos em relação a essas questões. Eu  
1032 tenho alguns pontos que eu acho que poderiam contribuir. Mas, já que a Vitória está trazendo  
1033 essa gravação, vamos nos complementando. Uma outra questão em relação à pauta, é porque  
1034 nós temos, no segundo dia, nove de outubro, ela inicia às nove da manhã: pauta temática,  
1035 Política de prevenção e combate à tortura. O terceiro ponto: manual de criação dos comitês e  
1036 mecanismos de prevenção e combate à tortura. Eu queria esclarecimento em relação a esse  
1037 ponto porque, na verdade, temos uma resolução, que é a resolução número (intervenção  
1038 simultânea).

1039

1040 Tatiana Barbosa Alvarenga – Márcia, perdão, mas eu estou indo na sequência. Na oportunidade  
1041 que eu for passar para aprovação desse ponto, eu vou (intervenção simultânea). Você faz esse  
1042 destaque lá. (Intervenção simultânea). Estou seguindo a sequência, por uma questão de ordem,  
1043 por favor. Tem essa, do regimento interno, vamos dar encaminhamento, senão vai ficar mais  
1044 confuso. Vocês me desculpem por isso.

1045

1046 Márcia – (inaudível) que você estava seguindo a pauta.

1047

1048 Tatiana Barbosa Alvarenga – Seguindo essa sequência. Estamos agora deliberando sobre o  
1049 regimento interno. Qual a sua opinião sobre o regimento interno? (Intervenção simultânea).

1050

1051 Márcia – Quando chegar o ponto, (inaudível).

1052

1053 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vou sempre repetir que não existe má vontade nem  
1054 enfrentamento, para mim é uma honra estar aqui.

1055

1056 Márcia – Chegando ao segundo dia de reunião, eu retomo essa pauta (intervenção simultânea).

1057

1058 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vamos percorrer a pauta inteira, fazemos as modificações e  
1059 damos sequência à agenda. É o que está aqui: aprovação da pauta. Eu não estou no item cinco.  
1060 Tem alguma coisa a colocar sobre o regimento? Marcelo.

1061

1062 Marcelo – Aproveitar para esclarecer em relação à essa proposta, seria de alteração de  
1063 regimento, o que vocês estão propondo. É isso? Você pode responder por favor?

1064

1065 Tatiana Barbosa Alvarenga – Sim. É de alteração do regimento. A Carol entrou com a  
1066 explicação de como foi feito. É de alteração, e vemos se fazemos um grupo de trabalho,  
1067 conforme o Sávio sugeriu. Se realmente não tem prejuízo à condução da reunião, adiar essa  
1068 questão do regimento para a próxima, para fazer uma discussão técnica on line, não uma reunião  
1069 presencial, mas vemos qual é a dinâmica dentro do que é permitido legalmente. Permanece o  
1070 regimento anterior, enquanto não se discute, permanece o anterior. Ver qual a forma, a instância  
1071 que abrimos para essa discussão. Coloca-se, agora, essas alterações para adoção de imediato.

1072

1073 Marcelo – Acho que aproveito e reforço o encaminhamento do Sávio, porque também tem uma  
1074 compreensão, por parte de alguns membros da sociedade civil de que, para proceder a alteração,  
1075 é necessário que haja uma convocação específica, nomeando que esse é o objetivo da reunião.  
1076 Nesse sentido não daria, regimentalmente, de acordo com o regimento vigente, não daria  
1077 possibilidade de arbitramos outra alternativa, a não ser a do Sávio. Então, vamos seguir o  
1078 Sávio.

1079

1080 Tatiana Barbosa Alvarenga – Obrigada por esse reforço. Estou vendo aqui que tem uma  
1081 necessidade de ter um acompanhamento jurídico mais próximo da equipe, Lucas e Carol. Assim  
1082 o farei, inclusive, com reunião preparatória. Tem mais alguém inscrito? Acho que, sobre esse  
1083 ponto, vamos seguir as providências conforme previsão do regimento. Qual artigo do  
1084 regimento, vocês podem identificar para mim, porque já coloco aqui, Marcelo?

1085

1086 Marcelo – Eu disse que é a compreensão de alguns membros. Eu peço ajuda que, na verdade, a  
1087 mesa possa se apropriar junto conosco do regimento, e veja se é possível proceder dessa forma.  
1088 Senão, seguimos o Sávio. (Intervenção simultânea).

1089

1090 Interlocutor não se identificou – Tatiana, foram duas propostas. A do Sávio, do grupo de  
1091 trabalho. E eu fiz uma fala, endossada, salvo engano, pela Cândida, no sentido que não há  
1092 urgência e, na minha visão, não precisa nem de um grupo de trabalho, podemos colocar isso  
1093 bem para a frente. Temos mil coisas urgente.

1094

1095 Tatiana Barbosa Alvarenga – Mas era bom já estabelecer um trabalho em paralelo.

1096

1097 Tatiana Barbosa Alvarenga – Se possível, Tatiana, se vai sugerir uma alteração do regimento,  
1098 é por qual razão?

1099

1100 Tatiana Barbosa Alvarenga – Acho que o regimento tem...

1101

1102 Sávio – O regimento precisa de uma atualização. Esse comitê não pode ser um comitê  
1103 burocrático, lento. Precisamos ter essa possibilidade de agir rápido. Por exemplo, um ponto que  
1104 está burocrático e, em diversas vezes, ficamos aguardando até onze horas para iniciar uma  
1105 reunião, porque o regimento interno coloca que tem que ter um quórum mínimo para iniciar  
1106 essa reunião. Pessoas vieram de outros estados, às vezes, pessoas chegam no horário,  
1107 aguardando aquele quórum mínimo para iniciar a reunião. Acho que temos que colocar esse  
1108 comitê mais prático para iniciar os trabalhos. Se as pessoas tiveram algum problema, que se  
1109 juntem depois, dentro da possibilidade, mas os trabalhos não podem parar. Esse é um ponto que  
1110 eu já sugiro alteração. Seria isso: uma alteração para facilitar os trabalhos.

1111

1112 Carolina – Temos uma proposta também. (Intervenção simultânea).

1113

1114 Marcelo – Não é proposta. É só para poder responder à pergunta que você me fez anteriormente.  
1115 Artigo vinte e um: o plenário, no caso nós, deverá zelar pelo cumprimento e promover as  
1116 alterações necessárias desse regimento vigente. Parágrafo único: o regimento interno somente  
1117 poderá ser modificado por três quintos dos membros do comitê nacional de combate à tortura,  
1118 convocados especificamente para esse fim.

1119

1120 Tatiana Barbosa Alvarenga – Podemos até proceder isso, mas acho que isso não impede que  
1121 tenha um grupo, até pelas colocações, achei bem relevantes, para trazer mais eficiência além da  
1122 atualização formal, porque tem novos nomes de composição, principalmente do governo, não  
1123 sei se o regimento entra nesse nível de detalhe. Acho que não impede, Marcelo, com que  
1124 instituamos o grupo de trabalho e façamos, cumpramos o rito do artigo vinte e um. Porque ele  
1125 vai ser esse grupo, câmara técnica, grupo de trabalho, não sei qual a previsão, me perdoem por  
1126 não estar apropriada desses detalhes. Se eu soubesse, tinha virado a noite. Mas, tive que chegar  
1127 as vinte e duas horas, e dar o jantar ao meu filho, por uma questão de cumprir inclusive tudo o  
1128 que pregamos, o ministério da Família. Mas, não sei se é câmara técnica, não sei se grupo de  
1129 trabalho, ou se não tem restrição. Já até estamos com a proposta aqui, elas minutaram a  
1130 resolução, institui grupo de trabalho para revisão do regimento interno. E decidiríamos a  
1131 composição. Podemos colocar, depois, que vai submeter ao plenário, conforme artigo vinte e  
1132 um do regimento atual.

1133

1134 Marcelo – Eu compreendi. Não achei que era contraditório não. Agora, acho que, com a fala do  
1135 Matheus, acho que somos obrigados a fazer alguma reflexão. (Intervenção simultânea). Com a  
1136 fala do Matheus, acho que podemos pensar: a mesa botou na pauta, está encaminhamento, na  
1137 cabeça dessa mesa atual, a mesa que não está nem composta ainda pela vice-Presidência, de  
1138 que vai proceder o que devemos nos debruçar, numa avaliação em relação ao regimento atual.  
1139 Em compreendo. (Intervenção simultânea). Eu compreendi o argumento do Sávio. Mas, a  
1140 questão é de mérito, acho que o Matheus traz isso e acho que, de alguma forma, temos que nos  
1141 debruçar sobre isso. Se necessário, vamos para o voto, mesmo que, no caso, a resposta seja  
1142 (intervenção simultânea). Deixa eu terminar, Tatiana, por favor. É só podermos pensar isso:  
1143 para efeitos de continuidade, pelo menos, temos que ouvir o colega e, pode ser que então  
1144 votemos. Esse pleno está dizendo que são necessárias uma avaliação e uma modificação do  
1145 regimento? Porque, se não, até mesmo para proteção de vocês. Porque, se não, é uma coisa

1146 meio ditatorial: eu trouxe uma ideia, digo que minha ideia é essa, só que isso aqui é um  
1147 colegiado.

1148

1149 Tatiana Barbosa Alvarenga – Gente, pelo amor de Deus, porque estou abrindo a palavra?

1150

1151 Marcelo – Abriu para falarmos, Tatiana, tem que ter paciência, me perdoe.

1152

1153 Interlocutor não se identificou – Marcelo, se você me permite, estou inscrita na fala. É  
1154 justamente sobre isso.

1155

1156 Tatiana Barbosa Alvarenga – Antes de passar a palavra, a discussão aqui, se não me engano,  
1157 colocamos que estamos sugerindo, na pauta, se vamos discutir ou não a proposta de alteração  
1158 do regimento interno.

1159

1160 Vitória – E a sociedade civil está sugerindo a retirada de pauta desse tópico. É isso que é o  
1161 nosso posicionamento. Não queremos discutir isso nessa reunião, não queremos formar nem  
1162 grupo de trabalho (intervenção simultânea). Eu agradeço muito.

1163

1164 Tatiana Barbosa Alvarenga – Só um pouquinho. Pode falar, Vitória.

1165

1166 Vitória – Eu agradeço muito a preocupação do Sávio, em fazer a nossa reunião ser produtiva,  
1167 isso é muito prudente. Mas, é claro que temos que levar em consideração que, quem representa  
1168 o governo, está em Brasília, chega cedo, consegue se organizar. A sociedade civil tem voo, tem  
1169 toda uma disponibilidade de estar aqui. Isso não é desculpa, em nenhum momento para não  
1170 comparecer. Mas, a questão de querer mudar o quórum de instalação de uma reunião, é muito  
1171 séria. Qualquer reunião deliberativa, colegiada, tem que ter um quórum mínimo para se instalar,  
1172 para fazer votações. Isso já é um ponto muito imprudente de ser colocado dessa forma, na  
1173 reunião, porque acaba que a sociedade civil sai profundamente prejudicada, porque não estamos  
1174 em Brasília, nós temos que nos deslocar a Brasília. Esse é um ponto. O segundo ponto é: o  
1175 nosso posicionamento é pela retirada desse ponto da pauta.

1176

1177 Tatiana Barbosa Alvarenga – Alexandre.

1178

1179 Alexandre – Eu só queria endossar o que já foi manifestado. A consideração é exatamente essa,  
1180 de que há muitos outros pontos relevantíssimos na outra pauta. Inclusive, a discussão sobre o  
1181 regimento está prematura, tão prematura que ela já está ensejando neste momento, que é de  
1182 avaliação da pauta, a tomada de um tempo desnecessário, a meu ver. queria endossar a proposta,  
1183 que fosse retirado esse item de pauta, e já incluído, talvez, como sugestão da pauta da próxima  
1184 reunião, porque há oportunidade para que avalie a real necessidade de se alterar algum artigo.  
1185 Essa minuta, que já está circulando, já pode ser previamente avaliada, e a sociedade civil, os  
1186 órgãos que compõem o comitê, podem avaliar inclusive se querem fazer parte desse grupo  
1187 técnico que vai ser constituído, se há necessidade de um grupo técnico, enfim, pode ser feita a  
1188 discussão num momento mais apropriado.

1189  
1190 Sávio – Colega Vitória. Vitória, talvez eu não tenha sido claro na minha fala. Existe uma  
1191 necessidade de atualização do regimento interno. Nós tivemos alguns casos que beiram,  
1192 inclusive... vou dar um exemplo prático. Tivemos casos de colegas que vieram para Brasília,  
1193 receberam diária, receberam passagem, não permaneceram e não vieram para a reunião do  
1194 pleno. Isso é inadmissível. Nós precisamos corrigir o rumo desse comitê. Nós não podemos  
1195 deixar isso ir para a frente. O tempo é curto. O colega da defensoria pública, está levantando  
1196 que o estado está com graves situações no sistema penitenciário lá. Se esse comitê não enfrentar  
1197 essa situação de responsabilidade a todos os colegas aqui, vamos incorrer no mesmo erro. Eu  
1198 insisto, é importante sim a atualização, para que todos compreendam a responsabilidade de  
1199 sentar nessa cadeira e responder por eventuais fatos que ocorram no Brasil.

1200  
1201 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vou opinar. Eu não considero precoce, pelo menos, em instancias  
1202 que estou acostumada a acompanhar e participar. Para mim, o regimento interno é a base do  
1203 trabalho dessa instancia. E tem também questões formais a serem ajustadas. Tem questões  
1204 formais, não tenho os pontos. Está sendo colocada a necessidade – não é só mérito -, existe uma  
1205 necessidade. Se esse grupo de trabalho, representado pelos pares, achar que não deve alterar um  
1206 item ou outro, devem se manter, vai ser a conclusão dos trabalhos que vai ser remetida para,  
1207 depois, apreciação e deliberação de todo o comitê. Para mim, o norte é o regimento interno.  
1208 Não considero precoce. A sugestão, talvez possamos, não sei se o grupo técnico, vocês  
1209 entendem que seria precoce, mas a sugestão de encaminhar e, na próxima reunião, cada um  
1210 fazer seu dever de casa e, na próxima reunião... só que eu acho que isso não é favorável ao  
1211 debate e responsabilidade de cada um. Porque, talvez se complica um pouco mais, e fica mais

1212 complexo o processo de avaliação, se for para receber contribuição individual, até porque, é  
1213 bom que se tenha um alinhamento. Eu achei muito pertinente a sugestão, e pode colocar aí:  
1214 sessenta dias para apreciação. Ou, existe uma discordância de não se apurar? Formalmente,  
1215 juridicamente, temos que fazer uma alteração, frente a essa nova composição, entre outros itens.

1216  
1217 Interlocutor não se identificou – Tatiana, não existe uma necessidade objetiva, existe um olhar  
1218 subjetivo de que havia necessidade. Foram feitas várias falas: DPU, ANADEP, sociedade civil  
1219 das mais variadas, no sentido de que isso poderia ficar para frente. Não sei se é uma questão de  
1220 semântica, ou não, eu e algumas pessoas, por exemplo, entendemos que não há uma  
1221 necessidade. Não existe uma necessidade objetiva, há um olhar subjetivo sobre ela, o seu foi  
1222 diferente. Até para avançar nas demais pautas, poderíamos deliberar isso;

1223  
1224 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vocês chegaram a ver a versão que foi encaminhada? Chegaram  
1225 a observar? Então, vocês são contrários, a maioria. Vou colocar para a votação. Mas, vou mudar  
1226 um pouquinho a sugestão, porque, na verdade, não queremos prosseguir com a travessão do  
1227 regimento, queremos abrir uma metodologia para se refazer o regimento, frente a esse novo  
1228 olhar dessa instância. Mudaríamos, aprovação de se abrir uma instância para discussão do texto  
1229 do regimento interno. Yeda, desculpa.

1230  
1231 Yeda – Eu estou inscrita antes dessa votação que você está propondo. É uma questão não sei  
1232 do que é, mas vamos lá. Essa questão do regimento interno, é uma coisa muito séria, porque o  
1233 regimento não é para punir os pares, é para regulamentar, reorganizar os nossos trabalhos. Não  
1234 sou contra, absolutamente, de fazer essa avaliação. Só acho que, neste momento, precisamos  
1235 vencer outras situações. Para mim, coloco na observação que hoje, na primeira reunião, todos  
1236 foram convidados a dar palpite sim de como vamos resolver alguns problemas, como, por  
1237 exemplo, as chegadas e as saídas, a reunião num dia só, os horários, o quórum, várias questões  
1238 que nós temos que fazer isso, isso é trabalho nosso, é visão nossa. Isso não tem problema  
1239 nenhum, ninguém está se negando a fazer isso. Só que acho que está num momento inoportuno,  
1240 por conta dessa não escuta de todo mundo. Não estou aqui, nem A, nem B, nem C, nem D, todo  
1241 lugar tem que ter um regimento interno, todo lugar tem que ter uma tolerância para chegar, se  
1242 não chegar ninguém e só um resolver, e estiver no regimento interno, problema de quem não  
1243 conseguiu se organizar para aprovar ou não aprovar. Eu acho que seguimos no último  
1244 regimento, se providencia, bem bonitinho, o envio, a solicitação e que, na próxima reunião,

1245 possamos, com muita tranquilidade, abrir um tempo para apresentação de todas essas  
1246 dificuldades que temos, da nossa demanda no regimento e, depois, vamos fazer um grupo para  
1247 poder decidir isso. Agora, ninguém está absolutamente confortável no regimento, que tem  
1248 algumas coisas que não funcionam mais, é obvio. Temos que mudar sempre isso. Só acho que  
1249 não tem que ser dessa forma. A minha sugestão é que, se você for colocar para votar, eu vou  
1250 votar em que mesmo? O que precisamos fazer num colegiado tão grande como esse? Existe  
1251 uma necessidade, aposta: podemos fazer num grupo de trabalho e, antes do grupo de trabalho,  
1252 escutar todo mundo, fazer todas as avaliações e, depois do grupo de trabalho... grupo de trabalho  
1253 é para isso, pegar todas as sugestões, e dizer: o melhor caminho é esse. Nós vamos decidir tudo  
1254 aqui, ninguém vai criar um regimento interno para eu cumprir. É só essa situação que eu gostaria  
1255 de trazer. A minha sugestão, então, de novo, reafirmando, é: não tem que se colocar em votação,  
1256 mas precisamos fazer um compromisso de que há necessidade de mudanças, de escutarmos e,  
1257 depois, fazemos um outro grupo.

1258  
1259 Tatiana Barbosa Alvarenga – A pauta que está proposta aqui, é proposta de alteração do  
1260 regimento. Eu considero um grupo de trabalho, se representado pelas instancias, como uma  
1261 forma democrática, até porque, depois via para a plenária. Não sei se seria tão produtivo,  
1262 podemos até voltar para adiar para a próxima reunião, mas o mérito, novamente, é a discussão  
1263 do próprio regimento. Distribuimos, como tem a versão que está com vocês, vocês vão mandar  
1264 opinião, ainda querem abrir discussão, que deve levar quase uma manhã inteira, possivelmente,  
1265 nossos temas específicos vão sendo adiados. Ou poderia se ter um grupo de trabalho, e ele fazer  
1266 uma apresentação aqui. Ele vai trabalhar on line, quantas pessoas nós decidirmos. Ele vem, faz  
1267 uma apresentação e, nessa oportunidade – pode ser sessenta dias –, qual a periodicidade, na  
1268 próxima reunião, ele traria, e traria a discussão, de acordo com o amparo que tem no artigo aqui  
1269 mencionado. Fechamos o entendimento do que estou propondo aqui?

1270  
1271 Caio – A questão da criação de um grupo de trabalho para discutir uma nova versão de  
1272 regulamento, tem uma previsão no parágrafo único, do artigo sétimo, que diz que para criar um  
1273 grupo de trabalho, precisamos deliberar com três quintos, fixando no ato o objetivo, quem são  
1274 os participantes e o prazo para funcionamento. Se decidirmos criar esse grupo de trabalho que,  
1275 pessoalmente, acho que não é necessário, porque acho que temos questões mais urgentes do  
1276 que alterar regimento. É a nossa primeira reunião, em todos esses meses, e a primeira proposta  
1277 que vem é a alteração do regimento. Eu peço que tenham a compreensão de entenderem o

1278 porquê de nós ficarmos assim. De onde vem, qual é a necessidade da alteração desse regimento.  
1279 Mas, se o plenário decidir por criar esse grupo de trabalho, só gostaria que se observasse o  
1280 artigo sétimo, parágrafo único.

1281

1282 Tatiana Barbosa Alvarenga – Caio, reitero que, para mim, o regimento é um norte, é o nosso  
1283 norteador das providencias. Foi por isso essas... e, realmente, pelo menos, nas instancias que eu  
1284 participei, costuma-se colocar como ponto de pauta. Não existe nenhuma intenção, até porque  
1285 o processo é democrático e todos seriam escutados. Nossa sugestão é que se abra, (inaudível)  
1286 citamos o artigo sétimo, a possibilidade de se ter esse grupo de trabalho, talvez colocando um  
1287 prazo, aqui está com sessenta dias, e pode ser prorrogável. Faríamos uma sugestão só que está  
1288 em aberto, (inaudível), vocês receberam a cópia, é só da designação dos membros. Ou, não sei  
1289 se essa designação é de membros, se seria uma discussão maior ou poderíamos colocar para  
1290 votação essa criação do grupo numa próxima reunião. A deliberação do formato de avaliação  
1291 do regimento, para a próxima reunião.

1292

1293 Interlocutor não se identificou – Mas não dá para votar, que a maioria ou minoria não querem  
1294 isso, e passamos par ao próximo ponto? Porque, foram várias sugestões, a mesa deu sugestões,  
1295 o plenário deu sugestão, podemos votar, a maioria pode ser contra alterar o regimento, e  
1296 trabalhamos em outros pontos.

1297

1298 Tatiana Barbosa Alvarenga – E faz uma avaliação se, juridicamente, tem necessidade.  
1299 (Intervenção simultânea). A proposta que estamos colocando em votação é a instituição desse  
1300 grupo de trabalho, com prazo de sessenta dias, que tem representação da sociedade civil,  
1301 governo, ampla, e decidiríamos qual seria os olhares. Inclusive definindo a composição do  
1302 grupo.

1303

1304 Interlocutor não se identificou – A nossa sugestão é a retirada desse ponto de pauta. Inclusive,  
1305 você disse, agora, sua sugestão seria o grupo de trabalho. Mas, você sugeriu também que esse  
1306 ponto de pauta pudesse ser para a próxima reunião. Eu queria entender se vai ser criado agora  
1307 o grupo de trabalho, ou se vai ser sugerido esse ponto de pauta para a próxima reunião. Porque,  
1308 a reunião nossa, o nosso alinhamento é não. (Intervenção simultânea).

1309

1310 Interlocutor não se identificou – Tatiana, eu falei várias vezes. Desculpa, não estou inscrito,  
1311 mas me permita o aparte para ficar claro. Eu falei três, quatro, estou ficando redundante aqui.  
1312 Várias pessoas nesse plenário entendem que não querem alterar o regimento. Temos a  
1313 constituição federal, que está aí, com seus trinta e um anos, meu ajuda Mário Reis. Alguns  
1314 entendem que tem que alterar a constituição, outros entendem que não. Só um exemplo bobo.  
1315 Delibera, porque conseguimos trabalhar, Tatiana. Deliberamos e a maioria quer criar um grupo  
1316 de trabalho, e vai ser nos termos que o Caio colocou no regimento. Ou a maioria quer deliberar.  
1317 Quem sabe, daqui a seis meses, tenhamos consenso nessa plenária.

1318

1319 Tatiana Barbosa Alvarenga – Então vamos para a votação de instituição... até pensei na  
1320 possibilidade de colocar, só que eu estou vendo que não tem porque ir para a próxima reunião.  
1321 Porque deliberar sobre a alteração? A sugestão é, que a proposta de alteração seja apreciada e  
1322 amplamente discutida, se instituindo um grupo de trabalho para isso, com um prazo de sessenta  
1323 dias, e vai para amadurecimento, inclusive, porque o grupo de trabalho discutiria e, depois,  
1324 traria num momento que talvez tenha esse amadurecimento que ele está colocando. A nossa  
1325 proposta é para votação de que essa proposta de alteração. Ou não, o grupo pode chegar à  
1326 conclusão de que não precisa alterar, que essa proposta de alteração feita com base na instituição  
1327 de um grupo de trabalho, com sessenta dias, com base no artigo sétimo. (Intervenção fora do  
1328 microfone). Mas é a sugestão, depois de ouvir as coisas e achar relevante. (Intervenção fora do  
1329 microfone). O item é proposta é de alteração do regimento.

1330

1331 Interlocutor não se identificou – E a nossa, é a proposta de retirada da pauta, porque não  
1332 queremos discutir o regimento.

1333

1334 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vamos votar então, se retirasse da pauta ou continua com essa  
1335 proposta do grupo de trabalho.

1336

1337 Sávio – Só uma ponderação, antes da votação. Independente de entrarmos em mérito do  
1338 regimento, se precisar atualizar alguns pontos, ou não, nós temos questões formais, houve  
1339 alteração da estrutura do governo, nós temos siglas que não representam mais a estrutura do  
1340 governo. Isso seria uma atualização natural, como todos os colegiados passam. Os colegas  
1341 podem chegar, depois, entender que não precisa mexer em alguns dispositivos, normal.  
1342 Lembrando, esse comitê tem uma reunião ordinária de três em três meses. (Intervenção fora do

1343 microfone). Dois. É um longo espaço de uma reunião para outra. Se não movimentamos alguns  
1344 pontos, jogando já uma perspectiva para a próxima. (Intervenção fora do microfone).

1345

1346 Tatiana Barbosa Alvarenga – Pode pedir, estamos aqui para isso.

1347

1348 Sávio – Esse debate é necessário.

1349

1350 Tatiana Barbosa Alvarenga – Deixa ele concluir e eu passo.

1351

1352 Sávio – Mesmo se não quiser no mérito, nós precisamos de uma atualizar. A própria consultoria  
1353 jurídica vai colocar: precisa atualizar os termos. Tem órgão que não representa mais. É isso.

1354

1355 Tatiana Barbosa Alvarenga – O que eu estou propondo que vá para a votação agora, para  
1356 encerrar o debate, vamos dizer, é se mantemos na pauta a proposta de alteração do regimento  
1357 interno. Ainda estamos discutimos o ponto de pauta, quando for abrir vemos o formato ainda.  
1358 Nós nos antecipando, vejam o quão democrático estou sendo. Vou colocar em votação agora a  
1359 proposta de alteração de regimento, para... (intervenção fora do microfone). A manutenção, ou  
1360 não, desse item na pauta.

1361

1362 Interlocutor não se identificou – Acho que temos que votar exatamente isso. É a inclusão o, ou  
1363 não desse ponto de pauta na pauta. Não estamos discutimos grupo de trabalho.

1364

1365 Tatiana Barbosa Alvarenga – Acabamos entrando na discussão do formato. (Intervenção  
1366 simultânea). A manutenção, vamos votar então. Mantem ou retira? Quem é contra a  
1367 manutenção? (Intervenção fora do microfone).

1368

1369 Carolina – Só um minutinho, para registrarmos as organizações. Temos CFP, OAB, UFRN,  
1370 RENILA, Justiça Global, EDUCAFRO. MNU, SOMOS. O restante é pela manutenção?  
1371 (Intervenção fora do microfone). SNPG, do ministério da Mulher, Ministério da Defesa,  
1372 SEGOV, SG, MEC, SNPIR do nosso ministério, Saúde, Ministério da Cidadania.

1373

1374 Tatiana Barbosa Alvarenga – Nove votos contra oito. O meu não vale não? A Carol vai contar  
1375 aqui. Vamos confirmar, pessoal de humanas.

1376  
1377 Carol – Oito para a retirada – CFP, MNU, UFRN, SOMOS, OAB, RENILA, Justiça Global,  
1378 EDUCAFRO. Oito, do governo – SNPG, do ministério, Ministério da Defesa, SEGOV, SG,  
1379 MEC, SNPIR, do ministério, Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania. Oito a oito.  
1380  
1381 Tatiana Barbosa Alvarenga – Quem não se manifestou? (Intervenção fora do microfone).  
1382  
1383 Interlocutor não se identificou – Eu não sei o que fala o regimento.  
1384  
1385 Tatiana Barbosa Alvarenga – Por uma questão jurídica de necessidade formal, eu voto pela  
1386 manutenção. Por uma questão jurídica. Se, no momento da discussão, o mérito de ver outros  
1387 pontos, como os relatados por, pelo menos dois membros, no momento vemos se vai entrar em  
1388 outros pontos, ou não. Agora, por necessidade, e precisamos passar por esse colegiado, questão  
1389 de nomenclaturas, itens formais, eu voto pela manutenção.  
1390  
1391 Interlocutor não se identificou – Tem? Alguém verificou? Estou me comprometendo a colocar  
1392 o jurídico para colocar mais de perto.  
1393  
1394 Lucas Grilo – A presidência tem voto de qualidade, no artigo dez. (Intervenção fora do  
1395 microfone).  
1396  
1397 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu repassei antes, vimos que não teria prejuízo discutir a pauta,  
1398 não estando a mesa diretora instituída. Então, tem prejuízo para toda a pauta. (Intervenção fora  
1399 do microfone). Estamos nos baseando no artigo dez, do regimento.  
1400  
1401 Lucas Grilo – A presidência é fixa, salvo engano, pela ministra ou, salvo engano, pela senhora,  
1402 o caso.  
1403  
1404 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vocês têm que entender que tem uma necessidade formal. Não é  
1405 uma questão de entrar em questões que achei relevantes, que o Sávio colocou. Sávio quer falar?  
1406 Você conhece um pouco mais. Eu estou me baseando no artigo dez, vamos manter a proposta  
1407 de alteração na pauta. O formato se decide no momento. Eu queria passar para os demais itens,

1408 porque vou retomar, já tenho uma resposta do jurídico, com relação à vice-Presidência, mas eu  
1409 quero concluir a apreciação da pauta.

1410

1411 Caio – Tudo bem. Mantendo essa votação, como foi decidido pela senhora, levanta outra  
1412 questão. Porque, na pauta, diz alteração do regimento. Alteração, como vimos anteriormente,  
1413 precisa de uma reunião convocada exatamente (intervenção simultânea). O que vamos discutir  
1414 então, é a criação do grupo de trabalho, com quórum qualificado.

1415

1416 Tatiana Barbosa Alvarenga – Pode ser que, nesse momento, decidamos que vamos distribuir e  
1417 fazamos a discussão na próxima reunião, pode ser que, nesse momento, decidamos, como a  
1418 equipe não colocou aqui o formato - da próxima vez, inclusive, vou entrar um pouquinho para  
1419 melhorarmos, abriremos um pouco mais – como grupo de trabalho, vai ser discutido inclusive o  
1420 formato. Agora, lembrando, reitero a vocês, que tem uma necessidade formal, tem questões  
1421 para atualizar frente, pelo menos, à nova estrutura da Esplanada, do governo federal, do  
1422 executivo federal. Estamos mantendo. Vou para a próxima, porque eu quero concluir para  
1423 voltarmos, que eu já tenho uma reanálise que me passaram, sobre a questão da vice-Presidência.  
1424 Esse aqui, não vejo problema, que é a pauta temática: mecanismo nacional de prevenção e  
1425 combate à tortura. Alguém se opõe a ter esse item na pauta? Acho que é esse que vamos entrar,  
1426 efetivamente, com os trabalhos. Lembrando que esses debates são ricos, não existe perda de  
1427 tempo, acho que é o momento de conhecermos um pouco mais cada um, e deliberar. Todos os  
1428 temas colocados foram de extrema importância. Alguém vota contrário à manutenção desse  
1429 item? Vou para o próximo. Um outro ponto, é o sete, pauta temática, política de prevenção e  
1430 combate à tortura, que já é no segundo dia. a Márcia, que pediu explicação. Márcia, estamos  
1431 votando agora à manutenção desse item na pauta. Essa explicação para você é importante, para  
1432 se manter ou não?

1433

1434 Márcia – Na verdade, não existe um manual.

1435

1436 Tatiana Barbosa Alvarenga – Porque podemos discutir na oportunidade, amanhã.

1437

1438 Márcia – Era só para suprimir essa palavra manual e colocar resolução. Porque, o que existe,  
1439 na verdade, é uma resolução. Existe uma resolução número cinco, que cria inclusive, foi votada,

1440 aprovada por esse pleno. Ela dispõe exatamente sobre a criação dos comitês e dos mecanismos  
1441 de prevenção e combate à tortura. Eu queria saber se trata dessa resolução.

1442

1443 Carolina – Márcia, só para fazer o esclarecimento desse ponto. Esse é um ponto que  
1444 pretendemos trazer informações da Política de prevenção e combate à tortura. Entre as nossas  
1445 atividades da coordenação, preparamos um manual para auxiliar os estados na criação de  
1446 comitês e mecanismos. Incluímos a resolução como referência, mas esse é um documento da  
1447 coordenação, que gostaríamos de comentar e trazer para vocês que estamos fazendo essa ação.  
1448 A nossa ideia, já para antecipar, é que já possamos inclusive entregar um material mais  
1449 mastigado possível para os governos estaduais. Porque trabalhamos no guia, nos anos  
1450 anteriores, nós temos as diretrizes, mas os governos estaduais ainda demandam mais  
1451 informações de nós. Por isso, preparamos esse material.

1452

1453 Márcia – Seria para apreciação?

1454

1455 Carolina – Seria para apresentação.

1456

1457 Márcia – Apresentação desse manual.

1458

1459 Tatiana Barbosa Alvarenga – E, se for o caso, tiver alguma opinião relevante. Está aprovada a  
1460 manutenção do item? O item oito, para o segundo dia, amanhã, pauta administrativa: denúncias  
1461 que chegam ao âmbito do comitê. Depois, representações do mecanismo, item nove. Item dez,  
1462 pauta administrativa, que seria uma avaliação para planejamento do biênio. Vocês querem mais  
1463 explicação desse item? Pode manter? De qualquer forma, vou pedir que ela faça uma explicação  
1464 desse item.

1465

1466 Interlocutor não se identificou – Tatiana, só para falar um pouquinho dessa questão do  
1467 planejamento. Ano passado, fizemos um planejamento inicial do comitê. Tiramos uma reunião  
1468 para fazer esse trabalho. Hoje, no ministério, contamos na secretaria executiva, com um colega  
1469 que teria disponibilidade para conduzir esse processo no ministério. Seria só uma forma da  
1470 secretaria executiva orientar um pouco a questão, a condução das nossas prioridades, dos nossos  
1471 debates, e orientar melhor inclusive a organização e estruturação das nossas reuniões. Seria um  
1472 momento para discutirmos, colher algumas sugestões e avaliar como podemos dar

1473 encaminhamento, caso o colegiado considere relevante da organização de um planejamento do  
1474 coletivo.  
1475  
1476 Tatiana Barbosa Alvarenga – Quem pediu a fala? Isabel.  
1477  
1478 Isabel – Só para entender se a definição do calendário entraria nesse ponto?  
1479  
1480 Tatiana Barbosa Alvarenga – Entendo que sim. Até bom explicitarmos.  
1481  
1482 Isabel – Deixarmos explícito esse ponto.  
1483  
1484 Tatiana Barbosa Alvarenga – Ok para esse item, pela manutenção? O item onze, que é o edital  
1485 de seleção dos peritos do mecanismo. Esse, queremos ajustar para adequar à Cândida, que teve  
1486 a passagem emitida e o horário não permite, teve incompatibilidade de horário. Vou ver a  
1487 sugestão da Carolina para mudarmos. Qual o horário que é seguro. (Intervenção fora do  
1488 microfone).  
1489  
1490 Intervenção fora do microfone – Cândida, acho que é mais seguro que fique pela manhã, Carol,  
1491 se possível. Amanhã, pela manhã.  
1492  
1493 Carolina – Podemos fazer a sugestão de entrar no lugar da pauta nove, e começar essa discussão  
1494 às quatorze, depois do retorno da reunião?  
1495  
1496 Tatiana Barbosa Alvarenga – Qual o horário do voo, Cândida. (Intervenção fora do microfone).  
1497 Invertemos essa pauta administrativa. Lembrando, no início da tarde, quatorze horas.  
1498  
1499 Interlocutor não se identificou – As dez, tem uma pauta...  
1500  
1501 Tatiana Barbosa Alvarenga – Duas horas, teria que ter a segurança de todos estarem aqui na  
1502 sequência. Mas, aqui tem local para almoçar perto.  
1503

1504 Carolina – As dez e meia, são as denúncias do CNPCT. Vamos contar com a participação de  
1505 um representante da ouvidoria nacional, para falar dos fluxos e também conversar um pouco  
1506 sobre o fluxo do recebimento de denúncias do comitê.

1507

1508 Tatiana Barbosa Alvarenga – No caso, teríamos que ver a disponibilidade do ouvidor. Mas,  
1509 vamos ver um que não tenhamos essa... quatorze horas? Vamos fechar a troca para as quatorze  
1510 horas?

1511

1512 Interlocutor não se identificou – Seria possível fazer no final da manhã, de amanhã?

1513

1514 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu teria que consultar a agenda do ouvidor.

1515

1516 Interlocutor não se identificou – Podemos fechar só essa diferença no início da tarde, quando  
1517 voltarmos, hoje ainda, é possível? Fica só como dúvida, porque a consulta não pode ser feita de  
1518 pronto agora.

1519

1520 Tatiana Barbosa Alvarenga – Qual a dificuldade das quatorze?

1521

1522 Interlocutor não se identificou – Eu não tenho condições de ficar na parte da tarde. Minha ida  
1523 embora é à tarde.

1524

1525 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vou passar para o Sávio.

1526

1527 Sávio – O colega Marcelo vai lembrar que esse ponto é o mais polêmico. Nas outras gestões,  
1528 ficamos reuniões e reuniões, debatendo sobre seleção do mecanismo, travados nessa questão.  
1529 Acho que não vamos resolver, mesmo colocando pela manhã ou depois do almoço, não vamos.  
1530 Eu queria entender o critério, qual seria a ideia, porque no regimento falou-se em abrir para  
1531 todo mundo, para debater talvez, apresentar propostas. Qual seria a ideia? Debater, no texto  
1532 concreto? Aqui, seria a mesma ideia, na seleção do mecanismo, que as pessoas apresentem  
1533 textos concretos para a proposta?

1534

1535 Interlocutor não se identificou – Carol, só para reforçar também, nesse sentido, o Sávio, amanhã  
1536 de tarde tem toda essa questão de que algumas pessoas saem em determinado horário, devido à

1537 importância sublinhada pelo Sávio, que pudéssemos fazer um esforço para ser amanhã de  
1538 manhã. Na verdade, pela complexidade da questão do ponto, que pudesse ser na primeira hora  
1539 da manhã, para termos um conforto maior.

1540

1541 Sávio – Não seria mais interessante nós recebermos sugestões primeiro, para botar dentro de  
1542 um texto e conseguirmos, dentro de uma objetividade, porque, senão vamos ficar...

1543

1544 Interlocutor não se identificou – Eu concordo com você, mas tenho que chamar atenção do  
1545 seguinte: estamos no decimo mês do ano, estamos em outubro. Por questões de uma  
1546 contingencia política, que sabemos o histórico, estamos com um déficit de quatro peritos no  
1547 mecanismo, e isso causa um prejuízo, não só para o mecanismo, mas causa um prejuízo para o  
1548 sistema de prevenção e combate à tortura, então, é uma questão muito urgente. Só para poder  
1549 reforçar isso.

1550

1551 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu vou abrir um pouco mais qual é a sugestão da equipe, também  
1552 seria de um grupo de trabalho para apreciar o edital.

1553

1554 Interlocutor não se identificou – Tatiana, só reforçar esse parêntese. Poderia ser possível,  
1555 juridicamente poderia ser possível. Acontece que nós devemos à sociedade brasileira, o atual  
1556 governo deve à sociedade brasileira, um déficit de quatro reuniões esse mês, que vamos discutir  
1557 na pauta, quando chegarmos na questão do planejamento. Se, com essa questão do mecanismo,  
1558 com essa questão dos peritos, se vamos abrir um grupo de trabalho, acho que não cabe pela  
1559 morosidade. Eu concordo com o Sávio, mas temos um precedente também, Sávio, o último  
1560 biênio fez uma seleção de perito, tem edital pronto que, provavelmente, deve ser atualizado. Só  
1561 para podermos pensar, pelo menos, a RENILA se colocaria contrária, devido à questão da  
1562 urgência e do histórico que viemos, desde o início do ano, não vamos acompanhar que se abra  
1563 grupo de trabalho nesse sentido. Que se proceda mesmo a abertura de uma comissão, como foi  
1564 feito no biênio anterior, para proceder a seleção.

1565

1566 Tatiana Barbosa Alvarenga – Considerando que não tenho agora a informação da agenda, a  
1567 proposta é que passemos para quatorze horas. Porque, como não vai se discutir o edital, o texto  
1568 do edital, que seja uma proposta que, se chegar à conclusão que é o grupo de trabalho ou que já  
1569 se forme a comissão, isso não deve levar mais – qual a previsão que vocês colocaram? – Que

1570 uma hora de discussão. Atendendo a situação exposta pela Cândida, em atendimento,  
1571 passaríamos para as quatorze horas e, nesse momento, vai ser discutido o formato, a urgência.  
1572 Mas, tem que ser, ter o edital já temos ciência disso. Alguém contra a manutenção e modificação  
1573 para as quatorze? Você quer falar?

1574

1575 Matheus – O Sávio falou, e o Marcelo...

1576

1577 Interlocutor não se identificou – Eu queria sugerir que fosse para dez e trinta, não para as  
1578 quatorze horas.

1579

1580 Tatiana Barbosa Alvarenga – Estou dependendo realmente da agenda do nosso ouvidor.  
1581 Consideramos também bem relevante essa questão das denúncias, principalmente, no momento  
1582 que estamos...

1583

1584 Interlocutor não se identificou – Mas, só por princípio, porque se não tiver perito, não adianta  
1585 ter denúncia, porque está com déficit de perito. Então, o que queremos...

1586

1587 Tatiana Barbosa Alvarenga – A proposta é que se decida tudo, e ninguém está soltando. Estou,  
1588 inclusive, nos colocando à disposição para avaliar a questão do horário, que teve um problema  
1589 administrativo de comunicação, entre a membro do comitê e o setor de emissão de passagens.  
1590 Estamos abrindo para discussão, estou colocando uma flexibilidade, o tema está posto, ninguém  
1591 está se negando a colocar. Agora, sobre denúncia, acho que estamos num momento bem  
1592 oportuno vocês ouvirem, literalmente ouvir nosso ouvidor, porque estamos num momento de  
1593 nova formatação do sistema da ouvidoria.

1594

1595 Interlocutor não se identificou – Ótimo, Tatiana, se o ouvidor não puder, vemos como  
1596 recolocamos esse ponto. Mas, a nossa sugestão é que o debate suba. (Intervenção simultânea).

1597

1598 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vou sugerir (intervenção fora do microfone) consultado ao  
1599 ouvidor. Fazemos a consulta e votamos. Está mantido, com a possibilidade de ser às dez e trinta,  
1600 ou as quatorze.

1601

1602 Interlocutor não se identificou – Minha sugestão é que seja às dez e trinta e, caso o ouvidor não  
1603 possa, vemos o que fazemos com essa pauta. (Intervenção simultânea).

1604

1605 Tatiana Barbosa Alvarenga – Coloca às nove, e a de nove iria para o horário das quatorze.

1606

1607 Interlocutor não se identificou – Então, acho que pode ser às nove, primeiro e, depois, o ouvidor.

1608

1609 Carolina – Vamos avaliar porque, há algum tempo, ele já estava com essa possibilidade desse  
1610 horário.

1611

1612 Márcia – Em relação à essa mudança de pauta, da possibilidade vir para as quatorze horas. Na  
1613 realidade, eu queria, sei até que já passou, mas eu queria um esclarecimento sobre o ponto de  
1614 pauta exatamente das quatorze horas, que é essa pauta administrativa representações do  
1615 mecanismo. Aí tem, informe sobre o secretario e rede administrativa penitenciária do Ceará, e  
1616 do conselho regional de medicina do Distrito Federal. Na oportunidade, foi pautado.  
1617 (Intervenção simultânea). Só para que nós possamos. É um esclarecimento para o pleno.

1618

1619 Tatiana Barbosa Alvarenga – Eu vou passar para ela. Não estou me negando, por favor.

1620

1621 Interlocutor não se identificou – Se esse item, que algumas pessoas, e me incluo nela, querem  
1622 adiantar, se ele teria uma relação com o item que estaria para as onze da manhã de hoje, de  
1623 estrutura do comitê, ou não. Simplesmente seria questões de RH. Porque, se esse item se  
1624 confunde com o item quatro, das onze horas, gostaríamos de adiantar a pauta, a pauta já é agora.  
1625 Em relação ao ouvidor, só deixar a reflexão. Comentamos, no início da manhã, que a ausência  
1626 de nenhum membro do comitê poderia interromper a reunião, que dirá de quem não é do comitê.  
1627 Com todo respeito ao ouvidor, eu acho que a agenda mais importante é a dos membros do  
1628 comitê. Trago essa reflexão também. Se a mesa puder esclarecer em relação aos itens quatro e  
1629 onze.

1630

1631 Tatiana Barbosa Alvarenga – Ele é um convidado, que disponibilizou a agenda dele já há algum  
1632 tempo. Então, deveríamos deliberar, a deliberação aqui é de excluir essa pauta, esse item. Até  
1633 porque, já está prejudicada. Vou pedir a equipe administrativa para tentar reajustar os tempos,

1634 porque já tem um prejuízo, a não ser que nos alonguemos até muito tarde. Poderíamos ter votado  
1635 pela retirada, com todo respeito à disponibilidade da agenda do nosso ouvidor.

1636

1637 Interlocutor não se identificou – Eu sugiro a retirada da questão do ouvidor, e fica o ponto que  
1638 acho que consenso da importância do edital para os peritos do mecanismo. Se não, não tem  
1639 trabalho, se não, ficamos aqui discutindo duzentas mil coisas, mas, sem os peritos para fazer as  
1640 inspeções, acho que esse comitê tem menos pauta, tem menos reflexões.

1641

1642 Carolina – Só para fazer a informação para a Márcia, e acho que também te ajuda, em relação  
1643 à essas representações, o ministério recebeu dois relatórios, dois ofícios, questionando a atuação  
1644 de membros do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. Considerando que o  
1645 colegiado é responsável pela seleção e, também, pelo acompanhamento dos membros do  
1646 mecanismo, trazemos essas duas comunicações para conhecimento e nossa deliberação de  
1647 como vamos tratar esses dois casos. Por isso que sugerimos que fossem momentos separados.  
1648 Em relação à questão das denúncias, só gostaria de lembrar que as denúncias estão na  
1649 competência do comitê. O comitê, no artigo sexto, da lei, é competente por receber denúncias.  
1650 É claro que é um ponto, principalmente, por ser uma pessoa de casa, poderíamos revisar com  
1651 nossos colegas da ouvidoria, pedir a gentileza para remarcar esse ponto. Mas, só lembrando  
1652 que também é um ponto da competência do colegiado, receber denúncias. Eu acho que,  
1653 começando um novo comitê, eu acho que vale a pena realinhar com a ouvidoria esses pontos,  
1654 mas, a nossa sugestão foi justamente para isso. Mas, se o colegiado deliberar pela retirada, nós  
1655 renegociamos com a ouvidoria, de acordo com o encaminhamento dos colegas.

1656

1657 Interlocutor não se identificou – O zelo que você demonstra, Carol, em relação às denúncias,  
1658 eu acho que, por parte da sociedade civil, nós temos um entendimento, e temos um  
1659 acompanhamento. Não somos um observatório stricto sensu. Mas, todos nós, nas nossas  
1660 militâncias, sabemos o que está acontecendo no país, inclusive, até no próprio pedido que a  
1661 sociedade civil enviou para vocês, para que houvesse ampliação, nós já antecipamos situações,  
1662 que não precisamos que o ouvidor venha aqui dizer para nós o que está acontecendo. É só para  
1663 podermos pensar: estamos atentos ao que está acontecendo. Não tem um prejuízo tão grande  
1664 assim, para sabermos quais são as violações ou possíveis violações que estão acontecendo no  
1665 país.

1666

1667 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vamos fazer a tentativa de avaliação da agenda do ouvidor. Se  
1668 não tiver sucesso, retiramos da pauta. Pode ser assim? Retiramos e trazemos a questão do que  
1669 vai ser discutido sobre o edital de seleção dos peritos do mecanismo, as dez e trinta. E essa  
1670 informação, a Carol vai trazer a pauta reformatada logo depois do almoço, com os ajustes.  
1671 Alguém tem alguma manifestação contrária?  
1672  
1673 Interlocutor não se identificou – Desculpa se estou sendo insistente, redundante. Mas, a questão  
1674 do edital dos peritos, eu acho que é, eu não voto, mas eu gostaria que, se possível, fosse votado  
1675 para colocar como prioridade.  
1676  
1677 Tatiana Barbosa Alvarenga – É isso que está sendo decidido.  
1678  
1679 Interlocutor não se identificou – Mas entendi que se colocou a preliminar de, caso a agenda do  
1680 ouvidor. Eu acho o ouvidor muito importante, recebemos dezenas de e-mails por dia, no e-mail  
1681 [nucleo.carceraria@defensoria.com.br](mailto:nucleo.carceraria@defensoria.com.br), no estado de São Paulo, mas a plenária podia deliberar,  
1682 já que a pauta veio pronta, no sentido de colocar o edital como prioridade, e ser soberana.  
1683  
1684 Tatiana Barbosa Alvarenga – É isso que está sendo dito, foi isso que eu disse: caso o ouvidor  
1685 não tenha disponibilidade para a mudança, exclui-se o ouvidor e priorizar a questão do edital  
1686 de seleção. Foi isso que foi dito. (Intervenção fora do microfone). Estamos fazendo o contato.  
1687  
1688 Interlocutor não se identificou – Mas, o que está compreendido é que está definida a prioridade.  
1689  
1690 Tatiana Barbosa Alvarenga – Está definida a prioridade. Caso o ouvidor não possa, não tenha  
1691 disponibilidade para ficar às dezesseis e trinta, nós retiramos, um outro horário, outro ajuste  
1692 que vamos tentar trabalhar, nós retiramos e, de qualquer forma, as dez e meia, está decidida a  
1693 prioridade. O edital já está decidido para as dez e meia. (Intervenção simultânea). Só vai ficar  
1694 em aberto esse horário do ouvidor, até porque, tem que ver os ajustes de horário também.  
1695 Considerando que minha agenda foi bem produtiva para mim, para o prejuízo das agendas que  
1696 eu tinha agora, no período da manhã, mas eu fui representada, nós consideramos como  
1697 prioridade. Eu também fui obrigada, evidentemente, a me manter aqui, mas foi bem produtivo  
1698 esse momento com vocês. O nosso consultor jurídico avaliou as colocações que eu tentei  
1699 repassar para ele, no pouco tempo que fiquei ao celular. Ele considera pertinente, vamos acatar

1700 que a vice-Presidência, considerando a continuidade, seja da sociedade civil. Agora, podemos  
1701 fazer a escolha do vice-presidente. Eu agradeço a compreensão de todos, por essa interpretação  
1702 que foi, realmente, uma avaliação inicial e, com base nisso, tomei a decisão, e vou conversar  
1703 com a ministra para termos uma assessoria jurídica mais próxima, até para outras interpretações.  
1704 Por exemplo, essa questão do regimento, já trazermos quais os itens que obrigatoriamente...  
1705 vamos fazer um trabalho mais próximo com o nosso jurídico, que tem uma equipe pequena.  
1706 Estamos tentando, junto ao ministro da AGU, o fortalecimento dessa equipe. O Vitor, a  
1707 Carolina, coloca aqui, até porque, no período da tarde, não tenho condição de ficar os dois dias.  
1708 Temos que proceder à escolha do vice-presidente e da mesa diretora.

1709  
1710 Interlocutor não se identificou – Podemos começar, para procedermos, porque a sociedade civil  
1711 gostaria de...

1712  
1713 Tatiana Barbosa Alvarenga – A Carolina vai dar como vai ser o rito.

1714  
1715 Carolina – Só lembrando que temos algumas escolhas da vice-Presidência, agora pela sociedade  
1716 civil e, também, em relação à mesa diretora. Relembrando que a mesa diretora é composta por  
1717 dois representantes de governo e por dois representantes da sociedade civil. Tradicionalmente,  
1718 não temos uma indicação. Do nosso ponto de vista, uma das questões que gostaríamos de trazer  
1719 para avaliação da escolha da mesa diretora, é que o vice-presidente já seja uma pessoa que possa  
1720 acompanhar uma mesa diretora. Porque, a mesa diretora, entre suas funções, tem a  
1721 responsabilidade de deliberar sobre a criação da pauta. Então, já ficaria já esse combinado de o  
1722 vice-presidente ou a vice-presidente, já participar da mesa diretora para, inclusive, trabalhar  
1723 com mais proximidade com a secretaria executiva e com os outros membros de governo, para  
1724 construção dessa pauta. (Intervenção fora do microfone).

1725  
1726 Interlocutor não se identificou – Vice mais um. Confere, Carol.

1727  
1728 Carolina – A nossa sugestão é que seria o vice mais um. Era algo (intervenção fora do  
1729 microfone). No regimento fala que são dois. O regimento é omissivo em relação à participação  
1730 do vice.

1731  
1732 Tatiana Barbosa Alvarenga – Na verdade, é uma costura que também não fere o regimento.

1733

1734 Carolina – Seria o vice mais uma pessoa. Inclusive, estávamos pensando em fazer isso também  
1735 do ponto de vista do governo. (Intervenção fora do microfone). Seria a vice-Presidência mais  
1736 um. (Intervenção fora do microfone). Do governo, para ficar dois a dois, que é a composição  
1737 da mesa diretora. É só uma sugestão, enquanto coordenação desses trabalhos, auxiliando  
1738 tecnicamente a mesa diretora e o trabalho do vice-presidente também. Eu acho que podemos  
1739 abrir as inscrições para manifestação da sociedade civil?

1740

1741 Tatiana Barbosa Alvarenga – Vamos abrir as inscrições para manifestação da sociedade civil.  
1742 Marcelo.

1743

1744 Marcelo – A RENILA, acho que conferimos o apoio dos outros membros da sociedade civil,  
1745 porque o Rafael Custódio só chegou há pouco, parte da sociedade civil também. A RENILA  
1746 encaminha aqui, que pudesse ser composta pela OAB, na pessoa da Vitória, como vice-  
1747 presidente, e o Caio Cesar Kein, como membro da mesa diretora. Eu só gostaria que tivéssemos  
1748 paciência, apesar do horário, já chegamos ao meio dia, para que tivéssemos um preciosismo,  
1749 um excesso de zelo, porque acho que vale a pena, nesse caso, o excesso de zelo, em relação a  
1750 se são duas ou se são três. Mas, pensando que são duas, que é o entendimento da mesa atual,  
1751 faríamos essas duas indicações.

1752

1753 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Se são duas indicações de mesa? (Intervenção fora do  
1754 microfone). Seria vice-Presidência mais dois da mesa. O que estamos sugerindo é que, nesses  
1755 dois da mesa, se indique o mesmo nome do vice-presidente.

1756

1757 Carolina – Só para fazer referência ao regulamento interno. (Intervenção simultânea). Desculpa  
1758 secretária. No artigo doze, do regimento interno, está: a mesa diretora tem a finalidade de  
1759 auxiliar o presidente e o plenário, na definição dos temas a serem objetos de pauta nas reuniões,  
1760 e dos temas urgentes a serem encaminhados aos membros do comitê. Parágrafo primeiro. A  
1761 mesa será composta pelo coordenador geral do CNPCT, como esse regimento é de dois mil e  
1762 treze, em dois mil e treze, o cargo o secretário executivo, era de coordenador geral. Hoje, já não  
1763 é esse nome, o que seria algo para atualizar.

1764

1765 Interlocutor não se identificou – No caso, seria na pessoa de?

1766

1767 Carolina – Na pessoa de Carolina Castro. Pelo coordenador geral e, por quatro membros do  
1768 comitê, sendo dois membros do comitê entre os referidos inciso um do artigo terceiro do  
1769 regimento, que são os membros de governo, e o segundo ponto: dois membros do comitê, entre  
1770 os referidos dos incisos dois, três e quatro, do artigo terceiro desse regimento, que são os  
1771 membros da sociedade civil. Parágrafo segundo. Os membros integrantes da mesa serão  
1772 escolhidos por votação do plenário, por mandato de um ano, admitida a recondução. A mesa  
1773 diretora, a previsão do regimento, não incluiu, já de pronto, o vice-presidente na organização  
1774 da pauta. A nossa sugestão é que o vice possa compor a mesa diretora, de forma que tenhamos  
1775 uma maior afinidade, inclusive, na organização da pauta. (Intervenção simultânea). Deixa só eu  
1776 terminar o raciocínio, Marcelo, me desculpa. Você imagina se, por acaso, oficialmente, o vice-  
1777 presidente não está, ou a vice-presidente, não está na mesa diretora. Você tem um grupo de  
1778 pessoas que definem sobre a pauta, que outra pessoa vai conduzir. Eis a nossa sugestão, para  
1779 que essa pessoa, que é a vice ou o vice, entre. Vai ser a Vitória, a vice? Para que a Vitoria possa  
1780 entrar na mesa diretora para ela, inclusive, deliberar sobre pontos que ela mesma vai conduzir.  
1781 Essa é a nossa sugestão.

1782

1783 Marcelo – Só para me ajudar a compreender um outro detalhe, que seria da proporcionalidade.  
1784 Porque, talvez, isso estivesse implícito nessa contagem. Na proporcionalidade, são onze  
1785 membros da sociedade civil e dez membros do governo. Na mesa diretora, da forma como está...

1786

1787 Carolina – São doze da sociedade civil e onze do governo.

1788

1789 Marcelo – Muito obrigado por me corrigir. Na mesa diretora, como ficaria a composição, se  
1790 seguimos essa sua compreensão? Porque é uma compreensão de fazer uma economia de  
1791 recursos humanos, estou compreendendo.

1792

1793 Carolina – A mesa diretora fica composta por duas pessoas da sociedade civil e duas pessoas  
1794 do governo, como está no regimento. (Intervenção fora do microfone).

1795

1796 Marcelo – Mais a coordenação geral também, Carolina?

1797

1798 Carolina – Mas a coordenação geral não é membro do comitê.

1799

1800 Interlocutor não se identificou – Eu tenho uma questão. Nesse cenário em que a vice-presidente  
1801 também faz parte da mesa, a presidente vai fazer parte da mesa também?

1802

1803 Carolina – Não. A mesa diretora são quatro membros. É só uma sugestão de alinhamento. Na  
1804 verdade, quando for votar, não fala vice-presidente, fala o nome do membro do comitê.

1805

1806 Interlocutor não se identificou – Isso eu entendo. Mas, penso o seguinte: se vamos centrar duas  
1807 pessoas na função na pessoa da Vitória, vamos centrar duas funções na pessoa da senhora.

1808

1809 Carolina – Não. A não ser que votasse, que o governo vote que eu esteja também na mesa  
1810 diretora. Não vai ser o caso aqui.

1811

1812 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A mesa diretora é o seguinte: vamos aumentar a vice-  
1813 Presidência. A mesa diretora, também vamos proceder a votação, que são quatro – é assim que  
1814 eu entendi – membros, dois do governo, dois da sociedade civil, o governo vai lançar os seus  
1815 nomes. Necessariamente, não tem que ser a presidência, necessariamente não. Mas, no caso da  
1816 sociedade civil, como vamos dar a vez à sociedade civil, o que está se sugerindo, por uma  
1817 questão de outras experiências, acha-se muito mais produtivo que o vice-presidente esteja entre  
1818 os membros da mesa diretora. Se fosse do governo, ia ser a mesma coisa. Vamos supor que  
1819 estivesse no momento do governo, a sugestão iria ser que esse vice-presidente acompanhe  
1820 também a mesa diretora.

1821

1822 Interlocutor não se identificou – A mesa diretora tem funções específicas, e a vice-presidente.

1823

1824 Tatiana Barbosa de Alvarenga – (intervenção fora do microfone). Não. Ficam com quatro.  
1825 (Intervenção fora do microfone).

1826

1827 Interlocutor não se identificou – Se vai ficar empatado, a vice-presidente vai decidir, porque  
1828 você vai acumular duas funções.

1829

1830 Tatiana Barbosa de Alvarenga – São quatro votos, são quatro de qualquer forma e, cada um na  
1831 sua função, na função que competir.

1832

1833 Interlocutor não se identificou- A votação vai ser dada, e você vai votar enquanto componente  
1834 da mesa diretora e, no processo que compete à mesa diretora. Quando tiver atribuição referente  
1835 à vice-Presidência, você atua como vice-Presidência, são instancias diferentes, você acumula  
1836 duas funções. (Intervenção fora do microfone).

1837

1838 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Não vai ser nossa sugestão, da presidência acumular, até  
1839 porque, não vai ter presidência pelo governo.

1840

1841 Interlocutor não se identificou – As atribuições da mesa diretora são diferentes das atribuições  
1842 da vice-Presidência. Quando tiver a necessidade da ação da mesa diretora, os quatro membros  
1843 vão agir. Quando tiver uma necessidade da ação da vice-presidente, a vice-presidente vai agir.  
1844 Se essa pessoa física acumular os dois cargos, ela vai agir, ora enquanto componente da mesa  
1845 diretora, ora como vice-presidente. Não haverá nenhuma exclusão ou nenhum prejuízo para as  
1846 funções de cada uma.

1847

1848 Tatiana Barbosa de Alvarenga - É o que estamos falando, que era o costume de ter, nas outras  
1849 (intervenção simultânea).

1850

1851 Marcelo – Carol, questão de ordem. É porque eu fiz, inicialmente, a questão. Também temos  
1852 que lembrar que, no último biênio, era isso que estávamos fazendo, essa proposta, de alguma  
1853 forma, essa perspectiva que você estava apresentando, porque era o CFP mais a CUT. O vice-  
1854 presidente, no caso, era o CFP. Era isso mesmo? Eu acho que, no entendimento da RENILA,  
1855 acho que poderíamos seguir adiante, porque já estávamos concordando com isso. De fato, nas  
1856 atribuições da mesa diretora, é uma questão de gerenciamento de pauta, a mesa diretora não  
1857 arbitra, a despeito ou no contraditório, com o colegiado, ela executa o que o colegiado, de  
1858 alguma maneira, aprova e delibera. Acho que poderíamos seguir. A não ser que outros colegas  
1859 da sociedade civil, queiram interpor.

1860

1861 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A mesa diretora, uma das funções é ela auxiliar o presidente.  
1862 O presidente, por parte do governo, não vai ser candidatar à mesa diretora, por uma questão  
1863 jurídica mesmo. Vocês amadureceram, entenderam, fecharam entendimento para fazermos a  
1864 votação? Primeiro, a vice-Presidência. Carol, conduza por favor.

1865  
1866 Carolina – Só para fazermos o registro da vice-Presidência. Marcelo, você ainda pediu a fala?  
1867 Porque o prisma está em pé. O Marcelo, na sua fala, fez a indicação do nome da Vitória Busi,  
1868 representante da OAB, para a vice-Presidência. Gostaríamos de proceder à votação dos colegas,  
1869 a favor da indicação. Depois, seguimos na votação a favor das indicações para a mesa diretora.  
1870  
1871 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Todos a favor da indicação da Vitória, de Marcelo? Ela é  
1872 representante titular do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, como vice-  
1873 presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, agora reunido? Alguém  
1874 contra? Está alinhado. Temos a nossa vice-presidente. Na sequência, agora, a mesa diretora.  
1875 Vamos começar pela sugestão de indicação pelo governo. Abrimos agora para a candidatura de  
1876 membros do governo. Temos a candidatura do Lucas Teixeira Grilo. (Intervenção fora do  
1877 microfone). Você está representando, no caso, o Ezequiel que seria o membro?  
1878  
1879 Carolina – Só uma observação, Rodrigo. A escolha é das entidades e dos órgãos. Tanto você,  
1880 quanto o Ezequiel, vão participar. Para não ficar dúvidas.  
1881  
1882 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Seriam as duas representações do Ministério da Mulher,  
1883 Família e Direitos Humanos. Ele tem duas titularidades e, no caso, estão se candidatando a  
1884 compor a mesa diretora, no caso. Essas duas titularidades que, na representação, tem o Lucas  
1885 Teixeira Grilo, seu suplente, Marcos Vinicius Pereira. E Ezequiel, que é um dos titulares,  
1886 Ezequiel Roque do Espírito Santo, e Rodrigo José Henriques de Faria, que colocou a  
1887 candidatura. Alguém se opõe?  
1888  
1889 Interlocutor não se identificou – Nenhum dos outros colegas pretende se candidatar? Acho que  
1890 fica mais rito se descentralizarmos. (Intervenção fora do microfone).  
1891  
1892 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Fizemos isso. Até uma sugestão estarmos aqui agora, Sávio.  
1893  
1894 Sávio – Eu acho que é uma oportunidade para o colega participar da experiência, a mesa  
1895 diretora, acho que tem uma experiência rica, na composição, na indicação dos trabalhos do  
1896 grupo. Só lembrando o histórico, nunca temos questionado as indicações que vem da  
1897 sociedade civil ou do governo. Sempre se faz apenas a formalidade para aprovação. Isso

1898 aconteceu com o governo, isso aconteceu com a sociedade civil. Então, mantemos o mesmo  
1899 padrão, já temos os dois nomes do governo, mantemos na composição.  
1900  
1901 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Fechou? Temos a composição da mesa diretora, pela parte do  
1902 governo, fechado. Agora, vamos para a sociedade civil.  
1903  
1904 Carolina – Mais uma vez, o Marcelo, na sugestão inicial, fez a indicação que seria da Vitória e  
1905 do Caio, com a organização SOMOS.  
1906  
1907 Marcelo – Só fazendo observação, fiz a indicação, fui porta-voz, mas no sentido, no sentido  
1908 também, nós poderíamos criar uma situação onde insistíssemos no desmembramento, que não  
1909 fosse a Vitória. Mas, a Vitória também concordando com a situação dessa publicação, que ela  
1910 ficasse na mesa diretora. E do Caio. Mas, acho que temos que ouvir a Vitória, se ela concorda  
1911 com isso, ou se algum outro membro da sociedade civil, também possa fazer uma questão, e  
1912 possa dizer: eu prefiro ser essa pessoa. Senão, acho que mantemos a indicação que possa  
1913 replicar a Vitória, que Vitória fique na mesa diretora e o Caio Cesar Klein também fique na  
1914 mesa diretora.  
1915  
1916 Carolina – Vitória, você quer se manifestar?  
1917  
1918 Vitória – Eu ainda permaneço com a mesma dúvida, os colegas me desculpem, mas eu queria  
1919 sanar essa dúvida antes de continuar. Peço que a Carol, que é mestre nesse regimento, me diga  
1920 o que fazer. Se vai haver a presidência, em nome do ministério e, claro, a ministra não estando  
1921 presente, ela nomeia alguém para compor, isso é óbvio. O governo tem duas pessoas na mesa  
1922 diretora, fora a presidência. Desculpa, não na mesa diretora, a presidência e vice-presidência  
1923 compõe a mesa diretora, fora as outras quatro pessoas do plenário. Nós temos a presidência e a  
1924 vice-presidência, uma entidade. E nós temos quatro membros da mesa diretora. A meu ver,  
1925 seria esse o encaminhamento mais correto: presidência, vice-presidência, mais quatro membros  
1926 da mesa diretora, e não daria confusão nenhuma. Eu acho que esse seria um encaminhamento  
1927 mais conveniente.  
1928  
1929 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Já é um tema para se discutir. Está vendo a importância de se  
1930 discutir o regimento? Porque, o regimento, hoje, não traz essa forma. Ele está dizendo que tem

1931 o coordenador geral, que é o suporte administrativo, quatro membros, sendo os dois da  
1932 sociedade civil e, dois, do governo. E a sugestão é que se aproveite a vice-presidente para ser  
1933 um desses membros, no caso, hoje, sociedade civil. (Intervenção simultânea). Me parece que é  
1934 uma prática que se confirmou como efetiva, produtiva, forma prática que se adotou, não sei se  
1935 pelo nível de entrega, de olhar para a pauta como um todo, um mergulho maior do vice-  
1936 presidente. Pelo que eu entendi, foi uma prática exitosa, nas outras vigências do comitê.

1937  
1938 Vitória – Entendi. Então, acho que achamos interessante a vice-Presidência estar também na  
1939 mesa diretora. Fazemos esse encaminhamento então.

1940  
1941 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Agora você achou um tema para discutir... e o segundo  
1942 membro?

1943  
1944 Carolina – Foi a indicação do Caio? Na verdade, o Caio, representando a organização SOMOS.

1945  
1946 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A representação da mesa diretora do comitê nacional de  
1947 prevenção e combate à tortura, vou colocar para votação.

1948  
1949 Caio – Eu tenho uma questão. Eu concordo, eu acho que é muito mais racional a vice-  
1950 Presidência fazer parte da mesa. Mas, é só uma questão hermenêutica. Artigo quinze: cabe ao  
1951 vice-presidente substituir o presidente. No dia que o presidente não vier e o vice-presidente  
1952 substitui-lo, não fica uma relação meio esquizofrênica com o artigo doze, que diz que a mesa  
1953 auxilia o presidente, sendo que a Vitória é da mesa, e também a presidente, naquele momento.

1954  
1955 Sávio – Vocês entenderam porque precisa de uma revisão agora do regimento? Porque, se for  
1956 fazer uma leitura literal (intervenção simultânea), a mesa não auxilia a vice-Presidência. Está  
1957 errado, tem que auxiliar a vice-Presidência. Essa é uma forma do vice-presidente ter contato  
1958 com a elaboração da pauta, para chegar e saber porque aquele item foi incluído. Reforço que  
1959 precisamos atualizar o regimento interno.

1960  
1961 Carolina – Caio, só para compartilharmos um pouco do que vem sendo feito, em reação ao  
1962 comitê. O apoio às atividades do comitê. Na prática, o apoio administrativo é feito pela  
1963 coordenação geral de combate à tortura e à violência institucional. Especificamente essa escolha

1964 dos temas, das pautas prioritárias, não entra na condução da reunião. Só para compartilhar esse  
1965 entendimento, a mesa diretora, na reunião, especificamente, não tem uma responsabilidade. Ela  
1966 tem uma responsabilidade extra reunião, em que ela vai auxiliar na pauta, vai auxiliar na  
1967 deliberação sobre notas, moções, e outras documentações que são urgentes e que requerem  
1968 também uma ação urgente. Só um ponto: na resolução que temos sobre o fluxo de denúncia, a  
1969 mesa diretora tem um papel muito importante, mas é fora da reunião. A mesa diretora não é ao  
1970 mesmo tempo da reunião. Desculpe, eu tentei esclarecer, mas, talvez...

1971

1972 Caio – Eu estou satisfeito, só não podia deixar de colocar essa questão...

1973

1974 Carolina – É porque, às vezes, você vai falando, vai lembrando das coisas, vai ficando confuso.  
1975 Mas, a minha intenção foi trazer um pouco desse acúmulo do trabalho da coordenação,  
1976 enquanto secretaria executiva.

1977

1978 Caio – Estou de acordo. Acompanho a Vitória.

1979

1980 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos para a ratificação. Membro a sociedade civil, na mesa  
1981 diretora do comitê nacional, aqui presente, será composta por – não tem titular e suplente – são  
1982 dois membros... pela representação do Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil e,  
1983 pela representação da SOMOS Comunicação, Saúde e Sexualidade. Todos a favor? Fechado?  
1984 Já temos, só para fechar a questão da pauta, um retorno sobre a agenda do ouvidor. Realmente,  
1985 pela manhã, o horário seria às dez e trinta, mas ele pode às dezesseis e trinta. Qual o arranjo  
1986 que estamos fazendo? (Intervenção fora do microfone). Desculpe. Ele não pode mudar às dez  
1987 e meia, vamos manter as dez e meia, e vamos remanejar a pauta de nove horas – política de  
1988 prevenção e combate à tortura, pauta temática – para dezesseis e trinta, e trazemos a questão do  
1989 edital de seleção para as nove horas de amanhã, do segundo dia.

1990

1991 Caio – Uma dúvida. Tem termo de posse para a vice-presidente, já então eleita? Isso é  
1992 automático?

1993

1994 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos providenciar. Ela vai fazer uma revisão e incluir na  
1995 pauta, para o início da tarde. Eu não sei se nesse momento vou estar presente, porque tenho  
1996 uma agenda que eu adiei para uma e meia, com a organização mundial da família, que está

1997 vindo aqui para pedirmos apoio, para ver se conseguimos recurso para construção de unidades  
1998 socioeducativas e, também, de casa da mãe... não sei se é necessário que eu esteja presente.  
1999 Alguém pode me dizer?  
2000  
2001 Caio – Eu só queria fazer um pedido, que eu acho que todo mundo se passou, em relação ao  
2002 que você falou de recursos, eu me lembre dos recursos do comitê nacional de prevenção e  
2003 combate à tortura. Acho que, nada mais razoável que, entre hoje ou amanhã, em algum  
2004 momento, pode ser entregue algum tipo de papel, mas o comitê precisa se inteirar em relação a  
2005 isso. Até mesmo, porque temos oito meses de não execução orçamentaria, então temos que  
2006 saber como estão as contas.  
2007  
2008 Tatiana Barbosa de Alvarenga – No item planejamento podemos entrar com essa pauta. No  
2009 retorno, já vai estar aqui o termo de posse da vice-Presidência, e ela continua para a condução.  
2010 É bom rever direitinho porquê...  
2011  
2012 Interlocutor não se identificou – Artigo cento e setenta e cinco: cabe ao vice-presidente do  
2013 CNPCT, substituir o presidente do CNPCT, em seus impedimentos e ausências.  
2014  
2015 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Se não me engano, é só o termo de posse dela, o rito de termo  
2016 de posse. Mas, vamos providenciar, ela assina antes do início da próxima sessão. A  
2017 competência, não temos dúvidas, inclusive, embora foi muito rico o debate, aprendi muito com  
2018 vocês, agradeço, realmente vou levar para a ministra a necessidade de termos uma consultoria  
2019 jurídica mais próxima na estruturação. Mas, realmente, ele teve essa avaliação inicial, coloquei  
2020 a argumentação de volta e estamos com o comitê devidamente estabelecido, resguardados os  
2021 fundamentos jurídicos e legais. Agradeço toda a discussão democrática. Desejo sucesso à  
2022 agenda, os temas são bem importantes, gostaria muito de poder ficar com vocês e me aprofundar  
2023 os dois dias. Realmente, não vai ser possível agora. E que os trabalhos ocorram com todo  
2024 sucesso. Mas, estarei à disposição, de qualquer forma, enquanto secretaria executiva, estou à  
2025 disposição dessa instância e de todo sistema nacional de prevenção e combate à tortura. Já me  
2026 deparei, assim que eu cheguei, com algumas situações com relação aos cargos, fui pega de  
2027 surpresa, não tinha nem conhecimento desse (inaudível) jurídico. Mas, logo que entrei, me  
2028 deparei com essa situação, questão orçamentaria também foi discutida. Temos feito alguns  
2029 ajustes no regramento, mas para o ministério como um todo, com relação à contenção de

2030 despesas, de otimização de rediscussão de formas de atuar. Contem comigo, enquanto secretária  
2031 executiva do ministério, meu apoio não está fechado nessa instancia, há possibilidade de  
2032 discussão e de diálogo. Fiquei bem surpresa e achei muito rica a representação, não só do  
2033 governo aqui presente, mas da sociedade civil. É bem gratificante vermos que tem frentes tão  
2034 embaçadas e bem construídas em prol do tema que, infelizmente, é muito delicado no nosso  
2035 país, é uma realidade que temos que enfrentar, temos que aprimorar, fortalecendo inclusive os  
2036 estados e municípios, a ponta, que dependemos tanto. Me colocou à disposição. Muito obrigada.  
2037 Parabéns a todos pelo trabalho. Sucesso no decorrer do dia.

2038  
2039 Carolina – Só um ponto de esclarecimento. Temos a participação do coordenador geral da  
2040 gestão de pessoas. Ele estava agendado para as onze e meia e, muito queridamente está ali,  
2041 conosco, esperando esse ponto. A nossa sugestão é que possamos ir até uma e dez, e possamos  
2042 ouvir esses esclarecimentos. Acho que, tanto o Lucas, quanto o doutor Germínio, tem muito a  
2043 auxiliar, a que possamos ter uma compreensão, não uniforme, mas que possamos dar mais  
2044 informações a essas medidas relacionadas ao decreto nove mil oitocentos e trinta e um, de  
2045 junho, de dois mil e dezenove. Minha sugestão é que pudéssemos alongar só mais um  
2046 pouquinho, para não perdermos esse ponto. Então, a Vitória passa a conduzir, por favor.

2047  
2048 Carolina – Queria chamar o nosso coordenador geral de gestão de pessoas. Em relação a esse  
2049 ponto de pauta, só para já permitirmos o início desse ponto, a secretaria executiva fez a sugestão  
2050 desse item uma vez, que foi uma questão que suscitou muitos debates públicos, notas públicas.  
2051 Então, consideramos por bem, já proativamente, trazer esse ponto, de forma que já pudéssemos  
2052 trazer elementos em relação a essa alteração, bem como em relação à questão de como ficou a  
2053 vida pós esse decreto e, também, pós as medidas judiciais que foram tomadas. Nesse momento,  
2054 tínhamos pensado na participação do Lucas, enquanto nosso chefe de gabinete e membro do  
2055 comitê, para fazer um pequeno apanhado dessas deliberações. E, também, em relação ao  
2056 Germínio. Nossa sugestão é que, já que tivemos esse ajuste de pauta, se pudermos passar, não  
2057 sei se o Germínio quer fazer primeiro o uso da fala, que ele já fica liberado.

2058  
2059 Germínio - Boa tarde a todos. Prazer estar aqui, poder prestar os esclarecimentos. Temos feito  
2060 isso de forma constante para a Advocacia Geral da União e, mais recentemente, para o defensor  
2061 nacional de direitos humanos. Só pontuando, cronologicamente, no dia quatorze de agosto, a  
2062 consultoria jurídica informou à secretaria executiva e à nossa área, que integra a estrutura da

2063 secretaria executiva, sobre o deferimento da liminar. Isso, em quatorze de agosto. No dia quinze  
2064 de agosto, nós minutamos um ofício da secretária executiva – esses documentos que estou  
2065 fazendo referência, vou deixar para a mesa, para vocês terem acesso -, dirigido ao secretário  
2066 especial de desburocratização, gestão e governo eletrônico, do ministério da economia, que é a  
2067 secretaria incumbida de dar materialidade à decisão judicial, ou seja, incluir os onze cargos de  
2068 perito na estrutura do ministério. É bom que se frise que, na data de publicação do decreto nove  
2069 oito três um, automaticamente os cargos deixaram de aparecer no sistema, na estrutura do  
2070 ministério. E a reinclusão, assim como a exclusão, é de responsabilidade do órgão central. No  
2071 dia quinze de agosto, um dia depois da consultoria jurídica dar ciência à área de administração,  
2072 foi expedido ofício ao secretário Paulo Webel, solicitando a reinclusão dos cargos. No dia  
2073 dezessete de agosto, eu fiz uma consulta à consultoria jurídica do ministério, a respeito de dois  
2074 pontos fundamentais. Essa consulta também vai ficar aqui para a mesa. A primeira, dizia  
2075 respeito à dúvida da data, do marco inicial em que se dava a decisão judicial, se ela retroagia à  
2076 data do decreto, em onze de junho, ou se era da data da intimação da União, daquela decisão  
2077 liminar. A segunda, dizia respeito ao alcance, em relação aos oito peritos, tendo em vista que  
2078 àquela época, um deles tinha já o mandato encerrado por decisão própria, em dezembro, se não  
2079 me engano. Vieram essas respostas, junto com uma manifestação. Quem dirime minhas dúvidas  
2080 não é a consultoria jurídica, é a área de contencioso da Advocacia Geral da União, a PRU –  
2081 Procuradoria Regional da União, que estava atuando no processo. E ela dirime, dizendo que a  
2082 data era onze de junho, e a extensão da decisão alcançava os onze cargos. Ela nem se referiu a  
2083 pessoas, e a minha dúvida dizia respeito a uma pessoa. Ela disse: alcança os onze cargos. Então,  
2084 falava também para o futuro, caso fossem providos os cargos vagos então. Dizia, onze de  
2085 agosto. No dia dois de setembro, foi emitida uma retificação do parecer de força executória,  
2086 pela mesma Procuradoria Regional da União, enquadrando a data, ou seja, o termo inicial do  
2087 restabelecimento da remuneração como sendo a data de intimação, doze de agosto. No dia dois  
2088 de setembro, a PRU emite essa retificação e, no dia quatro de setembro, nós incluímos todos os  
2089 peritos. O ministério do planejamento recebeu, assim como nós, uma determinação de que, em  
2090 quarenta e oito horas, fosse providenciada a implementação. Lembrem-se que, dia quinze de  
2091 agosto, havia sido remetido o ofício pedindo os cargos. No dia quatro de setembro, o ministério,  
2092 assim como nós, recebeu aquela determinação de que fosse providenciada, em quarenta e oito  
2093 horas, a decisão, o cumprimento, e isso foi feito no dia quatro de setembro, as fichas financeiras  
2094 de quatro de setembro, estão todas aqui. De quatro de setembro, para cá, nós efetuamos o  
2095 pagamento de setembro, normalmente, no início de outubro, de todos os oito peritos. E,

2096 efetuamos a concessão de todos os benefícios que dependiam de requerimento ou daqueles, de  
2097 forma automática, como o auxílio alimentação. Alguns solicitaram auxílio moradia. Um,  
2098 solicitou pagamento de ajuda de custo, para regressar a Brasília, foi prontamente atendido, foi  
2099 pago. De modo que, todos os benefícios inerentes ao exercício do cargo comissionado de  
2100 assessor do mecanismo, estão sendo implementados, a decisão tem sido cumprida na sua  
2101 totalidade. No mesmo sentido, lembrem-se que eu comentei que a decisão, a força executória  
2102 da Procuradoria Regional da União, dizia que abarcava os onze cargos e, não somente as  
2103 pessoas que, nominalmente, já haviam sido designadas por ato de presidente da república, o ato  
2104 jurídico é complexo, a primeira designação por parte do presidente, e ela complementada com  
2105 a investidura no cargo comissionado, que é um ato de provimento do ministério. Já havia, em  
2106 curso, a indicação da perita Barbara Suelen Coloniezi, o presidente assinou o decreto de  
2107 designação, foi publicado dia vinte e três de setembro, no Diário Oficial da União, a perita foi  
2108 contatada. Sempre quando eu digo: foi contatada, fizemos esse contrato através da secretaria de  
2109 proteção global, o Lucas. Ela apresentou os documentos, também vou deixar essa ficha aqui e,  
2110 no momento, em determinação de um decreto a que se submetem todos os investidos em cargo  
2111 de comissão, inclusive os atuais se submetem a esse processo, já há mais de uma década, a essa  
2112 rotina, a nomeação está em análise, no sistema de indicações, que é o SINC, no governo federal,  
2113 desde o dia trinta de setembro. No dia vinte e três, o presidente designou a perita Barbara  
2114 Suelen. Ela demorou esses dias para apresentar a documentação, há um termo de acesso a dados,  
2115 que é exigida a assinatura do indicado para nomeação do cargo. E, desde trinta de setembro,  
2116 assim como outras tantas indicações do ministério, ela está lá, em linha de análise e, tão logo  
2117 seja liberada, haverá um ato de provimento, porque não se trata de reintegração, tendo em vista  
2118 que ela não estava anteriormente investida no cargo. De modo que, o que posso dizer a vocês é  
2119 que, toda e qualquer providência judicial que foi determinada, vem sendo cumprida. Havia a  
2120 necessidade de uma parte dela, sob responsabilidade do ministério da Economia, ser  
2121 implementada, foi implementada e, logo em seguida, fizemos a implementação que nos cabia  
2122 no sistema. Tenho recebido os peritos na minha sala. Tem dois que, rapidamente, estou vendo,  
2123 tem ido lá. Temos conversado, temos externado toda sorte de informações, de modo que me  
2124 coloco à disposição para qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.

2125

2126 Lucas Grilo – Acho que não tenho muito a acrescentar em relação ao que o doutor Germínio,  
2127 com muita propriedade, já dispôs, eu vou falar muito rapidamente...

2128

2129 Germínio – Perdão, cometi um ato falho. A última providencia que foi tomada, no cunho  
2130 administrativo, me perdoem realmente, acho que é importante. O defensor nacional, doutor  
2131 Eduardo, solicitou informações, essas que estamos prestando aqui já foram levados ao  
2132 conhecimento dele. Dia três de outubro, a secretária executiva assinou um documento, onde  
2133 esse relato que eu fiz de uma maneira breve, também é feita ao defensor nacional de direitos  
2134 humanos, de modo que ele também estar a par e passo com as informações que temos aqui.

2135  
2136 Lucas Grilo – Vou só esclarecer alguns procedimentos administrativos e jurídicos também, que  
2137 foram adotados pelo ministério. O decreto saiu no dia dez de junho, de dois mil e dezenove,  
2138 decreto nove oito três um, e ele vem no sentido de mudar um paradigma político que foi adotado  
2139 nos últimos anos, pelas gestões anteriores, por entender e por honrar a independência funcional  
2140 e a garantia do mandato dos peritos do mecanismo, o governo entende que essa função de perito  
2141 é incompatível com a ocupação de cargos em comissão. Essa é a lógica, a razão por traz do  
2142 decreto. A intenção do governo federal é aumentar a participação de outros entes que,  
2143 institucionalmente, já são incumbidos ou tem a responsabilidade de prevenir e combater a  
2144 tortura. Podemos falar de defensoria pública, ministério público, dos próprios comitês e  
2145 mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura. O governo viu também que o padrão  
2146 remuneratório de peritos do mecanismo era, inclusive, uma barreira para a implantação do  
2147 mecanismo a nível estadual. Talvez alguns de vocês já tenham testemunhado algo assim nos  
2148 estados de origem. Então, o governo agiu nesse sentido, de mudar um paradigma político. A  
2149 nível administrativo, dois meses após o decreto – os peritos foram exonerados no dia onze de  
2150 junho, data de publicação do decreto - , no dia nove de agosto, quase dois meses eu, como chefe  
2151 de gabinete, solicitei as providencias administrativas, como: bloqueio de acesso, mudança no  
2152 acesso ao sistema SEI, do ministério, para que houvesse uma igualdade , entre os peritos que  
2153 continuassem nas suas funções de peritos, devendo ser respeitada sua autonomia, sua  
2154 independência e tudo mais, mas não mais servidores. Medidas administrativas foram tomadas,  
2155 apenas dois meses depois. Até porque, sabemos que há um litigio judicial desde o início, assim  
2156 que foi publicado o decreto, tivemos Ação Civil Pública, proposta pela DPU, dia dezessete de  
2157 junho, na sexta vara federal do Rio. Tivemos uma Ação Civil Pública, também proposta pela  
2158 DPU, no dia doze de junho, em Campinas. Dia nove, como eu estava falando, adotamos essas  
2159 medidas, e veio a calhar que, apenas três dias depois, saiu a liminar, dia doze de agosto.  
2160 Imediatamente, assim que soubemos, tomamos ciência que a União foi intimada, já  
2161 providenciou novamente todos os acessos. De modo que, no dia dezenove de agosto, ou seja,

2162 na semana seguinte, os peritos do mecanismo, agora novamente servidores, em cumprimento à  
2163 liminar que foi exarada, pelo juízo da sexta vara federal do Rio de Janeiro, já estava com todas  
2164 as suas prerrogativas de servidores novamente restabelecidas. Eles passaram por um período de  
2165 seis dias, sem acesso ao sistema, sem acesso ao prédio. Só esclarecendo, sem acesso na  
2166 qualidade de servidores. Eles tinham uma sala à disposição, para reunião, videoconferências, o  
2167 custeio das passagens sempre foi garantido, independentes de estarem na condição e assessores  
2168 ou não. Tudo isso sempre foi mantido pelo ministério, nunca tivemos nenhum problema nesse  
2169 sentido. Para finalizar, no aspecto jurídico, como estamos hoje. A União recorreu dessa liminar,  
2170 entrou com um Agravo de Instrumento, no TRF da segunda região. O efeito suspensivo não foi  
2171 concedido, então a liminar está vigente, estamos cumprindo a liminar e assim permaneceremos.  
2172 Agora, temos que aguardar os novos encaminhamentos. Tem o Agravo de Instrumento,  
2173 aguardamos a decisão e, o que a justiça eventualmente decidir, o Ministério, a nível  
2174 administrativo e judicial, vai cumprir. A lei está aí para isso, deve ser cumprida. Eu acho que é  
2175 isso. A parte geral, acredito que eu tenha contemplado. Abro para perguntas, se vocês tiverem  
2176 alguma dúvida.

2177

2178 Vitória – Marcelo.

2179

2180 Marcelo – Só um esclarecimento, em relação a essa situação. Com o ajuizamento da União, e  
2181 com o reconhecimento da reunião, que a União pudesse até recorrer ao Supremo, em tese. A  
2182 União acatou o que a justiça deliberou. Não sei também, você não é obrigado a responder,  
2183 Lucas. Mas, não cria um contraditório, com o decreto, que foi assinado? Porque, o decreto vai  
2184 dizer que o perito deve fazer o trabalho dele de maneira voluntária. A justiça vai, ajuíza a União  
2185 e diz: vocês têm que reintegrar e tem que pagar salário, uma decisão liminar. Mas uma vez,  
2186 você não é obrigado a responder, mas é uma reflexão que estou propondo que façamos, porque  
2187 parece que há um contraditório com um decreto que está vigente, e que o CNPCT não pode se  
2188 furtar a essa discussão. Até porque, não vamos poder fugir, não vamos fazer de conta que não  
2189 existe decreto, e que existe essa anomalia jurídica. Muito obrigado.

2190

2191 Vitória – Marcelo, se vocês concordarem, vou sugerir que primeiro recolhamos algumas  
2192 colocações, perguntas e, depois, passamos para eles responderem. (Intervenção fora do  
2193 microfone). Pode ser?

2194

2195 Interlocutor não se identificou – Agradecer Germínio e Lucas, pelos esclarecimentos. Na fala  
2196 do Lucas, você fala que houve alteração do paradigma político, porque o recebimento de  
2197 remuneração seria incompatível. Eu pergunto porque seria incompatível, se é um entendimento  
2198 jurídico, político. Foi colocado também que defensoria, pública, ministério público,  
2199 mecanismos estaduais, a mesma alegação do Dória, que não convenção, para vetar o mecanismo  
2200 em São Paulo, que já haveriam instituições públicas, como Defensoria, Ministério Público, para  
2201 vetar o próprio mecanismo. São atribuições diversas. A primeira pergunta é: porque seria  
2202 incompatível? A segunda, com a própria continuação da sua fala, coloca que haveriam pessoas  
2203 para fazer isso. Temos Defensoria Pública, Ministérios Públicos Federais, estaduais, que fazem  
2204 essas atividades. Eu mesmo faço, pessoalmente, inspeção das unidades prisionais. Existe o  
2205 comitê, porque é a constituição federal e é um protocolo facultativo que tem nível de  
2206 constituição federal, de norma constituição. Nessa linha, parece que a argumentação do governo  
2207 não convence, é mais uma questão de retórica, de semântica. Ou seja, se você tem os peritos,  
2208 mas você não instrumentaliza isso, através de remuneração, prerrogativas, etc., você esvazia o  
2209 mecanismo. Queria entender de você o porquê seria incompatível, e porque existir um comitê  
2210 e, assim como o Doria cita a Defensoria Pública e o Ministério Público. Isso, como  
2211 esclarecimento da mesa. Eu trago uma sugestão, uma reflexão para todos nós, se esse comitê  
2212 não tem independência, autonomia, para fazer uma moção de repúdio, ou qualquer outro nome  
2213 mais eufemista que pode ser, para ser enviado à presidência da república, para que a presidência  
2214 da república desista desses recursos, que aceite o que a constituição federal fala, que aceite o  
2215 que os tratados internacionais falam. Porque, não adianta fazer discurso aqui, como foi feito  
2216 nessa manhã de hoje, que temos vários temas relevantes, que queremos prevenir e combater a  
2217 tortura, se não dermos os instrumentos para que os peritos façam isso. É como se, na Defensoria  
2218 de São Paulo, tivesse que fazer a inspeção em TUPI feminino, ou em Presidente Bernardes, há  
2219 dez horas de São Paulo, e eu não tivesse o instrumento para isso. Eu queria os teus  
2220 esclarecimentos, e queria, desde já, instar esse colegiado, com pessoas tão brilhantes, que me  
2221 orgulho estar nessa mesa com vocês, de darmos o recado: o comitê dá o recado para o presidente  
2222 da república, que esse decreto é inconstitucional, é inconveniente, viola tratados  
2223 internacionais, e seria muito mais coerente, como discurso da presidência da república, se  
2224 tivéssemos um decreto de verdade, dando instrumento aos peritos. Por fim, e aí eu gostaria que  
2225 os próprios, não sei se querem, se vou colocar alguém em constrangimento, mas gostaria que  
2226 os próprios peritos se manifestassem, para dizer se o que foi trazido pelo governo federal,  
2227 corresponde mesmo à realidade, ou não. Agradeço.

2228

2229 Vitória - Ribamar.

2230

2231 Ribamar – Nós que agradecemos, inclusive, saudando a todos, eu queria, em especial, saudar  
2232 meus companheiros e companheira peritos, seja o Gustavo, o Daniel, a Adriana, aqui presentes,  
2233 seja o Bruno e a Tassila, que tiveram que sair, mas estiveram pela manhã. Nós somos os seis  
2234 remanescentes desse grande quilombo que, como diversos outro quilombo, foram atacados nas  
2235 suas prerrogativas, no seu planejamento, na sua missão precípua e tão difícil, para a qual eu não  
2236 preciso gastar muito tempo. Aliás, voltariam a tratar sobre isso. Mas, queria agradecer também  
2237 a presença, sobretudo da sociedade civil, representada nesse comitê. Queria saudar todos na  
2238 presença simbólica da nossa vice-presidente empossada. Como queria saudar, simbolicamente,  
2239 a chegada dessa entidade internacional, que é a Associação Internacional de Prevenção à  
2240 Tortura, dignamente representada pela Silvia Dias que, entre outros tantos órgãos do sistema  
2241 de prevenção e combate à tortura brasileiros , como do sistema ONU, prontamente se  
2242 manifestaram sobre aquilo que já me antecipou o doutor Matheus, no que diz à quebra de  
2243 prerrogativas do mecanismo, a inconstitucionalidade de um decreto que viola uma lei e afronta  
2244 um princípio constitucional fundamental da prevenção à tortura. E o brasil foi além, o brasil,  
2245 por isso, respondeu, não só com o mecanismo, mas também, com um sistema nacional, que  
2246 deve se espraiar por todo o território nacional, entendendo que um problema dessa monta não  
2247 pode ser vencido, senão com um enfrentamento sistêmico. Por isso, convidamos os estados,  
2248 num pacto federativo, a aderir e replicar a criação desse sistema, com a criação dos comitês e  
2249 mecanismos estaduais, dentro da sua autonomia, a nível de estados. O brasil, em resposta a isso,  
2250 não só criou o mecanismo, mas criou leis específicas. Sucede a lei doze mil oitocentos e  
2251 quarenta e sete, sobre a qual todos nós estamos convidados a vigiar. Aliás, esse comitê tem  
2252 razão de ser no fomento da Política nacional de prevenção e combate à tortura. Vigiar sobre  
2253 ela. Poderia discorrer muito sobre isso, mas não vou sacrificar o elementar direito de se  
2254 alimentar que, aliás, é um vetor de tortura no estado brasileiro, motivo de grande preocupação  
2255 para todos nós. Hoje, não precisamos procurar só a quebra da mão, do metacarpo, se não me  
2256 falha, fartamente praticado nos procedimentos os quais falaremos depois, pela FTIP brasil  
2257 afora. Hoje, a alimentação e o fornecimento de água, são vetores de tortura. E, por isso, existem  
2258 mais e mais das nossas mãos dadas e unidas no enfrentamento disso. Queria falar, nesse  
2259 momento, sobre aquilo que nos convoca aqui, aquilo que faz a razão de existir do sistema  
2260 nacional de prevenção e combate à tortura, e desse comitê. Vigiar sobre isso é algo fundamental.

2261 Felizmente, vocês entenderam. Vou dizer “vocês”, porque a sociedade civil aqui representada,  
2262 mobilizada, fez inclusive mais recentemente, vamos falar sobre isso, manifestações em todo o  
2263 sistema ONU. Foi o subcomitê de prevenção e combate à tortura, que manifestou uma opinião  
2264 jurídica, foi a procuradoria geral da república, que aqui estava de manhã, dignamente  
2265 representada pelo procurador Domingos Sávio, que reagiu imediatamente com uma ação e,  
2266 depois, numa das últimas ações da procuradora geral da república, uma DPF, na qual uma série  
2267 de entidades aditaram como amicus curi. Queria chamar atenção do governo agora, sem  
2268 personalizar nada, com a gratidão e parceria que temos pelas pessoas que estão aqui há algum  
2269 tempo. Mas, queria chamar atenção do governo sobre um movimento, um fenômeno  
2270 importantíssimo: entre tantas ações jurídicas – e não vou falar sobre todas elas, não dá tempo -  
2271 , chama atenção para uma manifestação política. Sobraram PDLS para se contrapor ao decreto  
2272 lei nove oito três um. Foram uns seis. Chama atenção a do Senador Fabiano Contarato, do  
2273 Espírito Santo. Mas, somaram-se a essa, outras cinco PDLS, entre elas, uma, organizada pelo  
2274 deputado Marcelo Freixo, do PSol, do Rio, na qual contou com trezentas e uma assinaturas,  
2275 entre elas, da base do governo. Diversos deputados da base do governo, como também  
2276 senadores, assinaram, confirmaram, a concepção de que aqui não se trata de política de governo  
2277 e, por isso não é oposição desse ou daquele governo, mas é uma política de estado que merece  
2278 o alinhamento de todos. Por conta disso, eu acho que a nós compete, na linha do que já foi dito,  
2279 não só uma análise sobre a fome e sede de justiça, que todos nós temos, mas uma análise e um  
2280 posicionamento, para que possamos investir mais tempo, sem esse discurso de economicidade,  
2281 que acaba gerando mais e mais prejuízo, para ter um fortalecimento do sistema nacional de  
2282 prevenção e combate à tortura. Que faça um mecanismo forte, atuante, corajoso. Mas, que faça  
2283 comitês estaduais e mecanismos estaduais fortes, autônomos, o que é fundamental. Por isso, é  
2284 simbólica essa reunião, e é simbólico tratar desse almoço, com a fome que bate na nossa porta.  
2285 Porque, é de fome e sede de justiça que estamos falando, ao fortalecer o sistema nacional de  
2286 prevenção e combate à tortura. Muito obrigado. Desculpe o abuso do tempo.

2287

2288 Vitória – Seguindo a ordem, Pedro Paulo.

2289

2290 Pedro Paulo – Pedro Paulo, Conselho Federal de Psicologia. Primeiro, queria reiterar a  
2291 preocupação no esvaziamento, não só do mecanismo, mas, principalmente, da política de  
2292 prevenção e combate à tortura, me parece que é isso que nos faz estar aqui no dia de hoje.  
2293 Queria dizer que eu compreendi bastante bem, no momento em que fizemos a relação entre o

2294 mecanismo e o comitê, no momento de defender a importância da presença do ouvidor, na  
2295 reunião de hoje. E, não entendo por qual razão um decreto dessa magnitude, não foi convocado  
2296 esse mesmo comitê para fazer essa discussão. Se é tão importante a presença do ouvidor aqui,  
2297 devido à relação entre o mecanismo e o comitê, por qual razão um decreto como esse, não foi  
2298 convocado esse comitê, que já estava eleito, estávamos aguardando a convocação do nosso  
2299 momento de posse. Eu gostaria que fossem dirimidas essas dúvidas. Essas dúvidas colocam em  
2300 questão qual o lugar desse comitê, na Política de prevenção e combate à tortura, até para que  
2301 possamos avaliar exatamente o que estamos fazendo aqui. Me parece que essa discussão se  
2302 torna importante no momento de hoje, que é o momento de posse dos novos conselheiros, para  
2303 entendermos exatamente o que significa estarmos nesse local, haja vista que a alteração de um  
2304 paradigma político, como foi muito bem “mencionado”, aspas, porque não são palavras minhas.  
2305 Mas, a alteração de um paradigma político é feita sem a convocação de um comitê, que está  
2306 aqui, exatamente, para se pensar as Políticas de prevenção e combate à tortura. Obrigado.

2307

2308 Vitória – Próxima inscrição, é Silvia.

2309

2310 Caio - Eu inscrevi a Silva, mas como o papelzinho tem o meu nome, vou falar rapidinho  
2311 primeiro.

2312

2313 Vitória – Caio.

2314

2315 Caio – Porque, durante as falas do Riba, do colega dos CFP, me meio essa questão. O colega  
2316 mencionou, esse decreto expressa a mudança de um paradigma político, o decreto que estamos  
2317 questionando. De fato, reflete a mudança de um paradigma político. O que eu gostaria de ouvir  
2318 mais do colega, já que ele está colocando o posicionamento do governo, e é natural porque faz  
2319 parte do governo, é: que paradigma novo é esse? O que esse paradigma espera do comitê? Como  
2320 bem colocou o colega, se o comitê não foi chamado para pensar o mecanismo, o que esse  
2321 paradigma espera de nós? Pontuar, porque eu sempre vou lembrar a vocês, que a minha  
2322 organização foi eleita numa vaga temática. Então, estou aqui na questão da luta contra a tortura,  
2323 mas estou aqui representando a comunidade LGBT. Quando vemos um decreto que revoga  
2324 outras coisas, é sempre bom olhar o final, aquele que revoga direto. Artigo quinto. Ficam  
2325 revogados os seguintes dispositivos: o parágrafo terceiro e o parágrafo sétimo, do artigo oitavo,  
2326 originários, e o parágrafo segundo, artigo dez. Vamos na lei original, o que diz o parágrafo

2327 terceiro: a escolha dos representantes referidos nos incisos tais – que são os representantes aqui  
2328 -, do caput, e suplentes, buscará representar a diversidade de raça, etnia, gênero e religião.  
2329 Vamos lá no outro parágrafo, que é o segundo, do artigo decimo, que diz: a escolha dos  
2330 membros do mecanismo, buscará representar a diversidade de raça, etnia, gênero e religião. Só  
2331 gostaria de pontuar essa questão: o novo paradigma político, não busca equidade de gênero,  
2332 raça, etnia, religião, para essas organizações de controle social? Só gostaria de colocar esse  
2333 questionamento que ficou na cabeça. E, agora, vou passar para a nossa colega, Silva.

2334

2335 Silvia – Obrigada, Caio. Meu nome é Silvia Dias, represento a Associação para Prevenção da  
2336 Tortura no Brasil. Agradeço os esclarecimentos prestados, mas também queria trazer alguns  
2337 questionamentos, outra vez, em relação ao paradigma político, que muito me chamou atenção  
2338 essa colocação. Mas, acho que é importante fazermos um histórico rápido, porque vemos a lei  
2339 doze mil oitocentos e quarenta e sete, como foi o processo que chegou à redação dessa lei. É  
2340 importante lembrarmos que foram anos de uma consulta pública, de um comitê criado, com  
2341 consultas públicas, com participação a sociedade civil, exatamente para se pensar como seria  
2342 um mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura no Brasil, que seguisse todos os  
2343 requisitos e critérios previstos no protocolo facultativo. Disso resultou a lei doze mil oitocentos  
2344 e quarenta e sete, que prevê diversas prerrogativas e diversas maneiras de garantirmos essa  
2345 independência, essa autonomia que o mecanismo, que os membros do mecanismo precisam  
2346 para trabalhar, para poder cumprirem suas funções. Além disso, ficou sempre muito claro, ao  
2347 longo desses seis anos de discussão, do qual eu participei de muitas reuniões em Brasília,  
2348 presencialmente, como inclusive foi mencionado na audiência, perante a comissão  
2349 interamericana, sim eu estava lá. E, por estar lá, ficou muito claro o arranjo institucional que se  
2350 tinha em mente. O arranjo institucional era um mecanismo com cargos criados com dedicação  
2351 integral, para poder trabalhar cumprindo as funções de monitoramento periódico de todos os  
2352 locais com privação de liberdade. Por isso veio a lei doze mil oitocentos e quarenta e sete,  
2353 acompanhada pouco depois, talvez dois, três meses depois, pela lei doze mil oitocentos e  
2354 cinquenta e sete, que cria cargos para essa função. Os onze cargos foram criados para isso. Os  
2355 onze cargos que foram retirados agora, foram retirados, mas eram franqueados para isso. Não  
2356 eram cargos que estavam por aí. Foram cargos criados através de uma lei que compunha a lei  
2357 doze mil oitocentos e quarenta e sete. Tanto que a exposição de motivos dizia: os onze cargos  
2358 foram criados para serem alocados, naquele momento, na secretaria especial da presidência da  
2359 república, para poder prover as capacidades, recursos técnicos e humanos, para o mecanismo

2360 nacional de prevenção à tortura, respondendo às obrigações advindas da ratificação do  
2361 protocolo facultativo. Esse foi o arranjo. Esse arranjo cumpre com o protocolo facultativo. O  
2362 decreto, hoje, descumpre. O decreto, hoje, está fazendo é descumprir e esvaziar um órgão que  
2363 não vai ter viabilidade para trabalhar, se não houver recursos. Todo mundo sabe que uma  
2364 maneira muito fácil de desconstruir toda uma Política, uma maneira digamos suave de alguma  
2365 forma, é retirar recursos, uma Política é toda desconstruída assim. Eu acho excelente a fala do  
2366 Matheus, de instar essa moção. Acho que seria importante o CNPCT poder se manifestar a  
2367 respeito do decreto, de maneira pública. E, só para fechar em relação à questão do exemplo  
2368 para os estados. Não acho que a questão financeira seja uma barreira. Acho que a barreira é  
2369 falta de vontade política. Acho que, recursos, todos os estados têm para criar mecanismos de  
2370 três, quatro, cinco membros, para inspecionar os locais de privação de liberdade. Todos os  
2371 estados no brasil têm condição de fazer isso, talvez não tenham vontade política. Mas acho que  
2372 não é isso que está embarreirando a questão da criação de mecanismos estaduais. Obrigada.

2373

2374 Vitória – Não temos mais inscrições de fala, eu passo para o Germínio. Márcia. Mais uma fala  
2375 e eu passo a palavra para ele.

2376

2377 Márcia – Não tem como entrarmos nessa pauta, nesse tema, sem fazermos essa retrospectiva.  
2378 Eu acompanhei esse processo em novembro, dezembro, junto com Marcelo, RENILA, outros  
2379 membros, junto com os peritos. É atribuição desse comitê o fortalecimento do sistema nacional  
2380 de prevenção e combate à tortura, em conjunto com o mecanismo. Então, todas as suas  
2381 atribuições e ações são pensadas na perspectiva de fortalecimento de um sistema de prevenção  
2382 e combate à tortura, aqui no brasil, e que ele possa cumprir suas deliberações e atribuições, a  
2383 partir do seu exercício, do seu fazer. Esse fazer, essa ação, protagonizada pelo mecanismo e  
2384 também em conjunto com outras entidades da sociedade civil, que estabelecem ações de  
2385 controle social, assim como também o próprio comitê, em conjunto, ao longo desses anos, tem  
2386 estabelecido essa ação, no Brasil, no sentido de fortalecimento dessa política, mas também no  
2387 controle. E, mais do que nunca, pensando nessa população, nas pessoas que estão encarceradas,  
2388 nas pessoas que estão em privação de liberdade, e de pessoas que estão sofrendo tortura. Não  
2389 adianta negar. Vários relatórios, os peritos estão experts. É diferente, inclusive, dos membros  
2390 de outras instituições que estabelecem controle social, diferente de suas atribuições em relação  
2391 ao comitê. Os peritos têm uma atribuição que é específica. E o nosso papel, enquanto colegiado,  
2392 é de fortalecer essa ação. Um dos mecanismos de fortalecimento dessa ação, é de manutenção

2393 dos peritos, de garantia do seu trabalho, do seu exercício profissional. Enquanto colegiado,  
2394 pensamos estratégias, desde o ano passado, de manutenção do mecanismo e manutenção do  
2395 sistema, e pensamos em estratégias articuladas, no sentido de garantir autonomia,  
2396 independência desse colegiado do mecanismo. Entendemos que a autonomia e independência,  
2397 são prerrogativas prioritárias, primordiais para esse colegiado, para esse conjunto de peritos, de  
2398 pessoas que exercem o seu fazer profissional, dentro daquilo que é estabelecido por lei. O papel  
2399 do comitê é exatamente o fortalecimento dessas prerrogativas. Tentamos, resistimos, desde o  
2400 ano passado, no sentido de fortalecimento desse processo, através de resolução, no sentido de  
2401 recondução dos peritos, de tencionar para que esse comitê pudesse ser nomeado o mais rápido  
2402 possível, a partir de janeiro. Todo um processo de resistência, de tentativa de manutenção desse  
2403 sistema, nós fizemos. Não fizemos a resolução porque, enquanto colegiado, não podíamos  
2404 assinar, porque não tínhamos esse processo de reunião. Mas, enquanto entidades da sociedade  
2405 civil, nós fizemos, várias vezes, publicamos, CONECTS, Justiça Global, dentre outras, fizemos  
2406 várias notas de apoio e de repúdio também às medidas tomadas pelo governo. Porque, no nosso  
2407 entendimento, sim elas fragilizam, desconstrói algo que todos nós já fizemos essa defesa.  
2408 Inclusive, foi um ponto de pauta nosso, da RENILA e da OAB, a inclusão dessa reunião, estar  
2409 havendo essa reunião extraordinária, para pensarmos em ações e estratégias para o  
2410 fortalecimento do sistema. Eu não vi isso como ponto de pauta. Porque, pensar em ações e  
2411 estratégias para o fortalecimento desse sistema, é pensar isso: a manutenção do mecanismo, a  
2412 manutenção dos peritos. Nós temos peritos, por exemplo, a Bárbara, é atribuição do comitê o  
2413 monitoramento da manutenção e fortalecimento e mecanismo. Mas, a Barbara não foi nomeada.  
2414 Existe uma vaga, ela é suplente, se não me engano, de um dos peritos e, até hoje, não foi  
2415 nomeada. Queríamos esclarecimento sobre isso.

2416

2417 Lucas Grilo – Só uma interrupção. A Barbara já foi nomeada. (Intervenção simultânea). O  
2418 doutor Germínio explicou. Ela está nomeada como perita, e está no sistema SINC, para  
2419 nomeação como assessora, em cumprimento à decisão judicial. Está superada essa questão.

2420

2421 Márcia – Até isso foi necessário, ação judicial para que pudéssemos garantir algo que, por  
2422 direito, por lei, já é nosso. O encaminhamento é que possamos sair com essa nota de repúdio e,  
2423 também, pensar em estratégia e ações de fortalecimento desse comitê. Não só do comitê, mas  
2424 do mecanismo, do sistema como um todo. O que nós, enquanto colegiado, entidades da  
2425 sociedade civil, podemos pensar para o fortalecimento do sistema de prevenção e combate à

2426 tortura. Que isso também seja um ponto primordial nessa reunião. Senão nessa reunião, que  
2427 estabeleçamos uma reunião extraordinária para uma pauta específica sobre essa questão.

2428

2429 Vitória – Eu vou passar a palavra, para o Germínio e para o Lucas. Mas, antes, como  
2430 encaminhamento, eu sugeriria e peço aprovação de todo o CNPCT sobre isso, que o Matheus  
2431 redija essa nota pública, nós circularíamos entre os membros do comitê, aprovaríamos e  
2432 tocaríamos.

2433

2434 Matheus – Talvez, em vez de repúdio, de diálogo, alguma coisa mais eufemista, aberto, mas  
2435 estou à disposição.

2436

2437 Vitória – Pode ser?

2438

2439 Marcelo – Para esclarecimento, estamos pensando, aprovamos primeiro a forma aprovamos  
2440 agora e, se necessário, botamos em votação que façamos uma nota de repúdio, em relação ao  
2441 decreto, no que ele fere e contradiz as leis anteriores, em relação à independência e a própria  
2442 existência do comitê e do sistema nacional de prevenção e combate à tortura, e o colega traz o  
2443 conteúdo, no início da tarde. Pode ser?

2444

2445 Vitória – O que acham? Sim. Vou dar aprovado, e vou passar. (Intervenção fora do microfone).  
2446 Almoçaríamos e, para a segunda etapa da reunião. Passo a palavra para Lucas e Germínio, para  
2447 eles conseguirem fazer as considerações sobre as falas.

2448

2449 Germínio – Só tenho a agradecer a oportunidade. Temos prestado todas as informações, seja à  
2450 defensoria da União, seja aos próprios peritos que tem nos procurado. Desejo a vocês, uma boa  
2451 sequência de trabalhos.

2452

2453 Lucas Grilo – Eu agradeço as perguntas que foram feitas, me coloco à disposição para responder  
2454 por escrito, porque se formos debater talvez se alongue a fome aumente ainda mais. Queria só  
2455 fazer uma observação, presidente, à questão dessa moção que está sendo proposta, ela não está  
2456 em pauta. Temos que debater isso também, eventual inclusão. Eu sugiro, peço que deixemos  
2457 para o período da tarde, quando estiver recomposto o comitê. Porque, acredito que não tenha  
2458 nem quórum para isso, não tem nem quinze representantes do comitê.

2459

2460 Marcelo – Aí a questão é nossa, na condição de autonomia do pleno. Podemos até concordar  
2461 com você, se votarmos sobre isso. Posso fazer um encaminhamento. O encaminhamento que  
2462 estaríamos fazendo é que se vote a apreciação do mérito, não da forma, a forma aprovamos  
2463 depois, nesse momento, se os presentes, como foi evocado mais cedo, que não está presente é  
2464 porque não tem condições de estar aqui no momento, mas estamos presentes aqui. Que nós  
2465 procedêssemos essa votação em relação ao instrumento. O instrumento é uma nota de repúdio,  
2466 em relação ao decreto tal. O conteúdo, o colega traz depois que fizermos o intervalo.

2467

2468

2469 Lucas Grilo – Eu falo da mudança de pauta mesmo. Não estamos entrando nem no debate se  
2470 vai haver isso ou não.

2471

2472 Marcelo – Isso não é mudança de pauta não, colega, isso é consequência da discussão que  
2473 estamos em andamento. (Intervenção simultânea).

2474

2475 Interlocutor não se identificou – Estamos na pauta número quatro, que é estrutura do comitê.  
2476 Mais uma vez, uma questão de semântica. (Intervenção simultânea).

2477

2478 Vitória – (...) parece que entrou na pauta como uma questão de ordem, a manifestação sobre a  
2479 estrutura do mecanismo, inclusive.

2480

2481 Márcia – Uma pauta que foi encaminhada por e-mail, pela OAB, RENILA e outras entidades,  
2482 para que essa questão fosse pautada em reunião, que é o fortalecimento do sistema nacional de  
2483 prevenção e combate à tortura. Estamos na pauta, só estamos pensando só na estratégia, como  
2484 fazer.

2485

2486 Vitória – Se quiserem colocar em votação a inclusão na pauta.

2487

2488 Interlocutor não se identificou – Mas, é um encaminhamento dessa pauta, não é uma nova pauta.

2489

2490 Interlocutor não se identificou – O artigo dezesseis, Vitória: cabe aos membros: um) propor  
2491 matérias para inclusão na pauta. Não diz o momento que temos que fazer isso.

2492

2493 Vitória – Fazemos agora?

2494

2495 Marcelo – É só para reforçar, não estamos entendendo como inclusão de pauta. Não é inclusão

2496 de pauta, é um encaminhamento decorrente da pauta que está sendo discutida.

2497

2498 Vitória – Me parece que, por essa interpretação, estamos dentro de um ponto de pauta que

2499 abrange a questão da nota de repúdio, pública, etc. Me parece que não exige inclusão na pauta

2500 de uma questão de ofício que estamos formulando sobre o ponto que estamos debatendo neste

2501 momento. Mas, fico aberta às considerações dos colegas.

2502

2503 Interlocutor não se identificou – Acho que teve consenso, teve fala, é o momento de deliberar.

2504 Falamos, falou-se, deliberamos.

2505

2506 Interlocutor não se identificou – Eu concordo com a Vitória, eu retiro o que eu coloquei

2507 anteriormente, que seria inclusão de uma nova pauta, esse é o encaminhamento do pleno sobre

2508 a pauta do mecanismo. Então, o encaminhamento do colega da RENILA, é que votemos sobre

2509 o mérito de fazer uma moção de repúdio, sobre o decreto, e definirmos quem vai fazer a minuta

2510 da moção. Pode ser? Alguém se candidata a fazer a minuta da moção?

2511

2512 Marcelo – Entendendo que vai ser nosso colega convidado, Matheus.

2513

2514 Matheus – Eu estou à disposição. Tem vários textos, notas, acho que é até algo simples. Nesse

2515 ponto, acho que é importante, tiveram cinco falas que questionaram qual seria o novo paradigma

2516 político e, mais uma vez, não foi dito pelo governo, que deixou a plenária. O recado está dado,

2517 infelizmente, para a sociedade civil.

2518

2519 Márcia – Eu até tinha outro encaminhamento, que era a imediata designação do cargo da

2520 Bárbara, como perita, porque ele falou...

2521

2522 Vitória – Não está designado.

2523

2524 Márcia – Esse seria o encaminhamento.

2525

2526 Caio – Agora que todo mundo vazou, tem quórum, não votamos mais.

2527

2528 Vitória – Não temos quórum para votação. Tem essa questão. (Intervenção fora do microfone).

2529

2530 Matheus – Sinceramente, se só a sociedade civil, pelo comitê, fizer, está ótimo, porque isso

2531 aqui é surreal.

2532

2533 Vitória – É maioria simples, nesse caso de aprovação de pautas internas que estão previstas na

2534 ata.

2535

2536 Marcelo – Põe em votação.

2537

2538 Vitória – Está posta em votação, a redação da nota, a aprovação de que redigiríamos uma nota.

2539 Está aprovado isso por maioria, imagino. Não preciso nem colocar em votação. Carol quer

2540 registrar.

2541

2542 Marcelo – Uma obsessividade, na realidade. É melhor detalharmos os votos.

2543

2544 Vitória – Levantem a mão todos que são a favor da redação e já aprovação da nota. Ficamos

2545 assim? Carol está aqui, não querendo contar. Redação da nota, pelo CNPCT. A nota oficial do

2546 CNPCT.

2547

2548 Carolina – Temos CFP, RENILA, Justiça Global, EDUCAFRO, MNU, CONECTAS, SOMOS.

2549 Tem oito votos registrados agora.

2550

2551 Vitória – OAB. Eu voto também.

2552

2553 Carolina – Verdade.

2554

2555 Vitória – Estamos em nove.

2556

2557 Carolina – Nove votos. Está aprovada a nota que será de repúdio, de manifestação, a ser  
2558 decidido o título da nota ainda.  
2559

2560 Vitória – Aprovada a ideia de fazer a nota.  
2561

2562 Carolina – Isso. Perfeito? Por maioria do CNPCT.  
2563

2564 Matheus – Contra o decreto, algo contra o conteúdo do decreto. Eu acho que podemos usar um  
2565 termo mais eufemista, se for o caso, mas, o que foi deliberado, só para (inaudível) contra o  
2566 conteúdo do decreto.  
2567

2568 Vitória – Por simples imposição, quem fará a redação, será o Matheus, porque ele não se  
2569 voluntariou, mas nós voluntariamos as pessoas. É assim que acontece. Márcia, qual o segundo  
2570 ponto que você quer colocar, a questão da Barbara?  
2571

2572 Márcia – Encaminhamento para que o ministério possa designar a Barbara, de forma imediata,  
2573 com o cargo de perita e, não, como assessora.  
2574

2575 Carolina – Márcia, o cargo de perita é cargo de assessor.  
2576

2577 Márcia – É a designação do cargo.  
2578

2579 Carolina – Fazemos o registro. Mas, só para falar que o cargo é cento e dois ponto quatro, que  
2580 chama assessoria, que são cargos de comissão.  
2581

2582 Matheus – Carolina, pelo que o Germínio colocou, faltaria apenas o tramite interno, daquele  
2583 sistema.  
2584

2585 Carolina – Isso. De consulta. Gustavo.  
2586

2587 Carolina – Eu estou anotando. (Intervenção fora do microfone).  
2588

2589 Vitória - CNPCT está (intervenção fora do microfone). CNPCT, por maioria, vamos colocar  
2590 em votação, para votar o encaminhamento de ofício, pedindo a imediata designação da Bárbara,  
2591 como perita, para que ela possa começar os trabalhos dentro do mecanismo. Todos a favor,  
2592 levantem as mãos. Nós temos, Conselho Federal de Psicologia, Federal do Rio Grande do Norte,  
2593 RENILA, justiça Global, EDUCAFRO, MNU, CONECTAS, SOMOS e Conselho Federal da  
2594 OAB. Aprovado por maioria. Acho que encerramos a manhã da reunião. Vamos ao almoço, e  
2595 voltamos em uma hora. Que horas são? Uma e trinta. Voltamos às duas e meia. Todos  
2596 sentadinhos aqui.

2597

2598 Matheus – Vamos votar tudo hoje, dos dois dias, o quórum está bom.

2599

2600 Vitória – As duas e meia, por favor, todos sentados aqui. Muito obrigada.

2601

2602 (Fim da manhã do dia 8/10/2019)

2603

2604 Vitória – Boa tarde a todas e todos. Acho que podemos dar início aos trabalhos da tarde, para  
2605 não nos atrasarmos mais ainda. Acho que começo minha fala da tarde, na verdade, de  
2606 agradecimento que deveria ter feito pela manhã, pelo voto de confiança de todos, que ocupo  
2607 agora essa vice-Presidência com muita responsabilidade, e de uma forma mais mediadora,  
2608 fazendo essa ponte de sucesso entre governo e sociedade civil, porque estamos todos aqui juntos  
2609 no mesmo interesse, com certeza. A nossa pauta da tarde foi distribuída a todos e todas, com as  
2610 mudanças que foram sugeridas. Me sinalizem se todos receberam. (Intervenção fora do  
2611 microfone). Estavam entregando fisicamente. A Zezé está entregando, já chega aí. A nossa  
2612 pauta das duas e meia, é a apresentação do mecanismo nacional de prevenção e combate à  
2613 tortura, como vocês vão ver na pauta. Temos apresentação de relatórios. Nós fizemos essa  
2614 sugestão de mudança, no período da manhã. Estamos antecipando essa questão por questão de  
2615 votação. Nós começaremos com o mecanismo estadual. É isso, Ribamar, que vocês decidiram?  
2616 Quem começa fazendo a exposição? O Daniel começa? Pode ser, Daniel. Começamos com a  
2617 apresentação do Daniel sobre o estado do Ceará. Nós temos duas representantes do mecanismo  
2618 estadual do Ceará. (Intervenção fora do microfone). Sociedade civil do Ceará, e vocês estudam  
2619 no CEPCT. Sara e Juliane? Se vocês quiserem se juntar à frente, para fazerem as considerações  
2620 junto com o Daniel.

2621

2622 Daniel – Para não perdermos muito tempo, já vou dar uma iniciada. Primeiramente, boa tarde  
2623 a todas e todos. Meu nome é Daniel. Eu sou perito do mecanismo de prevenção e combate à  
2624 tortura. Atualmente, eu e o Ribamar fazemos a coordenação colegiada do mecanismo. Aqui,  
2625 vamos fazer uma breve síntese do que encontramos na primeira missão, no estado do Ceará.  
2626 Foi uma apresentação que já tínhamos feito na audiência pública, quando (inaudível) do  
2627 relatório. Alguns slides eu vou passar com mais velocidade, acho que outros podem ser amis  
2628 interessantes, pensando na presença de pessoas novas dentro do comitê, para poderem se  
2629 inteirar um pouco mais do mecanismo. E vamos seguindo assim. Eu tenho a Juliane a Sara, que  
2630 são do Ceará, sociedade civil, compõem o comitê estadual, e puderam acompanhar de perto,  
2631 tanto a nossa primeira missão, quando a segunda, junto com o CNDH. Não sei se vocês querem  
2632 iniciar um pouquinho, enquanto vou ajustando os slides?

2633

2634 Sara Menezes – Boa tarde. Sou Sara Menezes. Sou do Instituto Negra do Ceará, que tem um  
2635 trabalho, desde dois mil e quinze, dentro do Instituto Penal Feminino. Desde o começo do ano,  
2636 nós temos feito alguns pedidos de socorro, porque o estado do Ceará tem passado por uma  
2637 grande crise, dentro do sistema prisional. Desde janeiro, até essa data, mais ou menos, cinco  
2638 mil transferências foram realizadas, e o fechamento de quase cem cadeias públicas, no interior  
2639 do estado. Algumas situações se agravam com essas transferências. E, também, temos  
2640 vivenciado o cotidiano de violências e torturas, dentro do sistema prisional do estado. Isso vem  
2641 nos dando alguns alertas, para que não tornemos essa situação banal e, nem que isso sirva como  
2642 escola para o restante do Brasil. Temos vivenciado algumas situações, depois que o Daniel  
2643 apresentar, podemos falar, para não anteceder a apresentação.

2644

2645 Daniel – Iniciando. Eu sempre gosto de iniciar, contando um pouco o que é o mecanismo,  
2646 pensando principalmente em novos membros do governo, aqui presentes e, talvez, algum outro  
2647 da sociedade civil, que não conheça. O mecanismo é um órgão estabelecido por lei, é uma  
2648 obrigação internacional, assumida pelo estado brasileiro, quando ele ratificou o PICAT, que é  
2649 o protocolo facultativo da convenção contra tortura, da ONU. Somos formados por onze peritos  
2650 e peritas, eleitos por esse comitê. É interessante que o nosso foco é fazer visitas regulares em  
2651 espaços de privação de liberdade. Espaços de privação de liberdade, entende não só o universo  
2652 prisional, o socioeducativo, comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos, espaços onde  
2653 haja acolhimento de moradores de rua, estrangeiros, mulheres, crianças, qualquer espaço que  
2654 possa haver pessoas numa situação de liberdade. Depois de cada missão, produzimos um

2655 relatório, onde tem o extrato do que foi visto, ouvido e recebido, enquanto documentação. E há  
2656 encaminhamento para as autoridades, pensando nas recomendações imediatas ou a longo prazo,  
2657 que precisam ser tomadas para que a tortura seja erradicada ou prevenida, dentro desses  
2658 espaços. É interessante que quando foi construída a lei, é um ponto que sempre gostamos de  
2659 frisar, as recomendações do mecanismo podem incidir tanto sobre projetos de leis, quanto sobre  
2660 fundos federais como, por exemplo o fundo penitenciário de segurança pública, da criança e do  
2661 idoso. A lei já prevê como pode ser feita a implementação das recomendações, uma vez que  
2662 existem fundos que podem orientar essa prática. No caso do Ceará, construímos a missão num  
2663 vetor das inúmeras denúncias que começaram a chegar, de diversos órgãos e da sociedade civil,  
2664 em especial, focando em três unidades, que foram as unidades que elegemos para fazer a  
2665 inspeção, que é o Centro de Detenção Provisória, o Centro de Prisão Provisória Três, e o Centro  
2666 de Triagem – CETEC. É interessante destacar que, antes de fazer a visita, fazemos um  
2667 levantamento exaustivo de informações, até para sabermos se o local que está sendo objeto de  
2668 inspeção, de fato, corresponde ao que está sendo dito. Mais uma vez, isso reforça a importância  
2669 de pessoas dedicadas exclusivamente, integralmente, para esse trabalho, porque há um trabalho  
2670 de investigação e levantamento de informações que perpassam o diálogo, não só com a  
2671 sociedade civil, como ouvidoria nacional, ouvidorias do sistema penitenciário, espaços de  
2672 denúncia dentro dos estados visitados. Para que não haja nenhum tipo de argumentação quanto  
2673 aos métodos de trabalho do mecanismo, seguimos orientações que vem da própria (inaudível),  
2674 do próprio PICAT, em relação a como essas informações são sistematizadas. É feita uma  
2675 triangulação, a partir de diversas fontes de informações e, a partir de momento que essas  
2676 informações vão encontrando pontos de padronização, é que conseguimos encontrar as  
2677 coerências e convergências do que está acontecendo dentro da unidade. Não ouvimos só fala  
2678 de preso, não só ouvimos só fala do adolescente privado de liberdade, ou só do familiar.  
2679 Conversamos com a equipe de saúde, equipe de segurança, direção, órgãos da sociedade civil,  
2680 do governo, que estão pensando a gestão desse espaço e, aí sim, montamos uma radiografia da  
2681 unidade. Eu vou saltar a parte de definição de tortura, que imagino que esse não seja algo que  
2682 precisamos aprofundar, entrar com tanta profundidade, mas eu gosto de destacar a leitura que  
2683 existe, em relação à tortura, como o último elo da violação de uma cadeia de ações que viola a  
2684 dignidade humana. Muitas vezes, vamos entender a tortura no sentido mais ampliado,  
2685 entendendo que a alimentação é vetor de tortura, as condições desumanas de cela, como o  
2686 acumulado de pessoas, todas num espaço que não seria condizente à permanência delas. O uso  
2687 da força, claro, é algo mais recorrente no imaginário do que é tortura. Para nós, todos esses

2688 elementos compõem, com uma visão ampliada de tortura, que envolvem todas essas violações  
2689 da dignidade da pessoa humana, privada de liberdade. (Inaudível) para vocês. Começando  
2690 então, quando identificamos, na inspeção no Ceará, imagino que foi fornecido o relatório, mas  
2691 também se encontra no site, disponível, depois, no final, vou deixar o link para vocês. A  
2692 primeira situação foi um pouco do que a Sara apresentou, uma situação de superlotação  
2693 carcerária, em virtude do fechamento. Na época, sabíamos de noventa e cinco, sabemos que  
2694 hoje chega a cem cadeias públicas no interior do estado, que foram fechadas. O que chamou  
2695 nossa atenção é que não havia uma avaliação jurídica dos presos nessas transferências e, em  
2696 alguns casos, nem o encaminhamento do processo. Eles estavam legalmente perdidos dentro  
2697 dessas transferências, superlotando a capacidade das unidades prisionais da região  
2698 metropolitana, que não estavam preparadas para receber a população carcerária de mais de  
2699 noventa e cinco cadeias. Foi algo feito sem o menor planejamento. Não se tinha estrutura física,  
2700 não se fez o estudo de caso daqueles que eram relevantes, para haver uma movimentação a  
2701 partir do diálogo, que foi (inaudível) as falas do governo, em relação à necessidade dessas  
2702 movimentações, parecem algo deliberado. Vocês estão vendo o espaço físico, é uma cela. Agora  
2703 não me lembro de cabeça, mas imagino que ela não dava mais de quinze metros quadrados o  
2704 espaço, vocês têm mais de vinte pessoas, no que depois vamos detalhar o que é chamado de  
2705 procedimento. Peço para vocês gravarem muito bem essa imagem, em como essas pessoas estão  
2706 sendo colocadas: com as mãos entrelaçadas na cabeça e uma entrelaçada na outra, porque isso  
2707 vai dizer exatamente do processo de violação e de tortura que está sendo praticado nessas  
2708 unidades. Utilizamos um autor da arquitetura para pensar espaços mínimos de convivência.  
2709 Vocês têm um gráfico que mostra zonas de proximidade e de intimidade. Quando você está no  
2710 menor ciclo, esse é o espaço mais íntimo, que talvez tenhamos com o familiar, esposa,  
2711 companheiro, o que quer que seja, que é o espaço que eu escolho com quem eu quero interagir  
2712 para ter contato físico. O espaço público, é o espaço social, talvez do qual nós, nesse momento,  
2713 estejamos fazendo parte, exige uma distância. Se vocês olharem a foto e pensarem na foto  
2714 anterior, há completa violação da intimidade dessas pessoas. Elas são obrigadas a estarem em  
2715 contato constante, desconsiderando qualquer outro nível de proximidade que implique numa  
2716 escolha individual. Quando pensamos na alimentação - Sara, Juliane, se vocês quiserem ir  
2717 comentando, podem falar que vamos dividindo isso – havia por volta de três refeições por dia,  
2718 uma, as sete, outra às onze, outra, às dezessete. A fala administrativa é que haviam quatro.  
2719 Supusemos que, pelo quantitativo de pessoas que foi encaminhado para a capital, isso  
2720 sobrecarregou o contrato que tinha sido feito de alimentação, o que exigia o corte de uma

2721 refeição. A água, no Ceará, na maior parte das unidades, é aquela água salobra, aquela água  
2722 salgada. E, apenas uma unidade, o CETEC, que é a unidade mais nova, tinha sistema de  
2723 dessalinização, que não estava funcionando mais, devido à (inaudível), foi quebrando. Havia  
2724 um pedido da defensoria, extensiva para todas as unidades, de que fosse oferecida a água, pelo  
2725 menos levada pelos familiares no momento de visita. O que, para nós, seria um absurdo, porque  
2726 você está, mais uma vez, onerando as famílias em relação ao custeio que é de responsabilidade  
2727 do estado. Se não me engano, houve uma liminar, uma decisão judicial para que apenas uma  
2728 unidade tivesse esse acesso, porque foi a unidade que iniciou. Havia um conflito de interesse  
2729 que envolvia o sistema de justiça, em relação aos benefícios e espaços de acesso à água.

2730

2731 Interlocutor não se identificou – Depois, a defensoria fez mais doze pedidos, que foram  
2732 concedidos judicialmente, mas temos dúvidas sobre o cumprimento disso. Porque, eles  
2733 consertam, oferecem, na outra semana quebra. Está esse processo de verificação, se está sendo  
2734 ou não fornecida a água. Se imagina que não porque, na última visita que foi realizada no IPF,  
2735 elas estavam com as garrafas de cinco litros dentro das celas. A imagem traz um pouco essa  
2736 ilustração. Não sei se quem está no telão vai conseguir ver bem. Você tem uma garrafa cortada  
2737 ao meio, que é depósito de água. Se fizermos uma reflexão no fórum íntimo, pela manhã, essa  
2738 sala estava fresquinha, pelo sistema de ar condicionado, imagina beber água salgada para ajudar  
2739 a aliviar a sua sede. Essa é a situação que vivenciamos. Em relação à alimentação, vocês têm  
2740 uma comparação do que é considerado pelo conselho de nutrição, como uma alimentação  
2741 saudável, que você poderia medir por contraste, pelo nível de cor presente no prato. E eu quero  
2742 voltar no dia da inspeção, você percebe que há uma nítida carência de gêneros nutricionais, há  
2743 uma predominância, basicamente, de carboidrato na alimentação fornecida. Isso, para dizer um  
2744 pouco do processo de alimentação. Aqui, vamos mostrar um pouco situações de pessoas que  
2745 estavam sob carência de assistência médica e jurídica, na qual encontramos, dentro das  
2746 enfermarias, casos muito críticos de pessoas que precisavam de um atendimento de saúde e não  
2747 estava sendo possível, em especial, pela condição de superlotação do sistema. Se já há uma  
2748 dificuldade de atendimento de saúde, num funcionamento normal, num estado de superlotação  
2749 como o do Ceará, essa situação era muito mais gravosa. As equipes estavam sobrecarregadas,  
2750 havia falta de medicamentos, havia morosidade no atendimento e, em especial, proliferação de  
2751 doenças infectocontagiosas. Você tem o exemplo da escabiose, que vai gerando tumores pelo  
2752 corpo, a tuberculose que, em alguns casos, o teste era feito não dentro do ambiente de saúde,  
2753 mas na própria cela, o que agrava ainda mais a situação de tuberculose. Casos de diarreia, pela

2754 própria alimentação, pela água, pelo calor, pelas condições de higiene que se encontrava. Sem  
2755 contar os casos crônicos. Por exemplo, encontramos situações de pessoas com diabetes, que  
2756 chegaram a fazer jejum de doze horas, durante o período noturno, da alimentação das dezessete,  
2757 até sete da manhã, você tem um período de jejum que pode incorrer numa situação de risco de  
2758 vida iminente. Se pensamos num processo de ressocialização que é o propósito de um espaço  
2759 de privação de liberdade, você não tinha o trabalho desenvolvido de educação, você não tinha  
2760 formação profissional (inaudível), você não tinha trabalho, (inaudível), trabalho dentro da  
2761 unidade, praticamente sem acesso a banho de sol. Mais de vinte pessoas, em espaço de quinze  
2762 metros quadrados, confinados diuturnamente, sem visitas e, em alguns lugares, sem acesso a  
2763 advogado. Vou ser um pouco rápido, para não (inaudível) por muito tempo, mas acho que as  
2764 imagens contam um pouco do que vimos. Quando pensamos no uso da força, que é um outro  
2765 campo que o mecanismo se debruça, em especial, a partir da parceria que temos com a Justiça  
2766 Global e uma fundação internacional que faz levantamentos sobre armamentos, que é a Ômega  
2767 (inaudível), temos sempre pensado os procedimentos de uso de força, e os usos de armamentos  
2768 nos espaços de privação de liberdade. O que identificávamos era uma falta de normatização, de  
2769 protocolos de uso de forma, e a implementação dos procedimentos, que é aquela situação de  
2770 colocar os presos, todos sentados no chão, encaixados nas costas dos outros, com as mãos sobre  
2771 a cabeça, por tempos infindáveis e, às vezes, no pátio debaixo do sol. Esse é o procedimento  
2772 adotado para, eu temo em dizer uma palavra e ter que explicar isso, mas, a única que eu consigo  
2773 pensar é em desumanizar mais essas pessoas do que se encontravam. Porque, é algo sem  
2774 tamanho e sem propósito. Entrávamos nas galerias, e todos gritavam: procedimento. E todos os  
2775 presos tinham que imediatamente ter aquela condição. Se eles saíssem daquela condição, eles  
2776 eram colocados em espaços de isolamento ou sofriam algum grau de uso da força  
2777 desproporcional, como as armas menos letais, no caso, os espargidores de pimenta. É um espaço  
2778 que, de fato, o que é menos letal, se torna muito grave, senão fatal. Um espaço de quinze metros  
2779 quadrados, um espargidor sendo batido em um, não afeta só aquela pessoa que se movimentou,  
2780 mas todo presentes. Também percebemos a falta de padrões de segurança. Se vocês observarem  
2781 bem, esse é o Centro de Triagem, o cadeado dessa unidade, é um parafuso apertado pelo... eu  
2782 esqueci como chama essa ferramenta. (Intervenção fora do microfone). Chave de boca. Eles  
2783 andam com o kit de ferramenta deles, do lado do equipamento padrão deles de segurança e,  
2784 quando vão abrir e fechar espaços, eles usam essa situação. Espaços de atendimento de  
2785 atendimento de saúde, espaços de atendimento social e as próprias galerias que levam para a  
2786 cela. Numa situação de emergência, de incêndio, ou qualquer outra situação que possa ocorrer,

2787 todas essas pessoas dessa unidade, estariam correndo sérios riscos. Houve também a criação  
2788 dos espaços de incomunicabilidade, como estratégia da administração penitenciais. As pessoas  
2789 privadas de liberdade, perderam acesso, não só familiares, mas também a acompanhamento  
2790 judicial. Não sei se isso já foi restabelecida, se estão tendo um pouco de dificuldade. Mas,  
2791 acredito que não. Foram retirados os ventiladores e os malotes que, dependendo do espaço,  
2792 parece que ainda mantem a restrição de acesso, em especial, pelos últimos acontecimentos, em  
2793 setembro. Parece que (inaudível), que as famílias só vão voltar a partir de janeiro do ano que  
2794 vem. São medidas, castigos coletivos que a LEP, ou qualquer legislação que verse sobre as  
2795 pessoas privadas de liberdade, está sendo rasgada e descumprida. Também, retirada de  
2796 ventiladores, retirada dos malotes, que é a complementação familiar, portar grande ferimento  
2797 nas mãos, que é análoga à posição que as pessoas se encontravam durante os procedimentos.  
2798 Tivemos acesso a alguns laudos do IML, que comprovam as lesões, e a justificativa que  
2799 encontramos, que é dito para nós no momento de inspeção, é que eles estavam se rebelando,  
2800 por isso as forças dentro da unidade precisaram agir com mais intensidade. Se você pensa na  
2801 posição que ele se encontra, exatamente a lesão – o Ribamar, na parte da manhã mostrou um  
2802 pouco isso, que é você quebrar as falanges dos dedos -, não me parece uma lesão de motim, de  
2803 amotinamento, para que elas não sejam tão dirigidas e especifica, na parte superior da cabeça e  
2804 nas mãos. O que tudo indica da violação, da violência ser aplicada no momento em que se  
2805 encontravam em procedimentos. Fora ameaças, xingamentos e humilhações. Havia um relato,  
2806 que não foi colhido em apenas uma cela, mas em várias celas, de várias galerias, que as pessoas  
2807 que faziam a custódia, diziam que queriam ver a unidade pintada com o sangue deles. Isso era  
2808 dito recorrentemente. Isso, não ouvimos só em um lugar. A triangulação permite percebermos  
2809 as incidências dessas situações. Aí estão os ventiladores foram recolhidos e colocado no pátio.  
2810 Se vocês observarem, no fundo, estava chovendo muito em janeiro e, provavelmente, todo esse  
2811 material, que foi comprado pelo estado ou foi levado pelas famílias, estava sendo sucateado e  
2812 colocado num espaço que tiraram, inclusive, as atividades que eles poderiam fazer, que seria  
2813 um espaço para visita, um espaço para atividade física, ou qualquer outra situação. (Intervenção  
2814 fora do microfone). Dizem que foi doado para instituições de caridade esses ventiladores.  
2815 Seguindo, temos mais uma fotografia ilustrando o procedimento, de outro ângulo. Você vem  
2816 que, se alguém tiver alguma coceira, algum incomodo, e se mexer, era o motivo do que vocês  
2817 podem ver um pouco nessas fotos: os dedos quebrados e alguns já inchados, porque havia um  
2818 tempo entre o que acontecida da violação e quando entramos na unidade, e você percebe o  
2819 resultado disso. Por fim, encontramos um espaço onde os benefícios eram autorizados, e não

2820 tratados como regalias. Esse era um espaço onde você tinha pessoas que eram considerados  
2821 presos qualificados. Parentes, familiares de policiais, agentes prisionais, que tinham acesso a  
2822 selas sem superlotação. Se vocês observarem as fotos, vocês vêm vassouras dentro as próprias  
2823 celas, cama e colchoes para todos, ventilador instalado, acesso a itens de higiene, itens pessoais,  
2824 radinho, livro, coisas que não encontravam para todos. Qual o critério de você definir que, para  
2825 uns, isso é benefícios e, para outros, são regalias que tem se retiradas. Mas essa é uma síntese,  
2826 o relatório é muito mais ampliado do que o que eu tentei sintetizar para vocês. Eu deixo aberto,  
2827 caso vocês queiram comentar amis alguma coisa. As recomendações foram diversas, para vários  
2828 órgãos. Essa semana, parte das recomendações estarão sendo acompanhadas por uma equipe  
2829 que estava aqui, dialogando com as instituições jurídicas, para poder fazerem novos  
2830 encaminhamentos, uma vez que a situação ainda continua grave no estado do Ceará. Caso vocês  
2831 queiram ter acesso ao relatório completo, ele se encontra no sitio do mecanismo  
2832 [www.mnpctbrasil.worldpress.com](http://www.mnpctbrasil.worldpress.com). Que foi uma parceria que tivemos com o PICAT, para  
2833 realização de material de publicidade nosso. Foi bem rápido, acho que agora podemos debater,  
2834 aprofundar pontos, se vocês quiserem, não sei como a mesa está pensando em conduzir esses  
2835 trabalhos. Encerro por aqui. Agradeço a atenção de todos e todas.

2836  
2837 Sara – Só queria, mais uma vez, ressaltar tamanha crueldade, não sei se é essa a palavra, mas o  
2838 sadismo que tem acontecido, que foi implantado, implementado, e está sendo legitimado pelas  
2839 instituições do estado do Ceará. Eu falo mesmo, tranquilamente, porque todos os materiais  
2840 foram materiais produzidos por pessoas que se importam com essa situação, no estado do Ceará,  
2841 encaminhados todos esses materiais para os órgãos de controle. Vemos o que aconteceu no  
2842 Ceará, sendo repetido em outros estados do país, isso é uma vergonha. Se não assumirmos que  
2843 queremos que essas pessoas morram lá dentro, que queremos matar mesmo. Assumimos isso,  
2844 que queremos pena de morte, que queremos que essas pessoas morram. Ou, assumimos o  
2845 compromisso de fazer com essas práticas parem, de fazer com que essas práticas não sejam  
2846 legitimadas. Isso está acontecendo desde janeiro, no estado do Ceará. Hoje, temos denúncia de  
2847 mulheres com a vagina queimada com spray de pimenta. No Pará, vemos mulheres sentando  
2848 no formigueiro. Isso é sexismo, isso é racismo, isso é sadismo. Eu, enquanto sociedade civil,  
2849 comprometida e ameaçada, porque quem denúncia é ameaçado, no estado do Ceará,  
2850 comprometida com essas pessoas, com a luta anticárcere, com a luta mínima de humanidade.  
2851 Sabemos que a situação, se estava séria, grave, não estou defendendo que devia estar como era.  
2852 Mas, o que eu defendo é que as pessoas sejam tratadas com o mínimo de dignidade, que tenham

2853 água, que tenham roupa, que tenham comida. Se falamos sobre educação, como queremos  
2854 educar pessoas com uma grade entre o professor e o estudante? Quando tem um professor.  
2855 Como queremos garantir a humanidade das pessoas, se elas não têm acesso à assessoria  
2856 jurídica? Como queremos garantir a humanidade dessas pessoas? Isso resvala para fora. Ou  
2857 assumimos que queremos prisão perpetua, que aquelas pessoas fiquem lá, ou assumimos o  
2858 compromisso com elas. Todas essas violências se ampliam para as famílias, porque as famílias  
2859 precisam estar fardadas para visitar os seus parentes, criando um aspecto de insegurança  
2860 também para essas pessoas. A minha fala não poderia ser diferente hoje aqui, é uma fala afetada  
2861 mesmo, de como a sociedade cearense está sendo afetada por um regime que está sendo  
2862 implantado a nível nacional, usando verbas nacionais, e parece que ninguém consegue enxergar  
2863 isso. É um pouco disso. Muito grata pelo espaço.

2864

2865 Juliane – Eu queria reforçar a questão da normatização de algumas violações que estão  
2866 ocorrendo no Ceará. Primeiro, tem uma lei estadual que agora permite a cobrança da  
2867 tornozeleira de monitoramento eletrônico, as conhecidas tornozeleira, que foram aprovadas em  
2868 maio. É importante estar compreendendo esse processo no Ceará, como um processo normativo  
2869 também. E a questão das portarias emitidas pela Secretaria de Administração Penitenciária.  
2870 Uma portaria que criou uma ala de segurança máxima, portaria que restringiu as visitas, que  
2871 fardou os familiares. Tem uma série de questões que estão sendo normatizadas, que  
2872 aconteceram inclusive depois da visita do mecanismo, algumas coisas foram normatizadas,  
2873 consideração que não violações de direitos. Outra grande preocupação tem sido a questão da  
2874 saúde. O estado do Ceará não conveniu, de acordo com os programas nacionais da Política de  
2875 saúde prisional, e essa é uma preocupação crescente, inclusive da superlotação, a proliferação  
2876 de adoecimento, o adoecimento psíquico tem uma relação muito íntima com o cárcere, e as  
2877 mortes, que tem sido cada vez mais observada.

2878

2879 Daniel – Um último detalhe, que eu acabei esquecendo, porque conseguimos fazer a reinspeção.  
2880 É importante dizer que houve uma tentativa do governo do estado em proibir a nossa entrada  
2881 nas unidades. Precisamos acionar o ministério público federal, no caso, a PRDC local, para que  
2882 as nossas prerrogativas fossem respeitadas e cumpridas. E precisamos dialogar mais de uma  
2883 vez com o ministério público federal, porque a primeira era: vocês não podem entrar. Nós  
2884 falamos: nós podemos entrar sim. Não. Vocês não podem entrar. Tudo bem, vamos falar com  
2885 quem de direito, para que possamos ter nossas prerrogativas garantidas. No segundo dia, quando

2886 voltamos já com a autorização expressa, inclusive, vinda do governador, dizendo que sim,  
2887 tínhamos todo o direito de entrar, falaram: vocês não entram com equipamentos fotográficos  
2888 nem gravadores. Nós falamos: nós entramos sim, está prevista na nossa legislação, isso é uma  
2889 prerrogativa nossa. Não, a legislação é passiva de interpretação, isso é interpretação de vocês.  
2890 Falamos: tudo bem, vamos buscar a interpretação da procuradoria mais uma vez, para que ela  
2891 possa dizer para vocês que nós temos a prerrogativa de entrar com esses equipamentos. Feito  
2892 isso, nós entramos com os nossos equipamentos. Não obstante isso, no meio da inspeção, um  
2893 dos peritos enquanto estava fazendo registro fotográfico de uma das galerias, teve a sua  
2894 máquina tampada por um dos agentes que estava fazendo a segurança do espaço de privação de  
2895 liberdade. Lidamos com uma grave situação de uma lei federal, reiteradamente, dentro da  
2896 inspeção realizada no Ceará, o que mostra que havia uma preocupação muito grande de quem  
2897 estava fazendo a gestão penitencial daquele momento, que não tivéssemos acesso às  
2898 informações e ao que vimos. Queria, de toda maneira, tentar impedir a nossa entrada e tentar  
2899 impedir o registro que pudemos mostrar para vocês, das inúmeras fotos tiradas, nós  
2900 selecionamos algumas apontando a situação. Foi uma situação grave e, a todo instante, a mídia  
2901 local dinamitando o mecanismo enquanto estava lá, inclusive, oferecendo pareceres da nossa  
2902 primeira inspeção, sendo que não é uma prática do mecanismo dar nenhuma informação da  
2903 visita, sem ser através do relatório. Houve falas, colocadas na nossa boca, na mídia local, que  
2904 diziam de uma leitura que não tínhamos previamente colocado para ninguém. Na tentativa de  
2905 desgastar a situação institucional do órgão. Eu não sei se o outro perito ou perita, que estiveram  
2906 presente, queira comentar alguma coisa que, por ventura, eu tenha esquecido, mas é isso.

2907

2908 Interlocutor não se identificou – (...) não necessariamente vai suprimir as inscrições, que eu  
2909 estou vendo ali, sobre esse tema. Mas, há um link direto desse relatório, dessa situação, com os  
2910 informes que temos que passar, sobre a missão de inspeção no Pará, que diz respeito a um  
2911 problema comum: o modelo, a gestão prisional, e intervenção da FTIP. Eu só queria que, se  
2912 essas inscrições dizem respeito ao relatório, nós procedêssemos as inscrições. Mas, uma  
2913 pequena inversão na pauta que, em seguida, déssemos os informes do Pará.

2914

2915 Vitória – É sobre especificamente a situação no Ceará, as inscrições feitas? Só um minutinho,  
2916 Matheus. É porque se o seu não for, o dos outros sejam. Nós vamos abrir, Ribamar, para  
2917 considerações dos colegas e damos encaminhamento para esse relatório do Ceará. E, depois, do  
2918 Pará.

2919

2920 Interlocutor não se identificou – Eu acho pertinente a observação do Ribamar, porque a situação  
2921 no Pará tem tudo a ver, a atuação do governo federal no sistema penitenciário local. Acharia  
2922 pertinente que o mecanismo tivesse espaço para expor os informes sobre o Pará, para que  
2923 pudéssemos fazer as considerações no final.

2924

2925 Vitória – É porque temos que homologar o relatório do Ceará, é uma questão de procedimento  
2926 do nosso regimento. Podemos esperar, ao final da reunião, e fazemos tudo junto, não tem  
2927 problema nenhum. Concordam? (Intervenção simultânea). Então fazemos agora a exposição do  
2928 relatório do Pará e, depois, abrimos as inscrições. Se quem está inscrito não se incomoda,  
2929 faremos dessa forma. Agradeço ao Daniel, à Sara e à Juliane, pela fala aqui na frente, pela  
2930 exposição do relatório. Agora, quem do mecanismo virá fazer o relatório do Pará?

2931

2932 Ribamar – Sou eu. Na verdade, não falamos ainda do relatório. Temos um prazo legal. É  
2933 verdade que esse prazo legal também depende das informações que temos que sermos supridos  
2934 pelas instancias locais, e temos dificuldade.

2935

2936 Vitória – É uma exposição da situação?

2937

2938 Ribamar – É um conjunto de informes que diz respeito ao que existe de comum em, pelo menos,  
2939 três relatórios. Por isso eu, simbolicamente, tenho aqui à mesa, o relatório de monitoramento  
2940 das recomendações sobre os massacres no sistema prisional do Amazonas, Roraima e Rio  
2941 Grande do Norte. Por que trago esse primeiro? Muito já receberam, aliás, vocês, isso aqui foi  
2942 uma missão conjunta feita na boa prática com o comitê. Alguns de vocês, os antecessores de  
2943 vocês, tiveram parte na construção desse relatório. Mas, porque chamo atenção a ele? Eu tenho  
2944 alguns exemplares, que pode passar sobretudo para os que não tem, mas tem para todos, como  
2945 está no site, como o Daniel já anunciou. Porque estamos lidando com alguns fenômenos. Eu  
2946 vou tentar ser bem sintético, coisa que não é fácil diante dessa conjuntura. Um primeiro  
2947 fenômeno é tentar responder toda a crise do sistema prisional pela facção. Facção não é só a  
2948 resposta pronta. Para todo tipo de rebeldia ou convulsão, dentro do sistema prisional, mas  
2949 também é resposta para alguns pacotes prontos e pensados como medida de solução do  
2950 problema. O que estamos querendo falar, e esses relatórios apontam isso, são algumas medidas  
2951 vendidas, sobretudo à guisa do governo federal, da política de gestão penitenciária,

2952 administrada pelo DEPEM e Ministério da Justiça, oferecem um pacote que, de longe, não  
2953 atende à dissolução do problema, mas é parte do problema. É parte, há algum tempo, do  
2954 problema. Estou falando concretamente de um método de intervenção penitenciária, que foi  
2955 irradiado a partir de Brasília e, depois, consolidado em algumas práticas, denunciado nesse  
2956 relatório, denunciado por diversos órgãos. Eu lamento aqui, lamentei de manhã, (inaudível)  
2957 queria falar sobre isso, ele não está aqui agora, mas ele poderia voltar a falar sobre isso, como  
2958 é do conhecimento de muitos, da ausência do doutor Domingos Sávio que, como coordenador,  
2959 como PF adjunto e coordenador da sétima câmara criminal, entre outras instancias, instancia  
2960 do ministério público federal, tem uma ação judicial movida contra determinados  
2961 procedimentos da força tática de intervenção penitenciária. Teria muito para falar sobre isso. O  
2962 que chamamos atenção? Primeiro, a lógica de intervenção. Aqui, não existe só uma guerra  
2963 semântica, existe uma errônea concepção de intervenção. A força tática de intervenção  
2964 penitenciária, como o próprio nome, a legislação, a resolução, o decreto de designação deles  
2965 reza, eles são uma força de intervenção tática. Força de intervenção tática tem dia para entrar e  
2966 dia para sair, porque ela deve conter crises, é essa a concepção. Ela tem se espreado, ela tem  
2967 sido executada como uma intervenção de estado. Pena que essa concepção prática, que fere  
2968 amplamente o pacto federativo e as prerrogativas de algumas instituições, não tem sido  
2969 entendida por essas instituições como tal. O Daniel deu exemplo do Ceará, que se reproduz no  
2970 Pará. Por exemplo: eles decretaram o fechamento de noventa e cinco unidades, em conjunto  
2971 com o governo do estado, noventa e cinco delegacias. Todos os presos foram transferidos,  
2972 milhares de presos foram transferidos para a capital, leia-se: transferência de presos sem  
2973 autorização dos gestores da execução pena, sem consciência do juiz da execução, sem  
2974 consciência dos promotores da execução. O que é pior - e precisamos dizer, porque alguém  
2975 precisa dizer e, talvez, seja esse o nosso diferencial – com aquiescência de alguns entes  
2976 federados desse estado. Porque, quando fazemos visita, fazemos interlocução com todos os  
2977 atores no estado, e era comum ver como o ministério público e como o judiciário, em alguns  
2978 desses estados, acha normal essa invasão de competência. O preso é transferido, o processo não  
2979 é transferido com ele e, pasmem, tem coisas que não acreditamos mesmo vendo, os prontuários  
2980 deles não são transferidos. Você tem soropositivos com tratamento interrompido, você tem  
2981 tuberculosos com tratamento interrompido, e você tem doentes terminais, em fase terminal de  
2982 câncer, transferidos e mantidos presos sem os seus prontuários. Pede-se o fluxo processual,  
2983 coisa que, aliás, essa missão dignamente representada pela Juliane e pela Sara, nos  
2984 acompanharam. Perdão, eu que vos acompanhei, eu era o convidado. Junto do CMP e do DMF,

2985 do CNJ. Estão todos a perguntar aos seus pares, interlocutores nos estados, como é possível  
2986 isso, como é possível dado o grau de violação. Dado o grau de violação que a FTIP, trabalhando  
2987 nessa lógica de estado de coisas inconstitucionais, para quem não tinha ainda entendido o  
2988 sentido da ADPF três quatro sete, nós tivemos a oportunidade de ver, o estado de coisas  
2989 inconstitucionais que se instalou no sistema penitenciário. De tal sorte que o agente do estado  
2990 é o agente violador por primeiro. E, como ele tem licença para transferir, se anuência de  
2991 qualquer das autoridades, ele tem licença para proceder toda sorte de violação, de tratamento  
2992 cruel, desumano, degradante, tortura, sem qualquer fiscalização. Isso tudo que foi falado aqui,  
2993 nós reencontramos no Pará. Aquilo que a equipe hoje só tem de remanescente o Gustavo, que  
2994 participou da missão, em Alcaçuz, aquilo que não foi punido, investigado e não foi adotada  
2995 medida de prevenção e não repetição, no Rio Grande do Norte, foi difundido como prática  
2996 exitosa. É assim que a empresa trata. Aliás, esses dias, recebeu prêmio de cidadão do município,  
2997 aquele que é o grande gestor desse método, para falar uma palavra mais usual. Como ele não  
2998 foi investigado e punido, no Ceará, hoje esse mesmo método, felizmente, está sendo investigado  
2999 e punido no Pará. Me perguntem: qual o diferencial que existiu entre o Rio Grande do Norte,  
3000 entre o Ceará e o Pará? No Rio Grande do Norte, a governadora, é bom registrar, governadora,  
3001 mulher, corajosamente disse: esse método eu não quero mais aqui, e o exonerou. Mas aí as  
3002 contradições. O Ceará absorveu como método exitoso. Como lá também ele não foi investigado,  
3003 não foi punido, hoje irradia para tudo aqui que vimos no Pará. Felizmente, nós, no Pará,  
3004 encontramos um ministério público federal diligente que, ainda no sábado, tomou todo o  
3005 depoimento nosso, na devolutiva de visita, que não conseguimos fazer com o governo do  
3006 estado, mas o ministério público se deteve todo o sábado, e já queria ali. Nós é que dissemos:  
3007 vamos voltar e, na segunda ou terça feira... na terça feira, nós remetemos o relatório.  
3008 (Intervenção fora do microfone). Boa pergunta. Na quarta-feira, já haviam procedimentos,  
3009 porque são obvias as ilegalidades. Primeiro, um padrão de procedimento que é flagrante  
3010 tratamento cruel, desumano e degradante. Submeter as pessoas que, simbolicamente, não vou  
3011 ter tempo para mostrar, mas na oportunidade, vocês pesquisem como eram trazidos os nossos  
3012 ancestrais, nos nossos navios negreiros. Era justamente nessa posição. E não por acaso, o  
3013 metacarpo, eu fui conferir, metacarpo mesmo, eu faltei essa aula de anatomia, mas é metacarpo,  
3014 é rompido. Detalhe que, é tão banalizado esse procedimento, que eles mesmos confessam. Eles  
3015 disseram em Alcaçuz: nós quebramos aqui para evitar que eles lancem. Para eles não jogarem  
3016 as coisas. É a coisa mais natural do mundo, quebra o metacarpo. Esse procedimento passa pelo  
3017 fato de submeter as pessoas ao calor, no caso do Pará, no formigueiro ou sob as fezes e mijos

3018 de ratos que circulam, e que ratos, Adriana. Eu confesso que já cacei até onça, mas tive um  
3019 pouco de medo do tamanho dos ratos que vimos no Pará. Ali, as mulheres são submetidas a  
3020 esse procedimento, e uma rigorosa disciplina, que passa por conter qualquer sinal de  
3021 manifestação, passando mais no concreto, pelo Pará: de reclamação da privação da alimentação,  
3022 de rompimento dos laços familiares. Não é só o juiz da comarca de Uruburetama, ou Senador  
3023 Pompeu, acho que ouvi esse nome lá, longe de Fortaleza, que centenas de quilômetros. Não é  
3024 só com o juiz que ele perde o vínculo, é com a família. E a família é, às vezes, a única chave  
3025 que ele tem de ter alimentação de qualidade, por aquilo que já foi denunciado e é prática  
3026 decorrente. Sem dieta alimentar, um diabético pode ter hipoglicemia, ele entra em hipoglicemia.  
3027 O estado, muitas vezes, no Pará, não vimos essa medicação. Mas, no Ceará, o estado prefere  
3028 dar uma dose suplementar de insulina, do que um prato a mais de alimentação, porque  
3029 naturalizou que ele tem que ter um intervalo igual ao de todos, por isso, ele pode entrar em  
3030 hipoglicemia e até morrer. Essa naturalização desses procedimentos, faz com que desafie todos  
3031 nós a ter um enfrentamento. Além do que, não são desvio de finalidade, mas, desvio de  
3032 competência, desvio de toda a natureza. A lógica, verbalizada pelos agentes da FTIP, é que nós  
3033 tomamos a unidade, nós tomamos o estado, e o tomar significa estabelecer regras próprias.  
3034 Regras próprias que nós, com prudente requisição, não sabemos, estamos todos a perguntar:  
3035 qual é o protocolo de uso da força? Que armas vocês usam? De onde vem essa soma de  
3036 espargidores de spray de pimenta, que não são sequer computados, com que dinheiro, em nome  
3037 de qual racionalidade econômica? Que é certo é que um recurso tão caro, do FUPEN, está  
3038 financiando na contramão daquilo que são as nossas recomendações, porque eles exibem armas  
3039 de grosso calibre, e não estamos falando de armas elastômetro, arma de borracha que, mesmo  
3040 a depender da distância, pode ser fatal. Mas, estamos falando de arma de grosso calibre,  
3041 comprada indiscriminadamente, muitas vezes, com exclusão licitação, em nome da repressão,  
3042 em nome de uma violência que, como se provou no Ceará, está se provando também no Pará,  
3043 não resolvem o problema. Elas retardam, fazem uma panela de pressão que, oxalá que não  
3044 exploda, mas já está explodindo e queimando a todos nós, que temos obrigação de lidar cm essa  
3045 realidade. O fato é que, a este comitê, a todos nós do sistema nacional de prevenção e combate  
3046 à tortura, temos um grande desafio: nós enfrentamos esses procedimentos, como uma estratégia  
3047 de tratamento cruel, desumano e degradante, ou teremos que reescrever o protocolo facultativo,  
3048 substituindo a palavra “tratamento” por “procedimento”. Porque, aquele procedimento é  
3049 procedimento cruel, desumano, degradante e tortura. Obrigado.

3050

3051 Vitória – Obrigada, Ribamar, pela exposição. Agora, vou abrir espaço para a inscrição de falas.  
3052 Começamos pelo Matheus.  
3053  
3054 Matheus – Eu vou fazer alguns comentários, que acho que o trabalho do mecanismo, seja  
3055 nacional, seja estadual, os poucos estados que tem, é muito semelhante ao que fazemos em São  
3056 Paulo. Enquanto você fala, mostrava fotos, eu mostrava fotos para a Fernanda de pessoas que  
3057 levaram tiros de bala de borracha, fotos que eu mesmo tirei, de pessoas que perderam os dentes.  
3058 Eu queria fazer algumas apontamos, porque acho que os problemas são semelhantes talvez no  
3059 brasil inteiro. No final, nas duas falas, alguns apontamentos e, no final, desculpa pelo pouco  
3060 experiência no comitê, de que forma o comitê poderia tomar providenciar para poder, além de  
3061 endossar, votar esse relatório, tomar providencias concretas, que pudessem influir de forma  
3062 concretas nesses corpos desumanizados. Você usou a palavra desumanização, a palavra que eu  
3063 uso também, e a palavra da escravidão. Mas, nada como Auschwitz consegue simbolizar isso.  
3064 As pessoas têm roupas, vocês falaram – as duas já sentaram ali -, próprias. Elas pegam o ônibus,  
3065 elas pegam o transporte coletivo, sabendo que elas vão visitar uma pessoa presa. Elas carregam  
3066 todos os estigmas possíveis, relacionadas a isso, elas não são cidadãs, no brasil que a escravidão  
3067 não acabou. A conclusão que você colocou aqui era um dos primeiros pontos que eu queria  
3068 trazer. No estado de São Paulo, não tivemos nenhum caso, até brinco que é a Califórnia  
3069 brasileira, que o estado mais rico é o que mais prende, faz todo sentido, o sujeito penal como  
3070 braço do capitalismo. Ainda que acreditássemos nessa função ressocializadora, que eu acho que  
3071 é balela, o direito penal serve para desumanizar os pobres. Ainda que tivéssemos esperança  
3072 numa ressocialização, que não existe, Paulo Freire já falava que é um paradoxo você querer  
3073 educar, tirando a liberdade e tendo liberdade. No estado de São Paulo, temos armas que, não é  
3074 que não sejam letais, são menos letais. Assim como nas avenidas, as pessoas tomam tiros, jogam  
3075 sprays nos olhos, se você pegar o manual de armas, eles vão dizer que uma cela tem nove, doze  
3076 camas, daqui até ali, tem cinco metros. Se, daqui até ali, tem cinco metros, você não pode atirar  
3077 com um calibre doze, como tem foto da PM de Avaré, que você vai matar alguém. Você não  
3078 pode usar o spray de pimenta ou alguma de efeito moral numa cela fechada, porque isso pega  
3079 fogo. Como mostramos, no ano passado, na comissão interamericana, de pessoas pegando fogo,  
3080 na (inaudível) de Venceslau e, quando saiu da cela pegando fogo – isso aconteceu em dois mil  
3081 e oito, o crime contra a humanidade é imprescritível -, ao invés de vermos pessoas prestando  
3082 socorro, essas pessoas foram espancadas com cassetetes. E o GIR – Grupo de Intervenção  
3083 Rápida, dizia que eles não faziam filmagem dos treinamentos. O treinamento desses agentes,

3084 do GIR, tem em São Paulo, mas tem no brasil inteiro, eles treinam desumanizando e torturando  
3085 as pessoas. Isso tem que ser dito. O ministério público do estado de São Paulo, não assinamos  
3086 juntos, mas entramos como assistente nesse consorcio, somos parte numa ação civil pública,  
3087 em que o ministério público pede para as pessoas não entrarem encapuzadas, os agentes do  
3088 GIR, para não entrarem sem identificação. Para você intimidar, defensoria pública, ministério  
3089 público, magistratura, órgãos de execução, antes da incursão do GIR, para se filmar as incursões  
3090 do GIR. O judiciário vem falar que a defensoria pública está querendo trazer ideias de Londres.  
3091 Se a polícia militar do estado de São Paulo está querendo colocar câmeras nos coletes, porque  
3092 os agentes do GIR não podem usar câmeras nos coletes? O pedido da defensoria pública é mais  
3093 abrangente, é para extinção do GIR. O GIR não tem previsão legal, não tem previsão  
3094 constitucional, pedimos a extinção do GIR. É importante dizer, contextualizando com a questão  
3095 de comida, existe uma resolução do CNPCT, que agora está na mão do Ministro da Justiça, que  
3096 fala que seriam cinco refeições por dia. entramos com uma ação civil pública no estado de São  
3097 Paulo, porque a pessoa janta as quatro e meia, e vai tomar o café às seis e meia, são várias horas  
3098 de jejum. É no Ceará, no Pará, mas é na Califórnia brasileira, o estado mais rico do país.  
3099 Conseguimos ver, de uma forma muito simples, que o estado não observa a regulamentação  
3100 sobre alimentação, se pedirmos as notas de empenho. Descobrimos que uma unidade prisional,  
3101 por exemplo, gasta dois reais por pessoa presa, para comer. Não dá para comer. No brasil não  
3102 dá para comer com esses dois reais, pode dar em outro país que tenha outro (inaudível), na  
3103 Bolívia, mas no brasil não dá. Racionamento de água, a mesma coisa acontece no estado de São  
3104 Paulo. A convenção de Genebra, sobre guerra, fala que, durante a guerra, as pessoas têm que  
3105 ter comida e agua. As pessoas estão presas, mas não tem comida e água, em São Paulo também.  
3106 O Daniel apresentou uma foto muito semelhante às fotos que tiramos no nosso dia a dia, fazendo  
3107 a inspeção, as pessoas basicamente, ganham arroz, feijão, uma salsicha, uma linguiça, o ano  
3108 inteiro, não tem frutas e verduras, não tem nutrientes. É o que chamamos na Ação Civil Pública  
3109 de Pena de Fome. Eu sou (inaudível), eu sou contra o uso do direito penal como solução de  
3110 conflitos, mas o que aquele agente fez, colocando a mão na câmera, é tipificado como crime de  
3111 abuso de autoridade. Fala-se muito, hoje em dia, da lei de abuso de autoridade, o que ele  
3112 cometeu, formalmente, foi um crime de abuso de autoridade. Eles transformam as vítimas em  
3113 algozes, igual colegas que tiveram uma rebelião agora e estão na corregedoria da defensoria  
3114 pública. O que foi falado, em relação ao Pará. A lei de execução penal, fala que a pessoa –  
3115 acreditemos na socialização, que eu acho que não existe -, a LEP que a pessoa presa tem que  
3116 estar perto da família. Em São Paulo, a mesma coisa. Existe uma discricionariedade absoluta,

3117 em que o juiz, o promotor, o defensor público ou advogado particular, ficam sabendo depois da  
3118 transferência. A SAP – Secretaria de Administração Penitenciária, faz o que quer. Eu falei  
3119 muito, acho que era isso. Como estou chegando agora, peço ajuda dos colegas, de que forma  
3120 esse comitê – colocamos “n” problemas: água, alimentação, tortura – pode ajudar o trabalho  
3121 que foi feito de forma excepcional pelo mecanismo. Obrigado.

3122

3123 Vitória – Alexandre, não sei se é você o próximo ou o Gustavo. Mas, fica à vontade.

3124

3125 Gustavo – Boa tarde. Queria só trazer alguns elementos que eu acho que são importantes. Eu  
3126 estive junto com a equipe, no Pará, também participei do relatório da primeira missão que teve,  
3127 em Alcaçuz, depois, na segunda missão, em Alcaçuz. Temos trabalhado o tempo inteiro, em  
3128 relação aos massacres, os (inaudível) forçados, em que o estado brasileiro e os estados precisam  
3129 trabalhar em triangulações, que é o da responsabilização, da reparação, da não repetição. A falta  
3130 desse foco em todos os estados, faz com que as coisas continuem a se repetir. Altamira, no Pará,  
3131 já vinha sendo anunciado, não precisava ser pelo mecanismo, temos dialogado muito que o  
3132 mecanismo é de prevenção, não é de previsão. Mas, a situação no Brasil é tão caótica e tão  
3133 obviamente dramática, que as autoridades escondem as informações propositalmente, que  
3134 acabamos achando que o mecanismo está prevendo alguma coisa, não, ele está apontando  
3135 aquilo que é necessário. Altamira, já havia tido uma rebelião ano passado, oito pessoas  
3136 morreram. O mecanismo, quando esteve em dois mil e dezesseis, no estado do Pará,  
3137 recomendou que as prisões que tivessem prisões container, fossem fechadas. O estado do Pará  
3138 ignorou por completo e, em dois mil e dezenove, cinquenta e oito pessoas morreram e, mais da  
3139 metade dessas pessoas morreram incineradas, em Altamira, em cela container. Porque a cela  
3140 container são incineradores, o estado não tem o controle da unidade em Altamira, não tinha e  
3141 continua não tendo. Felizmente, a unidade, a parte da unidade que tinha container foi fechada,  
3142 porque não praticada o uso dela. Eu e Bruno (intervenção fora do microfone). Tem um seguro  
3143 que fica ao lado dos containers. Eu e Bruno adentramos, fizemos questão, com o IML, os  
3144 peritos, o laudo ainda não saiu, está para sair agora, um laudo complexo, mas a situação é  
3145 bastante dramática. Nenhum dos sobreviventes teve atendimento. Parte dos sobreviventes não  
3146 foram ouvidos pelo ministério público estadual. E, nenhum funcionário que presenciou uma  
3147 situação como aquela, de novo, cabeças sendo cortadas, pessoas sendo mutiladas, pessoas sendo  
3148 incineradas, ali dentro, gritos. Nenhum dos funcionários recebeu nenhum tipo de atendimento.  
3149 Isso é algo muito grave, que tende a se repetir, e (inaudível), doutor Sávio, desde dois mil e

3150 dezesseis, toda essa situação, uma a uma. Também conseguimos identificar que a força tarefa  
3151 (inaudível) penitenciária não colocou os pés em Altamira. A justificativa de atuação, de  
3152 intervenção, pela situação de Altamira, não se justifica porque eles não estiveram lá. Também  
3153 não se justifica o padrão que as informações de inteligência do sistema penitenciário não  
3154 aparecem, nem para os juízes, nem para os promotores, nem para o mecanismo. Me parece que  
3155 são informações nada oficial que a força tarefa da intervenção foi para o estado do Pará, para a  
3156 capital, para possivelmente suprir alguma nova rebelião de ação de facção. Mas, não há nenhum  
3157 documento, nem na mão das autoridades. Não estamos querendo que o documento da  
3158 inteligência seja publicado no Diário da União, nem em jornal oficial, mas que as autoridades  
3159 competentes tenham acesso a algo que possa ser cobrado dessa inteligência. E, não  
3160 simplesmente uma informação de bastidor, que tivemos uma informação aqui e ali, e vamos  
3161 movimentar isso. A (inaudível) tem atuado em Belém, desde o massacre em Altamira, mas  
3162 foram direto para Belém. Nós conseguimos identificar lá, mais uma vez, em que uma força de  
3163 intervenção, a pouca legislação que existe em relação a ela é apenas um decreto ministerial,  
3164 perdão, uma portaria ministerial, do Ministério da Justiça, em dois mil e dezessete, e nada mais.  
3165 E não tem um plano de atuação que vai, quantos vão, quanto tempo vai passar, quem vai  
3166 adentrar, o que vai fazer lá dentro e quando vai sair. O que há é uma intervenção ilegal de estado  
3167 federal nas unidades. Fazendo formação sem nenhuma diretriz de direitos humanos, sem  
3168 nenhuma diretriz de segurança, que são colocados enquanto procedimentos. Eu tenho  
3169 acompanhado, desde dois mil e dezessete, aquilo não é procedimento. Procedimento é poder  
3170 chegar em algum lugar e poder oficial alguém. A perspectiva da completa incomunicabilidade,  
3171 inclusive dos seus advogados, de qualquer pessoa presa, isso não é procedimento. Colocar  
3172 pessoas soropositivas, que vem completamente debilitadas, sem força nem para andar, porque  
3173 a alimentação chega de forma precária, tem posição de procedimento, um encaixado no outro,  
3174 com a mão na cabeça, por horas. Inclusive, o mecanismo chegou lá e perguntou: quem são esses  
3175 presos? Presos comuns. Começamos a fazer a conversa em várias alas, no final, depois de uma  
3176 hora, fui até essa cela, pedi para eles se levantarem e se virarem para falarem comigo. Eu não  
3177 consegui acreditar, temos uma certa experiência, mas eu não conseguia reagir, porque aquelas  
3178 pessoas não pareciam saudáveis, não estavam saudáveis, pareciam que estavam saindo de um  
3179 estado de guerra. Eu, constrangidamente, tive que pergunta a ela, porque eu não conseguia  
3180 reagir: o que aconteceu com vocês? Somos HIV, somos soropositivos. E tudo se encaixou.  
3181 Como as pessoas, em situação tão frágeis, sendo colocadas na mesma condição de pessoas que  
3182 tem a força, ou são colocadas em situação que podem reagir a uma força fortemente armada,

3183 que estabelece isso. Isso foi algo muito grave. Só para finalizar, em relação a Belém, nós  
3184 tivemos que interditar uma ala completa de uma unidade, dentro de Americana, que o Ministro  
3185 da Justiça esteve ontem. Nós adentramos, eu, Bruno, Adriana e Ribamar, sem acreditar que  
3186 teria gente ali dentro. Vamos detalhar isso no relatório, mas queríamos trazer isso para vocês.  
3187 Uma porta fechada, a força de intervenção era coordenadora da unidade, não diziam que aquela  
3188 parte da unidade estava funcionando, nós fomos entrando, abrindo as portas, e não acreditamos  
3189 que aquela unidade estava funcionando. Todos eles saíram, quando viram que estávamos  
3190 adentrando, e tive que perguntar se tinha alguém ali dentro: tem alguém aqui dentro? De  
3191 repente, as mãos começaram a aparecer numa portinha minúscula. Dez pessoas em uma cela  
3192 que cabia uma, por dezessete dias. E a cela Adois, estavam, há dezessete dias, tomando água  
3193 da privada. Eu fiz questão de abrir a cela, de testar a torneira, que estava quebrada, e os presos  
3194 tomando água da privada, por dezessete dias, com a força federal atuando como coordenadora  
3195 daquela unidade. Esse é o nível de gravidade que precisamos estabelecer, e a importância desse  
3196 comitê estar se debruçando sobre isso. Que bom que vocês estão volta, precisamos disso de  
3197 volta, precisamos da força desse comitê, para enfrentar uma perspectiva de ilegalidade. Como  
3198 é o (inaudível) de operação, de uma força como essa, para torturar pessoas? Qual é a justificativa  
3199 de intervenção numa unidade feminina, no estado do Pará, que não havia rebelião há anos. O  
3200 serviço público, e da segurança, na perspectiva do prisional, precisa ser orientado de forma  
3201 previa, as informações precisam ser transparentes. Nós precisamos, o exemplo de São Paulo, é  
3202 a amostra do quanto se espalha esse tipo de situação, e não podemos, enquanto sistema de  
3203 prevenção e combate à tortura, passar por uma situação como essa. Desculpe o prolongamento,  
3204 mas achava fundamental ter esse informe prévio. Vamos fazer também informar ao CNDFH,  
3205 que nos requisitou, ao ministério do Pará. Acho que, minimamente, esse comitê tem a  
3206 prerrogativa e o poder de questionar o DEPEN, ministério da justiça, sobre aquilo que viemos  
3207 dialogando desde dois mil e dezesseis e, dezessete. Quais as diretrizes e procedimentos de  
3208 atuação da FTIP? Quantos agentes estaduais, de que estados estão sendo disponibilizados para  
3209 essa força tarefa? Quantos agentes federais estão sendo disponibilizados para participar dessa  
3210 força tarefa? Qual o custo de cada operação da força tarefa, e quem custeia essa força tarefa?  
3211 Quantas denúncias existem contra agentes da FTIP, e onde estão sendo apuradas? Nós estamos,  
3212 desde dois mil e dezesseis, querendo isso, a informação básica, de como estão sendo apuradas  
3213 as denúncias. O estado que não consegue apurar denúncias em relação a uma força tarefa com  
3214 essa, nos preocupa bastante.

3215

3216 Ribamar – Só uma coisa rápida, que me lembrei a propósito disso. Uma dificuldade que temos  
3217 de enfrentar esses casos, é que como eles são arregimentados de diversas forças, diversos  
3218 estados, as instancias correccionais deles continuam no estado de origem. E, por isso, a  
3219 dificuldade de que seja feita a apuração e correção, na sede em que eles estão atuando,  
3220 (inaudível) se eles continuam não só arregimentados, mas, com suas instancias correccionais nos  
3221 seus estados. Essa tem sido uma dificuldade, e esse comitê, como o CNDH, com a boa presença  
3222 de doutora Débora do (inaudível), tem-se questionado sobre isso. Aliás, essa é uma informação  
3223 que a FTIP está a nos dever: como e onde estão tramitando esses procedimentos correccionais.

3224

3225 Vitória – Já vou mencionar de uma vez só, porque não precisa da minha intervenção: Alexandre,  
3226 Márcia, Caio e Pedro. Marcelo também? Você é o último então.

3227

3228 Alexandre – Pedi a palavra mais para dar alguns informes, porque a DPU recebeu cópia do  
3229 relatório do mecanismo sobre a missão no estado do Ceará. E, diante do que estava relatado,  
3230 tivemos a postura de procurar entender o que já estava acontecendo, em termos de apuração,  
3231 porque, há uma denúncia. Inicialmente, oficiamos o próprio mecanismos, para que nos  
3232 fornecesse documentos que lastrearam a elaboração desse relatório, para melhor especificar  
3233 algumas questões. Mas, há denúncias absurdamente contundentes, não é uma questão  
3234 interpretativa, a tortura realmente ocorreu nos estabelecimentos que estavam sob intervenção  
3235 federal. Para não dizer nada do procedimento, que alguém ainda possa defender, mas essa  
3236 questão da quebra dos dedos foi sistemática, não é uma coisa esporádica, não é um  
3237 procedimento de autodefesa dos agentes, não dá para acreditar nessa versão, realmente os  
3238 relatos não são críveis nesse sentido. Chego a essa conclusão realmente de que não há discussão,  
3239 não é uma questão interpretativa, houve tortura, é necessário apurar o que se faz a partir de  
3240 então. Oficiamos ao ministério público federal, na sequência, sétima câmara. Ainda aguardo  
3241 resposta do ministério público federal, que me informou que está instruindo, colhendo subsídios  
3242 para nos responder, no sentido de informar se houve instauração de algum procedimento  
3243 criminal, inquerido, ação penal, no estado do Ceará, para avaliar essas condutas. Ainda  
3244 aguardamos essa resposta. Oficiamos ao ministério da Justiça, requisitando informações sobre  
3245 as escalas de plantão dos agentes que atuavam pela FTIP, no estado, nas datas em que teriam  
3246 ocorrido os atos de tortura. O ministério respondeu, forneceu a documentação. Oficiamos a  
3247 corregedoria do DEPEN, que está dentro do ministério da justiça, especificamente solicitando  
3248 informação para saber se houve instauração de algum procedimento para apurar a conduta dos

3249 agentes que estavam a serviço da FTIP, no âmbito administrativo e disciplinar. A informação  
3250 que tivemos é que foi instaurado um procedimento na corregedoria, um processo SEI, desse  
3251 ano de dois mil e dezenove, possivelmente até em virtude da nossa provocação, mas foi  
3252 instaurado. Em outro giro, quando do início da intervenção da FTIP no estado do Pará, nós  
3253 tivemos uma notícia, por parte dos colegas nossos da DPU, que atuam no conselho penitenciário  
3254 do estado, que havia uma dificuldade em o conselho penitenciário conversar com os presos das  
3255 unidades que foram visitadas que ficam na região metropolitana, complexo de Americana.  
3256 Tínhamos um precedente, que também é do estado do Ceará, de que houve algum período de  
3257 incomunicabilidade desses presos. Inclusive, justamente, desses presos dos quais já temos a  
3258 cópia do laudo de exame de corpo de delito, atestando aquela quebra dos dedos, em relação aos  
3259 quais há mais elementos de prova, em relação à tortura, também sabemos que eles ficaram  
3260 incomunicáveis durante algum tempo. Isso foi objeto de preocupação nossa, para que não  
3261 ficassem incomunicáveis os presos no Pará. Nesse sentido, nós solicitamos uma reunião, de  
3262 novo, com o departamento penitenciário nacional para que, de alguma forma agisse, no sentido  
3263 de permitir, autorizar imediatamente o acesso no estado do Pará. Participamos dessa reunião,  
3264 nós, da defensoria pública da União, eu e o doutor Eduardo Queiróz, defensor nacional dos  
3265 direitos humanos, participou também o doutor Domingos Sávio Dresh, senhor procurador geral  
3266 da república, que integra a sétima câmara. A informação que tivemos é de que, sim, seria  
3267 possível, bastaria combinar um horário para viabilizar só procedimentos de extração dos presos,  
3268 e aquilo teve sequência. Nessa mesma reunião, tivemos a notícia de que, em tese, está sendo  
3269 gestado no ministério da justiça, não sei se tem alguém do ministério da justiça hoje aqui. Eu  
3270 confirmei a lista de presença, não identifiquei ninguém do ministério da justiça hoje, no comitê.  
3271 Mas, a informação que tivemos é que está sendo gestada, dentro do ministério da justiça, uma  
3272 norma para disciplinar procedimentos básicos de atuação da FTIP. E, dentro da corregedoria da  
3273 DEPEN, uma outra norma para especificar a questão do procedimento de apuração de eventuais  
3274 irregularidades disciplinares cometidas pelos agentes, ainda que nos estados. O procedimento  
3275 seria, mais ou menos, o de instruir eventuais processos administrativos PADs, dentro da  
3276 corregedoria do DEPEN, inclusive pela proximidade com os fatos e, ao final, com o relatório,  
3277 encaminhar para autoridade que detém poder disciplinar, que é o governador do estado, ao qual  
3278 aquele agente penitenciário pertence. Mas, essa é a informação, que estariam sendo gestada  
3279 uma norma nesse sentido. Duas normas, portanto, uma que disciplina o processo apuratórios e,  
3280 outra, que disciplina os detalhes da atuação da FTIP, escopo de atuação, talvez uso moderado  
3281 da força, uso progressivo da força. Não tivemos acesso à minuta desse documento ainda, mas,

3282 de toda forma, estaria sendo gestado. Acho importantíssimo, um passo absolutamente essencial  
3283 para que essa força tenha o mínimo de institucionalidade. E aguardamos. Seria interessante  
3284 termos alguma informação do governo federal, de como anda essa normatização, para saber se  
3285 esse esforço está sendo levado a efeito.

3286  
3287 Márcia – O Matheus até questionou, na sua colocação, quais seriam as atribuições desse  
3288 colegiado, no caso do comitê. Daí a importância desse colegiado, no sentido de fortalecimento  
3289 do próprio sistema nacional de prevenção e combate à tortura. Uma das atribuições do comitê  
3290 é o próprio monitoramento das recomendações do mecanismo. Eu queria solicitar que Daniel  
3291 ou Ribamar pudessem, de forma sucinta, objetiva, pudessem expressar quais foram as  
3292 recomendações em relação à visita no Ceará, porque já existe um relatório pronto, o relatório  
3293 foi feito. E qual incidência vocês fizeram, em relação às instancias no Ceará: Ministério  
3294 Público, Defensoria do Estado, a própria secretaria – SAP, a secretaria de saúde. Eu sei que  
3295 vocês fizeram incidências e algumas recomendações. É importante que saibamos, para que  
3296 possamos, de alguma forma, incidirmos sobre essas recomendações, enquanto comitê.  
3297 Enquanto comitê, podemos oficializar essas instituições, no caso do Ceará, solicitando  
3298 esclarecimentos e cobrando, no que diz respeito a uma resolutividade, ou o que foi  
3299 encaminhado, a partir de uma recomendação do relatório do mecanismo. O comitê pode fazer  
3300 isso. O comitê pode também, enquanto instancia colegiada, uma das formas de monitoramento  
3301 é visitando, retomando uma visita ao estado do Ceará, em conjunto com o mecanismo,  
3302 mecanismo e comitê. E que possamos nos reunir com as instancias: ministério público, tribunal  
3303 de justiça, as instituições que foram provocadas, que foram solicitadas informações, se essas  
3304 informações ou esclarecimentos não foram respondidos ao mecanismo, podemos incidir sobre  
3305 isso. Acho, inclusive, que podemos tirar isso como encaminhamento, oficializar, enquanto comitê,  
3306 essas instancias, cobrando o que diz respeito as recomendações que foram feitas em relação ao  
3307 relatório do mecanismo, a possibilidade de retorno de uma visita conjunta, entre o comitê e o  
3308 mecanismo, no caso, para continuidade do monitoramento no Ceará. Eu acompanhei o  
3309 processo, sou do Ceará, por coincidência. Foi um momento extremamente difícil. Tem sido,  
3310 porque é um movimento que ocorre no Ceará, mas é um movimento que tem sido capilarizado  
3311 para outros estados, esse modelo, essa forma que o sistema prisional tem incidido sobre a  
3312 questão do fortalecimento dos procedimentos que, na verdade, é a reafirmação da tortura.  
3313 Algumas instancias endossam esse tipo de procedimento. Isso é muito preocupante. Temos que  
3314 ver de que forma esse mecanismo, esse colegiado, vai incidir sobre isso, através de um

3315 documento, pensar nas possibilidades de uma recomendação, uma minuta, que possa esclarecer  
3316 e incidir sobre essas questões. Eu acho que várias perguntas e questionamentos, apontados pelo  
3317 Gustavo, que não foram respondidas para mecanismo, mas que precisamos esclarecer.  
3318 Inclusive, o DEPEN é convidado desse colegiado, mas ele não se fez presente hoje, em alguns  
3319 momentos e, acho que não sei se veio em algumas reuniões anteriores. Mas, seria importante a  
3320 solicitação da presença do DEPEN, na próxima reunião do comitê, para que possamos  
3321 esclarecer sobre todas essas questões relacionadas à força, à FTIP, em relação a esse  
3322 procedimento, não só no Ceará, mas no Pará. Eu acho que nós, enquanto comitê, podemos  
3323 incidir sobre essas questões, alguns encaminhamentos que eu acho que podemos pensar e  
3324 deliberar, enquanto colegiado.

3325

3326 Caio – Eu não lembro mais o que eu ia dizer, acho que é um pouco do sono, do café. Eu visitei  
3327 o sistema carcerário do Ceará, ano passado, visitei o IPF, o CPIS, o Irmã Imelda. O que eu ouvi  
3328 dos servidores de lá, foi de que a coisa certa foi feita do jeito errado. O que eram essas quase  
3329 uma centena de prisões fechadas, no Ceará? Eram delegacias no interior do interior, que  
3330 funcionavam como carceragem de cinquenta anos atrás, uma salinha onde funcionava a  
3331 delegacia e, do lado, funcionava a prisão. Isso deveria ter sido fechado? Sim, de fato. Mas,  
3332 deveria ter sido fechado desse jeito, levando em massa as pessoas para a capital? Acredito que  
3333 não. O colega colocou muito bem, acho que foi o Matheus, sobre como isso contraria a LEP. A  
3334 LEP estipula que as pessoas devem cumprir pena o mais próximo possível do seu núcleo  
3335 familiar. Coisas que eu fui anotando. Tortura alimentar, foi uma expressão ótima para classificar  
3336 o que ocorre nessas unidades prisionais. As presas do Irmã Imelda. Eu falo presas, porque falo  
3337 das travestis presas, uma unidade prisional bem específica que tem no Ceará. Elas enunciaram  
3338 como passar fome naquela unidade está atrelado a fraudes nos contratos de alimentação, no  
3339 Ceará, que ninguém apura, de comida que chega podre dentro da cadeia, quentinhas que chegam  
3340 podre. Tanto que elas dizem: se você vier aqui no dia da visita, que é o dia em que recebemos  
3341 o pote, com comida da família, ninguém come a comida da prisão. Você vai olhar, do lado de  
3342 fora da prisão, o container de lixo cheio de quentinhas, cheias de comida, porque quando elas  
3343 têm outra coisa para comer, elas não comem a comida que o governo dá. Elas me disseram, não  
3344 pude acreditar, que cada refeição custa em torno de dezoito reais para o estado, sendo que, com  
3345 dezoito reais, eu vou ao shopping e almoço. Custa dezoito reais por pessoa para se alimentar,  
3346 num contrato público? Essa é uma questão que não acabamos nos aprofundando, porque  
3347 ficamos na tortura propriamente dita, não chegamos nesse ponto. Porque, fazer esse tipo de

3348 denúncia, como a colega disse, lá o buraco é mais embaixo, sabemos o que acontece. O Riba  
3349 falou uma coisa ótima, que é o fantasma das facções e todo o problema do sistema carcerário  
3350 são as facções. As facções são o produto do sistema carcerário, as facções foram criadas pelo  
3351 estado brasileiro, que deixou o sistema carcerário funcionar dessa forma. O GIR também é um  
3352 conhecido meu, conheci em algumas viagens que fiz, inclusive, já me apontaram escopeta  
3353 dentro de presídio, o GIR, sem nome, com máscara, onde se apoia a existência desse tipo de  
3354 polícia dentro das prisões. O colega colocou: não tem previsão legal nenhuma. Hoje, não sei se  
3355 a notícia é velha para mim, fiquei sabendo hoje, está em vários jornais, levantaram o sigilo de  
3356 uma ação de improbidade administrativa do ministério público federal, na quinta vara federal,  
3357 em Belém, que afastou o senhor Maicon Rotava, que era agente penitenciário responsável pela  
3358 força tarefa, no estado do Pará. Hoje, nós sabemos quem foi o responsável, o responsável está  
3359 afastado. Mas, como o Riba colocou, dificilmente a responsabilidade desse senhor vai ser  
3360 apurada. O Domingos, que esteve aqui hoje de manhã, na reportagem, ele dá uma entrevista,  
3361 ele diz da dificuldade, como o Ribamar colocou, porque as instancias correcionais dessas  
3362 pessoas estão nos estados, e acaba havendo a dificuldade de apurar. Senhor esse que, olha só, é  
3363 maravilhoso, fez um boletim de ocorrência, contra nove integrantes da OAB, por terem  
3364 fotografado o presídio. É com esse tipo de mentalidade que estamos lidando. Isso é tão presente  
3365 na formação dessas pessoas. Essas pessoas estão querendo – não estou culpando servidor A ou  
3366 B, isso é uma estrutura de como se pensa serviço penitenciário no Brasil - virar polícia e querem  
3367 ser cada vez mais formadas de uma maneira militar, militarizadas, sendo que elas não são, não  
3368 é essa a função delas, a função delas é tratamento penal, é cuidar das pessoas.

3369  
3370 Pedro – Primeiro, queria saudar a todos aqueles que são responsáveis pela construção desses  
3371 relatórios. Eles são extremamente importantes para que possamos ter uma análise mais global  
3372 daquilo que está acontecendo, no campo da tortura no Brasil. Eu já orientei uma dissertação de  
3373 mestrado, em que nós utilizamos como dispositivo de pesquisa, dois anos de relatórios do  
3374 CNPCT. E foi bastante interessante o resultado que tivemos, ao analisar dezenas de relatórios,  
3375 e entender de que maneiras eles se organizam. A segunda questão, foi já dito mais de uma vez,  
3376 sobre a questão do sistema prisional e a relação com o processo de escravização. Queria  
3377 chamar atenção que, quando nós analisamos os dez países com maiores taxas de ocupação no  
3378 mundo, nove entre os dez, são países que viveram processos de colonização na sua história, são  
3379 todos países latino americanos, africanos, ou da periferia da Ásia. A única exceção entre esses  
3380 dez, é Mônaco, que é o quarto país com taxa de ocupação. Fora Mônaco, todos são países que

3381 tiveram históricos de colonização. Quando nós analisamos presos provisórios, todos os dez  
3382 primeiros são países latino americanos, africanos, ou da periferia da Ásia. Ou seja, não é uma  
3383 coincidência que nós, ao analisarmos esse tipo de inspeção, nós logo façamos relações com os  
3384 processos de escravização vividos no Brasil. Trata-se, de fato, de uma forma contemporânea de  
3385 pensar e repensar o próprio processo de escravização e de colonização no Brasil. É preciso que  
3386 sempre lembremos disso. Por último, queria fazer uma lembrança das torturas que existem nos  
3387 processos de individualização da pena no Brasil. Represento o Conselho Federal de Psicologia,  
3388 aquilo que a LEP fala sobre individualização da pena, não é cumprida no Brasil, muito longe do  
3389 que está previsto na LEP. Na verdade, psicólogos, psicólogas e assistentes sociais, são exigidos  
3390 nos seus trabalhos, no sistema prisional, a construírem exames criminológicos que não são  
3391 precedidos dos processos de inclusão e acompanhamento, que são previstos inclusive na lei de  
3392 execuções penais. O Conselho Federal de Psicologia possui vários pronunciamentos e  
3393 resoluções, onde ele aponta a dificuldade com a ética profissional, daqueles profissionais que  
3394 estão no sistema, fazendo avaliações sem o devido acompanhamento que precede essas  
3395 avaliações. É exatamente como se um professor fosse obrigado a aplicar prova numa turma, na  
3396 qual ele nunca deu aula. A pergunta é: o que se avalia? O que um professor pode avaliar quando  
3397 ele aplica prova numa turma que ele nunca deu aula. É exatamente a mesma coisa que acontece  
3398 com profissionais de psicologia e de serviço social no Brasil. Somos obrigados a fazer exames  
3399 criminológicos, que são produzidos a partir de uma avaliação pontual. Avaliação pontual não  
3400 é, segundo a nossa ética profissional, aquilo que é necessário para se produzir uma avaliação,  
3401 que serve inclusive como argumento para progressões de pena. É preciso pensar que o modo  
3402 como nós experimentamos a individualização da pena no Brasil, é um aspecto de tortura enorme,  
3403 inclusive entre os profissionais que são obrigados a tirar conclusões de um processo que não  
3404 existe. Com exceção ao SPF, o Sistema Penitenciário Federal é o único em que o processo –  
3405 temos várias questões em relação ao SPF – em relação à individualização da pena, não há o que  
3406 dizer. Também sobre isso, uma não efetivação no Brasil do Plano Nacional de Saúde do Sistema  
3407 Penitenciário, em especial o que diz respeito à saúde psicológica. Não temos, na LEP, prevista  
3408 a saúde psicológica como benefício à saúde, mas temos um plano nacional de saúde do sistema  
3409 penitenciário, e temos muita vergonha de afirmar que esse plano simplesmente negligencia  
3410 aspectos de saúde mental no Brasil. É preciso lembrar que os processos de aprisionamento, os  
3411 processos de prisionização, são processos que falam muito mais... o adoecimento mental que  
3412 acontece nos sistemas de privação de liberdade, falam muito mais da privação da liberdade, dos  
3413 que dos indivíduos que sofrem de saúde mental. É preciso que tenhamos um cuidado, um

3414 cuidado sempre muito atento, quando produzimos discussões sobre tortura no sistema  
3415 penitenciário, de também verificar o modo como essas questões são vivenciadas.

3416

3417 Marcelo – É um parabéns ingrato, para os peritos do mecanismo porque, enquanto vocês  
3418 descreviam e, para quem já estava aqui no biênio anterior, nas missões de vocês a dureza, a  
3419 resiliência que é necessária, para entrar em lugares que nem todo ser humano talvez tivesse  
3420 condições psíquicas, emocionais, de entrar. São lugares que vemos claramente, no que vocês  
3421 trazem, que há uma banalização do mal. A Márcia fez uns encaminhamentos, e queria lembrar  
3422 à mesa e, no caso, à vice-Presidência que, no número dez, o artigo dezesseis, que cabe aos  
3423 membros do CNPCT, no decimo, tem: propor ao plenário a convocação de audiências com  
3424 autoridades. Os relatórios dos peritos pudessem indicar quem de direito, na responsabilidade,  
3425 se o secretário que foi homenageado ou, se outras pessoas... claro que essas pessoas podem não  
3426 vir, porque aqui não é CPI, que tem força de lei, mas temos obrigação ética de convocar essas  
3427 pessoas. Vai que essas pessoas sejam até desavisadas. Dizem que não tem inocência depois dos  
3428 trinta, mas vai que essas pessoas sejam desavisadas e que não saibam que aquilo que ela faz é  
3429 uma tortura. O mais chocante disso tudo, é porque tem uma gente, tem tipo de gente, tem tipos  
3430 de gentes, que se escondem ou se abrigam sobre a égide de uma tradição milenar, que é a  
3431 tradição cristã, e esquece, me corrija o frei ou qualquer outra pessoa que tenha conhecimento  
3432 teológico disso, que a figura histórica do Cristo é um prisioneiro, que foi executado, torturado.  
3433 Estava do lado de um ladrão também. Nessa banalização do mal, estamos vivendo numa  
3434 sociedade que, cada vez mais se assevera, de que determinados tipos de pessoas na nossa  
3435 sociedade, não precisam ter direitos. Que tipo de cristão é esse? Que tipo de gente é essa, que  
3436 apoia a banalização do mal, porque retira a humanidade de alguns? Talvez seja fim dos tempos.  
3437 A escravização que vocês apontam, é outra coisa dolorosa. É porque sabemos dos índices,  
3438 sabemos que a etnias brancas e caucasianas não estão nesses presídios, são muito poucos. Não  
3439 são mais navios negreiros, são prisões de negros, predominantemente negros. Para compartilhar  
3440 um pouco essa reflexão ética, da nossa sociedade atual. E que vocês possam instruir com o que  
3441 vocês colocaram no relatório, a quem de direito possamos chamar, no comitê, para prestar  
3442 esclarecimentos. Vai também que sejamos ignorantes e que isso não seja tortura, mas, ao  
3443 mesmo tempo, é muito difícil, depois das imagens que vocês mostraram e do relato que vocês  
3444 falaram, não configurarmos isso como tortura.

3445

3446 Interlocutor não se identificou – Vou pedir licença para reiterar algumas falas, sem ser  
3447 repetitiva. Primeiro, parabenizar mais uma vez o comitê, o trabalho de vocês é realmente  
3448 excepcional, incrível, sou fã do trabalho de vocês, peritos, na verdade, do mecanismo. É sempre  
3449 muito bem feito o trabalho de vocês, muito sensível, como foi dito aqui. O Gustavo estava  
3450 falando e eu aqui, do lado dele, imaginando a dor de chegar num local desses que as pessoas  
3451 estão trancadas, sem acesso à água, tomando água da privada. Realmente, o trabalho que vocês  
3452 fazem é excepcional. Aproveitar para parabenizar vocês, nessa oportunidade. Para reiterar a  
3453 importância do que o Ribamar falou, em relação às posturas e práticas que estão sendo repetidas  
3454 em vários estados e, às vezes, reproduzindo um cenário nacional. Aqui, trago a preocupação  
3455 em relação a uma prática lá do estado do Goiás, de onde eu sou defensora que, ao lado da  
3456 militarização, como vocês trazem aqui, por exemplo, essa prática da FTIP, também me parece  
3457 ser muito clara uma postura que se está tornando nacional como mecanismo de reprodução de  
3458 tortura, que são as transferências sendo realizadas direto pelas secretarias ou diretorias, como  
3459 quer que se nomeie em cada estado. No estado de Goiás, temos a DGAP, que é uma diretoria  
3460 responsável pelos presídios e que, por uma lei local, estadual, faz essas transferências sem a  
3461 necessidade de reportar ao juiz local. Porque isso é preocupante? Além de, por si só replicar  
3462 uma violação de direitos, porque afasta da família, eventualmente o processo não acompanha a  
3463 transferência das pessoas, em muitas vezes, o discurso de combate à organização criminosa e  
3464 facções, é utilizado para esconder tortura, o que vemos bastante de denúncia no núcleo de  
3465 direitos humanos. É uma pessoa que, às vezes, sofre uma tortura em determinada cidade, no dia  
3466 seguinte, ela é transferida para outra cidade. Daqui há uma semana, quando achamos que a  
3467 pessoa está lá, está se preparando para visitar a pessoa no interior, daqui a três dias, daqui a dois  
3468 dias, a pessoa é transferida novamente para outra cidade. Eventualmente é um mecanismo  
3469 utilizado para esconder torturas ou para praticar torturas. Às vezes, a pessoa é transferida, sem  
3470 o conhecimento de familiares, sem conhecimento de ninguém, do judiciário, da promotoria ou  
3471 da defensoria, é tornada incomunicável, ninguém pode ter acesso àquela pessoa que, às vezes,  
3472 são transferidas para presídios que são autointitulados de segurança máxima, e onde as  
3473 violações são repetidas de forma frequente e sistemática. Não sei como o comitê poderia,  
3474 eventualmente, como eu estava falando com o Gustavo, mapear essa situação que, realmente,  
3475 às vezes, vem da Califórnia. Eu estava falando com o Matheus, porque em Goiás, as pessoas  
3476 falam: isso é feito em São Paulo. Vemos que se reproduz em Goiás, se reproduz no Pará, se  
3477 reproduz no Ceará. E o que se parece é que realmente são práticas que estão sendo adotadas de  
3478 forma nacional, e acho que perpassamos um contexto que é meramente estadual, para uma

3479 questão, às vezes, que tem que ser tratada em âmbito nacional, e daí a importância do comitê  
3480 de trazer essa questão para um nível mais amplo e mais abrangente. Não sei se, eventualmente,  
3481 já demonstrando o repúdio a esse tipo de práticas de militarização, de transferência sem o  
3482 conhecimento do judiciário, sem um processo administrativo anterior, sem comunicação da  
3483 família, tornando a pessoa incomunicável, sem o acompanhamento do processo criminal.  
3484 Práticas que, de fato, estamos vendo em âmbito nacional e ficamos bastante preocupados em  
3485 como tratar isso, na medida em que se tornam práticas nacionais e, não mais no âmbito  
3486 meramente estadual.

3487  
3488 Interlocutor não se identificou – São duas considerações bem breves. Só para pontuar, teve uma  
3489 fala do colega, não conheço pessoalmente, o Caio, falando sobre a questão do afastamento do  
3490 coordenador no Pará, o agente Rotava. Só para pontuar que, a meu ver, isso não resolve a  
3491 questão. Ele é um agente, e estamos tratando realmente de uma doutrina. Esse procedimento  
3492 que está sendo aplicado nessas intervenções da FTIP, ele tem sido ensinado, tem sido repetido.  
3493 O atual secretário de segurança pública, no estado de Ceará, que comandou as Fins no Rio  
3494 Grande do Norte e, também, no estado do Ceará, ministra cursos, a convite do DEPEN, participa  
3495 de palestras de formação de (intervenção simultânea). Na verdade, ele é do Distrito Federal, ele  
3496 é agente do Distrito Federal. Na verdade, essa é uma doutrina que está sendo difundida e, por  
3497 isso, a importância de procurarmos que o DEPEN regule essas práticas, que eu acho que  
3498 é muito importante, tanto o processo de apuração, quando a questão do uso progressivo da força,  
3499 os procedimentos da intervenção, escopo da intervenção, tudo isso precisa ser regulamentado.  
3500 Acho que o ponto principal é esse. Queria fazer uma outra observação que, a meu ver, a ideia,  
3501 a concepção em si, da União ajudar os estados a resolver situações de descontrole da segurança  
3502 dentro dos estabelecimentos prisionais, não é ruim em si. Agora, a forma como está sendo  
3503 aplicada é completamente inaceitável. Esse é o problema. Uma coisa que se repete muito na  
3504 DEPEN é que, sem o controle da unidade prisional, você não consegue sequer fornecer as  
3505 assistências, assistência material, assistência jurídica. Isso é uma verdade parcial. A questão é  
3506 que esse controle não pode vir a qualquer custo, não posso concordar com uma afirmação que  
3507 foi feita no estado do Rio Grande do Norte, no sentido de que eu preciso quebrar os dedos das  
3508 pessoas para elas não arremessarem alguma coisa contra nós. Se seu preciso de superioridade  
3509 física, eu aumento o número de agentes ou melhoro os protocolos de intervenção, mas jamais  
3510 eu vou cometer uma tortura sistemática para viabilizar o controle de uma unidade prisional.  
3511 Isso é absolutamente inaceitável. É por isso que eu digo: não é uma questão de interpretação, a

3512 meu ver isso é realmente é inconteste que houve tortura naquele caso. Outra questão que eu  
3513 queria pontuar, é quanto a intervenção do colega do conselho federal de psicologia, porque a  
3514 DPU tem uma atuação precípua, no sistema penitenciário federal e, eu queria dizer que, do  
3515 ponto de vista para avaliação na concessão de benefícios na execução, por exemplo, na verdade,  
3516 hoje, a jurisprudência é no sentido de que é incompatível a progressão de regime ou livramento  
3517 condicional, com a permanência no sistema penitenciário federal. Não sei se estão sendo feitos  
3518 laudos de avaliação, laudos de exame criminológico para essa finalidade ainda, no sistema  
3519 penitenciário federal, mas, se estiverem, são inócuos. Ainda que as condições materiais para  
3520 atuação dos psicólogos, dentro dos presídios federais, sejam melhores que nos presídios  
3521 estaduais, o sistema não pode ser tomado como exemplo nesse sentido porque, lá, sequer ocorre  
3522 a concessão de qualquer benefício, se entende hoje que é incompatível a concessão de benefício  
3523 na execução, com a permanência no sistema. De outro modo, o regime de isolamento do sistema  
3524 penitenciário federal, aliado às condições em que se dá esse isolamento, com controle  
3525 disciplinar absolutamente strito, apenas duas horas de banho de sol, sem alternativas de  
3526 trabalho, com poucas alternativas de estudo, esse regime tem levado a um nível de utilização  
3527 de medicamentos psiquiátricos, dentro do presídio federal, da ordem de setenta por cento. Eu  
3528 tenho esses dados registrados nas inspeções que a DPU realiza anualmente, nos agora cinco  
3529 estabelecimentos penitenciários federais. Eu acho que precisamos tomar muito cuidado quando  
3530 utilizamos o sistema penitenciário federal, para alguma avaliação, no sentido de que é um  
3531 funcionamento ideal do sistema. Entendo que não, não é, está longe disse, tem uma série de  
3532 deficiências, não são as mesmas deficiências dos sistemas estaduais, são diferentes, mas é  
3533 importante pontuarmos isso. Viemos, inclusive, reiteradamente tratando sobre esse tema na  
3534 comissão de pessoas privadas de liberdade, do conselho nacional de direitos humanos. Só para  
3535 fazer essas duas intervenções. Obrigado.

3536

3537 Vitória – Frei Davi.

3538

3539 Frei Davi – É muito estranho parabenizarmos uma situação complicada, mas o trabalho e a  
3540 alerta. Porque essas pessoas, eu não podia deixar de falar, lembrar de duas situações, vividas  
3541 por nós, os familiares de tantos que são mortos, quase todos os dias, nas ruas da cidade do país.  
3542 Mas, eu queria dizer que o massacre do Carandiru que, dia dois de outubro, sempre completa  
3543 mais um ano, para nunca esquecermos daquela situação. E, pensar como é importante o trabalho  
3544 dessas pessoas e, como nós devíamos estar aqui, decidindo como é que vamos expandir o

3545 número de pessoas, para fazer esse acompanhamento, para ajudar o país a sair dessa vergonha.  
3546 Dia vinte e cinco de maio, completou um ano que os dez adolescentes foram mortos no incêndio  
3547 criminoso, no estado de Goiás, e as pessoas disseram que é porque não deram conta de abrir a  
3548 corrente, o cadeado, a corda que trancava a cela. A culpa foi deles. É extremamente torturante  
3549 essas situações, é desanimadora de um lado. Mas existe uma coisa que eu acho que as mães  
3550 desses meninos falaram para nós, no estado de Goiás, que foi que os nossos mortos têm voz.  
3551 Isso é uma coisa que parece, não é bonito de se ouvir, mas é muito forte, porque elas estão  
3552 dizendo que algo de muito errado acontece, que esses meninos foram mortos, e os responsáveis  
3553 pela guarda tem que ser responsabilizados, e não aconteceu isso. Quero só dizer para vocês, de  
3554 todas as coisas que vemos aqui, o que nos desanima e anima, é que ficamos discutindo coisas  
3555 muito pequenas, enquanto temos que discutir um orçamento que dê conta de colocar vocês, ou  
3556 mais pessoas, no país todo. Depois disso tudo, termos um resultado, não pode ser só mais um  
3557 livro que vai ser encapado e colocado na estante. Lembrar também dessas outras torturas que  
3558 viemos sofrendo, e a última em que nós, do Movimento Negro Unificado e do Brasil todo,  
3559 assistimos a tortura daqueles dois jovens naquele supermercado. A autorização que a pessoa  
3560 tem para chicotear, para diminuir o ser humano que está totalmente vulnerável nessa situação.  
3561 Não se pode achar que, porque ele roubou, alguém pode tirar a vida dele, tira um dedinho, essa  
3562 coisa toda. Como a perversidade do ser humano em estar absolutamente convencido de que ele  
3563 pode trancar alguém em uma sala, torturar, filmar e achar que está certo. Precisamos, de fato,  
3564 temos que reafirmar todos os dias, para quem estiver passando ali, quem estiver nesse prédio,  
3565 quem estiver nesse país, de que situações como essas, situações como essas, o mecanismo  
3566 precisa funcionar. Nós precisamos de mecanismo de controle social, nós precisamos dialogar,  
3567 porque as pessoas estão achando que a vida do outro não vale absolutamente nada. Jesus não  
3568 dará conta.

3569

3570 Interlocutor não se identificou – Frei, e agora? Você vai falar que Jesus não vai dar conta? Estou  
3571 ferrada.

3572

3573 Interlocutor não se identificou – Ele também foi vítima, infelizmente. Parabenizar os peritos,  
3574 acho que vocês têm um trabalho incrível, uma verdadeira missão. Deve ser compromisso de  
3575 todos nós lutar, usando todos os instrumentos possíveis para voltar a ampliar para onze os  
3576 peritos para essa missão, que ainda são poucos ainda para cuidar do que está aí, de abuso, de  
3577 política, de ideologia e de proposta para tratar a segurança pública no brasil. Estou aqui, ao meu

3578 lado, com um dos assessores jurídicos da EDUCAFRO, o doutor Otoniel. Ele vai dando  
3579 prosseguimento à minha fala, dar um pouquinho, colaborando com a realidade do relatório do  
3580 Pará.

3581  
3582 Otoniel – Boa tarde a todos. Acompanhando a fala do Caio, após o levantamento do sigilo da  
3583 ação de improbidade administrativa, dos procuradores federais do estado do Pará, o juiz federal  
3584 acolheu. O mais interessante, no caso do comitê em relação à tortura, é inacreditável a prática  
3585 que antes ocorria, antes da intervenção ocorria, porém, de maneira esporádica. Agora, se  
3586 tornaram genéricas. Essa é a denúncia que os procuradores fazem. Inclusive, acrescenta-se,  
3587 além das decapitações, a volta do empalhamento estão nos autos. Eu ainda não tive acesso aos  
3588 autos, mas o comitê precisa solicitar os autos do processo. A volta do empalhamento e as  
3589 torturas genitais. Ou seja, isso já sai da esfera nacional. O diálogo do comitê tem que ser mais  
3590 amplo, inclusive internacional, e o ministério público passa uma mensagem, quando essa ação,  
3591 a denúncia, foi assinada por sessenta por cento dos procuradores do estado. É um sinal para as  
3592 instituições da organização civil, que o ministério público está se posicionando junto com a  
3593 defensoria e, é hora de, como a Yeda falou, articular uma resposta. Não só a discussão é  
3594 necessária, mas um resultado, uma resposta. Era isso que eu gostaria de contribuir com vocês.

3595  
3596 Vitória – Bruno.

3597  
3598 Bruno – Boa tarde. Queria contribuir um pouquinho com o debate, em relação à FTIP, falando  
3599 mais como ex-membro do ministério da justiça, segurança pública, estive por lá durante dois  
3600 anos, participei um pouco da concepção da FTIP, nos moldes administrativos do que é a força  
3601 nacional de segurança pública, da SENASP. Por isso que tem esse arcabouço de poder receber  
3602 ou enviar agentes penitenciários de outras formas, de outros estados, e a parte correcional ficar  
3603 ainda originária à instituição à qual o agente penitenciário representa. Mas, o meu ponto é bem  
3604 na esteira do colega, não sei se é Alexandre, o nome dele, defensor que não está aqui agora, em  
3605 relação ao aperfeiçoamento das instituições. A FTIP foi formada no começo de janeiro, de  
3606 dois mil e dezessete, quando tiveram os massacres em Contagem, Amazonas e, depois,  
3607 Roraima, se não me engano, depois, Alcaçuz, mais para a frente. Do ponto de vista histórico, é  
3608 uma formatação recente, de dois anos que, sem dúvida nenhuma, demanda aperfeiçoamento.  
3609 Talvez, fosse uma linha interessante a se adotar no comitê, de auxílio ao aprimoramento  
3610 institucional, em relação à parametrização de condutas a serem adotadas, capacitação de

3611 agentes, e por aí vai. É claro que toda conduta individual do agente penitenciário, do agente  
3612 socioeducativo, que infringir a lei, deve ser apurada, desde o desvio de verba pública, destinado  
3613 àquela Política pública, até a tortura em si. Mas, de repente, poderíamos atuar numa maneira  
3614 mais institucional, para o aperfeiçoamento das instituições. E a FTIP se, de uma forma, ela está  
3615 servindo para nacionalizar procedimentos equivocados, em âmbitos estaduais, eu lembro que a  
3616 força nacional serviu como laboratório de aprimoramento nacional para difusão estadual dessas  
3617 novas formas. Antes da minha chegada, na SENASP, já tinham alguns estudos em relação ao  
3618 uso progressivo da força, falando mais de segurança pública, mas, como o intercâmbio de uma  
3619 agencia multiagentes, que é a força nacional e a FTIP também é assim, você pode aproveitar  
3620 para aprimorar e trazer novos mecanismos, novas tecnologias, novas formas de agir, em relação  
3621 à conduta do agente público. Se, no caso em questão, a FTIP tem os seus defeitos, que possamos  
3622 ajudar a aprimorar a concepção, a forma da força tarefa em questão, não necessariamente acabar  
3623 com ela, talvez não seja o melhor caminho, porque ela atua justamente em momentos em que o  
3624 estado está tendo algum problema de déficit de agente público. Mas, ajudar a aprimorar a força  
3625 tarefa e servir como um laboratório de expansão de boas práticas também, como em outros  
3626 casos. Era isso.

3627

3628 Vitória – Os próximos da lista, são: Adriana e, depois, Rafael.

3629

3630 Adriana – Boa tarde, a cada um, cada uma. Eu sou Adriana, do mecanismo nacional de  
3631 prevenção e combate à tortura. Na verdade, me inscrevi mais na linha do alguns colocaram de  
3632 encaminhamentos, o que seria a possibilidade de monitoramento pelo comitê. Mas, já  
3633 aproveitando a carona, já que eu pedi a fala, queria só acrescentar o que os colegas já falaram.  
3634 Uma outra situação, que faz parte das condições de degradância que observamos como dito  
3635 procedimento da FTIP, que é o tratamento degradante que passa por uma série de violências  
3636 que são subjetivas, e que não são necessariamente o uso da força ou a alimentação, três etapas  
3637 de alimentação. Alimentação também, mas de outra forma. Se são dezessete presos numa cela,  
3638 eles fornecem cinco quentinhas e eles dividem entre eles. A total ausência de material de higiene  
3639 e limpeza. Essas pessoas não têm nenhuma condição de higiene básica. Estamos falando de não  
3640 ter creme dental e escova de dente, ou ter que compartilhar uma escova de dente para toda as  
3641 pessoas que estão naquela cela. As pessoas ficam constrangidas a um tal ponto, porque, quando  
3642 eles precisam, algumas situações raras, onde eles saem para um atendimento médico hospitalar,  
3643 ou para uma audiência, eles são novamente revitimizados, porque estão cheirando mal nas

3644 instituições e, inclusive, o médico se recusa a atender, dizendo que são pessoas porcas e, para  
3645 as mulheres, isso tem uma conotação ainda diferenciada. Porque as mulheres também estão sem  
3646 desodorante, sem creme dental, sem shampoo. São várias outras formas de violências, que estão  
3647 seguindo com o nome de procedimento. O que se faria diante desse tipo de coisa? Inclusive um  
3648 juiz, lembro de ter perguntado: que cheiro é esse que hoje tem no tribunal? As pessoas disseram:  
3649 são as presas que estão ali embaixo. São coisas que talvez passem menos perceptíveis aos olhos,  
3650 mas que, igualmente, são tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, que eu acho que  
3651 precisamos estar atentos. Por exemplo, no presídio feminino, uma das mulheres... tem situações  
3652 bem delicadas, que os colegas anteriormente talvez não tocaram, mas situações de saúde. Por  
3653 exemplo, uma mulher com mastite, uma das mamas já bem com esse problema. Como essa  
3654 mulher reclamou que estava com fome, por conta da situação já relatada das três etapas, e a  
3655 última ser muito cedo, elas guardaram um pouco de farinha para o momento que desse a fome,  
3656 que sentisse a fome. Uma delas, fez um movimento de pegar essa farinha que estava escondida,  
3657 a agente entendeu isso como uma iniciativa de uma rebelião, o início de um motim, pegou a  
3658 moça, ela disse: por favor, não faça isso que eu tenho mastite nessa mama. Ela disse: agora,  
3659 você vai ter um câncer. Essa mama, ela levantou a blusa para que fotografássemos, ela está  
3660 disposta a fazer a denúncia formal, que ela já fez, inclusive, ela foi um daqueles casos que a  
3661 OAB conduziu, antes da nossa visita, para a perícia. Vale lembrar, para quem não ouviu a  
3662 notícia, todas as mulheres que foram encaminhadas para a perícia, mais de trinta, todas as  
3663 pericias não acusaram situação de tortura. Essa mulher é uma delas. A mama dela está  
3664 completamente comprometida, já não tinha o mamilo e, agora, está completamente com  
3665 hematoma bem vermelho, uma coisa completamente absurda. Ela fala o nome da agente. Da  
3666 mesma forma que uma outra, que perdeu a criança dentro da unidade, diz que o aborto foi  
3667 provocado por uma situação de violência física, e esse prontuário, não conseguimos localizar  
3668 durante a visita, quando fizemos o pedido. Essas situações, só para colocar mais informações,  
3669 eu quis acrescentar ao que já foi dito. A minha proposta era no sentido do que já foi trazido por  
3670 alguns. O que o comitê poderia fazer, tentando contribuir com o monitoramento dessas  
3671 recomendações? Talvez, no estilo do que a OEA já faz, diante de situações de denúncias, se o  
3672 comitê tivesse como adotar, a cada semestre, ou de doze em doze meses, solicitar ao estado um  
3673 relatório, anual ou semestral, do nível de execução de recomendações daquele relatório, a partir  
3674 da visita do mecanismo, qual o nível de execução. E o governo do estado organiza a sua forma  
3675 de responder, com as suas secretarias responsáveis por cada uma das pastas. Mas, ele teria um  
3676 prazo para fazer essa resposta e, a partir daí, pudéssemos pensar uma outra visita, uma missão

3677 conjunta, para conseguirmos perceber, de fato, o que foi feito, o que não foi feito. De modo  
3678 que, primeiro, oficiávamos e víamos esse relatório que seria uma forma de obrigar, tanto o  
3679 governador a se implicar com isso, quantos os representantes das respectivas pastas. É uma  
3680 ideia.

3681  
3682 Vitória – Vou passar a palavra para o Rafael, e peço que demos os encaminhamentos. Sei que  
3683 tem mais gente querendo falar. Bruno, peço desculpas, mas é pelo adiantado da hora. Estamos  
3684 no primeiro ponto dessa pauta ainda, e tem mais relatórios pela frente. Pediria que o Rafael  
3685 fizesse a última fala e, depois, déssemos os encaminhamentos que achássemos necessários para  
3686 esses dois, tanto para o relatório quanto para o relatório de visita, que o Ribamar falou.

3687  
3688 Rafael – Obrigado. Só atualizar uma informação a vocês, que eu acabei de receber, pelo  
3689 WhatsApp, sobre a questão da força tarefa no Pará. Mas, também sobre esse tema, acho que  
3690 importante que nós, como comitê, fazemos uma reflexão sobre essa decisão liminar que afastou  
3691 o Maicon Rotava da coordenação da força tarefa. Acho que todos nós trabalhamos há muito  
3692 tempo com esse tema, não é todo dia que temos um precedente judicial dessa natureza. Existe  
3693 o ministério público sensível o suficiente, para interpor ação na justiça federal do Pará. Existe  
3694 um juiz federal sensível o suficiente, para dar uma liminar como essa. Sabemos que esses juízes  
3695 e procuradores devem estar sofrendo, no momento, bastante pressão, por parte de governo.  
3696 Porque, foi falado há pouco aqui, que é só uma decisão, que não muda a cultura. Sim, mas ao  
3697 mesmo tempo, é importante reafirmarmos a importância desse tipo de precedente. Uma reflexão  
3698 que eu faço. O CNPCT, formalmente, participar desse processo, seja um ofício básico, apoiando  
3699 a decisão, se colocando à disposição para serem ouvidos. Ou mesmo as instituições que fazem  
3700 parte da sociedade civil, se habilitarem como um terceiro interessado, um amicus curi, porque  
3701 acho importante. A liminar, é uma liminar, vai ser provavelmente agravada, se é que já não foi,  
3702 e o tribunal regional federal vai ter que decidir a respeito. Atualização. Acabei de receber uma  
3703 matéria da imprensa, encaminho para vocês, que esse rapaz, o Maicon, foi afastado pela justiça  
3704 federal, na sexta feira foi publicada a portaria de afastamento dele. Mas, ontem, ou seja, depois  
3705 da decisão e depois da portaria o afastando, o Ministro Sérgio Moro, essa figura que estamos  
3706 conhecendo melhor agora, esteve no Pará, realizando inspeções nos presídios, acompanhado do  
3707 Maicon Rotava. O Maicon Rotava ciceroneou o ministro Moro, numa inspeção nos presídios  
3708 do Pará, ontem. A imprensa lá estava acompanhando a discussão, perguntou para o Moro:  
3709 ministro, o senhor está acompanhado com um rapaz... ele falou que isso, na verdade, era um

3710 mal-entendido da justiça, que isso não o desabilitava a acompanhá-lo lá. Dezesete  
3711 procuradores assinaram a denúncia. Também uma segunda provocação. Não sei se é o caso,  
3712 inclusive nosso colega do DPU que está aqui, ou o próprio CNPCT, oficial esse juiz da causa  
3713 lá também, para que ele apure essa conduta do ministro Moro e, do próprio servidor público  
3714 federal, que está descumprindo uma decisão judicial e uma decisão administrativa, que o  
3715 exonerou dessa função. Acho que é muito grave para deixar isso. Pense nas autoridades locais  
3716 do Pará, qual o sinal que elas receberam, com o ministro da justiça estando lá, acompanhado da  
3717 pessoa aparentemente torturadora. Nós estamos aqui, trabalhando e tentando mudar o cenário,  
3718 e o ministro da justiça aparece com um torturador, dizendo que é apenas um mal-entendido.  
3719 Acho que precisaríamos nos dedicar a pensarmos alguma coisa. Não sei se conseguimos  
3720 deliberar alguma coisa, mas, pelo menos até o fim da reunião de amanhã, alguma providência  
3721 enfática, sobre a conduta do Moro e do servidor.

3722

3723 Vitória – Silvia, vou pedir desculpas, mas estamos encerrando as falas para conseguirmos dar  
3724 andamento na pauta. Anotei alguns encaminhamentos que foram sugeridos nas falas, e  
3725 deliberamos o que seria relevante aprovarmos hoje e encaminharmos hoje. Sobre o que o comitê  
3726 pode fazer sobre toda a situação relatada pelo mecanismo. A Márcia, se não me engano, sugere  
3727 que oficiemos, a partir do relatório do mecanismo, as recomendações e o grau de cumprimento,  
3728 cobrando as instancias. Teríamos que averiguar quais instancias seriam oficiadas então.  
3729 Também sugeriu visita conjunta, a presença do DEPEN na reunião, mas a Carolina já falou que  
3730 eles são convidados como nós, não temos o poder de convocarmos ninguém. A sugestão do  
3731 Marcelo

3732

3733 Marcelo – É só uma observação. Queria que você me explicasse como vem essa informação,  
3734 porque está dizendo que podemos convocar. Está aqui no regimento, podemos propor...

3735

3736 Vitória – Podemos convocar a audiência, Marcelo, não convocar a pessoa.

3737

3738 Marcelo – Não. Propor ao plenário a convocação de audiências com autoridades. O português  
3739 está claro. É isso. Está equivocada essa leitura.

3740

3741 Vitória – Convocar audiência com autoridades, segundo o artigo dezesseis.

3742

3743 Marcelo – Com autoridades. O que, no meu encaminhamento, eu fiz, é que os peritos indiquem  
3744 os responsáveis regionais, estaduais ou federais, porque tem uma cadeia de responsabilidade.

3745

3746 Vitória – Marcelo, eu vou dar segmento, depois abrimos para o debate do que vamos  
3747 encaminhar. Essa solicitação dos autos, foi Daniel que falou? A solicitação dos autos sobre essa  
3748 questão, foi aquele Daniel que falou, do empalhamento, no caso do Pará? É isso? Que atuemos  
3749 nos autos? Seria bom alongarmos essa explicação?

3750

3751 Daniel – Como foi levantado hoje o sigilo, os levantamentos de provas não foram feitos pelo  
3752 mecanismo, foi feito pelo próprio procurador, seguindo o rito judicial, testemunhas, provas e  
3753 as suas valorizações. E, junto com a decisão liminar. Ou seja, sai da esfera administrativa  
3754 puramente de debate, já entra num corpo de ação do estado positivo. Por isso é interessante  
3755 participar com o que já se tem, e somar com os relatórios do mecanismo.

3756

3757 Vitória – Hoje em dia tem inquérito instaurado, é isso?

3758

3759 Daniel – Uma ação de improbidade administrativa.

3760

3761 Vitória – A recomendação que partiu do Bruno, em relação à FTIP, que seriam recomendações  
3762 de aperfeiçoamento da força tarefa.

3763

3764 Bruno – Na verdade, minha recomendação foi mais uma atuação institucional do conselho, de  
3765 aperfeiçoamento de mecanismos institucionais, não só individuais. (Intervenção fora do  
3766 microfone). Do comitê.

3767

3768 Vitória – Do nosso comitê. Daríamos encaminhamento disso de que forma?

3769

3770 Bruno – Eu trouxe para o debate, não só em casos concretos, mas de uma maneira de  
3771 aprimoramento das instituições, um olhar diferente da atuação do comitê.

3772

3773 Vitória – A recomendação de semestralmente ou anualmente, enviarmos ofícios, requerendo o  
3774 grau de cumprimento dos relatórios e recomendações do mecanismo nacional, isso diretamente,

3775 imagino, com os governos dos estados. (Intervenção fora do microfone). Ofício para várias  
3776 entidades. (Intervenção fora do microfone).

3777

3778 Adriana – A proposta é diferente. É que fosse para o governador do estado e, ele, como  
3779 representante, enviasse para os responsáveis pelas pastas. Seria mesmo uma forma de  
3780 solicitarmos prestação de contas, do que está sendo feito a cada seis meses, a cada um ano.

3781

3782 Vitória – Depois que as recomendações foram feitas, solicitamos em que grau elas estão sendo  
3783 implementadas.

3784

3785 Adriana – Não exime a outra parte, que é a proposta de Márcia, logo que o relatório sai, de  
3786 cobrar.

3787

3788 Márcia – Eu vejo como um planejamento mesmo, planejamento de monitoramento, que pode  
3789 ser através de ofício, pode ser através de um relatório e, por último, a visita. Acho que é isso,  
3790 esse planejamento do monitoramento, no caso do Ceará e dos outros estados, que seria  
3791 interessante pensar em como construir, a partir dos encaminhamentos daqui, deixar isso  
3792 sistematizado.

3793

3794 Vitória – Por último, a questão que eu acredito que seja do ex-chefe da força tarefa, o Maicon,  
3795 que teve essa questão com o Moro. Eu vi que o Rafael sugeriu... existe um processo, imagino  
3796 que seja um inquérito apurado para investigar a conduta dele.

3797

3798 Rafael – É uma ação de improbidade. Acho que o CNPCT deveria officiar, dando subsídios  
3799 sobre o estado do Pará, que nós temos, a fim de apoiar a ação. Isso não impede que as entidades  
3800 membros do CNPCT também voltem para as suas bases e avaliem a necessidade de se  
3801 habilitarem formalmente no processo, que eu acho importante. A segunda coisa, seria a questão  
3802 da presença do ministro Moro lá, com o servidor que já foi exonerado e afastado judicialmente.  
3803 Talvez, oficial o ministério público federal, para que apure a conduta de ambos.

3804

3805 Daniel – Rafael, é a mesma ação que foi falada pela EDUCAFRO?

3806

3807 Rafael – Sim.

3808

3809 Vitória – Então, temos essas sugestões de encaminhamentos. Isabel.

3810

3811 Isabel – Vitória, eu acho que você passou por isso, desculpa se eu perdi, porque vocês  
3812 começaram a falar da questão da convocação de audiência. Mas, eu acho que, com relação a  
3813 essas perguntas, que o Ribamar e o Gustavo Magnato trouxeram, com relação à FTIP, sobre:  
3814 custos, objetivos, diretrizes, protocolos, quem compõem. Um conjunto de questões que nunca  
3815 foram respondidas para o mecanismo, e acho que temos que repetir os mesmos questionamentos  
3816 ao DEPEN. Acho que, por mais que eles sejam convidados e não participem, acho que podemos  
3817 fazer um convite para um dia específico, com um tema específico, que é esse, convidar já com  
3818 essa pauta clara. Não é um convite aberto para uma reunião ordinária qualquer.

3819

3820 Vitória – Seria para discutir justamente a FTIP.

3821

3822 Isabel – O comitê tem um conjunto de questionamentos para fazer ao DEPEN, convida-los para  
3823 estar respondendo isso aqui numa reunião nossa.

3824

3825 Marcelo – Só para melhorar o encaminhamento, considerando a atribuição – vamos ter que  
3826 votar – mas, vamos lembrar, considerando a atribuição do comitê, não é convite não, convite já  
3827 foi feito, é convocação. Se a parte não vem convocada, problema dela, mas temos que  
3828 encaminhar convocação.

3829

3830 Matheus – Vocês acham que enfraquece a convocação, se colocar subsidiariamente para  
3831 encaminhar por escrito, já que não houve anteriormente a resposta por escrito?

3832

3833 Marcelo – Logico. Por suposto.

3834

3835 Vitória – Eu acho que, depois de convocado, não comparecer, damos a opção B, senão todos  
3836 encaminharão por escrito, com certeza.

3837

3838 Bruno – Está sendo mencionado que já foram feitas algumas perguntas e não foram  
3839 respondidas. Poderiam me esclarecer como foram feitas essas perguntas para o DEPEN, ou para  
3840 o ministério da justiça, anteriormente.

3841

3842 Daniel – Bruno, primeiro lugar, as próprias recomendações já feitas, encaminhadas para o  
3843 ministério da justiça, já tratam desses pontos. Se você abrir o relatório, acredito que ele foi  
3844 enviado, encaminhamos para o ministério da justiça e ao DEPEN, você vai ver que é o cinco  
3845 ponto dois ponto um, da letra A até a letra H, são recomendações voltadas exclusivamente sobre  
3846 a atuação do DEPEN, ministério da justiça, em relação à FTIP. Depois da emissão, nós  
3847 oficiamos o ministro Moro, oficiamos o DEPEN, solicitando informações, não tivemos  
3848 nenhuma resposta, apesar da prerrogativa legal do mecanismo, de fazer a requisição desses  
3849 documentos. Depois da segunda vez que voltamos do Ceará, fizemos de novo essas solicitações,  
3850 reiteramos, também até o presente momento não tivemos nenhum retorno. Foi em março, depois  
3851 reiteramos em abril, maio. Não teve nenhuma sinalização de: é um trabalho difícil, estamos  
3852 produzindo, de outros lugares. Às vezes, a pessoa não tem a informação pronta, o que é justo,  
3853 mas pelo menos nos dar algum grau de comunicação. Nesse ponto, não há nenhum grau de  
3854 comunicação, dizendo qual encaminhamento está sendo tomado, a partir da solicitação, do  
3855 mesmo modo, como não conseguimos, nós provocamos a defensoria da União, ministério  
3856 público federal, para que eles também reiterar, e também não obtiveram nenhum retorno, até o  
3857 presente momento, até onde me consta. O Alexandre, não sei se ele ainda está presente, mas ele  
3858 poderia complementar se a DPU teve informação sobre o procedimento, sobre o financiamento,  
3859 que é o que está listando dentro das recomendações que colocamos nesse específico ponto que  
3860 te falei.

3861

3862 Bruno – Obrigado.

3863

3864 Vitória – Para conseguirmos sintetizarmos nosso encaminhamento, conseguir levar adiante a  
3865 pauta que é longa, sugeriria seguir a recomendação do Marcelo, de convocação de audiência,  
3866 convocamos as autoridades que acharmos competentes, para vir aqui conversar conosco, não  
3867 vamos dizer no ofício que é para virem dar explicações. É para conversarem conosco. E em  
3868 relação ao relatório semestral e anual também, porque é uma recomendação que já está posta,  
3869 num relatório feito pelo mecanismo, que é competente para fazer isso, e estaríamos, enquanto  
3870 comitê, monitorando isso também. Me parece que essas seriam duas sugestões de  
3871 encaminhamentos que tem uma abrangência boa. Em relação à FTIP, me pergunto se vamos  
3872 fazer esse debate agora, é um debate longo e sei que é polêmico. Se vamos agora resolver o que  
3873 fazemos em relação à força tarefa, se poderíamos pautar isso numa próxima reunião, para

3874 convocar inclusive o DEPEN para estar aqui, já que a força tarefa é sempre vinculada a outro  
3875 órgão. Peço que a sociedade civil e o governo se manifestem sobre os melhores  
3876 encaminhamentos. Porque, esse é o primeiro relatório apresentado. Temos outros.

3877

3878 Matheus – Acabei de falar com o Daniel, ele respondeu para o Bruno. Fazem,  
3879 aproximadamente, essas duas inspeções, mais ou menos dois meses. Talvez seja consenso, não  
3880 vai criar nenhuma polemica, se aprovarmos aqui, agora, já, pedir informações para o estado do  
3881 Pará e do Ceará, porque fazem seis meses já. (Intervenção fora do microfone). Desculpa. Em  
3882 relação ao Ceará, como fazem seis meses já, um pouco mais ou um pouco menos, meio ano  
3883 para quem tem mandato de quatro anos, acho que é um prazo razoável, acho que daria para  
3884 cobrar explicações das autoridades.

3885

3886 Vitória – Seria nosso primeiro ofício pedindo o cumprimento das ações.

3887

3888 Interlocutor não se identificou – Só para esclarecimento, não só o governo, tem o ministério  
3889 público, tem a defensoria, toda a listagem que foi...

3890

3891 Vitória – Quem vamos oficializar? Vamos sugerindo. (Intervenção simultânea). Vocês têm  
3892 recomendações direcionadas no relatório?

3893

3894 Daniel – Eu posso até projetar, estou com ela aberta, do Ceará, e vocês vão ter uma dimensão  
3895 das recomendações, para quem não tem o costume.

3896

3897 Interlocutor não se identificou – A questão de oficializar as entidades exatamente porque foram  
3898 enviados em separado, questões relacionadas especificamente à secretaria de saúde, à SAP, à  
3899 DPE, são coisas específicas. Isso não desmerece a questão do relatório, acho que seriam duas  
3900 coisas que vão caminhar em conjunto.

3901

3902 Daniel – Só a título de exemplo, essas são direcionadas às autoridades estaduais. Todas as  
3903 autoridades estaduais estão listadas aí. Você vai ter o governo, a secretaria de administração  
3904 penitenciária, secretaria de saúde, secretaria de segurança pública. E assim segue. Depois, você  
3905 tem ao sistema de justiça estadual, as recomendações aos mesmos, depois, a defensoria pública

3906 estadual também. Depois, tem as autoridades federais, e acredito que encerra nas autoridades  
3907 federais.

3908

3909 Interlocutor não se identificou - tem uma questão específica sobre a saúde, que eu acho que  
3910 complementa um pouco o que a Adriana coloca. Porque, inclusive no relatório que foi solicitado  
3911 pelo comitê estadual de prevenção e combate à tortura, em relação a atenção e assistência à  
3912 saúde, para as pessoas que estão nas unidades prisionais, a resposta foi uma coisa terrível. Não  
3913 estava caracterizado o tipo de atendimento e nem de assistência em relação à saúde. Eles  
3914 colocaram cinco mil atendimentos de saúde, mas não caracterizaram. Ali está o que? Ninguém  
3915 sabe. Pode estar atendimento relacionado à questão da vacinação, atendimento clínico,  
3916 ginecológico, nada caracterizado. Então que o ofício vá para a secretaria de saúde, a SAP, possa  
3917 caracterizar pontos específicos em relação ao atendimento à saúde. O que é esse atendimento à  
3918 saúde, essa assistência? Senão, incorre nessa questão de ser uma questão muito abrangente, não  
3919 estar caracterizada, e eles respondem dessa forma mesmo: cinquenta mil atendimentos, sem  
3920 caracterizar nada.

3921

3922 Vitória – Ofício com pontos específicos, para não dar a eles a oportunidade de se furtarem a  
3923 prestar a informação. Vamos colocar em votação? Aprovado por unanimidade. Próxima  
3924 votação, a convocação de audiência. Oficiar as autoridades que já estão no relatório do  
3925 mecanismo, para que elas deem para nós o feedback de cumprimento das recomendações.

3926

3927 Savio – Só lembrando, Vitória, que nós tivemos uma dificuldade, e isso é um fato, com relação  
3928 ao pacto federativo, autonomia dos estados. Temos que pensar um modelo efetivo de fazer isso,  
3929 uma colaboração com o estado. Nós tivemos, no ano retrasado, um trabalho conjunto,  
3930 mecanismo, comitê, CONANDA, acho que o CONANDA também esteve. Nós visitamos as  
3931 autoridades públicas e entregamos o relatório em mãos. Talvez, replicar esse modelo para o  
3932 governador, entregar para o governador em mãos, (intervenção fora do microfone), do  
3933 mecanismo. Independente de fazer o ofício já direto do comitê para lá, mas reforçar essa questão  
3934 Política desse monitoramento.

3935

3936 Interlocutor não se identificou – Se me permite, Vitória, fizemos o encaminhamento da  
3937 produção do relatório e, depois entregamos em mãos à pessoa designada pelo governador para  
3938 nos receber, entregamos uma cópia em mãos para ela. Porque, havia dito que, pelas vias que

3939 enviamos, não tinha chegado. Esse ato foi feito, mas entendo que você está pontuando outra  
3940 coisa. Só para deixar esclarecido que também chegamos a fazer esses dois movimentos.

3941

3942 Sávio – Só para não particularizar a questão do mecanismo, acho que tem que ressaltar o  
3943 sistema. O sistema é maior do que os indivíduos aqui.

3944

3945 Interlocutor não se identificou – Boa tarde. Obrigada. Eu queria tirar uma dúvida, e peço  
3946 desculpas de antemão, se for algo um pouco obvio. É meu primeiro mandato, então vou  
3947 perguntar de todo modo. Sobre essas questões que são encaminhadas e são aprovadas, não há  
3948 necessidade, via de regra, que sejam apresentadas num formato de um documento oficial, para  
3949 que haja uma votação, ou seja aprovado por consenso, só por uma questão de registro.

3950

3951 Vitória – Carol, por favor me corrija, porque ela está aqui há mais tempo que eu. Aprovamos o  
3952 encaminhamento e, quem elabora isso, geralmente é a secretaria, eles encaminham o ofício,  
3953 depois nos encaminham para dar o ok, aprovando o formato do que está escrito.

3954

3955 Carolina – Fazemos o registro das ponderações. Por exemplo, a Márcia falou: não vai mandar  
3956 todo o relatório, como se não tivesse um ponto específico para a autoridade de saúde. Então,  
3957 fazemos o ofício, de acordo com o que foi discutido aqui no pleno. Com o encaminhamento  
3958 aprovado, fazemos o ofício e passamos para a Vitória assinar, como vice-presidente do comitê,  
3959 e fazer o encaminhamento para as autoridades designadas. Mas, qual dúvida de formatação? Eu  
3960 fiquei um pouco...

3961

3962 Sávio – (...) a questão do fluxo, dos atos do comitê. Resoluções, encaminhamentos, a  
3963 formalização.

3964

3965 Vitória – Temos a secretaria para nos auxiliar, receber as respostas...

3966

3967 Carolina – Se for de resolução, é um outro procedimento. Mas, de encaminhamento, lidamos  
3968 com... a não ser que seja solicitado pelos membros, não tem uma votação, não fazemos uma  
3969 votação formal, de anotar ponto a ponto de cada encaminhamento, a não ser que seja solicitado  
3970 por um membro. Por exemplo, a Vitória perguntou: vamos passar para a votação, para ver se  
3971 tinha alguma pessoa contrária a esse encaminhamento. Claro que, se houver discordância,

3972 qualquer membro pode pedir uma votação nominal, por exemplo, que foi mais ou menos o que  
3973 fizemos de manhã.

3974

3975 Interlocutor não se identificou – Peço desculpas, não pude estar durante toda a reunião, durante  
3976 o período da manhã. Minha dúvida, não seria exatamente só sobre a questão da votação. Entendi  
3977 que houve uma votação informal, entendi que a mesa perguntou se havia alguém contra. A  
3978 dúvida é se há uma formalização do encaminhamento, antes que haja esse... se há uma  
3979 formalização de um documento, com a solicitação, antes que haja um encaminhamento para  
3980 votação.

3981

3982 Vitória – Para que seja lido e aprovado por todos? Não. Isso é uma pergunta muito pertinente,  
3983 mas acho que isso ia inviabilizar o nosso trabalho.

3984

3985 Carolina – Na verdade, desculpa Vitória, temos um ponto de pauta administrativo, que é o  
3986 fechamento da reunião. Fazemos a leitura e a aprovação dos encaminhamentos. Todos os  
3987 encaminhamentos, já estamos aqui nos dividindo para colocar tudo num documento no Word  
3988 para, no final da reunião lermos os encaminhamentos, todo mundo concordar com o texto dos  
3989 encaminhamentos, de forma que isso inclusive facilite o trabalho da secretaria executiva.  
3990 Porque, tem hora que estamos aqui, orientando, vem uma pessoa tirar uma dúvida, e podermos  
3991 ter “comido” alguma orientação, alguma sugestão, algum termo que seja importante para aquele  
3992 encaminhamento. Existe o momento da leitura, no final da reunião, com essa confirmação.

3993

3994 Interlocutor não se identificou – Eu entendo. Mas já é uma coisa diferente, é uma aprovação de  
3995 ata. Não pergunto por causa desse ponto específico, mas porque vi que foram suscitados alguns  
3996 encaminhamentos e algumas questões que não estavam previstos na pauta e, nem sempre são  
3997 mencionados.

3998

3999 Carolina – É porque, quando fazemos a leitura de um relatório e vão surgindo os  
4000 encaminhamentos que achamos relevante, é claro que não temos como antever qual o  
4001 encaminhamento que cada sociedade civil vai dar ao relatório do mecanismo, que eles acabaram  
4002 de apresentar para nós.

4003

4004 Interlocutor não se identificou – Entendo. É que em alguns pontos pode haver necessidade de  
4005 deliberação dos representantes, junto aos seus órgãos e suas instituições. A dúvida. Me  
4006 desculpa, ainda não terminei minha fala, pediria a gentileza de aguardarem o termino da minha  
4007 fala, sem me interromperem por favor. É só uma questão procedimental, só queria entender o  
4008 funcionamento, e agradeço os esclarecimentos.

4009

4010 Vitória – Marcelo. Ribamar pediu antes.

4011

4012 Marcelo – O meu é desse tema mesmo. Só para ajudar no esclarecimento da Carol, apesar de  
4013 que essa gestão nos brindou com o mastigamento do regimento, que não é nem indigesto,  
4014 digamos assim, um regimento tão simples, mas nos brindou com esse manual. Tem esse manual  
4015 para quem não consegue alcançar no regimento, mas é também para poder, de alguma forma,  
4016 ajudar a esclarecer. Hoje, por exemplo, fizemos uma votação de manhã. Quando você faz a  
4017 votação, está vencido o mérito, o mérito não volta. A questão que eu acho que a Vitória estava  
4018 tentando explicar e, Carol estava ajudando na explicação, é que o formato que passa por esse  
4019 burilamento, durante a reunião, até ser apresentado no final, para que os neófitos não possam  
4020 confundir discussão de mérito com a discussão de forma.

4021

4022 Sávio – Posso fazer um esclarecimento, com relação a isso. A resolução quatro, de nove de  
4023 maio, de dois mil e dezesseis, que dispõe sobre as deliberações do CNPCT coloca, no seu artigo  
4024 terceiro, os encaminhamentos adotados nas reuniões e registrados em ata - Acho que esse é o  
4025 procedimento, os registros em atas – inclusive os referentes aos planejamentos do CNPCT, são  
4026 efetivados pela coordenação geral do CNPCT. É isso. É um registro em ata e efetivação da  
4027 coordenação geral. Acho que está dentro do procedimento.

4028

4029 Vitória – Perfeito. Vamos dar isso como encaminhado, se todos concordarem? Vamos para o  
4030 próximo ponto. Marcelo, em relação à audiência de convocação, eu pedi para a Carol começar  
4031 a agilizar essa questão, mas temos que ter os convidados que estaríamos convocando.

4032

4033 Marcelo – Acho que isso também, só por preciosismo, mas acho que um preciosismo  
4034 necessário. Até mesmo isso que estamos conversando, eu peço que seja votado esse  
4035 encaminhamento, para ficar registrado. Aliás, isso é só cumprir regimento mesmo. A votação  
4036 tem que ser nominal. Temos que votar o encaminhamento dessa convocação.

4037

4038 Vitória – Colocada para votação a realização de audiência, convocação de audiência, com  
4039 autoridades, para nós discutirmos – deixa eu ver se entendi também – a questão do relatório  
4040 produzido pelo mecanismo.

4041

4042 Marcelo – E, baseado na referência do próprio regimento, que nos faculta fazermos essa  
4043 convocação.

4044

4045 Interlocutor não se identificou – Vitória, por gentileza, eu encontrei essa disposição que permite  
4046 a convocação no regimento, mas não encontrei respaldo nem na lei, nem no decreto. Tendo em  
4047 vista o princípio da legalidade, talvez não tenhamos força suficiente para convocar, para  
4048 convidar sem dúvida. Apenas pedir esclarecimentos em relação a isso.

4049

4050 Marcelo – Eu também, esclarecimento. Temos que conversar, entre o regimento que queremos  
4051 para o futuro, eventualmente, e o futuro que temos. O regimento está claro. Eu acho que, se  
4052 outra instância achar que o nosso direito não é bem esse, tem o contraditório entre o que  
4053 devemos estar seguindo, que é o regimento atual, e outras interpretações. Uma coisa não vai  
4054 impedir a outra.

4055

4056 Matheus – Marcelo, você consegue ler o artigo, para tentarmos ajudar.

4057

4058 Interlocutor não se identificou – No regimento está expresso: convocar audiências com  
4059 autoridades. O que não encontrei foi um paralelo do termo “convocação”, que é um termo que  
4060 tem um conteúdo jurídico que conhecemos, nem na lei, nem no decreto, que possam vincular  
4061 outras autoridades, que não aquelas aqui presentes. O regimento interno é uma resolução  
4062 interna.

4063

4064 Marcelo – Aqui está: “cabe”. Estamos falando do nosso direito, na condição de membro do  
4065 CNPCT. Se formos nos auto caçar, assumimos isso. Mas, está bem claro aqui, sessão quatro,  
4066 dos membros, vem o número dez: propor ao plenário. Eu já propus. Estou pedindo que o  
4067 plenário vote. Se o colega faz uma questão de mérito, esse mérito não é aqui dentro, esse mérito  
4068 é da justiça lá fora. (Intervenção simultânea). Para propor ao plenário a convocação de  
4069 audiências com autoridades. Está claro. Não estou vendo possibilidade de outra interpretação

4070 que não essa daqui. O que está sendo levantada é outra questão: será que, lá fora, isso não pode  
4071 ser compreendido como uma extrapolação?

4072

4073 Matheus – Acho que dá para conciliar a fala do Marcelo com a fala do Felipe. Colocamos em  
4074 votação que vamos convocar, como a própria vice-presidente colocou e, se a pessoa não vier,  
4075 pedimos a resposta por escrito. Mas, parece que o Felipe tem razão no sentido que não haveria  
4076 poder coercitivo.

4077

4078 Marcelo – Isso eu não tenho dúvida. Estou falando do direito do plenário.

4079

4080 Vitória – Convocamos a audiência. É claro que, se não vier, ao tem nenhuma implicação.  
4081 (Intervenção simultânea).

4082

4083 Marcelo – Com certeza, não temos aquele poder de condução coercitiva.

4084

4085 Vitória – Claro. Se a pessoa não vier, nós lamentamos e vamos para o plano B, que seria pedir  
4086 o envio por escrito dos esclarecimentos. Mas, colocamos isso, por questão de preciosismo para  
4087 votação? Alguém se opõe? (Intervenção simultânea).

4088

4089 Matheus – É a mesma dúvida do Sávio. Quem seria convocado, exatamente?

4090

4091 Marcelo – Matheus, eu já tinha dito. Essa convocação vai passar, porque assistimos uma  
4092 apresentação breve de uma coisa mais complexa do que esse relatório. Na verdade, o pleno  
4093 deixaria a cargo do mecanismo, que tem todas as informações, esse encadeamento de  
4094 responsabilidade. Se vai ser o secretário de segurança do estado x.

4095

4096 Vitória – Me parece que, aprovada essa audiência, a lista de convidados é uma prerrogativa que  
4097 vamos debater. Não adianta debater uma lista de convidados, sem saber se a audiência vai  
4098 acontecer?

4099

4100 Matheus – Para mim parece o inverso. Parece que temos que saber quem vai ser convidado para  
4101 podermos deliberar.

4102

4103 Interlocutor não se identificou – Não era o FTIP, uma audiência com o DEPEN, para conversar  
4104 sobre o FTIP?

4105

4106 Vitória – Não era em relação específica à FTIP. É em relação ao relatório integral que o  
4107 mecanismo produziu sobre a situação do Ceará. A FTIP está relacionada, pode estar, mas não  
4108 é somente sobre isso.

4109

4110 Matheus – Nos ajude, Marcelo. Fala quais autoridades.

4111

4112 Marcelo – É isso. Convite já foi feito, e deram as costas como resposta. O convite, ou então nos  
4113 resignamos, e dizemos...

4114

4115 Caio – Marcelo, se me permite, eu tenho que concordar com o colega. Porque, a resolução é  
4116 interna, ela fala só sobre o que acontece aqui dentro, ela não extrapola essa sala. Por mais que  
4117 a resolução, que é o regimento, diga “convocação”, podemos até colocar no papel  
4118 “convocação”, que eu acho que deveríamos colocar “convocação”, porque é o que diz o  
4119 regimento, não quer dizer que a pessoa vai receber isso como convocação, ela não estará, de  
4120 direito, convocada a nada.

4121

4122 Marcelo – Vocês me perdoem, porque não tenho a formação jurídica que vocês têm, mas estou  
4123 me apegando ao que está no regimento. O meu entendimento intelectual sobre o tema é bem  
4124 restrito mesmo. O que estou querendo é que, se concordamos que é isso que está escrito no  
4125 regimento, não vamos entrar num embate lexical em relação à semiótica da palavra. É só o que  
4126 podemos encaminhar (intervenção simultânea).

4127

4128 Vitória – O Daniel fez uma recomendação que seria muito pertinente. Usaríamos o próprio  
4129 relatório, com as autoridades que estão ali endereçadas, com recomendações específicas.  
4130 Usaríamos esses relatórios, como forma de buscarmos essas autoridades que estaríamos  
4131 convidando para audiência. São várias, sabemos que são várias, nem todas virão. Mas, seria  
4132 uma lista que já foi elaborada pelo mecanismo, com recomendações específicas, que  
4133 convocaríamos – nesse modo de dizer, que é regimental – para comparecer na nossa audiência.

4134

4135 Marcelo – Simples assim. Mas, sobre o outro não podemos dizer nada. Só sobre nós mesmos.

4136

4137 Vitória – Podemos colocar dessa forma para votação?

4138

4139 Lucas Grilo – Eu tenho dúvida. Pergunto ao mecanismo, se foi por essa ocasião dessa visita ao  
4140 presidio do Ceará, que houve a representação contra o mecanismo, porque estamos com  
4141 algumas representações pendentes e essa é uma delas. Seria o caso? É por conta dessa visita.  
4142 Então, já temos... acho que o comitê poderia deliberar, inclusive, sobre essa deliberação, o que  
4143 foi tratado pela autoridade do estado do Ceará, salvo engano, secretário de justiça, secretaria de  
4144 administração penitenciária, sobre essa visita. Poderíamos, no âmbito do comitê, deliberar a  
4145 respeito, antes de aprovarmos ofícios, encaminhamentos, convidar autoridades para falar a  
4146 respeito.

4147

4148 Vitória – Esse é um ponto de pauta, a questão das representações contra o mecanismo. Estaria  
4149 abrangido já na nossa pauta, mas não nesse momento, que estamos em outro ponto, com  
4150 recomendações desse ponto das duas e meia que, se Deus quiser, vamos vencer.

4151

4152 Lucas Grilo – Perfeito. Mas, entendo que estariam vinculados, precisamos analisar isso em  
4153 conjunto.

4154

4155 Matheus – Não. Pode analisar um de cada vez. Matamos recomendação, depois analisamos  
4156 outra coisa. São coisas totalmente diversas.

4157

4158 Caio – Acho que temos que sistematizar qual é o encaminhamento. A minha proposta de  
4159 encaminhamento é convidar o diretor do DEPEN para uma audiência com este comitê, para  
4160 esclarecer os pontos x, y e z, do relatório do mecanismo sobre o Ceará. Esse é o  
4161 encaminhamento.

4162

4163 Vitória – Exclusivamente do DEPEN, você está falando.

4164

4165 Caio – Não, é um exemplo, eu acho que deve convidar todo mundo, acho que deve convidar o  
4166 ministério da justiça para dizer isso, para dizer porque ele foi no presidio tal, com o menino  
4167 afastado.

4168

4169 Vitória – Tem tantos levantados, um na frente do outro, que não conseguimos ver daqui quem  
4170 são. Silvia.

4171

4172 Silvia – Era só para dizer que o formato de encaminhamento é esse que o Caio falou, o Matheus  
4173 falou, pegar o relatório, as autoridades, para esclarecer. Eu só queria garantir que o DEPEN  
4174 esteja entre essa lista de autoridades que estão endereçadas no relatório. Não sei se o DEPEN  
4175 recebeu recomendações. Só para, caso não esteja na lista de autoridades, para ter certeza que o  
4176 DEPEN será incluído nesse convite, convocação.

4177

4178 Vitória – Próximo, Ribamar.

4179

4180 Ribamar – Eu confesso que talvez esteja prejudicado o que eu vou falar, mas vou falar mesmo  
4181 assim. Temos uma demanda muito grande de coisas a serem tratadas. O que estou querendo  
4182 dizer é que esse assunto é de tal relevância, que acho que mereceria um investimento de tempo  
4183 maior sobre ele. Porque ele replica.

4184

4185 Vitória – Ribamar, só para esclarecer, qual o assunto?

4186

4187 Ribamar – O assunto que diz respeito ao relatório do Ceará, com impacto... aqui, tem uma coisa  
4188 que estamos talvez perdendo de vista. Aqui, temos uma série de violações, práticas e  
4189 procedimentos cruéis, desumanos e degradantes, mas temos também aqui a aplicação de  
4190 recursos públicos que estão financiando esse tipo de prática. São recursos sobre os quais todos  
4191 nós, antes desse sistema, temos responsabilidade direta, expressa no artigo nono, parágrafo  
4192 terceira, da lei doze mil oitocentos e quarenta e sete, que diz que: na aplicação dos recursos dos  
4193 fundos nacionais da saúde, da criança e adolescente, do fundo penitenciário, as nossas  
4194 recomendações têm que ser levadas em consideração. O que está acontecendo é que nós, o  
4195 governo federal, está financiando exatamente o que não recomendamos ou as violações que  
4196 apontamos. Acho que, tão importante quanto definir que autoridade chamar, tão importante  
4197 quanto olhar para o nosso relatório, é produzir o empoderamento que nós temos para fazer valer.  
4198 Eu costumo dizer, meus colegas estão cansados disso, mas como tem muita gente nova, vou  
4199 repetir. Se, quem recebe trezentos reais de Bolsa Família, tem que cumprir condicionalidades,  
4200 quem recebe cinquenta milhões de reais, do fundo penitenciário, também tem que cumprir  
4201 condicionalidade. Eu acho que ter esse foco é importantíssimo.

4202

4203 Vitória – Ribamar, eu agradeço sua fala, mas vou pedir o encaminhamento do que você pretende  
4204 com ela, além de expor claro toda a situação.

4205

4206 Ribamar – Focar em todas as violações, mas também nos recursos do FUPEN.

4207

4208 Vitória – Isso, na nossa audiência? Perfeito. Então, temos um ponto para essa audiência que  
4209 estamos colocando em votação.

4210

4211 Interlocutor não se identificou – O Ribamar está sugerindo que foquemos na institucionalidade.

4212

4213 Vitória – Nós podemos, se não tivermos nenhuma dúvida. Sávio.

4214

4215 Sávio – Como o colega colocou, esse convite tem que ser concreto, objetivo. Por exemplo, foi  
4216 citado o DEPEN. O DEPEN integra o sistema nacional, é factível, está dentro do sistema  
4217 nacional, nós temos que dialogar, e temos um caso concreto que é o Ceará para tratar. Esse  
4218 convite, poderíamos colocar para votação do DEPEN. As outras autoridades, nós temos que  
4219 saber quem nós estamos convocando. Inclusive, o que o colega Lucas colocou, eu desconheço  
4220 essa representação que foi feita contra o mecanismo. Temos que apreciar, por mais que esteja  
4221 em locais distintos da pauta, é o mesmo assunto: Ceará, e a representação do mecanismo. Isso  
4222 interfere, inclusive, nos nossos convites, para entender o contexto da visita, o que aconteceu, o  
4223 que está sendo alegado. O comitê tem que ter ciência total para deliberar. Essa é a minha  
4224 ponderação.

4225

4226 Matheus – Para entender, a representação foi endereçada ao comitê. Porque, se estamos  
4227 aprovando, endossando o mecanismo, eu acho que, a contrário senso, estamos repelindo as  
4228 representações.

4229

4230 Vitória – O endereçamento específico, vou pedir para o Lucas e a Carol me esclarecerem: é  
4231 feito ao comitê, a secretaria, ao ministério. Saberiam informar isso para nós.

4232

4233

4234 Lucas Grilo – Os peritos do MNPCT, por desfrutarem de duas funções, ora são peritos, ora  
4235 assessores, exercem um cargo em comissão – DAS, entendemos que eles passam por duas  
4236 instancias: o comitê, como órgão de supervisão e controle da ação do mecanismo, e a  
4237 corregedoria do ministério. Temos adotado medidas nos dois sentidos. Como estamos  
4238 deliberando no comitê, foi apresentado, acho que está previsto para amanhã a representação do  
4239 comitê.

4240  
4241 Vitória – Mas acho que não respondeu a minha pergunta. Essas questões que foram colocadas,  
4242 contra o trabalho do mecanismo, foram endereçadas a quem, ao ministério? (Intervenção  
4243 simultânea). Nós, enquanto comitê, sociedade civil, não somos membros do ministério, acredito  
4244 que um ponto de pauta novamente não influencia o outro, eles tratam de coisas que podem estar  
4245 interligadas, mas nós não somos o ministério, nós somos o comitê. Vamos ter que colocara essa  
4246 questão na pauta, já está, e vamos ter que deliberar sobre isso.

4247  
4248 Lucas Grilo – Somos um colegiado vinculado ao ministério. Se apresenta ao ministério, o  
4249 comitê tem o conhecimento.

4250  
4251 Vitória – Mas, eles teriam que enviar – acredito e, por favor, elas me corrijam – diretamente  
4252 para nós, para isso virar um ponto que obstaría a nossa votação agora.

4253  
4254 Lucas Grilo - não necessariamente, o ministério encaminhou para o comitê.

4255  
4256 Vitória – Eu sou do comitê, mas eu nunca recebi.

4257  
4258 Lucas Grilo – Está o ponto de pauta para amanhã à tarde, a representação.

4259  
4260 Vitória - Mas vocês colocaram no ponto de pauta, e não enviaram por e-mail para ficarmos  
4261 cientes antes da reunião.

4262  
4263 Lucas Grilo – Está aqui na pauta, representações conta o MNPCT.

4264

4265 Vitória – Na pauta, Lucas, mas a integralidade dessas denúncias. Vamos chegar a elas, então o  
4266 comitê não está ciente disso, porque estamos hoje, pela primeira vez nos reunindo, sem  
4267 nenhuma integralidade de denúncia na nossa mão.

4268

4269 Lucas Grilo – Porque a reunião foi dívida em dois dias e, no segundo dia, serão tratadas as  
4270 representações. Eu estou enganado que está aqui, no segundo dia, representações do MNPCT.

4271

4272 Vitória – Parece uma questão de organização da pauta.

4273

4274 Marcelo – Está correto. É porque a sua observação, eu acho que estou entendendo a questão da  
4275 Vitória, sugere, de maneira não muito clara, como se houvesse conflito de interesse. Quem está  
4276 no serviço público sabe o que é conflito de interesse. A questão é essa. Se não sabemos qual o  
4277 teor da denúncia, se tem perito especificamente nomeado, talvez você detenha informações para  
4278 fazer conjectura ou ilação, que nós no momento não temos.

4279

4280 Lucas Grilo – Eu pergunto ao colega qual foi a ilação, especificamente, haveria alguma? Porque  
4281 o senhor afirma isso. Haveria alguma? (Intervenção simultânea). Obrigado pelo esclarecimento,  
4282 não houve. Estou dizendo o seguinte, há uma representação no âmbito dessa visita feita pelo  
4283 mecanismo. Eu proponho, sugiro que seria interessante avaliarmos ambos conjuntamente, até  
4284 para não expedirmos um ofício, um encaminhamento, um convite, sem que tenhamos  
4285 conhecimento de toda a situação, inclusive da representação. Esse é meu ponto, sem ilação, sem  
4286 palavras dúbias ou qualquer tipo de dedução que daí possa surgir.

4287

4288 Marcelo – Para encaminhamento, estou entendendo que há um pedido de inversão de pauta, no  
4289 momento.

4290

4291 Silvia – Só uma questão. Eu acho que são duas coisas diferentes. Nós temos um ofício para  
4292 tratar de recomendações feitas às autoridades do Ceará, resultado de uma visita do mecanismo,  
4293 que está documentado e tem relatório. Aqui, o comitê está discutindo sobre isso. E esse é um  
4294 encaminhamento a ser feito. Amanhã, aparentemente, vai ter a discussão que está na pauta,  
4295 sobre uma representação, que eu entendo como a Vitória, não há ainda documentação, ainda  
4296 não chegou nenhuma informação sobre a representação aqui. Essa discussão vai ser amanhã.  
4297 Amanhã, caso seja, por exemplo, encaminhamento, poderá ser: adicionamos nesse ofício – por

4298 exemplo, que será encaminhado – a necessidade de conversarmos sobre a representação. Pode  
4299 adicionar um item nesse ofício, que estamos hoje, agora, como comitê, decidindo. Mas, no  
4300 momento, estamos falando de recomendações, de um ofício para convocar as autoridades para  
4301 tratar de recomendações. Caso seja o caso, amanhã, pode decidir agregar uma linha no ofício,  
4302 que a representação também será tratada. São pautas diferentes, são temas diferentes, acho que  
4303 agora é o momento de tratar das recomendações e convocação da audiência. Amanhã vamos ter  
4304 a representação, e pode ser que isso tenha impacto talvez no conteúdo do ofício, mas não é nada  
4305 além disso. Acho que são dois temas diferentes, da maneira que eu vejo, respeitosamente. E,  
4306 também, respeitosamente, os membros, são peritos. Eu não entendi muito bem o comentário  
4307 sobre serem peritos, assessores, servidores. Os membros do mecanismo são peritos e peritas,  
4308 no mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. Esse é o cargo que eles ocupam.

4309

4310 Vitória – Caio. Acho que fazemos a primeira rodada.

4311

4312 Caio – Concordo em absoluto com a Silva, tanto que eu gostaria de colocar uma proposta  
4313 concreta para votarmos, que é a seguinte: para quem vamos mandar esse ofício? Na minha  
4314 opinião, temos que mandar para o DEPEN, pelo responsável pela administração penitenciária  
4315 do Ceará, para o mecanismo do Ceará, que esses três entes estejam aqui. O comitê. E quais são  
4316 os pontos? O relatório do Ceará, como disse antes. Agora, o Riba adicionou o uso do fundo  
4317 penitenciário, essa questão mais específica e, amanhã, quando discutirmos a representação,  
4318 podemos seguir, se for o caso, a orientação da Silva, e vota a inclusão do ponto três, que é a  
4319 representação contra o mecanismo.

4320

4321 Vitória – Débora.

4322

4323 Débora – Obrigada. Queria só coincidir com o que foi falado por alguns. Entendo que os  
4324 encaminhamentos não sejam escritos por praxe, mas ainda assim acho que devem ser muito  
4325 específicos, porque não tem como votarmos algo, acho que a proposta original de convocarmos  
4326 uma audiência com autoridades que são mencionadas no relatório. Ficou claro para mim que  
4327 nem todos sabem agora, antes da votação, quais são todas essas autoridades. Acho que foi até  
4328 a Silvia que comentou que, se o DEPEN não estivesse incluso, deveria estar incluso. Me parece  
4329 que não há, muito presente para todos, quais seriam essas autoridades listadas. Acho importante  
4330 o esforço do colega, de listar e determinar quais autoridades. Se vai haver uma discussão, sobre

4331 uma previa de agenda, os pontos a serem tratados, isso precisa ficar muito específico. Como  
4332 esse é ponto que me parece que está ficando complexo o encaminhamento, com várias  
4333 autoridades, com já uma previa de pontos da agenda. Talvez seria o caso de tentar uma breve  
4334 minuta do encaminhamento, por escrito, para que todos saibam exatamente no que estão  
4335 votando antes da votação. Embora não seja uma praxe, acho que fica uma sugestão, pode ser  
4336 projetado, facilita o encaminhamento, o entendimento de todos sobre o que ficou concluído  
4337 desse encaminhamento. É isso.

4338

4339 Vitória – Próxima, Fernanda.

4340

4341 Fernanda – Só para acrescentar, em relação à lista de autoridades, concordo com a Silvia e o  
4342 Caio, quando eles mencionam essas autoridades federais, que tem a repercussão nacional  
4343 eventualmente das políticas adotadas, como DEPEN e algum representante do ministério da  
4344 justiça, ou outra autoridade em âmbito nacional, sem prejudicar o convite feito às autoridades  
4345 locais. Eu não sei se essa proposta vai ser feita “ads” tempo. Mas, no final do ano passado, foi  
4346 feito um relatório, pelo mecanismo, que foi um ótimo relatório em relação às unidades de  
4347 privação de liberdade no estado de Goiás, não só de adultos, mas também de adolescentes.  
4348 Como foi inclusive trazida a questão do centro de internação, que foi um dos objetos desse  
4349 relatório, não sei se seria o caso de colocar talvez na pauta de amanhã não tenha tempo, mas na  
4350 próxima reunião, como encaminhamento dessa, para que seja colocada a aprovação, a  
4351 apresentação do relatório primeiro, e eventualmente, a sua aprovação para que o comitê também  
4352 tenha conhecimento dessas violações no estado de Goiás e, talvez, possa ter essa percepção  
4353 dessas violações que estão se espalhando pelo brasil afora e adotar as mesmas medidas que  
4354 forem adotadas, em relação a esse relatório do Ceará. (Intervenção fora do microfone). Proposta  
4355 de inclusão na pauta. Não sei se a de amanhã vai dar tempo, ou da próxima reunião. E, da lista  
4356 de autoridades, não sejam esquecidas as autoridades nacionais, federais, que são de extrema  
4357 relevância.

4358

4359 Caio – Vamos decidir agora quais são as autoridades.

4360

4361 Vitória – Sugeriria que sim, senão não conseguimos vencer.

4362

4363 Caio – Eu tenho uma lista mais completa. Pode ser? Eu sugeriria o departamento penitenciário  
4364 nacional e o ministério da justiça e segurança pública, a Ordem dos advogados do Brasil do  
4365 Ceará, a comissão de direitos humanos da assembleia legislativa do Ceara, a SEAP – Secretaria  
4366 de Assuntos Penitenciários do Estado do Ceará, e o comitê estadual de prevenção e combate à  
4367 tortura, do Ceará.

4368

4369 Vitória – Temos uma lista definida. Sávio, por favor.

4370

4371 Sávio – Todos esses receberam o relatório com as recomendações? O mecanismo encaminhou  
4372 para todos? Eu acho que faz parte do monitoramento, o convite. (Intervenção simultânea). A  
4373 minha fala é com relação à ponderação que foi colocada pelo colega, o Lucas. Nós estamos  
4374 exercendo uma função pública, nós passamos para aquele tripé da administração pública, não  
4375 tem como: comissão de ética, ouvidoria e corregedoria. Todos, independentemente de receber  
4376 remuneração ou não, exerce uma função pública, estão abertos para esses procedimentos  
4377 internos. Eu sou um entusiasta do trabalho do mecanismo, fiz questão inclusive de acompanhar  
4378 para ver próximo, porque é um trabalho de qualidade que está aqui, isso é inquestionável. Mas,  
4379 não temos como fechar esse canal, tem que ser observado e todos passam por esse tripé.

4380

4381 Silvia – Concordo. Só a maneira que foi colada, perito e assessor. Mas, obvio que todo servidor  
4382 público claramente tem que responder.

4383

4384 Vitória – Bruno.

4385

4386 Bruno – Só uma questão de ordem. Qual seria o porquê do convite direcionado ao ministério  
4387 da justiça e ao DEPEN, só para eu entender o porquê do convite a ambos.

4388

4389 Carolina – É o DEPEN do ministério da justiça? O DEPEN e o gabinete do ministério da  
4390 justiça?

4391

4392 Caio – Podemos debater juntos. Eu acho que não é problema convidar o ministério da justiça,  
4393 se ele tem executado essas FTIPs, e essa é uma das questões que apareceu muito no relatório.

4394

4395 Bruno – É que ele executa as FTIPs por meio do DEPEN. Então, não faz sentido colocar os  
4396 dois. O braço executivo...

4397

4398 Vitória – Por uma questão de subordinação, talvez para responder pelo subordinado. Estou  
4399 sugerindo algo aqui. Porque um é subordinado ao outro. Estamos convocando o chefe também,  
4400 para poder...

4401

4402 Bruno – Você chama o DEPEN que, realmente, traça as Políticas públicas em âmbito federal,  
4403 em conjunto com a estadual, para fazer as nacionais, já supera. Só por isso.

4404

4405 Vitória – é uma sugestão. Podemos tentar o encaminhamento dessa audiência. Vamos colocar  
4406 nesses termos. Carol, por favor, as anotações que você fez sobre a audiência.

4407

4408 Carol – Em relação à audiência, recomendações do mecanismo sobre o Ceará, para as seguintes  
4409 autoridades: DEPEN, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, OAB do Ceará, Comissão  
4410 de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Secretaria de  
4411 Administração Penitenciária do Ceará, e o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, também  
4412 do Ceará. A ideia é que possamos fazer o acompanhamento das recomendações do mecanismo,  
4413 feitas nesse relatório. E, um ponto adicional, que foi mencionado pelo Ribamar, seria uma  
4414 avaliação do repasse de recursos do FUNPEN. Esse, entraria já como um dos itens da pauta.  
4415 Fica para avaliação posterior, a depender das discussões de amanhã, também essa avaliação da  
4416 representação, se vai ter alguma interferência nesse ponto aqui, ou não. (Intervenção  
4417 simultânea). Mas esse seria um adicional que vamos definir amanhã.

4418

4419 Vitória – Perfeito. Podemos dar esse encaminhamento. Colocamos para a votação, por uma  
4420 questão, como o Marcelo diz, de preciosismo. Todos a favor desse encaminhamento, por favor,  
4421 levantem a mão, quem tem direito a voto.

4422

4423 Carolina – Só para fazermos o registro, CONECTAS, SOMOS, MNU, EDUCAFRO, RENILA,  
4424 Justiça Global, UFRN, CFP e OAB.

4425

4426 Sávio – (...) Somente para aquelas autoridades, na próxima audiência do CNPCT?

4427

4428 Vitória – Eu imagino, Sávio, me corrija se eu estiver errada, uma audiência específica para isso.  
4429 (Intervenção simultânea). Extraordinária. Porque, senão não daríamos conta da nossa pauta e  
4430 de tocar essa audiência, que imagino que levaria um dia.

4431

4432 Sávio – Como governo, voto favorável. (Intervenção fora do microfone).

4433

4434 Vitória – Só para contabilizar os votos, todos aqueles contrários a essa questão, por favor,  
4435 levantem a mão.

4436

4437 Sávio – Não estou entrando na extraordinária não. Só deixando claro o convite das autoridades.  
4438 A questão da extraordinária é administrativa, tem que ver.

4439

4440 Vitória – tem que ver administrativamente isso. Aqueles contrários ao encaminhamento, por  
4441 favor, levantem a mão. Ninguém contrário ao encaminhamento. E aqueles que vão se abster de  
4442 voto, ninguém levantou a mão também.

4443

4444 Carolina – Vamos lá: CNPG, SEGOV, MRE, SG, CPIR, Saúde, Cidadania, acho que não faltou  
4445 ninguém.

4446

4447 Vitória – É isso. Perfeito. Dez a favor e sete abstenções. A Carol está fazendo as anotações das  
4448 entidades. Damos esse ponto de pauta como encaminhado.

4449

4450 Matheus – Presidente, eu só queria pedir licença, vou a uma reunião do Conselho nacional de  
4451 Justiça, sobre tortura em audiência de custódia. Queria pedir licença para sair no meio da  
4452 reunião e, fazer um pequeno contraponto que foi colocado, conversei com a Fernanda também.  
4453 As representações estão no item nove da pauta. Acho que a plenária tem a independência,  
4454 autonomia, para manter essa pauta ou, amanhã, discutir no item nove. Acho que não implica  
4455 em nada. Por exemplo, eu, como Matheus, posso fazer uma inspeção, achar várias violações de  
4456 direitos, e cometer uma falsa funcional, faltei com urbanidade com o diretor, só um exemplo.  
4457 São objetos totalmente distintos, o item que votamos agora, do item nove. Obrigado. Boa tarde.

4458

4459 Vitória – Nós temos agora, para o dia de hoje ainda, a questão da pauta temática do mecanismo,  
4460 que ainda temos, vocês estão com a pauta, alguns informes sobre visitas e, acredito que o

4461 relatório é de inspeção ao Espírito Santo, o socioeducativo também ainda esteja na pauta. Fora  
4462 isso, pautas administrativas, quatro, cinco e seis.

4463

4464 Lucas Grilo – Vitória, por gentileza, só um esclarecimento. Hoje, de manhã, foi deliberada  
4465 sobre uma possível emissão de nota pública, na ausência de muitos inclusive, de todos do  
4466 governo. O que ficou decidido? Porque, como o Sávio já levantou anteriormente, temos uma  
4467 resolução que trata de notas públicas, de todo o fluxo que deve ser obedecido. Eu queria  
4468 entender qual foi o encaminhamento supostamente dado pela manhã, para podermos...

4469

4470 Matheus – Lucas, o governo levantou e saiu andando. Sem quórum?

4471

4472 Vitória - Quórum simples.

4473

4474 Sávio – O que ele está questionando se está seguindo o fluxo da resolução vigente, zero quatro,  
4475 que fala que tem que ser apresentado com antecedência, passa pela mesa diretora, e vota-se na  
4476 próxima reunião do pleno. Esse tem um fluxo bem definido pela resolução vigente. É isso que  
4477 ele está questionando.

4478

4479 Lucas Grilo – Resolução número quatro, de maio de dois mil e dezesseis.

4480

4481 Matheus – Acho que a plenária decidiu, depois pode impugnar. A plenária decidiu.

4482

4483 Lucas Grilo – A plenária decidiu pelo que?

4484

4485 Vitória – Pela elaboração de nota, que seria definida como de repúdio ou de recomendação, que  
4486 o Matheus ficou responsável por fazer a redação e nos encaminhar até amanhã, que ainda é  
4487 reunião da plenária amanhã, para que possamos fazer a aprovação conjunta. Não do mérito, a  
4488 nota já foi o mérito votado nessa nossa plenária aqui. Estaríamos fazendo o encaminhamento.

4489

4490 Sávio – Mas, nós colocamos em votação uma questão que não estava na pauta, e estamos  
4491 incorrendo em alguns vícios que, ao meu ver, são prejudiciais. Temos uma resolução vigente,  
4492 que é a quatro, de maio de dois mil e dezesseis, que estabelece um fluxo bem claro, posso até  
4493 ler, sei que você está apressado.

4494

4495 Matheus – Desculpa, vou ter que ir embora mesmo, mas a presidente, a plenária deliberou.

4496

4497 Sávio – Procedimento para aprovação de nota pública, artigo quatorze: aprovação de notas  
4498 públicas poderá ser realizada de forma não presencial. Parágrafo único: compreende-se por não  
4499 presencial a deliberação sobre nota pública, realizada no âmbito da mesa diretora do CNPCT.  
4500 As sugestões de nota pública serão enviadas eletronicamente, por qualquer um dos membros  
4501 do CNPCT, à coordenação geral, que transmitirá aos demais membros e encaminhará a mesa  
4502 diretora. A mesa diretora tendo presente os comentários, cada um apresenta o comentário que  
4503 quiser para a nota, e contribuições dos membros do CNPCT, poderá aprovar a nota pública ou  
4504 encaminhará ao plenário na reunião ordinária subsequente. Analisa-se o texto, vota-se na  
4505 próxima. Acho que é uma resolução vigente, acho que não pudemos não observar.

4506

4507 Vitória – Só fazendo um comentário, esse ponto de pauta é o segundo, porque estamos falando  
4508 do decreto nove mil oitocentos e trinta e um. É claro que um ponto de pauta vai gerar alguns  
4509 encaminhamentos, algumas soluções que vamos propor, me corrijam se eu estiver errada, nós  
4510 não vamos aqui ler uma ata ou ler uma pauta. Vamos propor alguns encaminhamentos. Um dos  
4511 encaminhamentos propostos para o ponto de pauta número dois, foi essa questão da nota  
4512 pública, que seria redigida pelo Matheus, que havia dado a ideia na reunião. Essa questão sobre  
4513 o ponto de pauta dois, que está na nossa pauta, foi vencido o mérito na reunião da manhã, por  
4514 maioria simples dos presentes, porque não estamos falando de um quórum qualificado para  
4515 iniciar essa reunião, nem para votar alterações de regimento, que acho que exige um quórum  
4516 qualificado. Então, é maioria simples. Estávamos em maioria simples, maioria favorável à nota,  
4517 então ela foi aprovada como ponto de pauta dois. Só para esclarecer que não tentamos dar  
4518 nenhum encaminhamento fora do que estava previsto na pauta. Me parece que, no nosso  
4519 regimento, há a questão de que tem que ser submetida à plenária, para considerações,  
4520 comentários. Foi o que o Matheus se propôs a fazer. Redigir, mandar para nós lermos, fazermos  
4521 os comentários, considerações que acharmos pertinentes.

4522

4523 Sávio – Para votação na subsequência. O meu ponto seria isso.

4524

4525 Vitória – Só para esclarecer. O mérito, se faremos a nota ou não, esse foi vencido na reunião da  
4526 manhã. Nós estamos agora debatendo o teor do que o Matheus irá apresentar para nós.

4527

4528 Marcelo – Vitória, só para ajudar na memória. Essa memória, Sávio, não significa que não  
4529 estivesse errado junto no passado. Mas, no ano passado, a nossa tradição aqui era discutirmos,  
4530 a nota era produzida aqui mesmo, porque subentende-se que a mesa diretora está presente, ou  
4531 então ela se ausentou por necessidades superiores ou por vontade própria. Mas, para mim, soa  
4532 estranho. Estávamos errados há muito tempo. Se formos colocar esse fluxo pétreo, que você fez  
4533 a leitura de que, primeiro, tem que ir separado. Eu estou entendendo isso. Você falou que,  
4534 primeiro, tem que ir separado para a mesa diretora, a mesa diretora passa para o pleno, e está  
4535 tudo misturado, porque todo mundo que faz parte do pleno está na mesa diretora. Só para  
4536 esclarecimento. E, para declaração, porque é declaração de responsabilidade, é minha e sua  
4537 também, porque já concordamos com isso no passado, de que era assim que procedíamos. Se  
4538 for para dizermos que vai ser somente assim, dessa forma, estamos juntos. Obrigado.

4539

4540 Interlocutor não se identificou – Eu não saberia dizer como isso era conduzido no passado.  
4541 Como o senhor fez questão de ressaltar há pouco, eu sou uma neófita, aqui é meu primeiro  
4542 mandato. Mas, me parece claro, pelo que consta nessa resolução, que as sugestões de notas  
4543 serão enviadas eletronicamente a qualquer um dos membros. Por exemplo, tive que me ausentar  
4544 mais cedo por uma urgência, tive que voltar para o ministério das Relações Exteriores, e eu  
4545 acho que seria muito relevante ter recebido o teor da nota, porque me parece um pouco estranho  
4546 que haja aprovação, de que uma nota seja feita, sem que haja aprovação do conteúdo.  
4547 Aprovamos que vai haver uma nota e, vamos depois aprovar o conteúdo e, se o conteúdo não  
4548 for aprovado, a nota versará sobre o que exatamente? Esse procedimento me pareceu um pouco  
4549 confuso. De todo modo, como o regulamento prevê que as sugestões de nota serão  
4550 encaminhadas, entendo que esse conteúdo deve ser encaminhado antes que haja uma votação  
4551 sobre a decisão de emitir uma nota, senão não faz muito sentido o que está previsto no  
4552 regulamento, pelo menos no meu entendimento. Coincidi com várias das ponderações que  
4553 foram levantadas pelo doutor Sávio.

4554

4555 Caio – Eu estou aguardando me trazerem o texto da resolução. Acabei levantando, mas, daqui  
4556 há pouco, levanto de novo.

4557

4558 Vitória – Sílvia.

4559

4560 Silvia – Era só para reiterar do que se aprovou, foi uma moção de uma nota. Foi um pouco o  
4561 que a representante agora falou, do ministério das Relações Exteriores. Mas, não há um teor,  
4562 não há um texto ainda. A ideia era exatamente Matheus trabalhar numa minuta, que vai ser  
4563 então discutida, submetida a vários comentários, alterações. O que se votou foi a aprovação de  
4564 se fazer uma nota, mas o conteúdo dessa nota vai ser totalmente discutido. Aliás, nem existe  
4565 ainda o teor da nota. O teor da nota será discutido, submetido a comentários obviamente de  
4566 todos do CNPCT. Mas, a questão de se ausentar, não sei, se está em sessão, o comitê está em  
4567 sessão, se a pessoa se ausenta, deixa um suplente, mas se a sessão não tinha sido suspensa, acho  
4568 que a sessão do comitê, que eu entenda, continua, até ser suspensa pela presidência e vice-  
4569 Presidência.

4570

4571 Vitória – O Lucas está inscrito. O Lucas, depois, você.

4572

4573 Lucas Grilo – Vitória e demais conselheiros, acho que cabe um esclarecimento. A resolução é  
4574 clara, ao dizer que a nota que vai para aprovação da mesa já está pronta, já foram coletados os  
4575 subsídios, as sugestões. Não temos uma nota. Então, nem podemos considerar que a mesa  
4576 deliberou a respeito disso, que a mesa ou eventualmente o plenário, pela manhã. Não há uma  
4577 nota. Se foi votado que seria feita uma nota, ela vai ter que seguir esse fluxo da resolução  
4578 número quatro. Só para não estarmos, às vezes, falando de duas coisas diferentes, sem entender  
4579 muito bem. O fato é esse, quando houver uma nota, esse é o fluxo, resolução número quatro,  
4580 CNPCT, podem procurar, maio de dois mil e dezesseis.

4581

4582 Vitória – Carol, vamos tentar, se ele está sem resolução.

4583

4584 Frei Davi – Entendemos que o fluxo pressupõe duas realidades. Uma primeira realidade é  
4585 quando surge a necessidade da nota, antes da comissão acontecer. A outra realidade é: a nota  
4586 surgiu durante o pleno. Para nós, são duas realidades diferentes e, portanto, é bom considerar  
4587 essa interpretação.

4588

4589 Vitória – Eu acho que a colocação do Frei, se ninguém... Débora.

4590

4591 Débora – Eu entendo a questão das pessoas que não pode estar presente e, nem acho que o  
4592 comitê deve aguardar essas pessoas por alguma coisa. Mais cedo, tivemos até um pedido de

4593 aguardar um membro que chegasse, por uma questão de gentileza. No meu caso, não estou  
4594 falando sobre uma questão de gentileza, estou tratando do que está presente no regulamento.  
4595 Não é sobre todos os pontos. No meu entendimento é que não se pede que aguarde que todas  
4596 as pessoas venham para a votação, mas se pede que todas as pessoas tenham ciência de que há  
4597 o teor de uma nota que está sendo discutida. Porque, pode ser o caso, por exemplo, que essa  
4598 pessoa esteja resolvendo outra coisa urgente, infelizmente não pode estar aqui e, ao ver o teor  
4599 dessa nota, julgue que essa questão que apareceu acaba sendo mais relevante que a outra que  
4600 ela estava resolvendo. Não sei. O fato é que isso está presente no regulamento, não seria, a meu  
4601 ver, uma questão de gentileza ou delicadeza, com as pessoas que tiveram que sair, entendo que  
4602 é uma questão regulamentar. Uma dúvida mesmo, que foi algo que já havia perguntado antes,  
4603 que não entendi bem ainda. Houve a aprovação de uma moção para que fosse realizada uma  
4604 nota, e o conteúdo será discutido amanhã, pelo que eu entendi. Mas, se não houver consenso  
4605 com relação a esse conteúdo, a nota cai, ela não é divulgada. É isso que acontece?

4606

4607 Vitória – Eu vou passar e, depois, também faço a minha inscrição de fala para responder essas  
4608 dúvidas. Não sei quem levantou antes, se Cândida ou Bruno.

4609

4610 Cândida – Eu acho que o ponto que foi vencido foi a feitura de uma nota. Acho que são duas  
4611 coisas diferentes e, inclusive, seria o decreto mesmo, que esteja desatualizado, não invalida uma  
4612 decisão que já foi tomada em plenário, por maioria simples, hoje pela manhã, que é a feitura de  
4613 uma nota para publicação, dentro do contexto de uma discussão, de um decreto que não  
4614 contemplava a opinião da maioria simples do comitê, aqui reunido. Foi deliberado, foi aprovada  
4615 a feitura de uma nota, a nota vai ser feita. Isso é um ponto vencido. Isso não exclui seguir o rito  
4616 do que diz de nota, etc. foi o que foi deliberado.

4617

4618 Vitória – (...) conseguirem colaborar, porque a intenção não é pegar ninguém de supressa, isso  
4619 é um colegiado afinal. Bruno, por favor, você e, depois, vou eu.

4620

4621 Bruno – Nós deliberamos há pouco, sobre a questão de autoridades e, inicialmente,  
4622 simplesmente: vamos convocar as autoridades, depois vemos quais pontos são destinados a  
4623 quais autoridades. Isso, acho que de uma maneira geral, casou incomodo e fomos tecendo quais  
4624 autoridades convocar e o porquê, dentro do parâmetro do relatório feito. Da mesma maneira,

4625 foi aprovada uma nota em aberto, foi a confecção de uma nota em aberto. Estamos discutindo  
4626 aqui se não seria mais plausível já não termos o teor da nota, para aprovar ou recusar essa nota.

4627  
4628 Vitória – Eu vou usar minha inscrição de fala para aproveitar e fazer alguns esclarecimentos.  
4629 Novamente, esse é o ponto de pauta dois, e nós já havíamos superado o ponto de pauta dois.  
4630 Estamos voltando para fazer esclarecimentos, mas não votaremos novamente uma questão de  
4631 mérito que já foi aprovada por maioria simples dos presentes aqui. Faça as perguntas que achar  
4632 pertinente, porque o funcionamento aqui nem sempre é fácil. Mas, a questão é que, o ponto  
4633 dois, quando fomos debater o decreto, não temos como antever quais encaminhamentos que  
4634 vamos achar necessários para já incluir na pauta. Quando eles mandam para nós, pauta  
4635 administrativa, decreto nove mil (...), não tem como nós, em casa, pensarmos: vou querer  
4636 aprovar uma nota sobre isso, então, vou mandar para a administração, para eles colocarem a  
4637 nota, e vamos votar essa nota. Não tem como. Esse foi o encaminhamento sobre o ponto de  
4638 pauta dois. O nosso encaminhamento foi produzir uma nota. Claro que acho que a reunião seria  
4639 contra produtiva, se parássemos tudo para produzirmos juntos essa nota, me parecia que não  
4640 faríamos mais nada, a não ser fazer ofícios conjuntos e notas, e é para isso que tem a Carol,  
4641 para nos auxiliar em tudo isso para agilizar nossa reunião, são penas dois dias de reunião. E,  
4642 como sabemos, nem todos podem ficar aqui dois dias. Nós, de forma nenhuma queremos  
4643 descumprir o nosso regimento. Como dissemos, o Matheus se propôs a fazer, porque foi ele que  
4644 deu a ideia. Quem pariu o filho, que crie, ele que vai fazer essa proposta, esse esqueleto de nota,  
4645 e vai mandar para todos nós, e todos vamos fazer considerações e comentários sobre o  
4646 esqueleto. A questão da nota em si, é questão de mérito superada. Em relação a isso, eu pediria,  
4647 por uma questão de respeito à nossa pauta, e conseguirmos avançar com outras discussões, que  
4648 não voltemos, não é nem a votar isso, porque isso não seria possível, é uma questão de mérito  
4649 superada. Mas, que tentemos não voltar atrás, no item dois da pauta, porque temos ainda vários  
4650 outros para hoje. Mas, em relação à nota, o mérito foi votado por maioria simples e o Matheus,  
4651 novamente, se dispôs a fazer isso, encaminhar para todos, por e-mail, conforme manda. Agora  
4652 que eu vi, não sabia nem dessa questão do regimento, mas, como manda o regimento, para todos  
4653 façam das considerações que acharem necessárias.

4654  
4655 Lucas Grilo – Vitória, só para finalizar minha participação em relação a isso. Está aí na tela,  
4656 para vocês acompanharem, a resolução número quatro. Reitero o que já disse. Tudo bem, houve  
4657 uma deliberação pela manhã, no sentido de ser elaborada uma nota, ok, mas ela vai seguir o

4658 fluxo da resolução. O plenário não vai poder, a não ser que edite uma nova resolução que  
4659 revogue essa, que inove, coisa que não aconteceu. Então, vamos ter que seguir o fluxo, que diz  
4660 o seguinte, artigo quinze: as sugestões de nota pública serão enviadas eletronicamente por  
4661 qualquer um dos membros do CNPCT, que transmitirá aos demais membros e encaminhá-la-á  
4662 à mesa diretora. Artigo dezesseis: a mesa diretora, tendo presente os comentários e  
4663 contribuições dos membros do CNPCT, poderá aprovar a nota pública ou encaminhará ao  
4664 plenário, na reunião ordinária subsequente. Após aprovada, a nota será publicizada. O demais  
4665 artigo não tem tanta relevância para o momento. Mas, esse é o fluxo.

4666

4667 Vitória – Me parece, Lucas, me corrija se eu estiver errada, o artigo quinze é o que pensamos  
4668 que o Matheus faria essa nota, e encaminhar ao CNPCT, coordenação geral.

4669

4670 Lucas Grilo – Mas o Matheus não é membro do CNPCT.

4671

4672 Vitória – O Matheus vai me encaminhar, e eu vou encaminhar para vocês.

4673

4674 Lucas Grilo – O Matheus não é membro do CNPCT. Entendo que resta inválido o que foi  
4675 deliberado.

4676

4677 Vitória – Aqui tem mais o Felipe, o Sávio, a Débora novamente.

4678

4679 Caio – Eu tenho a seguinte representação, vamos fazer um grande exercício hermenêutico  
4680 juntos. Procedimento para aprovação de notas públicas. A aprovação de notas públicas poderá  
4681 ser realizada de forma não presencial. Poderá. (Intervenção fora do microfone). Pode ser  
4682 presencial. Compreende-se por não presencial, a deliberação sobre nota pública, realizada no  
4683 âmbito da mesa diretora. Então, só é não presencial, quando fora a mesa diretora que,  
4684 atualmente é quem? Eu, vitória, Lucas, e o colega, desculpa esqueci seu nome. (Intervenção  
4685 fora do microfone). Agora começa um rito, a partir do artigo quinze: as sugestões de nota  
4686 pública serão enviadas eletronicamente, por qualquer um dos membros, ou seja, já não pode ser  
4687 o Matheus, à coordenação, que não se chama mais coordenação, que transmitirá aos demais, e  
4688 encaminhá-la-á – arrasou na mesóclise – à mesa diretora. A mesa diretora, tendo presente os  
4689 comentários e contribuições dos membros, poderá aprovar a nota pública ou, encaminhará ao  
4690 plenário, na reunião ordinária subsequente. Ali, descreve o rito da nota que é aprovada não

4691 presencialmente. Esse é o primeiro ponto. O que acontece? Ou a mesa aprova a nota, através  
4692 desse rito não presencial, e está feito. Ou a mesa encaminhada para a aprovação presencial.  
4693 Vocês estão acompanhando, essa é a minha abordagem. Contudo, se no início diz que poderá  
4694 ser realizar de forma não presencial, quer dizer que poderá ser realizada de forma presencial, o  
4695 que ignora a necessidade, dispensa a necessidade de haver esse rito de encaminhar por e-mail,  
4696 porque estamos fazendo tudo de forma presencial. Após aprovada, manter em arquivo  
4697 eletrônico, os membros poderão solicitar acesso ao procedimento, essa resolução...

4698

4699 Bruno – Caio, se essas normas fossem...

4700

4701 Sávio – (...) subsequente. A questão é o ponto que coloca, ela vai receber colaborações e vai  
4702 para a sessão subsequente. Tem um rito bem definido na sequência.

4703

4704 Bruno – Senão seriam todos incisos do mesmo artigo, e não artigos diferentes.

4705

4706 Lucas Grilo – Mas vale uma observação: o único que fala de nota pública a ser encaminhada  
4707 de forma não presencial, é o artigo quatorze. A nomenclatura do capítulo é: procedimento para  
4708 aprovação de nota pública. O tema não é nota não presencial. (Intervenção simultânea). Não  
4709 são parágrafos do artigo quatorze, são artigos desvinculados. E vale mais um ponto que eu já  
4710 tinha levantado anteriormente. Vocês estão vendo que é um fluxo que já está prevendo, ou já  
4711 está pressupondo uma nota pública que foi elaborada, coisa que nem temos aqui, não houve  
4712 elaboração de nota pública, não houve participação do membro do CNPCT, quem se dispôs,  
4713 tenho certeza que foi de boa fé e tudo mais, é um membro da defensoria pública, que não faz  
4714 parte do comitê. Temos um rito cheio de irregularidades.

4715

4716 Caio – O colega insiste naquele ponto que, para mim, a Vitória já tinha esclarecido. Hoje, pela  
4717 manhã, não provamos nota nenhuma. Nós decidimos, como encaminhamento de outra pauta,  
4718 que seria uma boa ideia, um bom encaminhamento, fazer uma nota, e seguimos o rito da nota.  
4719 Agora, se vai ser presencial...

4720

4721 Vitória – Caio, vou te interromper só para respeitar a inscrição de fala. Felipe, por favor.

4722

4723 Felipe – Eu quero reforçar essa questão, que pode ser formal, mas é importante, que há muita  
4724 clareza que um membro é quem proporá a realização de uma nota. Se foi não membro que a  
4725 propôs, temos uma irregularidade no início que me parece insanável, a não ser que se faça agora  
4726 por um membro.

4727

4728 Marcelo – Vitória, só para esclarecer e, ajudar quem estava presente. Porque, quem não estava  
4729 presente...

4730

4731 Vitória – Vou te interromper, com toda gentileza, para a Débora fazer a fala dela.

4732

4733 Débora – Obrigada, Vitória. Na verdade, (...) a sua fala, concordo com o que você disse.  
4734 Entendo que nem sempre é possível ter um texto adiantado de uma nota, antes de chegar à  
4735 reunião e, dentro dos pontos, surgem necessidades ou pleitos para que haja elaboração de uma  
4736 nota. A questão, eu entendo que, surgindo essa necessidade ou esse pleito, pode surgir o  
4737 encaminhamento de: vamos considerar a elaboração de uma nota. Há a elaboração de um texto,  
4738 que é submetido eletronicamente aos membros, para que os membros, vendo essa nota, essas  
4739 sugestões venham participar do momento de apresentação de comentários e de votação desse  
4740 texto. Uma vez aprovado, não vejo essa diferença entre aprovar a elaboração de uma nota e,  
4741 depois, aprovar o texto separado. Concordo com o Bruno, no que ele falou, que se aprova um  
4742 texto e... então, se aprova publicação desse texto, por meio de uma nota. Não faz sentido para  
4743 mim, era o que eu tinha entendido anteriores, que se decida invariavelmente fazer uma nota,  
4744 depois se discuta o conteúdo dessa nota. E, se não há um consenso sobre esse conteúdo, ainda  
4745 assim já houve a decisão de que haveria a publicação de uma nota. Para mim isso não faz muito  
4746 sentido. Pelo que o colega falou, me parece que o que houve foi o encaminhamento de que se  
4747 discutiria uma nota, que acho que é uma questão diferente do encaminhamento de que se teria  
4748 aprovado uma nota, com toda certeza de que isso já teria sido ultrapassado. Esse é o meu ponto.

4749

4750 Marcelo – Eu reforço, acho que não é só a Tatiana não. Mas, Tatiana falou que precisa de uma  
4751 assessoria jurídica, e precisa mesmo. Ainda bem que, na sociedade civil, também tem gente que  
4752 é advogado. E acho que as coisas não são disjuntivas. Nessa memória que está, só para  
4753 esclarecer duas coisas. Primeiro, está no regimento que a composição do CNPCT, mais uma  
4754 vez, o manual está aí, mas o regimento já estava, temos que nos apropriar melhor desse  
4755 regimento, até para muda-lo. Algumas pessoas estão defendendo que se mude alguma coisa no

4756 regimento, mas é necessário ter um conhecimento quase que explícito em relação. Tem aqui,  
4757 temos que procurar no regimento. O ministério público faz parte, como convidado. A defensoria  
4758 pública, perdão, faz parte, como convidado. A defensoria pública não pode votar, que não  
4759 votou. Isso é para esclarecer. Tem uma outra questão, nós não atribuímos a autoria do  
4760 encaminhamento, ao colega que não pode votar. Nós, que estávamos aqui, que somos membros  
4761 do CNPCT, delegamos a esse colega, para que ele procedesse a essa feitura. Se isso for um  
4762 equívoco, nos submetemos ao escrutínio, ao que precisarmos ser punidos, se fizemos alguma  
4763 coisa errada. Porque, tem gente que faz coisa errada, pede desculpa e não paga a  
4764 responsabilidade. Além de pedirmos desculpa, bota até a cabeça. Podemos, se for necessário,  
4765 nos responsabilizarmos por algum ato de inépcia que possamos ter produzido.

4766

4767 Vitória – Lucas.

4768

4769 Lucas Grilo – Só um acréscimo. A defensoria pública, os ministérios públicos, eventualmente,  
4770 podem colaborar, e é muito bom que isso aconteça, ter o apoio deles aqui. Mas, não podemos  
4771 categoriza-los como membros. Eles não são membros, e o texto da resolução é claro. Deve ser  
4772 composta ou apresentada por um membro do CNPCT, as contribuições eventualmente em  
4773 relação à nota pública. É essa a consideração que tenho a fazer. Reitero, foi um procedimento  
4774 absolutamente eivado de vícios, juridicamente falando, o que foi feito pela manhã. Então, não  
4775 podemos considerar esse encaminhamento como válido.

4776

4777 Vitória – Sávio.

4778

4779 Sávio – Os colegas que são convidados, sempre contribuem bastante, são técnicos que atuam  
4780 na área, são técnicos e contribuem. Isso não evita que pode passar para um membro, e o membro  
4781 se apropriar desse material, para apresentar seguindo a norma vigente. Isso não evita. Inclusive,  
4782 alinhado com o Caio, que nós temos que... perdi o ponto, colega..., mas, os procedimentos têm  
4783 que ser seguidos. O que aconteceu pela manhã foi que, verificando o ponto da pauta, seria  
4784 importante uma manifestação do colegiado. Elaborando, com a contribuição do convidado,  
4785 passando para um membro, o membro encaminhando, seguindo o fluxo, todo mundo poderá  
4786 apresentar suas contribuições, e será levado para votação. Não existe nenhuma  
4787 incompatibilidade do que foi apreciado. Acho que podemos sanar, e seguir o fluxo da resolução  
4788 quatro.

4789

4790 Vitória – Bruno, vou cortar sua frente, só fazendo um esclarecimento, que foi trazido à vice-  
4791 Presidência. A nossa lei doze mil (...), no artigo sétimo, parágrafo quarto, se não me engano,  
4792 diz especificamente que o ministério público, defensorias e membros do judiciário, se não me  
4793 engano, poderão integrar o comitê com direito a voz, e não voto. Não me parece ilegalidade,  
4794 como está sendo posta, esdruxula, capaz de anular nossa votação, que um membro da defensoria  
4795 que, conforme prevê nossa lei doze mil, inclusive nossa lei mãe, se propôs a fazer essa nota e,  
4796 sem problema nenhum, eu peço que alguém da RENILA, que alguma instituição plagie essa  
4797 nota, digamos assim. Esse não é um problema insanável, eu diria. E parece que conseguiríamos  
4798 dar o encaminhamento satisfatório a todos. (Intervenção simultânea). A questão da votação,  
4799 para respeitar o regimento. Bruno, por favor. (Intervenção simultânea). Frei, vou deixar o Bruno  
4800 falar, porque ele já estava inscrito.

4801

4802 Bruno – A minha contribuição é bem no sentido do Sávio mesmo. Amanhã ou, quando o  
4803 Matheus tiver a nota produzida, ele encaminha para a vice-Presidência, a vice-Presidência ou  
4804 algum outro membro encaminha para a mesa, a mesa encaminha eletronicamente, seguindo o  
4805 artigo quinze, todo mundo contribui e, assim, na sessão subsequente, votamos a nota com  
4806 conteúdo, materialidade, sim ou não, caos superado. Essa é minha proposta de  
4807 encaminhamento.

4808

4809 Vitória – Próximo inscrito, Frei.

4810

4811 Frei Davi – Para sanar esse problema, estou propondo que eu faça essa nota, vou convidar o  
4812 Matheus para ajudar, e faço o procedimento passo a passo.

4813

4814 Vitória – O frei está se ofertando. O colega da defensoria do Rio Grande do Sul é Mário?  
4815 (Intervenção fora do microfone). Felipe.

4816

4817 Felipe – Só uma questão que está sendo feita confusão aqui. Uma coisa é a proposição da nota  
4818 pública, outra coisa é a elaboração. A elaboração, não vejo nenhum problema que o Matheus  
4819 faça, mas ele não poderia propor. Ficou claro aqui, pelo menos eu ouvi isso, que ele foi quem  
4820 propôs.

4821

4822 Vitória – Ele se dispôs a fazer, depois de uma deliberação nossa, pela manhã.

4823

4824 Felipe – Eu não estava no momento da votação, mas estava no momento que ele propôs, eu vi  
4825 que ele propôs. Se alguém mais propôs, eu não sei. (Intervenção simultânea). Seria interessante.  
4826 Está sendo feita essa confusão. A elaboração é uma coisa, não tem nenhum problema que seja  
4827 ele que faça.

4828

4829 Vitória – Me parece que o direito à voz dá direito a propor também situações.

4830

4831 Felipe – Esse é outro ponto. No caput do artigo sétimo, fala expressamente quem são os  
4832 membros. São membros, doze da sociedade civil, e onze pelo governo, pelo estado. Então há  
4833 uma diferenciação entre quem é membro e quem não é membro. Juridicamente isso tem efeito.  
4834 Tanto tem que a resolução fala expressamente que membros poderão propor. Essa nomenclatura  
4835 está presente no caput, indicando apenas os onze de um lado, os doze do outro. Lá, no parágrafo  
4836 quarto, muito bem lido pela vitória, existe a presença dos convidados permanentes: poder  
4837 judiciário, ministério público e defensoria pública, não como membros. Há uma diferença clara  
4838 na lei, nem é no regimento interno.

4839

4840 Vitória – Luis Gustavo. (Intervenção simultânea).

4841

4842 Luis Gustavo – (...) da lei federal, ele fala quem são os membros. Se a resolução vai restringir  
4843 o direito à voz do poder judiciário, há uma perspectiva da resolução, que é inferior a lei federal,  
4844 que não pode ser cumprida. A partir do momento que um membro do poder judiciário coloca  
4845 sua voz, o plenário acolhe, vota e delibera como sendo dele, passa a ser do comitê a deliberação.  
4846 Não é uma nota pública proposta por um membro, que estava fora, por um não membro, que  
4847 estava por e-mail encaminhando algo não presencial. É um debate público do plenário deste  
4848 comitê, com participantes do poder judiciário, com direito à voz, que foi acolhido pelo plenário,  
4849 numa votação simples. Eu acho que é um equívoco a compreensão.

4850

4851 Felipe – Eu compreendo sua linha argumentativa. Mas, juridicamente, até para dar segurança  
4852 jurídica, a deliberação, existe uma clareza (intervenção simultânea).

4853

4854 Marcelo – Uma questão de ordem. Só para poder lembrar, Vitória, de que eu já assumi, essa  
4855 hora acho que as pessoas estão esquecidas disso. Assumi que o encaminhamento foi feito por  
4856 mim, que o representante Matheus suscitou a ideia, mas o encaminhamento foi feito por mim.  
4857 Podemos esclarecer com a gravação, mas nós vencemos essa questão que é quase que, pela  
4858 nossa memória que é recente... tudo bem que tem o direito do esclarecimento, mas há uma  
4859 fronteira tênue entre o esclarecimento, à má fé e a acusação indevida. Vamos dar um intervalo  
4860 nesse negócio. Se vocês insistirem que a questão é essa. Eu acho que, para quem estava aqui, a  
4861 questão não é essa, Só para esclarecermos. Obrigado.

4862

4863 Vitória – Cândida.

4864

4865 Cândida – O que está escrito ali é que só os membros podem propor, é que só os membros  
4866 podem enviar eletronicamente. Nenhum não membro enviou eletronicamente uma nota para ser  
4867 aprovada. Está ali escrito, não é uma proposição. Ainda que fosse, não foi um não membro,  
4868 como o colega colocou. Me parece que essa discussão, essa tentativa de retomada de pauta, é  
4869 não só improdutiva como, na verdade, parece uma tentativa de atrapalhar o processo do resto  
4870 da reunião. Porque a coisa que foi deliberada, é a feitura de uma nota, a partir de uma discussão  
4871 que foi colocada aqui de um decreto. Essa nota não foi feita, essa nota não foi enviada, vai ser  
4872 enviada por um membro do comitê, conforme o decreto está colocado ali, e não vejo porque  
4873 não deliberarmos e não encaminharmos o fim dessa discussão, porque já foi discutido.

4874

4875 Vitória – Eu tenho as inscrições de fala, e encerro as inscrições e nós damos um  
4876 encaminhamento para isso, lembrando que a pauta número ponto dois, que já foi votada pela  
4877 manhã. Caio.

4878

4879 Caio – Estávamos indo tão bem de tarde, discutindo o relatório do mecanismo, aquilo que  
4880 realmente temos que fazer. Um exemplo: quem foi que propôs o convite das autoridades e os  
4881 assuntos que vão ser debatidos? Ninguém sabe quem propôs isso, isso foi a construção coletiva  
4882 no decorrer da tarde. Quem propôs, foi eu, foi a Silvia? Não sei, a Silvia propôs um pedaço, eu  
4883 propus outro, Ribamar propôs um pouco. É uma construção coletiva, foi a mesma questão que  
4884 aconteceu com essa nota. Bola para frente.

4885

4886 Vitória – Agora é o Lucas.

4887

4888 Lucas Grilo – Para finalizar minha participação e, até como sugestão para fecharmos esse ponto.  
4889 Acredito que possamos deliberar a esse respeito amanhã de manhã. Acredito que foi o frei que  
4890 ficou de elaborar a nota? Porque, pela resolução, tem que ser enviada eletronicamente, artigo  
4891 quinze, para termos acesso e podermos debater. Porque também vamos apresentar nossas  
4892 contribuições, e vemos como fica o conteúdo das notas, mas podemos deliberar amanhã. É o  
4893 que eu sugiro, até pelo avançado da hora.

4894

4895 Vitória – Silvia.

4896

4897 Silvia – Era só na mesma linha do Caio que, quando a lei diz que os convidados (inaudível) tem  
4898 direito à voz, acho que a voz é isso, é o debate, vão ser lançadas ideias, o colegiado vai acolher  
4899 as ideias, ou não. Isso é direito à voz, se não, viemos aqui, ficamos sentados, calados. Imagina,  
4900 fala uma coisa, essa coisa não pode nem ser considerada no debate. Para que eu sento e falo?  
4901 Para que tem direito à voz? É algo que está na lei, porque fala que foi uma construção, a  
4902 importância de ter essas entidades com direito à voz, para contribuir ao debate, e as ideias, o  
4903 órgão, com o colegiado, pode acolher, pode não acolher, pode ignorar, pode fazer o que eu  
4904 quiser. Agora, isso é direito à voz, pelo que eu entenda. Acho que todos aqui têm a mesma  
4905 compreensão.

4906

4907 Vitória – Feitas todas as considerações, eu vou encerrar para conseguirmos tocar esse ponto.  
4908 Feitas as considerações, considerando que, pela manhã, a proposta de elaboração da nota foi  
4909 aprovada por maioria dos presentes, considerando que o Frei, que é parte integrante do comitê,  
4910 se dispôs a fazer essa nota e, considerando que estamos num colegiado, e imagino que as  
4911 recomendações, os comentários, todos serão analisados em conjunto. Então, como o Lucas  
4912 falou, ele quer ter acesso à nota, para fazer as considerações, aqui, da secretaria, todos nós  
4913 vamos ter acesso à nota para fazer comentários e considerações. O frei se dispôs a fazer,  
4914 encaminhar eletronicamente, conforme manda a nossa resolução. Estamos dando  
4915 encaminhamento, fechando o ponto de pauta dois, na verdade, de colocando para votação desses  
4916 comentários que surgirão, como o Lucas sugeriu, para o período de amanhã, que é a mesma  
4917 reunião que estamos mantendo, só que continuando a análise de comentários amanhã. Se todos  
4918 concordarem.

4919

4920 Lucas Grilo – Eu concordo, só tenho uma dúvida, Vitória, em que momento da pauta de  
4921 amanhã? Isso não ficou claro para mim.

4922

4923 Vitória – Nós podemos colocar, sugeriria, no final, já que é um ponto que está surgindo novo,  
4924 teria que ser o último ponto de pauta amanhã, para não atropelarmos outros pontos. É uma  
4925 questão nova que está surgindo na pauta, estamos incluindo isso na pauta hoje.

4926

4927 Marcelo – Vitória, na verdade, honrando nossa memória, tínhamos encaminhado que essa  
4928 leitura, como é de praxe nas últimas reuniões, que se procedesse no final da reunião. Porém,  
4929 contudo, todavia, também já trouxemos, inclusive a colega da federal do Rio Grande do Norte,  
4930 devido a emissão de passagem de alguns membros da sociedade civil, que vão ficar  
4931 impossibilitados, devido também à proporção que a discussão tomou, que especificamente,  
4932 somente essa nota possa ser apreciada no início da tarde e, não no final da tarde.

4933

4934 Vitória – Então, na volta do almoço, estaríamos na apreciação dos comentários à apreciação  
4935 dessa nota. Fernanda, por favor.

4936

4937 Fernanda – Só uma consideração rápida. Me desculpe aqueles que fizeram as colocações, são  
4938 sempre pertinentes, estamos num ambiente democrático de debate. Mas, me parece que é uma  
4939 pauta protelatória porque, como a Vitória reiterou diversas vezes, já foi deliberado. E não tem  
4940 nada em contrário ao que está previsto na resolução, porque a resolução fala de aprovação e, o  
4941 que foi deliberado foi o encaminhamento pura e simples, com um colaborador que sequer  
4942 apresentou a proposta de nota. Não teve uma proposta formal. Com todo o respeito e com toda  
4943 a vênua, estamos aqui para colaborar com esse debate democrático. O que foi feito pela  
4944 defensoria pública, pelos representantes da defensoria pública, da ANADEP, não foi uma  
4945 proposta, foi o que estamos fazendo aqui, em todas as nossas falas, apresentando sugestões.  
4946 Tanto foi encampado por um membro, que a proposta foi apresentada pela vice-Presidência, na  
4947 hora da votação. A proposta, de fato, foi apresentada por um membro. O que foi feita foi uma  
4948 sugestão. Acho que a sua colocação foi super bem colocada, temos tido o cuidado realmente,  
4949 porque sabemos que não somos membros, temos esse direito de voz e, na qualidade de direito  
4950 de voz, as sugestões podem ser encampadas e, sempre que possível, devem ser encampadas,  
4951 sempre que pertinentes e sempre que transparecerem traduzirem o bom senso. Me parece, me  
4952 desculpa, um pouco desrespeitoso porque, de fato, vocês não estavam aqui na hora da

4953 deliberação. Seria como se eu não estivesse aqui na deliberação de amanhã e, eventualmente,  
4954 estivesse, na próxima reunião, querendo debater uma coisa que tivesse sido aprovada pela  
4955 maioria dos que estavam presentes. Os membros que estavam presentes, com direito a voto,  
4956 votaram formalmente, de acordo com o regimento, uma proposta que foi feita pela vice-  
4957 presidência, encampada por outros membros, como colocou o Marcelo, tudo em conformidade  
4958 com o regimento. E, como o Lucas colocou aqui, isso ainda vai ser colocado por um membro,  
4959 a partir de mais uma sugestão do seu conteúdo. Não tem prejuízo nenhum que o próprio  
4960 Matheus faça a sugestão do conteúdo, não que ele apresente a proposta formalmente. A  
4961 proposta, formalmente, vai ser apresentada por um membro, que vários aqui já se colocaram à  
4962 disposição. Mas, de fato, não vejo nenhuma irregularidade, a ponto que tenhamos que deliberar  
4963 um ponto que já foi debatido. E isso está impedindo que continuemos a pauta, para concluir  
4964 itens, quatro e cinco, que já eram para terem sido deliberados antes. Se vocês não se importarem,  
4965 eu acho que se deliberarmos mais alguma coisa, no sentido de que outra pessoa fará anota, se  
4966 tem outro formato, me parece que a deliberação (intervenção simultânea).

4967

4968 Vitória – Agora, a deliberação, eu imagino, parece que é unanimidade, é que colocaremos par  
4969 ao início da tarde de amanhã, para conseguir todo mundo ler, fazer comentários, ninguém  
4970 atravessar a madrugada fazendo isso. Esse é o encaminhamento que eu peço a gentileza dos  
4971 colegas, de superarmos esse debate, se for possível. (Intervenção fora do microfone). Então,  
4972 não estamos superando esse debate, com a gentileza que foi requerida. Mas, abrindo espaço  
4973 para a fala de vocês.

4974

4975 Débora – É um esclarecimento muito rápido. A fala da Fernanda, eu agradeço, me confundiu  
4976 um pouco, porque algumas pessoas, acho que o Caio e a Fernanda, falaram que houve o  
4977 encaminhamento de manhã, houve a sugestão de que fosse elaborada a nota. Falaram nesses  
4978 termos que eu acho perfeitamente válido que tenha havido esse encaminhamento com os  
4979 presentes que estavam aqui, que votaram. Em outros momentos, foi falado que houve a decisão  
4980 de que fosse realizada uma nota. É com isso que eu discordo. Porque, acho que para haver a  
4981 decisão de que seja realizada uma nota, deve haver o conteúdo de uma nota, e esse conteúdo  
4982 deve ser adiantado eletronicamente. Só para deixar para mim o ponto que acho contencioso,  
4983 porque não ficou claro para mim até agora, porque alguns membros falam que houve o  
4984 encaminhamento da realização de uma nota, a sugestão que fosse realizada uma nota, e alguns  
4985 membros falam da decisão de que fosse feita uma nota. Isso não está claro para mim ainda.

4986

4987 Vitória – Felipe, por favor. Fernanda, vou pedir a gentileza de não fazermos essa troca, porque  
4988 fica complicado o debate.

4989

4990 Felipe – Fernanda, eu queria te agradecer, a colocação foi bem esclarecedora, realmente. Esse  
4991 ponto do que foi aprovado foi o encaminhamento, realmente, acendeu a luz do que estava escuro  
4992 para mim. Eu acreditava que o que tinha sido aprovada era a nota pública e, não o  
4993 encaminhamento, então, retiro o que possa ter parecido desrespeitoso. Já mais foi a intenção,  
4994 vocês contribuíram muito com o debate hoje, agradeço a presença de vocês, vocês são muito  
4995 bem-vindos. Agradeço, principalmente, o esclarecimento. Obrigado.

4996

4997 Vitória – Lucas.

4998

4999 Lucas Grilo – Diante do conteúdo da resolução, até para vocês não dizerem que eu só afirmei  
5000 isso amanhã, que seria um tipo de chicana, etc., para postergar os trabalhos, coisa que, de forma  
5001 alguma, é minha intenção, só peço que vocês tenham atenção aos artigos quinze e dezesseis  
5002 porque, diante da resolução, está inviabilizada inclusive a discussão amanhã sobre essa nota.  
5003 Sugestões de notas serão enviadas eletronicamente por qualquer um dos membros do comitê.  
5004 Ficou acertado que seria o frei. A coordenação transmite aos demais membros e encaminhá-la-  
5005 á à mesa diretora. Faremos isso até amanhã? Apresento a sugestão de retirarmos de pauta a nota  
5006 e tratarmos só na próxima reunião do comitê, porque é inviável. Senão, amanhã, vamos estar  
5007 discutindo de novo o descumprimento da resolução, então já estou adiantando isso aqui, porque  
5008 é fato.

5009

5010 Vitória – Estaríamos retirando de pauta a votação sobre o conteúdo da nota, porque a nota já  
5011 foi aprovada hoje de manhã, a feitura dela. Eu sei que pode parecer contraditório, acredito que  
5012 até seja. Mas, as nossas reuniões, falo isso porque participei do comitê no último biênio,  
5013 geralmente, fazemos assim. Como eu disse, não temos como antever os encaminhamentos,  
5014 então aprovamos: vamos fazer uma nota. Quem vai redigir a nota? Fulano. Na próxima reunião,  
5015 vamos trazer uma nota. Geralmente, a pessoa, às vezes, em um almoço, consegue redigir, nós  
5016 lemos, aprovamos, damos o encaminhamento. Mas, não tem como pararmos uma reunião para  
5017 fazer a elaboração conjunta do conteúdo da nota, isso seria impossível, eu imagino, assim como  
5018 ofícios, notas. Nós elaboramos como encaminhamento a feitura da nota. Novamente estou

5019 repetindo isso. Depois, votamos aqui, como vocês sugeriram, e o Lucas colocou, em respeito à  
5020 resolução, o regimento, a aprovação de comentários, adições e supressões da nota. Mas, o  
5021 mérito da nota, eu repito, por uma questão de respeito à reunião e quem estava presente de  
5022 manhã, durante o ponto de pauta dois, a questão da feitura da nota é um ponto de pauta  
5023 ultrapassado.

5024

5025 Lucas Grilo – Não é, Vitória, não pode ser. É o artigo quinze. Eu repito, sei que estou sendo  
5026 repetitivo, mas olha o que diz o artigo: transmitir aos demais membros (intervenção  
5027 simultânea). Mas a nota não pode estar nem num sentido, nem em outro. (Intervenção  
5028 simultânea). Nós podemos fazer sugestões em todo e qualquer sentido, todos os membros vão  
5029 deliberar a respeito, e vão contribuir. Não existe o encaminhamento de uma nota contrária a  
5030 isso ou a favor daquilo, isso não existe, está no artigo quinze: vai ser encaminhado aos demais  
5031 membros, que vão apresentar sugestões e contribuições. É nesse ponto que eu quero bater, que  
5032 estou reiterando.

5033

5034 Vitória – Entendi. Sua colocação é que nossa deliberação da manhã contraria o artigo quinto.  
5035 (Intervenção fora do microfone). Caio.

5036

5037 Caio – Eu volto a afirmar meu posicionamento de que o artigo quinze diz respeito às notas  
5038 enviadas eletronicamente, no rito de aprovar notas não presencialmente. Esse é o meu  
5039 posicionamento sobre a discussão, que já sabemos que vai acontecer amanhã. Eu acredito que  
5040 que isso.

5041

5042 Vitória – Próxima inscrição. (Intervenção simultânea). Lucas, vou pedir para evitar fazer isso.  
5043 Próxima inscrição, Silvia. Quem não estiver inscrito, por favor, abaixo o “negocio”.

5044

5045 Silvia – Só queria seguir o acompanhamento do Caio, desse entendimento, como bem a  
5046 presidente, que está coordenando a mesa, falou. Como (inaudível) nós já participamos de  
5047 diversas reuniões, em vários anos que esse comitê foi formado, desde dói mil e quinze. O que  
5048 mais acontecia era isso: aprova-se o encaminhamento da feitura de uma nota contrária a tal, ou  
5049 se posicionando de certa maneira. Às vezes, na hora do almoço, como bem foi falado, alguém  
5050 trabalhava na minuta, apresentava e se aprovava. Porque uma nota, obviamente, pode ser  
5051 aprovada presencialmente, se estão todos reunidos. Isso é para um momento, imagina que surge

5052 uma situação, não tem a reunião do comitê, então, não presencialmente pode se começar todo  
5053 um procedimento de aprovação de uma nota pública, porque nota pública tem que ser rápida,  
5054 em razão, por exemplo, de um evento que aconteceu. Mas, quantas vezes eu participei de  
5055 reunião do comitê que o procedimento foi assim? Estamos todos reunidos, fazemos a aprovação  
5056 de fazer uma nota pública contra x, y, z, se trabalha numa minuta, no dia seguinte está aqui, se  
5057 discute, se chega no texto final. Se pode ocorrer não presencialmente, obvio que pode ocorrer  
5058 presencialmente. É uma interpretação mais razoável. O que pode mais, pode menos. Então, é  
5059 só essa colocação. Obrigada.

5060

5061 Vitória – Bruno.

5062

5063 Bruno – Eu reitero minha proposta de encaminhamento, do frei pegar a proposta de redação do  
5064 Matheus, encaminhar e seguirmos o regimento para aprovar isso na sessão subsequente. Como  
5065 lá está escrito.

5066

5067 Vitória – Cândida.

5068

5069 Cândida – Eu gostaria de primeiro, questionar a mesa diretora, qual o ponto de pauta estamos  
5070 discutindo agora, porque o ponto dois já foi vencido. É só essa colocação.

5071

5072 Vitória – O respeito, na verdade, desse encaminhamento dentro da nossa resolução, porque  
5073 aprovamos de manhã e, me parece um ponto que não voltaremos atrás, que faremos uma nota  
5074 de repúdio ao decreto, que era o ponto de pauta dois. O conteúdo, como a Débora colocou para  
5075 nós, todos querem olhar. É obvio que ninguém quer pegar ninguém aqui, não é essa a intenção.  
5076 O conteúdo, pedimos que vai ser disponibilizado conforme o regimento, para as considerações.  
5077 Como eu coloquei, por uma questão de tradição, era comum deliberarmos algo de manhã e, de  
5078 tarde, já tínhamos isso aprovado, porque alguém, ao meio dia, fazia elaboração dessa nota,  
5079 colocávamos em votação e ouvíamos os comentários. Essa era a tradição. Agora, com essa  
5080 resolução na minha frente, entendemos que tem que ser encaminhado por e-mail à  
5081 coordenadoria geral, que seria Carol, ou por um membro, e ela encaminharia para nós. A meu  
5082 ver, nada obsta, que amanhã isso continue, como eu reiterarei, o primeiro ponto de pauta da  
5083 reunião da tarde de amanhã. Lucas.

5084

5085 Lucas Grilo – Vitória, você falou de nota de repúdio. Foi exatamente a isso que me referi. Então,  
5086 peço, Carolina, que faça constar por escrito o meu posicionamento de que emissão de nota  
5087 pública, seja favorável, seja contrária, previamente ao debate pelo comitê do conteúdo que foi  
5088 elaborado, nos moldes da resolução número quatro, de maio de dois mil e dezesseis,  
5089 especialmente o artigo quinze, está ferindo o artigo quinze, melhor dizendo. Vai em  
5090 contrariedade ao artigo quinze da resolução. Não é possível aprovarmos uma nota de repudio,  
5091 se a resolução está estabelecendo que o conteúdo vai ser debatido previamente à aprovação da  
5092 nota. E debatido por todos os membros. Porque o artigo quinze, repito, estou sendo chato, eu  
5093 sei, mas vou repetir, o artigo quinze é claro: aos demais membros. Hoje de manhã, não estavam  
5094 os demais membros aqui, estavam nove ou dez membros do comitê. Aos demais membros, não  
5095 tivemos ainda o cumprimento desse requisito da resolução. Esse é o primeiro ponto. Segundo,  
5096 reitero, não vejo sentido de ser debatida essa nota amanhã, se ela tem que ser enviada por e-  
5097 mail para a coordenação, para depois ser enviada para os membros do comitê, para depois ir  
5098 para a mesa diretora, eventualmente ser avaliada no comitê presencialmente ou na próxima  
5099 reunião. Minha sugestão é a nota ser deliberada, eventualmente, com a minuta que tivermos do  
5100 colega, do conselheiro Frei, e outras minutas, porque está aberta pela resolução, podem ser  
5101 feitas outras minutas, outras propostas de notas, na próxima reunião, final de novembro, início  
5102 de dezembro, de acordo com o que ficar estabelecido no calendário.

5103

5104 Vitória – Próxima, Célia.

5105

5106 Bruno – Pela ordem. Eu gostaria de deixar registrado que acompanho os entendimentos do  
5107 Lucas.

5108

5109 Vitória – Carol. Então, Bruno e Débora acompanham as colocações do Lucas. (Intervenção  
5110 simultânea). Vamos com calma para não nos confundir. Para acompanhar a fala do Lucas, só  
5111 para a Carol não se confundir. Nós temos Saúde, Cidadania, o nome da colega, Claudia, Rodrigo  
5112 da SEPIR, Maira Dilma. São essas pessoas que acompanham a colocação do Lucas. O Felipe  
5113 também acompanha a fala do Lucas. Agora, é Célia.

5114

5115 Célia – Sugestão de encaminhamento. Nós, como já foi dito várias vezes, nós debatemos o  
5116 ponto de pauta dois, que estava na pauta e nós estávamos aqui. Houve um encaminhamento  
5117 desse ponto de pauta, com uma sugestão de uma produção de um material, que ainda não foi

5118 encaminhado, mas já foi dito, por várias vezes, que será encaminhado para ser apreciado e ter  
5119 contribuições dos demais membros desse comitê. A minha sugestão é que siga o  
5120 encaminhamento de que foi feito pela manhã, e se faça, se cumpra o rito, inclusive, não estou  
5121 falado que não precisa cumprir o rito, e que apreciemos esse material amanhã, como foi  
5122 sugerido pela mesa, às quatorze horas.

5123

5124 Vitória – Eu acho que é uma questão só de expressão. Nós aprovamos, pela manhã, a elaboração  
5125 de uma nota de repúdio, essa foi a aprovação que foi feita pela manhã. (Intervenção fora do  
5126 microfone). Uma nota de repúdio ao decreto. (Intervenção fora do microfone). O mérito do  
5127 conteúdo, como o próprio nome diz, é uma nota de repúdio, é o mérito que vamos esboçar em  
5128 conjunto. Quais palavras colocaremos nessa nota de repúdio, mas a nota de repúdio foi aprovada  
5129 pela manhã. Estamos antevendo que estamos em maioria de sociedade civil aqui, se quiserem  
5130 colocar isso em votação, acho que, por uma gentileza, seria uma unanimidade entrarmos em  
5131 conjunto que amanhã poderíamos colocar isso em pauta, para não ter mais briga, eu diria. Mas,  
5132 se for do entendimento de vocês colocarem que, amanhã nós colocaríamos essa nota, às duas  
5133 da tarde, em votação, fazemos a votação então, se ficar mais democrático. (Intervenção fora do  
5134 microfone). Débora tem inscrição de fala, desculpa. Agora é o Mário.

5135

5136 Mário – O que me parece, especialmente em relação a esse ponto que, em algum momento é  
5137 colocado que foi aprovada a sugestão. O fato é: houve uma votação, se avançou em um ponto  
5138 da pauta, os membros do governo estavam aqui, retiraram-se imediatamente, conjuntamente, e  
5139 o fato foi aprovado. A questão foi aprovada. O meu questionamento é: existe a hipótese  
5140 regimental de se estar rediscutindo algo que já foi aprovado. Porque, se não existe, me parece  
5141 que o vício formal, se há, há em rediscutir algo que já foi aprovado hoje. Me parece que não há  
5142 o que se discutir. Está aprovado. Vai ser elaborada a nota. Se vocês entendem que há uma  
5143 ilegalidade, questionem pelos meios cabíveis, não sei se há alguma forma regimental de  
5144 questionar a legalidade de alguma aprovação, questionem. Se não há, judicialmente,  
5145 questionem, porque o mérito não pode ser rediscutido. Havia quórum. (Intervenção simultânea).  
5146 Questionem, analisem o regimento, e levantem em relação a que ponto vocês estão  
5147 questionando, e se é o momento oportuno para questionar. Porque me parece que ocorreu aqui  
5148 o instituto da preclusão, vocês perderam a oportunidade de se manifestar sobre isso naquele  
5149 momento. Agora, a possibilidade é analisar se houve alguma ilegalidade. Só um outro ponto,  
5150 uma questão básica de hermenêutica, a defensoria pública tem voz nesse comitê. Ter voz,

5151 significa que pode fazer proposições. Evidentemente que algumas questões têm que ser  
5152 encampadas por um membro e, evidentemente que essa questão foi encampada por diversos  
5153 membros, se é que foi proposta pela defensoria pública, isso eu não recordo. Mas, justamente,  
5154 por isso que esses questionamentos têm que ser feitos no momento da pauta, para que se  
5155 tivessem analisado e, naquele momento chegado à conclusão que haveria um vício, teria que  
5156 ser colocado naquele momento porque, posteriormente, só pela via legal da impugnação. Me  
5157 parece que, considerando que a defensoria também tem direito à voz, não tem nenhum prejuízo,  
5158 e seria um desrespeito à instituição e ao colega, que a defensoria pública, que o representante  
5159 da ANADEP, que pode ou não se encampada por um dos membros, se entender que há  
5160 necessidade que um membro encampe, se nenhum membro encampar, tudo bem, guardamos e  
5161 vamos embora para casa. Mas, se um membro encampar, estará sendo efetivo o direito à voz,  
5162 que é o que estamos aqui fazendo. Sugiro, como encaminhamento, que isso seja decidido e não  
5163 que seja deliberado, porque me parece que seja uma questão da presidência. Que seja encerrada  
5164 essa discussão a respeito dessa questão, que está aprovada sim a aprovação dessa nota. Se os  
5165 representantes do governo têm algum questionamento, entendem que é ilegal, que busquem  
5166 anular pelos meios administrativos ou judiciais.

5167

5168 Vitória – Como já fizeram, inclusive, quando endossaram a fala do Lucas, que é um  
5169 posicionamento completamente válido, obvio. Estou pedindo agora a palavra para encerrar esse  
5170 debate, porque não vamos conseguir superar essa pauta de hoje e amanhã, se os colegas me  
5171 permitem. Estamos colocando essa nota de repúdio como aprovada no ponto de pauta dois, na  
5172 manhã do primeiro dia de reunião. Amanhã, no início da tarde, com a nota elaborada e  
5173 encaminhada por um membro do comitê, estaremos fazendo a revisão de comentários sobre  
5174 essa nota de repúdio. Esse é o mérito da nota. Já estamos adiantando que a nota será de repúdio,  
5175 conforme foi aprovado pela manhã, por unanimidade dos que estavam presentes, que era apenas  
5176 a sociedade civil. Estou dando esse ponto de pauta encerrada, como prerrogativa da vice-  
5177 presidente. Rafael, peço desculpas, todos que estão inscritos, peço desculpas. Estamos tocando  
5178 a pauta adiante. O próximo ponto de pauta, ainda do mecanismo, que não avançamos nisso  
5179 ainda. Queremos estabelecer um teto para a reunião de hoje? Podemos fechar o mecanismo  
5180 hoje, e deixamos essas pautas administrativas para o final do dia de amanhã? Nem sei. A nossa  
5181 pauta três, que ainda é a pauta temática do mecanismo, nós podemos tentar encerrar hoje com  
5182 um teto, se os colegas acharem relevante, das sete e meia? Será que conseguimos fazer um  
5183 trabalho, uma força tarefa? Tentar encerrar a pauta três. Ficaria a quatro, cinco e seis, que são

5184 pautas administrativas, a sugestão seria fazer amanhã. Amanhã, a primeira pauta, é a seleção  
5185 do mecanismo.

5186

5187 Marcelo – Vitória, poderíamos pensar na possibilidade, mesmo que a pauta já esteja aprovada,  
5188 mas, devido à delonga da discussão, tem duas pautas que são prescindíveis. (Intervenção  
5189 simultânea). Para amanhã. Tem duas pautas que são prescindíveis. As pautas administrativas  
5190 de informes institucionais. Eu sugiro, estou encaminhando que a pauta número quarto e número  
5191 cinco, estou entendendo, estou considerando como prescindíveis porque podem ser  
5192 encaminhadas por e-mail. (Intervenção fora do microfone). Eu acho que poderíamos  
5193 (intervenção simultânea). Devido a tudo que aconteceu, a retirada do ponto quatro e ponto  
5194 cinco. Que esse ponto seja encaminhado por e-mail, porque não vai ter discussão, não vai ter  
5195 encaminhamento, é só informe.

5196

5197 Vitória – Marcelo, vou assinar embaixo da sua colocação. A Carol estava comentando que  
5198 queríamos debater a ata e o sumário executivo, mas eu falei para ela nos enviar por e-mail  
5199 porque é uma questão documental. Nós lemos, todo mundo se compromete a ler, e aprovamos  
5200 na próxima, mas com a leitura feita. É o ponto de pauta cinco. Temos que aprovar a ata e o  
5201 sumário executivo da última reunião. (Intervenção simultânea).

5202

5203 Marcelo – Isso não devia nem estar aí, devia estar como ponto um, me perdoe, eu não vi. Já que  
5204 você chamou atenção, tem outra questão que pode ser que caia porque, regimentalmente,  
5205 podemos até discutir qualquer proposta de mudança no regimento, mas está proibida a votação  
5206 de mudança do regimento, sem que seja uma plenária específica para esse fim. (Intervenção  
5207 simultânea). Com quórum qualificado e iniciado.

5208

5209 Carolina – Isso era para iniciar o debate de uma eventual alteração do regimento interno.

5210

5211 Marcelo – Estou falando de compreensão. Mas, no final das contas, pragmaticamente, estamos  
5212 falando: o que podemos cortar de gordura das nossas pautas, durante a reunião.

5213

5214 Carolina – Tudo bem. Só que foi mencionado que alteraríamos o regimento nesse ponto. Eu só  
5215 entrei para esclarecer que a proposta desse ponto é que iniciemos a forma que vai se dar esse  
5216 debate. É somente esse esclarecimento.

5217

5218 Marcelo – Que podemos concordar lá na frente que pode até ser...

5219

5220 Vitória – Marcelo, por favor, para não ficarmos indo de um lado para o outro. Eu sugeriria os  
5221 pontos quatro e cinco, retirarmos da pauta, porque são pautas administrativas, que podem ser  
5222 resolvidos por e-mail. A pauta seis, como foi a fala de diversas entidades presentes pela manhã,  
5223 o regimento do comitê não vai ser alterado agora, mas estaremos instituindo um GT, seria um  
5224 GT, para pensarmos as propostas de alteração. Eu acho e, pela manhã, isso foi a fala que não  
5225 era urgente. Urgente, virou a seleção do mecanismo e, acredito que o Lucas acharia também  
5226 urgente essa questão das denúncias do mecanismo, que ele queria inclusive trazer para agora,  
5227 então vou defender essa pauta dele também, que ele queria que fosse urgente. Eu sugeriria tirar  
5228 quatro, cinco e seis. Encerramos o mecanismo hoje e, amanhã, começamos na pauta sete,  
5229 seguindo o cronograma que estava estabelecida com essa nova pauta.

5230

5231 Marcelo – É só uma questão de esclarecimento. Nós podemos prescindir da ata? Que foi sua  
5232 consideração anterior. A outra questão é que, necessariamente, por todas as discussões que  
5233 houveram aqui, em relação a esse ponto seis, a perspectiva é que ele não ocupe tempo nenhum,  
5234 porque na verdade já está aqui, decidimos isso junto. Proposta de alteração, escolha do GT. Na  
5235 verdade, o ponto seis, é a escolha desse GT.

5236

5237 Vitória – Mas, me parece que, por não ser tão urgente, só pensando que gera uma discussão  
5238 bem grande. Isso é muito bom, porque é um colegiado afinal. Mas, eu sugeriria deixar o ponto  
5239 seis até para a próxima reunião. Na próxima reunião, trazemos essa deliberação na pauta  
5240 administrativa de compor GT, pensar em dias, que a Carol me falou que está proposto sessenta  
5241 dias, pode aumentar, pode diminuir. Eu deixaria essas três para encaminhamento por e-mail.  
5242 Como é uma questão de regimento, eu imagino, aprovação da ata e do sumário, sugeriria que  
5243 fizéssemos isso amanhã, pelas nove da manhã: aprovação da ata e do sumário executivo da  
5244 última reunião. Só para não incorrer em nenhuma nulidade e porque é uma memória nossa  
5245 também. Se os colegas concordam, essa é uma sugestão que eu daria. O quatro, nós fazemos  
5246 por e-mail, Carol. O cinco, a questão da ata e sumário executivo, fazendo amanhã, as nove da  
5247 manhã. E o seis, ficaria adiada a pauta inteira administrativa, para a próxima reunião a ser  
5248 marcada. Se os colegas concordam, esse é o encaminhamento que eu faço. Faríamos, agora, o

5249 restante dos informes do mecanismo. Eu sei que são muitos e peço a gentileza dos peritos, se  
5250 for possível, Daniel, um milagre, vamos fazer um milagre, para conseguirmos...

5251

5252 Marcelo – Estamos operando modificação no que estava definido, tem que proceder votação  
5253 também.

5254

5255 Vitória – Vou conversa com a Carolina. (Intervenção simultânea). Bruno, só um minuto.  
5256 (Intervenção fora do microfone). É leitura e aprovação. Podíamos, inclusive, amanhã vir com  
5257 isso lido e aprovamos. Eu vou colocar isso em votação, porque o Marcelo bem colocou que isso  
5258 é uma alteração da nossa pauta, e não queremos incorrer em nenhum vicio. Todos, por favor,  
5259 levantem a mão, estamos alterando a pauta novamente. Bruno, por favor. Carol, enquanto você  
5260 vai anotando.

5261

5262 Carolina – Para falarmos no microfone, Bruno, para registrar, caso depois precise da cópia, de  
5263 escutar. Só para fazermos esse registro. Desculpa o preciosismo.

5264

5265 Vitória – tem CONECTAS

5266

5267 Caio – SOMOS

5268

5269 Interlocutor não se identificou – MNU

5270

5271 Frei Davi – EDUCAFRO.

5272

5273 Marcelo – RENILA

5274

5275 Interlocutor não se identificou – Justiça Global

5276

5277 Interlocutor não se identificou – UFRN

5278

5279 Vitória – UFRN, CFP e Conselho Federal da OAB. Todos aqueles contrários à modificação da  
5280 nossa pauta, por favor, se manifestem agora, levantando a mão. Ninguém contrário. Há dois  
5281 contrários. Felipe, por favor, você pode falar no microfone, para termos a memória.

5282

5283 Felipe – Não quero abrir debate, só estou fazendo destaque que estou apenas votando contra a  
5284 retirada do GT, que acho que seria interessante iniciar o debate. Não estou me opondo, nem  
5285 querendo abrir esse ponto.

5286

5287 Vitória – Tem um voto contrário. E Bruno também é contrário? Bruno é contrário. As  
5288 abstenções? Temos três colegas ali.

5289

5290 Carolina – Abstenções, desculpa, só o registro. Rodrigo, SEPPIR, Maria Dilma e Cláudia,  
5291 Cidadania.

5292

5293 Vitória – Estamos dando como aprovada essa alteração, na pauta de hoje, por maioria simples  
5294 dos presentes aqui. Bruno, por favor, sua fala.

5295

5296 Bruno – Em razão do avançado da hora, registrar o prejuízo dos relatórios do mecanismo na  
5297 exposição dos relatórios do mecanismo que, no nosso entendimento, era de fundamental  
5298 importância fazer essa prestação, mas, o entendimento de parte do comitê não foi esse. Com  
5299 isso, faremos um breve informe sobre a comissão interamericana de direitos humanos, a  
5300 participação do mecanismo na comissão, e o ponto que trata da resolução conjunta do  
5301 mecanismo com o CONANDA. Vou passar para a Adriana, que vai fazer a primeira exposição,  
5302 e concluímos com o relato da comissão interamericana.

5303

5304 Adriana – Boa noite. Nós vamos ser breves, porque é mais para atualização de vocês, sobre um  
5305 ponto que foi tratado e deliberado na reunião do dia vinte e um de dezembro, a última reunião  
5306 do ano passado, dezanove ou vinte e um. Naquela reunião, para os que estão chegando, talvez  
5307 alguns que estão chegando não estão entendendo o que estamos falando. No mês de setembro  
5308 teve início, o Savio já fez hoje várias vezes referência a essa missão, uma missão conjunta, onde  
5309 participou o mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura o comitê e o CONANDA.  
5310 Essa missão teve uma duração de dois meses, percorreu quatro estados nas unidades  
5311 socioeducativas, femininas e masculinas. Desse trabalho, uma questão que saltou aos olhos e,  
5312 foi bastante preocupante para toda a equipe da missão conjunta, juntando esses três órgãos  
5313 representados, era a questão da falta de regulamentação para as adolescentes privadas de  
5314 liberdade, no socioeducativo. A partir nós, quando voltamos da missão, fizemos uma

5315 apresentação do que encontramos, os pontos de maior risco, maior vulnerabilidade para as  
5316 adolescentes privadas de liberdade. E, ali propusemos, no mês de outubro, uma resolução  
5317 conjunta que pudesse ser assumida conjuntamente pelo CONANDA e comitê nacional de  
5318 prevenção e combate à tortura. Foi aprovada e, essa mesma comissão que estava na missão  
5319 conjunta, formada por esses três órgãos, organizou uma minuta para trazer para a reunião do  
5320 comitê nacional de prevenção e combate à tortura. Essa minuta foi apresentada na reunião de  
5321 dezembro, e foi aprovada. Inclusive, trouxemos cópias no dia, foi bastante cansativo para quem  
5322 ficou a tarde inteira, porque tomou bastante tempo da pauta, porque passamos artigo por artigo,  
5323 quem quis fazer alterações, fez alterações. E nos confiou, a equipe do GT, a Isabel também está  
5324 nesse GT, além da equipe do mecanismo. Tivemos alguns deslocamentos, nesse período, de  
5325 colegas que estavam compondo o GT, que deixaram de estar no comitê, mas que deram  
5326 contribuições valiosas, como o SEDECA, na pessoa de Acácio, o Xavier, pelo Ministério de  
5327 Cidadania. Foram pessoas fundamentais, nos ajudando nessa construção, que não estão mais  
5328 nesse momento, mas estiveram conosco. O Rafael também depois saiu do mecanismo, o Rafael  
5329 Barreto, estiveram conosco até dezembro, até a finalização dessa minuta. No dia vinte e um de  
5330 dezembro, viemos, aprovamos, vocês deliberaram, nos autorizaram a dar sequência ao processo  
5331 junto ao CONANDA. Era um pouco desse processo que queríamos trazer para atualizar vocês.  
5332 Depois daquela reunião, no dia seguinte, teria reunião da comissão de política pública do  
5333 CONANDA. Essa composição ainda, formada naquele momento, estivemos reunidos com a  
5334 comissão de política pública. Mas, como o tempo da comissão também era muito exíguo na  
5335 reunião, não tivemos como discutir a minuta, como foi discutido aqui. Eles pediram um prazo  
5336 para que deixássemos para a nova gestão do CONANDA, que mudou no início do ano, para  
5337 fazermos essa discussão lá. Fizemos isso. Esse ano, no mês de abril, ficamos esperando até  
5338 abril. Antes disso, vale dizer, nós abrimos uma consulta pública, com intenção de fazer um  
5339 aperfeiçoamento daquelas propostas que já tinham sido construídas e já tinham sido aprovadas  
5340 por esse colegiado. Mas, isso tudo tinha sido pactuado aqui com vocês, a possibilidade de uma  
5341 consulta pública, a possibilidade de nós fazermos a tratativa com o CONANDA, e estava  
5342 aprovada. Só que , depois da consulta pública, ficou por , mais ou menos, um mês, inclusive,  
5343 tivemos a participação de quase sessenta organizações, tanto representante do estado, da  
5344 sociedade civil, equipes de tribunais de justiça, ministério público, várias organizações da  
5345 sociedade civil que atuam na defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes,  
5346 conselho de classe, conselho federal de serviço social, de psicologia, algumas organizações que  
5347 nem conhecíamos e vimos o quanto é interessante o trabalho delas. Enfim, conseguimos reunir

5348 contribuições dessas várias instituições, desses vários órgãos, fizemos uma sistematização final,  
5349 e levamos para a reunião da comissão de Política pública, do CONANDA, conforme já  
5350 acordado no ano passado. Dia vinte de abril, estivemos na comissão, fizemos o mesmo trabalho  
5351 que fizemos com vocês, em dezembro, lemos todo o documento, levamos cópia para todo  
5352 mundo, pausadamente puderam fazer pequenas contribuições, pequenos ajustes, muito pouco  
5353 ajuste foi feito pela comissão, aprovou e seguiria para o plenário do CONANDA. Só que, nesse  
5354 período, o plenário do CONANDA, todo mundo acompanhou o que aconteceu com o  
5355 CONANDA. Estamos trazendo isso para cá porque, como surgiu aqui essa proposta, essa ideia,  
5356 e houve uma deliberação aqui, qual seria o encaminhamento agora? Porque, uma opção, uma  
5357 possibilidade é o comitê nacional de prevenção e combate à tortura, levar adiante isso,  
5358 trabalharmos juntos e fechar entre nós, sem o CONANDA. Ou, espera-se, tenta-se mais uma  
5359 vez com o CONANDA. Ou ainda, o mecanismo, caso o comitê não queira mais estar com essa  
5360 pauta, levar isso adiante, o mecanismo transformar isso num documento, como uma  
5361 recomendação, transformar num outro texto. Porque, aqui, está colocado no formato de artigo,  
5362 como se fosse uma resolução. Nós teríamos um outro trabalho, caso o mecanismo assumira como  
5363 uma recomendação do mecanismo para o sistema socioeducativo, recomendações de  
5364 parâmetros. (Intervenção fora do microfone). É isso que estamos falando. Temos três  
5365 possibilidades, o que precisamos é saber o que vamos fazer com isso, que foi produto daquela  
5366 missão conjunta. Nós temos um documento pronto, que é uma recomendação do mecanismo,  
5367 para que o comitê nacional de prevenção e combate à tortura e o CONANDA façam uma  
5368 resolução conjunta, com diretrizes para atendimento a adolescentes privadas de liberdade, no  
5369 sistema socioeducativo. Isso é um produto que está pronto, já passou pela consulta pública, já  
5370 foi sistematizado, não temos mais o que avançar. Para deliberação, o CONANDA não teve mais  
5371 a plenária, que é o que precisava. Precisávamos, agora, aqui, saber o que se faz? Aqui, já houve  
5372 uma deliberação de aprovação, mas, junto com o encaminhamento que corrêsemos o fluxo  
5373 junto com o CONANDA, inclusive porque o CONANDA estava na missão conjunta. Isso, nós  
5374 fizemos até onde chegamos, estou dizendo, esse processo todo, até chegar na véspera da  
5375 plenária. Inclusive, na plenária anterior, que seria aprovado isso aqui, nós estivemos também,  
5376 nesse mesmo GT, estivemos em quatro pessoas, fizemos uma sensibilização, dissemos que ela  
5377 já tinha sido aprovada aqui, na comissão de Política pública do CONANDA, e ficou para entrar  
5378 na pauta eles. E está essa situação. Estamos com um produto que, para nós, é importante não  
5379 ter um documento para engavetar, mas, de fato, possa contribuir com a situação das

5380 adolescentes privadas de liberdade, e não tem sentido ficarmos com isso aqui parado, sem  
5381 influenciar em nada no sistema socioeducativo.

5382

5383 Marcelo – Vitória, posso pedir esclarecimento agora. (Intervenção simultânea). Só para  
5384 esclarecer. Já foi deliberado. Essa resolução já está aprovada. Não podemos arbitrar pela  
5385 inexistência do CONANDA. Não podemos arbitrar pela inexistência do CONANDA, então,  
5386 isso fica inexorável. Não podemos retroagir o que já aprovamos. Parece que é meio que uma  
5387 dedução lógica que está posto que já está aprovado, então isso não volta para discussão. Isso já  
5388 foi aprovado no passado. Não cabe nem vista, porque já está aprovado em reunião anterior.  
5389 (Intervenção fora do microfone). Que se publique. Não cabe nem vista mais, porque já estava  
5390 aprovado no passado.

5391

5392 Bruno – Só cabe o registro do prejuízo do CONANDA fazer essa releitura após a cultura. E  
5393 deixar registrado que o CONANDA, hoje, não tem condições de fazer, tendo em vista o seu  
5394 desmantelamento.

5395

5396 Marcelo – Lógico. Para esclarecer mais ainda, no formato que está, faz referência ao que existia  
5397 e passa a não existir? É necessário algum tipo de alteração, para que seja atualizada a não  
5398 existência do pleno do CONANDA, no momento?

5399

5400 Adriana – Não faz referência a nada, porque ela é bem específica para as questões problemáticas  
5401 que encontramos. Nós transformamos os problemas em recomendações, em orientações para o  
5402 socioeducativo. A única alteração que teríamos que fazer, é na apresentação ainda como  
5403 recomendação, porque é o mecanismo recomendando aos dois órgãos que, preferencialmente,  
5404 fizesse conjuntamente. Não entendo o CONANDA como o Bruno está dizendo que é um  
5405 prejuízo, porque é o órgão que delibera sobre a Política da criança e do adolescente. No entanto,  
5406 não impede que avancemos e publiquemos.

5407

5408 Marcelo – Porque, se não publicarmos, vamos estar, de alguma maneira, descumprindo o que  
5409 nós... acho que nós podemos descumprir o que é uma contingência, que foi à revelia da vontade  
5410 desse pleno, mas a outra parte, caímos no contraditório conosco mesmo. Concorde, Carolina?  
5411 Estou consultando você. Não é uma opinião tão rasteira.

5412

5413 Carolina – Eu não sou membra desse colegiado. Então, eu (intervenção simultânea).  
5414  
5415 Marcelo – Porque uma das suas funções é nos instruímos juntos, e porque você guarda a  
5416 memória junto conosco.  
5417  
5418 Vitória – Marcelo, me parece que você tem razão nesse ponto, de que já foi ponto consolidada  
5419 na última reunião. Foi última reunião ou na penúltima, não me lembro. Foi na última. Na  
5420 extraordinária. O registro dos encaminhamentos é que não houve deliberação nesse ponto de  
5421 pauta, porque esse ponto de pauta foi cancelado, no registro sumário que vocês receberam para  
5422 fazer a análise.  
5423  
5424 Marcelo – Aí a importância do registro. Porque, quando você falar isso, vamos ter que pedir  
5425 vista para poder esclarecer isso, porque está nebuloso.  
5426  
5427 Adriana – Exatamente. Porque, eu lembro bem desse dia, porque tenho a memória bem  
5428 fotográfica, até a posição que estávamos nessa mesa, eu lembro bem, muita gente já saindo para  
5429 o voo, e algumas dizendo: você fez a anotação, podem levar adiante, está aprovado. Isso foi  
5430 dito com todas as letras. Ninguém se levantou de forma contrária, aqui nesse colegiado. Eu não  
5431 sei onde geraria a dúvida de não aprovação.  
5432  
5433 Marcelo – Mesmo se houver a dúvida, se me permita, vai ser juridicamente complicado, a não  
5434 ser que legitimemos amanhã a degravação que tivemos acesso. Se for legitimada, fica  
5435 esclarecido.  
5436  
5437 Carolina – A degravação é da reunião ordinária, esse ponto foi da reunião extraordinária.  
5438  
5439 Marcelo – Que foi perdida a gravação.  
5440  
5441 Vitória – Tivemos um problema técnico e a gravação não foi realizada.  
5442  
5443 Marcelo – Mais uma vez eu, como membro do pleno, estou pedindo que seja instaurando uma  
5444 comissão de sindicância, alguma coisa que diga respeito a isso, porque não é uma resposta  
5445 razoável diante do impasse criado aqui, diga-se de passagem.

5446

5447 Vitória – Daniel.

5448

5449 Daniel – Só a título de esclarecimento, o que foi suprimido pela pauta, foi o relatório de Goiás,  
5450 que não foi apresentado em pleno, e o relatório da Bahia, que não foi apresentado em pleno, em  
5451 virtude do tempo da atividade. Foi prioritário pensar a questão da resolução, aproveitando os  
5452 trabalhos aproveitando ainda os trabalhos do CONANDA, que estava acontecendo na mesma  
5453 semana. A aprovação saiu daqui, fizemos o encaminhamento para o CONANDA, com a  
5454 chancela do comitê. Eu contribuo um pouco, na ausência de uma decupagem, o mecanismo tem  
5455 essa memória do ponto que ele trouxe, nessa reunião.

5456

5457 Adriana – O Xavier esteve conosco até agora, recentemente, nessa articulação.

5458

5459 Vitória – Mas não temos a gravação da décima primeira reunião extraordinária, é isso.  
5460 Porque, o único documento que nós temos, que é esse sumário executivo, que foi aprovado,  
5461 está sendo aprovado, na verdade.

5462

5463 Carolina – Na verdade, todo final de reunião, fazemos o registro dos encaminhamentos da  
5464 reunião. Esse aqui é o documento que preparamos ao final da reunião, e não teve... é o  
5465 documento do final da reunião.

5466

5467 Daniel – Carol, talvez tenha uma falha humana e uma falha técnica, porque se não funcionou o  
5468 equipamento no momento adequado para fazer o registro e, talvez, a pessoa, diante de tanta  
5469 atividade... eu ouvi você, hoje mesmo, falando: pessoal, devagar, devagar. Às vezes, esse  
5470 escapou de quem estava fazendo o registro. Acho que temos que pensar com carinho.

5471

5472 Carolina – O nosso procedimento, ao final de todas as reuniões, fazemos a leitura dos  
5473 encaminhamentos.

5474

5475 Adriana – Nessa, Carol, é isso que eu queria pedir, já peço desculpas, mas não houve essa leitura  
5476 no final, até porque, no final dessa reunião, não tinha mais quórum, porque as pessoas que  
5477 tinham voou foram saindo. Eu digo isso, porque fiquei até a última hora, nessa reunião. Tipo  
5478 hoje, todo mundo vai saindo, a última palavra você não vai ficar aqui, lendo para duas pessoas.

5479

5480 Vitória – A única memória que temos, fora a memória das pessoas que estavam lá – eu estava  
5481 lá, mas confesso que não lembro disso -, é o que a Carol me entregou aqui, que o momento seis,  
5482 que é justamente sobre essa questão do CONANDA, não houve encaminhamento, pois, o ponto  
5483 de pauta foi cancelado. É o que consta aqui.

5484

5485 Marcelo – Mas, anotações sem a retaguarda da gravação, vamos ter que dividir bolas.

5486

5487 Vitória – Nós realmente não temos de gravação da décima primeira?

5488

5489 Interlocutor não se identificou – Até porque, não tinha como darmos encaminhamento dos  
5490 trabalhos, sem a deliberação do comitê. O trabalho só seguiu porque tinha uma deliberação.

5491

5492 Adriana – E muito trabalho, diga-se de passagem. (Intervenção fora do microfone).

5493

5494 Interlocutor não se identificou – A questão é só estarmos dentro do formalismo do documento  
5495 que nos foi entregue, dizendo que no item sete, foi aprovado os encaminhamentos. E, no  
5496 encaminhamento, está dizendo que não houve deliberação. Estou me atendo aos registros  
5497 formais do documento que foi entregue.

5498

5499 Vitória – O item sete, desculpa, de qual documento, do sumário executivo.

5500

5501

5502 Interlocutor não se identificou – O item sete está dizendo que houve aprovação prévia da décima  
5503 primeira, e no item sexto, disse que não houve encaminhamento. Aqui está tendo um registro  
5504 que houve a leitura, como foi colocada aqui, dos encaminhamentos, em que pese a correria, foi  
5505 feita a leitura formal desse documento, dizendo que não foi encaminhado. A questão é, como  
5506 validar esse documento. Se reaprecia para uma nova análise. Com certeza, a intenção não é  
5507 perder o serviço que foi feito, muito pelo contrário, é dar prosseguimento a isso, mas nos  
5508 atendendo ao registro que está aqui.

5509

5510 Marcelo – Só para registrar, isso já estava no encaminhamento da pauta. Pauta que foi  
5511 encaminhada antes de compor essa mesa diretora. Está: informes e deliberações. Quem colocou

5512 isso aqui também está equivocado, na perspectiva da Carol. Informes e deliberações, sobre a  
5513 recomendação da resolução conjunta, CNPCT e CONANDA, anexo três, sobre diretriz para  
5514 atendimento. É isso.

5515

5516 Vitória – Em nome inclusive do prestígio ao trabalho dos peritos, que realizam e realizaram,  
5517 após esse encaminhamento da última reunião, eu vou pedir que o Bruno fale sobre isso, estava  
5518 com a inscrição de fala. Mas, temos que dar algum encaminhamento em relação a isso. O  
5519 trabalho, pelo que eu entendi, já foi feito e aprovado, ano passado, pelo CONANDA.  
5520 (Intervenção fora do microfone). Pelo CNPCT. Desculpa.

5521

5522 Adriana – E foi, esse ano, aprovado pela comissão de Política pública do CONANDA. Saindo  
5523 da comissão, teria que passar pela plenária do CONANDA. Porque aqui, entendíamos que não  
5524 restava mais pendência, precisávamos fechar um ciclo com o CONANDA. E travou na hora  
5525 que o CONANDA entrou nessa situação que está. Chegamos a discutir, pausadamente, uma  
5526 manhã inteira, com a comissão de Política pública do CONANDA, ponto a ponto. Não teve  
5527 problema, gostaram muito e disseram que tinha que passar pela aprovação da plenária. E parou,  
5528 porque não teve mais plenária.

5529

5530 Vitória – Ribamar.

5531

5532 Ribamar – Eu só queria fazer o seguinte apelo, na linha do que finaliza a Adriana. Não vamos  
5533 contabilizar isso como um problema. Isso foi, na verdade, um ciclo virtuoso de um processo  
5534 que nós inauguramos aqui. O que está se pedindo é que seja homologado aqui, já que a outra  
5535 instância não está funcionando plenamente. Isso derivou de uma missão conjunta que fizemos  
5536 com esse comitê e com o CONANDA. E, daí uma deliberação de traduzir, como fizemos outros  
5537 encaminhamentos, as recomendações numa resolução que normatizasse, que iluminasse a  
5538 política nacional do sistema socioeducativo. O que está se trazendo aqui é que, aquilo que não  
5539 pode ser aprovado coletivamente por esses dois plenos, nós, aqui, esse coletivo ratifique como  
5540 concluído, pelo prejuízo que não temos como administrar. É não tratar como mais um problema.  
5541 Na verdade, é uma solução que está se trazendo para um encaminhamento prático.

5542

5543 Vitória – Ribamar, como esse é um ponto de pauta da nossa reunião atual, nós podemos colocar,  
5544 pelo que eu entendi, me corrija se eu estiver errada, a recomendação de resolução conjunta já

5545 está pronta. E, na ausência do plenário do CONANDA, estamos aqui fazendo essa aprovação?  
5546 (Intervenção fora do microfone).

5547

5548 Marcelo – Encaminhar para a publicação porque, pela perspectiva apresentada pelos peritos, a  
5549 matéria já está vencida. Não tem discussão de matéria, é só proceder a publicação.

5550

5551 Carolina – Só para tirar uma dúvida. Não vai ser mais publicada conjuntamente: mecanismo,  
5552 comitê e CONADA. É isso?

5553

5554 Interlocutor não se identificou – Até onde eu tinha entendido, necessariamente tinha que ser o  
5555 comitê e o CONANDA, Adriana. O mecanismo...

5556

5557 Carolina – Desculpa perguntar tão minunciosamente. É só para eu não perder de vista o que,  
5558 depois, tem que repassar. O mecanismo está pedindo aprovação dessa resolução, que vai ser  
5559 encaminhada agora para deliberação Também do CONANDA para, depois, numa publicação...

5560

5561 Daniel – Carol, o que tinha ficado como deliberação, dentro da minha memória é que,  
5562 entendendo que o mecanismo não poderia fazer uma resolução, ele pode recomendar aos órgãos  
5563 e incidir sobre projetos de lei. Então, fizemos essa incidência, inicialmente, pensando no comitê.  
5564 O comitê entendeu que, como teve ação conjunta, poderia ser proposto comitê e CONANDA,  
5565 uma vez que o CONANDA é o órgão que delibera sobre questões afeitas à criança e  
5566 adolescente. Aqui foi aprovado o texto, na plenária. O texto da plenária foi submetido, por sua  
5567 vez, ao CONANDA. No CONANDA, ele passou na comissão de Política pública. E, da  
5568 comissão de Política pública, foi encaminhado para a plenária, exatamente, na semana, acho  
5569 que em março, abril, quando todas as alterações de conselhos foram feitas. Em abril, quando o  
5570 CONANDA foi alvo desse processo. (Intervenção simultânea). A consulta pública foi...

5571

5572 Carolina – (...) anterior à apresentação aqui.

5573

5574 Vitória – Só para eu entender, estaremos suprindo essa questão do CONANDA, no nosso  
5575 comitê? Porque é uma resolução conjunta e, uma questão de regimento, eu confesso que  
5576 desconheço. Teremos que aprovar aqui e lá no CONANDA?

5577

5578 Daniel – Quando foi feita a discussão, na época, necessariamente teria que os dois, porque o  
5579 comitê pode aprovar questões vinculadas, até onde eu conheço do regimento, à pauta da tortura.  
5580 Estamos falando de uma resolução para meninas no socioeducativo, que transborda, é claro que  
5581 há muito ponto de contato, mas transborda a tortura e, por isso, seria fundamental ela ser  
5582 aprovada dentro do CONANDA. É um pouco esses o desenho, contando um pouco desse  
5583 histórico.

5584  
5585 Marcelo – Nos ajude a entender Também. Pela sua fala, a prosa toma outro rumo. Porque,  
5586 teríamos que repensar. Pela memória de vocês e, confio na memória de vocês, está aprovado.  
5587 Acho que o esclarecimento da pergunta da Carol, leva a retroação. Estou perguntando. Se vocês  
5588 estão dizendo que a resolução extrapola a competência, e que ela só faria sentido se fosse em  
5589 conjunto e, talvez, tivesse sido esse o preciosismo naquele momento, de fazer uma vinculação.  
5590

5591 Adriana – É isso, porque colocamos “prioritariamente” que fosse a resolução dos dois órgãos.  
5592 Porque estamos falando sobre uma regulamentação para o SINASI.

5593  
5594 Interlocutor não se identificou – Pelo que eu entendi, é uma resolução conjunta, e já foi  
5595 aprovada no âmbito desse comitê. Qual seria o outro órgão que poderia fazer isso, sem ser o  
5596 CONANDA? Na verdade, acho que é isso que está faltando. Se já foi aprovado no comitê. Não  
5597 é isso?

5598  
5599 Interlocutor não se identificou – Eu queria fazer uma contribuição. Na verdade, em que pese ter  
5600 havido a mudança na constituição, o CONANDA ainda existe, ele não foi extinto. (Intervenção  
5601 fora do microfone). Só para deixarmos a informação na mesa para todo mundo. O CONANDA  
5602 ainda existe, ele sofreu uma redução no seu quantitativo, mas o órgão ainda existe. Se havia  
5603 uma predisposição ou, uma vinculação em aprovação desse órgão, a questão é só verificar o  
5604 encaminhamento a partir disso. Mas, só para dar a informação que o CONANDA não foi  
5605 extinto, ele ainda existe.

5606  
5607 Interlocutor não se identificou – Eu acho que nós devemos fazer o encaminhamento para o  
5608 CONANDA, já que foi aprovado aqui.

5609  
5610 Vitória – E o Marcelo, pelo que eu entendi, faria a sugestão da resolução ser aprovada aqui?

5611  
5612  
5613  
5614  
5615  
5616  
5617  
5618  
5619  
5620  
5621  
5622  
5623  
5624  
5625  
5626  
5627  
5628  
5629  
5630  
5631  
5632  
5633  
5634  
5635  
5636  
5637  
5638  
5639  
5640  
5641  
5642

Marcelo – Queria só entender, mesa. Era só para me instruir mesmo. A colega eu acho que faz uma coisa mais que razoável. Se o colega anterior coloca: o CONANDA não foi extinto. Estou tentando compreender. Significa que, se existe a entidade, a entidade não vai passar pelo pleno, porque parece que o pleno não existe, mas a entidade pode. Se ela acatar, publica-se em conjunto, senão, vamos ter que esquecer essa história, porque vai ser indevida a publicação unilateral.

Carolina – Então, acredito que esse seja um ponto que até agora está um pouco unanime. A minha questão principal é esse comitê não ousar suprir a aprovação do CONANDA. Isso daria discussão, com certeza, na reunião de amanhã. E nem faríamos isso por uma questão ao trabalho do CONANDA. Assim como não gostaríamos que fizesse isso, em relação ao CNPCT. Me parece que a resolução conjunta já está aprovada no nosso, me corrija se eu estiver errada, está aprovada por causa da última reunião, e o encaminhamento seria no CONANDA? E podemos tirar como encaminhamento, inclusive encaminhar isso ao CONANDA? Ou já está encaminhado e parado?

Bruno – Queríamos fazer um alerta. A situação do CONANDA não é, simplesmente existe. O CONANDA, assim como o mecanismo, está sob judice, se discutindo a participação da sociedade civil naquele colegiado. Hoje, o cenário é de total fragilidade da sociedade civil. Isso está sendo questionado inclusive internacionalmente, que é a participação social nos órgãos colegiados que pertencem à estrutura do governo federal. O que esperamos que venha de lá, considerando que foi desestruturado e que as instituições que, até então encaminharam esse projeto lá dentro, já não fazem mais parte. Voltando ao entendimento contrário, hoje já não tenho mais um cenário favorável à aprovação de uma resolução como essa. Como fazemos? Vamos par ao CONANDA e votamos pela não aprovação a resolução? Isso quer dizer que se enterrou o trabalho, faliu o trabalho? Isso é algo que tem que ser posto, porque não é simples encaminhamento, um fluxo natural que vamos encaminhar, o CONANDA vai se empoderar desse resgate histórico e, simplesmente, vai deliberar num pleno legítimo, com om a participação da sociedade civil, deliberar sobre a publicação da resolução. Não é esse cenário política que se apresenta para encaminharmos.

5643 Vitória – Bruno, se estamos com a nossa parte da nossa resolução aprovada e, não querendo  
5644 jogar fora o trabalho tão precioso que vocês fizeram, não seria o encaminhamento que talvez  
5645 seja suficiente essa resolução ser aprovada como uma resolução do CNPCT?

5646

5647 Bruno – Eu ia chegar exatamente nesse ponto.

5648

5649 Vitória – O trabalho não será jogado fora de nenhuma maneira, nós sabemos que isso não é  
5650 feito.

5651

5652 Bruno – Que o CNPCT possa evocar o compromisso de ser uma publicação do CNPCT. Porque,  
5653 trata sim, ainda que uma via conexão, via do SINASI, aponta para situações de violações de  
5654 direitos humanos, nos espaços socioeducativos. É sim atribuição do comitê.

5655

5656 Vitória – Isso não tem a menor dúvida, socioeducativo é nossa pauta. O ideal seria junto ao  
5657 CONANDA. Mas sabemos que, até por uma questão de agendas, pautas, na ausência do  
5658 CONANDA, como a nossa está aprovada, eu tocaria adiante, para não jogar o trabalho de  
5659 ninguém fora, o que seria desrespeitoso.

5660

5661 Bruno – Inclusive, sem prejuízo que apresentemos ao CNDH, uma proposta que o CNDH  
5662 Também endosse esse documento. Acho que é um caminho que podemos construir, em tamanha  
5663 fragilidade que o CONANDA se encontra.

5664

5665 Vitória – Em nosso caso, foi esse o debate feito, e estava aprovada a resolução na nossa parte,  
5666 digamos assim. Agora, teríamos que fazer essa alteração de não ser mais conjunta, é uma  
5667 resolução nossa. (Intervenção fora do microfone). Sobre esse ponto específico dessa resolução,  
5668 que já foi aprovada na última reunião do comitê, ser aprovada agora como uma resolução do  
5669 nosso comitê e, não como uma resolução conjunta... por favor, Adriana.

5670

5671 Adriana – Eu ainda tenho uma dúvida, nesse aspecto que o Bruno está trazendo. Ficamos,  
5672 algumas vezes, nós do GT, ainda CONANDA, mecanismo e comitê, nos perguntando, vendo  
5673 vários cenários. Caso o CONANDA não aderisse, porque sabemos que aqui, dentro dessas  
5674 violências, tem algumas violências que, a depender do contexto que o Bruno traz, pode não  
5675 passar tão tranquilamente. Por exemplo, tocamos em algumas situações que percebemos de

5676 violência, por questão de identidade de gênero. É possível, e já prevíamos isso que, nesse novo  
5677 cenário, ela não seja aprovada. Não sendo aprovada, quem poderia fazer normativas para o  
5678 socioeducativo? O comitê pode? Nós achamos que não pode. O que pensávamos? Transformar  
5679 numa recomendação. Caso isso não fosse possível, seria uma recomendação e, não, uma  
5680 resolução. Porque aí muda. Não temos como, eu acho, o comitê nacional de prevenção e  
5681 combate à tortura, estabelecer diretrizes para atendimento socioeducativo de adolescentes  
5682 privadas de liberdade, no sistema nacional socioeducativo, no SINASE. Como nós vamos  
5683 estabelecer diretrizes para o SINASE. Isso é possível? O que conversávamos lá, internamente,  
5684 no mecanismo, com a equipe, era de que, nesse caso, teríamos uma recomendação, que poderia  
5685 ser conjunta, comitê e mecanismo, ou só do mecanismo. Era outra coisa. Mas, eu não tenho  
5686 cem por cento de certeza disso, se é possível para esse comitê fazer uma resolução, definindo  
5687 parâmetros, diretrizes, para funcionamento do SINASE. Eu penso que não.

5688

5689 Vitória – A princípio, estamos com duas propostas de encaminhamento na mesa. Uma, é que  
5690 sairia daqui uma recomendação, conforme a Adriana colocou, porque estaremos questionando  
5691 a nossa legitimidade de tratar exclusivamente sobre o socioeducativo. Me corrija se eu estiver  
5692 errada.

5693

5694 Adriana – Estou socializando até onde foi nossa conversa, no mecanismo, idas e vindas de  
5695 tentar saber qual seria o desfecho disso. São possibilidades. Uma recomendação. Essa  
5696 recomendação poderia ser do comitê com o mecanismo, só do mecanismo. Mas, ela deixa de  
5697 ser uma resolução nos termos que está formatada.

5698

5699 Interlocutor não se identificou – Para não perdermos o trabalho da resolução deveríamos,  
5700 inicialmente, encaminhar para o CONANDA, para eles se manifestarem. Se eles não  
5701 concordarem, faríamos uma recomendação. Acho que não poderíamos perder isso. Porque,  
5702 realmente, não podemos fazer uma resolução para determinar competências do socioeducativo,  
5703 isso vai além das nossas competências. Minha sugestão de encaminhamento seria essa,  
5704 encaminhar para o CONANDA, para eles se manifestarem. Se, por acaso, eles não  
5705 concordarem, por algum motivo, volta para o comitê, e o comitê faz uma recomendação. Essa  
5706 é a minha proposta.

5707

5708 Vitória – Cândida? Não. Célia. Eu vou dar encaminhamento a essa questão do CONANDA. A  
5709 Carol estava sugerindo que façamos... ninguém sugeriu isso, eu estou pensando da minha  
5710 cabeça, que façamos uma reunião, entre a vice-Presidência do CNPCT e CONANDA, pensando  
5711 em um diálogo com os peritos juntos, prezando pelo diálogo. Não sabemos o que sairá dessa  
5712 reunião. Mas, prezando para conseguirmos não atropelar o trabalho de ninguém, ao mesmo  
5713 tempo que não desrespeitamos o trabalho que vocês tiveram já, de propor essa resolução.  
5714 Partindo do pressuposto que não teríamos essa autonomia de falarmos exclusivamente do  
5715 socioeducativo, acho que esse encaminhamento é interessante, de mandarmos ao CONANDA,  
5716 marcarmos a reunião e estabelecermos uma data limite para ele se manifestar, até por uma  
5717 questão de organização interna nossa. Ele não se manifestando, poderíamos fazer adaptações  
5718 necessárias e toca-la como nossa, mas com uma série de limitações do nosso comitê. Célia.

5719  
5720 Célia – Estava tentando fazer contato com uma conselheira do CONANDA. Acho que é  
5721 plausível o que a Claudia disse, de tentarmos encaminhar para o CONANDA, mas o Bruno  
5722 Também citou o CNDH. Qual seria a possibilidade de fazer, de acionar o CNDH nesse  
5723 momento, e ser parceiro, para ele propor essa resolução. Vou além. Não sei, tentei contato e  
5724 não obtive resposta, que o tempo é curto, mas não sei como está hoje o Conselho de Política  
5725 para as Mulheres. Porque, talvez, fosse um outro meio de tentar uma parceria de inserção, que  
5726 saísse pelo conselho de política para as mulheres, já aqui está dizendo das meninas, das  
5727 adolescentes, no SINASE. Uma outra sugestão também, é o recorte racial que, se não conseguir  
5728 com o conselho de política para as mulheres, analisar a possibilidade de acionar o CNPIR, que  
5729 é o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, sendo que uma grande porcentagem  
5730 das adolescentes que estão nesse sistema também é negra. Abrindo o leque de possibilidades,  
5731 de vocês analisarem, de não tornar esse trabalho uma recomendação, mas ainda no esforço de  
5732 fazer dele uma resolução.

5733  
5734 Vitória – Se algum perito ou perita puder se manifestar especificamente se esse  
5735 encaminhamento seria suficiente, de tentarmos uma parceria, primeiro com o

5736  
5737 Bruno – Conselho de Políticas para as Mulheres, e o CNPIR. Eu acho superimportante a  
5738 proposta caminhando por esse caminho. Acho que poderíamos pensar num grupo pequeno,  
5739 deliberar um grupo que seja responsável por essa articulação intraconselhos. Teríamos um  
5740 grupo que vai propor esse diálogo junto ao CNDH, essa semana, quinta feira, tem reunião com

5741 o CNDH, na comissão. Eu sou membro da comissão, eu posso apresentar na comissão do  
5742 CNDH. E outros parceiros possam estar nesse grupo, fazendo o debate com outros conselhos,  
5743 tanto LGBT, quanto mulheres, quanto igualdade racial. (Intervenção simultânea). Na verdade,  
5744 um grupo que fique responsável para esse diálogo.

5745

5746 Vitória – Para formalizar isso. Porque temos grupos de trabalho e comissões permanentes.

5747

5748 Bruno – É só para apresentarem a proposta, para eles debaterem no âmbito do conselho, e dar  
5749 uma devolutiva para nós, se assina em conjunto. Isso fortalece o documento.

5750

5751 Célia – Eu trouxe esses três: da mulher, da igualdade racial e o CNDH, porque são os locais  
5752 onde o conselho federal tem assento.

5753

5754 Vitória – Abriríamos espaço para as pessoas se voluntariarem, para fazerem parte desse grupo.  
5755 CFP, o mecanismo. Tentando dar encaminhamento porque já estamos no horário de finalizar a  
5756 reunião. Temos, até agora nesse grupo, CFP e mecanismo. Mais alguém se propõe, para não  
5757 ficar um grupo de dois? Alguém do governo se voluntaria? Seria importante, por uma questão  
5758 de paridade inclusive. Não temos. Ficam CFP e mecanismo, e avançamos essa pauta. Bruno, o  
5759 encaminhamento,

5760

5761 Interlocutor não se identificou – Só uma dúvida. Peço mil desculpas, porque fiquei um pouco  
5762 desatenta nesse ponto. A sugestão inclui também o conselho nacional de direitos humanos?  
5763 Então coloca a Justiça Global também.

5764

5765 Vitória – Temos CFP, mecanismo e Justiça Global, que ficarão nesse grupo, responsável por  
5766 fazer interrelação entre outros conselhos e comitê, especificamente. Esse é o nosso  
5767 encaminhamento em relação à essa recomendação de resolução conjunta.

5768

5769 Adriana – Só lembrando, dentro dessa pauta ainda que, como falamos algumas vezes nesse  
5770 informe, existe uma comissão que eu acho que ainda existe no regimento, não sei onde ela está  
5771 amparada, mas ela existe, foi aprovada. Acho que precisaríamos ver a recomposição dessa  
5772 comissão, que é o núcleo socioeducativo do comitê nacional. Porque, a Bel continua, acho que  
5773 vocês estavam, não sei, o pessoal do SEDECA não está mais. Quem fica nessa comissão? É um

5774 ponto que não sei se é para amanhã ou para a outra, mas, quem vai dar encaminhamento para  
5775 essas questões, continua sendo o GT que já estava, tem que ver quem compõe agora. É retomar  
5776 um trabalho que está iniciado.

5777

5778 Vitória – Na verdade, teríamos que analisar a nossa resolução para saber se, na mudança do  
5779 biênio, os GTs continuam ou se dissolvem, porque tiveram várias entidades que não estão  
5780 reeleitas, não estão aqui. Vocês sabem quem são as entidades? O mais objetivamente, por favor.

5781

5782 Carolina – Talvez, tenhamos que republicar, colocando o nome dos novos integrantes, de parte  
5783 dessas comissões permanentes, tínhamos do socioeducativo e também tinha de mulheres. A de  
5784 mulheres, inclusive, não temos mais um representante da SPM no governo. Seria interessante  
5785 reavaliarmos essa composição por parte do governo, dentro dessa comissão permanente.

5786

5787 Vitória – Dando objetividade a esse encaminhamento, como a sociedade civil eleita para esse  
5788 GT específico, algumas entidades não estamos mais aqui. O Acácio era um que estava nesse  
5789 GT e não está mais aqui. Então, seria um novo ponto de pauta entender se o GT continuaria,  
5790 reeleição, não sei. Agora, temos um grupo de três pessoas que está se dispondo a fazer parte  
5791 desse grupo, e eu proponho dar encaminhamento a esse grupo de três pessoas, do que abriremos  
5792 uma discussão nova, se nosso GT vai continuar ou não. (Intervenção fora do microfone). Três  
5793 entidades, CFP, mecanismo, e Justiça Global.

5794

5795 Interlocutor não se identificou – Como é um GT mais prolongado, a (inaudível) tem interesse.

5796

5797 Vitória – Esse não é um GT. Não estamos compondo um GT, é um grupo, não é um grupo de  
5798 trabalho. É um GT para fazer articulação. O grupo, podemos colocar na pauta da próxima  
5799 reunião, fazermos GT temáticos. O último ponto que o mecanismo queria, é uma deliberação  
5800 de vocês. São sete e trinta e quatro.

5801

5802 Carolina – Só para anotarmos o encaminhamento. Ficou o encaminhamento desse grupo,  
5803 composto pelo mecanismo, pela Justiça Global e pelo CFP, o encaminhamento dessa resolução  
5804 para CONANDA, CNDH, CNPIR e da Mulher também.

5805

5806 Vitória - É um grupo, não grupo de trabalho, mas específico para fazer articulação entre  
5807 conselhos e comitês, não específico sobre o socioeducativo. O último ponto de pauta, eu vou  
5808 perguntar...

5809

5810 Interlocutor não se identificou – Mas, com qual encaminhamento? Eles vão encaminhar para  
5811 esses conselhos, pedindo apreciação do mérito, a participação na resolução? So para  
5812 qualificarmos melhor o que vai ser solicitado. Uma coisa é: vou encaminhar para a reunião do  
5813 conselho nacional, para eles terem conhecimento do trabalho que foi feito.

5814

5815 Vitória – Bruno, no microfone. Eu imagino que o grupo ainda vá pensar de uma maneira que  
5816 seja produtiva não dispensar o trabalho deles, mas fazer essa articulação para retirar o que tiver  
5817 que retirar, e fazer a provação ainda, frente a outros conselhos e comitês. Estou imaginando  
5818 isso, se estiver certa, Bruno, me corrija.

5819

5820 Carolina – A ideia é fazer uma articulação, visando a publicação de uma resolução aprovada  
5821 por vários conselhos, esses que eu listei: CNPCT, CNDH, Conselho de igualdade racial,  
5822 Mulheres e CONANDA. Seria uma resolução dessas cinco...

5823

5824 Vitória – Me parece que não é um dos cinco. Seríamos nós, mais quem topar, fazendo as  
5825 alterações necessárias. Pode ser nós e mulher, buscando aproveitar esse trabalho, não jogar esse  
5826 trabalho fora, mas faz as modificações necessárias. Esse é o encaminhamento.

5827

5828 Caio – A colega sugeriu passarmos essa resolução também para o conselho LGBT, mas ele foi  
5829 extinto. Só para vocês lembrarem, ele não existe mais, desde o início do ano.

5830

5831 Vitória – O último ponto que o mecanismo havia sugerido que seria imprescindível tratarmos  
5832 hoje, são os informes sobre a reunião da CIDH. Pela hora...Bruno, eu respeito... já estamos há  
5833 uma hora e meia alongando a reunião, e não sei se poderíamos sugerir que seja amanhã, nossa  
5834 cota de amanhã está se alongando. Ou se é uma coisa de cinco minutos.

5835

5836 Bruno – Não tem problema, eu mando um memorial por e-mail e a coordenação distribui,  
5837 porque é a título de informe. Mas, é basicamente isso. (Intervenção simultânea).

5838

5839 Vitória – Mas eu peço desculpas. Eu fui falar com o Ribamar, pessoalmente, para pedir  
5840 desculpas, por atropelar a pauta do mecanismo. Foi uma questão que o debate se alongou  
5841 mesmo hoje de tarde, por uma questão de retomarmos a pauta da manhã. Mas, desculpa, em  
5842 nome da vice-Presidência e da mesa diretora, se eu puder falar em nome, aos peritos dos  
5843 mecanismos, porque atropelamos completamente a pauta de vocês. Mas a nossa reunião já está  
5844 uma hora adiantada. Eu imagino que todos tenham compromisso, e amanhã estamos aqui  
5845 novamente. Amanhã, as nove horas. A Carolina mandou avisar que é amanhã, as nove horas.  
5846 Eu dou o trabalho por encerrado hoje, e voltamos amanhã.

5847

5848 (Fim do dia 08/10/2019)

5849

5850 Vitória – Bom dia a todas e a todos. Vamos começar a dar segmento ao nosso segundo dia de  
5851 reunião. Agradeço a presença de todos e todas aqui, e a presença da Tatiana também, que  
5852 arranjou espaço na nossa agenda para acompanhar nossos trabalhos hoje. (Intervenção fora do  
5853 microfone). Eu vou pedir ajuda dos colegas, porque a Tatiana está falando que, como ela está  
5854 substituindo a ministra, ela estará conduzindo os trabalhos hoje. Não sei se, na ausência da  
5855 ministra, assumiria a vice-Presidência. Peço ajuda regimental inclusive, porque não sei. Ou se  
5856 estaríamos então... Tatiana, por favor, me ajude.

5857

5858 Tatiana – Ontem, houve uma interpretação equivocada, de que a secretária executiva adjunta  
5859 poderia vir fazer parte, como membro. Imediatamente, acho que ela mesma, ao chegar aqui,  
5860 percebeu que não, porque o decreto é claro, é só a ministra. Se ela está fora do país, eu posso  
5861 conduzir enquanto interina, substituta em exercício, tem várias dúvidas de nomenclaturas. Mas,  
5862 é isso, eu que estou exercendo enquanto ministra e presidente. Tem alguma dúvida?

5863

5864 Marcelo – Acho que poderíamos nos instruir juntos.

5865

5866 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Na verdade, ontem foi dessa forma, senão estaria anulado tudo  
5867 que fizemos.

5868

5869 Marcelo – Não, Tatiana. Perdão. Não, porque não tínhamos vice-presidente quando começamos  
5870 ontem, por isso não procede a sua observação. Estou indicando que possamos ler juntos a sessão  
5871 dois, e a sessão três. A sessão dois fala das atribuições do presidente, no caso, da ministra.

5872

5873 Lucas Grilo – Bom dia a todos. Só para esclarecer, a Tatiana é a ministra, então ela é a  
5874 presidente do comitê efetivamente. Acho que não tem muita dúvida em relação a isso, é ministra  
5875 e presidente do comitê, então, ela toca os trabalhos.

5876

5877 Vitória – Lucas, eu vou gentilmente discordar de você porque a Tatiana, com todo respeito, não  
5878 é a ministra, ela pode ser em exercício, não é a ministra. Como surgiu a dúvida do Marcelo, eu  
5879 sugeriria deixar o Marcelo continuar a fala dele, e lermos juntos esse regimento, que já  
5880 percebemos que ninguém domina ele aqui. (Intervenção fora do microfone). Eu sugeriria  
5881 novamente a gentileza de acompanhar a falar de Marcelo, para conseguir ler junto e entender  
5882 junto essa nossa resolução.

5883

5884 Marcelo – Cabe à o presidente do CNPCT: um) convocar e presidir as reuniões do colegiado;  
5885 dois) submeter à votação as matérias a serem decididas pelo plenário, intervindo na ordem dos  
5886 trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário; três) conceder vista à matéria não votada,  
5887 com determinação do prazo do pedido por um período não superior a trinta dias, retornando a  
5888 matéria na reunião ordinária subsequente; quarto) convidar, ou vir do plenário, representações  
5889 de órgãos e entidades, referidas no artigo quinto, do decreto número oito mil cento e cinquenta  
5890 e quatro, de dezesseis de dezembro, de dois mil e treze, para participar das reuniões do  
5891 colegiado, na qualidade de observador, com direito à voz; quinto) deliberar ad referendum do  
5892 plenário, em casos de urgência ou situações de relevante interesse do CNPCT, incluindo o  
5893 assunto na primeira reunião ordinária que se seguir; sexto) representar o CNPCT ou designar  
5894 membro como representante – membro, só para grifar - ; sétimo) submeter à apreciação do  
5895 plenário o relatório anual do CNPCT, na última reunião do ano ou na primeira do ano  
5896 subsequente; oitavo) cumprir e fazer cumprir as resoluções e recomendações emanadas do  
5897 plenário; nono) convocar reunião extraordinária, para deliberação do plenário, sobre decisão  
5898 referida no inciso anterior. Sessão três. Do vice-presidente. Cabe ao vice-presidente do CNPCT,  
5899 substituir o presidente ou a presidenta do CNPCT, em seus impedimentos ou ausências, e  
5900 auxilia-lo no cumprimento de suas atribuições. Acabou. A sessão dois, do presidente e a sessão  
5901 três, do vice-presidente.

5902

5903 Lucas Grilo – A questão é que a Tatiana é ministra interina, então, não há ausência da ministra.

5904

5905 Vitória – Sávio, por favor. Já temos inscrição do Caio também.

5906

5907 Sávio – Bom dia a todos. Realmente, com relação ao exercício da secretaria executiva, acho  
5908 que não teria margem para conduzir os trabalhos. Mas, na ausência da ministra e, substituindo  
5909 formalmente a ministra, a secretária e a ministra de estado. Esse ponto, nós não... a vice-  
5910 Presidência só entra na ausência da ministra de estado. Nenhum outro secretário poderia exercer  
5911 esse cargo.

5912

5913 Vitória – Caio.

5914

5915 Caio – Bom dia. gostaria de compartilhar com vocês a minha interpretação disso. O decreto, no  
5916 artigo oitavo, diz que o conselho é composto pelo ministro de estado. Se pensarmos na seguinte  
5917 situação: a ministra nunca comparece às reuniões – uma situação hipotética -, nós teremos  
5918 sempre ela substituída pela secretária executiva? Porque, a presidência é pessoal, ela é exercida  
5919 pela ministra. Vocês vêem que o decreto não diz representante do ministério, ele diz ministro de  
5920 estado. É a mesma questão de termos elegido a Vitória para ser a vice-presidente, e o conselho  
5921 federal da OAB mandar um outro representante para exercer as atribuições da vice-Presidência.  
5922 No meu entendimento, quem preside é exclusivamente a pessoa da ministra Damares Alves.

5923

5924 Interlocutor não se identificou – Bom dia. está bem claro que o artigo oitavo, que o conselho,  
5925 órgão integrante da estrutura do Ministério da Mulher, da Família, dos Direitos humanos, será  
5926 composto pelo ministro de estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que o  
5927 presidira. Hoje, quem é o ministro do estado da Mulher, da Família e dos Direitos humanos, é  
5928 a secretária Tatiana. Não tem o que falar. É a mesma coisa, quando o presidente viaja, quem é  
5929 o presidente é o vice. Eu acho que estamos perdendo tempo, e isso está bem claro. Tem uma  
5930 portaria de publicação, que a ministra Tatiana é a ministra interina. Acho que não temos que  
5931 continuarmos com esse discurso.

5932

5933 Interlocutor não se identificou – Bom dia a todos e todos. Me parece que a questão é bem claro,  
5934 já que parece que estamos nos apegando a uma hermenêutica bem exegética. Quem é presidente  
5935 é o ministro ou a ministra e, não o ministro ou ministra interina. Se houvesse uma designação,  
5936 se a ministra Damares fosse exonerada do cargo, e a Tatiana fosse nomeada ministra efetiva,  
5937 sem dúvida, assumiria a presidência. Mas não é o caso, a ministra Damares não deixou de ser

5938 ministra. Nesse caso, inclusive, por isso, há uma previsão regimental bem clara, que diz que  
5939 cabe ao vice-presidente substituir o presidente do comitê. É muito claro, não ter margem para  
5940 abertura interpretativa. Os senhores estão defendendo uma interpretação exegética e, ao mesmo  
5941 tempo, fugindo da exegese, ao defender que a interinidade assuma a presidência, no que não há  
5942 previsão. Aplicando o método exegético ou o método sistemático, nos dois casos a única  
5943 interpretação possível é de que, nesse caso, os trabalhos sejam presididos pela vice-Presidência.

5944

5945 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Essa posição de vocês me confortaria, até em termos de  
5946 responsabilidade, na ausência da ministra, quando está fora do país ou qualquer outro  
5947 afastamento, férias, entre outros. Mas, eu estou exercendo, estou como ministra, durante o  
5948 período que ela está fora do país. Eu a substituo em todas as posições que requerem a presença  
5949 da ministra, ou em representação ou nas que requerem obrigatoriamente a presença da ministra.  
5950 Inclusive, foi nossa grande discussão quando, na subchefia de assuntos jurídicos, se insistiu  
5951 para que não estivesse prevista uma suplência, porque ela tem as agendas. Ela estaria disposta  
5952 sim, inclusive, ela pensou em suspender a agenda em Andorra, se não fosse uma convocação  
5953 da presidência, a importância que temos no embate que é a pauta de inclusão de pessoas com  
5954 deficiência. Mas, (inaudível), Tatiana, cumpra por favor, não pude ficar o dia inteiro, mas  
5955 cumpra o seu papel lá. Isso está assegurado. Temos um impasse, porque estou aqui para fazer  
5956 o meu papel como presidente, frente à ausência, afastamento legal da ministra, afastamento do  
5957 país.

5958

5959 Lucas Grilo – Peço vênica ao colega Mário, no entendimento que ele acabou de expor. O decreto  
5960 é claro ao dizer que o ministro ou ministra de estado preside o comitê. O ministro interino, no  
5961 caso, a ministra Tatiana, que é a ministra interina no momento, para todos os fins substitui a  
5962 ministra. Ela pode, inclusive, assinar decretos em conjunto com o presidente da república.  
5963 Quem pode mais, pode menos. Como ela, na qualidade de ministra interina, assina um decreto  
5964 e, ao mesmo tempo, não pode compor o comitê, na qualidade de presidente? Ela é de fato  
5965 ministra, no momento, ministra interina. Sinceramente, não há dúvida, é só uma questão de  
5966 leitura do decreto.

5967

5968 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Nosso consultor jurídico está reforçando uma consulta  
5969 novamente. Ele está on line. Da próxima vez, acho que temos que ter um consultor jurídico do

5970 nosso lado. Ele está refazendo essa consulta também, ele está verificando porque, me parece  
5971 que outro colegiado teve o questionamento similar, e ele já teria subsidio para justificar isso.

5972

5973 Vitória – Marcelo, só um minutinho, o Rafael está inscrito.

5974

5975 Rafael – Bom dia. é importante falar um pouco sobre a memória institucional do comitê, até  
5976 porque é um governo novo, que está chegando para trabalhar nesse espaço. Muitos de nós  
5977 estamos nesse espaço desde a sua instalação. Eu estava até checando com os parceiros que,  
5978 como eu, estão desde o início. Esse entendimento agora, colocado pela senhora Tatiana, é novo.  
5979 Nunca houve nenhum momento essa discussão sobre qual seria a formalidade na ausência do  
5980 ministro de direitos humanos. Sabemos também, por questões obvias, que não é tão fácil assim  
5981 para um ministro de estado cumprir uma agenda como essa. E a lógica do sistema é, justamente,  
5982 prever que, na ausência desse ministro, passa-se então a gestão do comitê para a vice-  
5983 Presidência. Repito, em nenhum momento, desde a instalação do comitê, a CONECTAS esteve  
5984 em todas as reuniões, eu estive em boa parte das reuniões. Em nenhum momento foi alegado  
5985 isso que o novo governo alega, de maneira inédita, e não entendemos a razão disso, mais uma  
5986 vez. Especificamente, por exemplo, no governo Temer, a ministra Flavia Piovezzan, tinha uma  
5987 dificuldade de agenda, diria que noventa por cento das reuniões, noventa e oito por cento das  
5988 reuniões, foram conduzidas pela então vice-Presidência, sem nenhum tipo de questionamento  
5989 e, sem nenhum tipo de problema para o andamento dos trabalhos, que é o que importa. De novo,  
5990 eu fico surpreso com a inovação desse governo, um governo que traz sempre entendimentos  
5991 novos, inéditos, e fica difícil entender qual é a razão disso, e seria importante seguirmos uma  
5992 tradição o trabalho que temos feito há anos e, de novo, não houve prejuízo de nenhuma maneira,  
5993 seja para os trabalhos, seja para o governo, seja para a sociedade civil. Acho que é importante  
5994 lembrar que o sistema não nasceu com esse governo, o sistema tem uma tradição de alguns  
5995 anos, e é importante privilegiarmos o fortalecimento da continuidade do trabalho que tem sido  
5996 feito nos últimos anos.

5997

5998 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Possivelmente podemos até verificar. Vou repetir que o nosso  
5999 jurídico está fazendo essa avaliação. Mas, não tem nada intencional de (inaudível) uma  
6000 participação nossa, independente das pautas que estão em questão. A situação nós entendemos  
6001 como atípica, por isso que eu fui devidamente orientada pela assessoria. Ontem, teve essa  
6002 questão de vir a adjunta, e ela mesmo perceber, questionar. É uma situação atípica. A ministra,

6003 no país que, geralmente, é o que acontece, por regra, afastamentos são excepcionais, ela não  
6004 podendo vir, sim, a vice-presidente, mas, no caso do afastamento dela, e eu estando em  
6005 exercício, foi o entendimento que tivemos inicialmente, mas o nosso jurídico está fazendo essa  
6006 confirmação, porque me parece que teve situação similar em outro colegiado, e estamos  
6007 aguardando. Estamos dispostos a discutir, vamos aguardar esse entendimento então.

6008

6009 Vitória – Marcelo, por favor.

6010

6011 Marcelo – Estou passando minha fala, obrigado.

6012

6013 Vitória – O próximo é Alexandre.

6014

6015 Alexandre – Bom dia a todos. Questão interessante essa. A substituição da ministra deve ter  
6016 uma regra geral, que é a substituição pela secretária executiva. Mas, existe uma regra específica,  
6017 especial, no regimento interno do comitê, que é o artigo quinze do regimento interno: cabe ao  
6018 vice-presidente do CNPCT substituir o presidente do CNPCT em seus impedimentos ou  
6019 ausências, e auxilia-lo no cumprimento de suas atribuições. Me parece que isso aqui seria uma  
6020 norma específica, especificamente quanto às atribuições da ministra, na qualidade de presidente  
6021 deste comitê, a sua substituição em casos de impedimentos ou ausências, é exercida pela vice-  
6022 Presidência. Uma norma especial, em relação à regra de substituição geral nas demandas e  
6023 atribuições da ministra, em caso de impedimentos ou ausências. Me parece que, havendo a regra  
6024 especial, ela tem que ser privilegiada, e a condução dos trabalhos caberiam à vice-Presidência.

6025

6026 Sávio – Em que pese a ponderação do colega Alexandre, tem que lembrar que o regimento  
6027 interno é uma resolução. Nós temos hierarquia entre as normas. Mas, a minha ponderação é no  
6028 sentido de que esse comitê tem que mudar a visão, no sentido de enfrentamento. Nosso trabalho  
6029 não pode ser peito a peito, tem que ser ombro a ombro. Nós temos que aproveitar, temos uma  
6030 ministra de estado hoje aqui para entender as demandas do comitê e, talvez, conseguirmos um  
6031 resultado melhor com o que estamos decidindo aqui. O colega bem colocou, eu também estou  
6032 desde o início, nós não tivemos a participação efetiva dos ministros anteriores, em decorrência  
6033 da agenda, isso prejudica o nosso trabalho. Então, estamos levando para um outro lado, em que  
6034 pese a brilhante condução da Vitória, dos trabalhos, acho que teremos um ano muito produtivo  
6035 pela frente, pela objetividade e a condução ontem. Mas, temos que aproveitar que a ministra

6036 hoje está aqui, para entender as demandas do CNPCT. Acho que estamos perdendo tempo numa  
6037 questão procedimental, que não vai agregar nos trabalhos.

6038

6039 Vitória – Rodrigo.

6040

6041 Rodrigo – Só para pedir licença ao comentário do Marcelo que, na verdade, foi citada a questão  
6042 da secretária Flavia Piovezzan. De fato, ela não participava como presidente, porque o cargo de  
6043 presidência é do ministro de estado. Deveria ter sido, no primeiro momento, recentemente, o  
6044 ministro Alexandre de Moraes. Na ausência do ministro, apesar de ter a secretária como  
6045 responsável pela pasta, coube à vice-Presidência uma outra pessoa indicada, que não a  
6046 secretária de estado. Só para fazer referência ao que está sendo discutido. A secretária Tatiana  
6047 está como ministra de estado e, não, na função de secretária executivo.

6048

6049 Vitória – Lucas.

6050

6051 Lucas Grilo – Complementando o que os colegas Rodrigo e Sávio acabaram de expor, acho que  
6052 talvez estejamos focando um pouco nos nomes, ministra Damares ou, na época, ministro  
6053 Alexandre. Foi boa observação, Rodrigo, de fato, a Flávia era secretária, Flávia Piovezzan,  
6054 então nunca pode exercer a profissão de ministra. Na época, era o Alexandre de Moraes, ele era  
6055 o presidente. Talvez, estejamos imaginando, pensando em nomes: ministra Damares, ministro  
6056 Gustavo Rocha. O que o decreto fala, isso é certeza que o colega da DPU tem essa mesma  
6057 compreensão, é do cargo. O cargo de ministro de estado e, não o nome, eventualmente, do  
6058 ministro. O cargo de ministro de estado está ocupado, interinamente, pela secretária executiva  
6059 Tatiana. Ela, na qualidade de ministra, exerce a função de presidente. Faço louvores à fala do  
6060 colega Sávio, de que acredito que isso seja algo meramente procedimental, que não  
6061 precisaríamos estar discutindo, que devemos dar as mãos nesse aspecto e dar continuidade, sob  
6062 a condução da ministra Tatiana.

6063

6064 Matheus – Com todo o respeito, o governo chegou perdido, chegou ontem querendo atropelar.  
6065 Eu vou precisar ser duro, mas vou ser sutil e respeitoso, nada pessoal contra ninguém. A norma  
6066 do revezamento, tiveram que chamar assessoria jurídica, agora, vão chamar a assessoria jurídica  
6067 novamente. Ontem o regimento foi endeusado, que tínhamos que alterar o regimento. Para que  
6068 serve esse artigo do regimento, então? Se o que o governo falou ontem, que esse regimento

6069 serve interna corporis, que sirva interna corporis. Mas, não dá para ter uma conveniência de,  
6070 quando convém, ser A e, quando não convém, ser B. respeito a Tatiana, respeito o ministério,  
6071 respeito todo mundo, o governo, a sociedade civil, que está aqui. E soube que, quando tu saís  
6072 da sala ontem, quem foi desrespeitada foi a defensoria pública. Basta de dois pesos e duas  
6073 medidas, estamos falando de coisa séria aqui. O que não foi respondido pelo governo ontem,  
6074 qual era o novo paradigma político, o novo paradigma político é tortura, é arma, é Ulstra, é  
6075 gente com arma na cintura, é presidente financiado pela indústria de arma. Temos que  
6076 começarmos a sermos sérios nessa sala.

6077

6078 Vitória – Silvia, por favor.

6079

6080 Silvia – Também ia acompanhar, apoiar a fala do Alexandre, quando fez referência ao  
6081 regimento. Exatamente, esse regimento foi discutido, a resolução, o regimento interno do  
6082 comitê nacional de prevenção e combate à tortura, na sua criação. Foram reuniões e reuniões  
6083 de discussão para se chegar a esse regimento interno. Eu lembro que, exatamente, a discussão  
6084 era essa: quando a presidência não está, o ministro não está, quem rege os trabalhos é o vice-  
6085 presidente. Sempre foi a intenção desse regimento, foi muita discussão, existia representante de  
6086 governo, representante de sociedade civil. Isso foi a resolução e o regimento que foi criado pelo  
6087 próprio comitê nacional de prevenção e combate à tortura. Esse é o regimento. Porque agora,  
6088 exatamente, o Matheus falou, queremos esse artigo do regimento não, nesse momento talvez  
6089 não seja mais interessante. Não, esse é o regimento. Depois, querem pensar todo o regimento,  
6090 não sei. Mas, esse é o regimento, e isso está sendo respeitado desde a criação do comitê. Agora,  
6091 vai desrespeitado o que está claramente escrito e tem sido uma cultura de respeito ao regimento,  
6092 nesse comitê. Em relação à presença, eu acho excelente que a doutora Tatiana esteja aqui  
6093 presente, em representação como ministra interina, representação da ministra. Excelente. Não  
6094 é ela não participar, ela pode participar o dia inteiro. Estamos falando da condução dos  
6095 trabalhos, não da participação dela. Acho que é excelente que ela esteja, que possa estar todos  
6096 os dias, para fazer discussões. Concordo plenamente com você. Não queremos excluir a  
6097 participação dela, estamos falando da condução dos trabalhos.

6098

6099 Vitória – Tatiana, por favor.

6100

6101 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Só quero reiterar que o intuito da presença é esse mesmo, de  
6102 contribuir, de colaborar. Não existe má intenção. Se fosse assim, chegaríamos aqui com um  
6103 parecer formal. Ontem, chegaríamos com um parecer, assim como para essa dúvida de hoje,  
6104 que eu não imaginava ter essa dúvida. A ministra, inclusive, reiterou ontem, numa conversa  
6105 comigo, que gostaria muito de estar presente, ela faria questão de estar o máximo de tempo  
6106 priorizando essa agenda, mas no sentido de contribuir, porque sabemos que o momento é de  
6107 reformulação, de alinhamento, de reaproximação. Não existe má fé, não existe intenção de  
6108 atropelar. Acho que a disposição nossa, e somos, por obrigação instituição, por sensibilidade  
6109 ao tema. Inclusive, ouvi notícias hoje, notícias bem graves com relação a questão de tortura,  
6110 com relação a questão de violação de direitos. O intuito é contribuir. Eu fiz questão, tinha  
6111 agendas tão importantes quanto essa daqui, e fiz questão de priorizar, na interpretação de que  
6112 ela fora, no exercício de ministra eu estou. Se não fosse assim, não estaria fazendo a consulta,  
6113 pedindo a consulta ao Jandir, que é a nossa cabeça na Esplanada, o jurídico na Esplanada, que  
6114 sabe tudo. Eu pedi para ver se ele também confirma, juntamente com o entendimento do Jandir,  
6115 que é subchefe de assuntos jurídicos de uma área na Casa Civil, na secretaria de governo, junto  
6116 ao Thiago, para ver essa interpretação.

6117

6118 Vitória – Rafael.

6119

6120 Rafael – Primeiro, realmente o colega fez uma ponderação importante da Flávia, foi uma  
6121 confusão minha. Mas o argumento se mantém, colega, porque o ministro Alexandre de Moraes  
6122 também não participava das reuniões, e nunca foi suscitado, por parte do governo, o que está  
6123 suscitando agora esse novo governo. Eu gostaria de entender que consulta é essa à assessoria  
6124 jurídica, se já saiu esse pedido, acho que é importante a opinião sobre o artigo quinze, do  
6125 regimento. Ontem, os colegas brilhantes, falaram tanto sobre a importância do regimento, então,  
6126 vou reiterar ao colega da DPU, artigo quinze: cabe ao vice-presidente do CNPCT, substituir o  
6127 presidente do CNPCT - que é quem? A ministra - em seus impedimentos ou ausências, e auxiliá-  
6128 lo no cumprimento de suas atribuições. Podemos laranja de maçã, mas continua sendo laranja.  
6129 O apelo dos agentes do governo a uma sensibilização por parte da sociedade civil, com todo  
6130 respeito, não nos impacta, não nos sensibiliza. Nós só queremos o cumprimento do regimento,  
6131 e seguir porque a agenda está cheia. Falo respeitosamente, em relação à doutora Tatiana, se ela  
6132 precisar, se puder acompanhar os trabalhos, ela é bem-vinda, inclusive, com lugar à mesa. Mas,  
6133 a condução, segundo artigo quinto, expressa que cabe à vice-Presidência, na ausência ou

6134 impedimento do ministro. Portanto, se vier um parecer jurídico dizendo um contrário, a  
6135 sociedade civil vai ter que deliberar se queremos permanecer hoje na reunião, se vamos ficar  
6136 aqui, porque isso é uma subversão da norma específica que trata do tema.

6137

6138 Vitória – Marcelo.

6139

6140 Marcelo – Essa contribuição do Rafael realmente esclarece, e acho que a coisa fica um pouco  
6141 mais complexa porque, na memória das reuniões do biênio anterior, quando a vice-Presidência  
6142 assumia – estou falando do CNPCT e, não de outros colegiados – e, naquele momento não  
6143 tínhamos um ministro interino que vinha para a reunião. Isso, para mim, fica uma dúvida que  
6144 poderíamos esclarecer. Mas, essa leitura que já tinha sido feita, mas o destaque do Rafael, faz  
6145 com que pensemos de fato. Quer dizer, será que a substituição da Tatiana, como ministra  
6146 interina, não seria um choque com o que está aí no regimento. Outra questão, Tatiana, em nome  
6147 do que você evocou no início. Com tanta coisa importante acontecendo, porque acho que  
6148 estamos todos em dúvida, vamos podemos pensar assim? (Intervenção fora do microfone). Eles  
6149 têm dúvida. O colegiado tem dúvida, ficou uma dúvida em relação ao colegiado. Essa dúvida,  
6150 Tatiana, no seu entendimento, impede a continuação dos trabalhos? Tatiana. (Intervenção fora  
6151 do microfone). Estou falando com você. Estou perguntando a você, porque você que está pelo  
6152 governo, criando uma situação de dissenso e de contraditório, e é legítimo, não estou dizendo  
6153 que você está errada. Antes de tudo, o seu direito, como também é direito dos colegas ficar em  
6154 dúvida, ou então terem determinadas perspectivas. O que estou evocando é um pouco o que  
6155 você falou anteriormente: para a finalidade da realização dos trabalhos, você colocaria, até isso  
6156 esclarecer, como um impedimento para o início dos trabalhos? Poderíamos começar os  
6157 trabalhos com a presidência da Vitória, na dúvida? Você está aí, você vai ter seu direito de fala.

6158

6159 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Era esse o entendimento. Marcelo, desculpa. Mulher tem uma  
6160 capacidade que vocês, as vezes não tem, estava ouvindo e falando também. (Intervenção  
6161 simultânea). Eu entendo. O que estava fechando com ela era esse entendimento, enquanto se  
6162 conclui. O nosso jurídico passou um parecer que eu vou dar uma olhada, com o entendimento  
6163 de que eu poderia sim substituir. Só que eu estou ratificando, tamanho o respeito que tenho por  
6164 esse colegiado, estou ratificando com uma instancia superior, teoricamente superior. Porque,  
6165 quando enviamos para a secretaria geral, para o ministro Jorge, nossos subchefes de assuntos  
6166 jurídicos, muitas vezes, tem outra interpretação. Estou ratificando com o Jandir e com a equipe

6167 do ministro Jorge. Esse entendimento, quando você estava fechando, era isso que eu estava  
6168 fechando com a Vitória, eu não vejo impedimento de que, durante esse período, para não ter  
6169 prejuízo a pauta, no sentido de que eu venho aqui para colaborar, não existe posição deste  
6170 governo para atrapalhar. Até porque, se fosse, não chegaríamos aqui com tantas fragilidades.  
6171 Teríamos nos debruçado para argumentar juridicamente, com certeza, a ministra estaria aqui.  
6172 Mas, por confiar no colegiado, saber que aqui temos uma formação de pessoas sérias e  
6173 comprometidas com a causa, o objeto do comitê, por isso que viemos, talvez, tão despreparados.  
6174 Inclusive, o Lucas sabe que depois terá uma agenda de cobrança da secretaria de proteção  
6175 global, nesse intuito. Então, viramos preparados, se fosse intuito desse governo se atrapalhar os  
6176 trabalhos, de ter uma atuação, uma grande estratégia, que alguns de vocês mencionaram,  
6177 teríamos vindo mais preparados. Seria amor da nossa parte, principalmente de nós, que já  
6178 percorremos, nossa ministra que já foi assessora jurídica, eu que percorro já há quanto tempo  
6179 na Esplanada, tendo trabalhado com grandes colegiados como o Conselho Nacional de Saúde,  
6180 Conselho Nacional de Assistência social pós impeachment, crise política, fazer enfrentamento.  
6181 Eu não viria aqui despreparada, se fosse para ter uma estratégia de atrapalhar, de barrar os  
6182 trabalhos, ou qualquer outra coisa que fosse. Não existe má fé. Embora se fale “com todo  
6183 respeito”, mas não adianta dizer isso se as palavras anteriores dizem que esse governo é isso ou  
6184 aquilo outro – não vou repetir. Meu intuito é prosseguirmos. Marcelo, é pertinente, pensamos  
6185 ao mesmo tempo. Prossegue com a pauta para não termos prejuízo, sabemos que temos uma  
6186 grande discussão pela frente, até fechar esse entendimento e, depois, mesmo com esse  
6187 entendimento, a depender, voltamos a conversar, tamanho o processo participativo democrático  
6188 que queremos seguir.

6189  
6190 Marcelo – Só para andarmos juntos, porque acho que o horizonte é andarmos pelo certo, tanto  
6191 da sua parte, quanto da minha, é de pensarmos o seguinte: ontem, a delicadeza da situação  
6192 quando tem o contraditório no colegiado. Ontem, vocês chegaram aqui e disseram que tinham  
6193 um parecer, o parecer virou uma opinião (intervenção fora do microfone). Mas estou falando  
6194 que, é no respeito que você evocou anteriormente, Tatiana, aos colegas do colegiado. Se os  
6195 membros ou convidados fazem interposição de distinção de perspectivas de interpretação, é só  
6196 para dizermos: não vale que venha alguém, de maneira informar, dizer que o certo é esse ou  
6197 aquele. Quando a diferença de perspectiva, é pelo bem dos andamentos dos trabalhos, que não  
6198 procedamos na informalidade. Na informalidade, estaríamos em casa. Obrigado.

6199

6200 Lucas Grilo – Acho que o exemplo de ontem não foi muito feliz, até porque todos estão vendo  
6201 que a cadeira da vice-Presidência está ocupada por um membro da sociedade civil. Não houve  
6202 imposição de nada, não houve imposição da nossa ideia. Nesse caso, mais uma vez eu ressalto,  
6203 alguns colegas estão falando do regimento interno, mas o nosso posicionamento é em  
6204 cumprimento ao regimento interno. O que o regimento diz, artigo quinze: cabe ao vice-  
6205 presidente do comitê substituir o presidente do CNCPT, em seus impedimentos ou ausências, e  
6206 auxilia-los no cumprimento de suas atribuições. Está sendo cumprido o regimento, obviamente,  
6207 porque o presidente ou a presidente não está ausente, ela está aqui conosco, que é a ministra  
6208 interina Tatiana. Não há descumprimento do regimento. (Intervenção fora do microfone).  
6209 Alguns colegas estão levantando esse ponto, mas o regimento está sendo observado  
6210 perfeitamente.

6211  
6212 Vitória – Silvia e Matheus, depois. (Intervenção fora do microfone). Matheus, você e, depois,  
6213 Silva, pode ficar à vontade.

6214  
6215 Matheus – O Mário perguntou se alguém poderia auxiliar na norma que aponta a questão da  
6216 substituição da secretaria executiva em ministra. Eu queria dizer o seguinte: cada um exerce a  
6217 liberdade de expressão como preferir, a história vai absorver uns e outros não serão absorvidos  
6218 pela história. Queria destacar isso, senão fica picuinha lá, picuinha aqui. Ainda que tenha um  
6219 parecer formal ou informal do governo, quem tem que votar é a plenária. Se as decisões são  
6220 internas corporis, a plenária vota.

6221  
6222 Silvia – Exato, eu sigo a colocação do Matheus. Eu leio, mas acho que o debate é exatamente  
6223 para isso. Eu leio diferentemente, mas, talvez, como disse o Rafael, como a APT está  
6224 acompanhando esse comitê desde a sua criação, eu lembro da discussão de cada artigo. A ideia  
6225 era exatamente essa, quando o presidente, ministro, não está por qualquer razão, ministra ou  
6226 ministro, quem tem a presidência é o vice, que vai substituir, liderará a reunião. Foi sempre  
6227 muito claro que estava, porque existe esse artigo quinze. É o regimento do comitê. Acho muito  
6228 bom que está se falando o tempo todo de respeitar, acho que tem que respeitar o regimento,  
6229 respeitar todo um trabalho que foi, desde a instalação desse primeiro comitê, ele não foi  
6230 instalado ontem, já existe desde dois mil e quatorze, com vários debates, procedimentos,  
6231 resoluções. Também, se for o caso, vale a plenária votar. Não sei. Outra vez temos que olhar  
6232 que é um colegiado que funciona desde dois mil e quatorze, com regimento consolidada.

6233

6234 Vitória – Ribamar.

6235

6236 Ribamar – Bom dia a todas e a todos. Eu queria saudar a mesa hoje, especificamente, na pessoa  
6237 da Tatiana, ministra em exercício. E queria saudar os demais, na pessoa do defensor público,  
6238 Alexandre Kaiser. Digo do simbolismo porque o faço. Nós, do mecanismo, hoje estamos aqui,  
6239 como a maioria de nós, por força de uma decisão judicial, por causa de uma controvérsia que  
6240 avança, e de uma liminar conquistada, entre outras tantas ações jurídicas, por força e decisão  
6241 da defensoria pública da União. Eu faço registrar isso, saudando e agradecendo a todos que se  
6242 mobilizaram nesse sentido, em especial à defensoria pública da União, para dizer que nós  
6243 temos... uma das riquezas que sempre foram valorizada neste comitê, do qual eu participo desde  
6244 o início, embora na condição de convidado pelo mecanismo e, desde a formulação, enquanto  
6245 ouvidor de segurança pública, é a diversidade e a riqueza da pluralidade. E, talvez, seja  
6246 simbólico que eu faça isso, porque ao contrário do que parece para muitos, não sou profissional  
6247 da área jurídica, eu venho da área da filosofia e da teologia. Digo isso porque eu me sinto  
6248 incomodado, toda vez que diz que tem que recorrer a um parecer jurídico, com a riqueza da  
6249 pluralidade, da diversidade, dos diferentes profissionais da área do direito. Não precisa dizer  
6250 que aqui tem só mestres e doutores na área do direito, e doutoras, tem advogados que tem  
6251 experiência no trato de questões em fóruns internacionais. Eu queria propor, na linha do que  
6252 estamos fazendo, porque estamos fazendo, na verdade, o que os juristas chamam de termo de  
6253 ajustamento de conduta, um acordo de bem viver, para o bom andamento desse trabalho. Nós  
6254 abandonássemos um pouco essa postura que, recorrentemente, vamos solicitar pareceres  
6255 jurídicos externos. Aqui, nós temos uma fartura de profissionais do direito da melhor qualidade.  
6256 Essa é uma riqueza que, mesmo em tempos muito adversos e, não pensem que tensionamento  
6257 nesse comitê estão sendo feitos nesse atual governo. Nesse nível talvez. Mas, sempre foi, como  
6258 é para ser instância de concertação e de controle, espaços de tensões. Mas, um protocolo que  
6259 eu acho que talvez tínhamos que estabelecer é que, aqui mesmo, nós podemos nos valer de  
6260 diversos pareceres de juristas de os matizes. Estou dizendo isso, acho que me sinto à vontade  
6261 para fazer, primeiro, porque não sou profissional do direito, mas convivo muito com eles. E,  
6262 convivendo com eles, me sinto meio incomodado, me parece um pouco afrontoso dizer que  
6263 temos sempre que recorrer a pareceres jurídicos, com essa riqueza que nós conseguimos  
6264 construir aqui de presença, de representantes, de profissionais da área do direito, dos mais  
6265 diversos matizes. Quer ser da minha parte, embora um pouco ousado para quem também só é

6266 convidado, só tem direito à voz, mas quer ser uma contribuição para o bem viver, que  
6267 precisamos ter nesse espaço colegiado de concertação.

6268

6269 Vitória – Mário, por favor.

6270

6271 Mário – Estava lendo o decreto oito oito cinco um, passado pela direção. Acho que a questão –  
6272 vou propor uma situação de consenso -, efetivamente não sei Tatiana, qual a situação. Quero  
6273 me corrigir em relação à minha primeira manifestação. Acho que, de fato, se a Tatiana é a  
6274 ministra interina, acho que não resta dúvida de que realmente a presidência tem que ser da  
6275 Tatiana. Se não é, ela está apenas substituindo a ministra. Isso, com base no decreto. O que o  
6276 decreto diz? Os ministros de estado serão substituídos nos seus afastamentos e outros  
6277 impedimentos legais ou regulamentares, e na vacância do cargo, conforme disposto a seguir.  
6278 Os dois primeiros incisos falam de outros ministros. Os demais ministros de estado serão  
6279 substituídos pelo secretário executivo do órgão. O parágrafo segundo diz o seguinte: as  
6280 substituições de que trata o caput somente ocorrerão na falta de designação Presidencial  
6281 específica. O parágrafo segundo diz: poderá ser nomeado ministro de estado interino, no caso  
6282 de vacância do cargo. Me parece e, efetivamente, não sei, acho que seria uma questão formal  
6283 que, se a Tatiana está nomeada ministra interina, Tatiana preside a reunião. Se ela não está  
6284 nomeada, preside a reunião a vice-presidente. Só vou sugerir então que, se está nomeada, que  
6285 seja apresentada a portaria com a nomeação da Tatiana como ministra interina. Se não for o  
6286 caso, ela não é ministra, ela apenas substitui a ministra nas suas atividades.

6287

6288 Vitória – Eu agradeço a participação de todos os colegas que fizeram as falas. Como a Tatiana,  
6289 secretária, já teve a cordialidade de abrir mão do debate, por hora, para conseguirmos conduzir  
6290 os trabalhos pela manhã, e ela deu essa prerrogativa de eu continuar tocando pela manhã e, à  
6291 tarde, fazermos a leitura de decretos, pareceres, estudamos e aprendemos juntos, porque essa é  
6292 uma questão posta agora, pela manhã eu continuo tocando, ela me deu essa preferência pela  
6293 manhã, ao meio dia, nos debruçamos sobre tudo isso e, à tarde, voltamos com um novo debate  
6294 sobre isso. Se todos concordarem, seguimos assim. Pode ser? Então, eu início, dando a palavra  
6295 ao Mário. Fique à vontade.

6296

6297 Mário – Desculpa atropelar. Eu queria ter feito essa pauta ontem, ainda com o mecanismo, em  
6298 função do atraso da hora, e juro que vou ser bem breve. Tinha trazido umas fotos para

6299 apresentar, mas ocorre que eu vim praticamente em missão, tanto pela defensoria pública,  
6300 quanto pelo comitê estadual de prevenção e combate à tortura. Depois, vou encaminhar um e-  
6301 mail com a inspeção que foi feita pelo comitê estadual, pela questão dos presos em delegacia  
6302 de polícia e viaturas policiais, no estado do Rio Grande do Sul, que vem acontecendo há algum  
6303 tempo, e nos parece, configura que deva receber o olhar, tanto desse comitê, quanto de uma  
6304 missão de inspeção do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. No estado do Rio  
6305 Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, região metropolitana e litoral do estado, há  
6306 pessoas presas em delegacias de polícia e em viaturas policiais. Sendo que, nas viaturas, a  
6307 última informação, das últimas semanas, é que tinham pessoas presas a mais de vinte dias, em  
6308 viaturas policiais, três, quatro pessoas dentro do camburão. Eu fiz várias inspeções nesses  
6309 locais. A situação é absurda, ela ultrapassa qualquer... é até difícil falar, ultrapassa aquilo que  
6310 estamos acostumados, e acabamos já naturalizando infelizmente, como violação de direitos  
6311 humanos. As pessoas não têm onde dormir, não tem onde fazer suas necessidades fisiológicas,  
6312 não podem tomar banho. Estão ficando quatro, cinco pessoas, dentro de um camburão, porque  
6313 quinze, vinte, vinte e cinco, trinta dias. Recentemente, entre viaturas e delegacias, tinham mais  
6314 de duzentas pessoas presas no estado do Rio Grande do Sul, especialmente, em Porto Alegre e  
6315 na região metropolitana. O comitê estadual já fez uma inspeção. Defensoria pública está  
6316 acompanhando essa situação. Já ajuizamos duas ações civis públicas nesse sentido e dois habeas  
6317 corpus coletivos. Um deles foi julgado procedente, para impedir prisão de pessoas presas em  
6318 containers. Mas, em relação às viaturas e às delegacias de polícia, há uma liminar determinando  
6319 a retirada, que não foi cumprida, então o processo ainda não foi julgado no mérito. Me parece  
6320 que talvez esse comitê pudesse, de alguma forma, buscar realizar alguma missão, fazer alguma  
6321 recomendação ou pedir mais informação. E, talvez, eventualmente, se alguns dos membros  
6322 entender que é o caso, sugerir até mesmo que se delibere uma moção, uma recomendação, para  
6323 que o mecanismo vá a Porto Alegre, vá até uma região metropolitana, para verificar essa  
6324 situação.

6325

6326 Vitória – Como esse é um ponto que estava fora da pauta especificamente, eu pergunto aos  
6327 colegas e às colegas, se seria o caso, como o Mário fez pedido de trabalho do comitê e do  
6328 mecanismo, se seria o caso de colocarmos para votação o encaminhamento específico em  
6329 relação a isso. Por favor, peço ajuda de todas e todos.

6330

6331 Interlocutor não se identificou – Eu só queria fazer um adendo à manifestação do Mário, para  
6332 esclarecer um ponto sobre a gravidade da situação. Nós temos notícia, eu, pelo menos tenho, lá  
6333 na DPU, notícia dessa situação de presos em celas containers, em viatura, no Rio Grande do  
6334 Sul, desde dois mil e quinze. Tem uma notícia na minha caixa de processo, desde dois mil e  
6335 quinze. Recentemente, tentei ver de que forma a DPU poderia incidir nisso, ainda não firmei  
6336 uma posição. Mas, a questão não é recente, a questão é recorrente no estado do Rio Grande do  
6337 Sul. Só para ressaltar a importância de que o comitê adote alguma providência em relação à  
6338 essa situação.

6339

6340 Mário – Só um breve esclarecimento. Dois mil e quinze começou, se resolveu. Em dois mil e  
6341 dezessete voltou. Por isso que eu falo em mais de dois anos ininterruptos.

6342

6343 Vitória – Ribamar. Caio.

6344

6345 Caio – Eu queria endossar a colocação do Mário. Eu sou de Porto Alegre, essa realidade é  
6346 realmente recorrente. O governo do estado é conivente com isso. A brigada militar encarcerava  
6347 as pessoas em frente ao Palácio da Polícia, na avenida Ipiranga, ficavam várias viaturas na  
6348 frente, com as pessoas algemadas nas viaturas, no sol. Depois das ações da defensoria pública,  
6349 eles esconderam essas pessoas. Eles levaram para um terreno baldio, de propriedade do estado,  
6350 cercado e, lá esconderam essas pessoas. Isso só veio à tona, depois de uma matéria da Zero  
6351 Hora, que entrou nesse espaço, fotografou tudo. Esse assunto voltou. Eu gostaria de fazer um  
6352 requerimento, não sei qual a melhor forma de fazer isso, mas nos termos do que o Mário  
6353 colocou, que o mecanismo faça uma missão no Rio Grande do Sul, para analisar essa questão.

6354

6355 Ribamar – Eu queria agradecer a colocação desse ponto de pauta, porque não é de menor  
6356 importância. Tratamos tangencialmente, porque são tantos os problemas a serem tratados,  
6357 quando falamos das inspeções no Pará. Foi lembrado aqui que, na nossa primeira visita, seja no  
6358 Rio Grande do Sul, onde o mecanismo esteve logo no primeiro ano de fundação, em dois mil e  
6359 quinze, seja no Pará, em dois mil e dezesseis, entre nossas tantas recomendações, estava a  
6360 desativação de todas as celas containers que ali existiam, e continuam existindo. Aliás, uma  
6361 coisa que se deu pouco foco e, eu mesmo me penitencio diante de tanta falta de síntese, eu não  
6362 apresentei isso como problema, mas o Gustavo veio trazer de novo, quando veio trazer a fala  
6363 aqui, é que mesmo que não houvesse o que houve, em Altamira, só pela asfixia naquele espaço

6364 de cela container, onde houve a chacina, eles estariam mortos. Porque, ali é um incinerador. É  
6365 um desafio que temos que aprofundar como fenômeno. A sofisticação das forças ideológicas  
6366 da morte e da tortura, fazem com que hoje não procuremos só lesões no metacarpo. Por  
6367 exemplo, no Rio Grande do Sul, como no Pará, cela container é, em si, um instrumento de  
6368 tortura, seja por causa do clima. O que é o container? Onde é frio, ele é muito frio e, onde é  
6369 quente, ele é muito quente. Ele é um reservatório térmico. Uma coisa que precisamos  
6370 aprofundar na discussão é sobre os novos vetores de tortura, aliás, essa é uma matéria que estou  
6371 estudando hoje, no mestrado em direitos humanos aqui, na UNB. A alimentação é um novo  
6372 vetor de tortura, água e alimentação é um vetor de tortura, o clima é um novo vetor de tortura.  
6373 A cela container é um novo instrumento de tortura.

6374

6375 Vitória – Vou passar a palavra ao Marcelo e, depois, ao Matheus. Peço aos colegas que  
6376 mantenham a objetividade de tratar especificamente sobre o tema que foi trazido pelo defensor,  
6377 para podermos dar o encaminhamento e passar para o próximo ponto. Desculpa, Marcelo e  
6378 Felipe.

6379

6380 Marcelo – Queria só proceder encaminhamento regimental mesmo. O Mário trouxe a questão,  
6381 regimentalmente, um de nós que tem que encaminhar. Que, no caso, pudéssemos votar para que  
6382 o mecanismo pudesse incorporar, nas suas próximas ações, para poder contemplar a situação  
6383 trazida pelo Mário e, talvez, outras situações, essa mesma situação da água e dessa questão dos  
6384 containers, que o Ribamar trouxe. Isso ficaria encaminhado, caso o pleno concorde, para que  
6385 isso seja executado pelo mecanismo.

6386

6387 Mário – Só para fazer um brevíssimo encaminhamento sobre os containers, eu impetrei um  
6388 habeas corpus coletivo, e foi dado provimento a esse habeas corpus coletivo há duas semanas.  
6389 O tribunal de justiça proibiu o uso de containers, não tem mais preso em containers, em função  
6390 desse habeas corpus coletivo da defensoria pública. O problema persiste em relação às  
6391 delegacias e viaturas. Só para esclarecer, em relação ao requerimento que, se for fazer uma  
6392 missão nesse momento, teria que ser em relação às delegacias e viaturas, porque os containers  
6393 estão desativados, pelo menos, por hora. A notícia que temos é que o ministério público vai  
6394 recorrer ao STJ, para voltar. Se voltar a situação, se rearticula.

6395

6396 Vitória – Felipe.

6397

6398 Felipe – Queria agradecer ao Mário por trazer esse tema, que acho muito relevante. É de a  
6399 finalidade desse comitê tratar disso. Feliz com o resgate do debate construtivo. Te agradeço,  
6400 Mário, acho relevantíssimo tudo isso, muito grave a situação. Sou favorável, como membro,  
6401 que seja votado inicialmente pela inclusão dessa matéria extra pauta e, que seja solicitado ao  
6402 Mário que traga para o comitê o que ele já tiver produzido, para que possamos dar  
6403 encaminhamento mais completo.

6404

6405 Vitória – Matheus.

6406

6407 Matheus – De forma objetiva, Vitória, só para não esquecermos, seja hoje ou nos próximos  
6408 meses, o que o Ribamar colocou acontece. As pessoas são conduzidas durante horas, no estado  
6409 de São Paulo e, presumo que no Brasil inteiro, em carros, em caçambas fechadas, de ferro. Elas  
6410 ficam horas debaixo do sol, às vezes, sai de Presidente Prudente para São Paulo, são dez horas  
6411 de viagem, e elas são torturadas em viaturas da SAP também. Só para não esquecermos desse  
6412 tem.

6413

6414 Vitória – Agradeço a colocação dos colegas e das colegas. Eu tenho uma sugestão que a nossa  
6415 pauta cinco, de ontem, foi adiada para as nove horas da manhã. A primeira pauta que  
6416 deveríamos ter tratado hoje, que seria ata e sumário executivo, aprovação e os informes dos  
6417 membros e pessoas com voz aqui. Essa questão de provimento, de respeito à pauta, fica  
6418 resolvido, acabei de ver que está resolvida. Mas, a partir disso, damos os encaminhamentos  
6419 para o que votarmos aqui, se votamos por missão conjunta inclusive. E, em respeito à nossa  
6420 pauta, faríamos, em seguida, a aprovação das atas da vigésima terceira e vigésima primeira, já  
6421 pensando nos encaminhamentos em relação a isso. Ou a não aprovação, claro, que está aberto.  
6422 Já temos a presença do ouvidor, que estava com hora marcada para as dez e meia. Agradecemos  
6423 a presença, e pedimos a gentileza de aguardar um pouco, porque estamos inteiros atrasados aqui,  
6424 por discussões. Especificamente, em relação a esse encaminhamento do Mário, as sugestões  
6425 que deram, mais específicas, foram, me acompanhem para saber se eu consegui anotar tudo:  
6426 que haja missão – como chamamos – de mecanismo, e pode ser conjunta com o CNPCT, se for  
6427 o caso, para analisar especificamente a situação no Rio Grande do Sul. Não sei se é só em Porto  
6428 Alegre, seria essa questão.

6429

6430 Mário – Seria Porto Alegre, região metropolitana e litoral, as áreas que estão com presos em  
6431 delegacias e viaturas. Incluir no requerimento que, em caso de missão, que seja feita uma  
6432 articulação para poder participar em conjunto o comitê estadual que lá está.

6433

6434 Vitória – Comitê estadual e defensoria, claro. Indo para lá, também resolvemos as questões de  
6435 ofícios e presença conjunta em missão. Então, Porto Alegre, região metropolitana e litoral, para  
6436 analisar situações de presos em delegacias e viaturas. Essa seria a função. Felipe, por favor.

6437

6438 Felipe – Vou fazer uma pergunta rápida. Você disse que hoje não há mais essa situação... seria  
6439 eficiente a vistoria, a visita conjunta?

6440

6441 Mário – Eu disse que não há container, só resolver container. Delegacia e viaturas continuam.

6442

6443 Vitória – Fora essa recomendação de realização de missão, uma moção ou recomendação, na  
6444 verdade, nossa, para que o mecanismo adote essa missão. Mas, se resolvermos hoje que estamos  
6445 recomendando a missão, acho que não cabe moção. Se pudermos colocar em votação, para  
6446 então...

6447

6448 Mário – Uma questão formal, Vitória, constou na nota, fala que o requerimento tinha sido meu,  
6449 acho que o Marcelo encampou o requerimento.

6450

6451 Vitória – Desculpa, foi do Marcelo. Exatamente. Sávio, por favor.

6452

6453 Sávio – Eu conversei um pouco com o colega Mário, já houve um relatório estadual, o comitê  
6454 estadual já fez um trabalho. O trabalho que o mecanismo nacional vai fazer vai ser reforçar esse  
6455 trabalho, precisamos fazer um trabalho político no estado. O Mário relatou, com mais detalhes,  
6456 as ações judiciais que ocorreram, a questão do HC. Vejo que o problema está no gargalo  
6457 estrutural, não existe vaga no semiaberto. O trabalho do mecanismo seria documentar essa  
6458 situação atual, o comitê apresentar encaminhamentos para o governador, no sentido de  
6459 trabalharmos na melhoria do sistema. Porque, senão vamos chegar numa situação que... de fato,  
6460 não existem vagas, não ocorrerão prisões mais. O governador tem que tomar ciência de que está  
6461 ocorrendo aquilo na ponta.

6462

6463 Vitória – Perfeito. Então, eu diria que o nosso encaminhamento seria a missão, mecanismo,  
6464 CNPCT, ministério público estadual, defensoria estadual, para averiguar a situação de Porto  
6465 Alegre, região metropolitana e litoral, de presos em delegacias e viaturas e, claro, com a  
6466 elaboração de relatório, a recomendação específica para o governador, com as fragilidades que  
6467 averiguarmos em missão, se for falta de vaga, etc.

6468

6469 Interlocutor não se identificou – A senhora falou em ministério público estadual, o pedido tem  
6470 que ser ao comitê estadual e defensoria pública estadual.

6471

6472 Vitória – Ótimo. Colocamos isso em votação. Todos a favor desse encaminhamento, por favor,  
6473 levantem a mão. Carol, preciso da sua ajuda para contabilizar os votos. Começamos com Justiça  
6474 Global, a favor da recomendação, MNU, EDUCAFRO, RENILA, Federal do Rio Grande do  
6475 Norte, CFP, vou falar Felipe, porque não sei a instituição, SEGOV, Sávio, Lucas, Vitória, MEC  
6476 – Edvar, Dilma do MS, Cláudia do Cidadania, Rafael do CONECTAS, e Caio do SOMOS. Os  
6477 votos contrários, por favor, levantem a mão. Não temos nenhum. Abstenções, acho que  
6478 nenhuma, não sobrou ninguém. Por quinze votos a favor, está aprovada a recomendação.

6479

6480 Sávio – Acho que não é nem recomendação, talvez, um encaminhamento de solicitação.

6481

6482 Vitória – Está aprovada o encaminhamento de solicitação para fazermos a missão. É isso.  
6483 Ótimo. Ato contínuo, passamos para a discussão das atas, na verdade, não são atas, são sumários  
6484 executivos, vigésima terceira e decima primeira. Se eu puder já dar uma sugestão, nós tivemos,  
6485 na decima primeira, a questão da falha do áudio. A minha recomendação, como uma questão  
6486 mais justa, seria o encaminhamento de que o áudio, a degravação, sejam procurados dentro do  
6487 ministério, para que possamos fazer nossa memória, sem relação à decima primeira, a reunião  
6488 extraordinária. Em relação à vigésima terceira, que foi a nossa ordinária, que a sociedade civil  
6489 achou, no final, a descrição da reunião, nós pediríamos o encaminhamento dessa transcrição do  
6490 áudio à nossa secretaria executiva, coordenação geral, não sei para que órgão exatamente  
6491 encaminharíamos, para a feitura da ata, porque não temos ata, temos o sumário executivo. Me  
6492 parece que, por uma questão de memória das reuniões mesmo, que estivemos aqui até dezembro  
6493 discutindo, e foram reuniões acaloradas. Seria minha sugestão para darmos segmento à nossa  
6494 pauta. Marcelo.

6495

6496 Marcelo – Só para reforçar a observação que eu tinha pedido ontem, e falo isso também do  
6497 lugar de servidor público. No exercício da função pública ou, mesmo, da função pública  
6498 terceirizada, temos que prestar contas, alguém tem que prestar contas. Não é admissível que,  
6499 simplesmente, nos contentemos com “a ata sumiu”. Isso, em qualquer serviço público, gera  
6500 inquérito administrativo, isso requer que o órgão produza prova, dizendo que o HD  
6501 tecnicamente foi danificado, que aconteceu isso, aconteceu aquilo, mas que não esqueçamos  
6502 que nós, esse pleno, esse colegiado, faça questão e cobre do ministério, a continuidade do  
6503 serviço público. Não é resposta que “não estávamos aqui”, porque o serviço público tem que  
6504 prestar conta em relação às coisas anteriores também. É a entidade que deve isso à sociedade,  
6505 o que foi que aconteceu com os dados que deveriam ter sido zelados, guardados, para que  
6506 pudéssemos ter acesso. Muito obrigado.

6507

6508 Sávio – Vou reforçar sua fala, Marcelo. Eu também acho que o secretário executivo,  
6509 coordenador geral anterior, responsável pelos arquivos, deve receber uma comunicação, porque  
6510 pode ser que o material estivesse sendo arquivado no computador pessoal. Eu acho que a mesa  
6511 deveria fazer um comunicado com o secretário executivo anterior, e pedir se existem arquivos  
6512 sobre a vigésima terceira e a décima primeira, extraordinária. Eu reforço a fala do Marcelo.

6513

6514 Vitória – Se não temos mais nenhum inscrito, posso colocar essa sugestão em votação? Porque  
6515 nós estamos com o ouvidor aqui, ele tem uma agenda apertada. Inclusive, vou pedir uma  
6516 inversão de pauta, para que ele possa vir agora, mas a questão da seleção dos peritos permanece  
6517 pela manhã, não se preocupem, é só uma inversão da pauta da manhã. Eu peço que coloquemos  
6518 em votação. Sávio, desculpa, não falei sua fala, mas você acompanhou o Marcelo?

6519

6520 Sávio – Só para reforçar, que tinha um secretário executivo, alguns colegas participaram. Toda  
6521 a documentação era de responsabilidade dessa secretaria executiva. Pode ser que o colega tenha  
6522 elaborado em um computador pessoal e tenha levado esse material. O que estou pedindo é um  
6523 encaminhamento que a mesa, o ministério entre em contato com essa pessoa formalmente, e  
6524 solicite se existem eventuais documentos, sobre a vigésima terceira e a décima primeira,  
6525 extraordinária.

6526

6527 Vitória – Posso colocar em votação? Em relação à vigésima terceira, eu vou só reforçar, nós  
6528 temos a descrição da reunião, mas não temos a ata, só o sumário executivo. Em relação à décima

6529 primeira, não temos nem a descrição, nem a degravação, que chamamos, ela está desaparecida,  
6530 e só temos esse sumário executivo, que foi muito contestado. Nós estamos nessa reunião, por  
6531 hora, não aprovando nenhum dos dois sumários executivos e colocando para que o ministério  
6532 da Mulher, da Família e Direitos Humanos, procure o áudio e faça a transcrição da decima  
6533 primeira reunião. E em relação à vigésima terceira reunião ordinária, que eles possam, com  
6534 base na degravação, fazer a ata, e nós aprovaríamos na próxima reunião. Podemos colocar dessa  
6535 forma em votação?

6536

6537 Sávio – Tem mais um ponto, que entre em contato com o secretário executivo anterior. Ele tem  
6538 responsabilidade pelos atos no exercício da função.

6539

6540 Vitória – Alguém poderia ajudar quem foi o secretário executivo anterior?

6541

6542 Lucas Grilo – Marcelo Varela.

6543

6544 Vitória – Do CNPCT. O Elias. Então, para ver se o Elias pode nos ajudar. Além do que eu falei,  
6545 para que entre em contato com o nosso secretário executivo do CNPCT, que era o Elias, para  
6546 que ele possa nos ajudar na busca desse áudio. Marcelo, rapidamente.

6547

6548 Marcelo – Rapidamente, mesmo. Não estamos pedindo ajuda não, estamos pedindo o que é de  
6549 direito. Estamos exigindo, pedindo não. A exigência não é na pessoa do Elias, a exigência é na  
6550 pessoa da entidade, da instituição. (Intervenção simultânea). O ministério, lógico. O ministério  
6551 tem que fazer o protocolo, e pode ser que o ministério não tenha responsabilidade nenhuma na  
6552 pessoa dele, que seja responsabilidade de um servidor. Acho que é só esse preciosismo.

6553

6554 Vitória – Obrigada, Marcelo. Tatiana, por favor.

6555

6556 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Inclusive, senhores, conversei com a ministra ontem sobre esse  
6557 fato, e ela pediu para apurar reponsabilidade. Estamos em troca de corregedor, só não me  
6558 antecipei porque, em breve estará saindo a designação de outro, conforme acertado com o  
6559 ministro da CGU. A ministra pediu apuração de responsabilidade. Outra conversa que vamos  
6560 ter com a secretaria também, porque era para ter vindo como ponto de pauta, primeiro, a  
6561 aprovação da ata e, senão, tinha que ter vindo informações sobre esse episódio. O apoio da

6562 secretaria executiva e da ministra, para essa apuração, secretaria nacional, consultor jurídico,  
6563 nosso assessor de controle interno e o corregedor, vamos nos unir para fazer essa apuração e  
6564 verificar exatamente o que aconteceu.

6565

6566 Vitória – Secretária, agradecemos desde já esse encaminhamento, porque é muito importante  
6567 para nós ter a memória das nossas reuniões. Nesses termos, vou colocar em votação, se estamos  
6568 aprovando esse encaminhamento. Todos a favor desse encaminhamento, por favor, levantem a  
6569 mão. Podem falando ao microfone, que ajuda a Carol. MNU, EDUCAFRO, Justiça Global,  
6570 RENILA, UFRN, CFP, SEGOV, Ministério da Defesa, SNPGR, Conselho Federal da OAB,  
6571 MEC, SNPIR, Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, CONECTAS, SOMOS. Votos  
6572 contrários, por favor, levantem a mão. Nenhum, só para registrar. Abstenções, nenhuma  
6573 também. Por unanimidade, novamente, damos como aprovado esse encaminhamento. Eu vou  
6574 pedir autorização de vocês para invertermos a pauta da manhã, aproveitando a presença do  
6575 nosso ouvidor Fernando, que vem fazer a nossa pauta administrativa número oito,  
6576 especificamente em relação às denúncias do CNPCT. Ele quer explicar para nós sobre a  
6577 metodologia do disque Cem. Fernando, vou pedir para o senhor se aproximar da mesa, para  
6578 tomar o microfone e ficar à vontade.

6579

6580 Interlocutor não se identificou – Vitória, só uma questão de ordem, queria colocar para o  
6581 colegiado. Estamos preocupados com o andamento da agenda de hoje, mas querendo respeitar  
6582 a presença do senhor Ouvidor, que gentilmente compareceu, se não seria interessante, Vitória,  
6583 definirmos um parâmetro. Pelo menos, pelo calendário, seria um momento de duas horas, mais  
6584 ou menos. Duas horas me parece muito para começarmos depois (intervenção simultânea) do  
6585 tema. Talvez, alinhar um tempo máximo do debate. Até porque, o disque Cem, já...

6586

6587 Marcelo – Tem coisas que serão apresentadas que, acho que a maioria de nós já tem  
6588 conhecimento, tipo o disque Cem. Duas horas, concordamos que poderia ser trinta minutos de  
6589 apresentação, no máximo quarenta, e mais trinta minutos de discussão.

6590

6591 Vitória – Eu conversei com o ouvidor, ele disse que em trinta, quarenta minutos, faz a exposição  
6592 dele e, depois, estabeleço outro teto para fazermos os debates e, assim, não alongamos nossa  
6593 pauta. Fica bom para todo mundo? Então, passo a palavra ao Fernando.

6594

6595 Fernando – Bom dia, secretária executiva. Bom dia a demais membros da mesa. Alguns eu  
6596 conheço, a Maria Dilma, a Claudia, já temos nos cruzado em várias oportunidades. Bom dia  
6597 aos demais membros do conselho. É um privilégio para nossa ouvidoria nacional de direitos  
6598 humanos, do ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos estar presente, e apresentar  
6599 esse novo conceito que estamos trazendo de ouvidoria nacional de direitos humanos, para o  
6600 ministério. Inicialmente, eu vou contextualizar, mesmo um pouquinho antes da apresentação,  
6601 no sentido de que a ouvidoria nacional de direitos humanos está passando por algumas  
6602 transformações significativas, tanto no nível de sua estrutura como no nível de metodologia,  
6603 tanto na coleta das informações, das denúncias de violações de direitos humanos, quanto  
6604 tratamento, fluxo de encaminhamento e acompanhamento, bem como da divulgação dos dados  
6605 estatísticos. Mas, isso não se dá, efetivamente, só em razão do nível de eficiência que está se  
6606 buscando nesse ministério, mas também com a oportunidade que veio agora, da ouvidoria  
6607 nacional de direitos humanos de ter, no seu arcabouço, todos os mecanismos, todos os  
6608 instrumentos, principalmente, no que se referem a informações de violações de direitos  
6609 humanos. Existiam várias secretarias, algumas delas com status de ministério, e todas elas  
6610 tinham um canal de recepção de denúncias e de informações sobre direitos humanos, ligue  
6611 Cento e Oitenta, da Mulher, tinha o disque Cem, na Secretaria de Direitos Humanos, a SEPIR  
6612 também tinha, a Secretaria da Juventude, a Secretaria de Proteção à Criança e Adolescente.  
6613 Todas essas estruturas vieram e, naturalmente, tudo isso vem para dentro da ouvidoria nacional  
6614 de direitos humanos. Por um lado, foi bom, porque toda a temática de direitos humanos agora  
6615 está centrada num único local, basicamente. Por outro, tivemos alguns problemas a serem  
6616 aprimorados. E é nesse contexto que vamos apresentar, porque eram sistemas diferentes que as  
6617 “ouvidorias” de cada um desses órgãos possuíam, bancos de dados diferentes, metodologias  
6618 diferentes, em todos os aspectos que vocês possam imaginar. Então, é natural que tivéssemos  
6619 uma colcha de retalhos, um monte de retalhos que não dava para construir uma colcha. Eu digo,  
6620 até nas minhas palestras, que elas se conversavam com igual água, óleo e areia, mesmo a mil  
6621 graus célsius, conseguíamos fazer com que os dados se conversassem. Mesmo quando fez a  
6622 unificação, ano passado, do Cem e Ligue Cento e Oitenta. Se uma mulher negra, idosa ligasse  
6623 para o disque cem e, depois de atendida, fazendo uma denúncia ou contando uma história,  
6624 quando você percebesse que era violência doméstica, não tinha mais como registrar no ligue  
6625 Cento e Oitenta, onde havia o registro de violência doméstica, no ligue Cento e Oitenta. O  
6626 contrário também ocorria, a pessoa ligava para o Ligue Cento e Oitenta, conversava, depois de  
6627 atendido não tinha mais como transferir porque, embora a empresa fosse a mesma contratada,

6628 são dois contrários completamente diferentes. Se no início conseguisse perceber na automação,  
6629 já conseguia transferir, mas, caso houvesse atendimento, não era mais possível. Isso gerava dois  
6630 bancos de dados completamente distintos, que não se conversavam. Isso causa um dano  
6631 absurdo, ao ponto de encontrarmos, nas nossas análises de dados estatísticos sobre violações de  
6632 direitos humanos – e sempre foi assim – as pessoas, de alguma forma, fazem uma maquiagem  
6633 para tentar arranjar uma solução estatística para apresentar um resultado para a sociedade. Mas,  
6634 ao fundo, quando observávamos, “outros” era a maioria. “Outros”, quarenta e três por cento, o  
6635 segundo era trinta e dois por cento. Era nesse nível. Não sabíamos o que era esse “outros”.  
6636 Íamos lá dentro dos “outros”, que era no outro disque, e tentava descobrir, lá também tinha um  
6637 “outros” com o mesmo percentual, e não se cruzavam. Só para contextualizar a necessidade que  
6638 tivemos, quase que uma obrigação, de construir uma nova ouvidoria nacional de direitos  
6639 humanos, no que se refere à coleta, tratamento, encaminhamento e acompanhamento de  
6640 denúncias, bem como a divulgação dos dados para que se propiciasse a execução de Políticas  
6641 públicas de melhor qualidade. Só para fazer uma introdução, para vocês saberem como  
6642 pegamos a ouvidoria nacional de direitos humanos, no início de fevereiro. Contando a isso,  
6643 ainda a questão de equipe, de adaptação de uma equipe nova, e mais uns outros fatores de  
6644 conhecimento, que eu vou expor na nossa apresentação. Primeiro, vamos falar sobre conceito  
6645 de ouvidoria. Conceito de ouvidoria, nas empresas, é um conceito bastante divulgado na  
6646 iniciativa privada entremos em contato com a ouvidoria para reclamar de algum produto ou  
6647 serviço, ou mesmo para pedir informação sobre uso, sobre garantia, sobre novas tecnologias,  
6648 alguma coisa nesse sentido. Já a ouvidoria pública não, ela já entra um pouco mais questão do  
6649 aprimoramento do serviço público, da administração pública, conhecer as informações dos  
6650 usuários, informação do cidadão e, ao mesmo tempo, colher deles reclamações sobre o serviço,  
6651 efetivamente, sobre determinado ou determinados servidores. É para isso que serve a ouvidoria,  
6652 bem como para prestar informações hoje, basicamente, nos termos da LAI – Lei de Acesso à  
6653 Informação. Cem por cento, desculpa, cem por cento não. A ouvidoria do SUS, por exemplo,  
6654 também tem um viés próximo ao nosso, uma ouvidoria que temos, no Ministério da Saúde,  
6655 Ministério da Cidadania, uma proximidade, porque tem algumas especificidades diferentes  
6656 desse padrão de ouvidoria normal. Mas, normalmente, uma ouvidoria, quando vamos  
6657 conversar, trata desses aspectos. Já a ouvidoria nacional de direitos humanos, não. Ela, além de  
6658 fazer tudo isso, ela é responsável pelo SIC – Serviço de Atendimento ao Cidadão e o E-ouve.  
6659 Além de fazer isso normalmente, recebemos denúncias de violações de direitos humanos, bem  
6660 como prestamos informações acerca de direitos ao cidadão. Qualquer pessoa que entre em

6661 contato com o Disque Cem, com o Ligue Cento e Oitenta, através do Humaniza Redes, através  
6662 do Proteja Brasil, através dos nossos e-mails, cartas. Hoje, principalmente, através do sistema  
6663 prisional, recebemos um volume significativo de cartas. O principal meio de contato, entre uma  
6664 pessoa que está com a sua liberdade privada e a ouvidoria nacional de direitos humanos, é uma  
6665 cartinha mesmo. Recebemos essas cartas. Aqui vocês entendem porque a temática já é própria.  
6666 Quando falamos, em outros setores, que recebemos, sabe se lá, cinco, seis cartas, por dia, a  
6667 pessoa: carta? Isso existe ainda? Existe, num volume significativo. Temos que ler essas cartas,  
6668 traduzir, às vezes, com uma dificuldade muito grande, para fazer o tratamento e fazer o  
6669 encaminhamento. Recebemos cartas, e-mails, e fazemos atendimento presencial de rotina,  
6670 ordinariamente e, às vezes, extraordinariamente. Por exemplo, toda vez que tem uma  
6671 manifestação pública, algum tipo de manifestação pública na Esplanada, que tem alguma  
6672 referência a direitos humanos, sempre vão grupos de pessoas na ouvidoria nacional de direitos  
6673 humanos, para buscar informações e fazer denúncias. É a isso que a ouvidoria nacional de  
6674 direitos humanos se presta, só que isso, num volume absurdamente grande. Para vocês terem  
6675 uma ideia do que eu estou falando, no sistema da ouvidoria nacional de direitos humanos,  
6676 fazemos cinco virgula dois milhões de atendimentos por ano. Para vocês terem ideia, para fazer  
6677 as continhas rápidas, isso dá aproximadamente quinze mil atendimentos por dia, trezentos e  
6678 sessenta e cinco dias do ano. Provavelmente, em nível de atendimento, é a maior ouvidoria do  
6679 sistema público federal. Também recebemos, aproximadamente, novecentas a mil denúncias de  
6680 violações de direitos humanos, por dia. se você considerar os dias como segunda feira, dias de  
6681 semana, chegamos a receber mil e cem denúncias de violação de direitos humanos, em um  
6682 único dia. a média dá entre setecentos a oitocentas denúncias, se considerarmos o ano inteiro.  
6683 São denúncias que temos que receber, tratar, encaminhar, acompanhar e gerar dados, para que  
6684 se desenvolva política pública acerca do fato. Tudo que falamos sobre ouvidoria nacional de  
6685 direitos humanos, qualquer alteração, qualquer mudança que é feita, gera um reflexo de gestão,  
6686 um reflexo operacional, um reflexo até financeiro, significativo. É nesse contexto que  
6687 trabalhamos a ouvidoria nacional de direitos humanos. Como funcionava antes do que estamos  
6688 implementando? Tínhamos duas centrais de atendimento, o Disque Cem, em Salvador, o Ligue  
6689 Cento e Oitenta, em Brasília, cada um deles com aproximadamente trezentos e cinquenta  
6690 pessoas, fazendo os atendimentos. Dois sistemas sem qualquer padronização, qualquer mesmo.  
6691 Só para vocês terem ideia, o Ligue Cento e Oitenta, quando você faz a ligação, você colhe,  
6692 primeiro a denúncia, para depois colher os dados. O Disque Cem faz o contrário. Um, você liga,  
6693 eles pedem primeiro os dados pessoais da vítima, do denunciante, do suposto agressor e das

6694 testemunhas e, depois, pega os dados acerca do tipo de violação. Em outro, pede o tipo de  
6695 violação para, depois, pedir os dados. Só para vocês terem ideia que nem a metodologia de  
6696 coleta dos dados era a mesma. Já iniciamos a nossa gestão com a aplicação do formulário  
6697 FRIDA, no Ligue Cento e Oitenta, e melhorou significativa a qualidade da informação da  
6698 ouvidoria nacional de direitos humanos. porque esse formulário, desenvolvido pela União  
6699 Europeia e adaptado ao Brasil, por intermédio do Conselho Nacional do Ministério Público –  
6700 CNMP, conseguimos , ao final de uma entrevista, de um depoimento de uma testemunha, de  
6701 alguém que liga para denunciar uma violação de direitos humanos, no que se refere a uma  
6702 violência doméstica, conseguimos, ao final, através de um formulário estruturado,  
6703 cientificamente preparado pela União Europeia, identificar qual o nível de risco porque passa  
6704 aquela vítima. Isso é um facilitador, isso é um grande avanço, por que quando encaminhamentos  
6705 essa informação à autoridade ou a pessoa que vai executar a política pública propriamente dita,  
6706 ela já tem essa informação do que existe de fato em nível de risco daquela vítima. A ação fica  
6707 mais fácil. Não há necessidade de uma análise subjetiva. Estamos implementando não o  
6708 formulário FRIDA, mas a inteligência do FRIDA para todo o sistema de denúncia de violação  
6709 de direitos humanos. Cada um tipo de violação de direitos humanos terá inserido no próprio  
6710 sistema, uma análise não mais subjetiva e, sim, uma análise objetiva, com essa inteligência,  
6711 para que consigamos gerar esse mesmo conhecimento para qualquer tipo de violação de direitos  
6712 humanos. Está em fase de evolução. O FRIDA já está funcionando. Mas, agora, o Conselho  
6713 Nacional do Ministério Público também vai nos auxiliar nesse processo, junto com os peritos,  
6714 para conseguirmos desenvolver essa metodologia de recepção da informação e tratamento.  
6715 Inconsistência dos dados, já acabei de falar para vocês. Bancos de dados das empresas. Os  
6716 bancos de dados do Disque Cem e do Ligue Cento e Oitenta, não ficavam no ministério da  
6717 Mulher, da Família e Direitos Humanos. Isso é incrível, mas eles ficavam na empresa. Nós  
6718 sequer tínhamos o espelho dessas informações. A primeira coisa que pegamos, o banco de dados  
6719 agora fica em nosso ministério, porque são informações extremamente graves, extremamente  
6720 sigilosas, sensíveis. Casos, por exemplo, não quero dizer que uma coisa é mais grave do que a  
6721 outra, não estou aqui para discutir isso, de crianças de quatro meses de idade sendo estuprada  
6722 e, filme desse estupro sendo encaminhado para a ouvidoria nacional de direitos humanos, e isso  
6723 ficava sobre posse de uma empresa privada e, não, sobre a administração pública. Isso, já  
6724 resolvemos. Só para vocês terem ideia do que nos deparamos, quando enfrentamos a ouvidoria  
6725 nacional de direitos humanos. O aplicativo, por exemplo, Proteja Brasil, não era gerenciado  
6726 pelo ministério, agora estamos conseguindo trazer para o ministério. Era uma empresa,

6727 atravessa da UNICEF, que conseguiu desenvolver esse aplicativo, assim como milhares de  
6728 aplicativos que são desenvolvidos na iniciativa privada, abraçou essa informação, ela faz  
6729 contato direto com o Disque Cem e com o Ligue Cento e Oitenta, com nosso banco de dados,  
6730 mas é uma empresa privada que faz administração desse aplicativo. É uma coisa que estamos  
6731 trazendo para dentro, mas não é, como dito, tudo que se refere à ouvidoria nacional de  
6732 direitos humanos, não basta fazer isso e decidir. Quando eu falo disso aí, é de um volume de  
6733 informações tão grande, que eu preciso fazer um projeto para cada uma dessas ações a serem  
6734 implementadas. Os indicadores também eram em postos de trabalho. Número de postos de  
6735 trabalho, no Disque Cem e Ligue Cento e Oitenta. Os indicadores de qualidade eram muito  
6736 ruins, vou mostrar mais adiante o porquê. Antes, tivemos casos, e muitos casos, de mais de uma  
6737 hora de espera para ser atendido no Disque Cem, por exemplo. Eu tive a oportunidade de viajar  
6738 até a sede do Disque Cem, avisando o dia que eu iria sendo recebido por toda a gerência, por  
6739 toda a administração e por todos os assistentes. Eu peguei, de dentro da sala, fiz a ligação, liguei  
6740 para o Disque Cem, fiquei cinquenta e um minutos sem ser atendido, eu ia tirando fotos da tela  
6741 do meu celular. Fiquei cinquenta e um minutos e, pasmem, a ligação caiu e eu não fui atendido,  
6742 dentro da central de atendimento do Disque Cem. Como funciona hoje? Hoje, com o mesmo  
6743 contrato, conseguimos melhorar para mais de noventa por cento das ligações atendidas em  
6744 menos de vinte segundos, atendendo a padrões internacionais de call centers. Já conseguimos  
6745 isso nessa administração, transformar uma hora em menos de vinte segundos. Isso é fato, e  
6746 vamos mostrar esses indicadores mais adiante para vocês. Os indicadores, agora, serão por nível  
6747 de serviço e por abandono de ligações, um deles. Eu trouxe a evolução, para os senhores, de  
6748 janeiro, de dois mil e dezenove, a agosto, de dois mil e dezenove. São dados, estão registrados  
6749 no nosso sistema. Não é um mundo de faz de conta, não estou fazendo propaganda e divulgação  
6750 da gestão, só mostrando para vocês efetivamente o que aconteceu. Tínhamos cinquenta e nove  
6751 por cento do número de ligações abaixo de vinte segundos. Hoje, temos noventa e seis por cento  
6752 das ligações abaixo de vinte segundos. Chegamos a ter, em determinados momentos do dia da  
6753 semana, noventa e oito virgula oito por cento das ligações abaixo de vinte segundos. São  
6754 indicadores extremamente impactantes, no que se refere à quando temos cinquenta e nove por  
6755 cento apenas, vamos ter ligação de uma hora sem ser atendido, por exemplo, uma segunda-feira,  
6756 pela manhã. Não tem solução para isso, o indicador está aí dizendo. Ao mesmo tempo,  
6757 observem, quando chegamos, a cada cinco ligações, uma, a pessoa que ligava desistia.  
6758 Dezenove por cento de abandono de ligações. Hoje, conseguimos atingir um por cento de  
6759 abandono. Não dá para diminuir isso aí. Literalmente falando, eu posso assegurar para vocês

6760 que não dá para diminuir, nenhuma ouvidoria do mundo consegue reduzir de um por cento,  
6761 porque tem gente que liga e desliga, tem gente que liga e desiste de falar, tem gente que liga e  
6762 a ligação cai. Não tem outra solução. Esse um por cento representa esses índices. Em nível de  
6763 eficiência, quanto atendimento, secretária, conseguimos atingir o nosso limite dos nossos  
6764 indicadores possíveis, dentro do ano. Isso já é fato, isso já acontece, no Disque Cem e no Ligue  
6765 Cento e Oitenta. Tudo isso, numa fiscalização extremamente rigorosa, com a metodologia  
6766 muito bem discutida com a própria CGU, acatando todas as informações, inclusive, de  
6767 auditorias que foram feitas sobre esses dois contratos. Aplicamos, esse ano, sete virgula cinco  
6768 milhões em glosas, nesse contrato, contrariando zero de glosas, nos anos anteriores. Zero, que  
6769 eu falo, porque tiveram até glosas, mas num volume tão insignificante, que não compensa  
6770 colocar esses valores. Agora, na renegociação, para terminarem esse contrato, porque já  
6771 estamos assinando um novo contrato, que vou dizer amis adiante, conseguimos reduzir em dois  
6772 milhões de reais a execução, de agora até o final do ano. Só para vocês terem uma ideia.  
6773 Conseguimos aqueles indicadores, que mostrei para vocês anteriormente, e ainda tem as  
6774 penalidades a serem aplicadas, aí não depende da ouvidoria e, sim da SPOA, que já foi  
6775 encaminhado para lá, que podem variar de cinco a quinze por cento do valor do contrato, um  
6776 contrato que chega a cinquenta milhões de reais por ano. Ou seja, podemos ter até quinze  
6777 milhões de reais de redução na execução do contrato, no ano de dois mil e dezenove, mesmo  
6778 atingindo aqueles indicadores. Tudo está demonstrado, através de dados disponíveis na  
6779 ouvidoria nacional de direitos humanos, e no portal da transparência. A partir de dois mil e  
6780 vinte, nós teremos um novo contrato, nós teremos uma central única de atendimento, que  
6781 atendera tanto o Disque Cem, como o Ligue Cento e Oitenta. O sistema será integrado, não terá  
6782 dois sistemas mais, terá um único sistema. O atendimento, nós faremos também a redes sociais,  
6783 vídeo chamadas em libras, para pessoas com deficiência auditiva. Ela vai poder entrar em  
6784 contato. Não é através de robô, ela vai falar em libras, conversar em libras com a atendente da  
6785 nossa central de atendimento. E passaremos a ter vinte indicadores de atendimento. É obvio que  
6786 o quantitativo ainda continua sendo um dos critérios de fiscalização, mas só para verificar o  
6787 nível de qualidade de serviço. Os indicadores agora serão todos eles de qualidade de serviço.  
6788 Mantendo a mesma estrutura anterior, para vocês terem ideia, continuamos tendo um call center  
6789 exclusivo para tratar de violações de direitos humanos. Dentro desse call center, vamos ter um  
6790 espaço específico para atendimento à violência doméstica, do Ligue Cento e Oitenta, em  
6791 separado dos demais canais de atendimento da ouvidoria nacional de direitos humanos. Não  
6792 altera em absolutamente nada, quanto à metodologia, mas modifica significativamente a

6793 operação, efetivamente. Eu vou mostrar os dados mais adiante. O disque cem, gastamos, em  
6794 dois mil e dezenove, vinte virgula cinco milhões e, o Ligue Cento e Oitenta, vinte e oito virgula  
6795 cinco milhões, com projeção até dia trinta e um de dezembro, de dois mil e dezenove, de  
6796 primeiro a trinta e um. Um quarto do orçamento discricionário do ministério era gasto pela  
6797 ouvidoria nacional de direitos humanos, só com esses dois contratos. Conseguimos agora, nesse  
6798 novo processo licitatório, que acabamos de fazer, essa nova TR do Disque Cem, do Ligue Cento  
6799 e Oitenta, os dois serão atendidos por vinte virgula cinco milhões de reais, que corresponde a  
6800 apenas dez por cento do orçamento do ministério. Ou seja, com o valor que gastávamos para  
6801 fazer o Dique Cem, vamos conseguir fazer, com mais eficiência, porque os indicadores agora  
6802 todos eles são de eficiência, vamos conseguir fazer com dez por cento do orçamento  
6803 discricionário do ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. Esse dinheiro vai ser  
6804 utilizado, naturalmente, para desenvolver novas Políticas públicas de proteção aos Direitos  
6805 Humanos, principalmente em relação aos atendimentos de encaminhamentos feitos pela  
6806 ouvidoria nacional de direitos humanos. Isso é uma promessa da nossa ministra, em cima desse  
6807 processo que, desde o início, tem apoiado diretamente todos esses projetos, a secretaria  
6808 executiva e a própria ministra acompanham todos esses processos. O novo sistema integrado  
6809 nacional de direitos humanos, que estamos criando, vai integrar todos os bancos de dados, todos  
6810 os sistemas, todos os portais e canais de atendimento de direitos humanos. Não vamos ter mais  
6811 esse monte de canais: Proteja Brasil, Humaniza Redes, um monte de aplicativos. Vamos ter isso  
6812 num único sistema, um sistema único que vai gerar uma nova política de recepção, tratamento,  
6813 encaminhamento e acompanhamento dos dados de violações de direitos humanos. Para isso  
6814 estamos, além de desenvolvendo o sistema, inclusive, agradeço a presença do pessoal do  
6815 ministério da saúde, o ouvidor SUS, o novo ouvidor SUS, que ainda não está sendo utilizado  
6816 nem pelo próprio ministério da saúde, ele está sendo aplicado em teste. Nós também estamos  
6817 fazendo os testes aqui, no nosso ministério. Vamos pegar o novo ouvidor SUS, que é um sistema  
6818 extremamente moderno, a adaptá-lo à temática de direitos humanos. Vamos trabalhar de que  
6819 forma? Nós visitamos cada uma das secretarias do ministério da Mulher, da Família, dos  
6820 Direitos Humanos, cada temática de cada secretaria, dentro de cada secretaria tem várias  
6821 temáticas algumas delas, com todos esses diretores. Buscamos levantar qual o bem jurídico  
6822 protegido por cada uma das temáticas, qual é o tipo de violação possível a esses bens jurídicos  
6823 protegidos, qual é o nível de gravidade que se atinge com cada um tipo de violação ao bem  
6824 jurídico protegido. Vamos fazer esses cruzamentos e, ao final, vamos conseguir identificar, não  
6825 só qual o nível de gravidade que está passando a vítima, mas qual é a temática, porque é

6826 extremamente transversal, qual a temática mais importante, qual o fluxo de encaminhamento.  
6827 E, já vamos entregar na ponta, para quem recebe, uma ideia do que fazer. O sistema já vai  
6828 entregar para ela, de forma sucinta, qual é o encaminhamento a ser feito com aquela denúncia  
6829 de violação dos direitos humanos. O que temos hoje? Temos um atendente, uma análise cem  
6830 por cento subjetiva. Você liga, tem um atendente do outro lado, que digita aquilo que você  
6831 falou, depois ele interpreta aquilo que ele digitou, e faz o encaminhamento. O nível de qualidade  
6832 da informação é de médio para ruim, hoje. No Ligue Cento e Oitenta, com o protocolo FRIDA,  
6833 conseguimos melhorar esse nível de qualidade da informação. Existe ainda o elemento  
6834 subjetivo, mas já existe um elemento objetivo, através do protocolo FRIDA, que dá a  
6835 informação do nível de gravidade, pelo qual passa a vida. Vamos ter tudo isso acoplado no  
6836 sistema, e vamos dar uma única resposta de forma objetiva. É só para vocês terem uma ideia.  
6837 Os aplicativos também trabalharam no mesmo sistema, na mesma plataforma, da mesma forma.  
6838 Esses dados vão ser divulgados on line, na portal transparência. Hoje, você quer uma  
6839 informação sobre violação de direitos humanos, vou apresentar para os senhores agora. Espero  
6840 que os senhores continuem voltando as nos convidar para vir aqui, mas os senhores não  
6841 precisarão mais. Basta vocês acessarem o site, e vão fazer os cruzamentos que vocês  
6842 entenderem pertinente, do tipo portal de compras do governo federal. Quem já acessou, você  
6843 chega lá, faz qualquer tipo de alteração, o próprio sistema faz o cruzamento na hora, você vai  
6844 poder mudar data, períodos, raça, idade, localidade. Você vai poder fazer a alteração que você  
6845 entender pertinente, e ele vai fazer o cruzamento e vai te dar a informação per si. Há ainda o  
6846 desenvolvimento, no futuro, que estamos fazendo, em contato com o ministério público do  
6847 trabalho, de trazer, por trás, uma inteligência artificial, que também já gere relatórios a respeito  
6848 disso. Você vai poder pegar, não só a informação, mas também um relatório detalhado sobre  
6849 aquilo que está acontecendo sobre a sua pesquisa. Isso vai fomentar pesquisa de  
6850 desenvolvimento de Políticas públicas, no que se refere à violação de direitos humanos, porque  
6851 vamos ter dados mais seguros, vamos ter informações mais significativas, vamos proporcionais  
6852 Políticas públicas também de melhor qualidade, mas também a produção de artigos científicos,  
6853 de TCCs para graduação, pós-graduação, mestrados e, também, para publicação de artigos  
6854 científicos. Esse sistema integrado nacional de direitos humanos, tem a parte da gestão, a  
6855 revisão do fluxo de denúncia. Só para vocês terem ideia do que estou falando, de fluxo de  
6856 denúncia, hoje temos, aproximadamente, cem mil fluxos de denúncia. Porque eu digo isso?  
6857 Cada membro do ministério público está no nosso fluxo, cada delegacia de polícia, de cada  
6858 município do país, está no nosso fluxo, cada membro de conselho tutelar espalhado pelo brasil,

6859 está no nosso fluxo, cada membro do conselho de idoso, está no nosso fluxo, cada diretor de  
6860 presidio, cada secretaria de segurança pública, cada secretaria de administração prisional, está  
6861 no nosso fluxo. Se você fizer isso em nível de brasil (intervenção fora do microfone).  
6862 Defensoria pública, está no nosso fluxo, ministério público do trabalho, em alguns casos,  
6863 juizado de proteção à criança, varas especializadas também em nosso fluxo. Hoje, temos um  
6864 fluxo absurdo, e isso é ineficiente, extremamente ineficiente. O nosso índice de devolutividade  
6865 das denúncias de violação de direitos humanos, aproximadamente, de dezesseis por cento. A  
6866 cada cem denúncias que eu encaminho, só recebo o feedback de dezesseis delas. Eu considero  
6867 isso ainda mais grave, quando eu digo que encaminho, por exemplo, uma denúncia de violação  
6868 sexual, eu encaminho para o conselho tutelar, eu encaminho para a DPCA, em alguns casos,  
6869 delegacia de proteção à criança e adolescente, ou delegacia de polícia civil, encaminho para o  
6870 ministério público. Se qualquer um desses três me responder, me dou por satisfeito. Esse índice  
6871 de dezesseis por cento, é considerando isso. Se analisarmos, é ainda mais grave. Eu tenho que  
6872 ter um sistema que eu coloque essa informação diretamente na mão de quem vai executar a  
6873 política pública, para que ele possa alimentar a informação, tanto quantitativa como  
6874 qualitativamente, para que possamos ter uma informação mais segura para prestar ao cidadão  
6875 que está reclamando e para gerar políticas públicas através de dados mais seguros e com mais  
6876 informações qualificadas. A taxonomia, eu acabei de falar com vocês. A inteligência, critérios  
6877 objetivos da coleta e tratamento de dados, como falei. O sistema integrado nacional de direitos  
6878 humanos, vamos ter a central de atendimento única, processo licitatório em fase de conclusão.  
6879 Inclusive, temos até amanhã para responder as contra razões de recurso. Se classificada a  
6880 empresa, provavelmente a semana que vem para a assinatura do novo contrato, que começará  
6881 a ser executiva em, no mais tardar, sessenta dias. Esqueci de falar uma observação. Por incrível  
6882 que pareça, a empresa que hoje está executando o contrato com cinquenta milhões, foi a  
6883 empresa que venceu, em princípio, até agora, a nova licitação, com vinte milhões e quinhentos  
6884 mil reais, para executar o mesmo serviço com mais qualidade. O que se fazia com esses outros  
6885 trinta milhões de reais, não cabe à ouvidoria nacional de direitos humanos. Estamos  
6886 encaminhando para os órgãos de competência, no que se refere a auditoria e fiscalização, para  
6887 saber o que estava acontecendo. Já foram determinados instauração de procedimentos  
6888 correccionais a serem instaurados, com a nova corregedoria e, também, aos órgãos de controle,  
6889 que tem acompanhado de perto a evolução, tanto a CGU como o ministério público, acerca  
6890 desses fatos. Todos os aplicativos numa única ferramenta, vamos trazer tudo para um lugar só.  
6891 O portal gov.br, íamos criar um único portal humanizado da ouvidoria nacional de direitos

6892 humanos, com todos os sistemas, mas agora o gov.br trouxe isso para nós. A plataforma da  
6893 ouvidoria nacional de direitos humanos vai estar no gov.br, como serviço. Ainda estamos numa  
6894 fase de discussão sobre o canal ouvidoria, porque lá tem o canal ouvidoria, da CGU, e não pode  
6895 se confundir, senão as pessoas vão entrar naquele canal e vão fazer denúncias de violações de  
6896 direitos humanos. Primeiro, porque aquilo não suporta o tipo de informação que estamos  
6897 recebendo. Segundo, pode ter uma confusão. É uma análise que estamos fazendo, meramente  
6898 técnica, com a secretaria do governo digital, estamos trabalhando isso, mas vamos para o  
6899 gov.br. O sistema integrado, que eu acabei de falar para os senhores, e as publicações de artigos  
6900 científicos. Já estamos fazendo acordos com instituições de representantes de universidades  
6901 privadas, com o MEC também, já estamos fazendo reuniões para trabalhar a produção de artigos  
6902 científicos, a partir de dois mil e vinte, acerca de dados da ouvidoria nacional de direitos  
6903 humanos. Vamos, especificamente, ao marcador de tortura, em números absolutos. Vamos  
6904 trabalhar a questão dos dados de violações e direitos humanos, no que se refere à tortura. No  
6905 ano de dois mil e dezoito, tivemos esses números aí. São Paulo, aproximadamente setenta,  
6906 Minas Gerais, um pouco abaixo de quarenta, e você vê uma redução significativa para os demais  
6907 estados. Você observa que o critério é volumétrico apenas. Um critério que não se levou em  
6908 conta o número de habitantes de cada estado. Fizemos essa análise, denúncias por cem mil  
6909 habitantes. Quando fazemos essa inversão, observamos, por exemplo, o DF, com um indicador  
6910 bem alto, em relação aos demais estados, Minas, Goiás, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo,  
6911 Espírito Santo e Paraná. Depois, há um decréscimo significativo, muito próximo de zero. Quero  
6912 deixar claro que, em razão de não termos qualidade na informação e só quantidade, pode ser  
6913 que essa informação se dê em razão do nível de informação das pessoas que denunciam, ou da  
6914 própria propaganda que o estado faz, os organismos de proteção fazem dos canais de  
6915 atendimento da ouvidoria. O estado do Paraná, por exemplo, é uma praxe, em quase todas as  
6916 denúncias, ele está entre os primeiros, por cem mil habitantes, porque é um estado que divulga  
6917 muito o Disque Cem, o Ligue Cento e Oitenta, para violações. Estou citando um exemplo. Já  
6918 alguns outros estados, o nível de divulgação é um pouco menor. Por outro lado, observamos  
6919 que, estados onde há também um alto índice de desenvolvimento social, um IDH alto, também  
6920 vemos um nível de denúncia significativo. Temos que estudar, só que esses dados hoje são  
6921 muito simples, muito simplórios, são apenas volumétricos, eu não tenho como trazer qualidade.  
6922 O da violência doméstica, já vamos ter, ao final do ano agora, a análise de um ano de FRIDA,  
6923 eu vou ter informações extremamente significativas e qualitativas para apresentar. Das demais  
6924 violações, eu só tenho dados quantitativos e, mesmo estes, não precisos, porque, como tenho

6925 vários canais que não se conversam, é difícil para eu fazer essa soma de números diferentes,  
6926 números que não se convergem. Não dá para colocar numa forma, para poder fazer. Tem que  
6927 cortar na própria carne e mostrar para os senhores a realidade da ouvidoria nacional de direitos  
6928 humanos, que buscamos melhorar a partir de dois mil e vinte. Essa daí é denúncia de marcador,  
6929 já no primeiro semestre de dois mil e dezenove. Vocês observam que ele reflete, efetivamente,  
6930 as denúncias com marcador de tortura por cem mil habitantes, reflete basicamente esses  
6931 movimentos que tem tido em nível nacional, no que se refere, principalmente, a atuação nos  
6932 presídios, a temática de presídios. Ceará, com os grandes movimentos, Espíritos Santo,  
6933 Pernambuco, e assim por diante. Dados estatísticos, local da violação, a maioria deles absoluta  
6934 são nas unidades prisionais, nos presídios, casa da vítima também, delegacia de polícia, unidade  
6935 prisional. Isso é muito importante, porque em cima disso vocês podem, logico que vocês o  
6936 fazem dessa forma, fazer análise das atuações, da atuação especifica da gestão da política  
6937 pública, no que se refere ao enfrentamento a tortura no país. Era isso que eu tinha para dizer  
6938 para os senhores. Só vou deixar para os senhores que, tudo isso que estamos fazendo, são em  
6939 cima de base de projetos, de PMI, temos feito todo o acompanhamento, boa parte estamos  
6940 dentro do cronograma. E aí estão todas as fases do sistema integrado nacional de direitos  
6941 humanos, que buscaremos entregar, em dois mil e dezenove, a toda a sociedade. Boa parte dela  
6942 está sendo executada e já está em funcionamento. Muito obrigado pela oportunidade e estou  
6943 aberto aos questionamentos. Desculpa se ultrapassei uns cinco minutinhos. Obrigado.

6944

6945 Vitória – Ouvidor, agradecemos sua apresentação detalhada sobre a nova metodologia da  
6946 ouvidoria. Eu abro aos colegas, parar perguntas, dúvidas e possíveis encaminhamentos. Já vejo  
6947 três inscrições aqui. Vou pedir para a Carol me ajudar, inscrevendo as falas. Nós temos Rodrigo,  
6948 nós temos o Frei Davi, nós temos Matheus, por enquanto, lá atrás temos o Pedro e a Silvia  
6949 também. Começando pelo Rodrigo.

6950

6951 Rodrigo – Gostaria de parabenizar o trabalho do ouvidor, pela busca de eficiência e qualidade  
6952 do trabalho, para toda a equipe da ouvidoria. Eu gostaria de fazer uma pergunta, em relação a  
6953 essa parte do sistema. Eu trabalho na secretaria de igualdade racial, e temos essa dificuldade,  
6954 às vezes, de boas práticas do governo federal e outras instancias, serem replicadas ou acessíveis  
6955 a outros entes federados. A dúvida que eu tenho é que existem estados e alguns municípios que  
6956 tem sim seus sistemas de ouvidoria, nesse mesmo sentido de acolher denúncias. Esse nosso  
6957 sistema do ministério, que é público, ele teria a possibilidade de ter uma interface para que,

6958 localmente, os estados ou municípios possam utilizar a mesma plataforma e, quem sabe, fazer  
6959 uma integração das informações, e ter um dado mais global das denúncias apuradas no país?  
6960 Porque temos o regimento feito pelo governo federal, mas existem outros registros locais. Para  
6961 termos essa informação de uma forma nacional.

6962

6963 Fernando – Eu posso responder mais de uma pergunta ao mesmo tempo ou uma de cada vez,  
6964 vocês que sabem. (Intervenção fora do microfone). Para mim tanto faz. (Intervenção fora do  
6965 microfone). Pode ser.

6966

6967 Vitória – O próximo é Frei Davi.

6968

6969 Frei Davi – Só lembrar que estamos com a agenda muito complicada, apesar da excelente  
6970 explanação do ouvidor, para agilizar, pediria que ele mandasse para nós esse slide, e  
6971 passássemos já para a nova pauta.

6972

6973 Vitória – Matheus.

6974

6975 Matheus – Fernando, bom dia, parabéns pela fala, pelo trabalho. Estamos cheio de coisas aqui,  
6976 por isso que o pessoal..., mas a sua presença é importante mesmo. Eu sou um dos coordenadores  
6977 do núcleo carcerário, defensor pelo estado de São Paulo. Respondemos a aproximadamente  
6978 quatrocentos casos de pessoas presas por mês, duzentas e quarenta mil pessoas presas, cento e  
6979 setenta e quatro unidades prisionais. Em relação aos dezesseis por cento, se eu estivesse no seu  
6980 lugar, eu não ia gostar que não respondessem, mas não damos conta de responder, não temos  
6981 como. Ou vamos lá averiguar denúncia, seja caso individual, caso de tortura, caso de execução  
6982 penal. Falando pela defensoria do estado de São Paulo, tem vários órgãos lá, mas, pelo núcleo,  
6983 eu não daria conta de responder. Eu faria a diligencia, o trabalho, ou eu responderia. Às vezes,  
6984 chega, num dia só, aproximadamente, dez, vinte, trinta e-mails, num único dia, só para o nosso  
6985 núcleo. Uma perguntinha. Encontramos várias violações de direitos, com base nas denúncias  
6986 do Disque Cem, até mesmo em relação à tortura, de chegar lá, ver pessoas machucadas, tirar  
6987 fotos, fazer inspeções. Só uma dúvida. Sentimos que, nos últimos meses, não sei se seria algo  
6988 específico que o senhor teria conhecimento e poderia responder. No ano passado, chegaram  
6989 muitas denúncias de casos individuais: Matheus de Oliveira Moro, está preso na unidade x, e  
6990 tem um problema. Mas chegavam muitas denúncias coletivas: no presídio x tem muito

6991 problema em questões coletivas, alimentação, saúde, água. Sentimos que, esse ano, a maioria  
6992 das denúncias estão sendo individuais. Se a ouvidoria chegou a perceber essa diferença, em  
6993 relação à situação carcerária e, percebendo, ser teria alguma opinião por essa mudança.  
6994 Obrigado.

6995

6996 Vitória – Pedro.

6997

6998 Pedro – Bom dia. primeiro, queria agradecer também pela exposição. Minha primeira pergunta  
6999 é em relação à afirmação de que o trabalho das atendentes são um trabalho de análise cem por  
7000 cento subjetiva, foi falado dessa forma. Eu queria entender um pouco sobre a formação da  
7001 escuta qualificada, desses atendentes e dessas atendentes. Essa minha pergunta é bem  
7002 relacionada à campanha do oito de março, desde ministério, uma campanha denominada Salve  
7003 uma Mulher. Eu queria dizer com isso que a psicologia brasileira não tem absolutamente nada  
7004 contra os profissionais de beleza, mas entendemos que são escutas bastante diferentes.  
7005 Entendemos que a escuta qualificada, em termos de violência, é uma escuta extremamente  
7006 importante, inclusive nos dados que são encaminhados em relação à própria eficácia do que nós  
7007 estamos ouvindo aqui. A pergunta é como se dá essa formação qualificada, e quem são essas  
7008 pessoas que estão hoje nesse lugar de atendente, muito pela nossa preocupação da campanha  
7009 do oito de março, desde ministério, uma campanha recebida com muita perplexidade pelo  
7010 Conselho Federal de Psicologia. A outra questão é sobre como se dá uma Política de  
7011 disponibilidade dos dados do Disque Cem e do Ligue Cento e Oitenta, para pesquisa. Se uma  
7012 pesquisa científica necessita de dados mais específicos para fazer uma discussão mais  
7013 qualificada em relação a esses dados. Como se dá essa política? Como os pesquisadores podem  
7014 acessar, podem ter esses dados que são muito preciosos para construção de uma análise mais  
7015 apurada sobre violência e tortura no brasil.

7016

7017 Fernando – Eu pediria permissão para responder as três, senão fica muito distante depois.  
7018 Depois ficamos...

7019

7020 Vitória – Temos a Silva, que está retirando. Quem é a próxima? A Cândida está retirando, e a  
7021 Adriana também. Então, o senhor pode fazer a fala final.

7022

7023 Fernando – Rodrigo. O sistema é um sistema nacional, é integrado nacional de direitos  
7024 humanos. A respeito disso, buscamos em vários estados, em vários organismos, inclusive  
7025 internacionais, buscar um sistema que já estivesse extremamente avançado e pudesse ser  
7026 adaptado às vicissitudes da ouvidoria nacional de direitos humanos, de tratar de violação de  
7027 direitos humanos. E nós encontramos, por muita sorte, o novo sistema do SUS, que estava sendo  
7028 desenvolvido. Na verdade, desde fevereiro, março, foi a primeira versão, e viemos  
7029 acompanhando o sistema SUS, porque ele também trabalha, primeiro, a construção dele é feita  
7030 em cima de base de container, de tecnologia extremamente avançada, muito moderna e  
7031 adaptável, a interoperabilidade dele é fantástica, dificilmente algum sistema não conseguirá  
7032 integrar ao seu sistema. Segundo, que ele trabalha com sistema de listas, igualzinho  
7033 precisamos... se encaixou. Eles trabalham com listas de doenças, listas de tratamentos, lista até  
7034 de remédio, e o sistema faz os cruzamentos. Nós também trabalhamos exatamente com isso,  
7035 que é o bem jurídico tutelado, qual é o tipo de violação, qual o nível de gravidade. Esses  
7036 cruzamentos vão proporcionar, através de uma inteligência artificial, lá na frente, um  
7037 diagnóstico de melhor qualidade sobre a nossa informação. Nesse sentido, também o ouvidor  
7038 SUS nos dá uma outra qualidade, que é a sua versatilidade. Temos o ouvidor SUS em ONGs,  
7039 por exemplo, Santa Casa de Misericórdia, temos em universidades federais, os hospitais, temos  
7040 em empresas privadas, que são os hospitais privados, hospitais públicos, no SUS, em toda a  
7041 perspectiva de saúde, ou seja, ele é multifacetário, ele é webservice. Basta você chegar, entrar  
7042 com o login e você ter acesso à informação. Além da interoperabilidade, da possibilidade dele  
7043 interligar a qualquer outro sistema, e já estamos prevendo isso, até porque, o número de  
7044 informações dele é muito maior que qualquer um outro sistema, então não há nenhum tipo de  
7045 dificuldade. Não só isso, como estamos oferecendo a possibilidade de o sistema ser utilizado  
7046 por esses órgãos. Vamos dar essas duas oportunidades, assim que desenvolvermos. Vamos  
7047 desenvolver internamente, e vamos estendendo nossos braços, até atingir o máximo possível na  
7048 ponta. O objetivo nosso é estar com esse sistema para você chegar lá e já alimentar aquilo que  
7049 você fez no aplicativo. É esse o objetivo. Você está lá fazendo, tira uma foto, chega ali, faz uma  
7050 digitação, já estou satisfeito. É esse o objetivo. Conselho tutelar, como ele faz? É muito difícil,  
7051 do mesmo jeito, ele vai levar o aplicativo no celular, vai divulgar, vai tirar foto, já vai colocar  
7052 e já vai alimentar, e aquela informação vai ser utilizada pelo delegado de polícia, aquela  
7053 informação vai ser utilizada pelo ministério público, e aquela informação vai ser utilizada em  
7054 nível qualitativo e quantitativo, pela ouvidoria nacional de direitos humanos. Respondido?  
7055 Matheus, São Paulo, encaminhamentos hoje, aproximadamente, cento e trinta e seis denúncias

7056 de violações de direitos humanos, por dia, para o estado de São Paulo. Eu consegui fechar com  
7057 a ouvidora geral do estado de São Paulo. Os encaminhamentos de São Paulo, serão feitos todos  
7058 através da ouvidoria do estado, que é exatamente organizada, ao que eu vi, de encaminhamento  
7059 de denúncia. Não estou falando ao que se refere ao DPU e ministério público não. Estamos  
7060 fazendo um fluxo diferenciado, e fazendo uma tratativa, inclusive com o conselho nacional de  
7061 ouvidores do ministério público e com o conselho nacional dos procuradores gerais de justiça  
7062 nos estados e, também, com o conselho nacional do ministério público, para estabelecimento  
7063 dos fluxos de encaminhamento para esses órgãos diferenciados. Você falou sobre a questão dos  
7064 dez e-mails que você recebe por dia. a partir do novo sistema, você não vai receber mais e-mail.  
7065 Você vai abrir o aplicativo e você vai ter as informações da ouvidoria nacional de direitos  
7066 humanos, na sua... e você vai escolher o que vai fazer e, ao fazer, você já vai retroalimentando  
7067 dentro do próprio sistema. Esse é o objetivo do novo sistema integrado nacional de direitos  
7068 humanos. Respondido? Qualquer coisa, depois estamos à disposição, pode nos fazer uma visita  
7069 lá. Inclusive, com a DPU, estamos fazendo um trabalho muito grande no que se refere à  
7070 taxonomia do tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual. Estamos fazendo um  
7071 trabalho muito bom com a DPU. Pedro, a formação dos atendentes, é a mesma do início do  
7072 contrato. O contrato está terminando agora, com seis anos. São os mesmos atendentes. Quanto  
7073 ao nível de qualificação, temos três níveis de qualificação, basicamente. É o atendente que faz  
7074 o atendimento geral e presta informações, o generalista que chamamos. Existe o especialista,  
7075 que é de nível superior, mas não há exigência hoje, e nem haverá no futuro, será mantida da  
7076 mesma forma no que se refere à pessoa, à capacitação. Não há exigência de ser psicólogo ou  
7077 psiquiatra, não há necessariamente essa exigência hoje, no contrato atual. E existe um outro  
7078 grupo que faz o tratamento, que é um grupo ainda mais especializado, de acordo com o nível  
7079 de experiência para ocupar essa função, que faz análise do tratamento da denúncia,  
7080 efetivamente, e do acompanhamento. Basicamente, o Ligue Cento e Oitenta tem até um pouco  
7081 mais de especialidades, mas, basicamente, os dois contratos trabalham nesse nível de afirmação.  
7082 Quando falo da questão do elemento subjetivo, é isso. Porque, se chegamos numa delegacia de  
7083 polícia para prestar uma queixa, às vezes, o próprio escrivão, quando vai reduzir a termo, o  
7084 extrato da informação, não fica aquilo que eu quis passar. Eu chego ali, falo um monte de coisa,  
7085 ele faz um extrato e eu não concordo. Geralmente, mesmo com profissionais extremamente  
7086 qualificados, a análise objetiva não é tão eficiente. Essa análise subjetiva que vamos construir,  
7087 não que é questão de inteligência só. O que estamos construindo? Estamos criando um critério  
7088 com base em dados científicos. Quem está fazendo isso é perito. Já funcionou efetivamente

7089 para a violência doméstica, no caso do FRIDA. Esse é o protocolo que é utilizado em toda a  
7090 Europa. Inclusive estamos viajando, na semana que vem, justamente para a Espanha, onde  
7091 iniciou tudo isso, para fazer um estudo para trazer essa informação para cá. E o sistema  
7092 consegue deixar de fazer uma análise tão subjetiva, ou seja, não é o ser humano que vai receber  
7093 a informação, digitar num campo e fazer uma análise daquilo ali, vai ser o sistema que vai fazer  
7094 isso por ela. Ela vai preencher os campos e, ao terminar de completar aqueles campos, o  
7095 resultado já vai estar ali, per si, na própria informação. Vai ter o campo de observações, que ela  
7096 pode digitar ao final. Ela vai ler para a pessoa: é isso mesmo que o senhor queria dizer? E ao  
7097 final você ainda pode colocar as observações pertinentes. Mas, ainda continua existindo uma  
7098 análise um pouco subjetiva, que é natural. Não tem como você eliminar o homem, o ser humano.  
7099 Mas ela diminui o máximo possível, melhorando, entendemos que vai haver uma melhora  
7100 significativa do nível de qualidade da informação. O nível de qualificação dessas pessoas é o  
7101 generalista. O nível de qualificação dessas pessoas, é o que eu estou te falando. Conquanto,  
7102 Andreia, grande parte deles tem nível superior, quando fazemos análise, mais de oitenta por  
7103 cento. Mesmo os generalistas, que fazem aquele primeiro atendimento, tem nível superior, não  
7104 é obrigatório, mas já tem nível superior. Também é exclusivo. Eles não atendem Shell,  
7105 Petrobrás, marca de escova de dentes, e a ouvidoria nacional de direitos humanos. Eles atendem  
7106 só a ouvidoria nacional de direitos humanos. Existe uma pertinência de conhecimento e de  
7107 capacitação permanente. Dentro daquilo dali, existem os pedagogos contratados dentro do  
7108 próprio contrato, que fazem a capacitação diária, tanto no que se refere a atualizações, como a  
7109 novas temáticas a serem implementadas e novas metodologias a serem empregadas dentro da  
7110 ouvidoria.

7111

7112 Vitória – Ouvidor, novamente, agradecemos a sua presença, sua rica explanação sobre a  
7113 metodologia, o esclarecimento das dúvidas. Não tendo mais dúvidas ou encaminhamentos  
7114 possíveis, peço uma salva de palmas para ele e damos encaminhamento à pauta.

7115

7116 Fernando – Queria só agradecer a oportunidade de estar aqui presente, agradecer à nossa  
7117 ministra, Damares Alves, pela confiança. Ela deu total liberdade na montagem da nossa equipe  
7118 e no empreendimento que viemos investindo na ouvidoria nacional de direitos humanos. Dizer  
7119 que a ouvidoria está aberta a contribuições. Esse é o momento, se alguém queira contribuir,  
7120 mais importante na ouvidoria nacional de direitos humanos, que é o momento de uma

7121 construção de uma nova metodologia. Se alguém quiser participar a ouvidoria nacional de  
7122 direitos humanos estará aberta a receber as contribuições. Muito obrigada.

7123

7124 Interlocutor não se identificou – Os slides serão encaminhados?

7125

7126 Fernando – Podem ficar à vontade.

7127

7128 Vitória – Podemos fazer isso? Eu peço para a Zezé fazer um encaminhamento no grupo geral.

7129 Marcelo, desculpa, Yeda.

7130

7131 Yeda – Vai ficando tudo muito apertado no último dia, mas isso é ótimo. Eu queria solicitar e,  
7132 que vocês pudessem acompanhar a importância da solicitação. O item nove é uma pauta onde  
7133 se diz: informes administrativos sobre a penitenciária do Ceará, do Conselho Regional de  
7134 Medicina, no Distrito Federal. É uma representação. Eu acho que, como eu... estou dizendo isso  
7135 porque eu preciso... na verdade, alguns informes, depois vamos ter que trabalhar um pouco  
7136 melhor esses informes no primeiro dia. acho que essa é uma pauta importante, como não estarei  
7137 à tarde, e acho que não será tão difícil, que pudesse colocar agora esse ponto, para podermos  
7138 analisar, tendo um número significativo de pessoas presentes na reunião.

7139

7140 Vitória – É um pedido de inversão de pauta.

7141

7142 Yeda – Se conseguirmos vencer nesses minutos, seguimos a pauta normal.

7143

7144 Marcelo – A RENILA acompanha o pedido a MNU.

7145

7146 Cândida – Considerando que fui eu que pedi a inversão de pauta, com relação à seleção, eu vou  
7147 estar aqui, mais ou menos, até umas quatro e meia, acho que não fica prejudicado não.  
7148 (Intervenção simultânea).

7149

7150 Vitória – Entendi. Eu coloco essa questão em votação, que colocamos a inversão de pauta?  
7151 Quem coloca em colocar a pauta das quatorze horas, a nove, para esse horário de debate de  
7152 agora, levando a pauta, o item sete, para a parte da tarde, por favor, quem é favorável a essa  
7153 inversão, levante a mão. Zezé, pode me auxiliar por favor, anotando, só para deixarmos

7154 registrado. Começando lá atrás, no microfone, MNU, EDUCAFRO, Justiça Global, RENILA,  
7155 UFRN, CFP, Conselho Federal da OAB, MEC, Saúde, Cidadania, CONECTAS, SOMOS.  
7156 Todos aqueles contrários, por favor, levantem a mão. Abstenções, imagino que seja Felipe e  
7157 Sávio, desculpe, Rodrigo. Marcelo.

7158  
7159 Marcelo – Só para começarmos a pauta, eu pediria que tenhamos acesso às representações para  
7160 podermos discutir.

7161  
7162 Vitória – Deixa eu esclarecer na mesa essa questão, rapidamente, só para explicar o que está  
7163 acontecendo. Por conta do pedido da Yeda, que ela está saindo da reunião em breve, ela pediu  
7164 para inverter a pauta e colocar as representações, o nosso item nove no lugar do sete, e o sete  
7165 no lugar do nove. Nós acabamos de fazer essa votação e foi quase unanimidade, só três se  
7166 abstiveram. O Marcelo pediu para dar início.

7167  
7168 Marcelo – Temos que ter acesso à apresentação, o impresso.

7169  
7170 Vitória – Não foram enviadas as representações.

7171  
7172 Marcelo – Por que acho que não é apropriado, devido à natureza da matéria, não vai ser  
7173 apropriado que assistamos só apresentação de parte da mesa.

7174  
7175 Vitória – Seria razoável pedir não só o acesso, mas um tempo para deliberar sobre isso e, não  
7176 sendo possível, o arquivamento sumário.

7177  
7178 Marcelo – Mas, pelo menos para começar a matéria, teria que distribuir para os membros a  
7179 representação em si, senão não vamos ter instrução para podermos discutir.

7180  
7181 Vitória – Como eu não participei da elaboração dessa pauta, vou pedir o auxílio...

7182  
7183 Marcelo – Se não for possível, eu acho que seria razoável podermos passar o ponto talvez para  
7184 a próxima reunião ordinária.

7185

7186 Vitória – Não tem todas as representações impressas. Para além disso, fora o acesso que vai ser  
7187 nos dado agora fisicamente das representações contra o mecanismo, teríamos que ponderar  
7188 sobre um tempo razoável para ler e fazer os questionamentos e comentários sobre isso. Não sei  
7189 o que os colegas e as colegas acham mais interessante. Seria melhor deixarmos para a próxima  
7190 reunião, tratar disso, ou tratarmos agora especificamente, arquivarmos? Não sei, peço ajuda.

7191

7192 Lucas Grilo – Doutora, sugiro que estabeleçamos relatoria dessas representações, um relator  
7193 por cada representação. Salvo engano (intervenção simultânea).

7194

7195 Marcelo – Só para podermos andar junto, nós travaríamos. Primeiro, porque podiam ter  
7196 enviado, enviaram vários materiais para poder instruir a discussão. Esse material não foi  
7197 enviado, me corrija se eu estiver errado. Vamos ter que ficar aqui esperando as cópias na integra,  
7198 porque não teríamos como. Devido também à natureza, poderíamos discutir e encaminhar que,  
7199 de fato, que talvez fosse mais apropriado. São uma ou duas apresentações? Queria  
7200 esclarecimento em relação a isso. Duas representações. Pensando que se trata de matéria tão  
7201 delicada, acho que isso tem que ser enviado para os membros, isso pode até envolver questão  
7202 de sigilo, estamos no sigilo, nessa situação. Porque, tem uma questão, temos déficit de quatro  
7203 reuniões esse ano. Pode ser que deliberemos ainda hoje que, daqui aa quinze dias, estaremos  
7204 juntos de novo, ao contrário, seria bastante justo que o governo pagasse para a sociedade civil  
7205 o tempo que sequestrou. Talvez, não tivesse um prejuízo de quinze dias. O nosso horizonte é,  
7206 no máximo a próxima ordinária será daqui há trinta dias. O justo é que fosse daqui a quinze,  
7207 para poder pagar o que deve. Eu vou passar a palavra para o Lucas. Depois, a Carol quer fazer  
7208 um esclarecimento.

7209

7210 Carolina – Um esclarecimento, pela secretaria executiva do comitê. Como comentamos ontem,  
7211 a coordenação geral de combate a tortura, recebeu dois pedidos de esclarecimentos,  
7212 representação em relação à atuação dos peritos. Uma, específica à atuação dos peritos, durante  
7213 uma missão. E, outra, específica ao teor do relatório produzido pelo mecanismo. A primeira  
7214 representação que recebemos, foi referente à atuação do mecanismo por ocasião à visita do  
7215 Ceará, no início desse ano. Quem assina o ofício e a manifestação é o secretário de  
7216 administração penitenciária do Ceará, Luiz Mauro Albuquerque, que encaminha toda essa  
7217 documentação. Essa documentação, especificamente, chegou do secretário para a própria  
7218 ministra, que nós encaminhamos, como procedimento pela lei, para referência dos trabalhos do

7219 comitê. E, depois, ela chegou, o mesmo teor novamente, por um pedido de esclarecimento do  
7220 ministério público federal. Essa é a primeira, que recebemos primeiro, na coordenação geral de  
7221 combate à tortura. A segunda representação foi feita pelo Conselho Regional de Medicina, do  
7222 Distrito Federal, especificamente em relação ao teor do relatório das visitas a hospitais  
7223 psiquiátricos. O Conselho Regional de Medicina, do Distrito Federal, questiona as conclusões  
7224 e recomendações feitas pelo mecanismo nacional. Estávamos providenciando as cópias para  
7225 agora, de manhã, mas tivemos que providenciar um outro material, peço desculpas por não estar  
7226 com todo o material impresso nesse momento para a pauta. Mas, são esses os teores, a  
7227 informação inicial desses documentos. Me coloco à disposição para demais esclarecimentos.

7228

7229 Lucas Grilo – Sem prejuízo que todos tenham conhecimento do conteúdo de todas as  
7230 representações, será enviada a todos, acredito que, para facilitar o processo, poderíamos  
7231 designar as relatorias, essa é a minha sugestão, um relator para cada representação. Já temos  
7232 uma indicação do ministério da saúde, para representação do CRM. Por uma questão de  
7233 igualdade, poderíamos designar um representante da sociedade civil para ser o relator da outra  
7234 representação, do estado do Ceará. Isso, sem prejuízo de que todos tenham acesso à  
7235 representação, que será enviada a tempo.

7236

7237 Marcelo – A primeira representação está entregue aqui. Se a outra representação também se  
7238 trata de uma página, podemos até ler junto.

7239

7240 Vitória – Não foi entregue a cópia integral, porque as duas tem mais de quarenta páginas.

7241

7242 Marcelo – Eu agradeço o esclarecimento da Carolina, porque só situa, mas isso num plano geral.  
7243 Não franqueia, aos membros do colegiado, o acesso na íntegra. Eu acho que o encaminhamento  
7244 do Lucas, não sei se eu entendi na globalidade, Lucas, fico pensando que podemos até pensar  
7245 na constituição de um grupo de trabalho que possa apreciar esses encaminhamentos que foram  
7246 direcionados. Isso é uma reunião ordinária, tem outros comitês, tem outros conselhos que até  
7247 fazem reunião de trabalho com reunião ordinária. Não é o caso disso aqui. Não vamos nos  
7248 debruçar sobre quarenta páginas agora. Mas, ao mesmo tempo, podemos dizer: vamos constituir  
7249 um grupo, e esse grupo vai se debruçar sobre isso. O meu encaminhamento, na consideração  
7250 com o que Carolina esclarece e você está encaminhando, Lucas, é que isso não seja matéria

7251 dessa reunião ordinária, mas podemos fazer encaminhamento em relação a isso, mas não vamos  
7252 discutir mérito. É impossível, não temos instrumento para discutir mérito algum.

7253

7254 Lucas Grilo – Estamos de acordo.

7255

7256 Vitória – Marcelo, vou fazer uma questão de ordem aqui, porque a secretária me avisou que a  
7257 pauta nove é um informe. Não temos que fazer, a princípio, nenhuma deliberação sobre isso, é  
7258 um informe. Mediante esse informe, vamos decidir se vamos dar continuidade a isso, ou não.  
7259 A questão é até mais simples do que imaginávamos.

7260

7261 Marcelo – Eu não sei porque, na verdade, quando você fala do encaminhamento, a forma do  
7262 encaminhamento não está prevista, tem que ser discutida a forma do encaminhamento.

7263

7264 Vitória – Exatamente. Se decidirmos pelo encaminhamento, teremos que discutir isso. Se  
7265 decidirmos pelo arquivamento disso que chegou até nós...

7266

7267 Marcelo – Como arquivamos uma coisa que não lemos? Não podemos arquivamos, não posso  
7268 ser irresponsável nesse ponto. Teríamos que ter acesso.

7269

7270 Vitória – Me parece um vício quase de origem, não ter acesso e, por isso, não conseguir  
7271 deliberar sobre...

7272

7273 Lucas Grilo – Vitória, pela ordem, não há vício, porque não há conhecimento por parte dos  
7274 membros do comitê. Não podemos nem deliberar pela aprovação da representação, nem pelo  
7275 arquivamento. Por isso que eu sugeri a designação dos relatórios ou um grupo de trabalho,  
7276 eventualmente. É nesse sentido o encaminhamento.

7277

7278 Marcelo – Não sei se é a linguagem, Lucas, mas não temos precedente de dizermos que vamos  
7279 ter relatoria em relação à encaminhamento que seja feito para esse pleno, e também com essa  
7280 categoria de dizer que é um informe. Temos que pensar juntos. Qual a forma? Aqui, somos  
7281 tradição, me corrija os mais antigos, de passagem ou como membro, é constituir grupo de  
7282 trabalho, constituir comissões temáticas. O que estamos pensando para poder encaminhar? Não  
7283 podemos ser informados o que está sendo... temos que discutir isso. É isso que eu coloco para

7284 os outros membros do colegiado nos ajudarem a pensar, como encaminhamos. Não sei se é  
7285 preciosismo em relação a léxico, porque não temos essa coisa de relatoria aqui.

7286

7287 Vitória – Rafael.

7288

7289 Rafael – Quería, primeiro, agradecer os esclarecimentos da Carol. Também acho que a questão  
7290 é menos profunda, porque é uma questão de informe. Mas, também não me sinto à vontade em,  
7291 de repente, aderir à sugestão do Lucas, sobre a questão da relatoria porque, de fato, relatoria  
7292 sobre algo que eu desconheço, não tenho como me manifestar. Eu acho que podemos tentar  
7293 seguir, para não atrapalharmos a agenda, pensar, pegando um pouquinho do gancho da fala do  
7294 Marcelo, num próximo passo. Não sei se a mesa diretora pode fazer esse papel de centralizar o  
7295 recebimento desse material e compartilhar com os demais membros, para a próxima reunião.  
7296 Aí sim podemos, inclusive, trazer já uma proposta para ser deliberada com todos, a respeito das  
7297 duas representações. No momento, não tenho como me pronunciar sobre uma eventual relatoria,  
7298 porque desconheço como se trata. Isso é como eu entendo.

7299

7300 Vitória – Yeda, o seu está levantado para fala, nessa rodada? Já foi. Caio é o próximo.

7301

7302 Caio - Concordo com o Rafael. Não temos procedimento nenhum descrito de como funciona o  
7303 recebimento de uma denúncia dessa natureza. Na verdade, a lei, o nosso regimento, é pouco  
7304 claro sobre o poder disciplinar que temos sobre o mecanismo. Não é exatamente claro. Eu acho  
7305 que não temos como decidir isso hoje, nessa reunião. Eu concordo com o Rafael, que o  
7306 encaminhamento deve ser de que essas denúncias sejam formalmente enviadas para todos os  
7307 membros e, na próxima reunião, deliberemos sobre elas.

7308

7309 Vitória – Maria.

7310

7311 Maria – Eu penso que deveríamos, todo mundo, receber o material e discutiríamos na próxima  
7312 reunião. Mas, eu acho que a discussão na próxima reunião, eu entendo que, quando o Lucas  
7313 falou de relatoria, é no sentido de que todo mundo tenha conhecimento, todo mundo leia, e que  
7314 fique alguém para fazer uma apresentação resumida, para que possamos iniciar a discussão.  
7315 Senão, todo mundo lê e acabamos fazendo, cada um vai falando, e perdemos um tempo na  
7316 discussão. Eu entendo, por participação também em outros colegiados que tínhamos relatoria,

7317 e sou novata aqui, sempre fizemos, por exemplo, no conselho de saúde faríamos isso. Na  
7318 relatoria, não significa que todos não tenham conhecimento do documento, o documento é  
7319 passado para todos, todos tem conhecimento, faz seus apontamos, e um relator faz uma  
7320 apresentação formal e, a partir disso, fazemos a discussão do que todo mundo leu, levantando  
7321 os pontos a serem acrescentados. Eu acho que é uma sugestão para que possamos discutir.

7322

7323 Vitória – Matheus.

7324

7325 Matheus – Primeiro, minha solidariedade a todos os membros do mecanismo que estão aqui.  
7326 Por fazer um trabalho bem semelhantes ao de vocês, eu tenho várias representações na  
7327 corregedoria, que são como elogio para mim. É só como elogio para vocês. É claro que me  
7328 preocupo, fica uma espada na cabeça, temos que contratar advogado, a associação indicar um  
7329 advogado. Primeiro, minha solidariedade, mas levem isso como um elogio, porque é da forma  
7330 como levo em São Paulo. Até foi colocado que era mais simples, porque são só informes, mas  
7331 desconheço historicamente se, no comitê, teve algum outro caso semelhante a esse. Se não me  
7332 engano, a mesa falou ontem, não lembro se foi o Lucas, mas a mesa falou ontem que teria o  
7333 entendimento de eventual Bis in Idem. Bis in idem, juridicamente, seriam duas corregedorias,  
7334 dois controles, e não podemos aceitar. Talvez, previamente a qualquer tipo de relatoria, temos  
7335 que tentar entender eventualmente, como foi falado, um grupo de trabalho para entender que  
7336 julgaria eventual representação. Por exemplo, houve um entendimento do Supremo Tribunal  
7337 Federal que o defensor público não tem que ter OAB, não tem que ser advogado. Porque, se  
7338 fosse o contrário, teríamos corregedoria, defensoria pública e o comitê de ética da OAB. Não  
7339 pode ter um bis in idem, tem que haver um único controle. Temos que tentar entender quem  
7340 seria responsável por analisar isso. Seria o comitê? Seria o ministério? O que não dá é para pôr  
7341 bis in idem. Acho que isso é um passo inicial. Depois, tem que assegurar, como qualquer  
7342 procedimento administrativo, ampla defesa. Se não existe um procedimento para que isso  
7343 ocorra, até pediria ajuda, se existe, não existe, dentro do comitê, se não existe não tem nem o  
7344 que fazer, sinceramente. Em relação ao conteúdo, li rapidamente, exceto quando fala que não  
7345 tem fundamento ético, eles não concordaram com o resultado. Eles falam: a conclusão foi  
7346 equivocada. É análise de mérito. Isso aqui, não vejo força ou gravidade nenhuma que está aqui,  
7347 não concordaram com o resultado. Obrigado.

7348

7349 Interlocutor não se identificou – Na verdade, o Matheus quase esgotou o objeto da minha fala.  
7350 É basicamente isso. Eu entendo que, antes de ser designada uma relatoria, tem que ser analisada  
7351 a questão da admissibilidade a questão de alguma representação no conselho, seja sob aspecto  
7352 de um eventual bis in idem, seja por uma análise preliminar, a que todos possam ter acesso, no  
7353 sentido de avaliar se trata de mero inconformismo, ou se tem algum conteúdo que, efetivamente,  
7354 deponha contra a forma de atuação dos peritos, ou algum procedimento legal que não foi  
7355 observado, alguma coisa nesse sentido. O que ninguém aqui tem condições de falar porque,  
7356 realmente, não foi apresentado. Nesse sentido, a designação de um relator, me parece que seria  
7357 pertinente, caso (inaudível) se entendesse: tem um conteúdo, do ponto de vista disciplinar, é  
7358 relevante que seja analisado. Vamos designar um relator para que ele analise tudo que está  
7359 escrito naquela representação, avalia a pertinência e informe o conselho qual o seu parecer sobre  
7360 a pertinência dessa representação. Mas, essa é uma questão posterior. Inclusive, considerando  
7361 a natureza do item de pauta, que é informativo: estamos informando ao comitê a existência  
7362 dessas duas representações, que serão distribuídas aos membros para que, na próxima reunião,  
7363 eventualmente, se avalie a necessidade de se designar uma relatoria. Entendo que o  
7364 procedimento mais apropriado seria esse.

7365

7366 Vitória – Marcelo.

7367

7368 Marcelo – Eu achei interessante a perspectiva do Matheus, porque de fato é isso.  
7369 Responsabilidade no exercício da função, deve ser regulado pela chefia. Nós, do comitê  
7370 nacional de prevenção e combate à tortura, o que fizemos hoje? Discutimos sobre o mérito que  
7371 o Mário trouxe, nós encaminhamos para que o mecanismo procedesse, de alguma maneira. Mas,  
7372 do tempo que estou aqui, eu nunca vi essa relação entre mecanismo e mecanismo, de que  
7373 fossemos responsáveis por regular a natureza do exercício, falando assim: no desempenho da  
7374 função, ele não é subordinado a nós, ele é subordinado ao ministério. Talvez, a questão do  
7375 informativo esteja bastante correta, o ministério está informando que recebeu essa denúncia e  
7376 vai encaminhar, talvez, eventualmente. Vamos deliberar sobre possíveis questões de desvio  
7377 ético, que é o que está, por exemplo, na natureza, pelo plano que a Carol colocou? Vamos  
7378 deliberar sobre isso aqui. Tem essa questão para pensar, qual é a relação, e isso não está no  
7379 nosso regimento. No nosso regimento não está, pode ser que esteja regulação do sistema, na lei,  
7380 pode ser que isso esteja na lei. Se estiver na lei, uma outra questão é podermos pensar essa  
7381 questão da metodologia. Eu só queria uma paciência para definirmos o que é relatoria mesmo,

7382 porque quando fala de um relator, não temos essa tradição aqui de colocar na mão de uma  
7383 pessoa, mesmo que seja uma relatoria, é sempre dois para lá, dois para cá, sempre três da  
7384 sociedade civil, três do governo. Que pudéssemos proceder... acho que a Maria Dilma traz,  
7385 como perspectiva, é mais do que razoável. Mas, que pudéssemos pensar num ajuste, Gustavo,  
7386 que não ficasse na mão de uma pessoa a apresentação, que ficasse na mão de uma pessoa da  
7387 sociedade civil, e na mão de uma pessoa do governo.

7388

7389 Vitória – Tatiana, por favor.

7390

7391 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Foi até o que o Lucas sugeriu. Sobre o que você colocou sobre  
7392 o rito, inclusive, essas representações chegaram ao meu conhecimento, acho que o documento  
7393 está dirigido, teve um dirigido à ministra, mas teve um dirigido a mim, enquanto secretária  
7394 executiva. Quando estava lá minha assessoria, apressadamente, querendo que eu já autorizasse  
7395 a abertura do processo administrativo – PAD. Fizemos uma discussão, retornando a discussão  
7396 com a secretaria de proteção global, não sei se Thiago estava também, nosso consultor jurídico  
7397 que está aqui presente, com o controle interno, e eu pedi uma revisão do procedimento, porque  
7398 eu senti falta de embasamento da chefia imediata, da estrutura formal à qual é ligado o cargo  
7399 que está sendo ocupado pelos peritos. Eu estou seguindo, não falei que seria o adequado, mas  
7400 estou seguindo o que colocamos na pauta e colocamos ontem, que seria informe. Mas, isso não  
7401 impede que construamos outro tipo de encaminhamento. Encaminhamento que, inclusive,  
7402 embasaria minha decisão porque, pela norma interna, cabe à secretária executiva autorizar a  
7403 abertura, se pronunciar quanto à pertinência da abertura do processo administrativo, observado  
7404 o procedimento ou sindicância preliminar, ouvidas as partes com a questão do direito à defesa.  
7405 Isso está sendo posto. Possivelmente, também ajudaria a s secretaria executiva na tomada de  
7406 decisão, qualquer que seja o trabalho que vocês venham a fazer aqui, que venhamos a fazer  
7407 aqui. Evidentemente que não posso parar o processo, se tivermos uma relatoria e discutirmos  
7408 outro encaminhamento na próxima reunião, vamos agregar isso ao processo interno de  
7409 apuração, observado o devido direito de defesa e contraditório.

7410

7411 Sávio – Nós não temos precedente, esse é o primeiro caso. Não estou lembrado, salvo engano  
7412 esse é o primeiro caso de representações contra atuação do mecanismo. Lembrando que existe  
7413 uma previsão regimental, na resolução um, de quatorze de agosto, de dois mil e quatorze, no  
7414 seu artigo segundo: compete ao CNPCT, inciso dezanove, determinar o afastamento cautelar

7415 de membro dos mecanismos, mediante decisão fundamentada, no caso de constatação de  
7416 indício de materialidade e autoria de crime ou grave violação do dever funcional. Mas, ao  
7417 mesmo tempo, temos que lembrar o que foi ponderado aqui, com relação ao bis in idem. Temos  
7418 uma estrutura que todo servidor público está condicionado a ela, o tripé da ouvidoria, comissão  
7419 setorial de ética – os peritos exercem um DAS quatro, não estariam submetidos à comissão de  
7420 ética pública da presidência e, sim, à setorial de ética, em caso de violação de falta ética -, e  
7421 também à corregedoria. Não sei se o ministério tem uma corregedoria. Mas, no regimento  
7422 interno, fala em apuração. Não sei se esse pleno tem condição de apuração. Mas, de qualquer  
7423 forma, como entra para informe, eu acho que as denúncias devem ser distribuídas para todos os  
7424 representantes dos órgãos, para ciência e, talvez, aproveitando a presença do colega consultor  
7425 jurídico, que se fala um encaminhamento formal para a consultoria jurídica, para verificar essa  
7426 adequação normativa da questão do tripé e, também, do nosso regimento interno. Essa é a minha  
7427 sugestão.

7428

7429 Vitória - Mais gente inscrita sim. Próximo, é Caio. Por favor. Silvia.

7430

7431 Silvia – Eu acho que a colocação, foi do Alexandre. Nesse momento, como ainda é não tão  
7432 claro os procedimentos e, na verdade, ninguém teve conhecimento ainda dessa representação  
7433 efetivamente, acho que o encaminhamento que teria sentido, que eu vejo aqui, é que haja o  
7434 conhecimento da representação e que haja um momento depois para o comitê poder deliberar.  
7435 É importante termos claro, a lei doze mil oitocentos e quarenta e sete, quando foi pensada a lei,  
7436 exatamente pelo tipo de atuação dos membros do mecanismo, que sabemos, como disse  
7437 Matheus, quando vamos fazer uma inspeção, o mecanismo tem prerrogativas que são  
7438 prerrogativas que, muitas vezes, não são respeitadas, que são prerrogativas de acesso, são  
7439 prerrogativas de fazer registro audiovisual. É muito comum, não só no Brasil, em outros países  
7440 também, quando os mecanismos tentem entrar nas unidades prisionais, sofram todos os tipos  
7441 de constrangimento para exercer sua prerrogativa funcional. Às vezes, quando o mecanismo  
7442 insiste na sua prerrogativa profissional, isso é levado como um grave abuso de autoridade,  
7443 violação de dever funcional. Quando, na verdade, o que o órgão está fazendo é, simplesmente,  
7444 insistir sobre essas prerrogativas. A lei doze mil oitocentos e quarenta e sete, tendo em vista  
7445 essa atuação tão específica do mecanismo, exatamente o risco que alguém que faz a inspeção  
7446 sofre, sofrer esse tipo de retaliação ou represália, é que colocou muito da questão de afastamento  
7447 ou qualquer tipo de procedimento disciplinar, para ser discutido no âmbito do comitê. Se

7448 olharmos o parágrafo segundo, o parágrafo terceiro do artigo oitavo, também artigo treze, inciso  
7449 seis, do regimento interno. Exatamente pela questão de independência, autonomia dos  
7450 membros, essa é uma maneira de garantir. Porque, senão seria, mais ou menos fácil, que uma  
7451 decisão, simplesmente, um executivo, falar: cometeu grave violação funcional, sem ninguém  
7452 mais poder avaliar o que é essa grave violação funcional. O comitê nacional de prevenção e  
7453 combate à tortura tem um papel importante sim, quando no momento de discutir violações  
7454 funcionais, representações. Acho que talvez não esteja muito claro como isso seria feito, ainda  
7455 parece que não. Mas, se lermos o artigo oitavo, parágrafo segundo e terceiro, e o artigo três,  
7456 inciso seis, da resolução, esse é o espírito. O espírito do mecanismo nacional de prevenção e  
7457 combate à tortura, é independência e autonomia na sua atuação, com prerrogativas que são,  
7458 muitas vezes, difícil de se garantir. O comitê está aqui exatamente para que essas garantias e  
7459 prerrogativas sejam respeitadas, e para apurar com delicadeza – não é delicadeza a palavra que  
7460 eu quero falar -, para apurar de forma profissional e também detalhada, quais são essas  
7461 representações, denúncias, o que seja, contra o mecanismo, na sua atuação e na insistência no  
7462 cumprimento das suas prerrogativas.

7463

7464 Vitória – Rafael, por favor.

7465

7466 Rafael – Achei perfeita a colocação da Silvia. Só para acrescentar uma questão de contexto.  
7467 Justamente, toda essa discussão foi o que levou à elaboração do protocolo facultativo, ou seja,  
7468 o país adere, se quiser ou não – eu sei que isso é meio obvio, mas é importante afirmar, o estado  
7469 brasileiro quis aderir ao protocolo. A lógica do debate tradicional é, justamente, que o  
7470 pressuposto é que as instituições até então existentes, as instituições públicas, não dão conta do  
7471 trabalho. O pressuposto é que, numa ausência de mecanismos mais eficientes, criados pelo  
7472 estado signatário, se crie uma sistemática adicional, independente, que permita o trabalho  
7473 técnico e imparcial de monitores, com a nomenclatura de peritos, para apurar eventuais de  
7474 tortura. Nesse sentido, concordando com a Silvia também, é de se esperar uma reação, como o  
7475 Matheus colocou, dos agentes públicos que não realizam bem o seu trabalho na prevenção e  
7476 responsabilização. Acho que esse ponto que a Silvia coloca é importante, porque esse é o  
7477 coração do trabalho dos peritos, e o coração, por consequência, da função do comitê. Se vem  
7478 essa comunicação por parte de um órgão, seja público ou, no caso do Conselho de Medicina,  
7479 evidentemente que o comitê é o competente para deliberar sobre o assunto, para debater o  
7480 assunto com seriedade, com cuidado e, a partir de então, o encaminhamento que pode ser

7481 gerado, só o caso concreto é que vai indicar. Reafirmando, não podemos discutir relatoria de  
7482 caso, seja qual for, sem conhecer o caso, por todas as razões que já colocaram aqui. Reforçando  
7483 o item da pauta de informe, como já foi esclarecido, existem essas duas comunicações. Minha  
7484 proposta, elas sejam, na íntegra, encaminhadas a todos e, na próxima sessão do comitê, vamos  
7485 deliberar sobre elas. Não vejo necessidade de acionar nenhum outro órgão da administração  
7486 pública, porque é exatamente esse tipo de conteúdo que legitima a competência do comitê de  
7487 deliberar sobre esse assunto, é para isso que estamos aqui inclusive.

7488

7489 Vitória – Marcelo.

7490

7491 Marcelo – Eu queria muito agradecer os esclarecimentos da Silva, porque acho que a Silvia,  
7492 talvez seja a mais antiga, sem ser membro, ainda jovem, histórica, mas que guarda informações  
7493 preciosas que antecedem a nossa presença aqui. Talvez, você seja uma decana sem ser membro.  
7494 Os que se seguiram também, o Rafael também chama atenção disso, eu acho que é essa  
7495 delicadeza e essa responsabilidade do comitê. Acho que todo ser humano pode ser dado à falha,  
7496 Silvia, eventualmente. Mas, é entendermos também quem são os peritos, porque os peritos não  
7497 chegaram aqui pela porta do fundo, e também não é cargo de indicação não. Diga-se de  
7498 passagem, hoje temos um outro ponto de pauta, de como operamos a seleção desses  
7499 funcionários, que não são servidores, mas estão a serviço e com todo esse embrolho que estamos  
7500 conseguindo entender. Para mim, veio uma preocupação com sua fala, Silvia: como ficamos  
7501 atento para que esse comitê não seja, de alguma maneira, inocente ou, até mesmo advertido,  
7502 que ele possa servir – acho que isso deveria ser jamais, em tempo algum – de instrumento de  
7503 censura de um trabalho que, na natureza, já é delicado. A resolução número dois, de vinte e  
7504 cinco de novembro, de dois mil e dezesseis, que esse pleno fez uma resolução só sobre – lembrei  
7505 da sua fala – autonomia do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. Nessa  
7506 resolução, nos considerados, vem dizendo: considerando que a lei doze mil oitocentos e  
7507 quarenta e sete, de dois mil e treze, em seu artigo oito, parágrafo dois, garante aos membros do  
7508 mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura, independência na sua atuação e garantia  
7509 do seu mandato. Assim como em seu artigo dez, inciso um: assegura ao mecanismo e aos seus  
7510 membros, autonomia das posições e opiniões adotadas, no exercício das funções. É só chamar  
7511 atenção da gravidade da situação. Mesmo que sejamos esclarecidos por característica ou por  
7512 elementos normativos e regimentais, é sobre o coração disso, o fulcro desiderato do nosso  
7513 encontro é defender essa autonomia do mecanismo, senão o sistema todo cai. Só para podermos

7514 entender a delicadeza e a gravidade do que estamos conversando. Ao mesmo tempo, sabemos  
7515 que vamos estar discutindo, daqui a pouco, exatamente isso. Aos que não estavam aqui antes,  
7516 como é que se procede a seleção, porque essa seleção dos peritos, pessoas de conduta ilibada,  
7517 pessoas com currículo, pessoas que tenham condições de estarem nesse lugar, não são pessoas  
7518 que não podemos confiar para o mandato que colocamos no exercício funcional deles.  
7519 Obrigado.

7520

7521 Vitória – Próximo, Matheus, por favor.

7522

7523 Matheus – Tanto hoje quanto ontem, vários tensionamento que acho que fazem parte do jogo,  
7524 fazem parte do trabalho, mas esse debate está enriquecendo, porque é quase uma terapia, você  
7525 ouve o outro falar, reflete, acrescenta alguma coisa. Eu queria destacar a fala do Sávio, da Silvia  
7526 e da Tatiana, no sentido de que realmente há um conflito aparente de normas, e eventual bis in  
7527 idem. Mas, acho que a fala da Silvia e do Custódio são muito esclarecedoras, em relação ao  
7528 instrumento, ao porquê da existência do comitê e do mecanismo. Nesse sentido, se o que ambos  
7529 os órgãos querem fazer é combater e prevenir a tortura, como Marcelo também destacou bem  
7530 a questão de autonomia, quando formos analisar, vamos ter que ter o cuidado, como o Custódio  
7531 falou, eventualmente na próxima ou mais para frente, tem que ter o cuidado de analisar se isso  
7532 é uma representação mesmo ou se isso aqui é, simplesmente, uma arma querendo transformar  
7533 a vítima em algoz. Acho que esse é o pano de fundo. Importante a fala da Tatiana, porque é  
7534 isso, ela recebeu um documento e vai ter que fazer alguma coisa, e acabou de colocar na mesa  
7535 que a opinião do comitê vai ter uma influência em eventual decisão dela.

7536

7537 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Sem querer interromper, mas é para admitir a denúncia. Eu  
7538 senti que tinha uma fragilidade, o documento estava pronto, o assessor falou: é urgente, vamos  
7539 assinar. Eu falei: vamos ver o encaminhamento. Fizemos uma agenda, retornamos à secretaria  
7540 de proteção global, porque não tinha subsidio para essa tomada de decisão, que cabe à secretaria  
7541 executiva, de acordo com a normativa do ministério. Aliás, tem muita delegação. A  
7542 responsabilidade é grande, eu pedi para retornar. Então, possivelmente, foi por isso a decisão  
7543 de trazer como informe, mas, evidentemente, não exclui a possibilidade de gerarem  
7544 encaminhamentos. Inicialmente, a avaliação era de que são servidores e estão sujeitos à oito  
7545 mil cento e doze, e se seguiria o rito de sindicância ou processo administrativo disciplinar, com  
7546 todos os direitos de defesa, de todo o procedimento.

7547

7548 Matheus – Nessa linha, concordando com a fala do Custódio, no sentido de que era o informe,  
7549 estamos tendo várias pautas hoje e temos que andar, mas talvez fosse importante, desde já, com  
7550 o risco de ter um dever funcional, de ser aberto um procedimento, talvez do comitê fazer um  
7551 informe, um requerimento formal para o ministério, no sentido que ele está entendendo ou estão  
7552 presentes a entender que seria o comitê o responsável por isso. Eventualmente, pedindo para  
7553 postergar a decisão. Não sei. Porque, senão pode ficar um limbo também. A Tatiana sendo  
7554 cobrada pelo dever funcional dela, em relação a outras questões. Inicialmente, eu tinha achado  
7555 que não, mas, ouvindo as várias falas, como eu coloquei aqui, estou achando que talvez seja  
7556 pertinente, prudente, cautelosamente o comitê indicar ao ministério que o comitê entende, ou  
7557 não, que seria o próprio comitê o responsável a analisar isso, dentro das perspectivas nacionais  
7558 e internacionais, de autonomia e independência. Senão pode ser que seja tomada alguma  
7559 decisão administrativa. Talvez, comitê possa se manifestar formalmente.

7560

7561 Interlocutor não se identificou – Eu concordo Matheus, talvez minha fala não tenha sido clara  
7562 – Vitória, só uma questão de ordem -, no sentido desse encaminhamento, ou seja, de  
7563 reforçarmos entre os membros que o comitê é que é o competente para essa apuração. Não sei  
7564 se, necessariamente o Matheus está pensando numa manifestação formal, mas pode ser só uma  
7565 deliberação que conste em ata, e isso vai ser encaminhado para os órgãos competentes. Também  
7566 é importante lembrar, é uma função sui generis, e a importância do envolvimento do governo e  
7567 da sociedade civil, estamos construindo esse mecanismo de controle social, que é um pouco  
7568 unusual mesmo. Nesse sentido, acho importante reafirmarmos a competência desse comitê,  
7569 aderindo a sugestão do Matheus, que aprovemos, reafirmamos essa providencia, que conste em  
7570 ata, para que ajude a segurar um pouco esse ímpeto aparente de alguns dos funcionários do  
7571 ministério.

7572

7573 Vitória – Isabel, por favor.

7574

7575 Isabel – Na verdade, vou repetir, para reforçar e concordar, sobre o papel do comitê nacional.  
7576 Eu acho importante, Tatiana, que bom que você trouxe essa questão da importância de ouvir o  
7577 comitê, porque é isso mesmo, é esse o papel do comitê nacional que, muitas vezes, e  
7578 recentemente, foram desrespeitados em decisões importantes sobre o sistema nacional de  
7579 prevenção e combate à tortura, foram tomados, no último decreto, modificando pontos muito

7580 importantes. Isso teve impacto e o comitê sequer foi ouvido. Também, como tem algumas  
7581 pessoas, representações novas aqui, é importante lembrar, quem acompanha o trabalho de  
7582 monitoramento, não só dos mecanismos, quem acompanha o trabalho de monitoramento do  
7583 mecanismo nacional, dos mecanismos estaduais, como já fiz inúmeras visitas com o mecanismo  
7584 estadual do Rio de Janeiro, sabemos o quanto quem faz o trabalho de denúncia, é comum sofrer  
7585 retaliações do poder público, sofrer retaliações de agentes públicos. Diante disso, temos que  
7586 estar muito atentos mesmo, porque é papel desse comitê defender as prerrogativas do  
7587 mecanismo nacional, defender a autonomia do mecanismo, respeitando o compromisso  
7588 assumido pelo Brasil, a obrigação internacional diante do protocolo facultativo. É só para  
7589 reforçar, esse é o nosso papel, de defender a autonomia, defender as prerrogativas do  
7590 mecanismo. Nós sabemos, quem trabalha, quem está acompanhando, quem trabalha com  
7591 sistema de prevenção à tortura muito tempo, sabe que é comum, infelizmente, essa reação, as  
7592 retaliações. É preciso estar muito atento e reforçar que é esse o nosso papel.

7593  
7594 Vitória – Não tendo mais inscritos, acho que a Isabel foi a última, eu fiz uma lista de possíveis  
7595 encaminhamentos e vamos pensar no melhor, de forma colegiada. Teria o primeiro  
7596 encaminhamento sugerido – temos que colher um, ou alguns, entre estes -, em primeiro lugar,  
7597 que as denúncias fossem enviadas a todos e todas os membros do nosso comitê, para que nós,  
7598 em uma próxima reunião, possamos deliberar sobre admissibilidade e mérito dessas denúncias.  
7599 O segundo encaminhamento possível, seria o comitê indicar ao ministério a nossa competência,  
7600 isso pode se dar de forma formal através de ofício ou, como Rafael sugeriu, que conste em ata  
7601 isso. Indicaríamos a nossa competência para analisar isso novamente, em uma próxima reunião.  
7602 Isso, imagino que viria compor esse processo administrativo, mas de uma forma que talvez seja  
7603 terminativa, se deliberarmos pela nossa competência. Estou colocando, imaginando. O  
7604 encaminhamento da própria secretária, é que nós peçamos uma consulta formal ao CONJUR,  
7605 sobre essa questão toda que está sendo posta aqui e, aparentemente, já tem um parecer antigo  
7606 sobre uma questão parecida. De todas as colocações, foram esses três possíveis  
7607 encaminhamentos que apareceram aqui. Se eu estiver esquecido de algum ponto. (Intervenção  
7608 fora do microfone). O Lucas é o primeiro encaminhamento. Ele sugere já formar agora, indicar  
7609 as relatorias para cada uma das denúncias. É GT que você sugere, Lucas?

7610  
7611 Lucas Grilo – Podemos debater, se seria um relator ou um grupo de trabalho. Eu acho melhor  
7612 o relator, que fica mais fácil. Uma para cada denúncia. Esse relator teria a competência de fazer

7613 o juízo de admissibilidade. Os colegas juristas até podem me corrigir, no direito processual  
7614 brasileiro, o juízo de admissibilidade é feito pelo relator e não pelo pleno, então seguiríamos a  
7615 mesma lógica. Minha sugestão é essa.

7616

7617 Marcelo – Só um esclarecimento. Estou entendendo o seguinte: quando estamos pensando na...  
7618 talvez seja questão do nome. Mas, se estamos pensando numa relatoria, estamos admitindo que  
7619 há uma admissibilidade?

7620

7621 Lucas Grilo – Não. O relator vai fazer esse juízo, para aprovação ou não do pleno. O próprio  
7622 relator é que, no seu parecer, vote pela admissibilidade, ou não.

7623

7624 Vitória – Estamos admitindo a existência disso, não estamos admitindo a denúncia, mas  
7625 estamos admitindo que isso existe no mundo.

7626

7627 Marcelo – Parabenizar a Tatiana porque, pelo parágrafo três, da lei que a Silvia tinha citado,  
7628 não pode haver afastamento cautelar, por exemplo. Pode até acontecer algum tipo de outra  
7629 questão administrativa ou em comissão de ética, como você aventou. Mas, o afastamento  
7630 cautelar está aqui configurado. Vocês esclareceram, mas, não significando uma admissão do  
7631 mérito, nem para positivo, nem para negativo, só que você continua conjugando no singular.  
7632 Não é o relator, na verdade, seriam os relatores.

7633

7634 Lucas Grilo – Pode ser. Da minha parte, sem problemas. Votaria nesse sentido de  
7635 estabelecermos dois relatores, que já seria um grupo de trabalho.

7636

7637 Marcelo – A função deles seria apresentar na próxima plenária. Apresentar, simplesmente  
7638 apresentar o que está sendo trazido.

7639

7640 Lucas Grilo – Eu acho até que seria interessante procedermos nesses moldes, porque facilitaria  
7641 no caso de ser uma denúncia inepta, cuja denúncia não tenha muita validade, muito fundamento,  
7642 porque já podemos indeferir na próxima reunião. Facilita até nesse sentido.

7643

7644 Vitória – Acho que isso não esgotaria a questão de firmarmos, ou não, a competência desse  
7645 comitê para receber essas denúncias, e nós somos os competentes e só nós podemos tocar isso.

7646 Ou não. O nosso parecer vai ser juntado em outro procedimento. Isso não esgotaria essa questão.  
7647 Claudia.

7648  
7649 Claudia – Eu entendo que quem é o órgão competente para receber a denúncia é o ministério.  
7650 O ministério tem que encaminhar para o comitê, para nos manifestarmos, observando o  
7651 princípio do contraditório e da ampla defesa. Mas, como é o ministério que é o órgão  
7652 responsável, no qual o comitê está vinculado, é ele sim que recebe a denúncia, encaminha para  
7653 o comitê, o comitê se manifesta, retorna para o ministério e, ele dá o encaminhamento.

7654  
7655 Interlocutor não se identificou – Meu entendimento não é esse. Inclusive, acho que foi um  
7656 equívoco, acontece, mas um equívoco da construção da pauta, que esses documentos já  
7657 deveriam ter sido encaminhados. Tudo bem, foi explicado pela Tatiana, aconteceu o equívoco,  
7658 portanto, na próxima reunião, até lá esse material tem que ser entregue. É importante  
7659 reafirmar: as atividades... o termo denúncia, pedir desculpa, mas também sou advogado, não é  
7660 exatamente o termo correto, porque isso aqui não é uma denúncia, é uma manifestação política  
7661 em desconformidade com a conclusão do relatório, especificamente lá. De novo, o comitê é o  
7662 competente para receber esse tipo de informação, e vamos deliberar, como deliberamos sobre  
7663 tantas outras comunicações que recebemos. Que bom que a Tatiana nos alertou dessa pressa de  
7664 alguns agentes públicos. A minha opinião é que seria um equívoco, seria uma medida ilegal se  
7665 fosse deflagrada algum tipo de procedimento ou sindicância contra os peritos, antes de uma  
7666 deliberação do comitê. É o comitê o competente, nós temos legitimidade, autonomia e toda a  
7667 construção normativa para deliberar exatamente sobre esse tipo de questão. Não me sinto  
7668 confortável em discutir relatoria de casos, sendo que não tive acesso a eles. Acho que temos  
7669 que insistir, não precisamos ter pressa com isso, é claro que é um assunto delicado, mas como  
7670 também já foi colocado aqui, nós só estamos nos reunindo em outubro, por conta da desídia do  
7671 governo federal em instalar isso antes. Também estranho um pouco essa pressa de correr com  
7672 essa pauta, sendo que o governo não tem demonstrado muito interesse em implementar o  
7673 próprio comitê. Temos que seguir para a frente, a Vitória já colocou as propostas, e vamos  
7674 tentar votar, decidir, encaminhar.

7675  
7676 Marcelo – Questão de ordem, eu acho que ajusto minha fala anterior, e sigo a perspectiva do  
7677 Rafael. Fazemos o encaminhamento, Rafael, que difere do encaminhamento do Lucas, que é  
7678 para podermos pensar. Não haveria relatoria. Não há prejuízo na discussão do mérito, do tema,

7679 Lucas. Mas, é somente na forma. Não delegamos ninguém, que ninguém leia por nós. Não  
7680 estamos com inabilidade ou com falta de competência para isso. Os membros do comitê vão se  
7681 debruçar na leitura e, concordamos que não haveria encaminhamento de relatoria, mas sim na  
7682 pauta para a próxima reunião ordinária. Acho que fazemos esse encaminhamento.

7683  
7684 Vitória – Se concordam, são dois encaminhamentos distintos, que vamos ter que colocar em  
7685 votação ou deliberarmos todos juntos aqui, na unanimidade. O primeiro, sugerido pelo Lucas,  
7686 é que haja agora a determinação de relatoria para cada uma das denúncias, e a formação de um  
7687 grupo de trabalho para começar a se debruçar sobre essas denúncias. O segundo  
7688 encaminhamento é que não façamos agora a delegação de relatoria, mas que seja  
7689 disponibilizado para todos e todas, integralmente essas denúncias, inclusive, se houver anexos,  
7690 para termos acesso à integralidade do que está acontecendo. Os membros do CNPCT se  
7691 debruçam na leitura disso e, na próxima reunião, isso vira pauta para nós, coletivamente,  
7692 decidirmos sobre admissibilidade, competência, mérito. Temos essas duas posições.  
7693 Concordam? Matheus.

7694  
7695 Matheus – Não se bastaria constar em ata, mas ainda sugiro que se oficie ao ministério, dizendo  
7696 que o comitê entenderia que cabe ao comitê a análise.

7697  
7698 Vitória – É nesse segundo encaminhamento que você sugere, Matheus?

7699  
7700 Matheus – Isso. De acordo.

7701  
7702 Sávio – Nesse caso, me alinho à posição dos colegas, estamos antecipando um mérito que não  
7703 temos condição de analisar ainda. Acho que a segunda proposta, peço vênia até para o Lucas,  
7704 acho que não exclui depois definirmos uma relatoria. Como veio como informe, poderia  
7705 distribuir para todos os colegas, de imediato, ao fim da reunião e, na próxima, trataríamos já  
7706 com ideia dos casos concretos. Aí sim, entraríamos no mérito, a questão de competência.

7707  
7708 Matheus – Eu concordo com tudo que você falou, Sávio. Só no final... porque, corre-se o risco  
7709 de, em até dois meses, o ministério fazer alguma coisa. (Intervenção fora do microfone).  
7710 Desculpa, Tatiana, quero dizer o seguinte: no serviço público, é o princípio da impessoalidade.  
7711 Por exemplo, ela tem um problema pessoal, sai do ministério, vai morar em outro país, qualquer

7712 exemplo prático, eu posso morrer hoje. Eu acho que, no serviço público, a impessoalidade. Por  
7713 mais que houvesse uma garantia: vamos segurar, eu acho que, por cautela, poderíamos oficiar  
7714 o ministério, no sentido de dizer...

7715

7716 Vitória – Para que aguarde. Seria isso?

7717

7718 Tatiana – Isso me respaldaria, porque estou aguardando esse subsídio para fazer juízo de  
7719 admissibilidade. Independentemente da decisão, não vou deixar de esgotar juridicamente em  
7720 qual seria a competência. Porque, de repente, uma manifestação do comitê pode não excluir  
7721 uma análise frente à prerrogativa da corregedoria, frente ao entendimento de que são cargos  
7722 comissionados, sujeitos aos processos administrativos ditos na oito mil cento e doze. Talvez o  
7723 material seria, inicialmente, o que me falaram é que seria agregado. Mas, podemos fazer as duas  
7724 coisas. Porque, tem aqui, o ministério público, é porque não está aqui a cópia, mas tem o  
7725 documento que veio do ministério público também.

7726

7727 Matheus – Só para concluir, Vitória, agradecer à Tatiana. O meu entendimento, é oficiar o  
7728 ministério, dizendo que o comitê entendeu que cabe a ele mesmo analisar isso. Ou seja, ser  
7729 peremptório no entendimento que cabe a ele e, não ao ministério. E, como a Tatiana, vai  
7730 respaldar. O próprio Lucas colocou, anteriormente, eventualmente a denúncia inepta, se  
7731 pegarmos esse documento aqui, às vezes, parece um documento que eu corriji do estagiário,  
7732 porque é um recorta e cola. No penúltimo parágrafo, ele pede: requiere-se que (inaudível)  
7733 promotoria de justiça e, em cima, encaminha para a ministra Damares. Não teve o capricho, o  
7734 cuidado para escrever três ou quatro parágrafos.

7735

7736 Vitória – Marcelo, depois o Lucas.

7737

7738 Marcelo – Acho que o Rafael estava antes. Acho que para acompanhar a perspectiva, fazer o  
7739 encaminhamento que acho que o Rafael ia fazer também. É importante esse preciosismo que o  
7740 Matheus está colocando. Uma coisa não impede a outra. Agradecer a Tatiana pela posição  
7741 republicana de, de alguma forma, trazer para o pleno quais são os movimentos institucionais  
7742 que estão no horizonte. O encaminhamento é que possamos votar para que esse ofício seja  
7743 encaminhado, com a integração de todas essas considerações que foram feitas, alertando o  
7744 ministério que pode ser interpretado como um ato de censura e retaliação. O comitê oficia, no

7745 sentido de lembrar o ministério de qual é a função do comitê, nesses casos relacionados aos  
7746 peritos, e que a nossa salvaguarda, a nossa missão fundamental, é garantir a autonomia. Acho  
7747 que é acompanhar e encaminhar a feitura do ofício.

7748

7749 Vitória – Junto com esse segundo encaminhamento. Tatiana e Lucas.

7750

7751 Tatiana – A ministra, ao escolher, fazer a escolha, me convidar para o cargo, ela olhou muito  
7752 para a questão da efetividade e execução, da prática. Estou trazendo um pouco ao ministério  
7753 isso. Eu optaria por um encaminhamento mais prático. Porque, chegar aqui para ouvir todos,  
7754 talvez a criação do grupo seja mais efetiva, porque já traria um trabalho já pronto para nossa  
7755 apreciação, para nossa deliberação. Principalmente, por causa da questão dos prazos,  
7756 independente, vamos avaliar inclusive o teor do documento, a fundamentação. Mas, seria mais  
7757 prudente, além do ofício, ter um encaminhamento mais prático para esse assunto, mais efetivo,  
7758 que tenha mais resultado. Porque, senão, pode ser que aconteça o mesmo que está acontecendo  
7759 aqui, de ter vários olhares diferenciados, evidentemente que tentamos nos articular, mas eu acho  
7760 que prejudica ou dá uma certa morosidade.

7761

7762 Marcelo – Eu acho que é razoável.

7763

7764 Vitória – Marcelo, o Lucas está inscrito.

7765

7766 Lucas Grilo – Eu peço que me corrijam, se estiver equivocado, mas eu dei uma olhada no  
7767 regimento e nas resoluções do comitê, e não encontrei nenhum fluxo relacionado a recebimento  
7768 e processamento de representações contra o mecanismo. Mais uma sugestão de  
7769 encaminhamento é que tenhamos uma minuta de resolução, para aprovação na próxima reunião  
7770 do comitê, em relação a isso. Qual é o fluxo que o comitê adota? Se ele cria um grupo de  
7771 trabalho, se ele designa uma relatoria para fazer a instrução dessas representações, e  
7772 aprovaríamos também na próxima reunião do comitê.

7773

7774 Vitória – Marcelo.

7775

7776 Marcelo – Acho que já tínhamos dois encaminhamentos. Acho que seria procedermos votação.  
7777 Ou é com grupo, ou é sem grupo. Que possamos encaminhar a votação.

7778

7779 Vitória – Eu vou explicar quais são os dois posicionamentos e vou abrir para votação. O  
7780 primeiro encaminhamento, colocado pelo Lucas, com ajuda e recortes de várias falas, mas eu  
7781 coloquei principalmente o Lucas, que vamos designar agora relatoria para cada uma das  
7782 denúncias. Junto com essa relatoria, Lucas, não sei se você quer anexar a questão da minuta  
7783 para a próxima. (Intervenção simultânea).

7784

7785 Lucas Grilo – Eu entendo que seja independente. Poderíamos aprovar essa resolução na  
7786 próxima reunião, independente do que ficar definido, se criamos o grupo de trabalho agora, ou  
7787 não.

7788

7789 Vitória – Primeiro posicionamento é criação agora de um grupo de trabalho. O segundo  
7790 posicionamento é que não há delegação agora de relatoria. O que há é que tem de distribuir  
7791 entre todos integralmente essas denúncias. Vamos nos debruçar sobre elas, todos os membros  
7792 do CNPCT, para que na próxima reunião consigamos pautar isso, questões de admissibilidade,  
7793 de mérito e de competência, se for o caso. Junto a isso, oficie ao ministério, enquanto CNPCT,  
7794 argumentando sobre nossa competência para analisar isso, porque esse é um respaldo jurídico,  
7795 até o próprio fluxo do processo. Porque a secretária está falando que ela ficou perdida, sem  
7796 saber como encaminhar isso, frente a competência dela e do próprio comitê para tocar isso.  
7797 Oficiaríamos pela nossa competência.

7798

7799 Savio – Essa é a terceira opção. São duas, e essa é a terceira. (Intervenção simultânea).  
7800 Distribuição e, depois, veio mais uma opção do colega Matheus, incluir...

7801

7802 Vitória – Como depois o Marcelo fez a colocação de que juntaria. Eu posso retirar essa e  
7803 colocaria três posicionamentos.

7804

7805 Interlocutor não se identificou – Eu acho que só tem duas disjuntivas. A questão é saber se vai  
7806 ser formado o grupo agora, ou não. Essa é uma opção sim ou não. Agora, encaminhamento do  
7807 ofício e a sugestão de elaboração de uma resolução, essas são independentes. Eu colocaria,  
7808 talvez, em votação, primeiro, saber se vai ser constituído, ou não, o grupo. Segunda votação, se  
7809 vai ser expedido o ofício para reconhecer a competência do comitê. Terceira, se vai ter a  
7810 proposta de resolução.

7811

7812 Vitória – Aqueles a favor a constituírem agora a relatoria ou o grupo de trabalho para análise  
7813 das denúncias, por favor, levantem a mão. Carol, preciso de ajuda para anotação dos votos.  
7814 Vamos falando ao microfone, por favor, que a Zezé vai anotando. Lucas, SNPG, Ministério da  
7815 Defesa, Sávio, Bruno, SG, Educação, Rodrigo, SNPIR, Claudia, Cidadania, Dilma, Saúde.  
7816 Todos contrários a formar agora a relatoria do grupo de trabalho para análise das denúncias.  
7817 Desculpa, o contrário. Todos aqueles contrários à formação agora de grupo de trabalho e  
7818 relatório das denúncias, levantem a mão e falem ao microfone, por favor. CFP, UFRN,  
7819 RENILA, Justiça Global, EDUCAFRO, MNU, SOMOS, CONECTAS, Conselho Federal da  
7820 OAB. Eu não estava contando, estou aguardando o resultado.

7821

7822 Rafael – Só uma questão, pela ordem. Lucas, vocês pensam que vocês trariam a questão da  
7823 resolução, que você propôs para a próxima reunião, vocês, governo, traria, mesa diretora. Tem  
7824 alguma ideia sobre isso? Só para avançarmos na sua proposta.

7825

7826 Vitória – Eu só vou dar o encaminhamento do primeiro e discutimos essa questão da minuta.  
7827 Por nove votos a sete, desculpa, sete a nove, porque primeiro foram sete, depois os nove, o  
7828 encaminhamento é que não será formado agora o grupo de trabalho, nem a delegação de  
7829 relatoria. O que deve ser feito, como encaminhamento necessário, é o envio de cópia integral a  
7830 todo CNPCT, que seja pautada na próxima reunião essa questão novamente para discussão.  
7831 Dou essa questão por encerrada. Nossa segunda votação, se quiserem debater essa questão da  
7832 minuta, Rafael, colocar novamente, para debatermos a questão da minuta da resolução.

7833

7834 Rafael – Só uma dúvida, Lucas, você sugeriu, se você tinha pensado alguma... para avançarmos  
7835 na próxima reunião.

7836

7837 Lucas Grilo – Eu sugeriria que ela fosse proposta pela mesa diretora, na próxima reunião. A  
7838 própria mesa trabalharia nisso até lá, o que facilitaria um processo de consulta à nossa  
7839 consultoria jurídica do ministério, anterior. Já apresentaríamos, enquanto mesa diretora, uma  
7840 proposta que estaria alinhada a nível de mesa e do ministério. O pleno votaria.

7841

7842 Vitória – Colocar em votação. Seria uma minuta de resolução, é um adendo?

7843

7844 Lucas Grilo – Processamento das representações, porque não temos ainda uma normatização a  
7845 nível de comitê.

7846

7847 Vitória – Estaríamos falando em alterar a resolução?

7848

7849 Lucas Grilo – Não existe resolução. É uma nova resolução.

7850

7851 Vitória – Uma nova resolução, especifica para isso. É uma resolução justamente para o fluxo  
7852 de denúncias que o comitê vai receber, poderá receber contra. Vamos colocar em votação a  
7853 questão de fazermos, começarmos, enquanto mesa diretora... Caio, você está inscrito para falar?

7854

7855 Caio – Eu acho que não é interessante fazermos, por mais que seja necessário, uma resolução  
7856 para criar um procedimento, sendo que já foi sinalizado aqui a necessidade de fazer uma  
7857 reforma regimental. Incluímos procedimentos no novo regimento.

7858

7859 Vitória – Entendi. Quando formos debater a questão do novo regimento, seria interessante  
7860 incluir esse fluxo de denúncias no nosso regimento. Como não está pautada nessa reunião,  
7861 ficaria para a próxima reunião.

7862

7863 Sávio – Concordo que seria oportuno, mas lembrando que foi decidido aqui que não se faria  
7864 uma edição do regimento por agora, não se mexeria.

7865

7866 Caio – Não estou sugerindo isso não. Só coloquei minha opinião porque agora vamos votar um  
7867 encaminhamento para que a mesa diretora, ou seja, nós quatro, o colega aqui também, que  
7868 começemos a redigir uma minuta de uma resolução eu vai criar um procedimento. Eu acho que  
7869 essa não é a melhor saída, a princípio, de resolução, de nota, do que for. Só estou colocando  
7870 essa questão: acho que não podemos, em conjunto, deliberar para nós quatro fazermos alguma  
7871 coisa desse gênero. Eu dei minha opinião de que talvez fosse mais produtivo que isso fosse  
7872 matéria de um eventual novo regimento. Só isso.

7873

7874 Vitória – Essa é a questão, porque foi a questão que o Lucas colocou justamente, de que como  
7875 o nosso regimento não está pautado para discussão, colchoaria essa discussão num limbo de  
7876 que não estaríamos enfrentando a questão da minuta de uma resolução para fluxo de denúncias.

7877 Por isso que, quando eu falei em três encaminhamentos é, justamente porque um  
7878 encaminhamento acabaria colocando essa proposta do Lucas em um momento de não análise  
7879 agora, mas nem previsão de análise. Porque, um a gente encerra, no outro encaminhamos e, no  
7880 outro, basicamente não estamos fazendo nada sobre isso. Por isso os três encaminhamentos.  
7881 Não sei se está sendo clara.

7882

7883 Matheus – Acho que não foi clara. O Lucas fez a proposta de resolução. É sim ou não, não tem  
7884 terceira.

7885

7886 Vitória – Por mim, pode ser dois encaminhamentos, fica mais fácil. Aqueles a favor dessa  
7887 proposta, porque nada impede que essa proposta, imagino, Lucas, seja apresentada por qualquer  
7888 membro do CNPCT, na próxima reunião, e vamos ter que votar sobre isso, encarar isso. Mas,  
7889 agora, formação específica de um grupo de trabalho sobre isso, pode ser posta em votação já.  
7890 Os dois encaminhamentos têm que ser claros. Por favor, Cândida. Cândida, desculpa, o Marcelo  
7891 estava inscrito.

7892

7893 Marcelo – Eu acho que é isso. Como o Caio falou, qualquer membro pode encaminhar, pode  
7894 propor uma resolução. Mas, especificamente em relação a essa natureza do conteúdo dessa  
7895 resolução que o Lucas nos traz, começamos a discutir coisas muito delicadas em relação a isso.  
7896 Isso aqui não é uma banca que deve se nortear somente por um fluxo burocrático. Tem questões  
7897 da nossa natureza, tem questões do que é a nossa missão de proteção, de autonomia. Para mim,  
7898 eu acho que é botar o carro na frente dos bois. Todo mundo tem direito, mas, no meu  
7899 entendimento, é bota o carro na frente dos bois, porque é a primeira vez que estou vendo, que  
7900 me corrijam os mais antigos, que nos debruçamos sobre uma situação como essa, sabemos da  
7901 natureza delicada do trabalho dos peritos e, sem mesmo discutir o que chega para nós agora,  
7902 que não vamos fazer sem sair dessa reunião, vamos deliberar uma resolução para decidir sobre  
7903 isso. Acho que seria uma antecipação. Depois da próxima reunião, talvez, nos debruçando sobre  
7904 o que vem aí, pode ser que os membros do comitê sejam melhor instruídos para como eles  
7905 devem normatizar – porque acho que essa é a preocupação do Lucas – o fluxo de alguma coisa  
7906 que chega no colegiado.

7907

7908 Matheus – Marcelo, você pode aplicar por analogia o serviço público federal. (Intervenção  
7909 simultânea). Acho que ajuda ele. Acho que é isso. No final das contas, na natureza do horário

7910 também, a parte do horário, que possamos votar. O Lucas tem direito de propor, mas eu seria  
7911 radicalmente contra pensar que vamos deliberar uma resolução no momento, mesmo que seja  
7912 só para a construção dela, sem atravessarmos a próxima reunião. Na próxima reunião, talvez  
7913 faça sentido isso. Mas, agora, acho que não.

7914  
7915 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Na verdade, Marcelo, porque a motivação? Porque não temos  
7916 subsídios e temos uma fragilidade. Não quer dizer, não sei, não entendo, é a primeira vez que  
7917 chega uma denúncia, pelo que vocês estão falando, que se submete. Essa questão da autonomia  
7918 não está muito clara para mim, vou até me debruçar para estudar um pouco mais. Mas, essa  
7919 autonomia não isenta a humanidade, como qualquer outro profissional ou servidor.  
7920 Possivelmente, não ausenta a imunidade. Por esse pressuposto que o ministério estava me  
7921 cobrando seguir o rito do processo administrativo ou sindicância, que reza a oito mil cento e  
7922 doze. E, na dúvida, porque chegou para mim sem qualquer subsidio para juízo de  
7923 admissibilidade, por isso que cumprimos isso daqui, na ausência. Por isso que eu entendo, talvez  
7924 se tenha a urgência para ter o embasamento, uma fundamentação para qualquer prosseguimento  
7925 que seja dado.

7926  
7927 Vitória – Marcelo, está inscrito?

7928  
7929 Marcelo – Acho que está posto. Se o Lucas insiste no encaminhamento, votamos.

7930  
7931 Vitória – Desculpa, é o Caio.

7932  
7933 Caio – Eu acho que sim, que é muito necessário ter parâmetros seguros para processarmos esse  
7934 tipo de denúncia. Concordo com o Lucas. O que eu não concordo é, como eu disse antes, que a  
7935 plenária determine que a mesa diretora faça isso, acho que esse não é um dos poderes do pleno.  
7936 O que eu sugeriria é: podemos pensar num grupo de trabalho, muito mais amplo, formado de  
7937 forma mais plural, por membros e, não só a mesa diretora, para propor algo. Contudo, o que eu  
7938 fiquei pensando é: vamos aprovar hoje o encaminhamento para a mesa fazer uma minuta, na  
7939 próxima reunião essa minuta vai chegar. Quem vai decidir a ordem da pauta, para saber se,  
7940 primeiro, aprovamos a minuta com o procedimento e, depois, julgamos isso aqui. Ou, vamos  
7941 julgar primeiro, sem critério nenhum, depois aprovamos a minuta? Isso eu fico na dúvida, e  
7942 gostaria que debatêssemos qual a melhor forma de fazer isso.

7943

7944 Vitória – Alexandre.

7945

7946 Alexandre – Eu só queria pontar que a fixação de uma norma, para o procedimento de análise  
7947 desse caso pode ser, inclusive, uma garantia, no sentido da independência, da atuação dos  
7948 peritos do mecanismo. Porque, se você tem um processo bem estabelecido para fluxo de  
7949 encaminhamento dessas denúncias, você pode inclusive evitar arbitrariedades. É interessante  
7950 que haja um trabalho, no sentido de estabelecer bem esse fluxo. Não me parece que isso seja  
7951 um impeditivo. Só queria dissociar do fato que ocorreu, porque a norma de processo vai se  
7952 aplicar ao fato quando ele ocorre, as denúncias já foram apresentadas. Qualquer norma ou  
7953 processo que seja estabelecida depois, não vai poder se aplicar ao caso que está em tela. Eu  
7954 acho que, para mim, na minha cabeça, é absolutamente claro, são duas coisas independentes, a  
7955 análise da matéria, das denúncias que já foram apresentadas, o que ficou já definido, pelo que  
7956 eu entendi já foi feita a votação e já se entendeu: vamos deixar para a próxima reunião, para  
7957 analisar se é o caso designar a relatoria. A partir disso, o estabelecimento de uma resolução que  
7958 discipline o fluxo de encaminhamento dessas denúncias é uma matéria muito complexa. Eu  
7959 acho que é pertinente a formação de um grupo de trabalho para legislação de processo  
7960 administrativo disciplinar, com relação do comitê com o ministério dos Direitos Humanos, em  
7961 relação à essa matéria, exercício do poder disciplinar, tudo isso, precisa ser formada uma  
7962 comissão para analisar isso, com tempo inclusive. Eu não diria que, para a próxima sessão,  
7963 talvez, chamaria para umas duas ou três sessões. Como eu digo, não associem uma coisa à outra.  
7964 Acho que o fluxo das denúncias que estão aí, já foi definido, na próxima reunião, se vai ou não  
7965 se designar um relator e, à par disso, se pode começar a construir uma resolução que discipline  
7966 o fluxo de eventuais outras denúncias.

7967

7968 Lucas Grilo – De acordo. Entendo que, como estamos estabelecendo fluxo, é questão  
7969 procedimental ou processual, não há prejuízo para que sejam aplicadas às representações já  
7970 recebidas. Isso, até para facilitar o trabalho do comitê na próxima reunião. Porque, se  
7971 aprovamos o fluxo antes de deliberar sobre as representações, já nos dá mais segurança, se  
7972 criamos um grupo de trabalho, se designamos relatoria. Porque, de todo modo, acho que é  
7973 importante a celeridade, porque essas representações já foram apresentadas e temos o  
7974 compromisso, a nível de comitê e de ministério, de darmos os encaminhamentos. Eu reitero o  
7975 que eu disse antes: seja no sentido de arquivamento, porque é uma denúncia inepta, uma

7976 representação inepta, seja no sentido de processamento, de instrução ou aprovação da  
7977 representação, acho que temos que tomar as providências e a criação do fluxo é o básico.  
7978 Temos o fluxo do processamento dessas representações, é o básico, é o mínimo que  
7979 poderíamos, por hora, estabelecer.

7980

7981 Vitória – Eu vou tentar encerrar isso, dar encaminhamento, encaminhar para a votação, porque  
7982 temos ainda a questão do ofício para ser votada. Especificamente em relação à elaboração de  
7983 minuta de resolução, para dar conta do fluxo de denúncias que o comitê pode vir a receber,  
7984 temos que votar por dois encaminhamentos. Estamos decidindo – não sei se fazemos grupo de  
7985 trabalho para a próxima reunião – pela elaboração ou pela não elaboração dessa minuta. Me  
7986 corrijam se eu estiver errada.

7987

7988 Marcelo - É só um detalhe: podemos até votar, mas ninguém vai tirar o direito do Lucas, nem  
7989 ninguém apresentar uma minuta de resolução. (Intervenção fora do microfone). É porque é meio  
7990 esdrúxulo, porque vamos ter que votar alguma coisa, que algumas pessoas já se posicionaram  
7991 que seriam contrários. Isso não vai tirar a possibilidade do Lucas apresentar essa minuta. Os  
7992 argumentos do Lucas estão postos, mas, pelo menos, a sociedade civil está se colocando: nesse  
7993 momento, deliberar por isso, Lucas, não vamos colocar isso como decisão do pleno. Isso não  
7994 tira o direito de você trazer essa minuta e apresentar para nós na próxima, vamos ter que ler,  
7995 não vamos cercear seu direito não.

7996

7997 Vitória – Lucas.

7998

7999 Lucas Grilo – Entendi perfeitamente. Eu não falo nem a possibilidade de eu apresentar uma  
8000 minuta, ou qualquer outro membro do comitê, isso é possível, sem dúvida. Mas, a partir da  
8001 formação de um grupo de trabalho para isso, com a composição paritária entre membros de  
8002 governo e sociedade civil, ou mesmo à mesa diretora, que já é paritária, facilitaria a aprovação  
8003 na próxima reunião. Senão, iríamos deliberar sobre várias minutas, eventuais minutas, íamos  
8004 perder tempo nisso quando, na verdade, não iria haver um consenso por parte do comitê. Talvez,  
8005 com um grupo de trabalho paritário, isso seja facilitado. Esse é o meu posicionamento, acho  
8006 que podemos, na próxima reunião, trabalhar e aprovar essa resolução.

8007

8008 Marcelo – Eu peço para encaminharmos a votação.

8009

8010 Vitória – Silvia, vou dar a fala para você e encaminhamos isso para a votação, pelo amor de  
8011 Deus.

8012

8013 Silvia – Achei que a colocação do Alexandre, super pertinente. Eu acho que ter algum tipo de  
8014 fluxo, parâmetro, ajuda muito nesses casos. Para mim, a discussão parecia mais a questão de  
8015 grupo de trabalho ou mesa diretora, na minha opinião, acho que um grupo de trabalho, como  
8016 falou, paritário, plural. Pode discutir se vai ser paritário, maioria da sociedade civil, ou não. Não  
8017 sei. Mas, para começar a discutir isso sem, talvez, tanta pressa. Mas, começar, porque acho que  
8018 urge, que é urgente. Mas, como o Alexandre falou, talvez não se esgote na próxima reunião,  
8019 porque é realmente um procedimento complexo. Mas, diria que faria bastante sentido para o  
8020 comitê pensar em ter esse parâmetro, esses fluxos claros para o comitê entender até como  
8021 trabalhar e, acho que um grupo de trabalho plural, diverso, seria uma maneira interessante de  
8022 fazê-lo. Não sei se seria a mesa diretora, um grupo de trabalho separado para isso, e trazer para  
8023 o colegiado, seria uma discussão para a próxima reunião, talvez tivesse que se estender para a  
8024 próxima, para as seguintes, não sei. Mas, eu vejo como uma boa proposta, um pouco seguindo  
8025 a linha do que tinha o Alexandre já colocado.

8026

8027 Vitória – Resumindo os encaminhamentos, agora com as novas colocações do Lucas, seria pela  
8028 formação agora de um grupo de trabalho, para já trabalhar na minuta dessa resolução. Seria  
8029 mais (intervenção simultânea). Esse é o primeiro encaminhamento, pela formação agora de um  
8030 grupo de trabalho, para já trabalhar em cima da resolução a apresentar na próxima reunião, que  
8031 temos que marcar. O segundo encaminhamento, segunda votação, seria pela não formação de  
8032 um grupo de trabalho, para não trabalhar em resolução nenhuma, seriam divergentes. Posso  
8033 colocar isso em votação? Todos estão contemplados? Que levantem a mão agora todos aqueles  
8034 e todas aquelas, pela formação agora de um grupo de trabalho, para que se apresente na próxima  
8035 reunião uma minuta, uma proposta de resolução sobre o fluxo de denúncias recebidas pelo  
8036 CNPCT.

8037

8038 Caio – Desculpa, isso não contemplou a proposta do Alexandre. (Intervenção simultânea). Não  
8039 foi isso que o Alexandre colocou.

8040

8041 Alexandre – Desculpa, Vitória, só esclarecer. Eu acho que a complexidade... não sei qual o  
8042 prazo da próxima reunião. (Intervenção simultânea). Ainda não está fixada. Não é uma matéria  
8043 de rápida discussão. A uma série de elementos (intervenção simultânea).

8044

8045 Vitória – Me parece que vai iniciar a discussão na próxima reunião, mas não tem garantia  
8046 nenhuma que vai ser aprovada, claro, Lucas, podemos prolongar essa discussão. É uma questão  
8047 muito relevante. Eu acho que o Lucas pode sugerir, posso sugerir em seu nome? Na próxima  
8048 reunião seja posto, mas não temos nenhuma garantia que, com os comentários e considerações,  
8049 consigamos aprovar, Lucas, não conseguimos prever o futuro.

8050

8051 Lucas Grilo - Claro, eu não posso falar pelo comitê, não posso dizer que isso vai ser aprovado.  
8052 Mas, acho que, com uma composição, uma apresentação a partir da mesa, ou grupo de trabalho  
8053 paritário, ficaria mais fácil a aprovação, porque já teríamos colhidos os subsídios, comentários  
8054 de ambos os lados, tanto governo como sociedade civil. Mas, como já disse, fluxo é o básico,  
8055 não estamos falando de mérito de nenhuma das representações, nesse caso. Só testamos criando  
8056 um fluxo para nos dar segurança nas próximas. Eu acho importante a questão da celeridade e  
8057 da eficiência no processamento dessas representações e na criação do fluxo, porque se as  
8058 representações forem ineptas, elas continuarão pesando sobre os ombros do mecanismo, sem  
8059 que sejam rechaçadas pelo comitê, no caso de serem ineptas. Até isso temos que levar em  
8060 consideração. E se elas já puderem ser rechaçadas de pronto, e estamos postergando algo que  
8061 talvez até pese na imagem dos peritos do mecanismo, e o comitê não está deliberando a  
8062 respeito?

8063

8064 Alexandre – Mais uma manifestação que eu entendo que esse comitê, na próxima reunião, se  
8065 entender que essas manifestações, essas denúncias que já estão aí apresentadas, são ineptas, ele  
8066 pode simplesmente rejeita-las, justamente porque não existe um fluxo estabelecido hoje, se  
8067 tratarem de meras inconformidades, se não tiver um conteúdo de violação de algum dever  
8068 disciplinar, o comitê pode rejeita-la de plano. Não entendo que, para isso, seja necessário definir  
8069 um fluxo. No direito administrativo disciplinar se aplica, por analogia, alguns princípios do  
8070 processo penal. Se eu cometo um crime hoje, eu sou denunciado, e estamos nessa fase, pelo que  
8071 eu entendo. O recebimento dessa denúncia, a apreciação disso vai seguir a norma do processo  
8072 que vai estar vigente agora, vou ter que buscar o parâmetro, vou ter que interpretar a legislação  
8073 que está vigente, não posso criar um processo novo para o que está aí. Por isso que eu digo que

8074 a discussão da resolução, a meu ver, é uma discussão de médio, longo prazo, mas é uma  
8075 discussão ponderada, que não tem relação com a apreciação dos casos que já estão aí.

8076

8077 Vitória – Lucas está inscrito também, você levantou e baixou. Me parece que tem, novamente,  
8078 posição conflitante aqui, porque seria o caso, inclusive de, na reunião que vem, ponderar que  
8079 não estaríamos ponderando esse fluxo às denúncias que nós, possivelmente, analisaremos na  
8080 próxima reunião, daqui há dois meses.

8081

8082 Interlocutor não se identificou – Acho que isso está pressuposto. A observação é ótima, mas  
8083 acho que isso está pressuposto, são discussões separadas, como o Alexandre está colocando.  
8084 Vamos para a votação e vamos seguir.

8085

8086 Lucas Grilo – Um último destaque. Eu concordo com o Alexandre, se forem denúncias  
8087 absolutamente sem fundamento, elas podem ser de pronto rechaçadas pelo comitê, não vejo  
8088 prejuízo em relação a isso. Mas, no caso contrário, como ficaríamos? Não podemos aprovar  
8089 algum tipo de sanção aos peritos do mecanismo, já na próxima reunião sem termos um fluxo,  
8090 acho isso um pouco seguro e temerário. Teríamos que ter um fluxo antes. Por isso que falo, é  
8091 importante aprovarmos uma resolução nesse sentido. Como vai ser, se há um processamento,  
8092 se há a formação de relatoria ou grupo de trabalho, nós discutimos. Mas é importante termos  
8093 alguma segurança nesse sentido.

8094

8095 Matheus – Marcelo, posso dar uma ajuda técnica par ao Lucas, rapidinho? O que o Alexandre  
8096 colocou é o seguinte: Tribunal de Nuremberg, por exemplo, é um tribunal de exceção, ele foi  
8097 criado após o nazismo, o que chamamos de juiz natural, de tribunal de exceção à constituição.

8098

8099 Lucas Grilo – O comitê já está criado.

8100

8101 Matheus – O comitê já está criado, mas não tem um procedimento. Para esses casos contratos  
8102 pretéritos, o comitê pode entender que vai usar, por analogia, o juízo federal, o que existe hoje.  
8103 Uma nova resolução, mesmo que seja na próxima reunião, não vai poder ser usada por fatos  
8104 pretéritos. Essa é a questão.

8105

8106 Marcelo – Eu queria seguir para encaminhar para a votação, mas queria registrar mais uma vez  
8107 a delicadeza. Uma normatização dessa, estamos recebendo aqui agora, por exemplo. Assistimos  
8108 ontem à apresentação da inspeção nesse lugar da denúncia. Tivemos oportunidade de ver o mau  
8109 de perto. Devemos zelar para garantir o direito do acesso e, de que esses peritos, ou outros  
8110 peritos, continuem tendo acesso e liberdade. Vamos criar uma normatização que vai, com  
8111 certeza, ter um efeito cascata. Não estamos tirando o direito de ninguém, as pessoas que tem  
8112 seus direitos, sentem prejudicadas, tem várias instancias. Mas a questão é que essa instancia,  
8113 que deveria zelar pelo... vamos contrair a reponsabilidade para ficar fiscalização ou, cerceando  
8114 eventualmente ou, punindo o trabalho dos peritos. Vamos para a votação. Estou querendo só  
8115 lembrar isso, qual é a natureza que estamos aqui e, isso pode transformar... ou então, estamos  
8116 trazendo todas as responsabilidades do direito de as pessoas recorrerem ao que elas se acham  
8117 prejudicadas ao comitê?

8118

8119 Vitória – Lucas.

8120

8121 Lucas Grilo – Para fechar. Eu entendo que não há prejuízo de ser aplicado esse fluxo às  
8122 representações já recebidas, porque não vamos estar criando novas penalidades, novas sanções.  
8123 A lei brasileira é clara, ao dizer que a lei penal em prejuízo do réu, não retroage, só a lei benéfica.  
8124 Só estamos criando fluxo. E as normas processuais se aplicam a atos pendentes. Eu entendo  
8125 que até facilitaria o trabalho para nós. Essa é também uma discussão prematura, podemos  
8126 discutir na próxima reunião se vamos aplicar ou não, mas, pelo menos, deixar estabelecida que  
8127 vão haver a resolução para ser deliberada pelo plenário, na próxima reunião do comitê.

8128

8129 Vitória – Eu vou fazer a apresentação. Caio, não sei se está inscrito para falar, mas eu não vou  
8130 te dar a palavra, estou usando minha prerrogativa para tocar isso adiante. Caio, desculpa, não é  
8131 pessoal, mas temos que tocar essa pauta. Estou dando duas hipóteses de votação. Me corrijam  
8132 novamente se eu estiver errada. Uma, é pela menção do Lucas, que estabeleçamos um grupo de  
8133 trabalho ou mesa diretora. Eu vou colocar grupo de trabalho, pode ser, senão é mais uma coisa  
8134 para votar. Grupo de trabalho, que vai trabalhar na minuta de uma resolução para ser  
8135 apresentada na próxima reunião. Te contemplo? Essa é a posição do Lucas. A outra hipótese, é  
8136 que nós não vamos compor um grupo de trabalho e, na próxima reunião, isso pode ser pautado  
8137 novamente para discussão, mas, agora, não tem grupo de trabalho e não vai ter elaboração de  
8138 minuta. É essa a segunda hipótese? Contemplados? (Intervenção fora do microfone). Se estiver

8139 na pauta, tem que discutir a pauta. Todos aqueles e aquelas, favoráveis à composição agora de  
8140 um grupo de trabalho, para que se apresente na próxima reunião uma minuta de resolução sobre  
8141 o fluxo de denúncias recebidas pelo CNPCT, levantem a mão. Quem vai contar? Só uma rodada  
8142 de microfones, por favor. Lucas, SNPGR, Ministério da Defesa, MEC, SNPIR, Cidadania, Saúde,  
8143 Secretaria Geral. Todos aqueles contrários a esse encaminhamento, ou seja, pelas não  
8144 elaboração da minuta nesse momento e, nem pela composição de grupo de trabalho, por favor,  
8145 levantem a mão e falem uma rodada ao microfone. CFP, MNU, RENILA, Justiça Global,  
8146 UFRN, EDUCAFRO, CONECTAS, SOMOS, Conselho Federal da OAB. Por nove votos a  
8147 sete, nós votamos agora pela não formação de grupo de trabalho e não encaminhamento dessa  
8148 minuta de resolução. Tem abstenções? Dou essa pauta por encerrada. MNU?

8149

8150 Yeda – Só para avisar aos pares que estou indo, por conta do meu horário. Até a próxima.

8151

8152 Vitória – Yeda, nós agradecemos sua presença. Até a próxima.

8153

8154 Yeda – Eu que agradeço. MNU sempre na luta, contra todo tipo de tortura.

8155

8156 Vitória – Nossa última votação antes da pausa par ao almoço, é em relação específica ao ofício.  
8157 Se esse comitê irá encaminhar ofício ao ministério, inclusive como uma forma de  
8158 fortalecimento ao trabalho da secretaria executiva, para darmos segmento se seria nossa  
8159 competência, ou não, nesse momento, fazer a análise e o prosseguimento de denúncias  
8160 recebidas pelo comitê.

8161

8162 Sávio – Só uma questão de ordem que eu queria sinalizar. Nós temos que aproveitar a presença  
8163 do consultor jurídico para apresentar alguns dados.

8164

8165 Vitória – Vamos aproveitar, vou encerrar isso aqui entra ele.

8166

8167 Sávio – Já manifesto que ficamos estendendo o horário, tanto na hora do almoço, como depois,  
8168 acho que interfere nos trabalhos. Acho que temos que pautar para as próximas reuniões, iniciar  
8169 no horário, parar meio dia, parar as quatorze. Ontem, até sete e meia. Eu acho que acaba  
8170 atrapalhando o fluxo.

8171

8172 Vitória – Com certeza. É uma questão que nos alongamos nas discussões e temos que começar  
8173 a cronometrar melhor nosso tempo. Por isso que fui certa com o Caio, de não deixar ele falar,  
8174 porque estamos alongando muito e sobrou para ele. Desculpa Caio. Mas, vamos agora votar a  
8175 questão do ofício. Também temos a possibilidade de oficiar ao ministério, alegando a nossa  
8176 competência ou, pedindo para que ele aguarde nossa deliberação para que de um  
8177 encaminhamento. Isso seria um subsídio para que a secretária executiva consiga se explicar,  
8178 dar esclarecimento e ganhar um tempo nessa questão. (Intervenção fora do microfone).  
8179 Informamos que estamos discutindo isso, que foi pautado para a próxima reunião, pedindo que  
8180 aguarde a nossa deliberação, para que de encaminhamento que achar necessário.

8181  
8182 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Considerando que trouxemos o assunto para a pauta, Marcelo.

8183  
8184 Vitória – Nós temos dois posicionamentos possíveis. Matheus.

8185  
8186 Matheus – O que eu acho, eu presumo que, em relação a pedir para ela suspender, é consenso  
8187 entre todos, presumo isso. O que eu sugeri é que oficiemos, entendendo que cabe a este comitê  
8188 análise dessas questões. A minha sugestão foi essa.

8189  
8190 Vitória – Então, é uma questão de competência também.

8191  
8192 Lucas Grilo – Nesse caso, é temerário, porque nesse caso estejamos estabelecendo  
8193 competências que, de fato, não são do comitê, e precisaríamos descobrir que competências são  
8194 essas. Estamos falando de, pelo menos, três leis que se aplicam aos peritos. Esse é um dos ônus  
8195 de você ocupar essas duas funções públicas, eles são peritos e assessores, exercem um cargo  
8196 em comissão. Vamos ter a lei oito mil centos e doze, a lei oito quatro dois nove, lei de  
8197 improbidade administrativa, o código de ética do servidor público federal. A pergunta é: o  
8198 comitê tem competência para deliberar a respeito disso tudo? Não tem. Acho temerário  
8199 fixarmos competências no comitê, isso é inócuo.

8200  
8201 Vitória – Rafael.

8202  
8203 Rafael – O colega acabou de falar sobre o horário. O governo insiste nessa questão, já que está  
8204 sendo reaberto pelo Lucas, vamos reabrir. A proposta, a sugestão que o Matheus fez, para não

8205 entrar em polemica, e a minha proposta, é que esse ofício saia sim, reafirmando a competência  
8206 do colegiado. O colegiado é pleno, é legitimado para isso, conforme a lei federal, conforme  
8207 todas as resoluções, as normas infralegais, a deliberar sobre as missões dos peritos. Vale  
8208 lembrar, a composição do comitê, privilegiando a composição com o estado, é exatamente para  
8209 isso, para garantir a imparcialidade do comitê e para privilegiar o debate de visões, muitas vezes  
8210 antagônicas. Insisto, o trabalho dos peritos, a avaliação desse trabalho é uma das principais  
8211 funções do comitê, senão não precisava ter comitê, na verdade. Toda a lógica da normativa é  
8212 exatamente essa, é a “gestão” do trabalho do mecanismo. Portanto, somos competentes sim.  
8213 Insisto, se houve essa tentativa, essa visão de parte dos servidores públicos, em relação a um  
8214 outro entendimento, é porque eles estão mal informados sobre isso. Fica até uma sugestão para,  
8215 de repente, a ministra Damares fazer algum tipo de informação e sensibilização dos servidores,  
8216 sobre qual é o papel desse órgão. A proposta que está sendo colocada pela sociedade civil, de  
8217 acordo, é um ofício, reafirmando a competência do comitê, para avaliar esse tipo de questão.

8218

8219 Vitória – Sávio.

8220

8221 Sávio – O que se colocou aqui foi uma proposta mais moderada. Moderada no sentido de  
8222 manifestar para o ministério que esse comitê vai se debruçar sobre o assunto. Nós estamos  
8223 ciência agora. Lembrando que toda a decisão, eu acho preliminar falar de competência, acho  
8224 que devemos analisar todo o arcabouço legal e manifestar sobre competência, mas de forma  
8225 fundamentada. Eu não posso apenas apresentar: eu sou competente. Cadê o fundamento para a  
8226 minha competente? Nós precisamos fundamentar. Não adianta colocar: eu sou competente.  
8227 Cadê o fundamento? Temos que botar todos os artigos, a exclusão dos demais. E isso,  
8228 precisamos de tempo, precisamos analisar e precisamos redigir. O que está se propondo é mais  
8229 decisão moderada desse comitê, no sentido de que manifeste para o ministério que nós  
8230 recebemos o informe, recebemos a documentação e, que aguarde essa análise do comitê e a  
8231 manifestação do comitê. Talvez, até nessa manifestação, o comitê, analisando todo o arcabouço,  
8232 nós entendemos que a competência para análise e processamento é desse comitê. Mas, no  
8233 momento oportuno, com fundamental. Essa é a minha proposta.

8234

8235 Vitória – Marcelo.

8236

8237 Marcelo – Eu acho que devíamos cuidar de nós um pouco, se não vamos estar nos torturando.  
8238 A questão do horário do almoço. Botarmos um teto para nós mesmos, senão não vamos...

8239

8240 Vitória - A questão são as inscrições de fala. Eu tenho que respeitar e não deixar ninguém sem  
8241 falar aqui. Mas, quanto mais placas levantarem, mais demorada vai ficar a reunião.

8242

8243 Marcelo – Sávio, só para lembrar, uma coisa não vai impedir a outra, não há contradição.

8244 Voltamos para a discussão de ontem. Se concordamos, podemos ser breves, podemos tentar se

8245 pragmáticos. Vamos para a votação e evocamos ontem, Sávio, que pode ser apresentado o

8246 conteúdo no final da reunião. Discutimos o mérito agora: faz, não faz. O colega Rafael e, até

8247 eu, que me coloquei encaminhando junto com ele, apresentamos esse ofício para ser aprovado

8248 o conteúdo dele no final. Simples assim.

8249

8250 Vitória – Tatiana, quer falar?

8251

8252 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Lembrando que, a depender do conteúdo, para respaldo

8253 interno, eu vou submeter ao assessoramento jurídico interno. Até para não criar

8254 constrangimentos, porque depois pode ser configurado, porque cada passo é considerado

8255 retaliação. A depender do conteúdo, eu vou ter que submeter à consultoria jurídica e, se tiver

8256 encaminhamento divergente, pode ser que me obrigue a seguir somente, explicitamente, a

8257 norma com relação à oito mil cento e doze, que seria o encaminhamento, fazer a

8258 admissibilidade, encaminhamento e sindicância.

8259

8260 Marcelo – Não estamos pedindo para ser aprovado na integração que vamos trazer não. Vai ser

8261 submetido, com certeza.

8262

8263 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Por isso que eu acho importante esse aprofundamento um

8264 pouco mais embasado sugerido. Mas, se vocês conseguirem fazer, Rafael, Marcelo, trazer a

8265 minuta e a fundamentação, nós apreciamos.

8266

8267 Caio – A minha sugestão no meio é a seguinte, escrevermos algo mais ou menos nesse tom:

8268 considerando que o comitê tem competência para pensar, ou decidir, questões disciplinares,

8269 referentes ao mecanismo, considerando a necessidade de o plenário debater e aprofundar a

8270 questão, solicitamos a vossa senhoria que suspenda, que aguarde, nova informação, no prazo  
8271 de (...) ou, após a próxima reunião do comitê.

8272

8273 Vitória – Cândida.

8274

8275 Cândida – Uma questão. Não sei, se for assim, nosso pleito vai ser atendido porque, pelo menos,  
8276 com relação à denúncia do ministério público, a representação – que não terminei de ver ainda  
8277 -, a primeira solicitação aqui, requisita, no prazo de dez dias uteis, informações  
8278 circunstanciadas. Eu não sei se a data e o tempo...

8279

8280 Vitória – Essa é do ministério público? (Intervenção fora do microfone). Implica em  
8281 desobediência. (Intervenção fora do microfone). Porque a providencia pode ser essa  
8282 providencia aqui.

8283

8284 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Se for tomada ou dada alguma providencia, a coordenação da  
8285 área encaminha também, para não entrar no mérito da denúncia, não voltar novamente.

8286

8287 Cândida – Na verdade, é datado de onze de junho, agora que vi aqui.

8288

8289 Vitória – Célia. Não? Então, podemos dar encaminhamento a essa proposta do meio, que o Caio  
8290 propôs? Que nós, enquanto CNPCT, considerando que o comitê tem competência para pensar  
8291 ou decidir questões disciplinares relativas ao mecanismo, estaríamos pedindo que se aguarde o  
8292 encaminhamento dessas denúncias, até a nossa deliberação na próxima reunião. Caio, é isso  
8293 mesmo? Essa é a primeira sugestão.

8294

8295 Caio – Nós solicitamos que aguarde até o próximo encontro, quando então teremos  
8296 amadurecido essa questão e deliberaremos sobre isso. Mas, qualquer coisa, está na degravação  
8297 também.

8298

8299 Interlocutor não se identificou – Eu sugiro que seja escrito no documento que o pleno, reunido  
8300 em outubro de dois mil e dezenove, essa foi a primeira do ano. Para não parecer que somos nós  
8301 que estamos demorando com tudo.

8302

8303 Caio – Se eu puder adicionar uma questão, isso que recebemos não é uma denúncia. Nós não  
8304 recebemos denúncia, nós recebemos um pedido de informações. A mesma resposta podemos  
8305 dar para o ministério público da União, que é dizer: nós estamos em outubro, como o colega  
8306 disse, nós recebemos isso aqui em junho, o comitê estava inoperante no momento, e precisamos  
8307 de tempo para responder essa solicitação, pois o plenário do comitê tem dúvidas acerca do  
8308 alcance da sua competência disciplinar sobre o mecanismo.

8309  
8310 Vitória – Ótimo. Essa é uma resposta possível. Vamos colocar em votação agora. Se ninguém  
8311 mais tiver... essas placas levantadas, não sei se é inscrição antiga, nova, mas estou indeferindo  
8312 as falas nesse momento. Vamos colocar em votação sobre, especificamente, o encaminhamento  
8313 desse ofício, em que conste que nós, enquanto comitê, consideramos que temos competência  
8314 para pensar e decidir questões relativas a denúncias contra o mecanismo e suas missões. Que  
8315 nós pedimos que se aguarde a nossa deliberação na próxima reunião, para que se possa, com a  
8316 nossa consideração, dar ou não encaminhamento administrativo a essas denúncias recebidas,  
8317 tendo em vista que essa é a primeira reunião do nosso biênio, inclusive. É a primeira reunião  
8318 do CNPCT. Todos a favor desse encaminhamento, levantem a mão? Só um minutinho que a  
8319 Carol vai registrar. Falem o nome das pessoas no microfone por favor. (Inaudível), CFP,  
8320 Conselho Federal da OAB, SOMOS, EDUCAFRO, Justiça Global.

8321  
8322 Carolina – Desculpa, só para fazer o registro direitinho. UFRN, CFP, CFOAB, SOMOS,  
8323 EDUCAFRO, Justiça Global e RENILA,

8324  
8325 Vitória – Contrários, por favor, levantem a mão e falem ao microfone. SNPG, MEC, SNPIR,  
8326 Cidadania, Saúde, SG. Ao microfone agora, por favor, as abstenções. CONECTAS. Uma  
8327 abstenção do CONECTAS. Carol, se puder contar os outros. Sete favoráveis, seis contra, e uma  
8328 abstenção. Eu dou por aprovado esse encaminhamento de ofício.

8329  
8330 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Nosso consultor jurídico, o Thiago, veio aqui trazer  
8331 esclarecimento sobre a dúvida sobre o meu papel como ministra, enquanto a ministra titular  
8332 está fora do país.

8333  
8334 Thiago – Bom dia senhores, desculpa a minha fala a essa hora, todos cansados, conforme. Me  
8335 apresentar rapidamente. Thiago, consultor jurídico do ministério e, conseqüentemente, sou

8336 consultor jurídico dos senhores. Estamos lá disponíveis, eu, uma equipe, para estudos e  
8337 assessoramento jurídicos de todas as espécies. Vim hoje aqui por conta de ter sido levantada  
8338 essa dúvida, acionamentos a equipe interna, reafirmamos uma orientação da subsecretaria de  
8339 assuntos jurídicos da própria presidência. A nossa posição é opinativa, logicamente, a  
8340 consultoria jurídica não nos vincula, isso dá toda liberdade para, a qualquer momento, nos  
8341 consultar, de que a senhora Tatiana hoje aqui está presente na qualidade de ministra de estado,  
8342 consequentemente, presidindo a sessão, por conta de um afastamento legal da senhora Damares,  
8343 para uma missão, afastamento ao exterior do país.

8344

8345 Vitória – Frente a colocação do Thiago, eu abro para dúvida, que ele possa sanar.

8346

8347 Marcelo – Só uma pergunta básica, Thiago, teve publicação no Diário Oficial da União? E a  
8348 data da publicação?

8349

8350 Thiago – Nós temos o afastamento publicado, eu pedi para o coordenador de RH nosso trazer  
8351 para a Tatiana. Está publicado no Diário Oficial.

8352

8353 Marcelo – Não é só o afastamento da ministra. O afastamento da ministra é uma peça. Outra  
8354 peça é a nomeação para substituição. Eu acho que é *ipsi literis* como acontece na presidência  
8355 da república. O presidente publica que ele vai se afastar e tem uma publicação da nomeação,  
8356 para esse afastamento, que o vice-presidente assuma.

8357

8358 Thiago – A situação não é exatamente a mesma, porque tem um decreto que define os  
8359 secretários executivos como substitutos, no caso, substituto legal, comparando a própria oito  
8360 mil cento e doze, como substituto nas ausências legais do ministro. Seria uma situação diferente  
8361 se a senhora ministra estivesse, por exemplo, numa agenda convocada pelo presidente, a Tatiana  
8362 compareceria como ministra, porque é afastamento legal, afastamento por ausência de trabalho,  
8363 impossibilidade de comparecer. Em se tratando de impedimentos, afastamentos legais e  
8364 vacância do cargo, a Tatiana assume imediatamente e atua com todas as prerrogativas de  
8365 ministra de estado.

8366

8367 Marcelo – Isso prescinde a publicação no Diário Oficial.

8368

8369 Thiago – Isso é um decreto, está publicado inclusive.

8370

8371 Vitória – Vou enviar no grupo para dar leitura. (Intervenção simultânea). Decreto oito mil  
8372 oitocentos e cinquenta e um, de vinte de setembro, de dois mil e dezesseis. Temos Caio e  
8373 Matheus para falar.

8374

8375 Caio – Pode repetir o número do decreto? (Intervenção simultânea). Só cumprimentar a  
8376 presença do consultor. Pela manhã, estava conosco o Mário, que é defensor público no Rio  
8377 Grande do Sul, e ele levantou uma tese muito interessante, que eu gostaria de trazer novamente  
8378 aqui, que foi baseada nesse decreto, de que o ministro interino é aquele ministro nomeado por  
8379 ato específico, no caso de vacância do cargo de ministro de estado. Por mais que entendamos  
8380 que a ministra está no exterior e, por isso, não está exercendo seus poderes aqui, a Tatiana, no  
8381 caso, substitui a ministra. Ela é um agente substituto ela não é uma ministra interina. Já  
8382 tínhamos recebido anteriormente o afastamento, o ato, o despacho do presidente sobre o  
8383 afastamento da ministra Damares, mas como o colega perguntou, não temos acesso a um novo  
8384 ato que coloque a Tatiana como ministra interina. Se ela é substituta e, não, ministra interina,  
8385 me parece que isso contraria aquela disposição da lei que rege esse comitê, de que quem preside  
8386 o conselho é o ministro e, não o representante do ministério, seja ele que nome tiver. Me parece  
8387 que essa é uma tese interessante que eu gostaria de ouvir mais dos colegas, e gostaria de ouvir  
8388 mais do Mário, que vai voltar à tarde, para a nossa reunião.

8389

8390 Thiago – Caio, com respeito às teses jurídicas, insta nossa atividade as divergências internas,  
8391 temos todo um procedimento para supera-las. Nesse caso, o posicionamento do Mario, não  
8392 concordamos na consultoria jurídica, nem na SAJ, porque não se trata de interinidade. O  
8393 substituto sim atua no exercício do cargo, na ausência da ministra, tanto o interino quanto o  
8394 substituto. A única diferenciação são situações distintas: uma, é vacância do cargo, outra, é  
8395 impedimento, A pessoa está lá para retornar. Enquanto substituindo, ela assume  
8396 automaticamente, por própria redação do artigo trinta e oito, parágrafo (inaudível), da oito mil  
8397 cento e doze, todo substituto na ausência do titular, por impedimento, como disse explicando,  
8398 ele pode atuar em afastamentos, impedimentos eventuais, é uma coisa. Mas não é disso que  
8399 estamos tratando aqui. Estamos tratando de um afastamento legal. A senhora ministra  
8400 legalmente se afastou, a senhora ministra Damares, automaticamente, a senhora Tatiana exerce

8401 o cargo de ministro. Ministro em exercício, que não se chama ministro interino, porque o cargo  
8402 está preenchido, mas é um ministro em exercício, com todas as prerrogativas do cargo.

8403

8404 Vitória – Thiago, eu vou te interromper, só para me dar por impedida para tocar essa discussão,  
8405 porque é claro que há uma questão de conflito de interesse serio aqui. Vou pedir para a Carolina  
8406 faça essa questão de inscrição de fala, coordene essa questão. Eu vou ficar ouvindo aqui para  
8407 saber qual vai ser o encaminhamento, mas eu não posso tocar essa discussão.

8408

8409 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Só para complementar, o decreto de alteração do comitê fala  
8410 no cargo de ministra. No caso, eu estou exercendo como ministra em exercício. Se for partir  
8411 desse pressuposto, a maioria dos meus atos, durante esses períodos de ausência da ministra, e  
8412 foi a terceira vez que tive a honra de substitui-la em afastamento do país, em menos de dois  
8413 meses de nomeação, estariam nulos praticamente vários dos atos com os quais eu já me  
8414 comprometi, já assinei, já usando essa responsabilidade que, para mim, não tenho dúvidas.

8415

8416 Thiago – Eu posso dar um esclarecimento também. Essa posição não é casuística de hoje.  
8417 Aconteceu uma situação parecida, que a SAJ teve que enfrentar, não sei exatamente os detalhes,  
8418 porque ao tocam ao nosso ministério, e sim ao ministério da Cidadania. A SAJ – Subchefia de  
8419 Assuntos Jurídicos da Casa Civil, da Presidência. Não é uma posição que estou tirando do nada,  
8420 da cartola, é uma discussão que fazem umas duas semanas estamos tendo. Aliás, antes disso  
8421 porque, nos próprios decretos dos colegiados que tiveram que ser alterados, a Casa Civil teve  
8422 que se posicionar dando diretrizes, justamente para não se chegar nessa situação dessa dúvida,  
8423 desse questionamento aqui, que pode travar o funcionamento finalístico dos próprios conselhos.  
8424 Nos decretos, eles falaram expressamente: não crie essa situação, deixe bem claro, detalhado,  
8425 que o substituto, quando é um representante de um cargo público no colegiado, naturalmente é  
8426 o substituto legal, não criem uma situação que vai gerar discussões de legalidade. Nesse caso,  
8427 é justamente isso que viemos trazendo, uma posição consolidada já. Os senhores podem  
8428 divergir, podem propor, se quiserem manifestação formal. Hoje, só fui acionado hoje, não tenho  
8429 a manifestação concreta dessa situação. Mas, estou trazendo toda segurança que não é uma  
8430 posição que, hoje de manhã, Tatiana me procurou, eu tive que elaborar, seja de um lado, de  
8431 outros. Nós temos plena consciência de que somos assessores dos senhores, e é uma convicção  
8432 que temos única e exclusivamente em relação à lei. Nem sempre concordamos com as posições

8433 do governo, em “n” situações ficamos com o lado jurídico, a posição jurídica dos representantes  
8434 da sociedade. Estou tentando mostrar que buscamos essa isenção, na medida do possível.

8435

8436 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos passar a palavra na sequência para os demais, mas só  
8437 quero reiterar uma questão. Não se trata de uma imposição da minha presença. Elas já  
8438 perceberam que, no decorrer das reuniões, entre ontem e hoje, que não viemos com estratégias  
8439 montadas para, de alguma forma... que foi um processo democrático. Trata-se também de  
8440 colocar uma fragilidade para os nossos trabalhos, um árduo trabalho que, depois, pode ser  
8441 questionado, uma vez que eu coloquei minha agenda à disposição, minha agenda formal está à  
8442 disposição hoje para estar aqui presente. Pressupõe que, na nossa presença, temos uma  
8443 avaliação jurídica fundamentada, de que a presença pressupõe que eu assumo uma posição  
8444 interna, vai existir uma fragilidade com relação aos encaminhamentos da reunião. Eu tenho uma  
8445 posição, mas o fato está dado. Num primeiro momento, eu abri mão, inclusive, observando o  
8446 princípio da razoabilidade, que me cabe também, por esse princípio da razoabilidade. Mas, tem  
8447 fragilidade, estou disposta a ficar até o final dos trabalhos, então, quero colocar para vocês que,  
8448 infelizmente, vamos ficar com uma fragilidade na condução. Se não tiver a posição com que eu  
8449 presida a agenda, de agora em diante, vamos ter uma fragilidade jurídica que pode prejudicar  
8450 os trabalhos, e não é essa intenção, é nossa prioridade. Sabemos que teve um período de  
8451 transição turbulento. Não é só esse conselho, temos vários conselhos que estamos em discussão  
8452 e o ano está se fechando. É isso. Só para enfatizar.

8453

8454 Lucas Grilo – Sugiro que, a partir de agora, a secretária, ministra em exercício Tatiana, conduza  
8455 os trabalhos, na qualidade de presidente.

8456

8457 Vitória – Eu sei que tem gente inscrita, mas eu ia fazer a mesma sugestão. Até porque,  
8458 cordialmente ela, no período da manhã, cedeu essa discussão para fazermos agora, com a  
8459 presença do Thiago. Nós fizemos a discussão, os debates da manhã. Eu sugeriria que, a partir  
8460 de agora, e na volta da tarde, a Tatiana conduza, até que se delibere. Mas, o Thiago está bem  
8461 firme e convicto. Então, eu também passo, nem sei se preciso passar, mas, por uma questão de  
8462 elegância, passo para a Tatiana a condução das reuniões, a partir de agora.

8463

8464 Interlocutor não se identificou – Eu gostaria de me manifestar a respeito antes.

8465

8466 Carolina – Temos inscrições. Matheus, Cândida, Caio você pediu inscrição? Rafael e Silvia.  
8467 Matheus, por gentileza.

8468  
8469 Matheus – Thiago, agradecer a presença e a forma serena e tranquila como foi falado. Às vezes,  
8470 eu não consigo tanta serenidade assim. Tentar ser humilde, porque não domino a matéria.  
8471 Quando eu domínio a matéria, eu sou bem chato, mas, no caso, eu não domino. A grande  
8472 questão que temos colocado aqui, não só nesse tema, mas em todos os temas. Existiu uma norma  
8473 no regimento e entendemos hoje, ontem, eu cheguei aqui há pouco tempo, que observaríamos  
8474 essas questões, no sentido de aplicar o regimento. E, na visão de alguns, e na minha também,  
8475 ficou a impressão de que o artigo quinze, seria claro no sentido de uma norma interna corporis.  
8476 Se puder tirar uma dúvida contigo, Thiago, quem analisou foi o colega Mário, o Caio falou  
8477 agora, ele teria apontado o artigo primeiro do decreto oito oito cinco um, de dois mil e dezesseis,  
8478 que daria a entender que seria necessária uma portaria. Na sua visão, essa portaria seria  
8479 necessária só na vacância do cargo, exoneração, falecimento...

8480  
8481 Thiago – Desculpe, eu não peguei a segunda parte, em relação à exigência de portaria?

8482  
8483 Matheus – Porque, pela análise do colega, que não está aqui agora, ele entendeu que precisa de  
8484 uma portaria, no caso, designando a Tatiana.

8485  
8486 Sávio – Posso te ajudar? Ele faz a diferenciação entre interinidade e substituição.

8487  
8488 Thiago – A substituição, o que vemos, em termos práticos, vai dar no mesmo, porque vai ser o  
8489 exercício do cargo. Interinidade, ele não vai se intitular como titular, porque depois vai ser  
8490 nomeado outro titular. O substituto atua enquanto titular, e enquanto o titular estiver impedido.  
8491 Não há necessidade de portaria, porque a designação já é no próprio decreto. O artigo quinze  
8492 não perde a eficácia e a necessidade de existir, porque é como eu falei: aqui fala em  
8493 impedimentos ou ausências, não são necessariamente os afastamentos legais. Se a ministra se  
8494 ausentou por razões pessoais, que não sejam licenças legais, ou por impedimentos de agenda,  
8495 por exemplo, nesse caso, a Tatiana não compareceria como presidente, poderia comparecer  
8496 como suplente e, nesse caso, específico, a vice-Presidência que conduziria os trabalhos, porque  
8497 a Tatiana não compareceria na qualidade de ministra. Nosso entendimento, ponto chave, é esse:  
8498 comparecimento, nas ausências legais, impedimentos legais, da Damares, a Tatiana é a ministra.

8499 Nas ausências da Damares, que sejam impedimentos ou ausências que não levam...  
8500 conseguimos fazer essa situação com tranquilidade, porque isso é praxe da administração, de  
8501 gestão de pessoas. A Tatiana quando está em substituição legal, o RH detecta, até porque tem  
8502 uma diferenciação remuneratória. Não é uma situação que vai depender de interpretações,  
8503 porque já está tudo definido no normativo de gestão de pessoas. Nessas ausências legais, em  
8504 que ela estiver como ministra em exercício, ela é a presidente, porque ela está na presidência e  
8505 a presidência é do cargo. E, nas eventuais ausências da Damares, que a Damares estiver como  
8506 ministra, sem o afastamento legal, a Tatiana comparece como suplente. No caso do suplente,  
8507 concordo, não tenho essa posição firmada, talvez seja o caso de ter uma designação dela como  
8508 suplente. (Intervenção fora do microfone). O decreto antigo tinha. O decreto novo não tem.  
8509 Aqui ele quis criar a ideia de o substituto ser também o suplente.

8510

8511 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Nesse caso é ministro e ministro em exercício.

8512

8513 Thiago – Fui claro.

8514

8515 Lucas Grilo – Sugestão de encaminhamento, vamos almoçar? Retornaríamos às duas e meia?

8516

8517 Interlocutor não se identificou – Gostaríamos de fazer algumas questões também.

8518

8519 Carolina – Temos mais cinco inscrições.

8520

8521 Cândida – Eu retiro a minha, porque fui contemplada por Matheus.

8522

8523 Carolina – Temos quatro. Entendo que é um assunto de extrema delicadeza, de manifestação  
8524 da sociedade civil, mas se pudermos ter um pouquinho de objetividade, de forma que possamos  
8525 encerrar a reunião e encaminharmos para o almoço, eu agradeço a compreensão dos colegas,  
8526 nessa situação. Caio.

8527

8528 Caio – Eu queria ao consignar porque, em absoluto, eu não vou discordar da Vitória, quando  
8529 ela disponibiliza os trabalhos para a Tatiana. Embora eu continue firmando meu  
8530 posicionamento anterior, de que ministra é ministra, ministro interino, substituto, o que for, é  
8531 outra coisa, que não preside esse comitê. Contudo, acompanho a Vitória. Mas, é uma pergunta

8532 que eu deixo no ar, deixo para a Tatiana, deixo para os agentes do governo, para o Thiago  
8533 inclusive. Se nós não tivéssemos concordando nessa questão e, em maioria, deliberássemos que  
8534 a Vitória ia continuar conduzindo os trabalhos, quando a Tatiana fala em fragilidade dos  
8535 trabalhos, o que está se querendo dizer com isso? O governo buscaria algum tipo de anulação  
8536 dos trabalhos, algum tipo de represália às nossas decisões. Eu gostaria de deixar essa pergunta,  
8537 porque me soou meio passiva-agressiva.

8538  
8539 Thiago – Caio, vou tomar a liberdade. Como é um esclarecimento, a preocupação que temos,  
8540 na verdade, nem somos nós, representantes, mas é porque também nos submetemos a outras  
8541 instâncias avaliatórias de controle. Eu não posso responder em nome do governo, mas teríamos  
8542 – digo nós, a consultoria jurídica, ministério – que avaliar a eventual provocação da própria  
8543 AGU, da própria subchefia de assuntos jurídicos. Não digo que alguém teria alguma represália  
8544 em nenhuma iniciativa, mas, por ser obviamente uma sessão pública, não teríamos esse  
8545 controle, essa gestão. E me foge também a alçada de com que finalidades isso seria buscado.  
8546 Porque, poderia gerar eventuais nulidades de assuntos importantes que estão sendo decididos  
8547 aqui. É lógico que, como consultor de vocês, eu ia defender a posição do conselho, para sustenta  
8548 eventual deliberação que fosse, se assim fosse a deliberação do conselho, porque sou também  
8549 um assistente dos senhores, um consultor dos senhores.

8550

8551 Carolina – Rafael.

8552

8553 Rafael – Vou ser bem rápido. Uma pergunta ligada a isso, doutor Thiago. (Intervenção fora do  
8554 microfone). Thiago, só para ficar muito claro. Pelo que eu entendi, a questão de hoje é ausência  
8555 da ministra Damares do país e, internamente, tem todo um procedimento. A nossa dúvida, que  
8556 acho importante deixar claro e, eventualmente, consignar em ata, é qual entendimento numa  
8557 situação mais normal, vamos dizer, que a Ministra Damares está no Brasil, mas não comparece  
8558 à nossa reunião. Qual o entendimento do jurídico sobre isso? Seguimos o rito do artigo quinze,  
8559 que é o nosso entendimento, ou o senhor teria alguma outra questão no meio disso?

8560

8561 Thiago – Nesse caso, inclusive com agendas de viagens nacionais, não é considerado pela lei o  
8562 afastamento do exercício do cargo, no país, só internacional. Nesse caso, sim a vice-  
8563 Presidência... não estamos tornando com esse entendimento vazio. Eu entendo, hoje de manhã  
8564 estive fazendo toda essa reflexão, a preocupação de vocês. Algumas pessoas podem pensar:

8565 para quem vice-presidente, se tem dois presidentes, duas pessoas que vão poder se revezar na  
8566 presidência. O ponto chave são esses, são hipóteses bem restritas, que são as licenças legais:  
8567 saúde, capacitação – não vi nenhum ministro tirar -, saúde da família, férias, e afastamento no  
8568 exterior. Agendas locais e nacionais, em outra cidade, seria o caso da vice-Presidência conduzir  
8569 os trabalhos.

8570

8571 Rafael – Eu queria fazer um pedido para constar em ata essa posição do doutor, sobre a minha  
8572 pergunta específica.

8573

8574 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Complementando, inclusive, só se ela abrir uma delegação  
8575 para efeito de assinatura. Ainda bem que temos sistema eletrônicos, que é o SEI, SIDORF.  
8576 Apesar de que ela pode sim delegar, para viagem nacional, a assinatura, e subdelegar. Algum  
8577 ministério, pelo menos no Desenvolvimento Social, tinha. Dentro do país hoje se abre a  
8578 possibilidade de delegar, pode ser o secretário executivo, e subdelegar para adjunto, para efeito  
8579 de assinatura. Mas, lá fora, o decreto publicado, ela não pode, mesmo com os sistemas  
8580 eletrônicos, ela não pode nem assinar documentos.

8581

8582 Rafael – Só para entender, Tatiana, não é exatamente essa questão, uma eventual delegação de  
8583 assinatura. Voltamos (intervenção simultânea).

8584

8585 Tatiana Barbosa de Alvarenga – No caso do artigo quinze, nem subdelegação. Não pode porque  
8586 temos que fazer valer o decreto e o regimento.

8587

8588 Thiago – Não tenho nenhuma restrição que conste em ata, é lógico que nossa posição é  
8589 opinativa, mas eu digo, com convicção minha que, nesse caso, não caberia delegação, ela,  
8590 numa viagem num brasil, delegar para participar, representa-la. Ainda que pudesse... como eu  
8591 disse, não tenho convicção em relação a essa suplência. Mas, nesse caso, estaria bem claro a  
8592 minha posição de que a vice-Presidência assumiria a condução dos trabalhos.

8593

8594 Silvia – Está superada a minha inscrição. Era exatamente o que o Rafael colocou.

8595

8596 Carolina – Estava fazendo o registro das considerações do Thiago, para já colocarmos esse  
8597 registro no nosso sumário, hoje, ao final da tarde. Tivemos a fala do Rafael. A Silvia desistiu.  
8598 O Sávio.

8599  
8600 Sávio – Para finalizar, também já fui contemplado na fala. Só talvez trazendo o esclarecimento  
8601 para o Caio. Eu não vejo competência desse comitê deliberar sobre isso aí. Porque é uma  
8602 questão legal, está normatizado. Não vejo, dentro da nossa competência do CNPCT, deliberar  
8603 sobre essa questão formal, conforme foi levantado pelo colega. Só isso.

8604  
8605 Vitória – Vou fazer minha fala. Tem alguém inscrito. Marcelo, estou enquanto conselho federal.

8606  
8607 Marcelo – Não é nem defendendo o Caio, porque ele é advogado, não precisa de defesa. É só  
8608 para poder registrar, em relação à perspectiva que foi apresentada, para podermos pensar que  
8609 não há, necessariamente, uma defesa de subtração, acho que não houve isso. Mas,  
8610 simplesmente, Sávio, a última linha do regimento do CNPCT, caso o advogado não viesse aqui  
8611 para nos esclarecer, poderíamos sim, porque seria caso omissos. Não podemos nos omitir depois  
8612 de instruídos. Estamos instruídos. Inclusive, parabéns a Tatiana, pela nobreza que ela teve da  
8613 concessão, porque também não se sentia devidamente instruída. Devidamente instruída, a  
8614 Tatiana pode ser mais firme. Se não houve instrução, deliberaríamos sim, Sávio, porque, no  
8615 ponto lá, dizendo assim: se tiver casos omissos. Aquela história, poderíamos errar juntos, mas  
8616 poderíamos fazer isso, porque está salvaguardado lá.

8617  
8618 Sávio – Só colocar qual o ponto. Eu li as competências, não fala em momento algum. Isso seria  
8619 objeto de deliberação. Só para esclarecimento, não estou ampliando o debate.

8620  
8621 Vitória – Sávio, como eu falei com a secretária executiva agora, esse comitê tem enfrentado,  
8622 nessas reuniões, uma série de questões que nunca enfrentamos antes. Ao invés de agirmos de  
8623 uma maneira autoritária e impor que não vamos discutir isso, acho que é muito mais  
8624 democrático como fez a Tatiana e como está deliberando agora esse comitê, trazer o Thiago,  
8625 abrir para discussão. E nós, agora, com posicionamento firme, tocamos essa reunião com a  
8626 Tatiana presidindo. O seu posicionamento, eu discordo dele veementemente, porque isso não é  
8627 maneira de discutir, em um colegiado, questões relativas a dúvidas que surgem. E, ninguém  
8628 soube responder, trouxemos o Thiago para responder por nós e, agora, estamos firmes no nosso

8629 posicionamento. A Tatiana foi tão elegante hoje, de manhã, que cedeu, frente essa dúvida, a  
8630 vice-presidência para mim. A maneira autoritária, Sávio, não é a maneira correta de conduzir  
8631 esse tipo de questionamento.

8632

8633 Sávio – Não é de hoje, eu trago questões Políticas para consenso. Autoritarismo não. Consenso.  
8634 O que eu pedi para o colega, que ele falou que tem previsão. Então, eu pedi a previsão do  
8635 regimento. Foi isso que eu levantei. O Marcelo conheço não é desde hoje. Marcelo, só me faça  
8636 a leitura do dispositivo, não existe no regimento interno. Foi só isso que eu coloquei.

8637

8638 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Só lembrando, estou aqui, seguindo orientações da ministra,  
8639 de dialogar, que retomar um alinhamento. Eu poderia ter sido mais firme, se assim fosse a  
8640 ordem. Ela está ordem, mas ela é minha chefe. Estou ministra, mas ela é a ministra. Poderia ter  
8641 sido mais firme e até inviabilizado a agenda, mas a questão é: estou seguindo a orientação da  
8642 ministra, de cooperar e fazer com que os trabalhos sigam de maneira mais harmoniosa e  
8643 objetiva. Mas, poderia sim ter sido imposta a minha presença aqui como presidente.

8644

8645 Bruno – Rapidamente, só queria registrar que o Sávio não se opôs a discutir nada e, sim a  
8646 deliberar. Então, não houve autoritarismo, a meu ver, do colega. Ele só fez uma indicação de  
8647 cumprimento do regimento. Não foi discutir, foi deliberar. Não foi indelicadeza da parte dele,  
8648 muito pelo contrário.

8649

8650 Carolina – Acho que agora a nossa presidente pode chamar o almoço.

8651

8652 Interlocutor não se identificou – Questão de ordem, o horário do almoço, para ficar...

8653

8654 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Liberado. Vocês recomendam o que? Eu teria uma agenda às  
8655 dezessete. Quinze? Uma hora de almoço? Quinze horas estaremos de volta. Obrigada a todos e  
8656 todas.

8657

8658 (Fim da manhã do dia 9/10/2019)

8659

8660 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Boa tarde. Vamos tomar os assentos para reiniciarmos. Boa  
8661 tarde, novamente, vamos começar. Ontem, no final da manhã, houve sugestão de que

8662 iniciássemos essa sessão do período da tarde, apreciando uma nota. Antes de apreciar o  
8663 conteúdo, temos algumas observações a fazer, enquanto presidente, já me foi subsidiado que  
8664 teríamos que ter seguido um procedimento no capítulo quarto, procedimento para aprovação de  
8665 nota pública, artigo quatorze, quinze e dezesseis, não foram cumpridos. (Intervenção fora do  
8666 microfone). É resolução quatro, de nove de maio, de dois mil e dezesseis, o capítulo quatro, que  
8667 tem um procedimento para aprovação de nota pública, que tem um rito. Vocês querem que eu  
8668 faça a leitura, ou vocês têm em mãos? (Intervenção fora do microfone).

8669

8670 Marcelo – Eu tinha pedido à Carolina, para que desse só um minuto, a pedido atualmente do  
8671 ex-membro do mecanismo, que queria se dirigir ao comitê, para se despedir, porque pediu  
8672 exoneração.

8673

8674 Lucio Costa - Boa tarde a todos e todas. Não quero tomar muito tempo, mas me senti na  
8675 obrigação de... meu nome é Lucio Costa, ainda sou, porque não saiu a publicação no Diário  
8676 Oficial, perito do mecanismo. Mas, na semana passada, pedi minha exoneração. Como, talvez  
8677 essa seja a última reunião que participo, enquanto perito do mecanismo, eu me senti na  
8678 obrigação de vir aqui, de fazer um agradecimento, na verdade, a esse comitê. Fui reconduzido,  
8679 junto com os demais. Um agradecimento especial à sociedade civil desse comitê que me  
8680 oportunizou, desde dois mil e seis, no mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura.  
8681 Nesse tempo, acho que consegui deixar alguma contribuição para o mecanismo, para a agenda  
8682 da qual eu sou oriundo, que é o campo da saúde mental. Aliás, agenda essa que percebemos  
8683 que, ao longo do tempo, ganhou uma certa importância, tanto para o governo, como já era para  
8684 a sociedade civil, obvio, de perspectivas completamente opostas. Mas, o fato é que hoje a  
8685 agenda da saúde mental está na ordem do dia e, as violações que decorrem de determinadas  
8686 instituições sobre saúde mental, também está. Nesse período de dois mil e dezesseis, até agora,  
8687 deixamos importantes documentos, que viraram referência, inclusive um deles internacional,  
8688 que é o relatório nacional de inspeção em comunidades terapêuticas, realizadas em parceria  
8689 com o Conselho Federal de Medicina e com o ministério público federal. Um ato falho, Paulo,  
8690 conselho federal de psicologia e PFDC. Agora, logo mais, talvez nas próximas semanas, vocês  
8691 tenham em mãos o relatório nacional de inspeção em hospitais psiquiátricos, no qual também  
8692 tive oportunidade de contribuir. No mais, reiterar o agradecimento e a minha total disposição.  
8693 Vou continuar, pretendo continuar como observador, participando das reuniões do comitê, esse

8694 espaço estratégico de prevenção e combate à tortura, nesse país. E seguimos, em outros espaços,  
8695 mas, juntos, na agenda de direitos humanos. Era essa saudação. Obrigado.

8696

8697 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Obrigada, Lucio. Tínhamos nos falado, mas quero reiterar os  
8698 agradecimentos pela contribuição, pelos trabalhos realizados, em nome do ministério. Falar que  
8699 estamos abertos a contribuições. Obrigada. Retomando, para quem não estava presente, estou  
8700 com o capítulo quatro, da resolução número quatro, de nove de maio, de dois mil e dezesseis,  
8701 que traz orientação para aprovação de nota pública. Vou fazer a leitura dele como um todo: a  
8702 aprovação de notas públicas poderá ser realizada de forma não presencial. Compreende-se por  
8703 não presencial a deliberação de nota pública, realizada no âmbito da mesa diretora do CNPCT.  
8704 As sugestões de nota pública serão enviadas eletronicamente, por qualquer rum dos membros  
8705 do CNPCT, por qualquer um dos membros do CNPCT, à coordenação geral do CNCPCT, que  
8706 transmitirá aos demais membros, encaminhá-la-á à mesa diretora. A mesa diretora, tendo  
8707 presente os comentários e contribuições dos membros do CNPCT, poderá aprovar a nota  
8708 pública ou encaminhará ao plenário, na reunião ordinária subsequente. Após aprovada, ela será  
8709 publicizada. Não passou pela mesa diretora, ou cumpriu-se o fluxo. Vou abrir para fala. Só um  
8710 minuto, vou abrir e dar a palavra. Matheus está com a palavra.

8711

8712 Rafael – Questão de ordem. Tatiana, essa discussão já foi (intervenção simultânea). Essa  
8713 questão já foi discutida exaustivamente, já foi deliberada, aprovado o encaminhamento. É quase  
8714 inacreditável que essa discussão seja reaberta novamente sobre um assunto que demoramos,  
8715 ontem, talvez uma hora e-mail. Já foi deliberado. Não dá.

8716

8717 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A cobrança do rigor legal tem sido de todos aqui, de todas as  
8718 partes.

8719

8720 Rafael – Vai ser reaberta essa proposta da Tatiana. É isso?

8721

8722 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Sim, poderá. Temos que cumprir o que reza a resolução. Quem  
8723 é o próximo agora? Rafael falou. Matheus.

8724

8725 Matheus – Tatiana, o que eu quero dizer, tentando ser bem objetivo, às vezes, eu sou até um  
8726 pouco prolixo, vou tentar ser bem objetivo. Eu acho que vocês estão criando um desgaste

8727 desnecessário, isso foi deliberado ontem. Se o comitê quiser, em juízo, impugnar isso, se o  
8728 governo quiser, fica à vontade. Agora, como o Custódio falou agora que, inclusive, é alguém  
8729 muito sereno e tranquilo, mas as vezes não dá para aguentar. Isso foi deliberado ontem e o  
8730 governo, não vou falar o nome de cada um, porque não sei se alguém já estava fora, estava no  
8731 banheiro, o governo usou de uma artimanha de deixar a sala durante a votação. Vocês estão  
8732 criando um desgaste desnecessário. E eu coloco aqui, para a sociedade civil, se quiser impugnar  
8733 em juízo, pode impugnar, a democracia está aí para isso. Mas tem que ser respeitado. O que eu  
8734 acho é que, perder mais tempo com a pauta que temos agora, até vou roubar a palavra do  
8735 Custódio, é inacreditável.

8736

8737 Lucas Grilo – Eu não considero que a discussão tenha terminado. (Intervenção fora do  
8738 microfone).

8739

8740 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Por uma questão de ordem, eu volto a palavra para você,  
8741 Matheus. Deixa eu só passar para o Lucas agora, por favor.

8742

8743 Lucas Grilo – Não é isso que estou questionando, Matheus. O que estou dizendo é o seguinte:  
8744 uma vez apresentada a nota e, agora que podemos dizer que a nota foi apresentada ao comitê,  
8745 assim como a representação, como debatemos ontem a representação contra os peritos do  
8746 mecanismo não tinha sido apresentada formalmente ao comitê. Foi apresentada hoje. Só temos  
8747 agora uma nota sendo apresentada, que vai para deliberação. Uma vez apresentada a nota,  
8748 temos um fluxo a seguir. A resolução número quatro, de maio de dois mil e dezesseis, deve ser  
8749 cumprida, e diz o seguinte: a sugestão de notas públicas serão enviadas eletronicamente por  
8750 qualquer um dos membros do comitê, à coordenação, que transmitirá aos demais membros, e  
8751 encaminhá-la-á à mesa diretora. A mesa diretora, tendo presentes os comentários e  
8752 contribuições dos membros do comitê, poderá aprovar a nota pública ou encaminhará ao  
8753 plenário, na reunião ordinária subsequente. Não estou questionando que tenha sido debatido,  
8754 que tenha sido votada a elaboração de uma nota pública, apesar de que também encontramos  
8755 irregularidade nisso, porque a resolução fala é de uma minuta de nota pública já pronta. Você  
8756 não pode votar, de antemão, uma nota que você não conhece, não faz o menor sentido. Agora,  
8757 a nota está aqui para deliberação e, na verdade, eu pediria inclusive que seja retirada de pauta e  
8758 rechaçada de pronto, pela ilegalidade patente que essa nota representa. Não seguiu o fluxo, não  
8759 obedece a resolução. Peço a retirada de pauta.

8760

8761 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Antes de passar a palavra, eu só quero ressaltar que temos  
8762 prezado, independente do conteúdo, vocês podem achar que é pelo conteúdo, temos prezado,  
8763 inclusive, eu cooperarei para isso, para que não restem dúvidas quanto à fundamentação  
8764 jurídica, segurança jurídica de tudo que temos feito aqui. Inclusive, na próxima pauta, eu vou  
8765 convalidar tudo que foi realizado, com a vice-presidente presidindo, mesmo tendo aquela  
8766 dúvida. Vou colocar como próximo ponto, a manifestação e convalidação dos atos de hoje de  
8767 manhã. Temos prezado, e eu me sinto na obrigação de cobrar que seja cumprido o rigor do que  
8768 reza a resolução do rito colocado. Se isso, em algum momento, no próximo regimento, for  
8769 mudado, independente do conteúdo. Inclusive, eu até queria colocar a nota de uma manifestação  
8770 de apoio, pela questão do pacto da descentralização, de iniciativa do ministério, mas não me  
8771 sinto confortável. Eu tinha uma proposta, eu podia ter colocado isso, tentar inserir de alguma  
8772 forma, mas não posso fazer-lo. Tenho até uma proposta, mas não posso fazer-lo, porque tem um  
8773 procedimento para aprovação, no capítulo quatro. Eu quero apelar para o conhecimento, como  
8774 já foi dito aqui, todos tem um conhecimento por formação e, outros, pelo dever de ser servidor  
8775 público, não é à toa que se cobra mais as matérias em concurso, do que qualquer outro,  
8776 pertinentes ao direito. Eu quero apelar para a conscientização da segurança jurídica. O fluxo,  
8777 se vocês me falassem, eu não estava aqui nesse momento, se me falar: nós cumprimos esse  
8778 fluxo, não teria problema. Seguimos, independente, a questão não é o conteúdo, vou repetir que  
8779 eu teria uma nota de apoio à questão, com outro conteúdo, que seria de apoio ao pacto de  
8780 descentralização, de fortalecimento, até acho que deveria ser um tema que deveria ter entrado  
8781 aqui, fortalecimento dos estados, da ponta, cobrar deles as providências. Mas, eu não vou entrar,  
8782 em respeito ao capítulo quatro dessa resolução que está aqui, que está me sendo dada. Inclusive,  
8783 se continuar na minha frente, eu pessoalmente vou estar, faço questão, não vou ficar só com o  
8784 apoio das assessorias, porque vi que também tem fragilidade. Vou cobrar da área pertinente do  
8785 ministério, que se conheça mais, que se aprofunde mais o regimento, para que isso seja  
8786 colocado, ou que tenha algum advogado que nos acompanhe, porque a consultoria jurídica está  
8787 aqui para apoiar a instância do comitê. Quem é o próximo inscrito. Matheus vai falar  
8788 novamente.

8789

8790 Matheus – Isso foi deliberado ontem, ocorreu uma preclusão. Não é retirar de pauta. O governo  
8791 que está querendo voltar com a pauta, a pauta já foi esgotada ontem. Precluiu, segue o jogo,

8792 quem se sentir lesado, ingressa em juízo, o juiz dá uma liminar, que nem deu no decreto, e tira  
8793 do site, não sei. Não dá para fazer de novo, é bis in idem, discutir de novo o que foi discutido.  
8794

8795 Lucas Grilo – Preclusão, com base em que, Matheus.  
8796

8797 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Só um minuto, Lucas, que eu estou prezando a palavra, estou  
8798 exigindo dos outros. Eu tenho inscritos, vou colocar você na sequência. Finalizou, Matheus?  
8799

8800 Matheus – Com base na decisão do plenário que aconteceu ontem. Você preferiu levantar e ir  
8801 embora daqui, Lucas, enquanto estava discutindo.  
8802

8803 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Finalizou, Matheus? Marcelo, por favor.  
8804

8805 Marcelo – Tatiana, você vai ter que tentar ser justa, porque você não estava no primeiro  
8806 momento e nem no segundo momento que vamos fazer referência. Você vai ter que fazer que  
8807 nem na justiça, vai ter que se fazer de cega e considerar as coisas que vamos dizer. Vai ser um  
8808 pouco cansativo, mas vamos lá.  
8809

8810 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu sei que eu vou terminar, mas consultei a relatoria.  
8811

8812 Marcelo – A nota é uma consequência de uma decisão que foi tomada pelo pleno. A não ser  
8813 que haja alguma inviabilidade na decisão que foi tomada, quando muitos de vocês do governo  
8814 não estavam, mas que tinha maioria simples para poder deliberar. Sabemos, são três quintos  
8815 para começar a reunião e, para votação, maioria simples. Durante a discussão do tema que  
8816 estava em questão, se foi deliberado que deveria ser feita uma nota pública de repúdio. Esse  
8817 mérito eu vou, literalmente... não entendo o que significa, no linguajar do contexto do direito,  
8818 a preclusão, mas suponho que seja um horizonte convergente com o que estou dizendo. Não faz  
8819 sentido algum, juridicamente, que derrubemos uma decisão legítima que foi encaminhada. A  
8820 outra coisa, que é o que diz o capítulo quatro, é como proceder no encaminhamento. Mas, é  
8821 mais do que esdrúxulo é, literalmente, cercar o poder do pleno nesse momento, que voltemos  
8822 a discutir o encaminhamento da nota. A nota de repúdio está definida e deliberar. Acho que o  
8823 Matheus está completamente correto, que se busque outra instância. Na hora que você saiu,  
8824 Lucas, naquele debate que estávamos tendo ontem, que entendemos o que e, inclusive,

8825 recorrendo à memória da forma de operação do comitê, em biênios anteriores. Não sei se o  
8826 Sávio chegou, mas o Sávio também concordou nessa memória, que era uma praxe dos biênios  
8827 anteriores, que se definia a nota e, depois, alguém que propôs a nota, ou uma equipe, durante a  
8828 reunião ordinária elaborava a nota para ser aprovado o conteúdo, mas o mérito e a definição da  
8829 nota já estavam vencidos já. É só para esclarecer, Tatiana, para você não ser injusta. Primeiro,  
8830 uma coisa é a deliberação da nota de repúdio, de qual é o horizonte. Para que essa nota? Isso  
8831 foi nitidamente para quem estava aqui, todo muito foi instruído, todo mundo foi decidido.  
8832 Agora, que possamos, a partir disso, sem questionar isso – não aqui dentro, essa natureza só  
8833 pode ser questionada lá fora. O que podemos, com essa projeção, abrir o capítulo quatro, é  
8834 poder dizer como encaminhamos a nota. Votar a votação do mérito da nota de repúdio, não tem  
8835 outra palavra, podemos usar outro léxico, mas seria uma coisa no horizonte do que chamamos  
8836 de golpe. Obrigado.

8837

8838 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vitória, por favor.

8839

8840 Vitória – Eu vou fazer minha fala, apelando para o senso de justiça do Lucas, que eu tenho  
8841 muito respeito, estava do lado dele até agora. Lucas, nós, ontem, em encaminhamento da pauta  
8842 número dois, fizemos a votação em relação à existência dessa nota. Enquanto deliberação em  
8843 relação a esse decreto, nós retiramos, com votação, e a plenária é soberana e tem que ser  
8844 respeitada. Nós tiramos o encaminhamento de feitura de uma nota de repúdio. Essa nota aqui,  
8845 não trouxemos ela hoje, de nenhuma forma, para ser aprovada dessa maneira. Trazermos para  
8846 conhecimento, não temos nenhuma pretensão de jogar uma nota hoje em cima da mesa, de  
8847 tarde, e falar que tem que votar nessa nota, de nenhuma maneira. Até porque, nós também não  
8848 queremos desrespeitar a resolução de maneira nenhuma porque, depois, vai ser questionada a  
8849 nossa nota. A nossa intenção é, seguindo as recomendações da resolução, um dos nossos  
8850 membros elaborou, nós encaminhamos à Carolina hoje, às sete da manhã. E, por alguma razão  
8851 que nos foge completamente a compreensão, não foi encaminhada a todos hoje, as sete da  
8852 manhã, mas está aqui na mão de todo mundo. Não pedimos que seja feita a leitura agora, em  
8853 voz alta, que seja encaminhada para aprovação, não é essa a nossa intenção. Pedimos que  
8854 possamos ler, fazer comentários, considerações e reconsiderações sobre essa nota para, quem  
8855 sabe, podermos aprovar o conteúdo da nota na reunião que vem. Mas, o que me foge à  
8856 compreensão e, na verdade, ofende a nossa soberania, são as nossas decisões que foram votadas  
8857 serem, constantemente, trazidas novamente à eleição. É claro, Lucas, concordo contigo que não

8858 é fácil perder uma votação, e nossas votações estão apertadas, estão sete a seis, oito a sete. É  
8859 claro que não está havendo consenso, e sabemos disso, é difícil chegar num consenso. Mas, a  
8860 questão do mérito da nota foi aprovada por maioria. E, agora nos cabe, em conjunto,  
8861 aprovarmos ou fazermos considerações sobre o conteúdo da nota. É outra questão. Isso não foi  
8862 aprovado ontem, nem hoje, o conteúdo. O conteúdo temos que ler e aprovar todo mundo,  
8863 porque, do contrário, seria bizarro tocarmos adiante uma coisa que ninguém nunca nem lei. Nós  
8864 pedimos, por favor, o respeito à nossa decisão de ontem, que aprovamos o mérito dessa nota de  
8865 repúdio, que foi trazida de tarde, novamente, para discussão, tivemos que superar de novo essa  
8866 discussão à tarde. Agora, finalmente, as três e quarenta e cinco da tarde, se essa nota foi enviada  
8867 às sete da manhã, ela chega aqui na nossa mão para leitura. Antes tarde do que nunca, agora  
8868 está aqui, podemos lê-la e fazer as considerações e, quem sabe, na reunião que vem, fazer os  
8869 comentários, ficamos abertos, porque isso é um comitê deliberativo em relação a isso também.  
8870 Só peço o respeito, apenas isso.

8871

8872 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Caio. Eu vou responder no final.

8873

8874 Caio – Em primeiro lugar, eu me sinto desrespeitado, porque ontem eu estive aqui, eu participei  
8875 de uma votação e nós, em conjunto, decidimos uma coisa. É perda de tempo, estou perdendo  
8876 meu tempo aqui, eu acho. Segundo, me sinto envergonhado, porque estamos reunidos nessa  
8877 sala, diversas organizações de estado, tem membros da defensoria pública, tem organizações  
8878 internacionais e, fazemos esse papelão? Porque isso aqui é um papelão. Vamos ficar voltando  
8879 atrás de todas as discussões? Eu me sinto desrespeitado na minha inteligência, porque eu não  
8880 posso conceber que digam que não depende do conteúdo. Isso aqui é um comitê de controle  
8881 social, mas isso é uma instancia política, tudo é política, vocês já leram Foucault. Tudo é  
8882 política, isso aqui é política também, obvio que é. Mil perdões, mas, se a Tatiana diz que não  
8883 depende do conteúdo, desculpe, eu vou mandar, seguindo o rito, o rito que tanto prezam, que  
8884 eu discordo da interpretação que fazem, eu vou escrever uma nota – porque eu posso, é só  
8885 mandar para a mesa -, dizendo que o presidente da república é um torturador. E vocês vão  
8886 aprovar, independente do conteúdo, porque o conteúdo não interessa? Vamos ter respeito com  
8887 aquilo que decidimos ontem. Vamos parar de fazer essas manobras incessantes para cercear as  
8888 decisões que foram tomadas aqui.

8889

8890 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Silvia.

8891

8892 Silvia – Só reforçar, como APT – Associação para Prevenção da Tortura, que também estamos  
8893 convidados permanentes, esse é o nosso status. Eu estive aqui ontem, obviamente não votamos,  
8894 mas estive aqui, presenciei uma discussão de um item que estava na pauta, onde houve um  
8895 encaminhamento, onde foi votado e ganhou por maioria, de se elaborar uma nota de repúdio ao  
8896 decreto nove mil oitocentos e oitenta e um. Como observadora, não participei da votação, olhei  
8897 o que estava aqui. Acho que não tem nenhuma dúvida que houve uma votação de uma nota de  
8898 repúdio. Foi votado, levantaram a mão, fazia parte da sessão, a sessão não tinha sido encerrada,  
8899 a reunião estava vigente. Realmente é bem preocupante que nós, como instituição que tem  
8900 apoiado esse comitê desde o início, que vejamos algo assim ocorrendo. Houve uma votação de  
8901 elaboração de nota de repúdio do decreto nove mil oitocentos e trinta e um, votada legalmente,  
8902 nos termos do regimento. Realmente, se for outra discussão, que ainda haja algum tipo, não sei  
8903 se é a palavra, ameaça, que há vícios. Não tem vício nenhum, foi um procedimento como o  
8904 regimento manda, determina. Como observadora, como convidada permanente, realmente é um  
8905 pouco assustador que isso esteja ocorrendo, mas estamos aqui apoiando.

8906

8907 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Rafael, depois, o Lucas, na sequência.

8908

8909 Rafael – Primeiro, lamento que o primeiro ato da ministra designada, seja nesse sentido, nossa  
8910 expectativa era outra. Talvez, agora fique um pouco mais claro inclusive o interesse do governo,  
8911 com a presença da Tatiana. Para contextualizar, ontem debatemos sobre o entendimento desse  
8912 governo, sobre as políticas de prevenção e combate à tortura, que são públicas e notórias. O  
8913 decreto de junho, de dois mil e dezenove, fala por si só. Mas, ontem, aconteceu um episódio  
8914 interessante, Tatiana não estava aqui, não sei se ela soube, que o Ministro da Justiça, do governo  
8915 ao qual você serve, foi fazer uma inspeção nos presídios do Pará, e levou o torturador afastado  
8916 pela decisão judicial e pela administração pública, que coordenava a força tarefa no Pará, para  
8917 guia-lo nos presídios no Pará. Isso está divulgado pela imprensa. Se alguém tinha dúvida de  
8918 qual o grau de descumprimento, de insensibilidade desse governo, com a agenda da tortura,  
8919 acho que fica cada vez mais evidente. Dito isso, acho que é importante lembrarmos que a  
8920 sociedade civil não está aqui à passeio, os senhores servidores também não estão aqui a passeio,  
8921 nós todos estamos aqui dentro de um marco legal, que obriga o estado brasileiro a criar esse  
8922 espaço, não é um favor do estado brasileiro, não é uma política do governo Bolsonaro. Talvez,  
8923 fosse impossível. E a importância de mantermos o mínimo de urbanidade, o mínimo de

8924 compromisso ético, o mínimo de lealdade às decisões que são tomadas no plenário, porque  
8925 senão isso pode virar um ambiente que fica desagradável e não é do interesse de todos. Lamento  
8926 profundamente a presença da ministra interina para realizar esse tipo de prática, lamento  
8927 profundamente a insistência do Lucas nisso. Mas, ao mesmo tempo, como sou sempre um  
8928 otimista, inclusive, para trabalhar com Direitos Humanos no Brasil, você precisa ser otimista,  
8929 acho que, ao mesmo tempo, porque talvez o véu cai por parte da ministra interina. E, se alguém  
8930 tinha dúvida de qual era a participação, o interesse do ministério nessa agenda, fica cada vez  
8931 mais evidente.

8932

8933 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Lucas, antes de você, já que ele se dirigiu dessa forma à minha  
8934 pessoa, primeiro, vou esclarecer. Quando eu falo, independente do conteúdo, Marcelo ou Caio  
8935 que falou, eu não me referi ao mérito. O que eu estou prezando aqui? Que acho que é um pouco  
8936 do meu perfil, quando falamos outro item que a ministra buscou, quando fez o convite, foi o  
8937 rigor da proteção dos CPFs. Eu tenho esse olhar, embora não seja economista, com  
8938 especialização na área social, com gestão pública, Política social, na área de saúde, seguridade.  
8939 Mas, um dos motivos é: sempre falaram para mim que estava no serviço de proteção ao CPF  
8940 do chefe. Eu prezo pelo rigor jurídico, por isso que ontem eu tanto cobrei à equipe aqui, vamos  
8941 nos reunir depois para nos organizar melhor. Quero alguém com conhecimento profundo do  
8942 regimento, para não ter esse tipo de dúvida. Independente da interpretação de vocês sobre a  
8943 minha vinda aqui para isso. Aliás, tive conhecimento agora da pauta, voltando do almoço, me  
8944 falaram que iriam iniciar com esse ponto de pauta, porque eu nem estava com a pauta atualizada.  
8945 Mas, independentemente eu estou aqui para prezar também pelo rigor jurídico. Por isso que eu  
8946 abri as outras discussões. Ontem, quando pensamos em não ter a alternância, me falaram que  
8947 tinha embasamento jurídico. Hoje, quando falaram que eu não poderia presidir, eu pedi para  
8948 reforçar. Quando eu falei conteúdo que, independente do conteúdo – não estou falando que o  
8949 mérito não tem que ser aprovado antes. Aprova-se o mérito, a depender do tema, pode ser até  
8950 que outros temas também achemos que tenha que ter uma nota, mas eu entendo que tem que  
8951 cumprir o regimento tão defendido por vocês, que é um regimento consolidado, que não precisa  
8952 de mudança, e a resolução que está aqui, que tem um procedimento para aprovação. Quando eu  
8953 falei conteúdo, imagina, não é aprovar o mérito. Não sou amadora. É isso que eu estou dizendo,  
8954 é a questão do fluxo. Nós defendemos tanto. E, até onde eu sei, tem a questão de quem pode  
8955 mais, pode menos, talvez, mas acho que não se aplica, até porque existem outras instancias  
8956 configuradas, e a mesa diretora é uma delas. Quando eu falei, independente do conteúdo porque,

8957 se eu faço uma nota de apoio, minha postura seria a mesma, seria igual. Tanto é que me  
8958 propuseram, Lucas me trouxe uma proposta, está aqui, de apoio. E falei: cumprimos o rito? Foi  
8959 quando me foi trazido esse capítulo dessa resolução. Estou barrando uma nota de apoio à  
8960 questão da descentralização, do apoio ao fortalecimento dos estados, porque não foi discutido,  
8961 não foi discutido sequer o mérito, imagine o procedimento de aprovação. Eu vou passar ao  
8962 Lucas e, depois, Matheus, na sequência.

8963  
8964 Lucas Grilo – Eu falo isso com muita parcimônia e tranquilidade. É só um alerta. Temos que  
8965 manter o nível da discussão e, não, partir para determinados ataques mais baixos, ataques de  
8966 natureza pessoal. Colega Rafael mencionou uma autoridade que estaria com o ministro Sérgio  
8967 Moro, e o chamou de torturador. Torture é um crime gravíssimo e, acusar uma outra pessoa de  
8968 torturador, como é crime, você tem que ter um embasamento para isso. Se ele não tem nenhuma  
8969 sentença criminal transitado em julgado, chamar uma pessoa de torturador nesses termos, pode  
8970 configurar em calúnia. Falo isso de forma muito parcimoniosa, apenas como um alerta, não é  
8971 em tom de ameaça, nem nada disso, mas é para termos muito cuidado com os termos que vamos  
8972 utilizar aqui. O comitê foi criado e existe para isso, para combater esse crime gravíssimo. Não  
8973 podemos pensar que vamos fazer isso banalizando o termo. Esse é o primeiro ponto.  
8974 (Intervenção simultânea).

8975  
8976 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A palavra está com o Lucas, te passo a palavra na sequência.  
8977 (Intervenção simultânea). Mas você também me citou de forma ofensiva e eu não interrompi a  
8978 sua palavra. Você não será ouvido, infelizmente. Eu posso colocar na sequência, tem Matheus,  
8979 tem Isabel, tem Pedro Paulo, eu posso colocar na sequência sua fala. Inclusive, você me citou,  
8980 ofendeu, eu poderia, na hora, inclusive, adotar outra medida. Vocês estão vendo que meu senso  
8981 de razoabilidade e resiliência se mantem. Até porque estou sob ordem da ministra, de cumprir  
8982 a harmonia, dialogar, e vou repetir, ela queria estar aqui. Ela falou: Tatiana, eu não estou, você  
8983 vá lá, porque eu quero que demonstre a importância dessa instância. Não foi para manipular,  
8984 para repelir, (inaudível), dizer para você que não tínhamos estratégia. Somos estrategistas e  
8985 negociadores. Mas, não vou admitir mais ofensas à minha pessoa, véu, esse tipo de conotação,  
8986 pode falar diretamente. Se resolver falar, por favor, fale diretamente o que o senhor está achando  
8987 a respeito do meu comportamento, da minha pessoa. Subjetivamente, está fora das minhas  
8988 atribuições. Vou manter o Lucas, tem o Matheus, Isabel, Pedro Paulo e, depois, posso colocar  
8989 na sequência, se assim desejar continuar.

8990

8991 Rafael – A minha leitura política.

8992

8993 Tatiana Barbosa de Alvarenga – O senhor não está com a palavra. Você entra na sequência, é  
8994 o quarto, pode anotar, e você tem a possibilidade. Por favor, exijo respeito enquanto pessoa,  
8995 enquanto cidadão, enquanto servidora da administração federal, há dezenove, mais dez anos na  
8996 área privada. Exijo respeito.

8997

8998 Lucas Grilo – Aproveitando a fala do colega, notícia de imprensa não torna ninguém corrupto,  
8999 não torna ninguém torturador.

9000

9001 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Lucas, por favor, perdão, peço que voltemos para a pauta,  
9002 considerando inclusive as sugestões da Vitória.

9003

9004 Lucas Grilo – Em relação à nota que nos foi apresentada, eu reitero que, como está em  
9005 descumprimento com a resolução, o comitê pode ter, no pleno, deliberado pela feitura dessa  
9006 nota. Mas, se ela é irregular, não vou dizer que é ilegal, porque não está descumprindo a lei,  
9007 mas está descumprindo a própria resolução do comitê, não tem resistência jurídica, não tem  
9008 fundamento jurídico. Reitero o que disse e, minha manifestação, no sentido de rechaçar de  
9009 pronto essa nota.

9010

9011 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Matheus.

9012

9013 Matheus – Eu queria colocar o seguinte, sem fugir da pauta, mas, o governo levantou ontem e  
9014 saiu. Não sei a estratégia, artimanha, as pessoas que estão aqui na defensiva e estão se sentindo  
9015 ofendidas. Porque, temos liberdade de expressão, nós falamos. O presidente não fala que é o  
9016 Ulstra, nós podemos falar, qualquer cidadão e cidadã. Quero dizer o seguinte: o governo  
9017 levantou e saiu, nós votamos. Se quiséssemos, tínhamos votado a pauta inteira. Se fosse para  
9018 brincar, para sacanear, vamos votar a pauta inteira, o governo saiu, votamos a pauta inteira e  
9019 não vamos almoçar. Não foi isso. Fomos detalhistas, votamos um ponto da pauta que o governo  
9020 levantou. Se quiséssemos utilizar de uma artimanha maquiavélica, tínhamos votado a pauta  
9021 inteira: ganhando do governo o dia oito inteiro. Não é isso, foi um ponto específico. Não dá  
9022 para o governo trazer o verniz democrático e não ter uma atitude democrática. Mais uma vez,

9023 quarta ou quinta vez, em dois dias, que estamos perdendo um bom tempo para discutir o que já  
9024 foi discutido.

9025

9026 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Isabel.

9027

9028 Isabel – Na verdade, eu só queria entender, Tatiana. Pelo que estou entendendo, o que você está  
9029 colocando é diferente do Lucas. Não a necessidade de discutirmos o encaminhamento do  
9030 segundo ponto de pauta de ontem, que foi a feitura de uma nota contrária ao decreto. O que está  
9031 sendo colocado nesse momento da reunião, é como vamos encaminhar a aprovação da nota,  
9032 que é diferente do que o Lucas está trazendo. É isso?

9033

9034 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Minha orientação é se cumpra o rito do capítulo quatro, da  
9035 resolução imposta, a resolução número quatro.

9036

9037 Isabel – Que não cabe essa interpretação.

9038

9039 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Na verdade, a interpretação do Lucas é que, se não cumpriu,  
9040 ela não teria validade. (Intervenção simultânea). Tenho que cumprir o que está dito aqui.

9041

9042 Isabel – Mas o que está dito não abarca o encaminhamento que foi tirado em um ponto de pauta.  
9043 O que está acontecendo é que, ontem, na reunião, teve uma discussão do segundo ponto de  
9044 pauta, encaminhamento, sugestão de encaminhamento, vamos fazer uma nota. A partir daí,  
9045 começa a necessidade de cumprir esse rito. Não me parece razoável, pertinente, a colocação do  
9046 Lucas, com relação a rever o encaminhamento do ponto de pauta.

9047

9048 Tatiana Barbosa de Alvarenga – O que me trouxeram é que ela já seguiria para aprovação. Está  
9049 aqui como ponto de pauta.

9050

9051 Marcelo – Não. Aí é inverdade, podemos até recorrer aos áudios.

9052

9053 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vou passar agora para o Pedro Paulo.

9054

9055 Pedro Paulo – Eu não sou advogado, mas, apesar disso, por diversas vezes, tive que ouvir aqui  
9056 que nós devemos prezar pelo rigor jurídico. Como psicólogo, gostaria de dizer que deveríamos  
9057 prezar pelo rigor da nossa saúde mental. Estamos falando, pela terceira vez, de um ponto que  
9058 foi discutido e encaminhado. Esse ponto voltou no dia de ontem, esse ponto está voltando no  
9059 dia de hoje, temos uma extensa pauta, temos muitos servidores públicos. Sou professor de uma  
9060 universidade, tive que deixar muitas atividades para fazer depois. Não é possível que estejamos  
9061 aqui, mais uma vez, tentando modificar o encaminhamento que já foi feito por um grupo que  
9062 estava aqui, discutindo e encaminhou. Eu peço respeito ao nosso tempo, respeito à nossa a saúde  
9063 mental, o respeito a todos aqueles que vieram aqui com um propósito. O nosso propósito é  
9064 discutir Políticas de combate ao enfrentamento à tortura, não viemos aqui para sermos  
9065 torturados, porque é isso que está acontecendo. Eu peço, por favor, bom senso, que nós  
9066 possamos também prezar pelas atitudes que fazem com que estejamos aqui nesse momento. É  
9067 muito ruim sair de uma reunião, cuja condução faça com que acreditemos que viemos aqui à  
9068 toa, isso é muito ruim do ponto de vista psicológico, é desse lugar que eu falo. Eu gostaria de  
9069 pedir rigor, do ponto de vista psicológico, dessa reunião. Obrigado.

9070

9071 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Caio e, na sequência, Silvia, para darmos encaminhamento.

9072

9073 Caio – Acho que a Vitória também se inscreveu, depois de nós. Ontem, nós decidimos, tem  
9074 uma decisão do pleno.

9075

9076 Carolina – Caio, desculpa te interromper. Nós tentamos fazer o controle dos pedidos, por meio  
9077 da plaquinha. Todos aqui estão pedindo a palavra? Só que não teve outra manifestação.  
9078 Desculpa, Caio.

9079

9080 Caio – Ontem, nós decidimos x. o pleno decidiu isso aqui. O colega está arguindo que essa  
9081 decisão é ilegal. Quem pode caçar uma decisão desse pleno? O próprio pleno ou a justiça, o  
9082 judiciário. Que se pegue essa decisão do pleno e o colega questiona no poder judiciário, ou o  
9083 próprio pleno decide sobre isso, que eu acho que está na pauta, decidir sobre uma decisão que  
9084 recém tomamos. Podemos fazer o seguinte, meu encaminhamento é o seguinte: a partir da  
9085 decisão que tivemos ontem, seguimos o rito da resolução número quatro. Até porque, não vou  
9086 voltar a minha teoria de ontem, mas esse rito fala mais sobre a nota à distância, mas não proíbe  
9087 aprovarmos notas presencialmente. Esse é o primeiro ponto. Mas, tudo bem, vamos seguir esse

9088 rito. Meu encaminhamento é esse. A partir da decisão de ontem, damos prosseguimento e  
9089 seguimos o rito da resolução número quatro. A nota já foi enviada, já está no e-mail, então  
9090 seguimos o rito. E, paralelo a isso, para a próxima reunião, o colega inclui, pede para a  
9091 coordenação incluir na pauta a cassação dessa decisão, porque é o desejo dele. Ou, nesse meio  
9092 tempo, não sei quanto tempo vai demorar para a nossa próxima reunião, ele procura assessoria  
9093 jurídica de alguém, e nos processa. É isso. Vocês estão me obrigando a tomar Rivotril.

9094

9095 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Silvia. Silvia, Marcelo e Vitória, para encaminharmos, por  
9096 favor.

9097

9098 Silvia – Acho que agora eu meio que também... a fala do Caio foi bem contemplativa. É só  
9099 para, outra vez, insistir pelo fato que foi muito claro que houve uma votação. Como convidada  
9100 permanente, estando aqui, houve uma votação de elaboração de uma nota de repúdio ao decreto  
9101 nove mil oitocentos e cinquenta e um, que foi aprovada dentro de todas as regularidades,  
9102 legalidades, segundo o regimento. Se a discussão é se vai seguir esse rito, pode ser. Eu concordo  
9103 com o posicionamento dele, que notas podem ser aprovadas presencialmente. Mas, tudo bem,  
9104 quer seguir o rito, pode ser, mas, voltar atrás, só repetir, somos todos instituições que viemos  
9105 aqui, nós, como convidados permanentes, estou aqui como ATP, nesses dois dias, de nove as  
9106 seis, dedicando tempo nosso, da organização, recursos da organização para estar aqui também.  
9107 Acho que é muito sério que decisões do pleno tem que ser respeitadas, foram votadas segundo  
9108 o regimento. Continuar questionando isso, é realmente preocupante.

9109

9110 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Marcelo.

9111

9112 Marcelo – Não sei em que momento nos perdemos, sei que houve algum não processamento  
9113 pela parte do Lucas, porque aí é na parte da ofensa já. Ontem, principalmente, depois que o  
9114 Lucas trouxe o rito da resolução, foi ponto pacífico, ninguém queria burlar a resolução, Tatiana.  
9115 Isso nunca esteve cogitado aqui, não houve nenhum tipo de manobra, nenhum tipo de má  
9116 intenção de que isso fosse perpetrado ontem. Estamos a favor também da legalidade e do rito.  
9117 Não há possibilidade, mais uma vez, de que nós voltemos atrás para podermos caçar, nesse  
9118 momento, retroagir ao encaminhamento do ponto de pauta. Mais uma vez, reitero as falas de  
9119 todos os outros. Por favor, para – como dizem os jovens – que está feio. Se for necessário,  
9120 conversamos em outros termos. Mas, não tem cabimento julgarmos o mérito da aprovação do

9121 mérito. Nunca houve aqui, ontem, principalmente depois que o Lucas – agradecemos a ele a  
9122 chamada para que andemos na legalidade, para proceder a publicação, cumparamos o rito. Mas,  
9123 voltar atrás, mais uma vez, não é admissível. E, quando tem alguma interpretação, como se  
9124 estivéssemos querendo burlar o rito, não fizemos isso ontem, não há espaço nenhum para que  
9125 alguém tenha dito aqui que não queríamos fazer o rito. O que não admitimos, achamos pouco  
9126 caso, achamos insulto, eventualmente, até leviandade, que digam que tentamos fazer isso.

9127

9128 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Fechou? Vitória. E encerramos para dar encaminhamento.

9129

9130 Vitória – Só para todos compreenderem que, a primeira requisição dessa... É uma resolução que  
9131 prevê o rito da nota pública, acaba de ser cumprida. Acabei de receber o e-mail da coordenação  
9132 geral, me encaminhando, a pedido do Frei Davi, a integralidade da nota. Me parece que, se o  
9133 Lucas, com todo respeito, que argumente a ideia dele, nós defendemos a nossa ideia, isso é  
9134 perfeitamente possível. Mas, a questão da aprovação do mérito está superada. Temos agora, o  
9135 primeiro passo da resolução cumprida, estamos com a nota no nosso e-mail e, agora, vão chegar  
9136 os comentários, as considerações sobre a nota e, na próxima reunião, esperamos juntar tudo  
9137 isso, com a ajuda da mesma diretora, que sou eu mesma, Caio, e demais representantes do  
9138 governo, e tocar essa nota adiante. Me parece que, se havia algum vício de procedimento da  
9139 nota, é completamente sanável. Seria muito temerário, frente a um vício completamente  
9140 sanável, votarmos pela extinção da nota, frente a um vício que é uma decisão do plenário, que  
9141 pode ser solucionado, porque entramos em um consenso. Apesar de não estarmos aqui com  
9142 todos os representantes, que seria impossível, e acho que hoje não estamos, o vício foi votado,  
9143 se há um vício, é completamente sanável. Em nome do senso de justiça, que fiz o apelo ao  
9144 Lucas, de uma decisão soberana da plenária. Obrigada.

9145

9146 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Está levantada, mas você já falou. Vou passar para o Felipe.  
9147 Tem que ser breve, Felipe.

9148

9149 Felipe – Só para esclarecer, agradecer a Vitória, a colocação dela, que é bem pertinente. Eu  
9150 estava lendo com calma o rito, desenhando, fazendo a receitinha do bolo. O único ponto que,  
9151 realmente, está gerando a dúvida, é que a aprovação pelo rito, se dá no momento final. Eu  
9152 concordo com você que o primário ponto do rito foi cumprido nesse momento, chegou no nosso  
9153 e-mail. Pelo rito traçado na resolução quatro, há o encaminhamento por um dos membros à

9154 coordenação geral, hoje, secretaria executiva. A coordenação encaminha para a mesa. A mesa  
9155 aprova ela mesma ou encaminha ao plenário, na sessão subsequente. É no final do filme que se  
9156 aprova, se delibera e aprova. Ou a mesa aprova dentro da mesa, ou o plenário vai aprovar na  
9157 sessão subsequente. O que aconteceu foi essa inversão, na minha visão, que se aprovou antes  
9158 de começar o rito. Acho que esse é o ponto que está sendo levantado como uma irregularidade,  
9159 que eu concordo, fazendo essa leitura do rito. Só isso que eu queria contribuir.

9160  
9161 Lucas Grilo – Concordo com a Vitória e o Felipe, está perfeito o rito dessa nota. Não é isso que  
9162 estou questionando, está apresentada ao comitê e vai passar pelo rito da resolução. O que estou  
9163 questionando é somente a nossa vinculação a aprovação de uma nota de repúdio. Isso vai de  
9164 encontro à resolução. Não podemos nos vincular a fazer uma nota de apoio ou nota de repúdio,  
9165 que a resolução é clara ao dizer que temos que ter a nota antes, uma nota que já está pronta e,  
9166 aí sim, vai passar para a deliberação do pleno. Como a secretária mesmo mencionou, temos  
9167 abertura para uma nota de apoio e a deliberação do pleno ontem não impede isso.

9168  
9169 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos fazer sugestão de encaminhamento. Lembrando  
9170 novamente que o rigor é para se obedecer ao rito estabelecido na resolução. Primeiro, não está  
9171 falando sobre não ser presencial, isso é no artigo quatorze. No artigo dezesseis... cumprimos o  
9172 artigo quinze. Artigo quinze cumprido. Inclusive, questioneei porque não foi encaminhado mais  
9173 cedo, não precisava ser às sete da manhã, possivelmente estava em deslocamento. Mas, disse  
9174 que o entendimento foi que seria distribuído aqui, no momento. Artigo dezesseis, a mesa  
9175 diretora, cuja composição é Vitória, Lucas, os outros dois, Rodrigo e Caio, tendo presentes os  
9176 comentários e contribuições, poderá aprovar ou encaminhará à plenária, na reunião  
9177 subsequente. Qual a proposta para se fazer esse rito, vocês se unirem, em quanto mesa? Qual a  
9178 proposta? Quero contribuições aqui. Terão que cumprir esse rito do artigo dezesseis. Como ela  
9179 vai ser encaminhada a plenária na reunião ordinária, na reunião subsequente, vocês fariam isso  
9180 de uma forma on line, se reuniriam, porque temos uma sequência para dar na agenda.

9181  
9182 Caio – Estamos na fase de receber as contribuições e comentários. Não tem um prazo regimental  
9183 para recebermos isso, receber esses comentários. Mas, acredito que, sendo mesa composta de  
9184 dois representantes da sociedade civil e dois do governo, provavelmente vai dar empate, se  
9185 tivermos os quatro que sentar e decidir se essa nota sai ou não. Provavelmente, o  
9186 encaminhamento será enviarmos para o plenário, para a próxima reunião ordinária.

9187

9188 Vitória – Eu acho que nada nos impede de disponibilizar, para não ficar eternamente aberta a  
9189 questão de sugestões, disponibilizamos uma semana para as pessoas poderem ler, se inteirar e  
9190 fazer comentários. Claro que é uma nota elaborada por um membro da sociedade civil, sabemos  
9191 que o comitê tem governo, tem tudo, e as contribuições podem se dar nesse sentido, de maneira,  
9192 de baixar o tom. Fizemos uma sugestão e queremos os comentários. Eu acho que daríamos, a  
9193 partir de hoje, uma semana, para recebermos por e-mail, e eu pediria que fosse encaminhado à  
9194 coordenação geral, e ela nos encaminha um documento só com as sugestões, vamos debater,  
9195 enquanto mesa diretora, mas, adianto que desde já é possível que de empate, nós traremos na  
9196 próxima reunião. Acho que esse é o encaminhamento possível. Uma semana, me parece, me  
9197 corrijam, mas é um prazo razoável ainda.

9198

9199 Caio – Uma semana é bem razoável e, eu gostaria de pedir que quem eventualmente for fazer  
9200 contribuições, faça em forma de destaque, para que não tenhamos que ficar comparando uma  
9201 nota com a outra e ficar caçando onde foi modificado.

9202

9203 Lucas Grilo – Presidente, na qualidade de membro da mesa diretora, eu voto pela não aprovação  
9204 imediata da nota pública e encaminhamento para a próxima reunião. Deixando claro e, peço  
9205 Carolina, por gentileza, o registro desse destaque, sem vinculação em relação ao conteúdo da  
9206 nota, em cumprimento à resolução número quatro. Não tem vinculação de apoio ou repúdio,  
9207 ficando aberta inclusive a sugestão no sentido de uma outra nota pública.

9208

9209 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu entendo que, aberto esse prazo para sugestões e  
9210 comentários, vai estar sujeito a esse tipo de avaliação que você está colocando, Lucas.  
9211 Lembrando que, corrigindo o que os demais falaram, ela não veio para aprovação. Foi o que foi  
9212 dito agora. Quem está de acordo com esse encaminhamento, de submeter à mesa às sugestões,  
9213 em uma semana, para que seja discutida e volte à pauta, na próxima reunião ordinária por favor  
9214 se manifeste.

9215

9216 Marcelo – Só uma questão de esclarecimento. (Intervenção simultânea). Para instruir meu voto  
9217 e lembrar o que foi dito aqui ontem. Tudo bem que procedamos assim. A chegada do Sávio que  
9218 me reavivou a memória. Uma das coisas que discutimos ontem é que não estamos inventando  
9219 a história. Os biênios anteriores, na última fala que eu fiz também destaquei isso, as notas eram

9220 decididas, esse comitê não tem reunião ordinária junto com grupo de trabalho, e todas as notas  
9221 eram feitas aqui. Enquanto você estava conduzindo a reunião, eu lembro, ano passado, estava  
9222 a Lena, da Justiça Global, eu aqui, e nós fazendo uma nota para que submetêssemos o conteúdo  
9223 à aprovação, no final.

9224

9225 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu vou repetir, eu estou sendo bem sincera e bem simples na  
9226 forma de colocar. Um dos motivos que fez com que a ministra me convidasse, foi para cumprir  
9227 o rigor jurídico, evidentemente aliado à eficiência, efetividade, razoabilidade. Eu tenho  
9228 obrigação de manter, e outros já concordaram manter o rito que está no regimento. Acho que é  
9229 mais uma necessidade de rever a resolução e o regimento expostos, em outros momentos. Esse  
9230 foi o entendimento, e acho que devemos presar pela eficiência. Conversei com vocês, inclusive  
9231 é pauta, toda discussão é rica, não vamos poder fugir disso, mas vamos ter que trabalhar uma  
9232 pauta muito mais efetiva, muito mais exequível. Isso tudo também, contem comigo. Para voltar  
9233 a falar a questão da fala democrática, Matheus, eu acho que sim, mas acho que o respeito tem  
9234 que estar em primeiro lugar. Estou aqui para respeitá-los e, realmente, exigir o respeito não é  
9235 porque eu quero infringir o direito de cada um se manifestar não. Tem mais alguém que tenha  
9236 dúvida de cumprir o rito?

9237

9238 Caio – Só queria que esclarecêssemos juntos que, o que vamos votar é o encaminhamento do  
9239 prazo, que não estamos votando o encaminhamento de enviar para a mesa, porque isso já está  
9240 na resolução, isso foi feito inclusive, quando recebemos o e-mail. Só estamos votando o prazo  
9241 de sete dias para os demais membros enviarem os comentários.

9242

9243 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Sim. É isso mesmo. Acaba que uma coisa dá sequência à outra.  
9244 Se for à rigor e, com eficiência, colocaria: obedecendo o disposto na resolução tal, artigo quinto,  
9245 parágrafo (...) submeto à mesa diretora. Eu faria dessa forma. Não quer dizer que tem que ter  
9246 essa... Se está no e-mail de todos, evidentemente que a mesa recebeu. É isso. Algum  
9247 esclarecimento a mais? Sobre a questão do rito, é para cumprir, mas vamos optar pelo rito que  
9248 é inerente.

9249

9250 Silvia – É um rito que está na resolução. A nota foi aprovada a elaboração de uma nota de  
9251 repúdio. Foi isso. Falaram em nota de apoio, não estou entendendo. É uma nota de repúdio. Isso  
9252 foi o que foi observado.

9253

9254 Tatiana Barbosa de Alvarenga – E é o que vai estar em pauta.

9255

9256 Lucas Grilo – Presidente, eu sugeriria o seguinte como encaminhamento para votarmos agora.

9257 Acredito que a maioria vai votar no sentido de deliberarmos na próxima reunião, que é o que

9258 diz a resolução, está claro, artigo quinze e dezesseis. Mas, como um terceiro encaminhamento

9259 para votarmos também, quero que fique claro que as sugestões e subsídios possam ser em

9260 qualquer sentido, de alterar a nota, seja para apoio, repúdio, para aumentar o tom, baixar o tom,

9261 não importa.

9262

9263 Marcelo – Questão de ordem. Significa derrubar o encaminhamento do ponto dois, Lucas, por

9264 favor. (Intervenção simultânea).

9265

9266 Vitória – (intervenção simultânea). Eu te respeito e, você, como bom advogado vai defender

9267 seu ponto de vista, mas está decidido.

9268

9269 Lucas Grilo – Eu defendo a resolução, não foi cumprida a resolução.

9270

9271 Vitória – Nós também Lucas, estamos defendendo agora a resolução e seguindo a resolução.

9272

9273 Tatiana Barbosa de Alvarenga – O que está dito no artigo quinze é que qualquer membro pode

9274 encaminhar e submeter à mesa diretora. A mesa diretora poderá aprovar a nota pública, o que

9275 estamos chamando de nota pública. Acho que podemos usar esse tempo, é o que tem que ser,

9276 não teria que ter um adjetivo para ela na sequência.

9277

9278 Marcelo – Tatiana, mais uma vez, a grande questão que está azucrinando a cabeça, ninguém

9279 está aguentando mais essa discussão. Para deixar claro, é para retroagir o que está definido no

9280 ponto dois? Se for isso, já dissemos qual é a questão nossa, não admitimos isso. Agora, se for

9281 a questão, que já concordamos, de cumprir o rito, isso ninguém está se negando. Se for para

9282 retroagir uma coisa votada, decidida, como o Lucas acabou de dizer. A nota pode virar uma

9283 nota de apoio, isso é inadmissível.

9284

9285 Alexandre – Só deixar um esclarecimento. Estou lendo pela terceira ou quarta vez os artigos da  
9286 resolução, que tratam sobre esse rito de aprovação de notas públicas, e refletindo sobre o que  
9287 aconteceu ontem aqui, o item de pauta que estava em discussão ontem, era sobre a estrutura do  
9288 mecanismo. E o encaminhamento que foi aprovado, e foi regularmente aprovado, porque a  
9289 questão da ausência de alguns dos membros do comitê não interfere na continuidade da reunião,  
9290 essa foi uma decisão de cada membro que, eventualmente, deixou a sala. O encaminhamento  
9291 foi no sentido da elaboração de uma nota de repúdio ao decreto que fragilizou a estrutura do  
9292 mecanismo. Portanto, o encaminhamento que foi dado foi pertinente ao ponto de pauta, no  
9293 sentido da elaboração de uma nota. Se essa nota vai ser aprovada, tal como a proposta que vai  
9294 ser submetida ou não, é uma coisa. Temos uma minuta que foi elaborada conforme o  
9295 encaminhamento X, que é no sentido de repudiar o decreto que fragilizou a estrutura do  
9296 mecanismo. Foi o que foi entendido ontem, no comitê. Outra coisa, é dizer: vamos tornar essa  
9297 nota uma nota de apoio ao decreto. É muito diferente. O que pode acontecer é a discussão em  
9298 torno do texto da nota, e me parece que esse rito da resolução quatro está tratando, é da  
9299 discussão do texto, tanto que ele fala sobre as possibilidades de encaminhamento de sugestões,  
9300 se vai ser feito virtualmente, se vai ser feito presencialmente. Trata sobre discussões de texto,  
9301 mas não em relação ao mérito do que já foi tratado. O encaminhamento (inaudível) no sentido  
9302 de elaboração de uma nota de repudio, esse encaminhamento é válido, não vejo nulidade no  
9303 encaminhamento que foi feito ontem, regularmente. Agora, o procedimento da aprovação dessa  
9304 nota, pode ser que a nota não seja aprovada, pode ser que conforme o andamento a nota não  
9305 seja aprovada, ou que seja aprovada com uma redação mais branda, conforme sugeriu a colega  
9306 do conselho federal da OAB. Mas, isso também não significa que se mude, que se altere o  
9307 encaminhamento que foi adotado regimentalmente da forma correta.

9308

9309 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu entendo, vou fazer com base no meu entendimento, até  
9310 porque estava perguntando se tinham esses adjetivos para a nota, e está aqui realmente, no  
9311 parágrafo terceiro, do artigo segundo, que a nota pode ser quanto à aprovação, reconhecimento  
9312 ou repúdio. Eu entendo que tem que seguir o rito do artigo dezesseis. A proposta foi feita, se  
9313 segue, ela pode ser qualquer uma delas, assim como se fossemos colocar nota de apoio, Lucas,  
9314 ela segue o rito do artigo dezesseis, que é conteúdo. Ela seria nota de (intervenção fora do  
9315 microfone). Não estou questionando, estou entendendo igual a vocês que, agora é conteúdo.  
9316 (Intervenção fora do microfone). Voltado para isso. Eu entendo que, agora, seria conteúdo,  
9317 porque ela pode ter... mesmo se não fosse votado ontem, qualquer um de vocês, qualquer um

9318 de nós, poderia ter sugerido, e ela iria para a mesa. Eu estou entendendo que não teria nenhum  
9319 rito de votação. As sugestões de nota seriam enviadas eletronicamente a qualquer um dos  
9320 membros, que transmitirá a qualquer um dos membros, e encaminhará à mesa. Vem para a  
9321 mesa, pode aprovar diretamente ou encaminhará ao plenário. Entendo que, de aprovação, de  
9322 repúdio, de reconhecimento, estou falando quanto ao conteúdo, ela é submetida ao conteúdo, já  
9323 com o mérito encaminhado. Não sei se o Lucas quer contrapor? Bruno. Tentamos fechar. Mário,  
9324 depois, Bruno. Débora.

9325

9326 Débora – Obrigada. Não obstante os meus comentários ontem, a respeito do processo, de  
9327 algumas coisas que eu não havia atendido, em espírito de boa-fé eu queria esclarecer algumas  
9328 coisas a respeito do encaminhamento que foi proposto aqui. Entendo que os comentários sejam  
9329 enviados no período de sete dias. Eu tenho algumas várias dúvidas a respeito disso. Pode ser  
9330 que, como o colega falou ontem, eu seja uma neófito e, por isso, não entendo o processo direito.  
9331 Mas as dúvidas são as seguintes. Primeiro, nesse período de sete dias, os comentários são de  
9332 ajuste ao texto ou podem haver emendas, por assim dizer, aditivas e supressivas? Isso é algo  
9333 que não está claro para mim. Um outro ponto, uma vez que todos esses comentários sejam  
9334 recebidos, entendi que isso vai ser organizado num texto só. Aliás, não tenho certeza se vem  
9335 várias emendas para serem votadas separadamente, cada uma das emendas de modificação do  
9336 texto, ou se isso vem num documento consolidado, com todas as mudanças propostas e, apenas  
9337 esse documento consolidado é considerado e votado ao final. Essas questões não estão muito  
9338 claras para mim. É isso. Obrigada.

9339

9340 Caio – Não que eu saiba exatamente como funciona o rito, mas eu suponho que isso vai ser uma  
9341 decisão da mesa. Nós quatro vamos propor uma nota, consolidada, para o plenário, na próxima  
9342 reunião. Acredito que seja isso, se os colegas concordam.

9343

9344 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Está no artigo dezesseis. É isso mesmo. São Mário ou Bruno  
9345 agora? Mário.

9346

9347 Lucas Grilo – Secretária, pela ordem, só uma correção, corrigindo o colega, acrescentando ao  
9348 que ele disse. Nós não vamos fazer essas contribuições, é o pleno que faz, é o que está na  
9349 resolução. A mesa diretora não vai deliberar a respeito, só colocamos para a próxima reunião

9350 e, até lá, talvez no prazo de uma semana, que foi sugerido pela Vitória, apresentamos essas  
9351 contribuições à note.

9352

9353 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Mário, por favor. Caio, eu dou na sequência. Mário, por favor.

9354

9355 Caio – O colega leu enviesado. Diz assim: sugestões são enviadas, comentários e contribuições  
9356 dos membros do comitê. Qualquer membro.

9357

9358 Tatiana Barbosa de Alvarenga – É isso. A interpretação do artigo está clara. Vamos para o  
9359 Mário.

9360

9361 Mário – Presidente, em relação ao mérito da questão. Ontem, no início da tarde, se fez uma  
9362 votação, e se deliberou por uma nota de repúdio. (Intervenção fora do microfone). Isso está  
9363 delimitado já. Eu teria compreendido que a senhora teria dito que o conteúdo estaria aberto,  
9364 porque essa decisão não estaria vinculada a um rito.

9365

9366 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Desculpa, até vamos fazer um bate papo aqui. Mas eu entendi,  
9367 foi o que eu perguntei: ela tem que ser classificada? Eu cobrei, estou cobrando, Carol vai ter  
9368 que estar com esse regimento na ponta da língua. Vamos fazer uma sabatina antes, e eu entendi  
9369 rapidamente, ela me mostrou o parágrafo que, realmente, ela tem que ter uma classificação.  
9370 Pode ser de aprovação, de reconhecimento ou repúdio. Ela tem que ter e ela já foi classificada.  
9371 Agora, é seguir o rito que está claro, do artigo dezesseis. Estamos aprendendo juntos. Acho que  
9372 também vamos ter a obrigação de pegar, estudar e passar pela sabatina a minha equipe.

9373

9374 Mário – Especificamente a questão levantada pelo Lucas, depois, à tarde, em que pese não tenha  
9375 participado da discussão no momento adequado, à tarde, depois de já superado esse ponto de  
9376 pauta, levanta a questão que ele entende que há uma ilegalidade na votação, que não haveria  
9377 observância do regimento. Essa foi sua alegação, é isso? (Intervenção simultânea). Esse é o  
9378 ponto. É só em relação a isso. Me parece que cabe à presidência. Ontem, até fiz essa solicitação  
9379 à vice-presidente, que presidia a mesa, assumir a ordem dos trabalhos e, efetivamente,  
9380 determinar que, quando se debate o ponto da pauta, na discussão sobre aprová-la ou não aprová-  
9381 la, está a legalidade e o mérito. Tanto a legalidade, quanto o mérito, podem ser questionados ou  
9382 levantados por qualquer dos membros, durante ou antes da votação. Uma vez ocorrida a

9383 votação, sem que se tenha levantado a legalidade dessa votação, preclusa está essa  
9384 possibilidade. Salvo pela via judicial, visto que, Lucas, já que apela ao positivismo e à exegese,  
9385 visto que não há qualquer previsão legal ou regimental de retomada de uma pauta já votada, ou  
9386 superada, seja para rediscutir uma questão de mérito, seja para rediscutir uma questão de  
9387 legalidade. Portanto, o único pedido é que não se volte a discutir essa questão e, simplesmente,  
9388 se avance, reconhecendo que já há aprovação da realização da nota e, efetivamente, se discuta  
9389 o conteúdo da nota. É um ato administrativo que, nesse ponto, já está vinculado, vai ocorrer, e  
9390 vai ser de repúdio.

9391

9392 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Inclusive, houve excesso, não no sentido de terem se excedido.  
9393 Na verdade, observando aqui, não precisaria nem ter passado para aprovação. Qualquer um de  
9394 vocês poderia propor e seguir o artigo dezesseis. Agora, foi mais ainda. Inclusive, tem o  
9395 referendo, o referendamento. Entendo que foi referendado, a partir do momento que seguiu  
9396 votação. Mas, pelo que está dito aqui, poderá ser enviada por meio eletrônico, por qualquer um  
9397 dos membros. Transmitiu, vai para a mesa diretora, recebe contribuição, avalia se a própria  
9398 mesa diretora quer aprovada, se não, vai para a plenária, que vai ser o caso, que sabemos que  
9399 vai ter uma divergência de posicionamento. É isso. Mais alguém? Acho que agora podemos  
9400 seguir? Seria o Bruno na sequência, depois eu posso até passar, mas estou preocupada com a  
9401 questão do edital. (Intervenção fora do microfone). Se o Bruno ceder o lugar, elegantemente.  
9402 Porque você não tinha pedido antes, por isso não anotamos.

9403

9404 Bruno – Rapidamente, só em relação a fala do Mário. Como servidor público, autotutela,  
9405 podemos evocar sempre a revisão de atos administrativos exarados, decisões. Não vejo como  
9406 irregularidade alguma o ato praticado pelo Lucas.

9407

9408 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos votar, para cumprimento do artigo dezesseis, e com  
9409 nossa sugestão de ter uma semana para... melhor falar em dias, sete dias, para que os membros  
9410 encaminhem sugestões ao conteúdo. A mesa diretora combina como será a apreciação, para  
9411 entrar na próxima pauta da plenária para aprovação.

9412

9413 Lucas Grilo – Secretária, com acréscimo: acrescentando a reclassificação e a alteração de toda  
9414 a propostas. Porque é essa parte que há a discussão, e votamos. É só isso. O debate é esse.

9415

9416 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu não sei se alguém pode me amparar, Sávio, eu não estou  
9417 enxergando, Lucas, essa possibilidade de mudar o tipo.

9418

9419 Marcelo – Na próxima ordinária, faz urgente o seguinte: temos que lembrar qual a origem da  
9420 natureza das coisas. Esse negócio de nota, a Isabel cantou essa pedra, desde ontem, nessa  
9421 discussão. As notas existem para que o comitê, em situações principalmente que já são  
9422 reconhecidas como necessidade de urgência de pronunciamento, que possa dar agilidade a isso.  
9423 Essa discussão, além de ser surreal e desrespeitosa, em relação ao ponto dois, especificamente,  
9424 ela faz com que vejamos a necessidade, pela dificuldade ou dubiedade dessa resolução...  
9425 porque, essa resolução, na verdade, vai impedir qualquer encaminhamento de nota, por  
9426 exemplo: houve uma chacina em tal lugar. Só vamos poder nos pronunciar para a sociedade,  
9427 daqui há um mês.

9428

9429 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Por isso que achamos que tem que ter um regimento mais  
9430 eficiente.

9431

9432 Marcelo – Mas não estamos discutindo regimento, estamos discutindo uma resolução de um  
9433 tema específico.

9434

9435 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Regimento, podemos agregar muita coisa das resoluções  
9436 dentro do regimento. Até porque, as resoluções, geralmente, são criadas para suprir algum  
9437 vácuo. Eu quero que o Lucas me dê um embasamento que ele está colocando para isso, porque  
9438 a minha interpretação de que a nota pública, qualquer um poderia submeter. Eu acho que já  
9439 pode (intervenção simultânea).

9440

9441 Lucas Grilo – A questão é simples. Não se trata de embasamento, se trata de falta de  
9442 embasamento para, em uma deliberação do comitê, vincularmos a aprovação de uma nota  
9443 pública de repúdio. Não há embasamento, porque a resolução não dá fundamento para isso. É  
9444 simples.

9445

9446 Cândida – Eu queria solicitar à presidência que precedesse à votação, porque eu preciso ir  
9447 embora, porque tenho um voo me esperando.

9448

9449 Lucas Grilo – (intervenção fora do microfone). Precluso com base em que? Princípio da  
9450 autotutela da administração. Se há uma irregularidade, nós corrigimos, não precisamos  
9451 judicializar, nós corrigimos. (Intervenção simultânea).

9452

9453 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Por questão de ordem, Sávio.

9454

9455 Sávio – Estamos perdendo questão da inscrição. Todo mundo está falando.

9456

9457 Interlocutor não se identificou – Se eu tive minha inscrição vetada, eu queria que as outras  
9458 pessoas tivessem também, e procedêssemos à votação. Vetada não, perdão. Na verdade, eu  
9459 poderia falar depois da votação. Eu tenho um voo para pegar, gostaria de pedir solidariedade  
9460 das pessoas, que encaminhássemos a votação, que é meu direito votar nesse momento, porque  
9461 eu queria falar depois disso, posso falar antes também, mas vamos encaminhar a votação.

9462

9463 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos encaminhar a votação para cumprimento do artigo  
9464 dezesseis, dando prazo de uma semana para que os comentários e contribuições cheguem aos  
9465 membros da mesa diretora. Quem é a favor? (Intervenção simultânea). Artigo dezesseis é o que  
9466 tem que ser cumprido. (Intervenção simultânea). Que a nota, ora apresentada, com base no  
9467 artigo quinze, já discutida na sessão anterior, seja submetida ao rito do artigo dezesseis, da  
9468 resolução número quatro, de maio, de dois mil e dezesseis, acrescentando-se ao artigo dezesseis,  
9469 o prazo de sete dias para envio de comentários e contribuições.

9470

9471 Marcelo – Tatiana, só um adendo. É necessário que se tipifique. A nota é de repúdio.

9472

9473 Tatiana Barbosa de Alvarenga – É a nota pública, que foi proposta pelo membro do conselho.

9474

9475 Marcelo – Aprovada na discussão do ponto dois...

9476

9477 Tatiana Barbosa de Alvarenga – (intervenção simultânea). Cumprindo-se também o artigo  
9478 quinze, da mesma resolução. Eu vou considerar o cumprimento do artigo quinze, da mesma  
9479 resolução.

9480

9481 Marcelo – Estou considerando que foi cumprido. A nota pública, ora proposta, em cumprimento  
9482 ao artigo quinze da resolução número quatro, de nove de maio, de dois mil e dezesseis, será  
9483 submetida ao rito do artigo dezesseis, do capítulo quatro, da mesma resolução, acrescentando-se o  
9484 prazo de uma semana para se tratar do conteúdo. É isso.

9485

9486 Tatiana Barbosa de Alvarenga – (intervenção fora do microfone). Conforme o artigo dezesseis.

9487

9488 Marcelo – Permanece o tipo de repúdio.

9489

9490 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Estou considerando que a nota pública, submetida com base  
9491 no que reza a resolução quatro, de nove de maio, de dois mil e dezesseis, pelo representante  
9492 Frei Davi, obedecendo o artigo quinze, da mesma resolução, capítulo quatro, será encaminhada  
9493 à mesa diretora, em cumprimento ao artigo dezesseis, da mesma resolução, observando-se o  
9494 prazo de sete dias, para que os membros do comitê enviem sugestões, em cumprimento ao artigo  
9495 dezesseis.

9496

9497 Interlocutor não se identificou – Nota pública de repúdio.

9498

9499 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Já está dito. Ela vai colocar nos encaminhamentos, não sei se  
9500 tem que colocar um resumo. Ela está colocando nos registros de encaminhamento. Votado?  
9501 Acho que não fizemos a contagem dos votos. Já que foi cumprido... rito para encaminhamento  
9502 de nota pública, registrado o que reza na resolução número quatro, de maio de dois mil e  
9503 dezesseis, artigo quinze, com encaminhamento por um dos membros do conselho, também  
9504 discutido no item dois, da sessão anterior, vamos cumprir o rito do artigo dezesseis, para  
9505 encaminhamento de nota pública, acrescentando-se um prazo – que não tem aqui – de sete dias,  
9506 para envio das contribuições de que trata o artigo dezesseis. Vai ser feito, no final, tem uma  
9507 leitura dos encaminhamentos. Aberta a votação. Pode se manifestar quem está contra esse  
9508 encaminhamento. Contra o encaminhamento de submeter à mesa diretora.

9509

9510 Lucas Grilo – Contra, porque não está autorizando a reclassificação. Vamos ter que fazer uma  
9511 nota de repúdio. Contra, absolutamente.

9512

9513 Sávio – Pelo que eu entendi são duas propostas. Tem uma proposta de uma outra nota, e tem  
9514 essa proposta que já foi feita já. (Intervenção simultânea).

9515

9516 Lucas Grilo – Reclassificação. Reformulação plena da nota.

9517

9518 Vitória – Estamos falando de um prazo agora. A proposta de outra nota, Sávio, com todo  
9519 respeito, não sei se fui clara, não está feita, alguém tem que propor essa nota e temos que colocar  
9520 na pauta da próxima reunião. Se for uma nota de apoio, imagino que o Lucas possa fazer isso,  
9521 colocar para enviar no e-mail e fazermos os encaminhamentos de uma nota de apoio, nada  
9522 impede. Mas, essa agora é de repúdio, estamos votando no prazo. Só para pararmos de  
9523 tumultuar, fazer essa votação de uma vez.

9524

9525 Lucas Grilo – O único destaque que eu faço é esse: autorizando-se a reclassificação. O pleno  
9526 tem a competência (intervenção fora do microfone). De forma irregular. (Intervenção fora do  
9527 microfone). Já foi feita a votação? (Intervenção fora do microfone). Para não ter problema, eu  
9528 sugiro três propostas.

9529

9530 Caio – A presidenta que tome as rédeas disso aqui.

9531

9532 Sávio – Estamos perdendo o respeito dos trabalhos, e acho que não é por aí, já tinha colocado  
9533 isso anteriormente, nós temos que, ser subjetividade, uma presidência. Eu acho que todo mundo  
9534 tem que acompanhar isso.

9535

9536 Interlocutor não se identificou – Para não ter esse preciosismo que está gerando esse embate,  
9537 porque não simplesmente adotamos a nomenclatura utilizada pelo autor da nota. Nota do  
9538 CNPCT.

9539

9540 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Inclusive, a nota recebida é a nota do CNPCT. (Intervenção  
9541 fora do microfone).

9542

9543 Lucas Grilo – A nota não está classificada, boa observação.

9544

9545 Caio – A nota é fruto de um encaminhamento do ponto dois, da pauta de ontem.

9546  
9547 Lucas Grilo – Nem havia pauta ontem.  
9548  
9549 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Por uma questão de ordem, ou damos intervalo ou  
9550 encaminhamos.  
9551  
9552 Lucas Grilo – Eu peço respeito, Matheus.  
9553  
9554 Matheus – Você está falando sem ter a palavra. A presidente (inaudível) falar. Você está  
9555 parecendo meu filho de dois anos.  
9556  
9557 Lucas Grilo – Você tinha a palavra. Eu peço respeito.  
9558  
9559 (Intervenção simultânea)  
9560  
9561 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu tenho o entendimento que tem que seguir o artigo quinze.  
9562 Se uma das discussões conseguir mudar com a mesa diretora, na discussão, se muda, se  
9563 modifica. Se for para seguir, está aqui: nota do CNPCT.  
9564  
9565 Tatiana Barbosa de Alvarenga – (intervenção fora do microfone). Não. Tem que seguir o rito  
9566 do artigo, pela resolução. (Intervenção fora do microfone). Por escrito. Já que temos um  
9567 projetor, poderíamos utiliza-lo, para que todos saibam exatamente quais os termos do  
9568 encaminhamento, no que estão votando, e não seja necessário discutir se a votação foi realizada,  
9569 se não foi, quem foi que votou, quem foi que não votou. Me parece que facilitaria o trabalho.  
9570  
9571 Matheus – Eu quero sugerir como encaminhamento, a Ministra leu os termos do que está sendo  
9572 votado, foi feita a votação de votos contrários, apenas um voto contrário, o teor da ata já está  
9573 anotado pela Carolina. Vamos seguir para o próximo ponto, eu faço um apelo. A senhora acabou  
9574 de ler todos os pontos do que estávamos aprovando, foi aprovado e, mais uma vez, parece ter  
9575 tido o Lucas, de tentar reabrir a discussão. Eu peço à senhora, na qualidade de presidente dos  
9576 trabalhos de hoje, para conduzir isso para a frente.  
9577  
9578 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu vou fazer a leitura do encaminhamento.

9579

9580 Interlocutor não se identificou – Só uma questão de ordem. A votação não foi completa, porque  
9581 não se perguntaram quais eram as abstenções, o processo de votação não foi concluído.

9582

9583 Tatiana Barbosa de Alvarenga – O processo não foi, porque o Lucas interrompeu. Mas eu peço,  
9584 por questão de ordem, que se manifestem antes.

9585

9586 Interlocutor não se identificou – Mas, tem que retomar do ponto que foi interrompido, votos  
9587 contra, já superou, a favor, abstenção. Não dá para voltar, novamente, a anunciar o que estava  
9588 sendo voltado.

9589

9590 Matheus – Vamos terminar a votação, como a Débora sugeriu.

9591

9592 Lucas Grilo – Posso fazer a sugestão do voto para votarmos, só isso, e vemos quem ganha.

9593

9594 Interlocutor não se identificou – A votação já foi iniciada. Ela foi interrompida.

9595

9596 Matheus – Já foi iniciada.

9597

9598 Lucas Grilo – A votação seria: autorizando-se a ampla reclassificação e reformulação da nota.  
9599 (Intervenção fora do microfone). Vai para voto. Estou fazendo a sugestão. (Intervenção  
9600 simultânea). Vamos votar no pleno, simples assim.

9601

9602 Interlocutor não se identificou – Mas você votou, você levantou a mão, você votou contra ao  
9603 que a presidência encaminhou.

9604

9605 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eles vão colocar no projetor qual foi o encaminhamento. Vai  
9606 demorar? Vamos colocar.

9607

9608 Lucas Grilo – O pessoal está criando alguma polemica em relação à finalização da outra  
9609 votação. Podemos finalizar então. Ela só foi iniciada.

9610

9611 Caio – Tem inscrições? Eu quero falar também. Vamos nos inscrever todo mundo. Todo mundo  
9612 tem fala.

9613

9614 Marcelo – Eu queria chamar atenção da senhora que, pelo horário ofício de final da reunião,  
9615 estamos há quarenta minutos do final dessa reunião. A colega Cândida já pediu pelo amor de  
9616 Deus, que ela pudesse proceder a votação. Tudo está na conta da democracia. Parar a votação,  
9617 como se estivéssemos fazendo votação, não é nem de reunião de condomínio, é reunião de play.  
9618 Porque, começamos o regime de votação e para. Por favor. Outra coisa, que a senhora, na  
9619 sequência de proceder a votação, que possamos ter um horizonte que horas a senhora está  
9620 definindo que vai ser o final da reunião. Porque, na pauta que estamos executando, seria  
9621 dezessete e trinta. Dezessete e trinta, todos nós teremos que ir para o aeroporto. Só para poder  
9622 contextualizar.

9623

9624 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu mantenho a sugestão de encaminhamento. Lucas, vou  
9625 manter a sugestão de encaminhamento. Eu estou, novamente, sentindo falta de um regimento  
9626 mais robusto, de um regimento que diga que pode, ou não, fazer alteração, inclusive da  
9627 motivação da nota. Podemos até trabalhar isso mais à frente, para explicitar, uma resolução para  
9628 explicitar que uma nota não poderá, ou poderá ser reclassificada, se inverter. Mas, eu entendo,  
9629 no meu conhecimento, não sei alguém que possa dizer. Tem mais alguém que tem o mesmo  
9630 entendimento do Lucas, que se pode mudar o mérito?

9631

9632 Lucas – Vamos para o registro, Carolina?

9633

9634 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Elas estão preparando o encaminhamento para colocar.

9635

9636 Silvia – Eu tenho uma ponderação, que acho que vou repetir pela quinta vez. (Inaudível). A  
9637 nota de repúdio é um encaminhamento de um item de pauta, ontem, que foi aprovado. Isso está  
9638 muito claro.

9639

9640 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A minha sugestão é que chamemos de nota pública. Se ela for  
9641 aprovada, no dia do plenário, ela se torna nota pública de repúdio. (Intervenção simultânea).  
9642 Nós cumprimos o artigo dezesseis, e dizemos que a nota pública, ora proposta pelo Frei Davi,  
9643 será submetida aos termos da resolução número quatro, capítulo quarto. Na aprovação, vocês...

9644

9645 Interlocutor não se identificou – Com todo respeito, essa é uma questão de redação, porque se  
9646 tem que chegar a uma redação da nota. (Intervenção simultânea). O tema que foi discutido,  
9647 chegou o encaminhamento deliberado. O que o comitê vai fazer em relação a isso? A  
9648 deliberação foi uma nota de repúdio. Isso já foi deliberado e já foi passado.

9649

9650 Tatiana Barbosa de Alvarenga – (intervenção simultânea). Eu vou passar para o Sávio.

9651

9652 Marcelo – Questão de ordem. Queria implicar você no regimento atual. Logico que podemos  
9653 ter críticas. Mas, se você concluir essa reunião sem planejamento, você incorre no  
9654 descumprimento do regimento atual. Está dito que, na primeira reunião do ano, é obrigatório  
9655 que façamos o planejamento das nossas reuniões. Não é admissível que sacrifiquemos o  
9656 planejamento das reuniões, por causa de uma coisa que não tem consenso. Não é admissível a  
9657 continuidade dessa discussão, com essa penalidade, essa possibilidade de que não seja  
9658 cumprido o regimento atual, tem obrigação de cumprir. Sair daqui sem o planejamento, não é  
9659 admissível. Essa discussão é impasse, isso pode ser resolvido depois. Sair daqui sem um  
9660 planejamento, com quatro reuniões em déficit, isso não é admissível, e vamos procurar os  
9661 direitos lá fora, assim como o Lucas pode procurar os direitos dele lá fora. Isso, no regimento,  
9662 está claro, não tem ponto de dissenso, não tem ponto de discussão, é obrigatório que a senhora  
9663 proceda o planejamento das nossas reuniões. Tudo pode ser resolvido depois, o que não pode  
9664 ser resolvido é que saíamos daqui sem esse planejamento.

9665

9666 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Sávio, vou abrir a palavra e podemos seguir à sugestão calorosa  
9667 do Marcelo, de passar, na sequência, para o planejamento. E os outros itens estarão... não me  
9668 preocupa o ônus do cargo, eu tenho que estar disposta ao enfrentamento, são vinte anos,  
9669 Marcelo. Já lidei inclusive com peritos do INSS, e tivemos sucesso. Foram quinze bilhões de  
9670 economia, sujeitos a prêmio, inclusive. Sávio. Na sequência, passamos para o próximo item,  
9671 deixa eu ouvir sua argumentação.

9672

9673 Cândida – Sávio, você poderia me dar a palavra, para eu me despedir das pessoas, porque eu  
9674 não posso ficar. (Intervenção fora do microfone).

9675

9676 Sávio – Mas eu tenho que fazer uma ponderação, é sobre isso, vou fazer de forma bem objetiva,  
9677 como costume fazer. O Marcelo tem razão, tem que aprovar, nós temos que pegar, acho que  
9678 tem que tirar os outros itens de pauta e temos que ir para isso aí. Mas, ao mesmo tempo, isso  
9679 que aconteceu ontem, sob alegação de desconhecimento da resolução quatro, não cabe. Foi  
9680 “aprovado”, desculpe. É lógico que todas as ponderações têm razão, mas a resolução quatro  
9681 está vigente, nós temos um rito para seguir, e não foi observado. Inclusive, foi dito aqui  
9682 desconhecimento da resolução. Tudo bem. Mas não dá, é a norma, a norma está vigente, temos  
9683 que cumprir.

9684

9685 Matheus – Sávio. Essa norma se aplica quando é entre as reuniões. (Intervenção simultânea). A  
9686 interpretação não é essa.

9687

9688 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Deixa eu retomar. Sávio, isso está superado. Eles acabaram  
9689 aceitando cumprir esse rito da resolução número quatro. A resolução fala que tem que  
9690 encaminhar, pelo artigo quinze, qualquer pessoa pode encaminhar, foi encaminhado, fizeram o  
9691 encaminhamento e, agora, tem que se abrir para o encaminhamento da mesa diretora.  
9692 (Intervenção simultânea). A minha sugestão, para dar prosseguimento, é votarmos.

9693

9694 Sávio – A sociedade civil tem maioria, não tem problema, a composição do comitê é essa. Vai  
9695 chegar na próxima sessão, a sociedade civil pode apoiar, pode aprovar, mas temos que seguir a  
9696 normativa. Está claro, não foi aprovada a nota de repúdio, foi aprovado que vai se elaborar. Não  
9697 dá para desconhecer a resolução quatro. Foi alegado desconhecimento.

9698

9699 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vamos votar a votação aqui. A minha sugestão é chamar nota  
9700 pública, em cumprimento do rito para encaminhamento da nota pública, conforme artigo quinze  
9701 da resolução, enviada pelo membro da EDUCAFRO, Frei Davi, deliberada no item dois da  
9702 pauta – o item dois vai remeter ao nome da proposta de vocês -, do dia oito. Os membros do  
9703 CNPCT, vão encaminhar seus comentários ao texto, no prazo de sete dias, em acordo ao artigo  
9704 dezesseis, da resolução número quatro. A mesa diretora deverá apreciar o texto, enviar à  
9705 plenária ou aprovar, porque ela pode aprovar. No final, Carol, tem que cumprir o rito do artigo  
9706 dezesseis. Acho que deve ser o artigo. (Intervenção simultânea). Estamos fazendo remissão,  
9707 para não ter, já que tem dúvida quanto à interpretação (intervenção simultânea). Não tem  
9708 dúvida, porque está falando que vai estar deliberada no item dez, e no item dez está dizendo

9709 que é de repúdio. Vamos fazer para seguirmos com o planejamento? Está remetida, está  
9710 implícito. Vamos passar à votação? A favor? (Intervenção fora do microfone).

9711

9712 Interlocutor não se identificou – No item dois, é uma ata pública, inclusive. (Intervenção  
9713 simultânea).

9714

9715 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A pauta, quando se remeter ao item dois da deliberação, que  
9716 tinha a presença de vossas senhorias, lá estará remetida (intervenção simultânea). Por favor, se  
9717 manifeste quem é a favor. Está considerando o envio por um dos membros, que vai ser o rito  
9718 do artigo quinze. Tem que corrigir ali, conforme artigo quinze e dezesseis. Desculpe. Vai  
9719 remeter. No item dois, se ele está transcrito da forma como foi feito, lá vai dizer o tipo, a  
9720 sugestão da nota. Aí, se abre a discussão, se for o caso, o Lucas vai ter oportunidade, inclusive,  
9721 de procurar juridicamente se cabe, ou não, mudar o modelo, mas, com certeza vai perguntar,  
9722 não somos ingênuos para falar que não. A sugestão é essa, em cumprimento ao rito do  
9723 encaminhamento da nota pública, conforme artigo quinze, até porque, aqui se fala em nota  
9724 pública, no artigo quinze - O capítulo quatro fala em nota pública -, da resolução número quatro,  
9725 enviada pelo membro - para cumprir o artigo quinze – mas, mesmo assim, não estamos  
9726 desconsiderando a deliberação do item dois. Os membros do CNPCT vão encaminhar seus  
9727 comentários ao texto, no prazo de sete dias – que é o que estamos acrescentando ao artigo  
9728 dezesseis. Podemos proceder? A favor? (Intervenção simultânea). Teoricamente, não  
9729 precisaríamos passar por essa aprovação. O rito de procedimento de aprovação de nota pública  
9730 está aqui. Estamos aprovando sete dias (intervenção simultânea), porque o rito tem que ser  
9731 cumprido. (Intervenção simultânea).

9732

9733 Matheus – Presidente, pela ordem, só uma questão, uma dúvida que estamos sobre essa  
9734 referência ao item dois, da pauta, se a Carolina, que vai redigir ou redigiu, está fazendo menção  
9735 expressa que é uma nota de repúdio, que é a proposta da presidência?

9736

9737 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Nos encaminhamentos, Carolina.

9738

9739 Carolina – Faz a referência a nota de repúdio.

9740

9741 Matheus – Obrigado.

9742

9743 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Estamos aprovando os sete dias, o prazo. Porque não precisava  
9744 passar por isso. Porque poderia ter sido acrescentado que teria que cumprir o artigo quinze, no  
9745 item dois da pauta. Pode-se votar. (Intervenção fora do microfone). Quem é a favor do prazo  
9746 de sete dias. SOMOS, Justiça Global, UFRN, RENILA, CFP, Conselho Federal da OAB,  
9747 CONECTAS.

9748

9749 Carolina – A favor: SOMOS, Justiça Global, RENILA, UFRN, CFP, CFOAB e CONACTAS.  
9750 Sete a favor.

9751

9752 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Contrário. SNPG, Ministério da Saúde, SNPIR, Cidadania,  
9753 SEGOV, SG, MRE. Por questão de ordem. (Intervenção fora do microfone). Se estabelece, dá  
9754 uma sugestão no e-mail. (Intervenção fora do microfone). Fechou a votação? Vou seguir com  
9755 o rito.

9756

9757 Vitória – Eu só fiquei em dúvida, uma dúvida muito sincera, porque nunca compus a mesa  
9758 diretora, do que fazer. (Intervenção simultânea).

9759

9760 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Recomendo, oriento e estabeleço também que a secretaria  
9761 executiva, a coordenação, mande o rito que tem que ser feito no e-mail, na hora que encaminhar.  
9762 Quando mandar o e-mail para todos, já passa a orientação de funcionamento (intervenção  
9763 simultânea). Vou sugerir a inversão da pauta, considerando o alerta...

9764

9765 Cândida – Eu queria só me despedir, por favor, enquanto isso, rapidinho. Primeiro, queria  
9766 agradecer o fato da UFRN estar aqui, é uma questão muito importante. Temos um histórico de  
9767 valorizar a pauta dos direitos humanos, na nossa universidade, estamos sempre em contato. Eu  
9768 coordeno o centro de referência em direitos humanos, que vem funcionando desde dois mil e  
9769 onze, a política que foram implementadas já há algumas gestões anteriores, mas hoje é o único  
9770 do brasil que continua atuando, apesar de todos os contingenciamentos e mudanças de propostas  
9771 políticas dos governos sucedestes a partir de dois mil e onze, conseguimos nos manter firmes e  
9772 fortes, via parlamentares e outras formas de financiamento, mas ainda com vinculação a esse  
9773 ministério, a respeito do trabalho que estamos realizando lá. Estar aqui, acho que é um  
9774 reconhecimento, tanto da sociedade civil que nos elegeu, quanto do trabalho que viemos

9775 realizando. É muito gratificante estar. Queria agradecer, queria dizer que saio daqui muito  
9776 fortalecida, de saber que a sociedade civil está atenta e afinada com as preocupações que temos,  
9777 com relação à violação de direitos humanos e, especialmente, com relação à prevenção e  
9778 combate à tortura. Eu queria dizer que lamento muitíssimo que esteja saindo agora e perdendo  
9779 a organização do nosso planejamento, da pauta que eu sugeri colocar anteriormente para poder  
9780 participar, porque a UFRN tem disponibilidade de compor o GT, e já deixo registrado em ata,  
9781 que não vou estar aqui, para participar da discussão, o GT para seleção dos novos membros do  
9782 mecanismo. E lamento profundamente que isso tenha sido decorrente de várias horas de  
9783 discussão, de rediscussão de um ponto que já havia sido deliberado na manhã, e que foi  
9784 escolhido pelo governo não participar, nem da discussão, nem da deliberação. Quero que fique  
9785 registrado em ata, que uma membra do comitê não vai ter possibilidade de participar da  
9786 continuidade dos trabalhos, por causa disso e, também, porque meu voo está no horário da  
9787 reunião. Inclusive, na verdade, eu só chego hoje em casa, eu chego no aeroporto a uma hora da  
9788 manhã. Existiam voos diretos, sugeridos por mim, depois do horário da reunião, tem um voo  
9789 que sai, mais ou menos, onze horas, se não me engano. Eu estou saindo agora, vou para São  
9790 Paulo, para depois sair para Natal, chegar uma hora da manhã, o aeroporto está a uma hora da  
9791 minha casa, e eu trabalho as oito horas da manhã. Façam as contas de quantas horas eu vou  
9792 dormir, depois me digam. Depois de viver esse período de desgaste de saúde mental, como o  
9793 próprio Pedro Paulo estava colocando, não podia deixar de colocar isso, que saio daqui  
9794 desgastada, por não ter conseguido participar da reunião como um todo, e por ter rediscutido  
9795 coisas que eu acho que não precisamos ter discutido. Gostaria que ficasse registrado isso e, no  
9796 mais, muito obrigada a todas as pessoas.

9797

9798

9799 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Boa viagem. Fica o registro. Vamos ficar bem atentos, até para  
9800 o enxugamento da pauta, até porque todas as discussões são ricas, estamos aprendendo também.  
9801 Minha sugestão é que agora passemos ao item do planejamento. E, na sequência, se sentirmos  
9802 que não vai ter prejuízo, nós retomamos algum outro item. O item do planejamento, eu vou  
9803 passar para a secretária executiva fazer a fala.

9804

9805 Carolina – Conforme tratamos ontem, pela manhã, um dos pontos para deliberação do  
9806 colegiado, é que teríamos um dia das nossas reuniões para fazer uma oficina de planejamento,  
9807 definir a prioridade e os temas principais a serem discutidos pelo CNPCT, nas próximas

9808 reuniões. Esse momento do planejamento é muito importante, na medida em que ele é  
9809 interessante, no sentido de definir as pautas prioritárias, pontuar a questão da expansão da rede  
9810 de prevenção e combate à tortura, com a criação de comitês, com a criação de mecanismos e,  
9811 também, avaliar a possibilidade de criar comissões permanentes, mesmo grupos de trabalhos.  
9812 Como uma das consequências em relação ao trabalho...

9813

9814 Marcelo – Carolina, se você me permite, pode ser?

9815

9816 Carolina – Eu posso terminar? Juro que minha fala não é longa. Retomando. Conforme  
9817 tratamos, na discussão do ano passado... eu queria pedir o respeito dos colegas, nesse momento  
9818 da fala, estou tentando me concentrar aqui.

9819

9820 Tatiana Barbosa de Alvarenga – É bem importante essa parte do planejamento.

9821

9822 Carolina – Estou sendo bem objetiva nos meus relatos. O nosso planejamento, no ano passado  
9823 permitiu, entre outras coisas, a criação de uma comissão permanente para o tema de mulheres  
9824 encarceradas e, para a questão do SINASE, conforme foi suscitado nos debates ontem, durante  
9825 a nossa reunião. Particularmente, eu acho que é um item muito importante, no sentido de os  
9826 membros concordarem, é um dia que você, teoricamente, perde de discussão, mas tem a  
9827 possibilidade de organizar a pauta e as prioridades do comitê. Particularmente, sou uma grande  
9828 defensora desses momentos de organização, que eu acho que eles deixam muito evidente a  
9829 missão e os valores, em relação à atuação desse colegiado. Dito isso, a secretaria executiva do  
9830 CNPCT, tem a sugestão de fazer, com o acordo dos membros, programarmos essa atividade.  
9831 Temos, na secretaria executiva, um colega que poderá auxiliar-nos em relação à condução  
9832 desses trabalhos. Um dos pontos que a secretaria executiva do comitê quer trazer, é a  
9833 organização de uma oficina de um dia, para o planejamento do CNPCT. A próxima questão é  
9834 em relação à próxima data das reuniões do CNPCT. Nós sugerimos que a próxima reunião seja  
9835 feita no dia vinte e vinte um de novembro, de forma que tenhamos a possibilidade de respeitar  
9836 os prazos de dar sequência, os prazos internos para pedidos de passagem, instruir todo o  
9837 processo, e que tenhamos tempo de preparar todos os encaminhamentos para essa reunião. A  
9838 nossa sugestão de antecipar um pouco essa reunião, e não fazê-la de dois em dois meses, como  
9839 seria a ideia do calendário “normal” do comitê, é porque a sequência seria na semana do dia  
9840 dez de dezembro, que é uma semana bem caótica para quem trabalha com direitos humanos.

9841 Todas as comemorações, não pode ter outra comemoração durante o ano, todas as  
9842 comemorações estão centradas nessa semana. Nossa sugestão é de antecipar um pouquinho, até  
9843 mesmo porque já temos uma sala que já organizamos, já fizemos a reserva para a próxima  
9844 reunião. Para as reuniões do ano que vem, a nossa sugestão é que possamos fazer todos os  
9845 meses pares, na primeira terça feira dos meses pares, realizamos a reunião.

9846

9847 Marcelo – Questão de ordem.

9848

9849 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Deixa ela concluir, e vamos para... (intervenção simultânea).  
9850 Falta quanto ainda, Carolina, para você fechar? Falta pouquinho, Marcelo.

9851

9852 Carolina – Só para definirmos uma regra conjunta do colegiado, de forma que possamos: todos  
9853 os meses ímpares, chamamos a reunião na primeira semana, segunda semana. Sabemos que os  
9854 membros do comitê têm outra participação em outros colegiados, então, só com uma proposta  
9855 de já termos uma regra estabelecidas e podermos trabalhar nos nossos calendários em cima  
9856 disso. Era isso. Agradeço.

9857

9858 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Marcelo.

9859

9860 Marcelo – O que está no regimento, que é obrigatório que façamos hoje, por força de lei vigente  
9861 que nos obriga a isso. Eu agradeço, Carol, me perdoe o atropelo, mas, quando estamos imbuídos  
9862 de um mérito... o que é obrigado é fazer hoje a agenda de reuniões. Sua contribuição é  
9863 inestimável, como sempre Carolina, o seu mérito no campo dos direitos humanos, todo mundo  
9864 reconhece isso. A minha conduta não vai nessa direção. Mas, é podermos pensar que, o que é  
9865 obrigatório que definamos agora, é a agenda de reuniões deste ano, porque esta é a primeira  
9866 reunião deste ano, por questão de uma luta judicial que houve, pela opção do governo atual, de  
9867 não ter implementado, de não ter nomeado. A situação é: temos um déficit de quatro reuniões,  
9868 porque reza no regimento que as reuniões devem ser bimestrais. Isso é uma questão. Se  
9869 estivéssemos em tempos normais, os tempos não são normais aqui, os tempos são anômalos  
9870 nesse sentido, pensando que estamos em outubro, e é bimestral, então só teríamos, por força de  
9871 lei... não precisávamos nem fazer mais em dezembro. Se não considerarmos e não votarmos no  
9872 pleno, que é necessário, sem superfatura de que, no mínimo tenhamos, entre agora e dezembro,  
9873 mais uma ordinária e uma extraordinária, para poder dar conta de um tanto de situação de

9874 relatórios de mecanismo, de situações urgentes que estão acontecendo nesse país que, ao  
9875 contrário do regimento, isso não pode evocar nenhum tipo de resolução. A nossa obrigação  
9876 agora é pensar sobre isso. Meu encaminhamento é esse. Meu encaminhamento é que tenhamos  
9877 mais uma ordinária e uma extraordinária. E, mesmo assim, este atual governo não paga a dívida  
9878 de mais duas, porque foi cerceado o direito do comitê nacional de prevenção e combate à  
9879 tortura, de se reunir no tempo e na temporalidade que lhe era obrigado. Mas, os membros não  
9880 estão implicados nisso. Isso, o governo federal está pagando, respondeu às instancias que o  
9881 cobrou. Se estamos aqui hoje, não é pelo ponto gov. estamos aqui hoje pela sociedade civil, por  
9882 cobrança da sociedade civil, foi cobrança da APDC. Meu encaminhamento breve, para concluir,  
9883 Tatiana, minha sugestão é que façamos votação para proceder o agendamento de reuniões. A  
9884 Carol pode encaminhar depois, para nós, a questão da metodologia, que possamos fazer reunião  
9885 de trabalho, e que tenhamos uma ordinária e uma extraordinária.

9886

9887 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vou passar para a Isabel.

9888

9889 Isabel – Estou de acordo com a proposta do Marcelo. Eu acho que fica para o calendário do ano  
9890 que vem, mais duas extraordinárias, para poder cumprir esse déficit.

9891

9892 Marcelo – Temos que partir para a votação, porque é uma situação anômala. Porque, como  
9893 vamos restituir para nós o que foi retirado de nós. O razoável eu acho que é isso.

9894

9895 Isabel – O que eu ia falar, na verdade, é que votemos o calendário de reuniões e não entre no  
9896 debate do ponto do planejamento, para passarmos para o primeiro item da pauta de hoje, do dia  
9897 de hoje, que está na pauta, que é o item sete da pauta, que é a seleção do mecanismo.

9898

9899 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu vou fazer a escuta agora de quem está na sequência.  
9900 Matheus.

9901

9902 Matheus – Eu até ia endossar a fala do Marcelo, no sentido de independente da do mês que vem  
9903 ser ordinária ou extraordinária – e achei que fosse acabar agora a reunião, acho que estava  
9904 enganado -, da escolha dos peritos ser o primeiro item da pauta do mês que vem. Mas, se der  
9905 para fazer agora, ainda hoje discutirmos, podemos fazer. Na verdade, a proposta da Isabel foi  
9906 melhor que a minha.

9907

9908 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu gostaria de preceder a votação do calendário, pelo menos,  
9909 fechando-se a data da ordinária e, se faremos ou não uma extraordinária. Evidente que vou ter  
9910 que avaliar o nosso orçamento, mas darei prioridade se assim for votado.

9911

9912 Marcelo – Já que você tocou, pedimos para que fosse apresentado o orçamento não executado.  
9913 Porque, se você tem quatro reuniões que não foram executadas, vocês vão devolver o dinheiro  
9914 (intervenção simultânea). Exigimos que seja feito isso.

9915

9916 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Estamos numa crise fiscal, inclusive com recurso  
9917 contingenciado, e temos brechas jurídicas para fazer remanejamento. Na próxima reunião,  
9918 podemos colocar como ponto de pauta, para vir apresenta-los. Legalmente podemos faze-lo e  
9919 devidamente justificado. Até porque não foi só para esse conselho, teve vários que tinham  
9920 (intervenção simultânea).

9921

9922 Marcelo – Se você permitir podemos votar (intervenção simultânea). Se houver outro  
9923 encaminhamento que difere desse, que seja feito, e votamos. Porque, o encaminhamento meu e  
9924 da Isabel, é que tenhamos uma ordinária e outra reunião, não vamos discutir por léxico. Temos  
9925 que ter duas reuniões, seja ordinária, seja extraordinária, ainda esse ano. Se tiver outro  
9926 encaminhamento, vocês procedam. Sair daqui e dizer que ainda vai ver se vai conseguir.

9927

9928 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A proposta da secretaria executiva é essa uma ordinária.  
9929 Evidentemente que, se chegar ou tiver uma situação excepcional, ou na próxima reunião,  
9930 evidentemente que podemos abrir uma outra possibilidade. Mas, a proposta hoje da secretaria  
9931 executiva do ministério, é uma ordinária, em novembro. (Intervenção simultânea). Vamos abrir  
9932 para votação. Quem é a favor de somente uma ordinária, nos dias vinte e vinte e um de  
9933 novembro.

9934

9935 Caio – Eu tenho dúvida, sobre qual é a proposta deles.

9936

9937 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A proposta do Marcelo é acrescentar mais uma extraordinária.  
9938 Esse ano, fecharíamos com mais... (intervenção simultânea). A proposta da secretaria executiva,  
9939 avaliada essa capacidade nossa de agenda e de orçamento, a proposta é uma reunião, seria essa

9940 única reunião ordinária esse ano. Evidentemente não está descartada uma urgência, qualquer  
9941 outra questão, obedecendo-se o rito. Mas, hoje, a proposta da secretaria executiva do comitê é  
9942 uma reunião ordinária. O que está sendo votado, atendo à sugestão do nosso membro, de  
9943 acrescer a extraordinária. Temos duas situações para votar. Quem é a favor da realização de  
9944 mais uma reunião ordinária, para fechar esse exercício?

9945

9946 Sávio – Só um detalhe, o planejamento tem que ter a data. Isso que o Marcelo colocou.

9947

9948 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Está aqui a data: vinte e vinte e um. Íamos até sugerir para  
9949 pensarmos se poderia ser um dia, porque isso começou uma discussão. Mas, considerando o  
9950 volume de temas que temos que discutir e, provavelmente, alguns prejudicados pela agenda de  
9951 hoje, vamos manter a proposta de dois dias, uma reunião. Nossa avaliação hoje é com base em  
9952 capacidade de agenda e orçamento. Evidentemente, repetindo, não está descartada, se houve  
9953 necessidade, urgência ou excepcionalidade. É a proposta que está sendo votada aqui, é a favor  
9954 dessa única reunião ordinária, ainda nesse exercício, nos dias vinte e vinte e um de novembro.  
9955 Está aberta a votação. SNPG, SG.

9956

9957 Rodrigo – SNPIR. Só para constar também que, no dia vinte de novembro, comemoramos o dia  
9958 da consciência negra. Pode ser que haja alguns outros conflitos de agenda, em relação a essa  
9959 comemoração. (Intervenção simultânea). Na verdade, eu sou suplente do secretário Ezequiel.

9960

9961 Interlocutor não se identificou – Um aparte na fala do Rodrigo, em algumas cidades e estados  
9962 é feriado.

9963

9964 Carolina – Vinte e um e, vinte e dois, é que dia da semana?

9965

9966 Marcelo – Para ter celeridade, Sávio, entendo que deveríamos que definir a reunião, eu acho  
9967 que a data específica. Bem lembrada a questão não só do feriado, temos o SEPIR, temos o  
9968 Movimento Negro Unificado, que não está no momento, que vai ser prejudicado por essa  
9969 situação.

9970

9971 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Querem votar a proposta de reunião ordinária, e se ajusta o  
9972 calendário?

9973

9974 Marcelo – Podemos votar a proposta da quantidade e, depois, especificarmos. (Intervenção  
9975 simultânea). Mas, excluimos essa data de vinte e um, porque vai prejudicar o dia da consciência  
9976 negra.

9977

9978 Carolina – A ideia é fazer na semana, menos no dia vinte e um, menos no dia vinte.

9979

9980 Marcelo – Se vocês estão fazendo a proposta de só uma, por exemplo, pode ser no início de  
9981 dezembro, porque é bimestral, iníciozinho que estou falando, é a próxima semana, semana  
9982 seguinte. Ou a anterior.

9983

9984 Carolina – Olhamos a disponibilidade de sala. Temos uma dificuldade, no ministério, que  
9985 poucas salas tem a possibilidade de (intervenção simultânea).

9986

9987 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Final do ano, é a corrida para a execução orçamentaria, para  
9988 não se fazer o que não se fez. Ou, quando o recurso for liberado, o ministério da economia  
9989 libera um pouquinho no final do ano. Podemos votar pela questão, que acho o mais importante,  
9990 se vai ter a reunião ordinária. E a data, vocês estabelecem essa semana, porque tem emissão de  
9991 passagem e organização de agenda. (Intervenção simultânea). Proceder a votação. Uma reunião  
9992 ordinária, com data a ser definida entre a segunda quinzena de novembro, e a segunda semana  
9993 de dezembro. Novamente, quem é a favor de uma reunião ordinária, nesse período.

9994

9995 Carolina – SNPG, Ministério da Defesa, SG, SNPIR, MS, Cidadania, Saúde. Só para ajustar,  
9996 na segunda quinzena. Agora, os contrários.

9997

9998 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Quem é contra, é a favor da outra. Quem é contrário a essa  
9999 única reunião ordinária e a favor de que tenha uma ordinária e uma extraordinária?  
10000 CONECTAS, Justiça Global, SOMOS, RENILA, Conselho Federal da OAB, Conselho Federal  
10001 de Psicologia.

10002

10003 Carolina – São seis votos contra sete. Alguma abstenção.

10004

10005 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Tem sete do governo. Na verdade, seis da sociedade civil, pela  
10006 reunião extraordinária, e estou me juntando ao governo. Mas com o compromisso do ministério  
10007 de que, se avaliarmos excepcionalidade ou urgência, poderemos retomar a decisão a qualquer  
10008 momento.

10009  
10010 Marcelo – Tatiana, só para constar em ata. Deve constar em ata que, pelo menos, os membros  
10011 da sociedade civil se entendem prejudicados pelo déficit de reuniões e pela inexistência do  
10012 comitê nacional de prevenção e combate à tortura, durante os oito primeiros do ano de dois mil  
10013 e dezenove. Isso tem que ficar registrado. Eu acho que perdemos com dignidade. Veja como  
10014 levamos as coisas, nós perdemos, nesse sentido. No nosso entendimento, o regimento já estava  
10015 descumprido, isso configura uma indisposição deste atual governo para sequer fazer alguma  
10016 coisa chamada de compensação. Que fique registrado que, nessa votação fica explícito que não  
10017 foi só pela questão judicial, mas também tem uma opção de não executar o que é o direito desse  
10018 comitê. Esse comitê deveria ter tido direito de ter uma reunião a cada bimestre, isso foi  
10019 cerceado. Talvez, algumas dessas entidades aqui possa até entrar em organismos internacionais,  
10020 dizendo desse prejuízo. O mecanismo teve prejuízo, o exercício desse colegiado também teve  
10021 prejuízo. E, nessa votação fica bastante claro: o atual governo não compensou o que ele poderia,  
10022 por boa vontade, compensar.

10023  
10024 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Mas, eu quero também que registre a minha fala, de que fique  
10025 o compromisso, não só do ministério, mas da minha pessoa, se eu estiver outra oportunidade  
10026 de estar presidindo, da própria ministra de avaliada necessidade urgente e excepcional de, a  
10027 qualquer momento avaliar a necessidade de se ter uma reunião extraordinária, ainda esse ano.  
10028 Inclusive, avaliada a disponibilidade de agenda até de vocês. Independentemente do que  
10029 aconteceu, estou tratando da realidade até dezembro.

10030  
10031 Marcelo – Aproveito para me despedir, porque estava definido o final para as dezessete e trinta,  
10032 são dezessete e vinte e cinco.

10033  
10034 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu não sei se houve alteração, mas podemos retomar o ponto  
10035 sete, caso vocês tenham disponibilidade. Inclusive, já pedi a uma pessoa para me representar  
10036 em outra agenda.

10037

10038 Vitória – Vou fazer uma sugestão, que acho que é bem democrática, inclusive, desse ponto sete.  
10039 Eu até já havia conversado com o Felipe, que acabou saindo, conversamos sobre montar um  
10040 grupo de trabalho, para tratar sobre esse processo de seleção. Acho que esse era um  
10041 encaminhamento rápido, de vermos quem se propõe. O Felipe havia se proposto, já estou  
10042 jogando o nome dele (intervenção simultânea), para agilizar isso.  
10043  
10044 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Talvez, o ponto mais a discutir da minuta, é o prazo, porque  
10045 vocês colocaram sessenta dias.  
10046  
10047 Vitória – Foi. A Carol me falou que eram sessenta dias. E esse grupo de trabalho poderia se  
10048 debruçar sobre essa minuta e trazer para nós. (Intervenção simultânea). Voluntários para  
10049 compor. São três do governo, se não me engano, e três da sociedade civil.  
10050  
10051 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Só o prazo que seria encurtado, talvez, prorrogável para a  
10052 próxima pauta. (Intervenção simultânea).  
10053  
10054 Marcelo – Eu tenho disposição de compor o grupo de trabalho.  
10055  
10056 Lucas Grilo – Secretária, teria só a sugestão, de fazer esse grupo de trabalho dois dois, dois da  
10057 sociedade civil, dois do governo.  
10058  
10059 Matheus – A Cândida não tinha se colocado à disposição também. Só para lembrar da colega  
10060 que teve que sair.  
10061  
10062 Tatiana Barbosa de Alvarenga – O próximo inscrito. (Intervenção simultânea). Caio.  
10063  
10064 Caio – Eu estava consultando a colega, de até quando vai o mandato dos atuais membros do  
10065 mecanismo e, me parece que é até dois mil e vinte e um. É isso? Se puderem me confirmar, se  
10066 souberem do prazo. (Intervenção fora do microfone). A minha proposta é a seguinte, para  
10067 resumir: a colega da UFRN, já declarou, pediu para constar em ata, de que era desejo dela  
10068 participar do grupo de trabalho sobre a seleção dos membros do mecanismo. E, considerando  
10069 que ela não pode, no momento, estar participando dessa votação, por uma questão de logística,  
10070 seja por força maior, a minha sugestão é se houver a possibilidade, em virtude do prazo do

10071 mandato, colocarmos isso na próxima reunião. Passar essa pauta para a próxima reunião, para  
10072 ela ter oportunidade de participar, de se candidatar, participar do grupo de trabalho.  
10073

10074 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Mas, não poderíamos sugerir que, no grupo ela esteja. Porque  
10075 ela se manifestou que teria vontade. Não poderia definir a participação dela como representante  
10076 da sociedade civil.  
10077

10078 Matheus – Caio, na verdade, o ideal é o pessoal já ir fazendo um Google Docs para, quando  
10079 chegar, trazer tudo pronto na próxima. Acho que é urgente isso, tem quatro vagas em aberto.  
10080

10081 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A sugestão está aí na mão de vocês, da minuta do...  
10082

10083 Vitória – Acho que podemos indicar o nome da Cândida, assim como estamos indicando o  
10084 nome do Felipe, porque ele se voluntariou, mas ninguém é obrigado a nada. Eles vendo,  
10085 avisamos a ele, e eles dizem: não temos mais interesse em participar.  
10086

10087 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Acho que só definimos aqui, se são dois da sociedade civil e  
10088 dois do governo.  
10089

10090 Vitória – Acho que são três, pelo regimento. Pela última seleção, acho que eram três e três.  
10091 Carol, por favor.  
10092

10093 Carolina – Esse grupo de trabalho, temos a possibilidade de escolher quantas pessoas queremos,  
10094 respeitada a paridade. A comissão de seleção, ano passado, desculpe te interromper, era de três  
10095 e três.  
10096

10097 Vitória – Isso que eu me enganei. São dois e dois.  
10098

10099 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Vocês estão com a cópia da proposta, feita pela secretaria  
10100 executiva. Podemos votar pelo conteúdo.  
10101

10102 Sávio – Acho que deveria votar pela definição dos representantes. Pelo governo, o Felipe pediu  
10103 para antecipar que ele vai participar. Também, parece que já existem dois representantes.

10104

10105 Vitória – A minha proposta era o grupo de trabalho analisar isso e trazer para nós. Eu não  
10106 consigo ler agora, me concentrar (intervenção simultânea).

10107

10108 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Ele traz, inclusive, avaliação do (intervenção simultânea).

10109

10110 Vitória – Ele traz um texto para debatermos na próxima reunião. Seria essa minha sugestão.

10111

10112 Lucas Grilo – Eu posso também, pelo governo.

10113

10114 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Mas é um texto bem... o único ponto que, talvez fosse  
10115 polêmico, é o artigo quinto. (Intervenção fora do microfone). O texto da resolução instituindo  
10116 o grupo de trabalho, porque teríamos que aprovar a resolução, Vitória.

10117

10118 Bruno – Para dar celeridade (inaudível) de trabalho, com seus membros, com seu prazo, para a  
10119 próxima semana. O pessoal já pode trabalhar no Google Docs, como o Matheus sugeriu. Só  
10120 temos que aprovar isso aqui.

10121

10122 Vitória – Eu continuo sem entender. Todo mundo falando ao mesmo tempo, não estou  
10123 entendendo nada.

10124

10125 Tatiana Barbosa de Alvarenga – É um padrão de texto de grupo de trabalho, parar iniciar o  
10126 trabalho teríamos que aprovar e ter a resolução assinada. É um padrão que institui o grupo, com  
10127 finalidade para elaboração de regulamentação geral dos processos de seleção dos peritos do  
10128 mecanismo, de competência do comitê.

10129

10130 Vitória – Mas, agora parece que surgiu questão de ordem, que não temos mais quórum  
10131 qualificado para aprovar um grupo de trabalho. Porque, pela resolução são três quintos.

10132

10133 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Carol, que tem que estar com o regimento.

10134

10135 Vitória – Pelo regimento, não resolução. Desculpa. São treze pessoas.

10136

10137 Carolina - Dá treze ponto oito. Então, consideramos treze para o início dos trabalhos.  
10138  
10139 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Voltando ao texto, artigo segundo, fala quem são os membros,  
10140 fala titulares e suplentes.  
10141  
10142 Vitória – Eu faço uma questão de ordem novamente, que eu ficaria muito mais segura, se um  
10143 grupo de trabalho pudesse analisar isso para nós e trazer.  
10144  
10145 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Analisar o texto do (inaudível)?  
10146  
10147 Vitória – Eu acho melhor. Eu acabei de tomar conhecimento.  
10148  
10149 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Pode ser. Ontem distribuimos também. (Intervenção  
10150 simultânea). Vitória, é um padrão. Única coisa que estou ressaltando, na minha forma  
10151 transparente de colocar, me chamaram a atenção, é a questão do prazo que é para sessenta dias.  
10152  
10153 Carolina – Só para um registro, Vitória, esse texto que nós utilizamos (intervenção simultânea)  
10154 de base para criação dos grupos de trabalho, foi o texto que utilizamos no ano passado. Nós  
10155 trocamos só o assunto.  
10156  
10157 Silvia – Posso esclarecer uma dúvida? Talvez até o objeto do que está sendo discutido. Eu tinha  
10158 entendido que era um grupo de trabalho para formular o edital de seleção, porque é algo que é  
10159 muito urgente, como foi dito pelo Matheus e outros, que são várias vagas. Mas, aqui está  
10160 dizendo que elaboração de regulamento geral de processos.  
10161  
10162 Tatiana Barbosa de Alvarenga – O termo que se usa é esse.  
10163  
10164 Isabel – Mas de onde veio esse termo? Estou vendo que está aqui na resolução. Mas é um grupo  
10165 de trabalho para elaboração de um edital.  
10166  
10167 Lucas Grilo – O edital é só um ato (inaudível).  
10168  
10169 Isabel – Mas que regulamentação geral de processo é esse? Não estou entendendo.

10170

10171 Lucas Grilo – O edital entra só como um ato executivo. Vamos aprovar o regulamento e o  
10172 edital...

10173

10174 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Ele é um anexo. Esse formato é o texto que foi usado para o  
10175 último grupo de trabalho? Do edital?

10176

10177 Carolina – O último edital foi discutido na plenária, não foi formado um grupo de trabalho para  
10178 confecção do último edital aprovado e publicado em Diário Oficial. A proposta desse edital,  
10179 considerando que temos duas questões para avaliar, não só a seleção, mas também a  
10180 possibilidade de recondução. Por isso que utilizamos um termo mais amplo, de forma que  
10181 possamos abarcar essas duas situações.

10182

10183 Isabel – Acho que essa formulação não dá conta disso não. Deixa margem para... fica muito em  
10184 aberto. A nossa preocupação era constituir o grupo que ia revisar esse edital, diante da urgência,  
10185 para aprovarmos aqui. Essa proposta aqui não contempla.

10186

10187 Matheus – Na linha da Isabel, eu não vejo sentido em fazer uma resolução. O que tem é que ter  
10188 um grupo de trabalho para pensar o edital. Até mesmo, porque tem uma questão sob judice, não  
10189 sei se fazemos uma resolução teria sentido.

10190

10191 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Por isso que está sendo uma resolução, porque se fosse o edital,  
10192 entraríamos nessa fragilidade do que está sob judice, que é a questão do cargo e, talvez, sendo  
10193 um grupo, talvez se ganhe tempo para ver se define isso. Porque, o último edital veio amarrado  
10194 – é um dos pontos que queremos fazer um olhar para essa nova composição – com a questão  
10195 de qual cargo, que está sob judice, entre outros pontos. Poderíamos também ir direto, tem que  
10196 saber a motivação que colocamos de uma forma mais rebuscada, mas podemos ser diretos,  
10197 institui o grupo de trabalho para elaboração do conteúdo do quinto edital, seleção dos... pode  
10198 ser também dessa forma. Porque, o que acontece, vitória? Se formos deixar para apreciar o  
10199 conteúdo do grupo de trabalho, ele vai ter que ir para a próxima reunião. A não ser que façamos  
10200 as duas coisas na próxima reunião.

10201

10202 Vitória – Eu entendi, mas permaneço discordando terminantemente dela porque, novamente,  
10203 pode até ter encaminhado isso por e-mail para nós, agora eu não tive tempo de ler. Não queria  
10204 aprovar uma coisa apressadamente, uma coisa que demoramos tanto para chegar até aqui, dez  
10205 meses no final, a toque de caixa, só porque a reunião está terminando.

10206

10207 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Não é isso. A proposta seria essa. A proposta trazida pela  
10208 secretaria executiva, como é uma pauta muito administrativa, embora o conteúdo não, é de que  
10209 fizéssemos um grupo de trabalho, para ser mais de democrático e evitar discussões e outros  
10210 apelos aqui. (Intervenção simultânea). Para que o grupo de trabalho seja criado e para que ele  
10211 nos traga uma proposta na próxima reunião...

10212

10213 Vitória – Segundo o nosso regimento, um grupo de trabalho pode ser criado sem uma resolução.  
10214 Não precisa de resolução para criar um grupo de trabalho. Criamos um hoje. Não criamos um  
10215 grupo de trabalho, sem resolução nenhuma?

10216

10217 Tatiana Barbosa de Alvarenga – (intervenção simultânea) que foi no período da manhã, não vai  
10218 pôr resolução. (Intervenção simultânea), nossa secretária executiva, que ela tem que ter essa  
10219 resposta.

10220

10221 Carolina – Considerando o teor em relação à questão do edital, que é um procedimento que  
10222 requer discussão, faz a sugestão que isso fique registrado por meio de resolução, de forma que  
10223 outras pessoas possam acompanhar o trabalho e as deliberações do colegiado. Fica a critério  
10224 dos colegas, de não disciplinar isso por meio de uma resolução. Acho que é simplificar.

10225

10226 Caio – Eu tenho uma questão que é bem normativa. Lá na resolução, que todos nós adoramos  
10227 e sabemos de cor, que é a resolução número quatro, lá define o que é uma resolução, vocês  
10228 podem olhar lá, artigo segundo, parágrafo primeiro. Resolução é ato geral de caráter normativo  
10229 interno, sobre questões organizacionais e de funcionamento do comitê, e sua aprovação dar-se-  
10230 á pelo plenário do comitê. Isso aqui não é um ato geral, isso é um ato específico.  
10231 Especificamente cria o GT e diz quem são os seus membros. Isso aqui é perpetuo, para sempre  
10232 os membros do GT vão ser esses aqui, porque vai ser um ato normativo.

10233

10234 Lucas Grilo – Foi mencionada a criação de um GT hoje. Qual GT?

10235  
10236 Carolina – Eu estou tentando lembrar. Se alguém puder...´ (intervenção simultânea).  
10237  
10238 Vitória – Não criamos um GT para debater? Posso estar viajando? Posso estar viajando.  
10239  
10240 Carolina – Nós criamos um grupo ontem, em relação à resolução do CONANDA e demais  
10241 colegiados.  
10242  
10243 Vitória – Foi um grupo, não foi um GT. É isso.  
10244  
10245 Caio – Só para concluir, eu acho que esse texto aqui está prejudicado para votarmos.  
10246  
10247 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Qual a sugestão que você tem? Por favor.  
10248  
10249 Vitória – É só criar um grupo de trabalho, não precisa de resolução. Temos essa prerrogativa  
10250 de criar grupos de trabalho, quantos quisermos, e debater esse edital dos peritos. É tão mais  
10251 simples do que aprovar resolução, nos quarenta e cinco do segundo tempo.  
10252  
10253 Lucas Grilo – Mas, a pergunta é: por meio de qual instrumento se cria o grupo de trabalho?  
10254 Resolução, não? Qual outra alternativa? (Intervenção simultânea).  
10255  
10256 Caio – (intervenção simultânea). O governo também está a fim de fazer esse grupo de trabalho,  
10257 não está? Todo mundo concorda.  
10258  
10259 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Eu, vocês já perceberam que, enquanto tiver a formalidade,  
10260 desde que não se desrespeite o princípio da eficiência e efetividade, quanto mais estiver  
10261 organizado, para mim tudo bem. Mas, eu vou exigir, é meu, tem previsão no regimento? Qual  
10262 é? (Intervenção simultânea). Do grupo de trabalho. Qual foi o formato das outras vezes. Eu me  
10263 sentiria bem confortável, com GT, com prazo, desde que não seja um GT desses que se  
10264 prorrogue. A única coisa que eu achei que seria um ponto polêmico, é a questão do prazo. O  
10265 prazo de sessenta dias, que está colocado aqui.  
10266

10267 Carolina – No ano passado, todas as deliberações do comitê para criar a comissão de seleção,  
10268 no biênio passado, todas as deliberações relacionadas são funcionamento do comitê,  
10269 disciplinamos em resolução, com a medida de fazermos o registro desse trabalho do comitê.  
10270 Tanto que, depois teve uma discussão, se entra no teor da resolução ou não. Mas esse,  
10271 inicialmente, é para fazer o registro dos trabalhos do comitê. A comissão permanente, ano  
10272 passado, os grupos de trabalho foram todos formalizados pela resolução. A nossa sugestão é  
10273 que possamos seguir esse rito de formalidade, até para fazer também o registro adequado desses  
10274 encaminhamentos.

10275

10276 (Intervenção simultânea).

10277

10278 Silvia – Rapidamente. Acho que estamos discutindo coisas que (intervenção simultânea). Acho  
10279 que todo mundo quer o GT. O GT acho que concordam é que criar. A questão da formalidade,  
10280 entendo que é botar uma formalidade a mais, mas eu acho que está na ata, criação de grupo está  
10281 na ata registrado, acho que isso é formalidade suficiente, me pareceria. No regimento interno  
10282 não fala que o GT tem que ser criado por resolução, é uma formalidade a mais, que seja, mas  
10283 estar na ata eu acho que seria suficiente. Eu acho que o tema de pauta era a urgência da  
10284 elaboração do edital de seleção dos membros, então acho que é um GT para elaboração de um  
10285 edital de seleção dos membros do mecanismo.

10286

10287 Vitória – Eu acho que é um encaminhamento mais simples, só isso. Porque, depois essa  
10288 resolução não pode ser questionada mil vezes? A criação de um grupo de trabalho não vai ser  
10289 questionada. Acho que estão querendo dar muita...

10290

10291 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Veio a proposta e, na pauta está escrito: escolha do grupo de  
10292 trabalho. O formato do grupo de trabalho é o que estamos discutindo. Matheus.

10293

10294 Matheus – Acho que estamos perdendo muito tempo, e querendo ser mais realista que o rei.  
10295 Estamos dando mais apego à forma do que ao conteúdo. O Felipe, o Lucas, a Cândida,  
10296 (inaudível), temos dois de cada, segue o jogo, e está feito. Uma questão jurídica: para o leitor  
10297 do Caio, dá a entender que uma resolução – como citamos várias resoluções hoje e ontem –  
10298 seria para algo genérico, ser uma normativa para algo genérico que não especificamente. Acho  
10299 que podemos seguir com o edital, sem a resolução.

10300

10301 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Podemos seguir com a formatação do GT, alguém faz questão  
10302 de ser... a secretaria executiva que propôs a resolução, tem alguma argumentação para fazer  
10303 questão que seja. Então, fica registrado em ata, e propomos, vamos ver só a composição. Pelo  
10304 governo: Felipe – SEGOV, Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos, a Cândida –  
10305 Federal do Rio Grande do Norte, e Marcelo – RENILA.

10306

10307 Vitória – A Cândida, por livre imposição.

10308

10309 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A proposta, o prazo, a proposta é já trazer para a próxima  
10310 reunião?

10311

10312 Vitória – Eu sugeriria que sim, se todos concordarem.

10313

10314 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Isso vai para votação, porque a proposta da secretaria executiva  
10315 seria sessenta dias.

10316

10317 Interlocutor não se identificou – A próxima reunião não vai ser em sessenta dias não?

10318

10319 Vitória – Vai ser em um mês.

10320

10321

10322 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Abre mão? Tem algum motivo maior?

10323

10324 Lucas Grilo – A proposta é de um mês, da sociedade civil? Só para entender.

10325

10326 Vitória – Queríamos a próxima reunião.

10327

10328 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Prorrogável, se for necessário.

10329

10330 Matheus – A próxima será em quarenta e cinco dias, mais ou menos, talvez.

10331

10332 Vitória – É só pela urgência.

10333

10334 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Tem alguma argumentação para isso? Porque vocês fizeram a  
10335 proposta para sessenta dias. (Intervenção simultânea). Sempre tem, mas o ideal... (intervenção  
10336 simultânea). Quarenta e cinco dias..., mas, é até a próxima reunião, porque não marcamos a  
10337 data. Todos de acordo?

10338

10339 Caio – Só uma para a Carol. Desculpa ter atropelado a questão da organização que você propôs,  
10340 mas eu acho que a forma que isso vai tomar é um ofício. Está tudo lá nesse artigo segundo. Diz  
10341 que isso aqui é um encaminhamento, o encaminhamento vai virar um ofício, ela vai mandar um  
10342 ofício para todo mundo, dizendo.

10343

10344 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Todos concordam? Alguém discorda do encaminhamento?  
10345 Reiterando: SEGOV, Ministério da Mulher Família... já está colocado ali. Vamos ver os pontos  
10346 que ficaram em aberto. Acho que foi o onze. Carol, me ajuda. Não sei se fechou o planejamento,  
10347 se teria que ter algumas coisas do planejamento para jogar para a próxima agenda, que seria  
10348 parcial.

10349

10350 Carolina – Do planejamento, fechamos uma proposta do calendário para esse ano. Podemos  
10351 mandar uma proposta por e-mail para o calendário do ano que vem, fazendo essa sugestão de  
10352 regra, primeira terça feira do mês ímpar. Fazemos essa sugestão por e-mail, escutamos os  
10353 colegas e deliberamos isso na próxima reunião.

10354

10355 Matheus – Acho que seria legal sua ideia, porque começaria em janeiro.

10356

10357 Carolina – Uma outra questão que podemos tratar também, fica a manifestação dos colegas por  
10358 e-mail, é em relação a uma... eu vejo que já temos muita discussão para a próxima reunião, e  
10359 passamos para, sem ser essa, a outra reunião, a tentativa dessa oficina. Encaminhamos a  
10360 sugestão por e-mail, escutamos os colegas, e deliberamos na próxima reunião também sobre a  
10361 oficina.

10362

10363 Caio – Eu só fico pensando, a Carol propôs mês pares?

10364

10365 Carolina – A minha sugestão seria, inicialmente, meses ímpares.

10366

10367 Caio – Eu prefiro ímpar também, porque fevereiro é par.

10368

10369 Carolina – Mandamos isso por e-mail, vocês podem dialogar e batemos o martelo na próxima

10370 reunião.

10371

10372 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Não tem que submeter mais nada sobre planejamento não?

10373

10374 Carolina – Fazemos essa consulta por e-mail, secretária.

10375

10376 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Concordam com a consulta por e-mail? Eu coloquei sobre a

10377 questão dos itens.

10378

10379 Carolina – Da pauta. A seleção do MNPCT, nosso encaminhamento é a criação do grupo de

10380 trabalho, com registro na ata: SEGOV, SNPG, UFRN e RENILA. A questão de denúncias, não

10381 teve deliberação, registro. Informes sobre os ofícios da secretaria de administração

10382 penitenciária. As reclamações que recebemos, relacionado ao trabalho do MNPCT...

10383

10384 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Carol, só para efeito de ordem, você está fazendo a leitura dos

10385 encaminhamentos? Ou, só revendo os pontos que ficaram para a próxima sessão?

10386

10387 Carolina – Esse ponto vai ficar para a próxima. Planejamento, acabamos de tratar. A pauta

10388 temática, em relação à prevenção e combate à tortura, vislumbramos que é interessante um

10389 tempo, com calma. Considerando esse tema, minha sugestão enquanto secretaria executiva, é

10390 que passemos isso para um ponto de pauta, na próxima reunião. Eu acho importante que o

10391 comitê nacional de prevenção e combate à tortura, tenha ciência da criação de comitês e

10392 mecanismos, das dificuldades que a coordenação encontra na expansão dessa rede, de forma

10393 que o comitê possa se integrar nesse debate. A pauta final, ficaria o fechamento da reunião,

10394 agora, com a leitura dos encaminhamentos. Entretanto, eu não tenho todos os encaminhamentos

10395 reunidos, que eu tenho que pegar um pedaço que a Vitoria me mandou. Também comecei a

10396 fazer, já tenho os principais de ontem. Se vocês quiserem, vamos lendo e ajustando, que é o que

10397 está no...

10398

10399 Vitória – Carol, eu posso fazer uma sugestão, porque está todo mundo morto já aqui.  
10400 (Intervenção simultânea). Eu imagino. O que eu proponho é que façamos isso, eu poso me  
10401 reunir com você, e mandamos por e-mail para todos terem ciência e fazerem consideração.  
10402 Porque, começar a leitura agora... e eu anotei coisa.  
10403  
10404 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Não tem prejuízo? Lá vou eu para a questão legal. Nós  
10405 aprovamos a ata.  
10406  
10407 Vitória – Na próxima, temos que aprovar a ata, na verdade.  
10408  
10409 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Nós provocamos encaminhamento a cada discussão de item,  
10410 mas aqui eles colocaram leitura e aprovação dos encaminhamentos. De novo, se aprova no  
10411 final?  
10412  
10413 Carolina – Tínhamos esse procedimento no biênio passado, podemos rever com a coordenação.  
10414 (Intervenção fora do microfone). Maria José, se tem uma compreensão dos colegas que  
10415 podemos fazer esses comentários por e-mail, ainda que já tenhamos uma história do nosso  
10416 trabalho, obvio que estamos abertos a novas sugestões e a novos procedimentos. Do nosso ponto  
10417 de vista, preparamos o documento, circulamos para os colegas e aguardamos sugestões de  
10418 eventuais correções de encaminhamento.  
10419  
10420 Tatiana Barbosa de Alvarenga – A Vitória se colocou à disposição para fechar com você, e  
10421 faríamos esse encaminhamento.  
10422  
10423 Carolina – Quer por algum prazo para eu e Carol fazer isso?  
10424  
10425 Caio – Não tem nada que nos obriga, no regimento, ao ler ao final e aprovação de nota. Foi uma  
10426 pergunta.  
10427  
10428 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Foi o que eu perguntei também, achei que você estava  
10429 afirmando.  
10430  
10431 Caio – Por mais que eu ache a prática boa, Carol, eu sigo...

10432

10433 Vitória – Pode até colocar um prazo, para ninguém perder a memória, como o Pedro estava  
10434 falando aqui, para ninguém esquecer o que aconteceu, nos propomos, Carol...

10435

10436 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Não estávamos lembrando nem de manhã...

10437

10438 Carolina – Podemos começar um novo rito.

10439

10440 Caio – Na próxima reunião, com tempo, nós fazemos.

10441

10442 Vitória – Carol, em dois dias, nós mandamos, pode ser? Estou impondo uma data.

10443

10444 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Uma coisa que fiquei na dúvida aqui é o encaminhamento de  
10445 pauta. A pauta é sempre sugerida, porque temos três pontos, pelo menos, que já sabemos que  
10446 vai para a próxima reunião. A questão da pauta, como sempre foi?

10447

10448 Carolina – É objeto de deliberação da mesa diretora. Fazemos uma reunião da mesa diretora,  
10449 entre as duas reuniões, delibera sobre a estruturação da pauta e encaminhamos a pauta e todo o  
10450 material, com sete dias de antecedência à data da reunião.

10451

10452 Matheus – Carol, se eu puder dar uma sugestão, no (inaudível) Conselho Estadual de Política  
10453 de Drogas, eles fazem exatamente isso. Uma semana antes, os demais membros podem sugerir  
10454 algum item em acréscimo. Pode ser assim também?

10455

10456 Carolina – Antes da reunião da mesa diretora. Quem delibera sobre a pauta é a mesa diretora.  
10457 Podemos incluir uma consulta de pauta e a mesa diretora delibera sobre (intervenção  
10458 simultânea). Eu queria só fazer uma sugestão para os colegas, de forma que possamos fazer a  
10459 sugestão de pauta e já fazer uma avaliação de qual encaminhamento queremos do comitê.  
10460 (Intervenção simultânea). E podemos trazer já uma proposta. Tem a pauta, fechamento da  
10461 reunião, proposta: leitura do documento tal. Porque, já temos também debate um pouco mais  
10462 direcionado. É uma sugestão da secretaria executiva para melhorar a leitura da pauta.  
10463 (Intervenção simultânea). Apresentar por apresentar. Por exemplo, como esse ponto que eu  
10464 propus, em relação à Política de prevenção e combate à tortura, a importância do engajamento

10465 do comitê na criação de comitês e mecanismos estaduais e distrital, no Brasil. A ideia é o  
10466 engajamento do Comitê nesse ponto.

10467

10468 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Estamos nos perdendo, dada à exaustão. Não consegui captar  
10469 qual a proposta.

10470

10471 Carolina – Secretária, de forma que apresentemos os pontos de pauta à mesa diretora com um  
10472 objetivo, uma sugestão de encaminhamento do comitê.

10473

10474 Tatiana Barbosa de Alvarenga – Inclusive isso aqui está para ser debatido com a ministra,  
10475 porque eu senti muita falta disso. Eu coloquei aqui: sugerir a pauta, mas também já sugerir  
10476 encaminhamento. Vamos fazer esse dever de casa e, com certeza. Porque, se colocou e não se  
10477 coloca a possibilidade. Às vezes, estamos pensando a mesma coisa e estamos discutindo, e  
10478 perdemos... não perdemos, acho que a discussão é rica, estamos nos conhecendo um pouco  
10479 mais. Gostaria inclusive de voltar, se pudesse coincidir com outro afastamento da ministra,  
10480 porque agora já estou mais afinada e acostumada inclusive com a personalidade de cada um de  
10481 vocês, até para aumentar o nível de tolerância ou de apoio. Eu acho que sim, fica essa  
10482 recomendação que, sugestão de item de pauta à mesa diretora, que seja acompanhada já de uma  
10483 sugestão de encaminhamento ou até mesmo de minutas, igual trouxeram para mim a minuta de  
10484 uma outra nota de apoio, mas isso pode vir abaixo de um item. Foi bem inteligente, da parte de  
10485 quem está aqui, quando foi discutir o mecanismo, sugerir que se fizesse uma manifestação  
10486 frente à maior fragilidade hoje. Não posso dizer que não foi inteligente, mas que isso seja feito  
10487 previamente, porque isso esgota. Inclusive, vamos estar com a consultoria jurídica à disposição  
10488 para interpretação, ou nós mesmos temos capacidade para isso, para interpretar o regimento e  
10489 fazer uma consulta mais aprofundada. Podemos encerrar? Ontem foi até dezenove e trinta. Eu  
10490 quero encerrar, reiterando o agradecimento, em nome do ministério da ministra Damares, à essa  
10491 instância, o apoio, o respeito. Infelizmente teve esse período de transição longo, mas não foi só  
10492 com essa instância, não existe um direcionamento proposital para essa instância. Eu estou na  
10493 batalha. Inclusive, o conselho de direito que foi restituído, um deles, que foi restituído por  
10494 decreto, que foi o do Idoso, ainda está em discussão. Parte da minha equipe está rediscutindo.  
10495 O intuito é trabalharmos unidos, em prol da proteção, da prevenção e combate a qualquer tipo  
10496 de tortura e quebra de direitos. Agradeço a todos, agradeço a compreensão e vamos aprendendo  
10497 juntos.

10498

10499 (Fim do evento – dia 09/10/2019)